

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

**A MUNDIALIZAÇÃO
DA AGRICULTURA
BRASILEIRA**

lände Editorial
São Paulo
2016

ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA

A MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

**The mondialization of the brazilian agriculture
La mondialisation de l'agriculture brésilienne
La mundialización de la agricultura brasileña
Il mondializzazione dell'agricoltura brasiliana**

**São Paulo
Edição do Autor
2016**

ISBN: 978-85-7506-145-9

Copyright © Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Direitos desta edição reservados à Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Rua Padre Luís Yéber, 42 – Butantã – São Paulo/SP – Brasil - Telefone: (11) 3735-7719

E-mail: arioliv@usp.br e

<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicacoes.htm>

Editado no Brasil

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 5988) 1ª edição – 2007

Projeto Editorial: Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Diagramação: Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Capa: Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Produção do Livro: Iânde Editorial

Ficha Catalográfica

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Mundialização da Agricultura Brasileira. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p. Inclui bibliografia

1. Geografia Agrária 2. Agricultura Brasileira 3. Territorialização do Monopólio 4. Monopólio do Território

Todos dos direitos reservados e protegidos pela lei no 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito do editor, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

É permitida a citação, devendo a mesma ser textual, com indicação de fonte conforme a ficha catalográfica.

Disponibilizado em:

<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicacoes.htm>

A MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

The mundialization of the brazilian agriculture
La mondialisation de l'agriculture brésilienne
La mundialización de la agricultura brasileña
Il mondializzione dell'agricoltura brasiliana

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Professor Senior Geografia - FFLCH - USP

arioliv@usp.br

**Para Úrsula e Fernando
Emiliano e Gabriela
Meus queridos**

APRESENTAÇÃO

Terminar um livro é terminar um projeto. Ele nunca acaba. Sempre há algo novo para colocar em suas páginas. Assim, este livro nunca estará findo. Mas fazer o que, é sempre assim. A alegria de ver um novo trabalho terminado, é sempre a mesma alegria de vê-lo começando. É a luta do tirar e por. Cada vez que se põe um livro na praça, a praça já está pedindo outro. É assim a vida de quem faz da vida uma doação.

Mas, enfim o livro está aí como um processo. Primeiro foram as teorias que lhe deram suporte. Depois, com muito carinho foi a sequência do método. Juntos teoria e método fazem a práxis. A práxis leva a uma outra teoria, e assim, vai seguindo. Da teoria e do método nasceram os conhecimentos que o livro contém. Não são muitos, mas são precisos e certamente, trarão problemas. Problemas que serão objetos de outros livros, ou de outras conversas. Uma aqui outra ali, muitas conversas.

Mas este livro tem uma história particular. Ele nasceu da vida invocada que levo. Nasceu como desavença do vencido, para não o ver vencer. É assim a vida, tarde, porém, é vida, sempre viva, sempre linda. Não vou contar os desatinos, pois eles existiram. Não vou lamentar nada, pois, ele é tudo o que jurei um dia dizer. Por isso, ele falará por si só em mais uma edição piloto, mas, novamente, minha. Não há o que o trabalho não faz.

Assim, cabe apenas contar a história dele. Uma história simples, como simples são os ensinamentos magistrais. Uma história simples porque ele é isso, um livro simples a falar coisas grandiosas. Vamos a ela.

Um dia, a muito tempo lá pelos anos 90, comecei a guardar materiais que esperava um dia usá-los. Já usei parte deles pelos grandes e pequenos textos que publiquei. Um deles tem a ver com a mundialização. Sim mundialização e não globalização. Muitos já escreveram isso. Mas, não faz mal, recuperar o passado.

Mundialização é isso mesmo. Foi um conceito caro que rendeu muitos debates. Ele marca em si o espírito do livro. E com ele, a presença de François Chesnais. Mas, ele também marca a presença de Marilena Chauí e seu verdadeiro receituário sobre o neoliberalismo. Por isso, ele inicia-se pelo debate entre globalização e mundialização, sem nenhum juiz dizendo qual era a ordem. Porque a Ordem desapareceu do mundo no outubro de 2008. Porque preocupar-me com uma coisa que a própria história tinha negado?

Foi assim que o projeto do livro se iniciou. Não havia nem pé nem mão para tocá-lo. Mas, era preciso escrevê-lo. Por isso sua história é a história dos anos 90. Era o debate sobre globalização e a história que se fazia real da formação dos grupos econômicos poderosos que moldaram a

história neste limiar de novo século. Um precisava do outro: FHC de Lula e Lula, que triste solidão, de FHC. Está é a parte da história que esse livro conta: de como se preparou a feição tropicalista da mundialização. De 1990 a 2015 é o tempo que a história vai se movimentar. De um superpresidente fantoche, Collor de Melo até uma presidenta que virou fantoche, Dilma. No meio os dois astros FHC e Lula.

Um aspecto da história do governo FHC que estruturou os grandes grupos econômicos atuais, e o governo Lula onde eles reinaram com senhores de si e de muitos petistas. Foram treze anos de governo petista para acabar tudo no décimo quarto ano, trocados por um fantoche de “presidente” que eu me recuso a nominá-lo: uma temeridade.

No meio de tanta conversa, a histórica (mal contada) entrada do capital mundial no setor sucroalcooleiro. Mal contada, porque não se viu outra história do que aquela que falasse de uma saída dos estrangeiros do setor, que somente se sustenta com brasileiros a frente do negócio, e já faz muito tempo, um tempo longo, um verdadeiro longuíssimo tempo.

Aqui meu encontro com parte da esquerda de nosso país que quer ver os estrangeiros por aqui, custe o que custar. Mas, foi a parte mais curtida do livro e mais longa. O livro trouxe o que a história mostrou. Foi uma grande ópera bufa, está coisa dos estrangeiros tomando as rédeas do setor açucareiro. Vendem açúcar e etanol aqui como já (a longuíssimo tempo) já venderam somente o açúcar. Mas, sem produzi-lo. Agora, tem na história a doideira de se produzir também aqui, o que os empresários brasileiros sempre produziram.

Junto vieram a produção em outros setores. Da cana, silvicultura, soja até os hoje lendários senhores brasileiros da carne de boi, suínos e aves, etc.

Terminá-lo foi uma epopeia. Primeiro, foi a aventura de fazê-lo para sair como edição da Anpege. Não deu certo, talvez porque não tinha que dar. Mas, agora sim ele sai como edição do próprio autor. Talvez tenha sido melhor assim.

Isso foi só um aperitivo, espero que vocês gostem do livro. Ele deu muito trabalho e muitas horas tiradas do convívio com minha família. Não faz mal, todos compreenderam, um dia, quem sabe.

Nos dias de recuperação de minha saúde.
Uma prova de que eu estou vivo, vivíssimo.
Ariovaldo Umbelino de Oliveira

(Havia me esquecido de lembrar que antes do livro dois textos foram publicados, um na Geocrítica da Colômbia e outro em capítulo de livro em minha passagem pela Universidade Federal do Tocantins)

SUMÁRIO

1. Mundialização X Globalização: o neoliberalismo e os intelectuais.....	11
2. As características do neoliberalismo na etapa monopolista do capitalismo.....	18
2.1. O desemprego tornou-se estrutural.....	18
2.2. O monetarismo e capitalismo financeiro no centro do capitalismo.....	18
2.3. A terceirização se tornou estrutural.....	30
2.4. O novo papel da ciência e da tecnologia no processo produtivo.....	36
2.5. A privatização de estatais e serviços mantidos pelo Estado também se tornou estrutural.....	43
2.6. A transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do estado nacional como enclave territorial para o capital e dispensa as formas clássicas do imperialismo.....	88
2.7. A distinção entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser substituída pela existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta.....	90
2.8. O neoliberalismo e a crise financeira de 2008.....	90
3. A Mundialização do capital e a nova aliança das burguesias nacionais.....	96
3.1. A agricultura brasileira e sua participação no PIB.....	103
3.2. As principais empresas exportadoras no Brasil.....	109
3.3. A mundialização da agricultura e a crise dos alimentos.....	119
4. A mundialização da agricultura capitalista no Brasil.....	124
4.1 A territorialização dos monopólios na agricultura.....	129
4.1.1. A territorialização dos monopólios no setor sucroenergético.....	136
4.1.2. A territorialização do monopólio no setor de celulose, papel e madeira.....	216
4.2. A monopolização do território na agricultura.....	234
4.2.1. As empresas mundiais de capital estrangeiro no setor de grãos e fibras.....	235
4.2.2. As empresas mundiais de capital estrangeiro no setor de lácteos.....	263
4.2.3. As empresas mundiais de capital estrangeiro no setor do café.....	271
4.2.4. As empresas mundiais de capital estrangeiro no monopólio das sementes.....	282
4.2.5. As empresas mundiais de capital estrangeiro no monopólio do tabaco.....	293
4.2.6. As empresas mundiais de capital estrangeiro no monopólio de outros setores do campo.....	298
4.2.7. As empresas mundiais monopolistas brasileiras <i>trading</i> nos setores de açúcar, grãos, fibras e sementes.....	302

4.2.8. As empresas mundiais monopolistas brasileiras no setor de Sucos de frutas.....	325
4.2.9. As empresas mundiais monopolistas brasileiras no setor de carne bovina.....	339
4.2.10. As empresas mundiais monopolistas brasileiras no setor de carnes de aves e suínos.....	358
4.2.11. As empresas mundiais monopolistas brasileiras <i>trading</i> no setor do café e lácteos.....	370
4.2.12. As empresas mundiais monopolistas brasileiras <i>trading</i> no setor do tabaco.....	375
4.2.13. As cooperativas nacionais como empresas mundiais monopolistas.....	377
4.2.14. Uma empresa mundial monopolista brasileira no setor do biodiesel.....	388
5. Metamorfoses do monopólio do território em territorialização do monopólio.....	389
6. A febre dos transgênicos.....	449
6.1. 10 anos de transgênicos no Brasil: um balanço crítico.....	451
6.2. Transgênicos, 20 anos de avanços e polêmicas.....	458
6.3. Brasil apresenta crescimento da adoção de transgênicos.....	463
6.4. Brasil amplia área de transgênicos.....	466
6.5. Queda na receita de agricultores abala o domínio dos transgênicos.....	467
7. As empresas mundiais no monopólio dos agroquímicos e as doenças.....	471
7.1. Os Fertilizantes.....	471
7.2. Os Agrotóxicos.....	475
7.3. Dossiê Abrasco (parte).....	481
7.4. Os agrotóxicos e a força das multinacionais.....	506
7.5 Brasil: O maior consumidor de agrotóxicos agrícolas.....	511
7.6 Agrotóxico é nova faceta da violência no campo.....	515
7.7. A Fiocruz, o INCA e a Abrasco não aceitarão pressões de setores interessados na venda de agrotóxicos.....	522
8. Bibliografia.....	525

1. Mundialização X Globalização: o neoliberalismo e os intelectuais.

As últimas décadas do Século XX foram marcadas por transformações sociais, econômicas e territoriais que diferenciaram o mundo atual de outras épocas históricas. O final do socialismo na URSS (e na Europa Oriental) anunciado por Mikhail Gorbachev em um discurso pela televisão mostrou que este tempo sem revoluções armadas, estavam revolucionando o mundo todo. Ninguém jamais havia escrito o que se estava assistindo. O Século XX que fora o marco do nascimento e expansão do socialismo terminava com um passo atrás em meio a sua crise. As ideologias nunca foram tão discutidas e investigadas. Para uns a utopia socialista acabava, para outros estava em crise. Muitos ficaram órfãos. Transformava-se também, para muitos intelectuais suas visões sociais de mundo.

A ideologia burguesa capitalista travestida de vencedora da grande corrida do final do século tratou de se reproduzir triunfante e ufanista. Mudavam-se os rumos das relações entre a economia e a universidade. A pauta deixava de ser atributo da elite pensante, agora, ela passava a ser atributo da economia, quer dizer das empresas e de seus executivos. A economia capitalista mundial passava das empresas para seus porta-vozes presentes nas revistas, jornais, televisão, rádios e todo tipo de mídia. A Internet abriu caminho técnico para viabilizar a comunicação entre quase tudo e quase todos. E, o celular e seus aplicativos acabaram por colocar quase todos em contato, quase todos "caíram" na rede. Rede passou a ser a palavra de ordem no mundo acadêmico onde tudo virou rede. Ah! Velhos tempos onde rede era instrumento de trabalho e de coleta de alimentos, instrumentos de práticas esportivas, instrumento para juntar pessoas sem enredá-los, sem torná-los indivíduos deles mesmos. Na ilusão que estão conectados ao mundo tornam-se produtores de informações para eles mesmos verem, lerem, curtirem, etc. É a curtição ao avesso: na *selfie* exibem-se para si mesmo. É a plenitude do narcisismo. Ou melhor, vive-se a ideologia do indivíduo e do individualismo. Não há mais tempo livre para trocar ideias para revolucionar o mundo, exceto se for pelo *Twitter*, *Facebook*, *WhatsApp*, etc., ou seja, pelas redes sociais. O celular virou a máquina que faz a mediação das relações entre as pessoas. Não pode haver mais segredos, pois, eles ficam gravados nas máquinas que viabilizam as comunicações entre as pessoas. Não há mais comando dos indivíduos sobre a máquina, são os novos "*Tios Sans*" ou "o grande irmão" que tudo sabe sobre os que pensam estar se comunicando em segredo. Enfim, é a ideologia burguesa procurando apoderar-se das cabeças das pessoas,

sobretudo, dos jovens, para a reprodução das inutilidades, fofocas, projeção social, etc. Mas muitos dirão, elas também podem ser instrumentos de transformação no mundo da política. Por certo, poderão sim, mas sempre sob os olhos do capital, que agora controla as máquinas e o cotidiano das pessoas. Sempre é bom lembrar, que antes era no cotidiano que a liberdade frente ao capital, permitia às pessoas pensarem criticamente o seu próprio cotidiano sem a mediação do capital, e, conseqüentemente, a revolução.

Em participação de Ciclo de Debates sobre "As Classes Sociais" promovidos pela Fundação Perseu Abramo em 08/08/2013, Marilena Chauí expos seu entendimento sobre a organização de movimentos pela Internet: "*tenho ojeriza da afirmação de que as redes sociais são libertárias*". Ou seja, as redes sociais não substituem a organização partidária, segundo ela "*é uma irresponsabilidade política transformar a Internet em solução para tudo*". Lembrou também, a necessidade de recuperar-se a história do partido como instrumento organizador da política, porque as manifestações no Brasil daquele ano não tinham palavras de ordem: "*Adotaram as da esquerda e depois as da mídia*". E, concluiu que "*a cidade não substituiu o chão de fábrica, mas retomou a ideia de Polis, espaço para política*". (CHAUÍ, 2013)

Mas, não bastou apenas essa transformação profunda nas relações entre as pessoas, porque a poderosa mídia econômica também passou a pautar a produção intelectual, e particularmente, a universitária. Os temas de pesquisas têm que ser aqueles da moda destes tempos, ou seja, aqueles que a mídia veicula. A expressão usada para justificá-la é "tem que estar na agenda". Parece que isso aconteceu a partir dos anos 80 do século passado. Dois processos vieram juntos intercambiando-se: o neoliberalismo e a mundialização do capital.

O neoliberalismo tem sido uma espécie de releitura atualizada do liberalismo a partir das concepções econômicas neoclássicas. Trata-se, pois de uma determinada visão social do capitalismo a partir da ótica dos capitalistas, portanto, da burguesia. Assim, tornou-se um conjunto de ideias capitalistas de políticas e economia fundadas principalmente na não participação do Estado na economia e, na liberalização total do comércio (mercado livre) em nível mundial. Enfim, defende a livre circulação de capitais internacionais, abertura das economias nacionais para a entrada de multinacionais, a implantação de ações que impeçam o protecionismo econômico, adoção de política de privatização de empresas estatais, etc.

Entre a mídia econômica capitalista mundial nasceu como releitura das transformações que o capitalismo passou no final do Século XX e da crise do socialismo no leste europeu, a utilização dos termos "*global*" e "*globalization*". Eles não foram formulados a partir de uma reflexão intelectual voltada para a produção de teorias no mundo acadêmico, foram produzidos e utilizados de forma ideológica para explicar o processo de

reordenação territorial do capitalismo mundial. Esse processo estava fundado na formação, compra e fusões de monopólios econômicos que monopolizaram a economia em termos mundiais. Como novidade formaram-se também em termos mundiais os monopólios constituídos nos países emergentes, fruto da ascensão internacional de setores das burguesias nacionais com apoio do Estado. Estas associações entre empresas monopolistas nacionais e empresas monopolistas internacionais transformaram ambas, em empresas mundiais. Assim, o capital mundial disseminou-se pelos países emergentes, aliançando setores das burguesias nacionais, transformando-os em capitalistas mundiais.

Nos meios acadêmicos importantes intelectuais, particularmente, durante a década de 90 do século passado, procuraram construir uma explicação científica para o termo globalização. Destacaram-se entre eles, Milton Santos, Armén Mamigonian, Paulo Freire, Octávio Ianni, Georges Benko e Paul Singer. Por certo a geografia como ciência entrara definitivamente no debate geopolítico do final do século. Afinal, os termos "*borderless*" e "*stateless*" estiveram no centro do debate da nova geopolítica mundial. Nenhuma coisa e nem outra, as fronteiras continuaram vivíssimas e as nacionalidades muito mais profundas e arraigadas. Muitos transitaram por um ou outro caminho, ou mesmo procuram estabelecer conexões entre eles. O certo é que o mundo não era mais o mesmo dos anos setenta do Século XX.

Em 1997, Milton Santos registrava a importância desta época nova com identidade própria onde não havia lugar para a repetição da história:

"A globalização é o estágio supremo do imperialismo, mas não é o imperialismo. Devemos evitar aquilo que Marx chamava de erro do século, isto é, definir uma condição histórica como se ela fosse uma condição já passada. A globalização é coisa nova, inteiramente nova. Na face da terra, porém, tudo é combinação, porque o passado, graças às formas herdadas, não desaparece totalmente; mas os fatores dinâmicos de cada momento comandam os outros fatores e provocam mudanças. Da capacidade de perceber a mudança e os seus fatores centrais vem a possibilidade de construir uma análise válida. É assim que as épocas são definidas.

Se a idéia de período nos falta, a geografia também nos faltará, porque já não estaremos distinguindo quais são os objetos novos, nem as ações novas capazes de mover esses objetos novos. Sem essa noção seremos, também, incapazes de transcrever, na inteligência, o diálogo entre o novo e o velho, estabelecendo as hierarquias sem as quais não há análise.

Por conseguinte, a globalização deve ser tratada como um período histórico, isto é, um momento da vida da humanidade, com suas características próprias, diversas do passado mais recente e susceptíveis, pela sua realidade, de ser incluídas num processo de elaboração teórica." (SANTOS, 2000, p.15.)

Naquele mesmo momento que Milton Santos, de forma clara e objetiva, revelava este momento novo do capitalismo mundial, Armén Mamigonian fazia o caminho da incursão à história do marxismo para identificar as origens da mundialização que o mundo capitalista passava a viver na teoria leninista do imperialismo:

"G. Myrdal criticou a maquiagem que as expressões socioeconômicas podem sofrer. Antes da segunda guerra mundial falava-se em países atrasados, que os marxistas caracterizavam como coloniais e semicoloniais. Após 1945 apareceram como subdesenvolvidos, mas com o tempo passaram a ser chamados de "menos desenvolvidos" e depois "países em desenvolvimento". J. K. Galbraith igualmente ironizou o fato de que as instabilidades geradas pelo capitalismo fossem chamadas no EUA de "crise" ou "pânico" no século XIX, "depressões" no início do século XX, "recessões" no pós-segunda guerra, "ajustes de crescimento" recentemente e agora apenas "equilíbrios permanentes de desemprego".

Segundo os neoliberais, "globalização", expressão de uso corrente e maciço, é a novidade que explica o mundo atual. (...)

É curioso assinalar que no debate contra as posturas revisionistas da 2ª Internacional, Lênin elogiou a observação sobre o "ultra-imperialismo" de Kautsky, como tendência futura do capitalismo. A "globalização" como ideologia que se vende e se impõe aos povos oprimidos é basicamente o projeto econômico-político americano de liderar o ultra-imperialismo futuro. E isto nos interessa?" (MAMIGONIAN, 2000, p.95 e 100)

Georges Benko em seu livro "Economia, Espaço e Globalização na aurora do Século XX" publicado na França em 1995, mesmo não trazendo em sua bibliografia o livro de CHENAIS cuja edição francesa saiu em 1994, já abordava a globalização pela ótica da mundialização.

"Essa visão de uma nova era econômica, a da globalização, é, pois, justificada. Dentre numerosas características desse fenômeno, podem-se sublinhar três elementos essenciais: 1. um mercado unificado, já que a economia mundial vai transformando-se numa zona única de produção e de trocas; 2. empresas mundializadas, gerando sobre uma base planetária a concepção, a produção e a distribuição de seus produtos e serviços; 3. um quadro regulamentar e institucional ainda muito inadaptado, visto que carece de um mecanismo de regulação que permita controlar em escala planetária a interdependência econômica e política. (...)

O processo de mundialização, desordenado, acelerado e mal regulado, aumenta os riscos de exclusão social em todos os países. Eficácia econômica e justiça social deverão ser repensadas. Seria preciso debruçar-se sobre as interações entre lógica econômica e instituições políticas tanto em nível local como global.

Esse movimento de conjunto cobre três etapas. A primeira, a internacionalização, está ligada ao desenvolvimento dos fluxos de espoliação. A segunda, a transnacionalização, liga-se aos fluxos de investimento e das implantações no estrangeiro. A terceira fase, ou globalização corresponde à instalação das sedes mundiais de produção e de informação." (BENKO, 1996, p. 86)

Em 1997, Paulo Freire dialogando sobre globalização, ética e solidariedade, deixou escritas severas críticas à globalização revelando o lado oculto que o discurso escondia. Seu texto revelava no contraponto da ética do mercado a ética da solidariedade humana:

"O seu discurso, que fala da ética, esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optamos, na verdade, por um mundo de gente. O discurso da globalização astutamente oculta ou nela busca penumbrar a reedição intensificada ao máximo, mesmo que modificada, da medonha malvadez com que o capitalismo aparece na História. O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca." (FREIRE, 1997, p. 248/9)

Mas, talvez, tenha sido Octávio Ianni quem mais tenha dedicado textos para discutir esse tema. Em seu livro "Teorias da Globalização" de 1995, sintetizou praticamente tudo o que estava sendo escrito naqueles anos noventa.

"Desde o princípio, o capitalismo revela-se como um modo de produção internacional. Um processo de amplas proporções que, ultrapassando fronteiras geográficas, históricas, culturais e sociais, influencia feudos e cidades, nações e nacionalidades, culturas e civilizações. (...) Em sua marcha pela geografia e história, influenciou decisivamente os desenhos dos mapas do mundo, com os desenvolvimentos da acumulação originária, do mercantilismo, do colonialismo, do imperialismo, do multinacionalismo, do transnacionalismo e do globalismo. Ainda que tenha sido sucessiva e simultaneamente nacional, regional e internacional, juntamente com sua vocação colonialista e imperialista, o capitalismo se torna no século XX um modo de produção não só internacional, mas propriamente global." (IANNI, 1995, p. 135/6).

Lembrou também, que embora para Marx, o capitalismo fosse um processo civilizatório mundial, não se tratava de pensar que em Marx a sociedade global já estivesse formulada.

"Para Marx, o capitalismo é um processo civilizatório mundial. Ainda que desenvolva polos mais ou menos poderosos, como na Holanda, na Inglaterra, na França, na Alemanha, nos Estados Unidos, no Japão e em

outras nações, esses mesmos polos formam-se e desenvolvem-se com base em um vasto sistema de relações com tribos, clãs, povos, nações e nacionalidades, próximos e remotos, em continentes, ilhas e arquipélagos. Trata-se de um processo civilizatório que "invade todo o globo", envolve "o intercâmbio universal" e cria as bases de "um novo mundo", influenciando, destruindo ou recriando outras formas sociais de trabalho e vida, outras formas culturais e civilizatórias. (...) Não se trata de pensar que a sociedade global já estava em Marx. Trata-se apenas de reconhecer que algumas das intuições e interpretações desenvolvidas em seus escritos contemplam as dimensões mundiais do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório. No pensamento de Marx e de alguns de seus continuadores podem encontrar-se recursos metodológicos e teóricos fundamentais para a inteligência da globalização. Nessa perspectiva, a sociedade global pode aparecer complexa e evidente, caótica e transparente; uma totalidade problemática, contraditória, em movimento." (IANNI, 1995, p. 161)

Para Ianni a possibilidade de formação de uma sociedade global reabria o debate sobre a modernidade e a pós-modernidade. E, esse debate trazia consigo a dialética da globalização, ou seja, a integração e a fragmentação, nacionalismo e regionalismo, racismo e fundamentalismo, geoeconomia e geopolítica. As ciências sociais (re) descobria a geografia. Na bibliografia do livro dois geógrafos: Milton Santos e David Harvey.

"A formação da sociedade global reabre a problemática da modernidade em suas implicações filosóficas, científicas e artísticas. No âmbito da globalização de coisas, gentes e ideias, modificam-se os quadros sociais e mentais de referência. Tudo que é evidentemente local, nacional e regional revela-se também global. As relações, os processos e as estruturas característicos da globalização incutem em praticamente todas as realidades preexistentes novos significados, outras conotações. (...) Como a globalização abala mais ou menos profundamente os parâmetros históricos e geográficos, ou as categorias de tempo e espaço, que se haviam elaborado com base no Estado-nação, nas configurações e movimentos da sociedade nacional, logo se reabre a problemática da continuidade ou não-continuidade da modernidade; assim como o debate modernidade ou pós-modernidade." (IANNI, 1995, p. 163/4).

Por fim, Ianni faz uma reflexão sobre o imaginário daqueles que passam a cultivar a idéia do início da pós-modernidade onde a razão substituída pela imaginação, a experiência seria trocada pela aparência, o real pelo virtual, etc. É certo que em parte esse mundo invadiu o pensamento acadêmico, nunca se pesquisou tanta futilidade.

"Quando se acelera o processo de globalização, dando a impressão de que a geografia e a história chegam ao fim, muitos pensam que entrou a pós-modernidade, declinou a razão e soltou-se a imaginação. Troca-se a experiência pela aparência, o real pelo virtual, o fato pelo simulacro, a

história pelo instante, o território pelo dígito, a palavra pela imagem. Tudo se desterritorializa. Coisas, gentes e ideias, assim como palavras, gestos, sons e imagens, tudo se desloca pelo espaço, atravessa a duração, revelando-se flutuante, itinerante, volante. Desenraizam-se dos lugares, esquecem os pretéritos, presentificam-se nos quatro cantos do mundo. A sociedade global transforma-se em um vasto mercado de coisas, gentes e ideias, bem como de realizações, possibilidades e ilusões, compreendendo também homogeneidades e diversidades, obsolescências e novidades. (...) O mundo transforma-se em território de todo o mundo. Tudo se desterritorializa e reterritorializa. Não somente muda de lugar, desenraiza-se, circulando pelo espaço, atravessando montanhas e desertos, mares e oceanos, línguas e religiões, culturas e civilizações. As fronteiras são abolidas ou tornam-se irrelevantes e inócuas, fragmentam-se e mudam de figura, parecem, mas não são. (...) Esse é o universo da fragmentação. Fragmentam-se o espaço e o tempo, o pensado e o pensamento, a realidade e a virtualidade, o todo e a parte. Dissolvem-se modos de ser sedimentados e formas de pensar cristalizadas. As linguagens caminham para outras formas de expressar, narrar, soar, desenhar, ilustrar. A narração é atravessada pela dispersão dos signos, significados e conotações. Inauguram-se novas formas narrativas: montagem, colagem, bricolagem, videoclipe, aforismo, pastiche, simulacro, virtualismo." (IANNI, 1995, p. 169/170)

2. As características do neoliberalismo na etapa monopolista do capitalismo.

Em 1994, Marilena Chauí enunciou sete características sobre o capitalismo monopolista no período do neoliberalismo, derivadas do processo simultâneo de concentração dos monopólios e da mundialização do capital monopolista. É possível identificá-las no mundo hegemônico pelo modo capitalista de produção, como se fará a seguir.

2.1. O desemprego tornou-se estrutural

A primeira característica do neoliberalismo indicada por CHAUÍ revelava que "o desemprego se tornou estrutural, deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão...". Em 2014, a taxa de desemprego atingiu nos USA 5,7%, Reino Unido 5,8%, Alemanha 4,8%, Japão 3,40%, China 4,10%, Índia 5,2%, Brasil 4,3%, porém, na França 10,40%, Itália 12,90%, Portugal 13,50%, Espanha 23,70%, Grécia 25,80%, etc. O quadro 01 a seguir, contém os percentuais da taxa de desemprego para vários países em 2014.

2.2. O monetarismo e capitalismo financeiro no centro do capitalismo

A segunda característica do neoliberalismo apontada por CHAUÍ mostrava que "o monetarismo e o capitalismo financeiro tornaram-se o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho e privilegiando a mais abstrata e fetichizada das mercadorias, o dinheiro...". Como consequência desse processo a dívida externa na maioria dos países aumentou, e, a justificativa foi atribuída ao desenvolvimento e ao progresso. Um exemplo deste mecanismo ocorreu com a dívida externa da América Latina e do Caribe que, em 1986, era de 400 bilhões de dólares, passou para 435 bilhões em 1990. Já em relação ao pagamento de juros sobre a dívida externa, os países latino-americanos e do Caribe pagaram 347 bilhões de dólares entre 1982 e 1991.

O quadro 02 a seguir traz as dez maiores dívidas externas no mundo em 2011, e, naquele ano a dívida externa brasileira estava em trigésimo lugar.

Quadro 01 - Taxa de Desemprego - 2014

2014	%	Referência
Estados Unidos	5.70	jan/15
Canadá	6.60	jan/15
Zona do Euro	11.40	Dec/14
Alemanha	4.80	Dec/14
Austria	10.50	jan/15
Bélgica	8.40	Dec/14
Dinamarca	4.00	Dec/14
Espanha	23.70	nov/14
Finlândia	8.80	Dec/14
França	10.40	Aug/14
Grécia	25.80	nov/14
Holanda	8.10	Dec/14
Irlanda	10.50	jan/15
Itália	12.90	Dec/14
Noruega	3.70	nov/14
Polônia	12.10	jan/15
Portugal	13.50	nov/14
Reino Unido	5.80	nov/14
República Tcheca	7.70	jan/15
Rússia	5.30	Dec/14
Suécia	8.40	jan/15
Suíça	3.50	jan/15
Turquia	10.40	Oct/14
Argentina	7.50	Aug/14
Brasil	4.30	Dec/14
Chile	6.00	Dec/14
Colômbia	8.70	Dec/14
México	3.76	Dec/14
Venezuela	5.50	Dec/14
Japão	3.40	Dec/14
China	4.10	Dec/14
Cingapura	1.90	nov/14
Coréia do Sul	3.40	jan/15
Filipinas	6.00	nov/14
Hong Kong	3.30	Dec/14
Índia	5.20	Dec/12
Indonésia	5.94	Aug/14
Malásia	2.70	nov/14
Tailândia	1.06	jan/15
Taiwan	3.84	Dec/14
Austrália	6.40	jan/15
África do Sul	24.30	nov/14
Nigéria	23.90	Dec/11
Arábia Saudita	5.70	nov/14
Egito	13.10	Aug/14
Emirados Arabes Unidos	4.20	Dec/12
Irã	10.50	nov/14
Iraque	15.10	Dec/12
Israel	5.70	Dec/14
Paquistão	6.00	May/13

Fonte: <http://pt.tradingeconomics.com/country-list/unemployment-rate>

Em relação à dívida externa bruta do Brasil é preciso registrar que passou de US\$3,3 bilhões em 1964, para US\$6,2 bilhões em 1970, chegaram a US\$25,1 bilhões em 1975, a US\$52,2 bilhões em 1978 e, a US\$102,1 bilhões em 1984. Os governos militares assumiram uma política declarada de endividamento externo, período que prevaleceu a frase "a dívida não foi feita para ser paga, mas para ser administrada". Fundado

nesta política, segundo o Banco Central, o Brasil tomou no mercado mundial entre 1964 e 1984 o total de US\$128,6 bilhões, e, pagaram-se no mesmo período US\$61,8 bilhões de juros da dívida externa. O governo militar terminou 1984 com US\$12 bilhões em reservas cambiais.

Quadro 02 - As 10 maiores Dívidas Externas Mundiais - 2011

Rank	País	US\$ Trilhões
1º	Estados Unidos	14,710
2º	Reino Unido	9,836
3º	França	5,633
4º	Alemanha	5,624
5º	Japão	2,719
6º	Itália	2,684
7º	Holanda	2,655
8º	Espanha	2,570
9º	Irlanda	2,352
10º	Luxemburgo	2,146
30º	Brasil	0,297

Fonte: Disponível em http://www.economiabr.com.br/Ind/Ind_gerais.htm.

Com a "Nova República", o governo Sarney (PMDB) terminou seu mandato em 1989 deixando a dívida externa em US\$115,5 bilhões, portanto, um crescimento de US\$13,4 bilhões (13,1%). Entretanto, neste mesmo período, o governo Sarney pagou aos credores internacionais US\$47,2 bilhões, sendo que as reservas cambiais tinham alcançado no mesmo ano US\$9,7 bilhões. O governo Collor/Itamar (PTN/PRN) chegou ao final em 1994, com uma dívida externa de US\$148,3 bilhões, pagando-se como juros da dívida um total de US\$40,2 bilhões. Portanto, o crescimento da dívida foi de 28,3%, ou seja, US\$32,8 bilhões. Em relação às reservas cambiais, Itamar Franco terminou seu mandato em 1994 com US\$38,8 bilhões. Já o governo FHC (PSDB) terminou seu segundo mandato em 2002, com a dívida externa em US\$227,7 bilhões, o que representava 53,5% de crescimento, ou, US\$79,4 bilhões a mais. Quanto ao pagamento de juros o governo FHC (PSDB) pagou nos dois mandatos (1995/2002) aos credores internacionais US\$95,2 bilhões. Em relação às reservas cambiais, o governo FHC (PSDB) terminou 2002 com apenas US\$37,8 bilhões, um bilhão a menos que Itamar Franco. O governo Lula (PT) terminou o segundo mandato em 2010, com a dívida externa em US\$256,8 bilhões, o que representou um crescimento de 12,8% ou, US\$29,1 bilhões. Deste total, 27% era dívida pública e 73% dívida privada. Mas, o governo de Lula (PT) pagou como juro da dívida externa o total de US\$84,5 bilhões e, as reservas cambiais chegaram a US\$288,6 bilhões. Assim, no governo Lula (PSDB), a partir de 2009 ocorreu uma inversão nas contas nacionais, pois, as reservas internacionais cresceram mais do que a dívida externa, ou seja, a dívida externa era de US\$198,2 bilhões e as

reservas cambiais de US\$238,5 bilhões. Portanto, no governo Lula ocorreu uma modificação na fonte de financiamento da dívida externa, passando o país a substituir a tomada de empréstimos internacionais, inclusive aqueles do FMI e Clube de Paris, por lançamento de títulos em reais no mercado mundial. Ou por outras palavras, o governo Lula passou a internalizar a dívida externa, tornando-a investimentos tanto para estrangeiros quanto para os brasileiros.

"Em 2005, tem início um ponto de inflexão na história do endividamento externo brasileiro, com a operação de troca voluntária do *C-Bond* por um título de características semelhantes, chamado de *A-Bond*. A partir dessa operação, começava-se a desmontar no Brasil o estoque dos *Brady Bonds*, que viria a ser extinto no ano seguinte. Também a partir desse ano a estratégia de endividamento passaria a se concentrar na definição de *benchmarks*, com o início da reabertura de emissões de um título diversas vezes, aumentando sua liquidez em mercado. Tal estratégia tinha por objetivo a construção de uma curva de juros externa mais eficiente. Um terceiro e fundamental aspecto na história recente da dívida externa foi a primeira emissão, no mercado internacional, de um título denominado em reais, com vencimento em 2016, o **BRL 2016**. A partir do ano seguinte, o país daria os primeiros passos no sentido de consolidar a criação de uma curva externa na moeda doméstica. A partir de 2006, tendo em vista a redução expressiva da necessidade de financiamento externo pela redução da dívida e o forte influxo de dólares, o país deixa de necessitar das emissões externas como fonte de financiamento. A partir daquele ano, inclusive, foram realizadas diversas operações de pré-pagamento de dívida mobiliária federal externa, que remontaram a US\$ 35,7 bilhões. Já em relação à dívida contratual, o país antecipou o pagamento da dívida remanescente com o Clube de Paris no valor de US\$ 1,7 bilhão, bem como, ainda em 2005, realizou o pré-pagamento de sua dívida com o FMI, no valor de US\$ 20,4 bilhões. (...) Em abril de 2006, dando prosseguimento ao pagamento antecipado do estoque remanescente de *C-Bond*, o país exerceu a cláusula de recompra antecipada dos demais *Bradies*, no valor de US\$ 6,5 bilhões, terminando assim uma importante fase da história do seu endividamento externo. Também no início do referido ano, o Tesouro começou, via mesa de operações do Banco Central, um programa de recompras da dívida externa, com vistas à melhora de seu perfil, inicialmente com o resgate dos títulos com vencimento até 2012. Naquele ano foram recomprados US\$ 5,8 bilhões em valor de face. Quanto à composição, ainda em 2006 o país emitiu mais um instrumento denominado em reais, com prazo de 15 anos de vencimento (o **BRL 2022**), montando o segundo ponto da curva externa em moeda local. Esse título seria emitido mais duas vezes (reabertura) ao longo do ano, fazendo com que seu estoque chegasse a R\$3,0 bilhões. No ano seguinte, emitiu-se, em quatro oportunidades, o **BRL 2028**, título em reais com vinte anos de prazo. Dessa forma, o Brasil terminou 2007

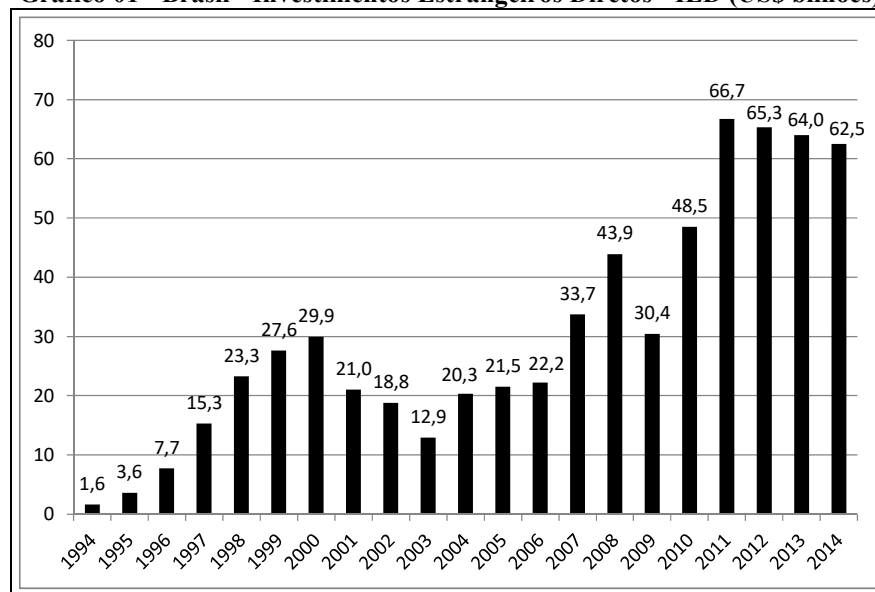
com um estoque de cerca de R\$10,2 bilhões em títulos externos em moeda local, ajudando a criar referência, no mercado externo, para a construção de uma curva de juros na moeda doméstica.

A partir de 2007, iniciou-se programa, agora em caráter permanente, de recompra dos títulos da dívida externa ao longo de toda a curva. O objetivo do programa é reforçar a política de construção de uma curva externa eficiente e líquida. Naquele ano foram recomprados US\$ 5,4 bilhões, representando 12,2% do estoque da dívida externa ao final de 2006. Em 2008, com a liquidez de mercado reduzida por conta do cenário internacional adverso, as recompras aconteceram em menor volume (US\$1,5 bilhão), mas continuaram a refletir a estratégia de retirar instrumentos menos líquidos e trocá-los por títulos *benchmark*, que serviam como melhor referência para a curva externa." (PEDRAS, 2009, p. 76/77)

O governo Lula (PT) anunciou estas modificações como sendo o "***final da dívida externa***", o que na realidade não correspondia à verdade dos fatos, pois, desde o governo FHC (PSDB), já havia sido iniciado internamente a alavancagem da dívida pública interna com instrumento de financiamento do déficit das contas públicas. Também, contribuiu para a implementação dessas modificações, o aumento gradativo dos investimentos estrangeiros diretos no país: em 2003 eles foram US\$12,9 bilhões, em 2010 chegaram a US\$66,7 bilhões e, em 2014 a US\$62,5 bilhões. O gráfico 01 a seguir traz os investimentos estrangeiros diretos (IED) no Brasil entre 1994 e 2014, e, o mapa 01 mostra o país de origem destes investimentos estrangeiros diretos no Brasil no ano base de 2012.

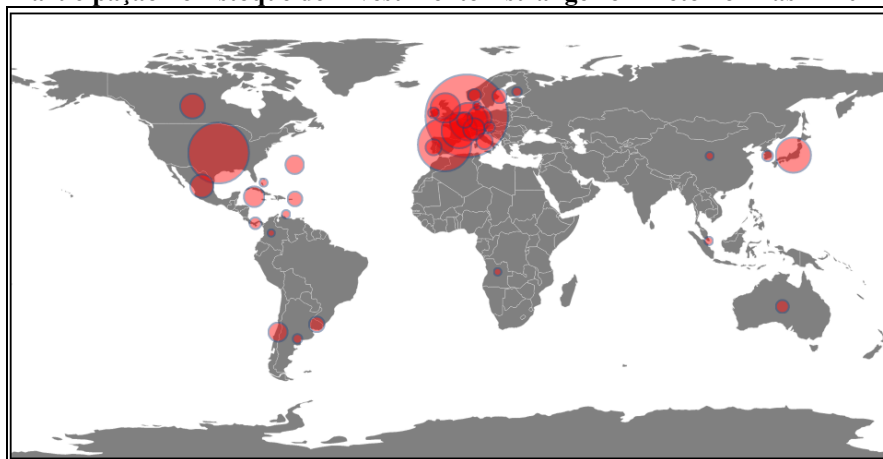
Com relação ao primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff (PT), terminou com a dívida externa em US\$347,6 bilhões o que representou um crescimento de 35,4% equivalente a US\$90,8 bilhões. Seu governo pagou aos credores internacionais US\$49,9 bilhões e as reservas internacionais ficaram em US\$374,1 bilhões. Porém, face às modificações introduzidas na dívida externa desde o governo Lula (PT), a dívida externa desagregada em 2010, apresentava o setor público com US\$82,8 bilhões e o setor privado com US\$174,0 bilhões. Já em 2014, os números do setor público eram US\$89,6 bilhões e, do setor privado de US\$258,0 bilhões. Isto quer dizer que durante o governo Dilma Rousseff (PT), o setor privado aumentou seu endividamento externo em 48,3% (US\$84,0 bilhões). É necessário acrescentar que no último ano do segundo mandato de Lula (PT), o setor privado tinha aumentado seu endividamento externo em 44% (US\$53,0 bilhões). Ou seja, entre 2009 e 2014 o setor privado aumentou em 113,2% seu endividamento externo (US\$137,0 bilhões). O gráfico 02 a seguir contém os dados sobre a composição da dívida externa brasileira entre 1994 e 2014.

Gráfico 01 - Brasil - Investimentos Estrangeiros Diretos - IED (US\$ bilhões)



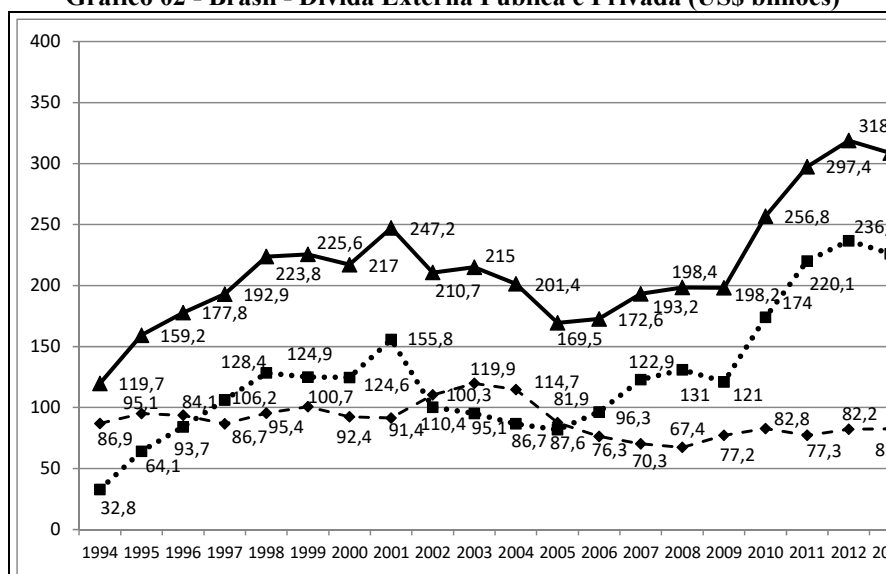
Fonte: Banco Central do Brasil

**Mapa 01
Participação no Estoque de Investimento Estrangeiro Direto no Brasil - 2012**



Fonte: Banco Central do Brasil - Censo de Capitais Estrangeiros no País, disponível em (http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/mapa_ied/mapa.asp)

Gráfico 02 - Brasil - Dívida Externa Pública e Privada (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil

É necessário também, mostrar o total que o Brasil pagou como juros da dívida externa nestes últimos 50 anos. Ele foi de US\$378,8 bilhões, embora, fosse em 1964 de US\$3,3 bilhões, atingiu em 2014 o total de US\$347,6 bilhões. Ou seja, é o processo histórico do quanto mais se paga mais se deve.

O quadro 03 contém a distribuição do total pago como juros da dívida externa entre 1964/2014 por períodos de governos.

Quadro 03 - Brasil - Juros pagos da Dívida Externa

Períodos	US\$ bilhões
Militares (1964/1984)	61,8
Sarney (1985/1989)	47,2
Collor/Itamar (1990/1994)	40,2
FHC (1985/2002)	95,2
Lula (2003/2010)	84,5
Dilma (2011/2014)	49,9
TOTAL (1964/2014)	378,8

Fonte: Banco Central

Analisando-se o total pago pelos diferentes governos entre 1964 e 2014, é possível verificar que a média anual do total do pagamento de juros cresceu, pois, no governo militar foi de US\$3,1 bilhões; Sarney (PMDB) US\$9,4 bilhões; Collor/Itamar (PTN/PRN) US\$10,1 bilhões; FHC (PSDB) US\$11,9 bilhões; Lula (PT) US\$ 10,6 bilhões; e Dilma (PT) US\$12,5 bilhões.

A estes pagamentos externos dos juros devem ser somadas as remessas de lucros e dividendos que as empresas estrangeiras fizeram para se chegar mais próximo do significado financeiro do neoliberalismo para o país. Os números estão no quadro 04 a seguir.

Quadro 04 - Brasil - Remessas de lucros e dividendos

Períodos	US\$ bilhões
Militares (1964/1984)	5,6
Sarney (1985/1989)	6,5
Collor/Itamar (1990/1994)	5,9
FHC (1985/2002)	24,1
Lula (2003/2010)	153,9
Dilma (2011/2014)	114,8
TOTAL (1964/2014)	310,8

Fonte: Banco Central

A análise do total pago pelos diferentes governos entre 1964 e 2014, registrou o aumento da média anual do total das remessas de lucros e dividendos nos últimos 50 anos: governos militares US\$0,28 bilhão; Sarney (PMDB) US\$1,30 bilhão; Collor/Itamar (PTN/PRN) US\$1,18 bilhão; FHC (PSDB) US\$3,01 bilhões; Lula (PT) US\$ 14,35 bilhões; e Dilma (PT) US\$28,70 bilhões. Este aumento passou a ocorrer, sobretudo, após a crise financeira de 2008. O gráfico 03 a seguir contém a evolução do total das remessas de lucros e dividendos entre 1985 e 2014.

O quadro 05 contém os setores da economia que mais enviaram lucros e dividendos para o exterior em 2013 e 2014.

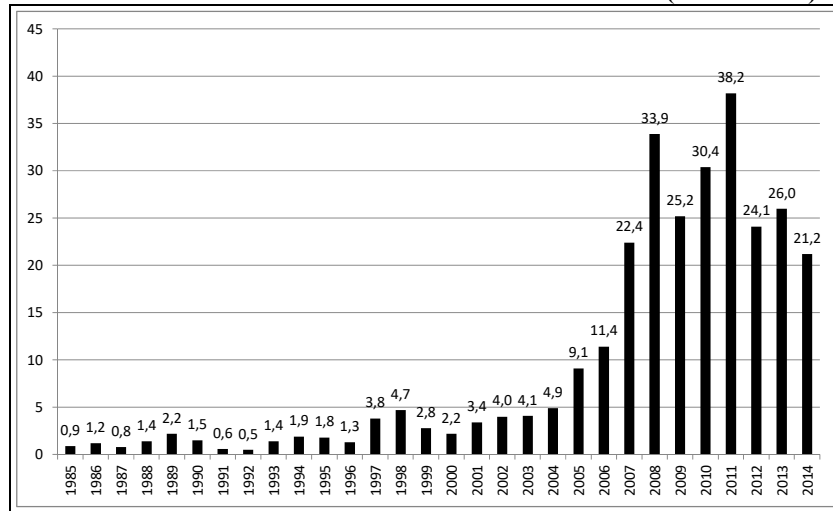
Quadro 05 - Brasil - Setores que mais enviaram Lucros e Dividendos para o exterior

Setores	2013 US\$ bilhões	2014 US\$ bilhões
Serviços	9,7	8,8
Bebidas	2,8	3,8
Produtos químicos	1,3	1,6
Metalurgia	0,9	1,4
Veículos	3,3	0,9
Agricultura, Pecuária e Mineração	0,7	0,8

Fonte: Banco Central

Assim, para se compreender, simultaneamente, o crescimento do envio de bilhões de dólares para o exterior como política nacional de inserção mundial no neoliberalismo, via alterações promovidas pelo Banco Central do Brasil no governo Lula (PT), deve-se somar o efeito do aumento dos investimentos estrangeiros diretos (IED) e os saldos positivos alcançados pela balança comercial brasileira. O gráfico 03 a seguir contém os resultados da balança comercial nacional entre 1994 e 2014.

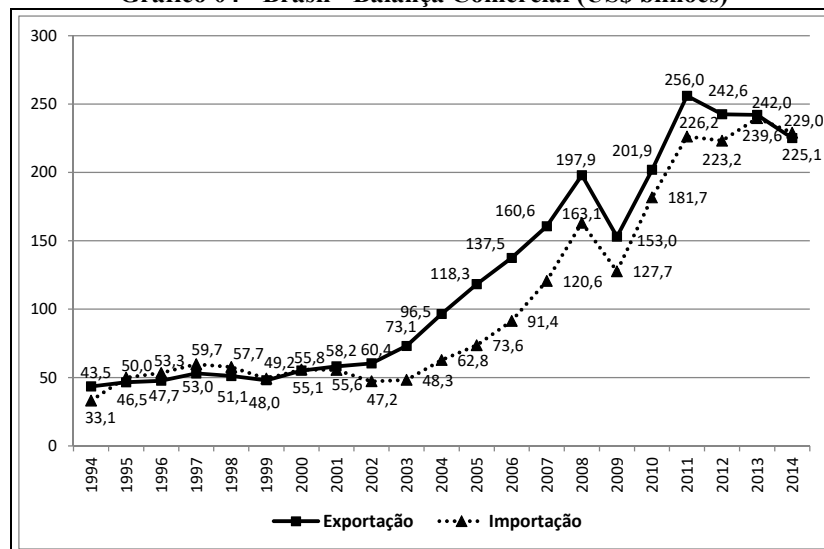
Gráfico 03 - Brasil - Remessas de Lucros e Dividendos (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil

Como é possível verificar o período de 1995 a 2000 as importações superaram as exportações, gerando consequentemente, déficit na balança comercial nacional. Neste período do governo FHC (PSDB), o neoliberalismo já estava gerando suas primeiras crises levando as moedas de diferentes países à situação de insolvência. Essas crises da década de 90 eram produtos da ausência de resultados positivos dos vários planos de estabilização da moeda que o Brasil viveu durante a "Nova República".

Gráfico 04 - Brasil - Balança Comercial (US\$ bilhões)



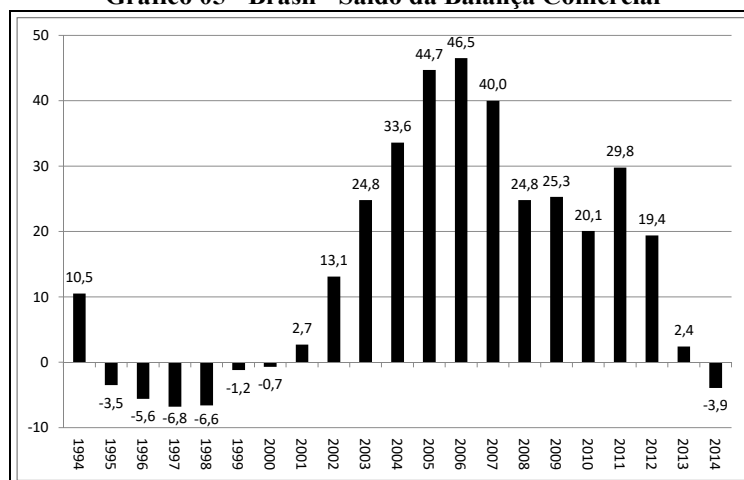
Fonte: Banco Central do Brasil

As eleições presidenciais de 1989 levaram Collor (PTN) ao poder e com ele onda neoliberal. Junto com o confisco do dinheiro das cadernetas de poupança, vieram as medidas de oposição à política de intervenção do Estado na economia: Estado mínimo, desregulamentação total da economia, abertura comercial plena, privatizações de estatais, etc. Após o *impeachment* de Collor (PTN), assumiu seu vice Itamar Franco (PRN) que através de seu ministro fazenda FHC (PSDB), fez novo plano de estabilização da moeda: o plano real. Este plano implantado em 1994 igualava a paridade da nova moeda - o real - e do dólar através de uma banda cambial. Este sistema deteriorou-se no final dos anos 90, e, somado a queda das reservas cambiais, levou o país à crise de 1998, e, a conseqüente adoção do câmbio flutuante. Outros países conheceram crises em suas moedas neste mesmo período: México (1994), Tailândia (1997), Indonésia (1997), Coréia do Sul (1997), Rússia (1998) e Argentina (2001).

Voltando ao comportamento da balança comercial brasileira, ela entrou em um ciclo superavitário a partir de 2001 relacionado, sobretudo ao crescimento da economia dos países emergentes, particularmente, China e Índia. O gráfico 05 a seguir contém o saldo da balança comercial brasileira e mostra estes ciclos e seus valores.

A crise financeira mundial de 2008 revelou as rachaduras do neoliberalismo e, conseqüentemente, levou o mundo a um quadro de recessão e estagnação, do qual ainda o mundo não saiu. Até 2012 o Brasil continuou beneficiando-se do crescimento econômico chinês, porém, depois, a crise de 2008 também chegou ao país com o resultado deficitário na balança comercial em 2014.

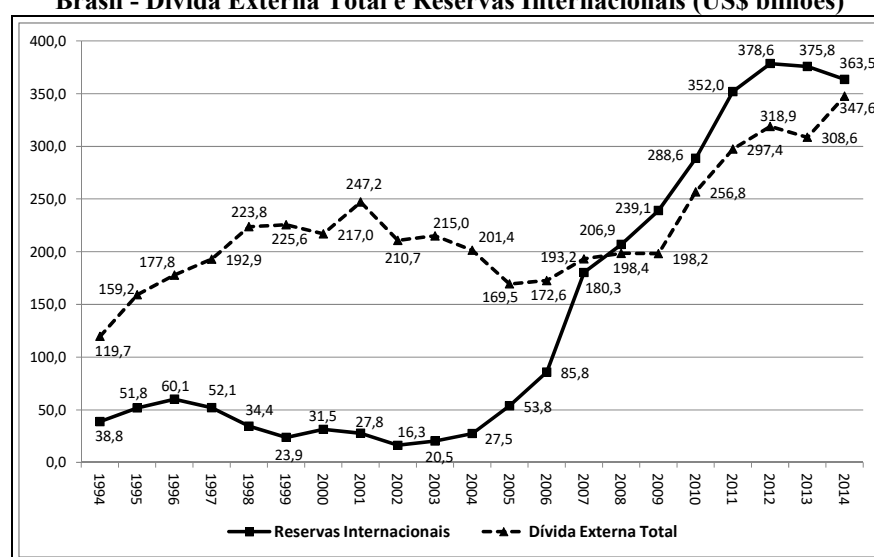
Gráfico 05 - Brasil - Saldo da Balança Comercial



Fonte: Banco Central do Brasil

Também os dados referentes à dívida externa total do Brasil e aqueles das reservas internacionais no gráfico 06 e os números presentes no gráfico 07 a seguir, sobre a dívida externa líquida do país contribuem para mostrar as características deste período quando as taxas de crescimento econômico foram expressivas.

Gráfico 06
Brasil - Dívida Externa Total e Reservas Internacionais (US\$ bilhões)

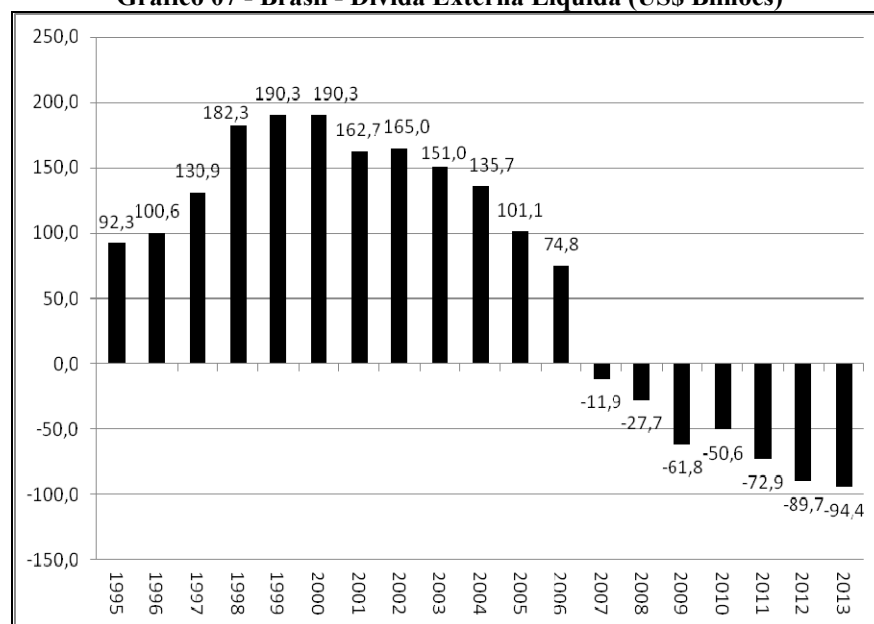


Fonte: Banco Central do Brasil

Assim, há um deslocamento dos efeitos da dívida externa sobre o Estado nacional, pois, ela deixou temporariamente de exercer efeito sobre as finanças internas do país, porém, foi substituída pelo crescimento exponencial da dívida pública interna. Este crescimento vem desde o governo FHC (PSDB), revelando a alternância e o papel da dívida pública externa para a dívida pública interna desta característica do neoliberalismo apontada por CHAUI.

"O deslocamento do poder de decisão do capital industrial para o capital financeiro, que se torna o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo e privilegiando a mais abstrata e fetichizada das mercadorias, o dinheiro, porém não como mercadoria equivalente para todas as mercadorias, mas como moeda ou expressão monetária da relação entre credores e devedores, provocando, assim, a passagem da economia ao monetarismo. Essa abstração transforma a economia no movimento fantasmagórico das bolsas de valores, dos bancos e financeiras – fantasmagórico porque não operam com a materialidade produtiva e sim com signos, sinais e imagens do movimento vertiginoso das moedas." (CHAUI, 2013)

Gráfico 07 - Brasil - Dívida Externa Líquida (US\$ Bilhões)

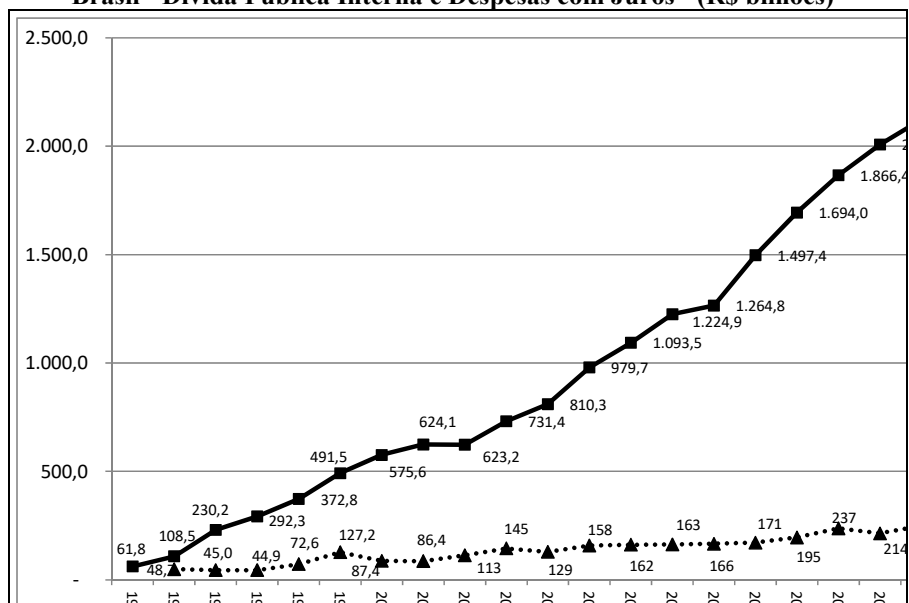


Fonte: Banco Central do Brasil

Dessa forma, a dívida pública interna que em 1994 era de R\$61,8 bilhões chegou em 2002 no último ano do governo de FHC ((PSDB)) em R\$623,2 bilhões. No governo no Partido dos Trabalhadores (PT), alcançou em 2010, no final do segundo mandato do governo Lula (PT) R\$1.694,0 bilhões, e, no final do primeiro mandato do governo Dilma (PT) R\$2.295,9 bilhões. Ou seja, a dívida interna cresceu 10 vezes no governo FHC (PSDB), quase três vezes no governo Lula (PT) e quase uma vez e meia no governo Dilma (PT). Porém, em termos do volume monetário envolvido, no governo FHC (PSDB) cresceu R\$561,8 bilhões, no governo Lula (PT) R\$1.070,8 e, no governo Dilma (PT) R\$601,9 bilhões.

Quanto às despesas com juros da dívida interna foi de R\$48,7 bilhões em 1985 e terminou o governo FHC (PSDB) em R\$113,0 bilhões. Já o governo Lula (PT) fechou o segundo mandato com o pagamento aos credores do total de R\$195,0 bilhões, e, o primeiro mandato do governo Dilma (PT) em R\$311,4 bilhões. Isto quer dizer que o governo FHC (PSDB) pagou R\$625,2 bilhões referentes aos juros da dívida interna aos credores. O governo Lula (PT) por sua vez pagou R\$1.289,0 bilhões e o governo Dilma (PT) R\$1.011,3 bilhões. Ou por outras palavras, a média anual do governo FHC (PSDB) foi de R\$78,1 bilhões, de Lula (PT) R\$161,1 bilhões e Dilma (PT) R\$252,8 bilhões. O gráfico 08 a seguir traz os dados anuais da dívida interna total e das despesas com juros.

Gráfico 08
Brasil - Dívida Pública Interna e Despesas com Juros - (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil

2.3. A terceirização se tornou estrutural

A terceira característica do neoliberalismo apontada por CHAUI foi que "a *terceirização se tornou estrutural, deixando de ser um suplemento à produção que, agora, não mais se realiza sob a antiga forma fordista das grandes plantas industriais que concentravam todas as etapas da produção - da aquisição da matéria-prima à distribuição dos produtos - , mas opera por fragmentação e dispersão de todas as esferas da produção, com a compra de serviços no mundo inteiro...*". Assim as novas formas de gestão das empresas assumem papel fundamental nas alterações da relação capital x trabalho. São os CCQ- Círculos de Controle de Qualidade, TQC-Controle de Qualidade Total, *Kanban*, *Just-in-Time*, etc. os novos "sistemas científicos" de organização do trabalho, que vão substituindo o taylorismo, o fordismo, e etc. Agora as empresas podem produzir com qualidade total sem ter que formar estoques. A difusão do sistema de *franchising* praticamente selou o fim das grandes lojas de departamentos, e as megaempresas. O capitalismo produziu a forma mundial de administração de seus negócios em qualquer parte do mundo, a palavra de ordem nas empresas é flexibilidade. É o capitalismo flexível. A indústria automobilística, novamente saiu na frente nestas transformações:

"Alguns métodos adotados por exigência das montadoras são as melhorias nos processos de produção, técnicas para controle da qualidade, como o Controle Estatístico do Processo (CEP), na década de 80, a certificação pela ISO 9000, da International Standardization Organization, ou adaptações dessa norma. Em alguns países, a indústria automobilística fez essas adaptações para serem aplicadas aos fornecedores de autopeças, definindo com mais detalhes os itens que devem ser avaliados e de que forma. Exemplos dessas adaptações são: a QS (Quality System) nos EUA; a VDA (Verband der Automobilindustrie – associação da indústria automobilística) na Alemanha; a EAQF (Evaluation de l’Aptitude Qualité Fournisseur – avaliação da capacidade do fornecedor em qualidade) na França; a AVSQ (ANFIA – Associazione Nazionale Fra Industrie Automobilistiche – Valutazione di Sistemi Qualità) na Itália; e a ISO/TS 16949, sendo que TS significa Technical Specification, uma adaptação internacional da ISO 9001, resultado de um acordo entre as associações da indústria automobilística desses países. A partir de meados da década de 90, o novo modelo passa a prescrever a redução da estrutura das grandes empresas, o *downsizing*, fortemente influenciado pelos critérios financeiros de gestão. (Essa influência é chamada de “financeirização” ou “shareholder value society”, que é a maior interferência dos acionistas nas decisões internas das empresas, que passam a contemplar prioridades definidas pela área financeira.) Essa redução tem ocorrido por meio do achatamento da hierarquia, da redivisão de atividades entre os departamentos, que são fundidos ou eliminados (em alguns casos, essas mudanças foram realizadas sob o nome da reengenharia, mas não em muitos, pois essa ficou associada a processos traumáticos de demissões), e da terceirização de atividades. Esta última reforça a necessidade de se estabelecerem novas formas de relação com os fornecedores." (RACHID et alii, 2006, p. 190/1)

Mas, a mais ousada transformação no processo produtivo foi executada de forma pioneira no Brasil na planta da Volkswagen Caminhões em Rezende/RJ:

"Ainda na década de 90, começam as experiências chamadas pelas empresas de Condomínio Industrial ou Consórcio Modular, com algumas iniciativas pioneiras no Brasil. Nesse tipo de planta, denominada “planta modular” por Graziadio (2004), os fornecedores se instalam no terreno da montadora e assumem atividades de projeto e de produção antes realizadas pela montadora. No Condomínio Industrial, esses fornecedores montam o seu conjunto e o entregam na linha da montadora. No Consórcio Modular, os fornecedores tornam-se responsáveis pela montagem de pelo menos alguma parte dos veículos. Várias plantas instaladas na década de 90 são modulares: a Volkswagen em Resende/RJ (1996) operava com 7 fornecedores no terreno da planta industrial; a Renault em São José dos Pinhais/PR (1998) com 5; a Audi em São José dos Pinhais/PR (1999) com 13; a Iveco em Sete

Lagoas/MG (1999) com 15; a Daimler-Chrysler em Juiz de Fora/MG (1999) com 10; a General Motors em Gravataí/RS (2000) com 16; a PSA-Peugeot Citroën em Porto Real/RJ (2000) sem dado; a Ford em Camaçari/BA (2001) com 17; e, a Volkswagen em São Bernardo do Campo/SP (2002) com 8. Esse tipo de planta reúne e aprofunda as tendências de relação entre empresas, como 'a entrega *just-in-time*, a redução do número de fornecedores diretos, o fornecimento exclusivo, a participação do fornecedor no desenvolvimento de novos produtos das montadoras, a terceirização e o fornecimento de sistemas de componentes ou conjuntos, e não mais de peças isoladas (RACHID, 1997, p. 2)'. Segundo Graziadio (2004), enquanto a planta da General Motors em São Caetano tem 400 fornecedores, a de Gravataí tem 100, 16 deles instalados em seu terreno e responsáveis por 80% do valor agregado ao veículo. (...) As montadoras obtêm um expressivo ganho de produtividade com as plantas modulares. Enquanto em São Caetano são produzidos 65 carros por funcionário ao ano, em Gravataí, são 112. Um dos principais fatores na obtenção desse índice é que os trabalhadores dos fornecedores instalados no terreno da montadora não são contabilizados ..." (RACHID et al., 2006, p. 191/2)

Em relação à conceituação de terceirização, o DIEESE é objetivo neste particular, quando o abordou tematicamente:

"Terceirização é o processo pelo qual uma empresa deixa de executar uma ou mais atividades realizadas por trabalhadores diretamente contratados por ela e as transfere para outra empresa. A terceirização é um fenômeno das sociedades capitalistas e, apesar de conservar características gerais que se reproduzem em todos os países nos quais é adotada, apresenta particularidades nas diferentes localidades onde se desenvolve. Nesse sentido, a terminologia empregada para designar este processo auxilia na identificação das diversas formas que assume, sendo importante para a compreensão das especificidades e influências exercidas sobre as condições de trabalho no país. **No Brasil, o termo empregado – terceirização – não é uma tradução literal do empregado em países de língua inglesa – *outsourcing* –, cujo significado literal é fornecimento vindo de fora. Em português, é possível que terceirizar tenha como origem a ideia de um trabalho realizado por terceiros, no sentido amplo em que se usa a expressão como referência a algo feito por outros.** A terceirização tem, entre as principais justificativas econômicas, permitir a focalização da produção em busca do aumento da produtividade e da qualidade como fatores diferenciais para a competitividade e a redução dos custos totais de produção. Entretanto, no Brasil, a redução dos custos de produção através de transformá-los, por exemplo, em custos variáveis é tão expressiva que, em grande parte dos processos acaba se transformando – ou transparece ser – o principal objetivo da terceirização." (DIEESE, 2012, p. 3) (Sem grifos e negritos no original)

Ainda segundo o DIEESE há duas formas diferentes e não excludentes da presença cada vez mais estruturante nas empresas capitalistas na atualidade:

Há duas formas não excludentes de terceirização. Na primeira, a empresa deixa de produzir bens ou serviços utilizados para a confecção de seus produtos e passa a comprá-los de uma ou mais empresas diferentes, o que provoca a desativação parcial ou total de setores que anteriormente funcionavam no seu interior. A outra forma é a contratação de uma ou mais empresas para executar, dentro da “empresa-mãe”, tarefas anteriormente realizadas por trabalhadores contratados diretamente. Essa segunda forma de terceirização pode referir-se tanto a atividades-fim como a atividades-meio. Entre as últimas podem estar, por exemplo, limpeza, vigilância, alimentação." (DIEESE, 2012, p. 3)

Enfim, a terceirização atingiu todos os setores da economia capitalista monopolista mundializada, e, particularmente, na agricultura apareceu na contratação de serviços específicos, tais como, por exemplo, aplicação aérea de agrotóxicos, muitas vezes, contratação de serviços de mecanização agrícola, etc.

"Embora genericamente o conceito de terceirização seja compreendido como uma substituição de parte do processo produtivo (indústria, comércio e serviços), onde parcela do que é produzido é transferido para outro, verifica-se que ele se expressa:

1) com a transferência de um componente ou mais do produto para outra empresa (exemplo setor automotivo);

2) através da expansão da produção, delegando a outra parte da produção (exemplo setor de petróleo, elétrico, telefônico, água e esgoto);

3) casos em que se formam um tipo de “consórcio modular” e a empresa mantém a marca (exemplo consórcio modular da Volkswagen);

4) substituição dos serviços (exemplo do setor bancário);

5) venda da força de trabalho através da alocação de trabalhadores (limpeza, segurança, vigilância, limpeza, alimentação).

Além disso, existem diferenças da terceirização no setor público e no privado. Ou seja, são rotuladas sob o mesmo conceito distintas formas de contratação e de transferência da produção e essas distinções trazem inúmeros desafios para a negociação coletiva. Todavia, de forma geral, independentemente da maneira como a terceirização se efetiva, ela traz prejuízos para os trabalhadores." (DIEESE, 2012, p. 3/4) (Sem grifos e negritos no original)

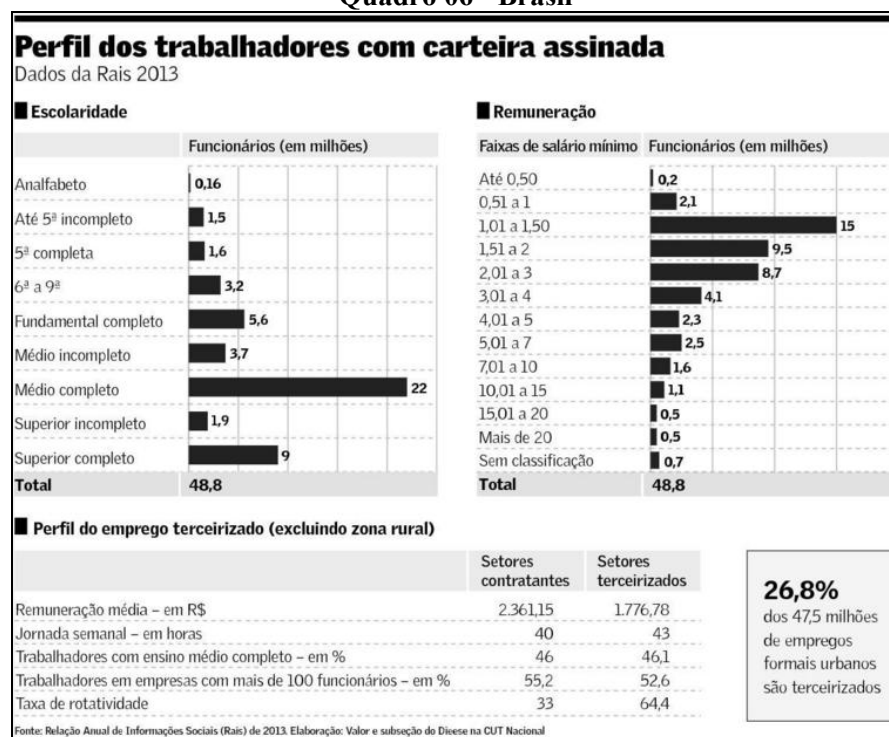
Os dados e informações disponíveis sobre a terceirização nas relações de trabalho e produção no Brasil, excluídos os empregos nas zonas rurais, a partir da RAIS de 2011 estão no quadro 06 a seguir.

Aliás, a matéria jornalística publicada no jornal Valor Econômico informou que em até cinco anos, o número total dos trabalhadores terceirizados poderia dobrar com a aprovação da nova legislação:

"a aprovação da terceirização da atividade-fim das empresas tal como está no Projeto de Lei 4330 tem capacidade para dobrar o número de trabalhadores terceirizados no País, atualmente 12,7 milhões entre os quase 50 milhões que têm carteira assinada (...) Em cinco anos, o número passaria dos atuais 12,7 milhões para 30 milhões." Ainda segundo a matéria, entre 2003 e 2013 "foram abertos no Brasil 20,5 milhões de empregos formais, 8,7 milhões dos quais terceirizados". (VALOR ECONÔMICO, 2015, p. A3)

Entre os trabalhadores que mais seriam atingidos estariam aqueles que recebem baixos salários e têm pouca qualificação.

Quadro 06 - Brasil

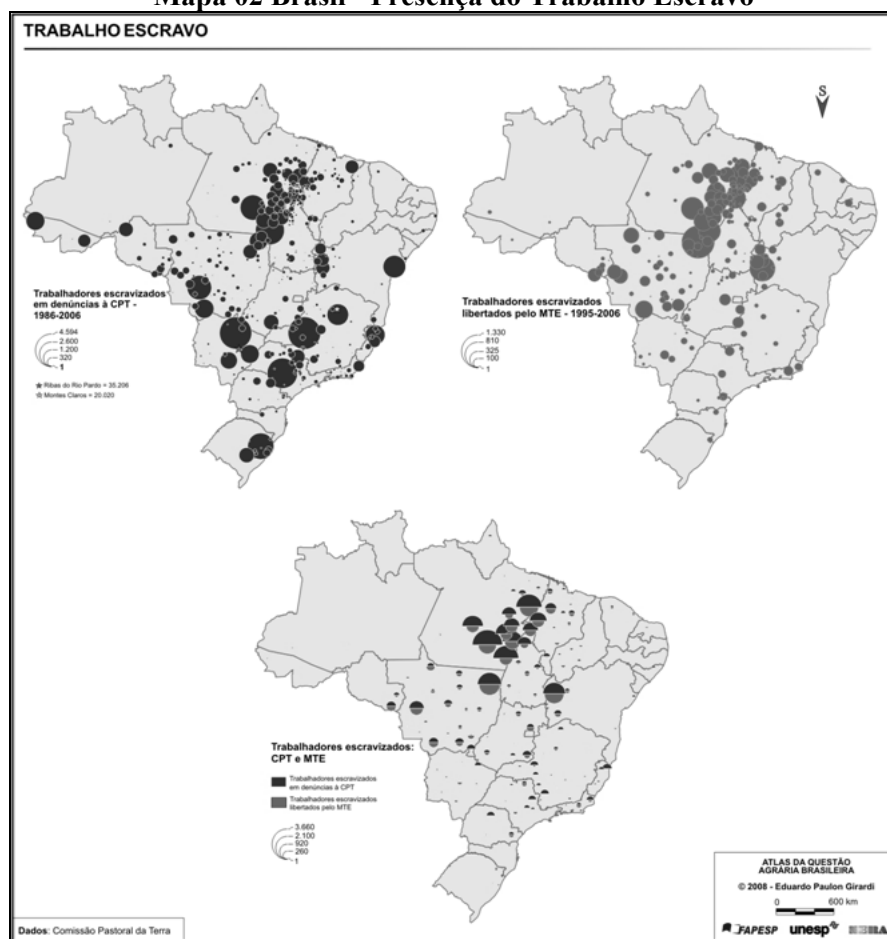


Fonte: Valor Econômico, 18,19,20 e 21/04/2015, p. A3)

No campo brasileiro persiste uma forma de precarização e da barbárie que é a peonagem, denominada de "trabalho análogo à escravidão" na legislação brasileira. Essa modalidade de "terceirização ilegal", pois se faz ao arpejo da lei, e muitas vezes, sob o signo da violência, pressão, e da

restrição à liberdade do trabalhador, aparece nos estudos realizados com "trabalho escravo", "trabalho escravo contemporâneo" ou a denominada por MARTINS (1995) de escravidão temporária. BARROS (2011) estudou a questão presente, sobretudo, no sudeste do estado do Pará. A seguir o mapa 02 contém da presença do "trabalho escravo" no campo brasileiro produzido por GERARDI (2008).

Mapa 02 Brasil - Presença do Trabalho Escravo



Fonte: GIRARDI, 2008).

2.4. O novo papel da ciência e da tecnologia no processo produtivo capitalista monopolista mundializado

A quarta característica do neoliberalismo citada por CHAUI referia-se ao novo papel da ciência e da tecnologia no processo produtivo

capitalista monopolista mundializado: "a ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converterem em agentes de sua acumulação. Conseqüentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade (tornaram-se agentes econômicos diretos) e a força capitalista encontra-se no monopólio dos conhecimentos e da informação...".

Há muito tempo, os investimentos de capitais no desenvolvimento de pesquisas constituíram-se na base da possibilidade do avanço tecnológico das empresas. A constituição de associações entre empresas tem visado a redução da relação custo benefícios destes empreendimentos. Os pesquisadores ou administradores são a cada dia mais, transformados em parceiros nos negócios. Vão sendo transformados, portanto, em capitalistas associados. Segundo DOMINGUES (2014) Michael Mabe e Derek John de Solla Price enumeraram quatro características principais desta ciência que denominaram "industrial":

"1) - A fusão entre ciência, economia e política ou entre ciência, indústria e governo (Estado): tal fusão acarretará, negativamente, o fim da ciência acadêmica e da idade da inocência e, positivamente, o surgimento da ciência industrial, às voltas com os interesses prosaicos e os negócios humanos, associada à criação do complexo industrial-militar nos Estados Unidos e à instalação dos programas de P&D patrocinados por órgãos de governo e empresas privadas pelo mundo afora.

2) - A distinção entre ciência pura e ciência aplicada torna-se pouco pertinente e nada clara: a ciência industrial promove o advento das tecnociências ou, ao menos, o aprofundamento da simbiose entre a tecnologia e a ciência, convertendo-as num complexo único e num imenso colosso.

3) - A ciência industrial converte os produtos do conhecimento em mercadoria e a atividade científica num grande negócio: a *big science* exige o investimento de grande soma de capitais e vê no empreendimento científico um investimento de risco que deve ser compensado e remunerado (lucro); na *big science* haverá então o nivelamento e equalização entre o mercado de produtos e o mercado de ideias ...

4) - Convertida em negócio, além da junção com a indústria, haverá a fusão da ciência com o mercado: trata-se da mercantilização do conhecimento (ideias = produtos); assim, não é mais a cooperação desinteressada e a procura da verdade que governam a ciência, mas a concorrência e a busca do lucro, que combinam com o segredo e a busca de vantagens competitivas. Tudo isso irá consumir-se na segunda metade do século xx, com seus vetores irresistíveis e suas conseqüências conhecidas. Por um lado, o aumento da escala da atividade científica e tecnológica, imperando o anonimato e a impessoalidade, junto com as incertezas e as desconfianças, num ambiente marcado pelo gigantismo e a opacidade. Por outro, o aumento

da necessidade de controle e de auditoria, conduzindo aos relatórios e à burocratização dos processos: demanda de transparência e culto dos ritos procedimentais." (DOMINGUES, 2014, p. 231/2)

Além da invasão do mundo acadêmico pelo discurso econômico, político e cultural do neoliberalismo, o próprio mundo acadêmico foi se transformando na direção de produzir no interior dele próprio, a reprodução do mesmo. De um lado, estava a política de "privatização" de muitos centros de pesquisas, e de outro, a política de introduzir o capital privado no interior dos centros de pesquisas. Estes, embora públicos tornaram-se "privados" a partir do imaginário social de seus técnicos, onde em geral reina a ideologia capitalista.

Assim, o meio acadêmico foi também, se transformando. Segundo Ivan Domingues, de um lado estava o sistema de comunicação da ciência e a era da "*big science*" e de outro o taylorismo acadêmico do "*publish or perish*" ("publique ou pereça"). Em relação à "*big science*", embora tenha lembrado que John Michael Ziman tivesse preferência pela expressão "ciência industrial", ele a tomou de Michael Mabe e Derek John de Solla Price:

"Expostos às pressões avassaladoras de publicar e descartar, as quais parecem não ter fim, do lado dos cientistas e pesquisadores impera o "publicar ou perecer" com sua capacidade de causar estragos terríveis nos meios acadêmicos, destruindo reputações, criando falsos heróis e gerando todo tipo de distorções, como a precipitação das publicações e o fatiamento da produção (técnica do salame). Então, com o surgimento da *big science*, junto com essas distorções e esses ilícitos, de resto não aleatórios, mas sistêmicos, é o fim do *éthos* da ciência acadêmica, cujo perfil foi traçado por Robert K. Merton, que será consumado e, mesmo, celebrado. Pautando-se não mais pelo dever-ser da norma estrita e o valor incondicional da verdade e do bem comum, a conduta será medida pelos resultados, pela rentabilidade dos processos e a vantagem competitiva advinda dos monopólios, das expertises e das novidades. Como qualquer homem de negócio, os cientistas podem ser empresários e vender suas descobertas; os docentes de humanidades e ciências sociais podem dar consultorias a empresas e órgãos de governo; tudo em princípio tem preço e pode ser comercializado. A consequência é conhecida e a ela voltaremos mais de uma vez: no lugar do *éthos* tradicional da busca desinteressada pela verdade e do conhecimento pelo conhecimento, fica o conhecimento interessado e a atitude calculista, focalizada nos resultados dos processos e na utilidade das coisas, resultando em uma ética utilitarista, também chamada de "consequencialista" pelos estudiosos. A esse conjunto de coisas estamos dando o nome de "taylorização acadêmica". (DOMINGUES, 2014, p. 234)

Dessa forma, Ivan Domingues traçou as características da taylorização acadêmica:

"Por taylorização entendemos, portanto, o processo ligado à fusão do conhecimento e da indústria que termina por submeter a ciência e a pesquisa às leis do mercado e aos modos de gestão das empresas capitalistas. Três são os vetores: (1) a abertura e a democratização dos processos cognitivos e intelectuais: o mercado é, em princípio, aberto e franqueado a todos os indivíduos, mas há distorções; (2) a dependência da indústria e do capital do emprego de tecnologias intensivas e, portanto, das descobertas e aplicações das ciências; (3) a transformação da ciência e seus produtos em negócio e do cientista em empresário ou em empregado, associada à expansão da indústria cultural e do próprio turismo, permitindo a multiplicação de eventos e, por extensão, de atas de congresso e de artigos. Desde então, em grande medida, e não estamos querendo ofender ninguém, estamos apenas juntando os fatos, o taylorismo intelectual e o turismo acadêmico vão juntos. Ao promover a equivalência entre o mercado de bens e o mercado de ideias, a taylorização faz do crescimento da riqueza o norte do sistema, função da redução dos custos da produção e do aumento da produtividade. Levada às universidades, aos institutos de pesquisa e aos laboratórios das grandes corporações, a taylorização promoverá por toda parte o aumento constante dos investimentos em P&D, a expansão da base física do sistema (laboratórios, instituições, número de cientistas), a aceleração do conhecimento e a explosão das publicações. Tendo já ressaltado os grandes números da *big science* à qual está associada, passaremos a fornecer na sequência as cifras da taylorização acadêmica, abarcando os periódicos, os artigos e os livros." (DOMINGUES, 2014, p. 234/5)

A seguir, Ivan Domingues discutiu a propriedade e sua opção sobre dois conceitos centrais que envolvem a incorporação do neoliberalismo no meio acadêmico: o taylorismo ou produtivismo. Preferiu o taylorismo, e teceu suas críticas ao novo modismo acadêmico: a lattesmania.

(...) o taylorismo é um mal que atinge, como em outras partes do mundo, os segmentos da universidade ligados à pós-graduação e à pesquisa, onde as coações e os incentivos à produção de conhecimento novo vão juntos com as formas de auditagem e controle da produção, que são os expedientes administrativos comumente utilizados nas fábricas e nas grandes corporações, como em seus congêneres econômicos. O outro nome para "taylorismo" bem poderia ser "produtivismo", com a vantagem da popularidade e ampla aceitação. Todavia, para os nossos propósitos, importava ressaltar o viés administrativo da produção acadêmica, associado ao sistema de incentivos e coerções, que vão junto com as recompensas e as punições, permeáveis às coerções dos governos, das agências de fomento, da administração central das universidades, levando à estandardização dos

processos e à explosão das publicações. Daí a preferência por taylorização e seu par taylorismo. No Brasil, embora o taylorismo seja real e já cause seus conhecidos estragos, ele nem mesmo aparece como problema para a maioria dos colegas, tão legitimado ele está nos meios acadêmicos, deixando todo mundo feliz justamente porque vivos e “produtivos”, como se fosse a coisa mais importante do mundo lançar uma linha a mais no Lattes.” (DOMINGUES, 2014, p. 226)

Assim, o taylorismo acadêmico traz consigo a *ratio* econômica simultaneamente na indústria, na agricultura e nos serviços, e, conseqüentemente na produção acadêmica.

"Sumariando, o sistema taylorista instala, pois, a *ratio* econômica na produção industrial, inclusive na agricultura, (...) e estende seus expedientes e dispositivos ao mundo intelectual, assim como aos processos de produção e difusão do conhecimento. Dois são os vetores da *ratio* taylorista: (1) a divisão parcelada do trabalho, gerando a dispersão dos processos e a especialização dos indivíduos; (2) a instituição de corpo de gerentes e administradores para monitorar os processos e vencer a segmentação, colocando os indivíduos a serviço do todo ou da empresa. Uma coisa não vai sem a outra no plano das causalidades, ao passo que será um único o fim do processo, ou seja, o aumento da produção e da produtividade, que é igual ao direito e ao avesso de uma mesma realidade. Nas fábricas e nas academias, haverá a mudança de escala e de patamar das atividades, que ficarão mais complexas e, na mesma proporção, menos intuitivas. Aqui e lá, para o acompanhamento e controle, não basta mais o senso comum e a experiência acumulada, mas será preciso buscar ajuda na ciência e em suas ferramentas analíticas, como as métricas matemáticas e as tabelas estatísticas. Tal necessidade levará à criação nos órgãos de governo e nas academias de um staff administrativo especializado, o qual ganhará importância ao longo do tempo, dando a impressão de que a ciência e a atividade científica não poderiam passar sem ele. Trata-se de uma ciência “auditada” e junto com a comunidade científica uma verdadeira sociedade de auditores foi criada ... para controlar a ciência e o cientista. (...) o taylorismo acadêmico, a exemplo do seu congêneres econômico, mede o processo pelo produto e visa o aumento da produtividade do trabalho intelectual, cujos produtos mais nobres são artigos e livros. No caso das ciências, visa-se prioritariamente a produção de artigos, os quais, por serem fáceis de contar, são mais facilmente apropriados pela *ratio* taylorista, levando à “paperização” do conhecimento: os artigos podem ser anualizados e coincidir com o ano civil, facilitando a visualização da produção ao longo do tempo, bem como sua indexação e a aferição dos índices de impacto.” (DOMINGUES, 2014, p. 238/9) (Sem grifos e negritos no original)

Este quadro leva os intelectuais a vivenciarem o mundo pleno do *publish or perish*. E, com ele, em geral, a troca da qualidade pela

quantidade, da criação pela repetição, do intelecto pelo umbigo. O fundamento e a importância dos textos estão neles em si e, na citação repetitiva da linha de produção acadêmica, que tudo resolve pelo "eu te cito, tu me citas, nós nos citamos, etc".

"Isso tem implicações para o entendimento da significância dos artigos e permite que eles sejam usados para fins que pouco tem a ver com a atividade de aprofundamento do conhecimento científico (...) Não é preciso muito para mostrar que a alma do taylorismo acadêmico é o "**publique ou pereça**". Trata-se de um princípio agônico, baseado no tudo ou nada dos jogos perigosos de vida e morte, como nas antigas ordálias. Seus principais traços, *modus operandi* e resultados são amplamente conhecidos. Por um lado, **transforma a produção intelectual em um grande certame, como nos plays-offs, dividindo o mundo entre vencedores (produtivos) e derrotados (improdutivos)**. Ademais, **promove a troca da qualidade pela quantidade, a profundidade pela velocidade e o mérito pela performance (índice de impacto)**. E por toda parte instala o tempo acelerado, mede o talento pelo produto e leva ao produtivismo ou à produção pela produção como valor e atitude. Por outro lado, **quanto aos resultados, o taylorismo acarreta o fim da criatividade e da fantasia**, trocando a invenção e o risco pelos relatórios e pelo controle, uma consequência é a estandardização e a burocratização dos processos, cujos efeitos negativos são lamentados e ao mesmo tempo buscados com insistência e sofreguidão. Outra consequência é **o conservadorismo: ninguém arrisca nada; passamos a maior parte do tempo fazendo relatórios, administrando a carreira e fabricando artigos do que desenvolvendo a pesquisa e cultivando o intelecto**. Não é à toa que num quadro como esse, onde **a fantasia foi banida, a criatividade é vigiada e o conservadorismo impera**, vão aparecer aqueles críticos que irão assacar contra a taylorização acadêmica, ainda que sem usar o nome, a pesada acusação de provocar o suicídio do intelecto e a morte do pensamento." (DOMINGUES, 2014, p. 238/9) (Sem grifos e negritos no original)

Ivan Domingues discutiu também em seu texto, as críticas que tem sido feita à concepção da *ratio* taylorista.

"Dissemos no início que o taylorismo tem uma forte incidência na gestão e administração da indústria, implicando na busca sistemática da racionalização dos processos (...) da indústria às academias, (...) ao se proceder a fusão da ciência, da economia e da política (estado ou governo). Trata-se de uma *techne*, em suma, cujos princípios serão buscados na ciência (...) autorizando a aproximação da *ratio* taylorista daquilo que os weberianos chamavam de "racionalidade burocrática" e os frankfurtianos de "razão instrumental". Porém, algo mais está em jogo. **Por *ratio* taylorista entendemos a fusão da razão matemática e da razão econômica, fundada em métricas e em cálculos, bem como**

em valores e regras de conduta talhados por uma psicologia behaviorista e uma ética utilitarista, além de modelados – em um ambiente de demanda crescente por relatórios e boas práticas , visando o maior controle dos processos – pelas normas e procedimentos do direito. Então, tendo suspeitado desse casamento, os críticos da *ratio* taylorista não tardaram a tomar como alvo dos seus ataques os princípios, as métricas e os procedimentos que a lastreiam e conduzem às distorções e perversões do sistema. Um dos primeiros alvos do ataque foi **o princípio que baliza o sistema, a saber, a equivalência funcional (...) entre o mercado de produtos e o mercado de ideias. Equivalência enganosa e redutora, pois dir-se-á que a ciência e seus resultados não são essencialmente produtos ou mercadorias, ainda que possam ser comercializados e gerar lucros fabulosos, mas um bem da civilização e um patrimônio da humanidade.** (...) Outro alvo dos ataques são as métricas. O grande argumento a favor delas é **que todo sistema de avaliação, acompanhamento e controle só é possível com a ajuda de métricas, as quais vão permitir as comparações e garantir a impessoalidade.** ” (DOMINGUES, 2014, p. 240) (Sem grifos e negritos no original)

E por fim, estende a análise às críticas feitas ao "**publish or perish**", revelando suas contradições desencadeadas pelas fraudes constantes que o sistema tem apresentado.

"Mais sérias ainda, todavia, são as críticas dirigidas ao **“publique ou pereça”**, e **mais sérias porque elas atingem o coração do sistema ou a sua alma, ao dar vazão à pressão por mais publicações.** Tal *animus*, além de motor do sistema taylorista, fornecendo-lhe a preciosa seiva sem a qual ele não pode viver, acarretará graves distorções, como já antecipamos: (1) **instala a competição cega e conduz ao enlouquecimento do sistema,** sistema que, até mesmo evolucionariamente, não pode funcionar sem alguma base cooperativa, e a qual fica reduzida a quase nada e tem uma atuação combalida. (2) **dissemina as fraudes e os plágios, nas suas mais variadas formas, e induz à precipitação, à corrida para chegar primeiro.** (3) **incita o tempo acelerado que se estende ao infinito e não combina com o tempo humano e os altos e baixos da criação, podendo uma obra de talento ou de gênio passar despercebida, demorar décadas até ser descoberta, e não ser capturada pelos índices de impacto.** (...) A face visível e nada lisonjeira, capaz de minar a credibilidade do sistema naquilo que ele tem de mais precioso e de mais caro, vai ser encontrada não naquilo que o sistema esconde, mas mostra por inteiro nos escândalos das fraudes, dos plágios. **Essa é a face escondida ou invisível do sistema, ao denunciar o estrago da corrida pelas publicações, evidenciando o espetáculo de artigos mal talhados e escondendo os verdadeiros tesouros que o sistema não consegue capturar ou que foram simplesmente deixados de lado, e dos arranjos ilícitos, abarcando toda sorte de expedientes para**

melhorar o desempenho dos pesquisadores e dos veículos, desde as combinações das citações, passando pela técnica do fatiamento da produção (técnica do salame), até a maquiagem e a invenção dos dados ou achados. O resultado desses ilícitos e distorções, não podendo ser colocados exclusivamente na conta dos indivíduos, deverá ser estendido ao sistema inteiro, a evidenciar que algo mais grave está em curso, capaz de partir ao meio o arrimo que sustenta e protege o edifício. **O arrimo não é senão o *éthos* da atividade intelectual e está-se a falar justamente da sua fratura...** (DOMINGUES, 2014, p. 244/5) (Sem grifos e negritos no original)

Aliás, os laboratórios e os centros de pesquisas institucionais foram rapidamente substituídos pelos grupos de pesquisa onde se reproduzem as neo-cátedras do novo "cacicado" da pós-graduação e da pesquisa. Via de regra em rede enredam os novos operários (escravos) da pesquisa: os pibcs e petianos na graduação, os mestrandos e doutorandos na pós, e agora também, os pós-docs. Prazos rigorosos cada vez mais curtos, tempo de trabalho "full-time", publicações e muito "money", captado nos editais públicos e cada vez mais nas empresas privadas. Por isso também a corrida e articulações pelo controle das representações nas agências de pesquisas. Tudo pela nova forma de poder na divisão capitalista do trabalho acadêmico: as lideranças dos grupos de pesquisas comprados com dinheiro público e, a representação no CNPq, CAPES, FAPESP, FAPES pelo país afora, articuladas nos bastidores da velha política herdada da escravidão fundada na "colegocracia" e no "QI" ("quem indicacracia"). O objetivo é um só, o controle da distribuição do dinheiro público para o novo "cacicado" da pesquisa. Pobre poder que ornamenta egos. Aliás, não conseguem entender que esta corrida tresloucada, não terá lugar na história do pensamento acadêmico, pois, não contem conceitos, noções ou teorias novas. A corrida maluca pelo dinheiro público dos editais, transforma-se na monetarização das ideias e do pensamento, não permitindo a criação do pensamento novo, vivo, revolucionário. Sobrará apenas a repetição melancólica do pensamento já produzido, e uma grande quantidade de papel escrito e lido por eles mesmos. São os agora, os incentivadores da "lattesmania", medida em metros e quiçá, quilômetros de comprimento: a mais nova "entourage" neoliberal, no mundo acadêmico. De qualquer forma, é preciso abrir combate acadêmico e político a essa nova herança do neoliberalismo na universidade pública brasileira. É o velho "vil metal", "besta fera" combatida na história pelos camponeses, virando agora, objeto de conquistas dos intelectuais neoliberais. É enfim, a monetarização da produção da pesquisa que está esterilizando a construção de novos saberes. É isto sim, uma nova forma de apropriação privada do dinheiro público, para fins ornamentais dos egos dos novos "donos do poder" acadêmico.

2.5. A privatização de estatais e serviços mantidos pelo Estado também se tornou estrutural.

A quinta característica do neoliberalismo indicada por CHAUI foi que *"diferentemente da forma keynesiana e socialdemocrata que, desde o pós-Segunda Guerra, havia definido o Estado como agente econômico para a regulação do mercado e para investimento nas políticas sociais, agora, o capitalismo dispensa e rejeita a presença estatal não só no mercado, mas também nas políticas sociais, de sorte que a privatização também se tornou estrutural."* Foi este caminho que o governo Sarney (PMDB) seguiu quando iniciou sua política de privatizações. As estatais durante o governo Collor (PTN) e Itamar Franco (PRN) foram sendo rapidamente privatizadas, transformando o capital acumulado socialmente em capital privados de grupos empresariais. Mas, foi no governo FHC (PSDB) que a política de privatização se tornou uma política pública do governo. Foi como se estivéssemos diante de uma "nova acumulação primitiva" do capital, feita com a "compra" das empresas estatais via utilização das "moedas podres".

Intelectuais e jornalistas mostraram o lado equivocado, porém, coerentemente capitalista da proposta privatista de FHC, Covas, Serra, Alckmin, Aécio Neves, enfim, do PSDB como partido político. Entre eles é preciso destacar o já clássico livro de Aloysio Biondi *"O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado"* cuja primeira edição foi publicada em 1999. Nele há um balanço trágico e ufanista da política privatista Tucana nas estatais federais e estaduais onde governaram e/ou ainda governam. BIONDI escreveu de forma satírica, mordaz e hilariada a tragédia Tucana:

"Compre você também uma empresa pública, um banco, uma ferrovia, uma rodovia, um porto. O governo vende baratíssimo. Ou pode doar. Aproveite a política de privatizações do governo brasileiro. Confira nas páginas seguintes os grandes negócios que foram feitos com as privatizações – “negócios da China” para os “compradores”, mas péssimos para o Brasil. Antes de vender as empresas telefônicas, o governo investiu 21 bilhões de reais no setor, em dois anos e meio. Vendeu tudo por uma “entrada” de 8,8 bilhões de reais ou menos – porque financiou metade da “entrada” para grupos brasileiros. Na venda do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), o “comprador” pagou apenas 330 milhões de reais e o governo do Rio tomou, antes, um empréstimo dez vezes maior, de 3,3 bilhões de reais, para pagar direitos dos trabalhadores. Na privatização da rodovia dos Bandeirantes, em São Paulo, a empreiteira que ganhou o leilão está recebendo 220 milhões de reais de pedágio por ano desde que assinou o contrato (...) **A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi comprada por 1,05 bilhão de reais, dos quais 1,01 bilhão em**

“moedas podres” – vendidas aos “compradores” pelo próprio BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), financiadas em 12 anos. Assim é a privatização brasileira: o governo financia a compra no leilão, vende “moedas podres” a longo prazo e ainda financia os investimentos que os “compradores” precisam fazer – até a Light recebeu um empréstimo de 730 milhões de reais no ano passado. **E, para aumentar os lucros dos futuros “compradores”, o governo “engole” dívidas bilionárias, demite funcionários, investe maciçamente e até aumenta tarifas e preços antes da privatização.** Aproveite você também, conheça os detalhes neste livro. E veja, nas páginas 65 a 68, um balanço das contas que o governo está escondendo." (BIONDI, 1999, p. 7/8) (Sem grifos e negritos no original)

O quadro 07 a seguir traz a relação das empresas presentes no livro de Aloysio Biondi.

BIONDI revelou também, em seu livro o uso das "moedas podres" na aquisição da CSN - Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda/RJ:

"Nas primeiras privatizações, **o governo chegou a aceitar que o pagamento fosse totalmente feito em “moedas podres”, isto é, títulos antigos emitidos pelo governo e que podiam ser comprados por até 50% do seu valor.** A própria Companhia Siderúrgica Nacional foi “vendida” no leilão por 1,05 bilhão de reais, **mas esse valor foi pago em sua quase totalidade, ou 1,01 bilhão de reais, com “moedas podres”, com apenas 38 milhões de reais pagos em dinheiro.** Em outras palavras, foi nula a entrada de dinheiro nos cofres do governo, que na prática apenas recebeu de volta uma parcela de sua dívida em títulos E os grupos “compradores”? Usaram títulos, que compraram pela metade do preço, para “pagar” ao governo, isto é, na verdade compraram as estatais pela metade do preço anunciado. No final das contas: o governo vendeu empresas aceitando “moedas podres” que estavam com o BNDES, que vendeu essas moedas para pagamento em até 12 anos, para os compradores das estatais. Ou ainda: os compradores não precisaram desembolsar dinheiro vivo nem mesmo para comprar as “moedas podres” usadas para pagar o governo... Sem gastar, viraram “donos” de estatais construídas com dinheiro – bilhões de reais – de todos nós, brasileiros, ao longo de décadas ... A Companhia Siderúrgica Nacional, comprada com “moedas podres” financiadas, também foi imediatamente presenteada com um empréstimo de 1,1 bilhão de reais do BNDES para execução de um plano de expansão de cinco anos. Tudo, sempre, com juros privilegiados, abaixo dos níveis de mercado. Explicam-se, assim, os rápidos e crescentes lucros dos “compradores” de estatais... Com dinheiro nosso, a baixo custo." (BIONDI, 1999, p. 8) (Sem grifos e negritos no original)

Aloysio Biondi apresentou também em seu livro dados do BNDES que comprovavam a entrega praticamente gratuita do patrimônio público quando da privatização das estatais no Governo de FHC (PSDB). O quadro 08 mostrava as contas feitas pelo governo tucano e o quadro 09 os números que ficaram escondidos. Elas mostram os números divulgados e aqueles que ficaram escondidos de modo a dilapidar o patrimônio público em benefício de parte da burguesia brasileira. Foi uma espécie de acumulação primitiva a partir das benesses do Estado.

BIONDI desvelou também, os números que ficaram escondidos nas contas apresentadas pelo governo tucano, e que ficaram camufladas e não divulgadas. É preciso lembrar que as vendas foram a prazo, parte das dívidas ficaram com o Estado, os juros engolidos, não entraram nas contas os investimentos feitos nas empresas antes da privatização, o uso das moedas podres, o dinheiro limpo que ficou no caixa das empresas, etc. e etc.

No final o resultado da privatização foi negativo para o Estado e, por isso o subtítulo do livro de Aloysio Biondi: "*um balanço do desmonte do Estado*". Entretanto, favoreceu "meia dúzia" de integrantes da burguesia brasileira que se tornaram os novos bilionários do capitalismo mundializado como se verá a seguir.

Outros livros foram escritos sobre este trágico episódio da história social do país. Entre eles destacam-se "*O Príncipe da Privatária*" de Palmério Dória que traz na capa o curto texto: "A história secreta de como o Brasil perdeu seu patrimônio e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) ganhou sua reeleição." Há também o livro de Amaury Ribeiro Jr. "*A privatária Tucana*", onde também, na capa está o texto "Os documentos secretos e a verdade sobre o maior assalto ao patrimônio público brasileiro. A fantástica viagem das fortunas tucanas até o paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas. E a história de como o PT sabotou o PT na campanha de Dilma Rousseff." Ou seja, desde o governo Collor (PTN) o Brasil aderiu ao neoliberalismo, assim a privatização de estatais não são exclusividade do governo do PSDB, mas incluiu o PMDB e também o PT, como pode ser visto a seguir:

Governos Collor (PTN) / Itamar (PRN): em 1991 foram privatizadas a Usiminas, Celma, Mafersa e Cosinor; em 1992 foi a vez da SNBP, AFP, Petroflex, Copesul, Alcanorte, Álcalis, CNA, CST e Fosfertil por Collor e por Itamar Franco que tinha como ministro da Fazenda FHC (PSDB), foram a Goiasfertil e a Acesita; em 1993 a CSN, Ultrafertil, Cosipa e Açominas; em 1994 a PQU, Caraíba, Embraer, Ponte Rio-Niterói.

2) - Governo FHC (PSDB): em 1995 a Excelsa, Via Dutra, BR-040 Juiz de Fora-Rio, BR-116 (Além Paraíba-Teresópolis); em 1996 a Ligth e 5 malhas da Rede Ferroviária Federal; em 1997 a Vale do Rio Doce, o Banco

**Quadro 07 - O preço de um patrimônio em US\$ (*)
Principais privatizações federais e estaduais**

Telesp	4,96 bilhões
Vale do Rio Doce	3,13 bilhões
Telesp Celular	3,07 bilhões
CPFL (energia, São Paulo)	3,01 bilhões
Tele Norte Leste	2,94 bilhões
Light (Rio de Janeiro, distribuidora)	2,35 bilhões
Embratel	2,27 bilhões
Usiminas	1,94 bilhão
Eletropaulo Metrop. (energia, São Paulo)	1,77 bilhão
Tele Centro Sul	1,77 bilhão
Coelba (energia, Bahia)	1,60 bilhão
CEEE (energia, Rio Grande do Sul)	1,48 bilhão
Companhia Siderúrgica Nacional	1,49 bilhão
CEEE-Centro Oeste (energia)	1,37 bilhão
Tele Sudeste Celular	1,36 bilhão
Cemig (energia, Minas Gerais)	1,05 bilhão
Copesul (petroquímica)	861 milhões
Rede Ferroviária Federal-Sudeste	870 milhões (**)
Telemig Celular	750 milhões
Cachocira Dourada (energia, Goiás)	710 milhões
Tele Celular Sul	700 milhões
CRT (tele, Rio Grande do Sul)	660 milhões
Tele Nordeste Celular	660 milhões
Cosem (energia, RN)	600 milhões
Açominas	600 milhões
Cosipa	590 milhões
CERJ (energia, interior Rio de Janeiro)	590 milhões
Enersul	570 milhões
Energipe (energia, Sergipe)	520 milhões
Acesita (siderurgia)	460 milhões
Tele Centro Oeste Celular	440 milhões
CEG	430 milhões
Tele Leste Celular	430 milhões
Escelsa (energia, Espírito Santo)	430 milhões
Cemat (energia, Mato Grosso)	350 milhões
Banerj	330 milhões
Rede Ferroviária-Centro Leste	320 milhões (**)
PQU (petroquímica)	290 milhões
Metrô RJ	260 milhões
Copene (petroquímica)	270 milhões
Porto de Santos-Terminal	251 milhões
Banco Meridional	240 milhões
Petroflex	230 milhões
Rede Ferroviária-Sul	210 milhões (**)
Ultrafertil	205 milhões
Embraer (indústria aeronáutica)	190 milhões
Fosfertil	180 milhões
Salgema (petroquímica)	140 milhões

(*) Preços pela cotação do dólar no dia da venda. Os preços acima se referem não apenas aos valores apurados nos leilões, mas incluem também eventuais cifras apuradas com as “vendas de sobras”.

(**) Os preços divulgados para as ferrovias privatizadas são fictícios: houve apenas uma entrada de 10% a 15% (só para a malha Sudeste o percentual chegou a 30%); o valor restante será pago em 30 anos, sem correção para o saldo devedor, isto é, com atualizações apenas das prestações trimestrais. Fonte: BNDES disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/pnd/Priv_Gov.PDF, e, conforme BIONDI (1999) p. 63.

Quadro 08 - As contas do Governo FHC (PSDB)

AS CONTAS DIVULGADAS PELO GOVERNO FHC (PSDB)	
	US\$ bilhões
Privatizações do governo federal	
Telecomunicações	26,60
Siderúrgico	5,56
Elétrico	3,90
Mineração	3,30
Petroquímico	2,69
Ferrovário	1,69
Decreto 1.068 (*)	1,04
Fertilizantes	0,41
Portuário	0,40
Financeiro	0,24
Outros	0,34
(1) Privatizações do governo federal (Subtotal)	46,17
2) Privatizações dos Estados (Subtotal)	22,50
3) Subtotal União e Estados	68,67
Dívidas transferidas aos "compradores" das Estatais FEDERAIS	
Telecomunicações	2,10
Demais setores	9,20
(4) Dívidas transferidas aos "compradores" das Estatais FEDERAIS (Subtotal)	11,30
(5) Dívidas das estatais estaduais (Subtotal)	5,20
(6) Total de dívidas da União e Estados (4 + 5):	16,50
RESULTADO QUE O GOVERNO GOVERNO FHC (PSDB) ANUNCIOU:	
Vendas mais dívidas transferidas (3 + 6):	85,17
(*) Dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND das participações societárias minoritárias, detidas pelas entidades da Administração Federal que menciona.	

Fonte: BIONDI, 1999, p. 65)

Quadro 09 - As contas escondidas pelo Governo FHC (PSDB)

AS CONTAS ESCONDIDAS PELO GOVERNO FHC (PSDB)	
	US\$ bilhões
A) Vendas de estatais a prazo	14,80
B) Dívidas que o governo "engoliu"	16,10
C) Juros de 15% sobre dívidas "engolidas"	8,70
D) Investimentos feitos antes de cada privatização	28,50
E) Juros sobre esses investimentos	8,90
F) "Moedas podres" usadas	8,90
G) Dinheiro que o governo deixou aos "compradores"	1,70
TOTAL: (soma de A a G)	87,60

Fonte: BIONDI, 1999, p. 68)

Meridional, BR-290 (Osório-Porto Alegre), Malha Nordeste da Rede Ferroviária Federal; em 1998 o sistema Telebrás, a Gerasul, a BR-116 (malha paulista da Rede Ferroviária Federal); em 1999 a Datamec; em 2000 o Banespa; em 2001 o Banco do Estado de Goiás; em 2002 o Banco do Estado do Amazonas;

3) - Governo LULA (PT): em 2004 o Banco do Estado do Maranhão; em 2005 o Banco do Estado do Ceará; em 2007 a Rodovia Régis Bittencourt, dois trechos da BR-116, Rodovia Fernão Dias, a BR-101 (divisa RJ-ES a Ponte Rio-Niterói, Rodovia Transbrasiliana e Rodovia do Aço; em 2009 a BR-116/BA.

4) - Governo de Dilma Rousseff (PT): em 2012 foi a BR-101/ES, Aeroporto Juscelino Kubistchek, Aeroporto de Viracopos; e, em 2013 a

BR-50 (MG-GO), o Aeroporto do Galeão, o Aeroporto de Confins, a BR-050 trecho Goiás e Minas Gerais vencido pelo Consórcio Planalto, BRs-060, 153 e 262 trecho Brasília (DF) a Betim (MG), leilão vencido pela Triunfo Participações, a BR-040 trecho Brasília (DF) e Juiz de Fora (MG), a BR-163 trecho Mato Grosso que foi arrematado pela Odebrecht, e a BR-163 trecho Mato Grosso do Sul.

É preciso destacar que a política de privatização de estatais como política neoliberal praticada no Brasil, trouxe consigo a presença do BNDES e dos Fundos de Pensões dos trabalhadores das empresas que se mantiveram estatais como participantes do capital das novas empresas. Este novo traço da mão do Estado na economia capitalista mundializada, levou parte da burguesia brasileira a compor a galeria dos bilionários do mundo. Assim, não se pode mais analisar o capitalismo pela tese do imperialismo dualista estrangeiros versus nacionais. As burguesias nacionais mundializadas pelo capital uniram-se no seio das empresas mundiais, não há mais contradições importantes entre elas. As duas grandes guerras mundiais e a revoluções socialistas do Século XX serviram de lição.

Assim, entre os beneficiados pela privatização das estatais brasileiras estão aliançados: o Estado pela mão do BNDES, uma parcela dos trabalhadores das estatais através de seus Fundos de Pensões, a burguesia brasileira e a burguesia estrangeira. Não há mais ordem de importância entre as partes na composição do capital social das novas empresas, pois, o que importa é a continuidade da extração da mais valia dos trabalhadores, da renda dos camponeses, às vezes dos povos indígenas, e demais povos milenares do planeta. Essa é a nova regra forjada no interior da mundialização do capital que passou a comandar também a formação dos **grupos econômicos mundiais (world economic groups)** como expressão do processo de concentração do capital mundializados. Esses novos grupos econômicos estão, pois, na raiz do processo de transformação do capitalismo monopolista mundializado. A sua formação se faz em um novo momento histórico do modo capitalista de produção: o crescimento do poder econômico e financeiro das burguesias nacionais dos países emergentes, que com uma mão no capital e outra nos Estados Nacionais, tornaram-se parte fundamental do centro do capital e das finanças mundiais como se verá em outros capítulos deste livro.

Voltando aos resultados das privatizações de estatais no Brasil e os beneficiários do saque aos recursos públicos através da acumulação originária que passou a permitir a gênese da reprodução social da burguesia brasileira e do novo papel burguês, capitalista dos setores mais aquinhoados do proletariado das estatais nacionais. Por certo, o capitalismo monopolista mundializado cindiu, fraturou de forma definitiva a classe do proletariado brasileiro. Essa é uma parte dessa nova lógica da luta de classe mundial. Reitero outra vez, uma fração da classe do proletariado aliançada

à burguesia mundializada, compondo o capital social das novas empresas mundiais. Os exemplos são muitos, em relação ao governo de FHC (PSDB), o jornalista Palmério Dória registrou em seu livro "O príncipe da Privataria" de 2013, os amigos agradecidos em jantar no final do segundo mandato em 2002, todos eles estão entre os beneficiados pelas privatizações de estatais, um dos pilares das políticas neoliberais no país:

"Uns oito jatinhos repousam nos hangares do terminal 2 do aeroporto Presidente Juscelino Kubitschek, em Brasília: David *Suzano* Feffer, Emílio *Empreiteira* Odebrecht, Jorge *Grupo* Gerdau, Katy *Banco Icatu* Almeida Braga, Lázaro *Bradesco* Brandão, Luiz *Empreiteira Camargo Corrêa* Nascimento, Márcio *Bradesco* Cypriano, Pedro *Klabin* Piva, Ricardo *Grupo Espírito Santo* do Espírito Santo, Sérgio *Empreiteira* Andrade Gutierrez e outros sentam-se à mesa para jantar no Palácio da Alvorada." (DÓRIA, 2013, p. 320)

Entre todos os setores, exceto o de telecomunicações, 43% do dinheiro das aquisições envolveram empresas nacionais que pagaram US\$8,42 bilhões; os investidores estrangeiros pagaram US\$3,12 bilhões e, assim ficaram com 16% do montante financeiro; já o setor financeiro pagou US\$2,85 milhões, quer dizer, ficou com 15%; as pessoas físicas aplicaram US\$2,91 milhões (14%); e, os Fundos de Pensão US\$2,28 milhões (12%). Entre as empresas privatizadas em 1997, estava o Banco Meridional que pertencia à União Federal (100%) e foi adquirido integralmente pelo Banco Bozano Simonsen (100,0%), e, no ano 2000 foi vendido ao Banco Santander.

2.5.1. A Privatização no setor de telecomunicações

No setor de telecomunicações em 1998, o governo FHC (PSDB) vendeu as 12 holdings, que foram criadas a partir da divisão do Sistema Telebrás, quando transferiu às empresas privadas três empresas de telefonia fixa Telesp, Tele Centro Sul e Tele Norte Leste. A empresa Telecomunicações de São Paulo (Telesp) foi comprada pela Telefónica empresa espanhola, que em 2012 adotou a marca Vivo em suas operações de telefonia fixa. A Tele Centro Sul foi comprada pela Tele Centro Sul Participações S/A em 1998 controlada pela Brasil Telecom Participações S.A, cujo capital foi dividido entre as empresas: Solpart Participações S.A (grupo Opportunity, Citibank e Fundos de Pensão de empresas estatais), Zain Participações S/A (grupo Opportunity), Invitel S/A (grupo Opportunity), e, Techold Participações S/A (grupo Opportunity que também era acionista da Solpart Participações S.A).

Atualmente a Brasil Telecom transformou-se na empresa Oi S/A que segundo a BOVESPA tem como principais acionistas o grupo português Portugal Telecom Sgps Sa (15,64%), o fundo controlado pela

empresa BTG Pactual Serviços Financeiros S/A (que tem o banqueiro André Esteves - Chairman & CEO do BTG Pactual - cuja fortuna pessoal é estimada em R\$9,55 bilhões o que o colocou em 2014, como o 520º bilionário do mundo, e o 12º mais rico do Brasil segundo a Forbes Brasil) denominado Caravelas Fundo de Investimento em Ações (6,18%), o fundo de pensões canadense Ontario Teachers' Pension Plan Board (4,89%), a *holding* controlada pelos grupos Andrade Gutierrez (de propriedade de Sérgio Luis Andrade e família cuja fortuna em 2014 era de US\$1,4 bilhão, a 1154ª do mundo e a 37ª do Brasil) e Jereissati (controlado pela família cearense Jereissati através do irmão do senador Tasso Jereissati, Carlos Francisco Ribeiro cuja fortuna era em 2014 de US\$1,3 bilhão, aparecendo na posição 1284º entre os bilionários do mundo e 45º entre os brasileiros bilionários) Telemar Participações S/A (3,12%), a portuguesa Portugal Telecom através da Bratel Brasil S/A (2,94%), o grupo Andrade Gutierrez através da Ag Telecom Participações S/A (0,81%), o grupo Jereissati via Lf Tel S/A (0,81%), o grupo Jereissati através da Valverde Participações S/A (0,48%), o BNDES Participações S/A - Bndespar (4,52%), mais os fundos de pensões de estatais da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ (0,90%) e da Fundação dos Economistas Federais (0,00%), Outros (41,30%) e Ações de Tesouraria (18,41%). A Tele Norte-Leste foi adquirida pela Telemar S/A, empresa *holding* brasileira controlada pelo grupo Andrade Gutierrez através da Ag Telecom Participações S/A (37,19%) e do grupo Jereissati via Lf Tel S/A (37,19%), a empresa portuguesa Portugal Telecom através da Bratel Brasil S/A (5,04%), o BNDES Participações S/A - Bndespar (5,45%), a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ (4,05%), Fundação Atlântico de Seguridade Social (4,81%), e da Fundação dos Economistas Federais - Funcef (3,13%), e, Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros (3,13%).

Além das três empresas de telefonia fixa, foram a leilão de privatização oito empresas de telefonia celular: Telesp Celular (comprada pela Portugal Telecom e atualmente controlada pela espanhola Vivo - Telefônica Brasil S/A), Tele Sudeste Celular (Vivo - Telefônica Brasil S/A), Telemig Celular (Vivo - Telefônica Brasil S/A), Tele Celular Sul (TIM - Telecom Itália), Tele Nordeste Celular (TIM - Telecom Itália), Tele Centro Oeste Celular (Vivo - Telefônica Brasil S/A), Tele Leste Celular (Vivo - Telefônica Brasil S/A) e Tele Norte Celular (Vivo - Telefônica Brasil S/A). E por fim, a Embratel foi também privatizada como uma empresa de telefonia de longa distância. Em 1998 foi inicialmente adquirida pela empresa norte-americana MCI World Com, por R\$ 2,65 bilhões, e depois, em 2004, foi vendida para mexicana Telmex por US\$400 milhões. Em 2011 passou a pertencer à América Móvil do empresário mexicano Carlos Slim Helu (o segundo bilionário do mundo em 2014 com

fortuna de US\$74,9 bilhões). Em janeiro de 2015, a empresa foi incorporada pela Claro S/A, porém, mantém a marca NET, separado como Embratel (96,16% do bilionário Carlos Slim e, 4,11%, pertencem à EGPar, uma sociedade entre o grupo Globo do Brasil com 49,55% e a Embratel 50,45%).

Na atualidade o setor de telecomunicações é controlado pelos grupos Telmex (Claro/Embratel/NET), Oi, Telefônica/Vivo, Telecom Itália (TIM), Vivendi/GVT (francês), British Telecommunications (BT), e, as nacionais Algar (CTBC Telecom), Prefeitura de Londrina/Copel, Cabo (RN) e Big Brasil (o fundo inglês 3i Group 48,25%, Marcelo Lacerda 21,65%, Blue Interactive 9%).

Na época da privatização das empresas do sistema Telebrás, estourou o escândalo do "grampo do BNDES" envolvendo ministro e diretores no governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso. Semanas após o ato final da privatização, ocorreu a divulgação de gravações ilegais a partir de telefones do BNDES, revelando uma articulação para favorecer o grupo liderado pelo Banco Opportunity na aquisição da Tele Norte Leste. Como repercussão do caso o Ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros (PSDB), do presidente do BNDES, André Lara Resende (PSDB), do diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira e do presidente da Previ, Jair Bilachi, foram demitidos.

2.5.2. A privatização no setor siderúrgico

Tomando-se como exemplo o setor siderúrgico, tinha-se na estatal Usiminas, antes da privatização, a seguinte composição do capital: Siderbrás/BNDES 85,3%, BNDES/opção minoritários 9,4% e Nippon Stell-Usiminas (Japão) 5,0%. Depois da privatização, segundo BIONDI a composição ficou assim configurada: BNDES/opção minoritários 0,6%, Nippon Stell-Usiminas (Japão) 13,8%, **Empregados da Usiminas 9,6%**, CVRD-Cia Vale do Rio Doce 15,0%, **PREVI-Caixa Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil 15,0%**, **VALIA-Fundo Vale do Rio Doce 7,7%**, Outras Entidades de Previdência Privada 3,4%, **Bozano Simonsen 7,6%**, **Banco Econômico 5,7%**, Outras instituições financeiras 14,9%, Distribuidores de aço 4,4%, Outros acionistas adquirentes 2,0%. (BIONDI, 1999, p. 69) (sem grifos e negritos no original)

PARDINI (2004) em tese de doutorado defendida na UFMG, indicou uma composição de capital pós-privatização diferente em 2001 da Usiminas: Consórcio Bozano Simonsen 20,36%, Fundo Poolinvest 3,27%, Líbero Badaró Administração e Participação 2,20%, Grupo BCN 2,02%, Grupo Multiplic 1,80%, Grupo Bradesco 1,30%, Outras instituições financeiras 3,52%, CVRD - Cia Vale do Rio Doce 15,00%, Nippon Stell-Usiminas (Japão) 13,84%, PREVI-Caixa Previdência dos Funcionários do

Banco do Brasil 14,94%, VALIA-Fundo Vale do Rio Doce 7,65%, Instituto Aerus 1,09, Outras Entidades de Previdência Privada 2,42%, Associação dos Empregados da Usiminas 10,00% e Outros acionistas minoritários 0,59%. (PARDINI, 2004, p. 394) Ou seja, além da presença dos próprios trabalhadores da empresa e dos Fundos de Pensão de estatais na composição do capital, participaram também como integrantes do setor financeiro tais como o BCN, Multiplic, Bradesco e principalmente o Consórcio Bozano Simonsen. Este último por sua vez, tem entre seus herdeiros o empresário Julio Bozano (Bozano Investimentos que continua participando da Usiminas) que tem um patrimônio de US\$1,6 bilhões, ficando em 2014, na classificação da Forbes como o 1092º bilionário do mundo e o 29º do Brasil. O Banco Bozano Simonsen que liderava o bloco controlador da Usiminas, em maio de 1996 vendeu sua participação acionária para a empresa Camargo Corrêa. O grupo Bozano Simonsen participou também com beneficiário nas privatizações da Companhia Siderúrgica de Tubarão, Embraer e do Banco Meridional.

O outro representante do capital financeiro na privatização da Usiminas segundo BIONDI foi o Banco Econômico, propriedade de Ângelo Calmon de Sá que ocupara o Ministro da Indústria e Comércio no governo militar do Gal. Ernesto Geisel e mais, fora também, Secretário de Desenvolvimento Regional do governo de Fernando Collor de Mello (PTN) quando a Usiminas foi privatizada. Este banco também foi beneficiado na privatização da Copesul no governo Collor (PTN). A que tudo indica nada adiantou, porque o Banco Econômico em 1996 no governo FHC entrou em liquidação pelo Banco Central. Em fevereiro de 1998, o grupo Votorantim adquiriu as ações da Caixa dos Empregados da Usiminas, da Cotia Trading e da Benafer, totalizando 7,3% do capital da Usiminas.

Em 14/04/2015 segundo a BOVESPA, o capital social da Usiminas estava assim constituído: Nippon Usiminas Co. Ltd. (Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation) com 12,11%, Nippon Steel Corporation 2,73%, Mitsubishi Corporation do Brasil S/A 0,73%, Metal One Corporation (Mitsubishi Co.) 0,7%, Pzena Investment Management. Llc (USA) 3,20%, Ternium Investments S.à.r.l (Luxemburgo) 13,43%, Prosid Investments S.c.a. (Uruguai) 1,97%, Siderar S.A.i.c. (Argentina) 0,99%, Confab Industrial S/A (italo-argentina) 2,47%, Companhia Siderúrgica Nacional ("grupo") 17,42%, Previdência Usiminas 3,36%, Outros 38,93% e Ações Tesouraria 2,59%. O grupo italo-argentino Techint passou a controlar as empresas Confab, Ternium, Prosid e Siderar detendo pois, 18,86% do capital da empresa. O grupo NSC composto pelas empresas Nippon Usiminas, Nippon Steel, Mitsubishi Co. e Metal One concentram 15,64% do capital social. Assim, os dois grupos disputam dentro do grupo de comando o controle da empresa.

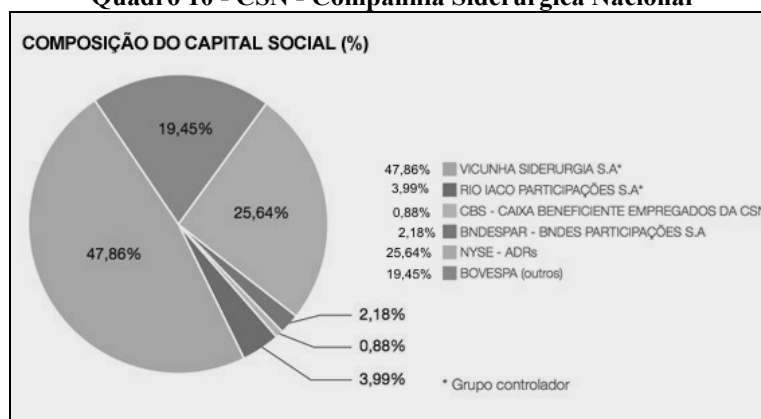
A Companhia Siderúrgica Nacional - CSN antes da privatização tinha a seguinte composição acionária: Siderbrás/Tesouro 90,8%, Caixa Beneficente dos Empregados CSN-CBS 9,2%. Depois de privatizada a CSN passou a seguinte composição acionária: Empregados 11,9%, Caixa Beneficente dos Empregados CSN-CBS 9,8%, Docenave (Vale do Rio Doce) 9,4%, Grupo Vicunha 9,2%, Bamerindus 9,1%, Bradesco 7,7%, Privatinvest 6,3%, Outras Instituições Financeiras 12,5%, Outras Entidades de Previdência Privada 2,7% e Outros 11,1%. Por decisão dos acionistas a empresa passou a ser administrada pela família Steinbruch do Grupo Vicunha (setor têxtil nordestino). Em 2014 com uma fortuna avaliada em US\$1,2 bilhão a matriarca Dorothea Steinbruch ficou em 1372º lugar no ranking mundial da revista Forbes e em 52º entre as maiores fortunas brasileiras. A CSN controla as seguintes empresas: GalvaSud (em Porto Real-RJ), Prada (em Mogi das Cruzes e Volta Redonda), CSN Paraná (em Araucária-PR), os terminais de contêineres (Sepetiba Tecon) e de carvão (Tecar) no Porto de Itaguaí em Itaguaí/RJ, a Metallic (CE), participações acionárias na MRS Logística e na Transnordestina Logística (transporte ferroviário), usinas hidrelétricas de Igarapava/SP e a de Itá/SC e usinas nos Estados Unidos (CSN LLC, Terre Haute, Indiana); em Portugal Lusosider, Aldeia de Paio Pires, Setubal), e na Alemanha (Stahlwerk Thüringen GmbH - SWT), e, controla a empresa mineradora de ferro Namisa (2007). A CSN é controlada pela Vicunha Siderurgia S/A (47,86%) e pela Rio Iaco Participações S/A (3,99%), empresas da família Steinbruch que detêm juntas 51,85% do capital total da empresa. As ações da CSN são negociadas principalmente nas Bolsas de Valores BM&FBOVESPA e NYSE em New York, USA. Em dezembro de 1995 o Banco Bamerindus vendeu sua participação na CSN, proporcionando o aumento da participação do grupo Vicunha, da Previ e do Banco Bradesco no controle acionário da empresa.

O quadro 10 a seguir, traz a composição do capital social da CSN, onde aparecem as duas empresas dos Steinbruch, aliançadas com a Caixa Beneficente dos funcionários da empresa e o braço forte do Estado brasileiro o BNDES através da BNDESPAR. Assim, repete-se novamente a aliança de classe presente na Usiminas, e um importante detalhe a mais, a empresa mundial CSN controlada por representante da burguesia nacional adquirindo e controlando empresas do setor nos Estados Unidos, Portugal e Alemanha.

Palmério Dória em seu livro lembrou que foi na gestão de FHC (PSDB) no Ministério da Fazenda de Itamar Franco (PRN), que a CSN passou para o controle do Grupo Vicunha da família Steinbruch:

"Em 1993, quando Itamar era presidente e FHC seu ministro da Fazenda, Steinbruch foi agraciado com a usina de Volta Redonda, a CSN, Companhia Siderúrgica Nacional, patrimônio do povo brasileiro,

Quadro 10 - CSN - Companhia Siderúrgica Nacional



Fonte: CSN disponível em http://www.csn.com.br/irj/go/km/docs/csn_multimedia/csn/html/rel2011/governanca-corporativa.html

agora privatizado. (...) A CSN, Companhia Siderúrgica Nacional, foi comprada por R\$ 1,05 bilhão, sendo R\$ 1,01 bilhão em “moedas podres” - vendidas aos “compradores” pelo próprio BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. E financiado em 12 anos (...) A venda da Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, não foi diferente. O governo “engoliu” dívidas de no mínimo R\$ 1 bilhão. Então, pode-se entender que, com essa política, ficou muito fácil para os “compradores” ter grandes lucros rapidamente: já no primeiro ano, além das tarifas e preços majorados, além da folha salarial reduzida, eles se livraram de pagar prestações dessas dívidas, bem como os juros. Receberam as empresas limpinhas, prontas para lucrar.” (DÓRIA, 2013, p. 134, 147 e 152)

Amaury Ribeiro Jr em seu livro "A Privatária Tucana" também se referiu à privatização das estatais e, da CSN em particular, da seguinte forma:

"Na prática, a teoria acabou sendo outra. O torra-torra das estatais não capitalizou o Estado, ao contrário, as dívidas interna e externa aumentaram, porque o governo engoliu o débito das estatais leiloadas - para torna-las mais palatáveis aos compradores - e ainda as multinacionais não trouxeram capital próprio para o Brasil. Em vez disso, contraíram empréstimos no exterior e, assim, fizeram crescer a dívida externa. (BIONDI, 1999) Para agravar o quadro, os cofres nacionais financiaram a aquisição das estatais e aceitaram *moedas podres*, títulos públicos adquiridos por metade do valor de face, na negociação.

Alguns *cases* clássicos do processo ajudam a esclarecer o que se passou. Na privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) dos R\$ 1,05 bilhão pagos pela maior siderúrgica da América Latina e marco da

industrialização nacional no pós-guerra, R\$ 1 bilhão era formado de *moedas podres*. Nos cofres públicos só ingressaram, de verdade, R\$ 38 milhões ... E, como se o incrível habitasse o inacreditável, as *moedas podres* foram leiloadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES. Nesta *matrioshka*, na qual as aberrações brotam uma do interior da outra, o BNDES ainda financiou a aquisição das *moedas podres* com prazo de 12 anos para pagá-las." (RIBEIRO JR, 2013, p. 38/9)

Benjamin Steinbruch é o principal executivo da família nos negócios:

"Benjamin Steinbruch. Membro do Conselho de Administração da CSN desde 23 de abril de 1993, mantendo também o cargo de Presidente do Conselho desde 28 de abril de 1995, e CEO desde 30 de abril de 2002. Ele é também CEO da Vicunha Steel S/A, (...) Ao longo dos últimos cinco anos, ele atuou como Diretor e CEO da Vicunha Siderurgia S/A, Diretor e Administrador da Vicunha Steel S/A, Diretor e CEO da Vicunha Aços S/A, Diretor de Rio Purus Participações S/A, e Diretor da Rio Iaco (todas essas empresas pertencem ao grupo controlador da CSN), diretor da Companhia Metalúrgica Prada, Inal Nordeste S/A e Nacional Minérios S/A (todas controladas pela CSN) e membro do Conselho Deliberativo da Fundação CSN. (...) passou a ter participações indireta na maior parte da Vicunha Siderurgia e da Rio Iaco Participações..." (ZOOMINFO, 2015)

Palmério Dória em seu livro "O príncipe da Privatária" assim definiu Benjamin Steinbruch, o homem forte do Grupo Vicunha e depois da privatização também da CSN, onde detém parte da Vicunha Siderurgia S/A e da Rio Iaco Participações S/A:

"Steinbruch, Benjamin - Típico empresário da Era FHC, um dos maiores beneficiados pela privatária. É tido como "moderno" e craque em "alavancagens" para fazer negócios, usando facilidades oferecidas pelo governo, associação com estrangeiros. Participou da privatização da Light e, maior ousadia, assumiu o controle da Vale associado ao NationsBank, do qual obteve 1 bilhão e 200 milhões de dólares para derrotar Antonio Ermírio de Morais, do grupo Votorantim." (DÓRIA, 2013, p. 209)

DÓRIA também trouxe em seu livro vários indícios de como foi sendo construída a aliança de classe entre uma fração do proletariado industrial e a burguesia brasileira. O governo do PSDB e a privatização neoliberal de FHC foram peças importantes do processo.

"Os sindicalistas da Força Sindical apoiaram efusivamente o programa de privatização do governo tucano. Quando tomaram o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga das mãos da Central Única dos Trabalhadores - CUT, apoiaram a privatização da Usiminas e se deram bem. Em Volta

Redonda, sede da histórica Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, também assumiram a direção do sindicato dos metalúrgicos local e como o Clube de Investimento dos Trabalhadores tinha 10% das ações da usina privatizada, ele seria o fiel da balança que daria o controle da empresa - ou não - a um dos grandes investidores que disputavam o comando da empresa.

Paulo Pereira da Silva era então o já influente presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo quando um dia surgiu na sua porta um empresário que ele não conhecia, e que se identificou como Benjamin Steinbruch, do grupo Vicunha - um dos donos da CSN privatizada que disputaria o controle com outros investidores, entre eles o banqueiro e ministro José Eduardo de Andrade Vieira, do Bamerindus.

Steinbruch revelou a Paulinho que Vieira poderia estar “comprando” (com dinheiro) os sindicalistas que controlavam o Clube de Investimento dos Trabalhadores. (...) Paulinho (...) garantiu que os trabalhadores apoiassem o que considerassem a melhor proposta (...) Anos depois, Paulinho candidato a prefeito de São Paulo, bateu à porta de Steinbruch e pediu apoio para sua campanha (...)

— Não tenho negócios na prefeitura de São Paulo, por que o ajudaria?

— Perguntou Steinbruch, com um sorriso irônico.

— Mas eu também não vou ganhar, Benjamin. (...)

— Eu já disse, Paulinho, não tenho motivos para lhe ajudar NESTA campanha. Por que eu faria isso?

— Porque eu lhe dei a CSN, não foi o bastante? — Cobrou Paulinho.

— Ah! Então é isso! Naquela época eu lhe daria isso e muito mais, peão

— redarguiu Steinbruch. — Mas isso é passado. Por que não pediu naquela época?" (DÓRIA, 2013, p. 14/15)

Ainda no setor siderúrgico foram também privatizadas a Cosipa, Acesita, Açominas, CSTubarão, Cosinor e Aços Piratini. A Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa que pertencia a Siderbrás (99,9%) e Outros 0,1%, depois da privatização passou a pertencer: Anquilla 34,4%, Brastudo 23,0%, Empregados 20,0%, Lotten 5,0%, Álamo Participações 2,6% e Outros 15,0%. PARDINI (2004) indicou também, diferenças na composição da participação acionária da Cosipa depois da privatização em 1993: Anquilla Participações Ltda. 43,07%, Brastubo Construções Metálicas 28,72%, Loften Corporation 6,16%, Álamo Participações Ltda. 3,27%, Darma Comércio de Arte Ltda. 2,22%, Limasa S/A 2,22%, Companhia Comercial Cotia 2,22%, Dufer Indústria e Comércio de Ferro e Aço 2,22%, Frefer S/A Indústria e Comércio de Ferro e Aço 2,22%, Tupandi Participações S/A 0,97%. Estas empresas fizeram a oferta para aquisição de 80% das ações ordinárias. (PARDINI, 2004, p. 395)

PARDINI também mostrou em sua tese de doutorado que no leilão de privatização da Cosipa duas empresas apresentavam-se como principais concorrentes: CSN comandada por Benjamin Steinbruch e a Usiminas. E

mais, a que tudo indica está ajudando a desvendar os meandros da privatização da Cosipa, esclarecendo a saída na última hora da Usiminas do leilão.

"Estavam na mira as siderúrgicas privatizáveis ACESITA, CSN, CST, ACOMINAS e COSIPA. Dos estudos de viabilidade técnica, a ACESITA, estrategicamente localizada na região do Vale do Rio Doce, foi a indicada para ser comprada. **No entanto, um erro estratégico frustrou a possibilidade da aquisição. Ao tornar público a posição referendada pelo Conselho de Administração, a USIMINAS tornou-se vítima das participações cruzadas, que ocorrem quando a organização tem um número grande de representantes no conselho, objetivando um mesmo alvo. Em razão do fracasso no leilão da ACESITA, a direção da USIMINAS passou a tratar com extremo sigilo as informações sobre novos negócios.** As privatizações foram se sucedendo, ficando apenas a COSIPA como a última empresa do grupo SIDERBRÁS a ser privatizada. **A oportunidade que restava para a USIMINAS ampliar a atuação no mercado de aço contava com os fatores estratégicos de localização da COSIPA** (no Estado de São Paulo, maior mercado siderúrgico da América Latina), do porto marítimo que a empresa possuía com capacidade para movimentar 12 milhões de toneladas/ano e **do temor que a CSN, a grande concorrente no setor e interessada no negócio, adquirisse a siderúrgica paulista.** Compunha também o leque de oportunidades as moedas podres de posse do Banco Bozano Simonsen, um dos principais acionistas que arrematara a siderúrgica mineira. **Como ocorre na grande maioria das aquisições, as perspectivas financeira e estratégica sobrepujaram-se (...)** Alguns outros personagens tiveram presença marcante no processo de privatização. **A CSN, segunda siderúrgica privatizada do sistema, era uma das pretendentes à compra do controle da COSIPA.** Comandada por Benjamim Steinbruch, um exímio negociador de reconhecida reputação no mercado financeiro, a empresa, juntamente com a USIMINAS, aparecia como uma das favoritas naturais a ganhar o leilão. **Com a desistência de última hora do grupo mineiro, um consórcio formado por seis empresas distribuidoras de aço se tornou o maior concorrente da CSN.**" " (PARDINI, 2004, p. 216, 217, 221 e 222) (Sem grifos e negritos no original)

Assim, a pista deixada por PARDINI, permitiu a combinação com a outra pista indicada por PINHO e SILVEIRA, presente no texto a seguir, revelando dessa forma, o final da privatização da Cosipa, ou seja, **uma estratégia triangular** tornou o consórcio formado por seis empresas distribuidoras de aço vencedor do leilão de privatização da Cosipa.

"Não se pode atribuir à privatização toda a responsabilidade por esse movimento de concentração industrial. Em alguns casos, a concentração nutriu-se exclusivamente das oportunidades oferecidas pela

privatização. **Foi o caso da USIMINAS, que através de uma operação triangular adquiriu a COSIPA, sua ex-concorrente.** Em outros, a relação que se pode estabelecer entre desestatização e concentração industrial é quando muito indireta." (PINHO e SILVEIRA, 1998, p. 102/3) (Sem grifos e negritos no original)

Foi por tudo isso que o leilão foi marcado por expectativas e surpresas, e, como escreveu PARDINI "em 20 de agosto de 1993, concorrendo com 89 grupos empresariais do Brasil e do exterior, a Brastudo Construções Metálicas S/A arrematou a siderúrgica paulista ..." (PARDINI, 2004, p. 224). Os depoimentos coletados presentes na tese do autor, permitiu também mostrar outros lances que cercaram a entrada posterior da Usiminas na Cosipa. Um ex-presidente da Cosipa de forma explícita assim se manifestou:

*"O concorrente na privatização do nosso grupo era a Siderúrgica Nacional e nós não tínhamos interesse porque a Siderúrgica Nacional consultada, o Benjamim havia sido consultado pessoalmente pelo nosso grupo e deixou bem claro que "vocês assinam, vocês querem participar, vocês põem dinheiro, assinam aqui". E o que ele tinha lá para a gente assinar era "eu mando e vocês obedecem". (...) **E no caso da USIMINAS, nunca foi assim. Nós tínhamos muito mais confiança em que a USIMINAS ia ser, enfim, um parceiro, como de fato foi, muito mais adequado para a COSIPA.** (...) Porque, veja, o Benjamim (...) **não é um siderurgista, não é um homem do aço e era menos ainda na época; então, a intenção nossa era ter gente que fosse do ramo** (...) *"Nós estávamos interessadíssimos em que a USIMINAS participasse da administração da COSIPA e ela veio mesmo depois do leilão, porque ela não fazia parte formalmente do nosso grupo, mas, depois do leilão, ela comprou uma parcela importante do que nós tínhamos comprado, comprou de nós. E isso incomodou muito o pessoal da Siderúrgica Nacional, que era o Benjamim, um cara (...) muito ligado ao governo (...) do Fernando Henrique. **Ele tentou de todas as formas ver se conseguia fazer com que a participação da USIMINAS não fosse efetivada. Mas não havia nada de errado, tudo estava completamente certo.** Nós simplesmente participamos do leilão, compramos, esse grupo nosso, e depois vendemos uma parte para a USIMINAS, nada errado, nós podíamos vender para quem a gente quisesse..."* (Ex-presidente da COSIPA 40). (PARDINI, 2004, p. 225 e 222) (Sem grifos e negritos no original)*

E, do outro lado, da Usiminas, um presidente da empresa manifestou-se de forma também explícita e direta a PARDINI na entrevista:

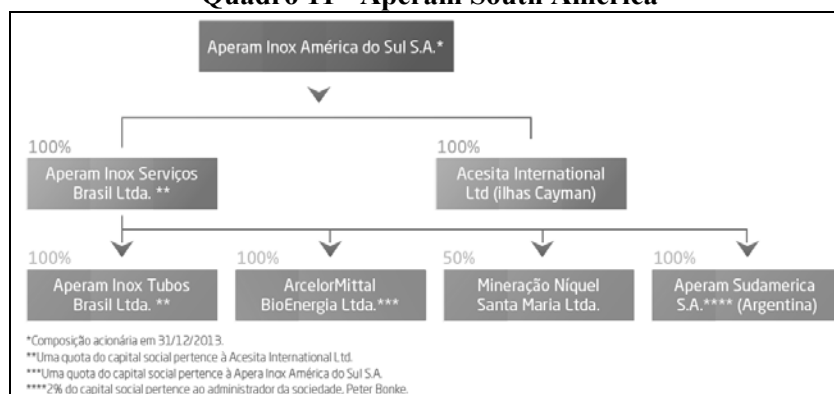
"Olha, a entrada na COSIPA se deu à medida que ela nos foi ofertada. Houve o leilão, e depois do leilão, o grupo que arrematou ofertou à USIMINAS uma participação. Nós analisamos e recomendamos ao Conselho que deveríamos participar, na medida em que poderia

representar uma recuperação de um parque importantíssimo para o Brasil, que estava totalmente delapidado." (Presidente da USIMINAS 38)." (PARDINI, 2004, p. 227) (Sem grifos no original)

No final da história a Usiminas assumiu o controle da Cosipa e atualmente faz parte do denominado SISTEMA USIMINAS.

Entre as demais empresas do setor siderúrgico privatizadas estava também a Acesita - Cia Aços Especiais Itabira. Segundo BIONDI (1999), antes de sua privatização em 1992, tinha a seguinte composição acionária o Banco do Brasil 91,5% e Outros acionistas prévios 8,5%, depois, passou a seguinte composição: Outros acionistas prévios 8,5%, Empregados 12,4%, Previ – Caixa Previdência do Banco do Brasil 15,0%, Fundação Sistel 9,2%, Banco Safra/Albatroz S/A 8,8%, Banco Real S.A 5,6%, Banco Comercial Bancesa S/A 4,2%, Fundação PETROS 2,2%, Outras Entidades de Previdência Privada 9,7% e Outros adquirentes 22,7%. Ou seja, as entidades de previdência de estatais e outras ficaram com 36,1% das ações e os empregados com mais 12,4%, o que representava em mãos de uma fração do proletariado de 48,5%. Segundo TANURE, CANÇADO e HÉA a composição acionária em 31/12/1992 era: Previ – Caixa Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil 15,00%, CIGA – Clube Investimento Empregados da Acesita 12,36%, SISTEL – Fundo Telebrás de Seguridade Social 9,16%, Albatroz S/A-Banco Safra 8,69%, Banco Real S.A. 5,56%, Banco Comercial Bancesa 4,21%, Previ – Banerj 1,20%, Postalís 1,01%, Real Grandeza 0,65%, Outros 42,15% (TANURE, CANÇADO e HÉA, 2007, p. 128). Dessa forma, a aliança entre a fração do proletariado e o setor financeiro nacional garantiu o controle acionário da empresa até 15/7/1998, quando formalizam a aliança com o novo membro representante do capital internacional francês Usinor. A aliança se faz através da subscrição de ações com em aumento de capital, e o novo sócio assumiu também, a responsabilidade pela gestão via acordo assinado entre os Fundos de Pensão, e demais controladores. Portanto, em 2003, a empresa passou a ter como grupo de controle (Usinor - capital francês e Fundos de Pensão - fração da classe proletária) e, a seguinte composição acionária: Usinor Empreendimentos e Participações Ltda. 27,68%, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Brasil PREVI 13,27%, Fundação Sistel de Seguridade Social SISTEL 4,05%, Fundação Petrobras Seguridade Social PETROS 2,20%, Ações em Tesouraria 0,34% e Outros 52,46%. Com a fusão na Europa entre o grupo francês Usinor e os grupos Arbed de Luxemburgo e o Aceralia da Espanha, originando o grupo Arcelor. Atualmente a empresa denomina-se Aperam South América, controlada pela ArcelorMittal nascida da fusão entre a Arcelor e a Indiana Mittal Steel. A empresa controladora da Aperam South América (Aperam Inox América do Sul S/A) é a Aperam HoldCo. S.à.r.l. O quadro 11 a seguir contém a composição do capital da empresa.

Quadro 11 - Aperam South América



Fonte: http://www.aperam.com/brasil/port/empresa/arquivos/Relatorio_de_Sustentabilidade_2013.pdf

A composição acionária da Aperam South América (Aperam Inox América do Sul S/A) em 31/03/2008 era: ArcelorMittal Total 57,34% (Arcelor Spain Holding SL 29,57% e Arcelor Aços Especiais do Brasil 27,77%), Caixa de Previdência dos Funcionários do Sistema Banerjem Liquidação Extrajudicial - PREVI BANERJ 0,58%, Postalís - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafo 0,20%, Clube de Investimentos dos Empregados do Grupo Acesita -CIGA 0,09%, Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social 0,13%. Estes acionistas formavam o total do Grupo de Controle com 58,33% do capital. Além do grupo controlador há ainda os seguintes acionistas: BNDES Participações SA 17,10%, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI 6,97%, Tarpon Investimentos 5,83%, POLÔNIA FIA 3,27%, Ações em Tesouraria 0,04% e Outros 8,47%.

Outra empresa do setor siderúrgico privatizada foi a Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST. Segundo BIONDI (1999) a composição acionária antes da privatização era: Siderbrás 74,0%, CVRD 0,1%, Kawasaki Steel 13,0% e Ilva 13,0%. Depois da privatização assim: CVRD 15,0%, Kawasaki Steel 13,0%, Ilva 13,0%, Empregados 8,8%, Grupo Bozano Simonsen 25,4% e Unibanco 20,0%. A privatização foi um excelente negócio para os banqueiros do Banco Bolzano Simonsen e Unibanco e para a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, que passaram a assumir o controle da empresa, ficando o Estado com praticamente toda a dívida da empresa enquanto estatal. Entre os banqueiros da empresa estão Julio Bozano (patrimônio de US\$1,6 bilhões, em 2014 na classificação Forbes era o 1092º bilionário do mundo e o 29º do Brasil) e os herdeiros do Unibanco que se fundiu com o Itaú formando o Itaú Unibanco: Fernando Roberto Moreira Salles, João Moreira Salles, Walther Moreira Salles Junior e Pedro Moreira Salles, cada um com patrimônio de US\$2,9 bilhões,

em 2014 na classificação Forbes era o 580º bilionários do mundo e os 15º do Brasil). Em maio de 1996 o Banco Bozano Simonsen e o Unibanco alienaram suas participações da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) para a Vale, e, o grupo italiano Ilva/Finsider para a Kawasaki Steel. Em 2005 a CST foi comprada pela Arcelor junto com a Cia Siderúrgica Belgo Mineira de Monlevade/MG e a ArcelorMittal Vega de São Francisco do Sul/SC, originando a Arcelor Brasil. Em dezembro de 2002, Companhia Vale do Rio Doce e a Arcelor fizeram proposta conjunta para compra das ações referentes à participação da Acesita S/A na Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST, fato que foi consumado:

“A Acesita possui 50,1 % das ações da Aços Planos do Sul (APS), que por sua vez detém 37,29% do capital total da CST, participação composta por 43,91% das ações ordinárias e 33,14% das ações preferenciais. A APS faz parte do grupo de controle da CST, composto também pela CVRD, Kawasaki Steel Corporation (KSC) e California Steel Industry (CSI). Ações da CST de propriedade da APS, correspondentes a 29,64% do capital votante, estão vinculadas ao acordo de acionistas do grupo de controle da CST. A CSI é uma siderúrgica norte – americana, cujo controle é compartilhado entre CVRD (50%) e KSC (50%). A Arcelor possui 49,9 % do capital da APS, enquanto que a CVRD é detentora de 22,85 % do capital da CST, participação constituída por 20,51% das ações ordinárias e 24,32% das ações preferenciais.” (VALE, 2002, disponível em <http://www.vale.com/PT/investors/home-press-releases/Press-Releases/Paginas/cvrd-e-arcelor-fazem-proposta-firme-de-compra-de-acoes-da-cst.aspx>)

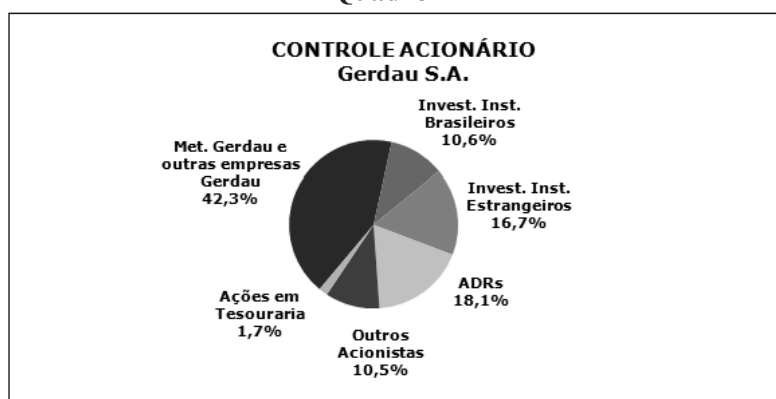
Em dezembro de 2004, o grupo Arcelor comprou 20,51% das ações da Companhia Vale do Rio Doce na Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST, e 5,48% das ações do Fundo de Pensões dos Empregados da CST - Funssest. (VALOR, 2014) Dessa forma, o grupo Arcelor tornou-se controlador majoritário da CST que se transformou em ArcelorMittal Tubarão. Atualmente a empresa denomina-se Aperam South América (Aperam Inox América do Sul S/A) controlada pela Aperam HoldCo. S.à.r.l.

Aço Minas Gerais S/A - Açominas foi outra empresa do setor siderúrgico, privatizada em 1993. Segundo BIONDI (1999) a empresa antes da privatização era controlada pela estatal Siderbrás 99,0% e Outros 1%. No leilão da privatização foi adquirida pela Cia. Mineira de Participações Industriais e Comerciais 26,8%, Banco SRL 13,4%, Empregados 20,0%, Banco de Crédito Nacional – BCN 9,9%, Mendes Júnior 7,6%, Aços Villares 6,8% e Outros 15,5%. Assim, o consórcio que venceu o leilão foi formado pelo Fundo de Participação Acionária dos Empregados da Açominas - CEA, Grupo Mendes Junior, Banco Econômico, Banco de Crédito Nacional - BCN, bancos do estado de Minas

Gerais (BEMGE/CREDIREAL), Companhia Vale do Rio Doce e Aços Villares. No primeiro acordo firmado entre os acionistas o controle acionário ficou com o Grupo Mendes Júnior e o Fundo de Participação Acionária dos Empregados da Açominas - CEA. Em 1995 o Grupo Mendes Júnior deixou a empresa em situação quase falimentar, e em 1997, o grupo Gerdau e a empresa Natsteel (Cingapura) entram na empresa, e, por novo acordo de acionista, o Fundo de Participação Acionária dos Empregados da Açominas - CEA assumiu a presidência do conselho de administração, sendo substituído em 1999, pelo o grupo Gerdau. No mesmo ano o grupo Gerdau, comprou as ações do Banco Econômico na empresa; em 2002 as da Natsteel, tornando-se majoritário no controle da Açominas; e, em 2007 as ações do Fundo de Participação Acionária dos Empregados da Açominas - CEA (2,89%), pois, o fundo já tinha vendido em 1997, o percentual de 6,21% para Aços Villares e 10% para o Banco de Crédito Nacional - BCN. Com a venda do BCN e do CREDIREAL para o Bradesco, o banco assumiu suas ações na Açominas o mesmo ocorrendo com o Itaú que comprou o BEMGE. Segundo a BOVESPA em 20/01/2015, posição acionária da Gerdau S/A era a seguinte: Metalúrgica Gerdau S/A 40,3%, Banco Btg Pactual S/A 2,00%, Blackrock. Inc. 3,4%, Outros 53,40, e, Ações Tesouraria 0,90%. O quadro 12 a seguir traz a distribuição do controle acionário do Grupo Gerdau na atualidade.

É necessário registrar também, que o grupo Gerdau assumiu o controle acionário no processo de privatização da Usiba - Usina Siderúrgica da Bahia e Cosinor - Companhia Siderúrgica do Nordeste de Pernambuco que após um ano foi fechada.

Quadro 12



Fonte: Gerdau S/A disponível em <http://ri.gerdau.com/ptb/s-12-ptb.html?idioma=ptb>.

Segundo BIONDI (1999) a Cosinor pertencia ao Sistema BNDES (99,8%) que foi adquirida integralmente pelo grupo Gerdau (99,8%). O grupo Gerdau adquiriu também a empresa Aços Piratini do Rio Grande do

Sul em 1992. Segundo BIONDI (1999) antes da privatização a empresa era controlada pela Siderbrás 96,2%, depois, os Empregados 9,5% e o grupo Gerdau 89,8%.

Assim, o processo de privatização das estatais do setor siderúrgico atuou com processo de formação de grupos econômicos nacionais monopolistas com foi o caso dos Grupos Vicunha, Bozano Simonsen e Gerdau. Segundo ARES (1998) no setor siderúrgico a concentração no capital nacional na privatização das estatais atingiu 99,1% frente a 0,9% do capital estrangeiro.

ROCHA e SILVEIRA (2009) também mostraram que os principais controladores, em termos de concentração de direitos de voto do setor siderúrgico em 2009, eram os grupos nacionais, e, entre eles estavam o Grupo Gerdau 10,77%, Grupo Vicunha 7,85%, Grupo Votorantim 7,27% e PREVI 0,66%. Já entre os estrangeiros figuravam o Grupo ArcelorMittal com 6,48% e o Grupo Nippon Steel com 1,49%.

2.5.3. A privatização no setor minero metalúrgico

No setor de mineração a principal empresa privatizada foi a Companhia Vale do Rio Doce. Privatizada em 1997 tinha a seguinte composição acionária: Tesouro Nacional 51,2%, BNDES 24,8%, Fundos de Pensão 15,0%, BNDESPAR/FPS 5,0% e Investvale 0,0%. Depois da privatização passou a ser a seguinte segundo BIONDI (1999): Tesouro Nacional 15,9%, BNDES 15,9%, Fundos de Pensão 5,0%, BNDESPAR/FPS 5,0%, Investvale (Clube de Investimentos dos empregados da Vale) 4,0% e SPE (Valepar) 52,2%. A Composição da SPE/Valepar foi a seguinte: Cia Siderúrgica Nacional 25,0%, Litel Participações S/A (Previ, Petros, Funcef e Fundação Cesp) 39,0%, Eletron S/A (Opportunity) 17,0%, Sweet River Investments Ltda. (NationsBank - USA e outros) 9,0%, BNDESPAR 9,0% e, Investvale (Clube de Investimentos dos empregados da Vale) 1,0%. Dessa forma, o controle acionário da CVRD em 6 de maio de 1997 passou para o Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN de Benjamin Steinbruch, por US\$ 3.338.178.240 ou cerca de 3,3 bilhões de dólares. Cabe destacar que na privatização as ações preferenciais (sem direito a voto) continuaram com os acionistas privados.

Paulo Nogueira Batista Jr. comentou a privatização da CVRD em artigo no jornal Folha de São Paulo cujo título era "De Vale do Rio Doce a Sweet River":

"O consórcio que arrematou a Vale, apesar de se chamar Brasil - ironicamente, quem sabe? -, está apoiado, fundamentalmente, em investimentos e empréstimos estrangeiros, com a participação de instituições como o Citibank, o Soros Fund e, sobretudo, o

NationsBank, quarto maior banco dos EUA. Esse último constituiu a "Sweet River Investments Ltd.", em parceria com outras instituições, e adquiriu 11,9% do capital da nova controladora da Vale do Rio Doce, trazendo o equivalente a cerca de R\$ 400 milhões na forma de investimentos diretos. Esse mesmo NationsBank foi o banco que, segundo notícias publicadas ontem na Folha e na "Gazeta Mercantil", proporcionou o fôlego financeiro para que Benjamim Steinbruch pudesse entrar com a sua parte do capital. Em condições ainda não esclarecidas, a CSN de Steinbruch obteve junto ao NationsBank um empréstimo equivalente a R\$ 1,2 bilhão. Vejam que o montante aportado por esse banco, diretamente e por meio de empréstimos à CSN, representa quase metade dos R\$ 3,3 bilhões que o consórcio liderado por Steinbruch pagou pelo controle da Vale." (BATISTA JR, 1997) (Sem grifos no original)

Em 2004 a Valepar S/A tinha a seguinte composição acionária: Litel/Litela (Previ) com 58,1%, Bradespar com 17,4%, Mitsui com 15,0%, BNDESPAR com 9,5% e Elétron (Opportunity) com 0,02%. Dessa forma, a participação direta da Bradespar na Valepar era de 17,4% de seu capital total e 21,2% de seu capital votante, e na CVRD sua participação indireta era de 5,9% de seu capital total e 9,1% de seu capital votante.

Em 2005 foi realizada uma operação de descruzamento de participações acionárias entre a CVRD e a CSN, que resultou na saída da CSN controlada por Benjamin Steinbruch da CVRD e da Previ e da Bradespar (Majoli) da CSN. Os quadros 13 e 14 a seguir contêm as situações antes e depois da operação de descruzamento.

A partir de 22/05/2009 a empresa teve sua razão social alterada para Vale S/A. Segundo BOVESPA, a composição acionária da empresa em 13/04/2015 está no quadro 15 a seguir.

Quadro 13 - Composição Acionária da CSN

Acionista	Participação no Capital Social antes da operação	Participação no Capital Social após a operação
MAJOLI PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.	17,89%	-
VICUNHA SIDERURGIA S/A	16,20%	47,94%
PREVI	13,85%	-
DOCEPAR S/A	10,33%	10,33%
ADR'S (AMERICAN DEPOSITARY RECEIPTS)	15,30%	15,30%
CLUBE DE INVESTIMENTOS DOS EMPREGADOS	6,00%	6,00%
CBS - FUNDO DE PENSÃO	5,40%	5,40%
OUTROS	15,10%	15,10%
TOTAL	100,00%	100,00%

Fonte: Requerentes e SEAE/MF

Já o Relatório Anual de 2014 da empresa trouxe a composição acionária da Valepar S/A em 31/12/2014, presente no quadro 16 a seguir. Informou também, que a Litel Participações S/A detinha 71,41% das ações

Quadro 14 - Composição Acionária da VALEPAR S/A

Acionista	Participação no Capital Social antes da operação	Participação no Capital Social após a operação
CSN STEEL CORPORATION	31,23%	-
LITEL PARTICIPAÇÕES S/A	24,73%	76,71%⁵
ELETRON S/A	20,75%	
BNDESPAR S/A	11,74%	11,74%
SWEET RIVER INVESTMENTS LTD.	11,55%	11,55%
TOTAL	100,00%	100,00%

Fonte: Requerentes e SEAE/MF

Fonte: Ministério da Justiça, Secretaria de Direito Econômico, Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Coordenação Geral de Controle de Mercado, Ato de Concentração nº 08012.005250/2000-17 e Ato de Concentração nº 08012.005226/2000-88.)

Quadro 15 - Vale S/A - Posição Acionária - 13/04/2015

Nome	% ON	% PN	% Total
Valepar S/A	53,35	1	33,12
Bndes Participações S.A.	6,41	3,32	5,22
Aberdeen Asset Managers Limited	3,13	5,2	3,93
Capital Research And Management Company	0	8,1	3,13
Outros	36,12	79,44	52,87
Ações Tesouraria	0,98	2,93	1,73

Fonte: BOVESPA

preferenciais de classe A. Trouxe ainda, as seguintes informações: a Litel A, afiliada da Litel, detinha 28,59% das ações preferenciais de classe A; a Litel B, também afiliada da Litel, detinha 29,25% das ações preferenciais de classe C; a Eletron (Opportunity) detinha 0,04% das ações preferenciais de classe C; a Bradespar que é controlada por um grupo de empresas (Cidade de Deus - Cia Comercial Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S/A e Nova Cidade de Deus Participações S/A) e a Brumado Holdings Ltda (subsidiária da Bradespar) detinham 26,83% dessa classe C; a Mitsui detinha 23,08% das ações preferenciais de classe C; e, a BNDESPAR detinha 20,80% das ações preferenciais de classe C. O quadro 17 contém a composição acionária da Litel Participações S/A.

O Relatório Anual de 2014 trouxe ainda as seguintes informações: a)- o BB Carteira Ativa e Carteira Ativa II são fundos de investimento brasileiros; b)- a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ detinha 100% do BB Carteira Ativa; c)- a Carteira Ativa II era 100% de propriedade da Funcef; d)- a Carteira Ativa III era 100% de propriedade da Petros; e)- a Singular era 100% de propriedade do Fundo de Investimentos em Cotas de Fundo de Investimento em Ações VRD (“FIC de FI em Ações VRD”); f)- FIC de FI em Ações VRD é 100% de propriedade da Fundação Cesp; e g)- que a Previ, Petros, Funcef e Fundação Cesp são Fundos de Pensão brasileiros.

Quadro 16 - Composição acionária da Valepar S/A - 31/12/2014

	Titularidade das ações ordinárias	% dessa classe
<i>Acionistas da Valepar</i>		
Litel Participações S.A.	637.443.857	49,00%
Eletron S.A.	380.708	0,03%
Bradespar S.A.	275.965.821	21,21%
Mitsui	237.328.059	18,24%
BNDESPAR	149.787.385	11,51%
Total	1.300.905.830	100,00%

Fonte: BOVESPA

Quadro 17 - Litel Participações S/A

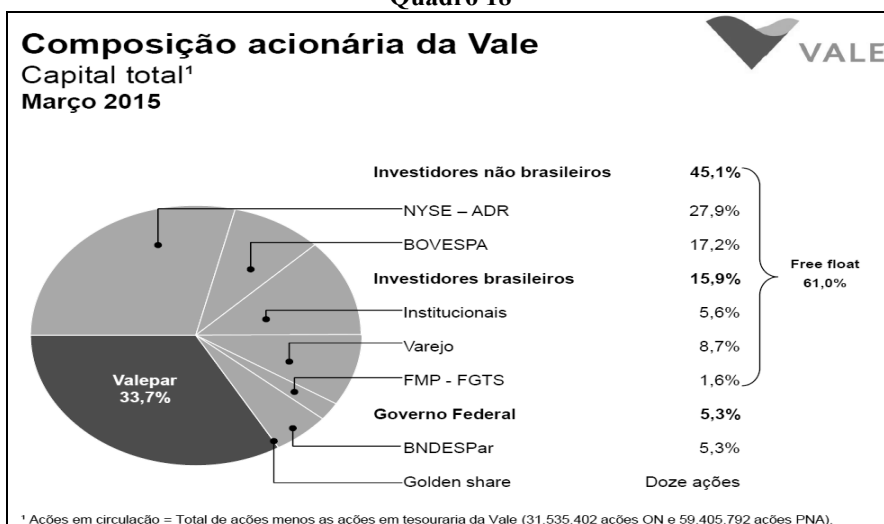
	Titularidade das ações ordinárias	% dessa classe
<i>Acionistas da Litel Participações S.A.</i>		
BB Carteira Ativa.....	193.740.121	78,40%
Carteira Ativa II.....	31.688.443	12,82%
BB Carteira Ativa III.....	19.115.620	7,74%
Singular.....	2.583.919	1,05%
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil....	22	-
Outros.....	220	-
Total.....	247.128.345	100,00%

Fonte: BOVESPA

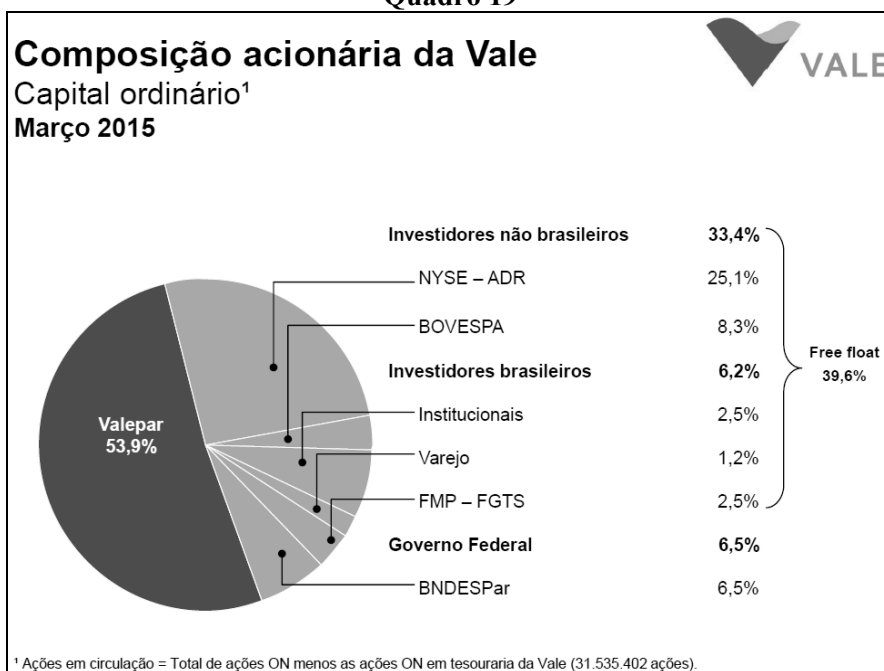
A Vale S/A tem licenças de exploração e pedidos de exploração cobrindo área de 5,1 milhões de hectares no Brasil e outros 7,6 milhões de hectares em outros países tais como Austrália, Nova Caledônia, Argentina, Moçambique e Indonésia. É uma empresa de capital aberto e tem ações em bolsas no país e no exterior de certa forma pulverizadas, por isso apresenta-se nos quadros 18, 19 e 20 a seguir, segundo o *site* da própria empresa a divisão do capital total, ações ordinárias e preferenciais em março de 2015, para facilitar a compreensão de sua composição acionária.

Outra empresa privatizada no setor minero metalúrgico segundo BIONDI (1999) foi a Caraíba Metais S/A que era controlada pelo BNDESPAR/BNDES (100,0%) e foi adquirida pela Paranapanema S/A (80%) e pelos Empregados (20,0%). Atualmente a composição acionária da empresa Paranapanema S/A era em 09/04/2015 a seguinte: Sul America Investimentos DtvM S/A (Sul América Seguros) 05,67%, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil -- Previ 23,96%, Caixa econômica Federal 17,23%, Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros 11,81%, Ewz I Llc Sociedade Socopqa Corretora Paulista S/A 08,25%, Outros 33,08 e Ações Tesouraria 0,00.

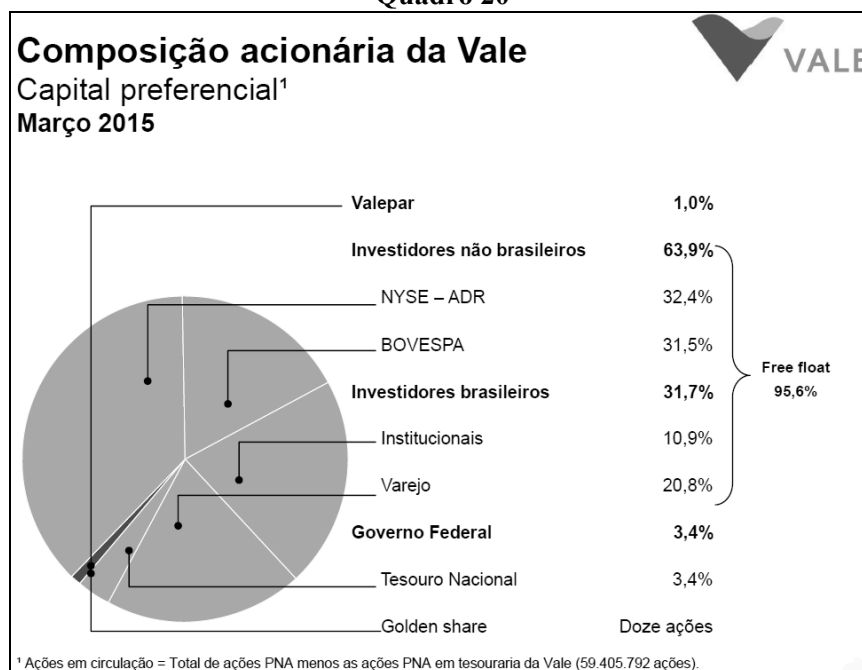
Quadro 18



Quadro 19



Quadro 20



2.5.4. Privatização no setor aeronáutico, eletromecânico e de material ferroviário.

Segundo BIONDI (1999) a Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A antes da privatização pertencia à União Federal 95,2% e ao Banco do Brasil Investimento 4,7%. Depois de privatizada a União Federal passou a deter 20,0%, o Banco do Brasil Investimento 4,7%, os Empregados 10,0%, Ações reservadas para o público 10,0%, Bozano Simonsen Limited 16,1%, Sistel 9,8%, Previ 9,8%, Outras 18 entidades de Previdência 9,9% e Banval CCTVM 2,0%. Em 17/04/2015 a Embraer S/A tinha a seguinte composição acionária: Baillie Gifford Overseas Limited (Escócia) 06,50%, Bndes Participações - Bndespar 05,40%, Brandes Investments Partners. L.p. (USA) 05,00%, Oppenheimer Funds (USA) 12,30%, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ 06,70%, Outros 63,40% e Ações Tesouraria 00,70%. As ações da Embraer estão distribuídas na Bovespa 48% e na Bolsa de Nova Iorque 52%. Os principais acionistas estrangeiros na Embraer S/A estão listados no quadro 21 a seguir.

Em 2015 o Conselho de Administração da Embraer tinha representantes dos grupos Votorantin e Bozano Simonsen na presidência e

vice, e entre os demais membros representantes da FAB, Tesouro Nacional, Itaú Unibanco, Claro, Coteminas, Previ, Clube de Investimentos dos funcionários e funcionários da empresa.

Quadro 21 - Embraer S/A

Principais Acionistas Institucionais	
Acionista	% Emitidas
Baillie Gifford and Company	6,51
Brandes Investment Partners L.P.	3,49
Barrow, Hanley Mewhinney & Strauss, Inc.	2,65
Oppenheimer Funds, Inc.	10,29
Russell (Frank) Company Inc	1,86
Hotchkis & Wiley Capital Management, LLC	1,67
Sarasin & Partners LLP	1,66
JP Morgan Chase & Company	1,52
Franklin Resources, Inc	1,47
Trilogy Global Advisors, LLC	1,46
Principais Acionistas De Fundos Mútuos	
Acionista	% Emitidas
Oppenheimer Developing Markets Fund	6,17
Oppenheimer Global Fund	1,29
Vanguard International Stock Index-Emerging Markets Stk	0,82
Hotchkis and Wiley Mid-Cap Value Fund	0,47
Templeton Institutional Funds, Inc-Foreign Equity Series	0,47
Vanguard/Windsor II	0,41
DFA Emerging Markets Core Equity Portfolio	0,38
Baillie Gifford International Equity Fund	0,35
Oppenheimer Global Fund Variable Account	0,35
Brandes Emerging Markets Fund	0,34

Fonte: <https://br.financas.yahoo.com/q/mh?s=ERJ>

Em 1991, no setor eletromecânico foi privatizada pelo Governo Collor (PTN) a Companhia Eletromecânica CELMA que segundo BIONDI (1999) tinha capital controlado pela União Federal 85,8%, pela Pratt & Whitney 10,8% e FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento 3,3%. Depois de privatizada passou a ser controlada pela Pratt & Whitney 10,8%, Empregados 3,0%, Banco Boa Vista AS 21,4%, Banco Safra AS 21,4%, Construtora Andrade Gutierrez 21,4%, General Eletric do Brasil 9,7% e TELOS - Fundo de Pensão 5,3%. Em 1996 a Celma foi comprada integralmente pela norte-americana General Eletric do Brasil.

No bloco das privatizações dos anos 90, estiveram a Mafersa - Materiais Ferroviários S/A que era controlada pelo Sistema BNDES 99,9%, e que passou para o controle do REFER - Fundo de Pensão (90,4%) e para os Empregados (9,5%). A empresa depois de privatizada quase foi a falência e atualmente pertence à alemã German GMH Group.

2.5.5. Privatização no setor elétrico

No setor elétrico foram privatizadas a Escelsa (ES), Ligth e Gerasul. Segundo BIONDI (1999) a Espírito Santo Centrais Elétricas S/A - Escelsa tinha no controle de seu capital a Eletrobrás com 72,3%, a Iven S/A com 20,1% e o Estado do Espírito Santo com 3,4%, depois de privatizada a Eletrobrás ficou com 14,7%, a Iven S/A passou para 45,1%, o Estado do Espírito Santo continuou com 3,4%, a GTD Participações S.A 25,0% e ficou uma Reserva para os empregados de 7,7%. Em 1999, a EDP Energias de Portugal S/A adquiriu 73,12% do capital da empresa Iven S/A tornando-se uma de suas controladoras. Segundo a BOVESPA (17/04/2015) a empresa portuguesa EDP Energias do Brasil S/A detém 100% do capital da distribuidora de energia elétrica Escelsa, além de deter o controle de outros empreendimentos no setor de distribuição tais como Bandeirante e Enersul. No setor de geração de energia controla também, as usinas de Lajeado, Peixe Angical, Energest, Cesa, Costa Rica e Pantanal Energética.

A Light Serviços de Eletricidade S/A, segundo BIONDI (1999), antes da privatização em 1996, pertencia a Eletrobrás (81,6%) e Outros 18,4%. Depois, a composição acionária ficou da seguinte forma: Eletrobrás 28,8%, Outros 10,8%, EDF Internacional (Electricité de France) 11,4%, Houston Industries (USA) 11,4%, AES Coral Reef Inc. (USA) 11,4%, BNDESPAR 9,1%, Cia Siderúrgica Nacional 7,3% e Reserva para empregados 10,0%. Em 2002, com a conclusão da reestruturação societária, a Electricité de France - EDF tornou-se controladora da Light. Em 2006, a empresa francesa foi adquirida pela RME - Rio Minas Energia Participações S/A, controlada por Andrade Gutierrez Concessões S/A, Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, JLA Participações S/A e Pactual Energia Participações S/A. Juntas Light e Cemig compram em 2011, a participação de 9,77% da Norte Energia da usina de Belo Monte, no Pará. A Ligth comprou também no mesmo ano, 26% da Renova Energia S/A, empresa de geração de energia eólica e em pequenas centrais hidrelétricas - PCH. Ainda no mesmo ano, estabeleceu parceria com a CR Zongshen do Brasil S/A, comprando 20% da E-Power, empresa que deverá produzir veículos elétricos da marca Kasinski no país. Dessa forma foi constituído o Grupo Ligth controlador a Ligth S/A que segundo a BOVESPA tinha em 17/04/2015 a seguinte composição acionária: Bndespar 10,3%, Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig 26,06%, Luce Empreendimentos E Participações S/A - Lepsa 13,03%, Rme - Rio Minas Energia Participações S/A 13,03%, Outros 37,57% e Ações Tesouraria 00,00.

Centrais Geradoras do Sul do Brasil S/A - Gerasul, segundo BIONDI (1999) era empresa estatal controlada pela União Federal 58,2%,

FND (BNDES) 5,4% e 36,4%. Com a privatização em 1998, a participação acionária passou a ser a seguinte: União Federal 8,2%, FND (BNDES) 5,4%, Outros 36,4% e Ocirala Participações (Tractebel Sul S/A) 50,0%. Assim, a empresa passou a denominar-se Tractebel Energia S/A empresa controlada pelo grupo francês Suez. Sua composição acionária segundo a BOVESPA (09/04/2015) é a seguinte: Banco Clássico S/A (José João Abdalla Filho da família JJ Abdala) 10,00%, Gdf Suez Energy Latin America Participações Ltda. 68,71%, Outros 21,29% e Ações tesouraria 00,00%.

2.5.6. A privatização no setor petroquímico

O setor petroquímico que era quase integralmente estatizado até os anos 80, foi praticamente todo privatizado nos anos 90. Os dois quadros 22 a seguir, trazem as 22 empresas privatizadas.

Entre as empresas que se beneficiaram da política de privatização estão grupos nacionais tais como: Suzano, Ipiranga, Odebrecht, Unigel, Monteiro Aranha, Unipar, Fragoso Pires, Banco Real, Banco Econômico, Bamerindus, e etc. Entre os grupos internacionais beneficiados estavam o Bankamerica, Sumitomo, Itochu, Rhodia, Mitsubishi, Nisso Iwai, Dow Química, Monsanto, Shell, e etc.

É certo que a política de privatização das estatais beneficiou fortemente uma parte da burguesia brasileira. Porém, muitos estudiosos e políticos tiveram opiniões que assumiram posições contrárias ao processo de privatização imposto pelas políticas neoliberais assumidas pelos governos brasileiros dos anos 90 em diante, ressaltaram em suas análises apenas o papel das empresas estrangeiras.

"Na verdade, as privatizações atenderam às pressões das corporações transnacionais para incorporar fortes concorrentes nacionais a seus ativos, ou para eliminá-los. O caso do setor químico é emblemático. A estatal Companhia Nacional de Álcalis simplesmente foi fechada, encerrando a fabricação do carbonato neutro de sódio, que passou a ser importado. As empresas de fibras sintéticas foram totalmente desarticuladas e re-localizadas em outros países, deixando de produzir no Brasil. Embora a Petrobras esteja presente na petroquímica, através da Braskem, e várias empresas nacionais fabriquem os princípios ativos dos remédios genéricos, cujas patentes se tornaram públicas, o setor químico é oligopolizado por um pequeno grupo de multinacionais como a Fosfertil (que era estatal), Bunge, Dow e Basf. Esse oligopólio impõe ao Brasil a importação de mais de 20 bilhões de dólares anuais em produtos químicos necessários à indústria e à agricultura." (POMAR, 2012)

O episódio envolvendo a Companhia Nacional de Álcalis tornou-se um ícone da política de "terra arrasada" praticada pelo governo Collor.

"Treze meses após a assinatura do decreto que liberou a importação da barrilha, a CNA foi incluída, por meio do Decreto nº 426 de 16 de janeiro de 1992, no Programa Nacional de Desestatização. Desse modo, iniciou-se o processo de privatização da Álcalis, concluído no dia 16 de julho do mesmo ano, ocasião em que o grupo empresarial de José Carlos Fragoso Pires, adquiriu a empresa em leilão público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Em fevereiro de 2004, o controle da CNA passou para a Associação dos Empregados da Álcalis, após doação de ações pelo grupo Fragoso Pires. Em 2006, a produção na fábrica da Álcalis foi paralisada. As causas que determinaram a paralisação relacionavam-se a "*problemas financeiros e técnicos agravados pela falta de investimento na planta, após a privatização, que vinha ocasionando várias interrupções na produção, para a manutenção corretiva e a adaptação dos equipamentos [...]*" como apontou Augusto Alcoforado [engenheiro da Álcalis entre 1971 a 1995] em Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 2009." (RIBEIRO e GRANATO, 2011, p. 13.)

É necessário reiterar que a principal consequência da política neoliberal de privatização das estatais foi permitir a uma parcela da burguesia nacional formar poderosos grupos econômicos para transformarem-se em empresas mundiais. Vejam-se os muitos exemplos a seguir, sobre a formação de **grupos econômicos nacionais** no setor petroquímico.

O **Grupo Odebrecht** assumiu o controle das várias empresas do setor petroquímico tais como Salgema e CPC em Alagoas; Norquisa/Copene, CPC e Poliofelinas na Bahia; Poliofelinas e CPC em São Paulo; Copesul, OPP e Poliofelinas no Rio grande do Sul. O **Grupo Econômico** adquiriu partes da Norquisa/Copene, Ciquine, Polialden, Politeno e Metacril na Bahia. O **Grupo Mariani** passou a ter também partes da Norquisa/Copene, Pronor, Nitrocarbono e Policarbonatos na Bahia.

O **Grupo Unipar** integrou em seus negócios a PQU, Poliofelinas, Unipar, Carbocloro e Oxipar em São Paulo e a Deten na Bahia. O **Grupo Ipiranga** ficou com a Copesul, Ipiranga Petroquímica no Rio Grande do Sul, a Braspol no Rio de Janeiro e a Polibrasil na Bahia.

O **Grupo Suzano** assumiu a Norquisa/Copene, Polibrasil e Politeno na Bahia e a Petroflex no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O **Grupo Ultra** comprou parte da Norquisa/Copene e Oxiteno na Bahia e a PQU e Oxiteno em São Paulo. O **Grupo Unigel** ficou com a CPB, Metacril e Policarbonatos na Bahia e CBE e Proquigel em São Paulo. O **Grupo**

Peixoto de Castro assumiu a Prosint no Rio de Janeiro e a Metanor na Bahia.

O estudo de ARES (1998) mostrou que a distribuição entre os compradores das estatais brasileiras no setor químico entre 1990 e 1994 foi a seguinte: **capital nacional 88,4%** (empresas nacionais 55,5%, acionistas anteriores 21,2%, instituições financeiras nacionais 13,1%, Fundos de Pensão 9,1% e outros 10,5%); **capital estrangeiro 11,6%** (empresas estrangeiras 6,5%, outras empresas 4,6%, instituições financeiras 1,5%, outros 1,0%). Em termos totais a pesquisa de ARES revelou que o capital nacional ficou com 95,8% do capital total das estatais privatizadas e o estrangeiro com 4,2%. Esses números por certo, revelam a política neoliberal da privatização nos anos 90 contribuiu decisivamente para formação de grupos econômicos monopolistas nacionais.

ROCHA e SILVEIRA (2009) revelaram que a concentração do capital com direito à voto pós-privatização no setor petroquímico entre os controladores das empresas em 2007 tinha a seguinte participação: capital nacional 25,69% (Petrobras S/A 9,12%, Grupo Odebrecht 5,72%, Holding Vila Velha (Unipar) 4,14%, Grupo Unigel 3,39%, Grupo Peixoto Castro 3,32%) e capital estrangeiro com 11,63% (Grupo Mossi & Ghisolfi 5,85%, Grupo Dow Química S/A 3,33% e Grupo CEPSA 2,45%).

Artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo com o título *Monopólio na Petroquímica* sobre o processo de fusão, associação e compra que continua ocorrendo no setor petroquímico revelou o grau de concentração e a formação exemplar de grupos econômicos monopolistas no país, principalmente a Braskem controlada pelo Grupo Odebrecht.

"(...) A compra de sua principal concorrente lhe assegurará o monopólio do setor petroquímico no País, mas a Braskem e a nova Quattor continuarão sendo privadas, garantem. (...) Nos últimos anos, a Petrobrás, diretamente ou em parceria com grupos privados, retornou ao setor. Sua ação, aliás, foi decisiva para a constituição da Quattor, que resultou da fusão dos ativos petroquímicos do Grupo Suzano, adquiridos pela estatal, com os do Grupo Unipar, controlado pela família Geyer.

A Braskem é controlada pela Odebrecht (46% do capital votante), pela Norquisa, também da Odebrecht (15,6%), e pela estatal (25,3% das ações ordinárias). (...) **Juntas, a Braskem e a Quattor respondem m por 100% da oferta nacional de polipropileno, utilizado na fabricação de produtos como autopeças e sacos para grãos; e por 98,9% da produção de polietileno, usado na fabricação de sacolas de supermercados e brinquedos.** Em nenhum dos outros casos (...) se chegou a índices tão altos, **o domínio da AmBev, por exemplo, chegou a 70% do mercado interno de cerveja** e ela foi obrigada a se desfazer de alguns ativos.

A Brasil Foods detém 57% do mercado doméstico de carnes industrializadas e 88% do de massas prontas." (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010) (Sem grifos e negritos no original)

2.5.7. A privatização no setor de fertilizantes

No setor de fertilizantes antes das privatizações o setor estatal tinha o controle da produção de fertilizantes no país, pois Petrobras Fertilizantes S/A - Petrofértil praticamente controlava a maioria das empresas do setor. O quadro 22 a seguir traz as empresas do setor de fertilizantes que foram privatizadas.

Quadro 22 - Empresas do setor petroquímico privatizadas nos anos 90.

Petroflex Indústria e Comércio S/A		
	Antes	Depois
Petroquisa	100,00%	--
Consórcio PIC		
a) Suzano	--	20,40%
b) Norquisa	--	10,40%
c) Unipar	--	10,20%
d) Coperbo	--	10,00%
Entidades de Previdência Privadas Nacionais	--	26,00%
Instituições Financeiras Nacionais	--	2,60%
Empregados	--	10,00%
Outros	--	10,00%
Polisul Petroquímica S/A		
	Antes	Depois
Petroquisa	33,30%	--
Ipiranga	33,30%	60,00%
Hoescht	33,30%	40,00%
Copesul Cia Petroquímica do Sul S/A		
	Antes	Depois
Petroquisa	67,20%	15,00%
BNDESPAR	30,75%	--
Consórcio PPE	--	28,80%
Empregados	--	10,00%
Oferta ao público	--	10,00%
Fundo Poolinvest M. Privatização-DS	--	4,60%
Banco Real	--	4,50%
Banco Econômico	--	4,10%
Banco Bamerindus	--	2,80%
Capital estrangeiro	--	4,80%
Entidades de Previdência Privada	--	7,10%
Outros	--	5,40%
Poliolefinas S/A		
	Antes	Depois
Petroquisa	31,50%	--
Unipar	31,50%	31,50%
Odebrecht	31,50%	62,90%
Bankamerica	4,40%	4,40%
Cia Brasileira de Estireno		
	Antes	Depois
Monsanto	48,30%	48,30%
Unigel	27,80%	50,90%
Petroquisa	23,00%	--
Oxiteno Nordeste S/A		
	Antes	Depois
Ultraquímica	60,60%	69,30%
Petroquisa	18,50%	0,60%
Monteiro Aranha	11,30%	11,30%
Dresdner	--	8,90%
Petroquímica União S/A		
	Antes	Depois
Petroquisa (estatal)	67,80%	17,50%
Unipar	28,90%	30,00%
Consórcio Poloinvest	--	13,00%
Reserva para Empregados	--	9,80%
Polibrasil	--	6,80%
San Felipe Administrações e Participações	--	6,30%
Fundo Privatinvest	--	4,50%
Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S/A		
	Antes	Depois
Petroquisa	35,00%	--
Rhodia	35,00%	48,00%
Copene	26,00%	48,00%
Inigel	4,00%	4,00%
Companhia Pernambucana de Borracha Sintética Coperbo		
	Antes	Depois
Petroquisa	23,10%	--
Copene	15,40%	20,50%
Petroflex	53,60%	71,50%
Governo Estado PE	5,20%	5,20%

Fonte: BIONDI (1999).

Quadro 22 - Empresas do setor petroquímico privatizadas nos anos 90.
(continuação)

	Antes	Depois
Politeno Indústria e Comércio S/A		
Petroquisa	30,00%	--
Conepar	20,00%	35,00%
Suzano	20,00%	35,00%
Sumitomo	20,00%	20,00%
Itochu	10,00%	10,00%
COPENE Petroquímica do Nordeste S/A		
Petroquisa	36,20%	5,60%
Norquisa	25,70%	36,40%
Cia Petroquímica Camacari S/A		
Petroquisa	33,30%	--
EPB	33,30%	66,70%
Mitsubishi Chemical	19,00%	19,00%
Nisso Iwai	14,30%	14,30%
Cia Química do Recôncavo S/A		
Salgema	49,00%	49,00%
Petroquisa	36,90%	--
Apply	--	36,90%
Outros	14,10%	14,10%
Nitrocarbono S/A		
Petroquisa	24,60%	--
Petroquímica da Bahia	17,50%	19,80%
Pronor	57,90%	80,20%
Pronor Petroquímica S/A		
Petroquisa	49,30%	--
Petroquímica da Bahia	50,00%	99,30%
Cia Brasileira de Poliuretanos S/A		
Petroquisa	23,70%	--
Pronor	73,60%	73,60%
Atrium DTVM	--	23,70%
Polipropileno S/A		
Petroquisa	42,90%	--
Cia. Suzano	30,00%	72,90%
Cevokol	27,20%	27,20%
Koppol Films S/A		
Petroquisa	49,60%	--
SB Poliolefinas	49,60%	49,60%
Suzano Resinas Petroquímicas Ltda.	0,00%	49,60%
Deten Química S/A		
Petroquisa	35,40%	28,40%
Una	28,30%	35,30%
Unipar	35,30%	35,30%
Outros	1,00%	1,00%
Estireno do Nordeste S/A EDN		
Petroquisa	26,70%	--
Dow Química	26,70%	53,40%
Massa Falida Cevokol	13,20%	13,20%
Novos Acionistas	23,70%	23,70%
Outros	9,70%	9,70%
Polibrasil S/A		
Petroquisa	25,70%	--
Shell (atualmente SB Poliolefinas)	25,70%	25,70%
Consórcio Mega:		
a) Hipart	--	8,90%
b) Polipropileno	47,50%	63,90%
c) Ipiranga	1,10%	1,50%
Cia Nacional de Alcalis		
Petroquisa	92,50%	--
BNDES	7,50%	--
Grupo Fragoso Pires	--	99,90%

Fonte: BIONDI (1999).

Quadro 22 - Empresas do setor de fertilizantes privatizadas nos anos 90. (continuação)

Fertilizantes Fosfatados S/A Fosfertil	Antes	Depois
Petrofertil	76,40%	--
BNDENPAR	11,90%	--
Vale do Rio Doce	11,50%	11,50%
Empregados	--	10,00%
Consórcio Fertifós	--	68,50%
Banco Bamerindus	--	6,00%
Goiás Fertilizantes S/A Goiasfertil	Antes	Depois
Petrofertil	82,70%	--
BNDENPAR	17,30%	--
Fosfertil	--	90,00%
Empregados	--	10,00%
Ultrafertil S/A	Antes	Depois
Petrofertil	100,00%	--
Fosfertil	--	90,00%
Empregados	--	10,00%
Arafertil S/A	Antes	Depois
Quimbrasil	33,30%	49,90%
Petrofertil	33,30%	--
Fertisul	33,30%	50,10%
Salgema Indústrias Químicas S/A	Antes	Depois
Petroquisa	23,20%	--
Copene	40,30%	50,00%
EPB	36,50%	50,00%

Fonte: BIONDI (1999).

A distribuição da concentração do capital nacional no setor de fertilizantes entre as empresas estatais privatizadas, segundo ARES (1998), foi de 100%. A estrutura organizativa do setor de fertilizantes era a seguinte:

"A privatização da indústria brasileira de fertilizantes se deu entre os anos de 1992 e 1994, ocorrendo cinco leilões de venda de dois tipos bem distintos: venda de participações minoritárias (Indag e Arafertil) e venda de controle acionário (Fosfertil, Goiasfertil e Ultrafertil). A privatização dessas cinco empresas foi concluída, estendendo-se para o setor como um todo. Foi criada a principal *holding* do segmento, a Fertifós, para controlar, ao mesmo tempo, duas centrais de matérias-primas básicas e intermediárias e de fertilizantes básicos, que foram a Ultrafertil (nitrogenados) e a Fosfertil (fosfatados), hoje reunidas numa só identidade corporativa: Fosfertil. Durante o período de forte presença estatal no setor, a Petrobras Fertilizantes S.A. (Petrofertil, criada em 1976) figurava como um dos principais *players*. Foi por meio dessa subsidiária que a Petrobras adquiriu a Ultrafertil e, mais tarde, criou a Fosfertil e a Nitrofertil. Ao final de 1994, por causa do Programa Nacional de Desestatização, a Petrofertil praticamente encerrou suas atividades. A empresa controlada Nitrofertil foi incorporada à Petrobras, passando a ser chamada de Fábrica de Fertilizantes (Fafen), com unidades em Sergipe e na Bahia. A Petrofertil, após passar por uma alteração de seus estatutos⁵ em 1997, ficou encarregada de gerenciar o

Gasoduto Brasil-Bolívia." (FERNANDES, GUIMARÃES e MATHEUS, 2009, p. 206/7)

Assim, as privatizações das estatais do setor tiveram rumos diferentes, pois, a Indag S/A (1992) foi incorporada pela IAP S/A depois aquisição de 1/3 das ações que pertenciam à Petrofertil; e, no caso da Arafertil S/A (1994) a venda dos 33% das ações da Petrofertil ficaram com os grupos Ipiranga e Bunge y Born que aumentaram suas participações na empresa respectivamente, para 33% e 50%. As três outras empresas Fosfertil, Ultrafertil e Goiasfertil foram reunidas na *holding* Fortifós S/A com a composição acionária presente no quadro 23 a seguir.

Segundo SAAB e DE PAULA (s/d), depois de dez anos (2004), três empresas mundiais Bunge Fertilizantes, Mosaic (Cargill) e Yara estabeleceram, através do processo de fusões, associações e compras, o controle da Fertifós S/A ficando, respectivamente, cada uma com 52,31%, 33,07% e 12,76%. Os restantes 1,86% ficaram com a Fertipar 1,37% e outros com 0,49%. O quadro 24 a seguir contém o setor de fertilizantes após 2004.

Em janeiro de 2010, a Vale S/A através de sua subsidiária Mineração Naque S/A adquiriu da Bunge Fertilizantes S/A e Bunge Brasil Holdings B.V. (USA) a participação da empresa no capital da Fertilizantes Fosfatados S/A - Fosfertil (42,3%). A Fosfertil é a maior fornecedora de matéria-prima para a indústria de fertilizantes no Brasil. Ainda no mesmo mês, a Vale S/A comprou também, através de sua subsidiária Mineração Naque S/A, as participações de outras empresas na Fertilizantes Fosfatados S/A - Fosfertil.

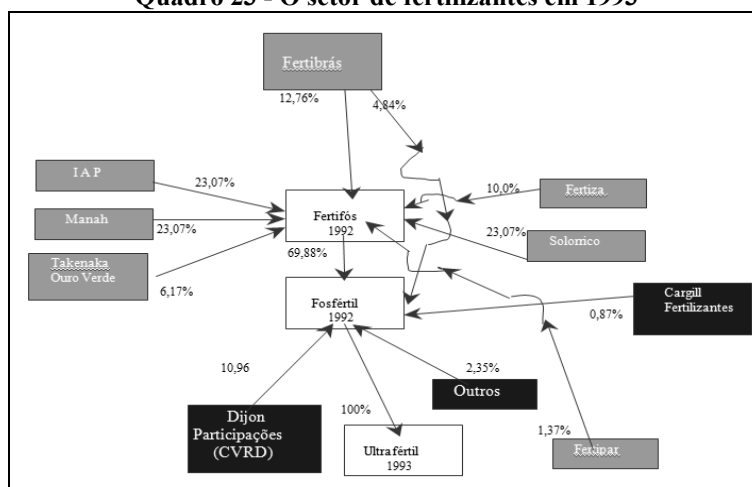
Entre as participações das empresas adquiridas estavam 0,78% da Fertilizantes do Paraná Ltda - Fertipar; 0,05% da Fertilizantes Heringer S/A - Heringer; e, 15,46% da Yara Brasil Fertilizantes S/A - Yara. No mês seguinte adquiriu também, 20,27% do capital social da Fertilizantes Fosfatados S/A - Fosfertil pertencentes The Mosaic Company - Mosaic. No mesmo ano a Vale Fertilizantes S/A comprou também, 0,19% do capital social da Fosfertil de titularidade dos acionistas minoritários.

Segundo o VALOR ECONÔMICO (2014, p. 260/3) a Vale Fertilizantes S/A tinha 28,77% de seu capital controlado pela Vale S/A e 78,23% controlado pela sua subsidiária Vale Fertilizer Netherlands B.V., que por sua vez tem 100% de seu capital controlado por outra subsidiária Vale Internacional S/A da Suíça, que é controlada 100% pela Vale Áustria Holdings GmbH, que é controlada 100% pela Vale Internacional Holdings GmbH também da Áustria, que por fim, é controlada 100% pela Vale S/A.

O processo de concentração no setor de fertilizantes que já evidenciava claramente uma concentração oligopolista, ficou ainda mais

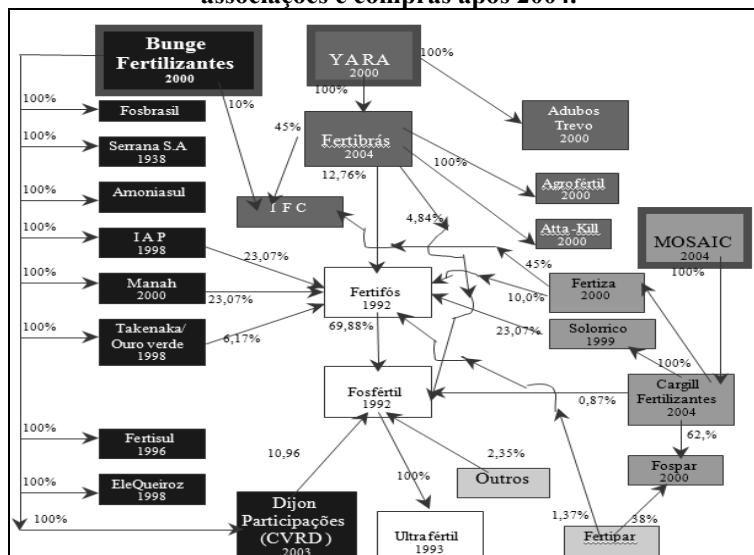
concentrado quando em 2013 a Bunge Fertilizantes vendeu sua unidade no Brasil para a norueguesa Yara Brasil. A aquisição incluiu

Quadro 23 - O setor de fertilizantes em 1993



Fonte: SAAB e DE PAULA (s/d)

Quadro 24 - O setor de fertilizantes após fusões, associações e compras após 2004.



Fonte: SAAB e DE PAULA (s/d)

"... praticamente todos os ativos relacionados ao negócio de fertilizantes do Bunge no Brasil, constituídos por unidades misturadoras localizadas em 22 localidades em todo o Brasil", sendo 16 próprias e seis arrendadas (...) Além disso, outros ativos como uma fábrica de

fosfatados também serão adquiridos pela Yara. “O único ativo utilizado no negócio de fertilizantes do grupo Bunge que não será transferido à Yara é o Termag, um terminal portuário utilizado para fertilizantes no porto de Santos”... ” (Disponível em <http://www.direitodaconcorrenca.org/2013/05/cade-aprova-fusao-entre-yara-e-bunge.html#more>)

Um ano depois, em 2014 a Yara Brasil Fertilizantes S/A - Yara também adquiriu ações representativas de 60% do capital social da Galvani Indústria, Comércio e Serviços S/A - Galvani. A empresa comprada atua na mineração de rocha fosfática e produção de fertilizantes fosfatados (Super Fosfato Simples - SSP), e, abastece principalmente os mercados das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país.

Dessa forma, na atualidade o setor de fertilizantes tem entre os produtores de matérias-primas e produtos intermediários, segundo o Anuário da ANDA - 2013, o seguinte *ranking*: Vale Fertilizantes 56,9%, Anglo American Fosfatos 12,9%, Yara Brasil/Galvani 10,7%, Petrobras 8,9%, Timac Agro 3,7%, Vale Potássio Nordeste 1,8%, Mosaic Brasil/Fospar 1,7%, Heringer 1,5% e outros 1,9%.

2.5.8. A privatização no setor de transportes.

A privatização no setor de transportes foi feita através do sistema de concessão por tempo determinado. A privatização iniciou em 1996 no governo FHC/PSDB. Segundo BIONDI (1999), no subsetor ferroviário, após os leilões, a rede ferroviária agrupada por malhas, ficou com a seguinte composição acionária:

a) - Rede Ferroviária (Malha Oeste) o grupo controlador foi composto pelos grupos Noel Group Inc. 20,0%, Brazil Rail Partners Inc. 20,0%, Western Rail Investors LLC 20,0%, e entre os demais concessionários estavam o Bankamerica Intern. Invest. Corp 18,0%, DK Partners 2,0% e Chemical Latin America Equity Assoc. 20,0%.

b) - Rede Ferroviária (Malha Leste) ficou com o Consórcio Tacumã composto pelos grupos Mineração Tacumã Ltda 12,5%, Interférrea S/A Serviços Intermodais 12,5%, Companhia Siderúrgica Nacional 12,5%, Tupinambarana S/A 12,5%, Railtex Int. Holdings, Inc. 12,5%, Varbra S/A 12,5%, Ralph Partners I 12,5% e Judori Adm. Empr. e Part. Ltda. 12,5%.

c) - Rede Ferroviária (Malha Sudeste) foi arrematada pelo Consórcio MRS Logística composto pela companhia Siderúrgica Nacional 20,0%, MBR – Minerações Brasileiras Reunidas S/A 20,0%, Ferteco Mineração S/A 16,8%, Usiminas – Usinas Siderúrgicas MG 20,0%, Consigua – Cia. Siderúrgica Guanabara 5,3%, Celato Integração Multimodal S/A 4,3%, Ultrafertil 8,9% e ABS – Empr. Imob. Part. Serv. S/A 4,7%.

d) - Rede Ferroviária (Tereza Cristina) ficou com o Banco Interfinance 33,3%, Gemon Geral de Eng. Mont. S. A. 33,3% e Santa Lúcia Agroind. Com. Ltda. 33,3%.

e) - Rede Ferroviária (Malha Sul) foi arrematada pelo Consórcio Sul Atlântico com participação da Ralph Partner's Inc. 17,5%, Varbra S/A 17,5%, Jodori Adm. Empr. e Part. Ltda. 17,5%, Railtex 15,0%, Interferrea 17,5%, Brasil Private Equity 11,3% e Brazilian Equity Investments III Ltda. 3,0%.

f) - Rede Ferroviária (Malha Nordeste) foi levada pelo Consórcio Manor composto pela Taquari Participações 40,0%, Companhia Siderúrgica Nacional 20,0%, Companhia Vale do Rio Doce 20,0% e ABS Emp. Part. e Serviços S/A 20,0%.

g) - Fepasa (Malha Paulista) ficou com o Consórcio Ferrovias das empresas Ferropasa – Ferronorte Participações 36,0%, Vale do Rio Doce 17,0%, Shearer Emp. e Participações S. A. 14,0%, Fundos de Pensão (Previ/Fucenf) 12,0%, Chave Latin American Equity Ass. 4,0% e Outros 17,0%.

Depois do processo de privatização ocorreu a saída de algumas empresas dos consórcios ficando os grupos que utilizavam as ferrovias com o controle das mesmas. Esse processo levou a concentração vertical das empresas controladoras dominadas pelos grupos siderúrgicos e das mineradoras, particularmente porque os dois setores eram responsáveis por 70% do volume transportado (minério de ferro e produtos siderúrgicos). A ALL - America Latina Logística S/A que operava com logística multimodal, acabou assumindo o controle sobre as malhas ferroviárias das regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, possibilitando a integração de seus modais. Recentemente, a empresa fez a fusão com a Rumo Logística Operadora Multimodal S/A controlada pelo Grupo Cosan (Cosan S/A e Cosan Limited). O BNDES através da BNDES Participações S/A - BNDESPar celebrou acordo de acionistas com a Rumo e dessa forma, o Conselho de Administração passou a ser composto na primeira eleição por um membro necessariamente indicado pela BNDESPar e os demais podendo um deles ser indicado pela TPG; um pela GÁVEA; nove pela COSAN e seis pelos acionistas BRZ ALL Fundo de Investimento em Participações, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, Jodori Administração, Empreendimentos e Participações S/A, Riccardo Arduini e Wilson Ferro de Lara. A composição acionária da Rumo Logística Operadora Multimodal S/A passou a ser compartilhada entre a Cosan S/A (27,4%), Gávea Investimentos 4,6%, TPG Partners V L.P. (4,6%), Acionista da ALL 22,9%, e Free Float 40,5%. Assim, a Rumo Logística Operadora Multimodal S/A passou a controlar 100% da ALL - America Latina Logística S/A.

Em 05/05/2015 a composição acionária da Rumo Logística Operadora Multimodal S/A passou a ser: Cosan Logística S/A 25,75%, Genesis Investment Management 5,53%, Gif Rumo Fundo de Investimentos em Participações 4,29%, Bndes Participações - Bndespar 7,95%, Brz All – Fundo de Investimento em Participações 3,15%, Caixa Previdência Funcionários do Banco do Brasil - Previ 2,62%, Fundação dos Economistas Federais - Funcef 2,52%, Julia Dora Antonia Koranyi Arduini 3,69%, Riccardo Arduini 0,51%, Gmi – Global Markets Investments Limited Partnership 3,25% Tpg Vi Fundo de Investimento em Participações 4,29%, Outros 36,47% e Ações Tesouraria 00,00.

A privatização no subsetor portuário no governo FHC/PSDB foi realizada sob o regime de concessão, e, obedeceu a seguinte divisão:

- a) - Tecon 1 – Porto de Santos (Codesp) ficou com o Consórcio Santos Brasil formado pelas empresas Opportunity Leste 40,0%, Previ 20,0%, 525 Participações 15,0%, Fundação Sistel 15,0% e Multiterminais Alfandegados Brasil Ltda. 10,0%.
- b) - Terminal de Capuaba (Codesa) foi arrematado somente pela Vale do Rio Doce 100,0%.
- c) - Tecon 1 – Porto de Sepetiba (CDRJ) ficou com o Consórcio Tecon 1 com participação exclusiva da Companhia Siderúrgica Nacional 100,0%.
- d) - Terminal Roll-On Roll-Off (Porto do Rio) passou a pertencer ao Consórcio Rio Veículos formado pela Multiterminais Alfandegados 50,0%, Vale do Rio Doce 35,0% e Fundo Mútuo 15,0%.
- e) - Porto de Angra dos Reis ficou com o Consórcio Angraporto composto pela Ferrovia Centro Atlântica (CVRD/CSN)-Asema Multilift 90,0%, Moinho Sul Mineiro 5,0% e Companhia Siderúrgica Nacional 5,0%.

Os resultados obtidos pela concessão às empresas privadas não foram avaliados com significativos:

"Na privatização dos portos, a ênfase tem recaído nos terminais de contêineres, já que no que se refere a graneis sólidos e líquidos quase toda a carga é movimentada nos terminais próprios das empresas. Foram privatizados os terminais de contêineres de Santos, Rio de Janeiro, Rio Grande, Codesa (Espírito Santo) e Sepetiba. A evidência até aqui é que a privatização dos portos viabilizou o aumento considerável dos investimentos e da produtividade, mas que apenas uma parte menor desse aumento de produtividade foi transferida para os consumidores. A explicação para isso parece residir na falta de competição, resultado, por sua vez, de dois fatores: a grande concentração do movimento no porto de Santos (mais de 50%) e ainda a baixa eficiência das ferrovias."
PINHEIRO, (s/d/), p. 175) (Sem grifos no original)

No subsetor rodoviário foi privatizada em 1994 a Ponte Rio-Niterói no governo Itamar Franco/PRN. Foi adotado o modelo de concessão e o prazo contratual foi de 20 anos - 1995/2015. A empresa vencedora foi a CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias S/A através de sua

subsidiária Ponte S/A, cujo contrato vencerá em maio de 2015. Por isso o Governo Dilma/PT já realizou novo leilão e o grupo vencedor foi o Grupo EcoRodovias. A empresa controladora é Ecorodovias Infraestrutura e Logística S/A pertencente ao Grupo CR Almeida, que possuía em 06/05/2015 a seguinte participação acionária: Primav Construções E Comércio S/A 63,99%, Mondrian Investment Partners Limited 5,06%, Free Float 30,47%, Outros 0,08%, Ações Tesouraria 0,40%.

Em 1995 no governo FHC/PSDB, a Via Dutra foi a segunda a ser privatizada sob contrato de concessão com prazo de 25 anos, que terminará em fevereiro de 2021. a empresa vencedora do leilão foi também a CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias S/A que administra a rodovia através de sua subsidiária CCR NovaDutra S/A. A CCR S/A em 28/04/2015 tinha da seguinte composição acionária: Camargo Corrêa Investimentos em Infra-estrutura 15,42%, Vbc Energia S/A 1,76%, Andrade Gutierrez Concessões S/A 16,61%, Agc Participações 0,39%, Soares Penido Concessões S/A 11,93%, Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda 5,29%, Outros 48,78% e Ações Tesouraria 0,00%.

Também no governo FHC/PSDB, em 1995, a BR-040 Juiz de Fora-Rio foi privatizada e o leilão foi vencido pela Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S/A - Concer. O controle acionário pertence à Triunfo Participações e Investimentos S/A - TPI que possui em sua estrutura societária as empresas Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A, CMSA Participações S/A e C.C.I. Concessões Ltda. Em 08/04/2015 a composição acionária da empresa era a seguinte: Wilson Piovezan 0,60%, João Villar Garcia 0,04%, Miguel Ferreira de Aguiar 0,81%, Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda 6,00%, Cayuga Park Qvt Llc 5,86%, Luiz Fernando Wolff de Carvalho 1,11%, Thp - Triunfo Holding Participações Ltda 55,54%, Bndes Participações S/A 14,75%, Outros 15,29% e Ações Tesouraria 0,01%. Em 1997 o Grupo Triunfo levou a privatização da BR-290 (Osório-Porto Alegre conhecida como Free Way), através da Triunfo Concepa por contrato com duração de 20 anos.

A BR-116 trecho Além Paraíba-Teresópolis também foi privatizado em 1995 no governo FHC/PSDB, e, a empresa vencedora do leilão foi a Construtora OAS, que se associou as empresas Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A, Construtora Queiroz Galvão S/A e EIT-Empresa Industrial Técnica S/A formando a CRT - Concessionária Rio-Teresópolis S/A. Segundo a BOVESPA, em 05/05/2015 a composição acionária da empresa era a seguinte: Investimentos e Participações em Infra-Estruturas S/A - Invepar 24,92%, CCNE Carioca Concessões S/A 21,36%, Strata Constr. e Conces. Integradas S/A 16,62%, Queiroz Galvão Logística S/A 11,87%, CRT Fundo de Investimento em Participações 11,02%, Construtora Queiroz Galvão S/A 9,48%, ERG Participações Ltda

2,51%, Credicom Comercial Informática e Serviços Ltda 1,40%, M&G Consultoria e Participações Ltda 0,82% e Ações Tesouraria 0,00%.

Em 1998, ainda no governo FHC/PSDB, a BR-116/RS (trecho Camaquã/Pelotas/Jaguarão) e a BR-392/RS (trecho Rio Grande/Pelotas/Santana da Boa Vista) foram privatizadas em conjunto sendo vencedora do leilão a empresa a Ecosul - Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S/A, uma empresa do Grupo EcoRodovias. Em 2012, o mesmo grupo ganhou o leilão da BR-101/ES (trecho Entroncamento BA-698 (acesso a Mucuri) - Divisa ES/RJ) através da empresa Eco101.

Em 2007, no governo Lula/PT, a Rodovia Régis Bittencourt (BR-116/SP/PR – São Paulo – Curitiba) foi arrematada pela empresa Autopista Régis Bittencourt pertencente ao Grupo OHL - Obrascon Huarte Lain S/A da Espanha. Também foram adquiridos pelo grupo os trechos BR-116/PR/SC – Curitiba – Divisa SC/RS e BR-116 Curitiba (PR) – Divisa (SC-RS) através da subsidiária Autopista Planalto Sul. Via a Autopista Litoral Sul o Grupo OHL assumiu os trechos da BR-116/376/PR e BR-101/SC – Trecho Curitiba – Florianópolis (SC). O Grupo OHL levou também o leilão da Rodovia Fernão Dias BR-381/MG/SP - Belo Horizonte - São Paulo através da empresa Autopista Fernão Dias. E, através da empresa Autopista Fluminense ganhou o leilão do trecho da a BR-101 (divisa RJ-ES até a Ponte Rio-Niterói). Em 2013, a OHL Brasil foi vendida para o grupo espanhol Arteris S/A (a maior operadora de rodovias do mundo). Em 19/05/2015, segundo a BOVESPA, a Arteris S/A tinha a seguinte participação acionária: Partícipes En Brasil S.L. Unipersonal (69,26%), Brookfield Aylesbury S.A.r.l (14,90%), Outros (15,84%) e, Ações Tesouraria (0,00%). Segundo o *site* da empresa Arteris S/A, a empresa controladora Partícipes En Brasil S.L. é controlada pela Abertis Infraestructuras S/A (51%) e pela Brookfiel Motorways Holdings SRL (49%).

Também em 2007, no governo Lula/PT, a Rodovia Transbrasiliana BR-153/SP – Divisa MG/SP – Divisa SP/PR foi arrematado pelo Grupo BR VIAS pertencente a família Constantino (companhia aérea Gol) em parceria com a Splice e a construtora WTorres, e a administração da concessão será feita pela empresa Transbrasiliana Concessionária de Rodovias S/A pertencente ao grupo.

Ainda em 2007, governo Lula/PT, a Rodovia do Aço BR-393/RJ – Divisa MG/RJ – Entroncamento BR-116 (Via Dutra) foi adquirida pela empresa Acciona Concessões Rodovia do Aço S/A em contrato de 25 anos, pertencente ao Grupo Espanhol Acciona.

Em 2009 no governo Lula/PT também foi privatizada a BR 116/324/BA e BA 526/528. A empresa vencedora da concessão foi a VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A que passou administrar o trecho rodoviário da BR 324 entre Salvador e Feira de Santana e o trecho

da BR 116 entre Feira de Santana e a divisa com o estado de Minas Gerais. A empresa é controlada pelas empresas Isolux Corsán Participações na VIABAHIA Ltda e Infravix Participações S/A, pertencem ao grupo espanhol Isolux Corsán Concesiones S/A.

Em 2013 no governo Dilma/PT a BR-050/GO/MG - Entroncamento com a BR-040 (Cristalina/GO) - Divisa MG/SP foi concedido à empresa MGO Rodovias - Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S/A, que tem entre seus acionistas a Senpar Ltda, Construtora Estrutural Ltda (20%), Ellenco Construções Ltda (10%), Construtora Kamilos Ltda (10%), Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda (10%), Greca Distribuidora de Asfaltos Ltda (20%), Maqterra Transportes e Terraplenagem Ltda (5%), TCL Tecnologia e Construções Ltda (10%), Ellenco Construções Ltda (10%) e, Vale do Rio Novo Engenharia e Construções Ltda (5%). O termo de concessão é por 30 anos, e, a empresa administrará os trechos rodoviários entre o entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até a divisa de Minas Gerais com São Paulo, no município de Delta/MG.

Em 2013 no governo Dilma/PT foram também, privatizadas a BR-060 e da BR-153 desde o entroncamento com a BR-251/DF até a divisa do estado de Minas Gerais com São Paulo, e, da BR-262 desde o entroncamento com a BR-153/MG ao entroncamento com a BR-381/MG. A empresa que venceu o leilão de concessão foi a Triunfo Concebra empresa pertencente também, ao Grupo Triunfo Participações e Investimentos S/A - TPI, anteriormente citado.

O governo Dilma/PT em 2013 fez também, a privatização através de leilão por concessão da BR-040/DF/GO/MG trecho Brasília/DF e Juiz de Fora/MG. A empresa que arrematou foi a VIA 040 por 30 anos de concessão. A VIA 040 é uma empresa do Grupo Invepar que já operava outras concessões públicas. Sua composição acionária em 08/05/2015 era a seguinte: Fundação dos Economistas Federais - Funcef (25,00%), Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros (25,00%), Bb Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações (25,00%), Oas Infraestrutura S/A (24,44%), Construtora Oas S/A (0,00%), Outros (0,00%) e Ações Tesouraria (0,00%).

A BR-163 trecho Mato Grosso (BR-163 e MT-407 do MS até o entroncamento com a MT-220) foi arrematado pela Concessionária Rota do Oeste - CRO da Odebrecht Transport, em 2013 no governo Dilma/PT. A empresa tem como acionistas a Odebrecht S/A (59,39%), o FI-FGTS (30,00%) e o Bndespar (10,61%).

Enquanto isso, em 2013 no governo Dilma/PT, a BR-163/MS trecho Mato Grosso do Sul (início na divisa com o estado do MT e término na divisa com o PR) foi arrematada pela empresa MSVias pertencente ao Grupo CCR. Este grupo já participava de outras concessões públicas.

Ainda em 2013, o governo Dilma/PT privatizou a BR-153 - Trecho Anápolis/GO (BR-060) até Aliança do Tocantins/TO (TO-070). A empresa GALVÃO Participações S/A venceu o leilão. A Empresa Nacional de Participações S/A - Enpar, a Moval Participações Ltda e, a Freccia Engenharia Ltda, são as controladoras do Grupo Galvão.

Outras empresas estatais de outros setores também foram privatizadas, e entre elas destacava-se a Datamec. Sua privatização ocorreu no governo FHC (PSDB) em 1999. A Datamec era uma empresa de processamento de dados da Caixa Econômica Federal, e, foi vendida para a Unisys, uma multinacional de origem norte-americana. No ano 2000 no governo FHC (PSDB) ocorreu a privatização do Banespa - Banco do Estado de São Paulo S/A que havia sido federalizado na passagem do governo Fleury/Mario Covas (PSDB). O banco espanhol Santander foi o arrematador do leilão. Em 2001 no governo FHC (PSDB), foi também privatizado o Banco do Estado de Goiás, adquirido pelo Banco Itaú. Em 2002 o Banco do Estado do Amazonas, também no governo FHC (PSDB), foi adquirido pelo Bradesco durante a política de privatizações. O mesmo Banco Bradesco S/A comprou em leilão de privatização em 2004, o Banco do Estado do Maranhão e, em 2005 o Banco do Estado do Ceará durante o governo Lula (PT).

No setor aeroportuário, em 2012, o governo de Dilma Rousseff (PT), privatizou os aeroportos Juscelino Kubitschek em Brasília (arrematado por 25 anos pelo Consórcio Inframerica, das empresas Infravix e a argentina Corporación America); o Aeroporto de Viracopos, por 30 anos pelo Consórcio Aeroportos Brasil (formado por duas empresas brasileiras e pela francesa Egis); e o Aeroporto de Guarulhos adquirido por 20 anos pelo Consórcio da Invepar (formado pelas empresas de fundo de pensão Previ, Funcef e Petros, a Construtora OAS e a operadora estatal sul-africana ACSA).

Em 2013, o governo Dilma (PT) privatizou o Aeroporto do Galeão, adquirido por 25 anos, pelo Consórcio Aeroportos do Futuro, liderado pela Odebrecht em parceria com a empresa Changi, de Cingapura; o Aeroporto de Confins em Minas Gerais arrematado pelo Consórcio Aerobrasil, formado pelo Flughafen München - Munique, Flughafen Zurich - Zurique e pelo Grupo CCR.

Assim, quer no governo do PSDB ou do PT, o processo de privatização sob o regime de concessão tem continuado no país, e, pelo andar da carruagem devem continuar. Passa-se para as empresas privadas a operação de rodovias, aeroportos e ferrovias, mas não se consegue deter o processo de monopolização que vai se estabelecendo nos diferentes subsetores. No setor rodoviário, seis grupos já detém o monopólio de 67% dos 17 mil quilômetros colocados sob o regime de concessões: CCR, Ecorodovias, Arteris (ex-OHL), Odebrecht, Triunfo e Invepar. No subsetor

ferroviário a Rumo Logística do grupo Cosan S/A vai assumindo o processo de monopolização das principais redes de ferrovias do país.

2.5.9. A privatização no setor de pesquisa e exploração de petróleo.

A privatização no setor de pesquisa e exploração de petróleo iniciou-se pelo setor petroquímico que estava fora do monopólio estatal. Assim, como já demonstrado, várias empresas foram privatizadas contribuindo de certo modo para o início da quebra do histórico monopólio estatal do setor estabelecido pela Lei nº 2.004 de 03/10/1953.

Porém, as políticas neoliberais iniciadas nos anos 80 e 90 do século passado atingiram o setor através da eliminação e fragmentação de parte de seu patrimônio, tais como a extinção da Interbras e Petromisa, e a privatização da Petroquisa e da Petrofértil. A aprovação da Emenda Constitucional nº 9 em 1995 e depois em 1997 da Lei nº 9.478, de 06/08/1997, passou a permitir a flexibilização do monopólio estatal do petróleo e gás natural, através do processo de concessão, independentemente de sua origem de seu capital. Dessa forma, as empresas detentoras do direito de explorar os blocos de petróleo passaram a ser portadoras do direito sobre o petróleo extraído pelo período de tempo estipulado na concessão, uma remunerado o Estado. Esta remuneração refere-se aos tributos, *royalties*, bônus, taxas e etc.. Em 1998, a ANP - Agência Nacional de Petróleo realizou a primeira licitação (Rodada Zero) concedendo à Petrobrás o direito de exploração sobre 115 blocos. Um ano depois, foi feita a primeira licitação que terminou com a arrematação de onze empresas para os 27 blocos ofertados. Entre 1999 e 2013, foram licitados 1008 blocos para exploração e produção do petróleo.

Em 2010 entrou em vigor duas novas leis regulando o setor, primeiro a Lei nº 12.276 de 30/06/2010, que passou a autorizar a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo em áreas não concedidas localizadas no pré-sal, até o limite de 5 bilhões de barris de petróleo, dispensada a licitação. A segunda mudança foi introduzida pela Lei 12.351 de 22/12/2010, que definiu novas regras para os contratos de partilha de produção de petróleo no pré-sal e para as áreas consideradas estratégicas. Criou também, um Fundo Social (financiado com recursos da produção do pré-sal, e constituiu a empresa pública Pré-Sal Petróleo S/A - PPSA.

Em 2013, foi realizado o primeiro leilão do pré-sal sob vigência da nova legislação, do campo de Libra que foi vencido pelo consórcio composto pela Petrobras (40%), Shell (20%), Total (20%), CNPC (10%) e CNOOC (10%).

Assim, o pré-sal que vai do Espírito Santo até Santa Catarina (150 mil quilômetros quadrados), cujas reservas descobertas passaram a se

destacar no conjunto das reservas de petróleo no Brasil, habilitou o país a ingressar no clube dos principais países produtores de petróleo do mundo em cenários projetados para 2020. As novas descobertas provadas elevou as reservas nacionais em 2013 para 18,47 bilhões de barris (Quadro 25 a seguir), colocando o Brasil em 14º no *ranking* mundial. Quanto à exploração o país ocupava o 12º lugar em 2013, com produção de 2,6 milhões de barris/dia (boe). Em março de 2015, em meio a crise a produção baixou para 2,4 milhões de barril/dia, embora apresentasse crescimento de 13,9% em relação à março de 2014. As projeções futuras indicam que a produção média deve superar os 3 milhões de barris de petróleo por dia (bpd), nos próximos anos, e, a cifra dos 4 milhões em 2020. Dessa forma, as exportações líquidas também, subiriam para 2 milhões de barris/dia em 2020 fazendo o país um dos principais exportadores mundiais.

A participação do pré-sal na produção nacional também vem crescendo rapidamente. Entre 2010 e 2014, a média anual da produção diária avançou de 42 mil barris por dia para 492 mil, refletindo crescimento doze vezes maior. Essa produção do pré-sal representa 20% do total, e a previsão é que deverá atingir 52% em 2018.

Quadro 25 – BRASIL - Reservas Provadas 2013

QUADRO RESUMO	PETRÓLEO				GÁS NATURAL				Barris de Óleo	
	Unid.	2012	2013	Δ	Unid. Bilhões	2012	2013	Δ	Equivalente (boe) -	
1. RESERVAS PROVADAS	bilhões de barris	15,31	15,59	1,80%	bilhões de m3	459,19	458,16	-0,22%	18,47 bilhões	
Produção	milhões de bbl/dia	2,149	2,114	-1,60%	milhões de m3/dia	70,56	77,193	9,40%	2,648	milhões boe/dia
Consumo*		1,927	2,055	6,60%		93	109,46	17,70%	2,778	
Importação		0,311	0,405	30,20%		35,74	45,24	26,60%	0,703	
Exportação		0,548	0,381	-30,50%		0	0	0	0	
Relação Reserva/Produção	Anos	19,5	21,1	8,20%	Anos	17,8	16,3	-8,40%		

Fonte: Ministério de Minas e Energia, 2014, p.3.

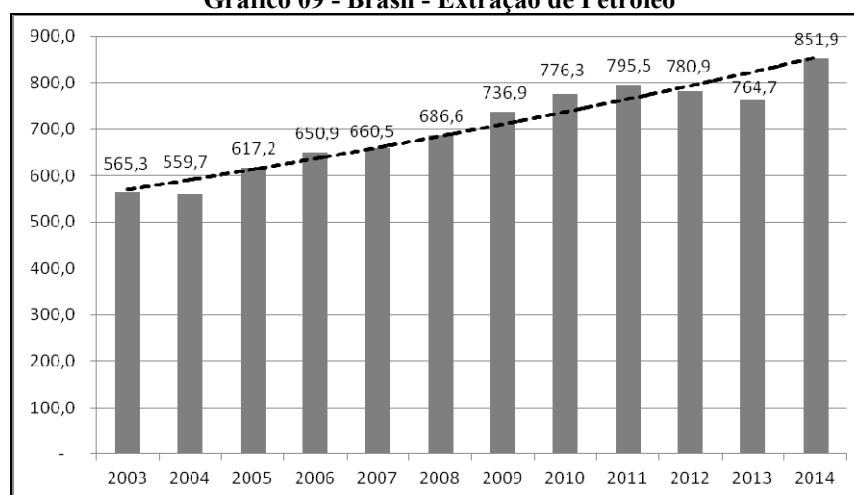
Em relação à exploração do petróleo no Brasil o crescimento tem sido constante, conforme pode ser visto no gráfico 09 a seguir, alcançando o país a exploração total de 851,9 mil barris diário em 1914. Deve ser registrado também, que em abril de 2015 a produção de petróleo no pré-sal atingiu 800 mil barris por dia.

Esse crescimento na exploração tem refletido nas exportações de óleo bruto feita pelo país, conforme expresso no gráfico 10 a seguir. Nem mesmo a queda do preço internacional do barril petróleo que derrubou o resultados no ano de 2013, foi suficiente para impedir o crescimento da receita em 2014, pois, o volume exportado subiu de 19,8 bilhões equivalentes em toneladas em 2013 para 27,0 bilhões em 2014.

É esse crescimento que reforça a segurança das estimativas futuras no setor e, a colocação pela *International Energy Agency- IEA* do Brasil entre os principais produtores mundiais de petróleo até 2020. É certamente,

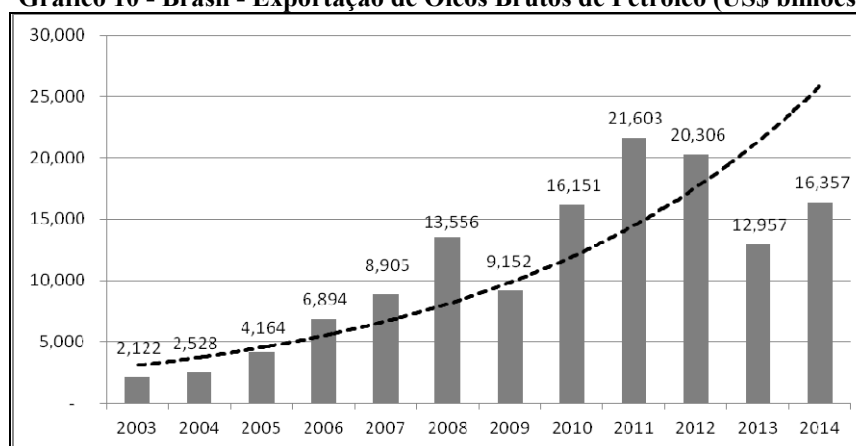
aqui que reside uma das raízes da crise política em curso neste ano de 2015.

Gráfico 09 - Brasil - Extração de Petróleo



Fonte: ANP

Gráfico 10 - Brasil - Exportação de Óleos Brutos de Petróleo (US\$ bilhões)



Fonte: MDIC

2.6. A transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do estado nacional como encrave territorial para o capital e dispensa as formas clássicas do imperialismo.

A sexta característica do neoliberalismo indicada por CHAUI apontou que "a transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do estado nacional como encrave territorial para o capital e dispensa as formas clássicas do imperialismo (o colonialismo político-

militar, e a geopolítica de áreas de influência, etc.), de sorte que o centro econômico e político se encontra no FMI - Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial...".

Configura-se, pois, uma nova forma de imperialismo, diferente, portanto, daquelas anteriores. Assim, o desenvolvimento do capitalismo no pós Segunda Guerra Mundial deve ser compreendido com processo de consolidação dos oligopólios mundiais que se originaram das empresas multinacionais, fossem elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. As empresas mundiais são, portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo que a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que permitiram superar as contradições da disputa de mercados e do controle de fontes de matérias-primas entre as empresas "nacionais". O domínio e expansão das empresas mundiais, dessa forma, apresentaram simultaneamente, três processos relacionados: a necessidade de movimentos mundiais de capitais; a produção capitalista mundial e existência de ações de governo em nível mundial. As "receitas" de políticas econômicas do Fundo Monetário Internacional-FMI, de há muito tempo se tornaram as políticas econômicas de muitos Estados nacionais onde ocorrem investimentos das multinacionais. Foi dessa forma que o FMI e Banco Mundial implementaram o "*Washington Consensus*" que está na base dos planos de estabilização e ajustamento das economias dos países endividados internacionalmente, de modo a adaptá-los à nova realidade do capitalismo mundial. Resumidamente, ele prevê a estabilização da economia (combate a inflação); realização de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação do mercado, liberalização financeira e comercial); e retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento. O Plano Real do governo FHC (PSDB) foi o próprio *Washington Consensus*. Foi, pois assim, que surgiram também, os mercados comuns e as comunidades econômicas que passaram a compor o cenário do comércio mundial. NAFTA, CEE, MERCOSUL, etc. são múltiplos exemplos da nova organização do capitalismo monopolista mundializado que pode no limite, até prescindir do Estado nacional. Aliás, uma das reivindicações da Organização Mundial do Comércio (OMC) é a remoção de todas as barreiras alfandegárias, ou seja, que o mundo seja finalmente, a pátria única do capital.

Assim, um conjunto de capitalistas brasileiros associou-se e/ou fundiram-se com capitalistas estrangeiros formando novas alianças de classe em nível mundial, de certo modo abandonando disputas entre empresas estrangeiras e nacionais. Trata-se, portanto, de um novo momento da história mundial, onde nacionais e estrangeiros fazem alianças de classe fazendo surgir quer dentro quer fora empresas mundiais. Elas estão onde a reprodução ampliada do capital possa se fazer.

2.7. A distinção entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser substituída pela existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta.

A sétima característica do neoliberalismo que CHAUI apontou foi que "a *distinção (...) portanto (...) entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser substituída pela existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta. Há, em cada país, um 'primeiro mundo' (basta ir aos Jardins e ao Morumbi, em São Paulo, para vê-lo) e um 'terceiro mundo' (basta ir a Nova York e Londres para vê-lo). A diferença está apenas no número de pessoas que, em cada um deles, pertence a um dos 'mundos', em função dos dispositivos sociais e legais de distribuição da renda e garantia de direitos sociais consolidados.*"

A Geografia do mundo mudou mudando a Geografia do Brasil. Consolidou-se assim, a fase monopolista do capitalismo através da unidade contraditória das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais. Os capitalistas das empresas mundiais estão em todos os países onde elas atuam. O mercado da empresa mundial não é só aquele dos países industrializados. A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está centrado só nos países ricos, o centro está em todo o mundo onde as empresas mundiais estão. Esta sim é a nova ordem mundial criada pelo capitalismo monopolista que, por sua vez, está gestando uma nova divisão mundial do trabalho redesenhando uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo. O centro está onde for possível conectar interesses nacionais mundializando-os. O centro está, portanto, em Nova Iorque, Tóquio, Bangcoc, Joanesburgo, Frankfurt, Paris, Londres, Moscou, Adelaide e, porque não, no México, Buenos Aires, São Paulo, Curitiba, etc. A luta de classes ganhou uma dimensão simultaneamente, nacional e mundial. Chauí, concluiu seu artigo lembrando que enquanto isso, "*este conjunto de condições materiais corresponde grosso modo, a um imaginário social que busca justificá-las como racionais, legitimá-las como corretas e disseminá-las enquanto formas contemporâneas da exploração e da dominação. Este imaginário social é a ideologia neoliberal.*" (CHAUI, 1994) (sem grifo e negrito no original)

2.8. O neoliberalismo e a crise financeira de 2008

A crise financeira de 2008 marcou mais um momento da crise estrutural do capitalismo monopolista neoliberal. O capital financeiro tido e havido, por praticamente todos os estudiosos, como o *core* do capitalismo

atual, desabou em 2008, como um "castelo de cartas". Mostrou sua verdadeira face, não era e não é o *core* do capitalismo. Como já havia estrito Marx no Século XIX, o centro fundante do capitalismo está nas relações de produção e de trabalho, portanto, na indústria. E, lá no chão da fábrica, elas, as relações de produção e de trabalho não foram revolucionadas, por isso, a crise de 2008 foi uma crise fundada no centro financeiro do capitalismo. Traduzindo em miúdos, o capital financeiro considerado como *core* do capitalismo virou pó, e, nem por isso a sociedade capitalista se revolucionou e o capitalismo ruim por inteiro. Ao contrário, revelou novas formas de organização e de autoproteção. As alianças de classe que se faziam nos diferentes planos das diferentes nações, passaram a se fazer nos diferentes planos entre as nações. As filiais foram transformando-se e, atualmente, não são mais meras extensões de suas matrizes. São empresas concorrentes que disputam no capitalismo mundializado seu espaço de atuação e de reprodução ampliada do capital. Foram muitas delas que, contraditoriamente, salvaram suas matrizes, invertendo e transformando as relações no interior do próprio capitalismo monopolista agora mundializado. A crise financeira de 2008 revelou a fragilidade de uma das características do neoliberalismo apontada por Marilena Chauí como coração do capitalismo: o monetarismo e o capitalismo financeiro. Assim, a ampliação da desvalorização do trabalho e o privilegiamento do dinheiro, como a mais abstrata e fetichizada das mercadorias, como pode ser vista nas páginas anteriores deste capítulo, reitero, revolucionou o modo capitalista de produção. Apenas as pirâmides do senhor Bernard Lawrence "**Bernie**" **Madoff** e seus auxiliares, ruíram e, levaram junto para os bolsos dos executivos das finanças os bilhões de dólares dos capitalistas e rentistas de todo mundo. A crise dos derivativos mostrou definitivamente, o lugar não principal da especulação financeira no bojo da reprodução ampliada do capital. Mas, a crise apenas explodiu em 2008, e, continua a se alastrar pelos anos subsequentes. Mas, é preciso reforçar que ela começou e não começou em 2008.

Muitos autores procuram a raiz da crise em momentos anteriores na história recente do capitalismo. Para uns ela está no início da década de 70, quando chegou ao fim o acordo de Bretton-Woods celebrado na década de 40 do século passado. Tratava-se, portanto, da prática da política de câmbio flutuante praticada a partir de 1973 pelos principais países da Europa e pelo Japão, depois, da decisão dos EUA de 1971, que interrompeu a compra e venda de ouro nas operações liquidadas contra outras moedas. Nos anos que se seguiram os principais países capitalistas do mundo passaram a remover todas as restrições ao movimento mundial de capital: EUA (1974), Inglaterra (1979), Japão (1980), França e Itália

(1990) e, Espanha e Portugal (1992). Aí reside a origem da volatilidade cambial atual. E, ela trouxe consigo novas possibilidades de executar operações lucrativas em diferentes mercados mundiais, criando a figura dos *players* da especulação financeira. Como consequência, os setores industriais, agropecuário, comércio e serviços foram buscar nas operações de *hedge*, a defesa contra as oscilações cambiais. Assim, o risco cambial que antes afetava apenas os governos, passou a atingir também, diretamente o setor privado.

Simultaneamente, o avanço tecnológico na informação e no processamento de dados, tornou-se fundamental para o gerenciamento de risco em todos os setores da economia, deixando de ser instrumento de controle apenas do setor financeiro. Ou por outras palavras, gradativamente as empresas em geral, foram criando seus próprios setores financeiros e no limite seus próprios bancos ou unidades financeiras de investimentos. Lauro Emilio Gonzalez da Silva em sua tese de doutorado orientado por Luis Carlos Bresser-Pereira, afirmou que

"Desta forma, inaugurou-se um circuito de financiamento que alavancou os recursos oferecidos, via mercado de capitais, para os tomadores de empréstimos em geral. Este circuito inicia-se com a geração ou "**originacão**" de ativos pelo mercado de capitais, que também se encarrega de promover a securitização e a negociação, com a qual são obtidos novos recursos, posteriormente utilizados para gerar novos ativos, realimentando o circuito. Portanto, a chamada revolução tecnológica, simultaneamente, diminuiu a vantagem competitiva dos bancos na atividade de empréstimos e deu forte impulso ao mercado de capitais. Por último, o crescimento dos investidores institucionais, em especial **os Fundos de Pensão**, constitui outra força competitiva atuando no mercado antes restrito aos bancos. A origem deste tipo de fundo guarda relação com os processos de privatização dos sistemas previdenciários de vários países, assim como o desenvolvimento da indústria de previdência complementar. Vale mencionar que a reação dos bancos ao acirramento da competição também teve efeito expansivo sobre o mercado de capitais. Vide a diversificação rumo as atividades fora de balanço (*off- balance sheet*), principalmente no **mercado de derivativos**." (SILVA, 2007, p. 8 e 9) (Sem grifos e negritos no original)

O primeiro país a ter que enfrentar os efeitos da crise cambial foi o México em 1994. Vários acontecimentos foram responsabilizados pela crise da volatilidade cambial que passou enriquecer muitos com a especulação financeira global: taxa de câmbio fixo, déficit em conta corrente, déficits fiscais, choques políticos como a revolta de Chiapas e o assassinato de Luis Donaldo Colosio Murrieta então candidato do governo à presidência, elevação dos juros nos EUA, troca da dívida interna na moeda nacional peso por títulos internos atrelados ao dólar (*tesobonos*), e por fim, a queima de reservas internacionais tentando evitar a moratória.

Depois do México vieram em 1997 a Tailândia, Indonésia, Coréia do Sul, Cingapura, Filipinas, Taiwan, Hong Kong e Malásia; em 1998 o Brasil; em 1999 a Rússia; em 2001 a Argentina; e etc. Essas crises fizeram com que os países capitalistas ricos estabelecessem alterações no *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards* Acordo de Basileia I (1988) em 2004 firmando o Acordo de Basileia II sobre contabilidade e supervisão bancária e sobre a atuação do *Financial Stability Forum* - FSF. Este Fórum havia sido fundado em 1999 pelo G7 para promoção da estabilidade financeira mundial (em abril de 2009, acabou substituído pelo *Financial Stability Board* com a presença de todos os membros do G-20).

Nada adiantou todos estes mecanismos que visavam regular o mercado financeiro, pois, os *hedges funds* (fundos de alto risco) continuaram fora dos instrumentos de controles internacionais. O resultado foi a formação das denominadas duas bolhas Alan Greenspan, que havia ocupado o principal cargo no *Federal Reserve System* dos Estados Unidos entre 1987 e 2006, atribuídas à sua política de juros baixos e ausência de regulação. A primeira, conhecida como a "crise da Nasdaq" derivou da valorização especulativa das ações das empresas de alta tecnologia, as *.com*. O pico dos preços dessas ações estourou em 2000, caindo depois mais de 40%, o que levou à falência de muitas empresas. A segunda bolha apareceu em 2003, no mercado habitacional provocada pelo processo especulativo da compra e revenda de hipotecas. Os títulos dessas empresas tiveram a mais alta classificação pelas agências - AAA - ou seja, os mais seguros do mercado de derivativos. O aumento na procura por estes títulos hipotecários resultou no aumento do preço dos imóveis, até que em 2007, ocorreu queda violenta do preço dos imóveis provocando perdas absolutas vultosas dos investimentos feitos na revenda dos títulos *subprime*. Foi o estouro da bolha que provocou o colapso no mercado financeiro todo, levando a economia à recessão. Nem o corte das taxas dos juros pelo FED pode conter os efeitos devastadores provocados pelos *hedges funds*, e no ano seguinte a crise explodiu em 15 de setembro de 2008, com a falência do banco de investimento Lehman Brothers, provocada pela recusa do socorro pelo Federal Reserve - FED.

Assim, em 2008, estourou a crise financeira mundial anunciando o fracasso do neoliberalismo como rota histórica do capitalismo monopolista. A frase mais pronunciada pelos ganhadores do prêmio Nobel de Economia era: "*a única coisa que sabemos é que não sabemos*". A crise ficou famosa como a crise dos derivativos. Os jornais da Europa a denominaram de "**crise tóxica**" e colocavam o símbolo do perigo nuclear como sua identificação.

O governo norte americano estatizou a *Federal National Mortgage Association* - FNMA - a "*Fannie Mae*", e a *Federal Home Loan Mortgage*

Corporation - FHLMC - a "Freddie Mac". Ambas eram as maiores empresas de empréstimos pessoais e hipotecas do país e estavam literalmente quebradas. Mesmo assim, a crise alastrou-se para o mundo todo. Os bancos centrais de todos os países tiveram que injetar dinheiro no mercado interbancário para segurar o famoso "efeito dominó" das falências no setor financeiro.

Assim, o mundo assistia à mundialização da crise financeira de 2008, que atingiu as empresas de todos os cantos do mundo. Seus efeitos estão presentes na atualidade uma vez que ela não terminou. Entre as razões explicativas está a crise das políticas neoliberais que tomaram conta dos diferentes governos capitalistas no final do século passado. Luiz Carlos Bresser Pereira indicou esse fato como causa da crise:

"sabemos que tudo isto pode ocorrer porque os sistemas financeiros nacionais foram sistematicamente desregulados desde que, em meados dos anos 1970, começou a se formar a onda ideológica neoliberal ou fundamentalista de mercado. Para ela os mercados são sempre eficientes, ou, pelo menos, mais eficientes do que qualquer intervenção corretiva do Estado, e, portanto, podem perfeitamente ser autorregulados. Para esta ideologia que, desde o governo Reagan, se transformou no instrumento do *soft power* americano, este era o sistema econômico mais eficiente – o único caminho para os demais países (...) sabemos que esta ideologia ultraliberal era legitimada nos Estados Unidos pela teoria econômica neoclássica (...) [que se encarregou] de demonstrar matematicamente, "cientificamente", com o auxílio dos pressupostos do *homo economicus*, das "expectativas racionais" e da "escolha racional" que o credo neoliberal era correto." (BRESEER PEREIRA, 2009, p. 134)

Dessa forma, passados seis anos da crise financeira global, os organismos internacionais de política econômica, somente têm encontrado dificuldades para sair da crise e passar a promoção do crescimento econômico depois deste já longo período de índices baixos. Entre os problemas alegados estão a taxas reduzidas de inflação, dívidas elevadas e verdadeiro tumulto financeiro. Por isso, os indicadores de crescimento são modestos na maioria dos países, e, pelas previsões deverão continuar baixos.

Entretanto, quanto ao desenrolar da crise iniciada em 2008, há estudiosos que arriscam prever seu aprofundamento no próximo ano:

As bolsas europeias estão perto dos níveis mais elevados dos últimos sete anos e, nos EUA, Wall Street passou quase todo o ano de 2014 a renovar máximos históricos consecutivos. Um dos economistas norte-americanos (...) Nouriel Roubini, diz que está a formar-se a "**mãe de todas as bolhas**" nos mercados e que o colapso – que deverá acontecer, acredita, em 2016 – será tremendo. Nouriel Roubini é conhecido (...) pelas suas previsões habitualmente cataclísmicas para os mercados. A sua reputação cresceu, contudo, quando o economista alertou numa

conferência do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2006, que o mercado imobiliário nos EUA iria colapsar e que o país iria cair numa grave recessão que causaria ondas de choque em todo o mundo. Foi, na altura, ridicularizado por quase todos, mas a crise financeira de 2008 desenrolou-se de forma muito semelhante ao que tinha previsto. Agora, o economista e professor da New York University diz numa entrevista à Yahoo Finance que a “mãe de todas as bolhas nos preços dos ativos já começou” e que poderá ser mais grave do que aquela que antecedeu a crise financeira de 2008. (...) “*No próximo ano (2015) teremos crescimento econômico e dinheiro barato, pelo que esta ‘espuma’ que vemos nos mercados ainda deverá continuar*”. O economista refere-se à “espuma” como uma indicação de que os mercados estão a formar bolhas, alimentadas pela inflação baixa que existe nas economias desenvolvidas e pela política monetária agressiva dos bancos centrais, no sentido de comprimir as taxas de juro para mínimos históricos e injetar liquidez no mercado monetário. O economista está particularmente preocupado com o mercado norte-americano, onde a bolsa sobe quase 40% no último ano, mas prevê um colapso que iria necessariamente alastrar-se aos outros ativos e regiões. As bolsas europeias também estão em máximos de vários anos, muito devido à expectativa de mais medidas de estímulo monetário por parte do Banco Central Europeu. Os preços de vários ativos, desde as obrigações às ações, estão “*demasiado esticados*“, diz Nouriel Roubini. Em especial, as ações ligadas às redes sociais e Internet preocupam o economista. (...) O mercado imobiliário nos EUA não está em “bolha”, desta vez, mas há muitos países onde isso está a acontecer. Entre os países que, na opinião de Roubini, têm bolhas no imobiliário estão o Canadá, o Reino Unido, a Suécia, a Suíça e também em Hong Kong e Singapura.” (OBSERVADOR, 2014).

3. A Mundialização do capital e a nova aliança das burguesias nacionais

Foi François Chesnais (1996) que no livro "*La Mondialisation du capital*" apresentou a raiz sociopolítica deste momento da história do capitalismo, assentada na aliança de classe da burguesia capitalista em nível mundial. Ou seja, a remoção dos entraves nacionais e a construção de uma consciência mundial fundada nos interesses comuns e na cooperação entre as burguesias nacionais. Lembrou CHESNAIS (1996) que estava nascendo nas oficinas mundiais da produção intelectual e ideológica do capital monopolista mundializado, um discurso ideológico para validá-lo no meio intelectual e científico.

“O adjetivo "***global***" surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres "*business management schools*" de Harvard, Columbia, Stanford etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas - o japonês K. OHMAE (1985 e 1990), o americano M.E. PORTER ... Fez sua estreia em nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e **em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal**. ... De fato, as publicações que fazem a mais extremada apologia da "**globalização**" e do "**tecno-globalismo**" apresentam esse mundo como "**sem fronteiras**" (*Borderless*, é o título do livro de 1990 de OHMAE) e as grandes empresas, como "**sem nacionalidade**" (*stateless*, é a expressão empregada pela influente revista Business Week, 1990). Esses termos, portanto, não são neutros. Eles invadiram o discurso político e econômico cotidiano, com tanta maior facilidade pelo fato de serem termos cheios de conotações (e **por isso utilizados, de forma consciente, para manipular o imaginário social e pesar nos debates políticos**) e, ao mesmo tempo, vagos." (CHESNAIS, 1997, p. 23) (Sem grifos e negritos no original)

François Chesnais formulou o conceito de mundialização, exatamente em decorrência da presença do neoliberalismo no mundo acadêmico. Portanto, o conceito de mundialização nasceu no mundo acadêmico visando explicar os elementos fundantes deste novo período histórico do desenvolvimento do capitalismo.

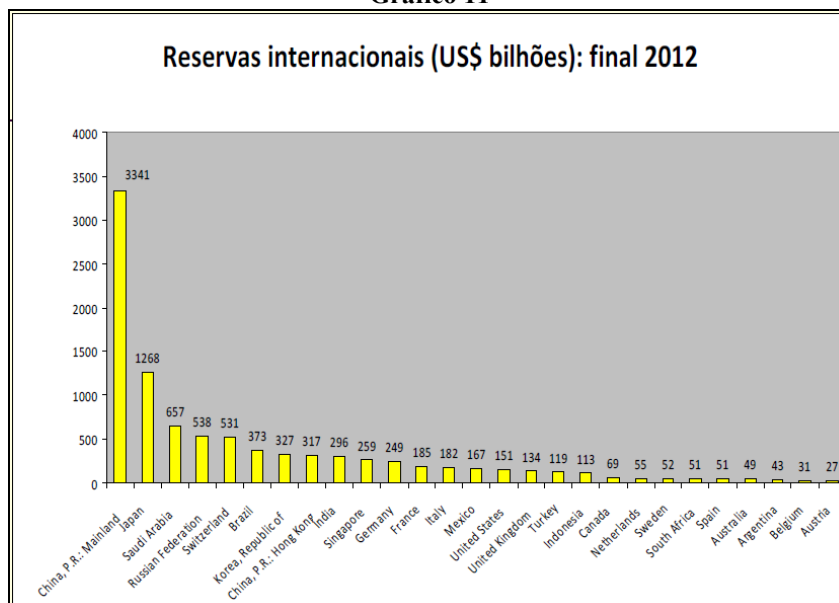
Dessa forma, a mundialização do capitalismo monopolista amalgamou em escala mundial o capital distribuído entre os diferentes países. A construção dessa nova hegemonia foi possível, de um lado, em decorrência da emergência dos Estados Unidos como, praticamente única potência militar e econômica do mundo, e de outro, pelo processo de

consolidação dos novos oligopólios internacionais: as empresas mundiais. Elas derivaram do cerne da crise interimperialista: a disputa pelos mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas monopolistas nacionais, ou seja, soldou-se uma nova aliança de classe entre as burguesias nacionais, afastando com ela, pelo menos temporariamente, o risco de uma nova guerra mundial.

Três processos simultâneos e intercambiados permitiram esta aliança mundial das burguesias: a necessidade de movimentos mundiais de capitais, produção capitalista mundial e existência de ações de governos em nível mundial.

O primeiro processo foi determinado pela necessidade da reconstrução da Europa e do Japão depois da II Guerra Mundial. Os Planos Marshall e Colombo, as fusões entre empresas industriais americanas e europeias, os acordos de São Francisco e de Bretton Woods, a criação do FMI, BIRD e Banco Mundial foram ações para estabelecer a regulação mundial para o movimento mundial de capitais derivados, sobretudo, dos fluxos de capitais norte-americanos na Europa, no Japão e, de resto em todo o mundo. Mesmo com as crises nacionais e a mundial de 2008, o gráfico 11 a seguir traz o elevado porte das reservas internacionais no final de 2012, e, a nova realidade gerada pela mundialização dos monopólios: os países emergentes tornaram-se os maiores detentores delas.

Gráfico 11



Fonte: GONÇALVES, s/d)

O segundo processo, a produção capitalista mundializada, nasceu dos monopólios da pesquisa e da tecnologia que, articulado ao processo

anterior, mundializaram as economias nacionais passando a controlar a força de trabalho, os mercados e as fontes de matérias-primas dos diferentes países. Assim, formou-se o mercado mundial de mão de obra, a posse e monopólios das fontes de matérias-primas e, a divisão dos mercados. A disputa foi substituída pela cooperação entre as empresas estrangeiras pelo processo de associação e/ou fusão com as nacionais. Dessa forma, as empresas mundiais nasceram como fruto dessa nova aliança de classes entre as burguesias nacionais dos diferentes países, transformando-se também, em burguesia mundial. Entre os principais exemplos de fusões e aquisições no mundo estão as empresas mundiais no quadro 26 e as nacionais no quadro 27 a seguir. Como exemplo deste processo, também está ocorrendo na economia brasileira fusões, aquisições e associações, etc., fruto do neoliberalismo.

Desde 1994 até 2014, ou seja, após Plano Real foram 9.821 transações. O gráfico 12 também a seguir, contém os dados que indicam o governo FHC com 2.667 (27,2%), o governo Lula 3.907 (39,8%), e, no primeiro mandato do governo Dilma o número foi de 3.247 (33,1%). O processo acelerado de crescimento das fusões, aquisições e associações pós Plano Real aparece também no crescimento da média do governo de FHC que foi 333, Lula 488 e Dilma quase o dobro 811. Dessa forma, o neoliberalismo vai deixando como marca histórica a formação dos novos grupos econômicos mundializados.

O terceiro processo que caracteriza a mundialização foram as ações mundiais de governos que se originaram dos dois processos anteriores (movimentos mundiais de capitais e produção capitalista mundializada) articulados à necessidade da intervenção do Estado na economia e na definição dos projetos de cooperação mundial.

A constituição de governos nacionais/mundiais originou-se da deterioração dos poderes clássicos dos Estados nacionais associado ao emprego crescente de instrumentos de política econômica mundial, favorecendo simultaneamente, mundialização do capital e do trabalho pela empresa mundial. O *Consensus* de Washington está no cerne dos programas de reformas econômicas e fiscais que viraram rotineiras na maioria dos países emergentes.

Assim, a necessidade de movimentos mundiais de capitais, a produção capitalista mundial e a existência de ações de governos em nível mundial articulados contraditoriamente, estão na raiz da formação do capitalismo monopolista mundializado.

Portanto, foi a partir desse processo, que os Estados nacionais permitiram que as empresas monopolistas mundiais passassem a se constituir nas novas organizações de controle da economia capitalista mundial. Dessa forma, a lógica dessas novas alianças originou-se da crescente necessidade de integração entre as diferentes tecnologias e

setores da economia; dos custos crescentes em pesquisa e desenvolvimento; do encurtamento do ciclo de vida útil dos produtos; e da escassez relativa de mão de obra altamente qualificado nos países industrializados. Em resumo, a raiz das novas alianças entre os Estados

Quadro 26 - Transações mundiais (Fusões, aquisições, associações, etc.)

Ano	Países	Empresas	Setor	US\$ bilhões
1998	USA/Alemanha	Chrysler e Daimler Benz	Automobilístico	40
1998	USA	Travelers Group e Citicorp	Financeiro	70
1999	Alemanha	Vodafone AirTouch e Mannesmann	Telefonia móvel	200
1999	USA	MCI e a Sprint Corporation	Telecomunicações	115
2000	USA	Exxon Corporation e Mobil Corporation	Petróleo	80
2000	Grã-Bretanha	Glaxo Wellcome PLC e SmithKline Beecham PLC	Farmacêutico	75
2000	USA	Pfizer e Warner-Lambert	Farmacêutico	88
2003	USA	Pfizer e Pharmacia Corporation	Farmacêutico	89
2004	Grã-Bretanha/Holanda	Royal Dutch Petroleum e Shell Trading & Transport	Petróleo	75
2004	França/Alemanha	Air France e KLM	Transporte aéreo	0,994
2004	França/Alemanha	Air France e KLM	Transporte aéreo	0,994
2007	Grã-Bretanha/Bélgica/Holanda/Espanha	Consórcio Royal Bank of Scotland (RBS), Fortis, Santander e ABN AMRO	Financeiro	99
2012	Grã-Bretanha/Suíça	Glencore Internacional/Xstrata	Mineração	33
2012	Japão/USA	Softbank/Sprint Nextel	Telefonia móvel	21,6
2012	USA/ Grã-Bretanha	Delta Airlines/Virgin Atlantic Airways	Transporte aéreo	0,360
2014	USA	Facebook/WhatsApp	Redes sociais	16
2014	China/Holanda	CofCo/Nidera	Grãos e alimentos	1,2
2014	China/Hong Kong	CofCo/Noble Agri	Grãos e alimentos	1,5

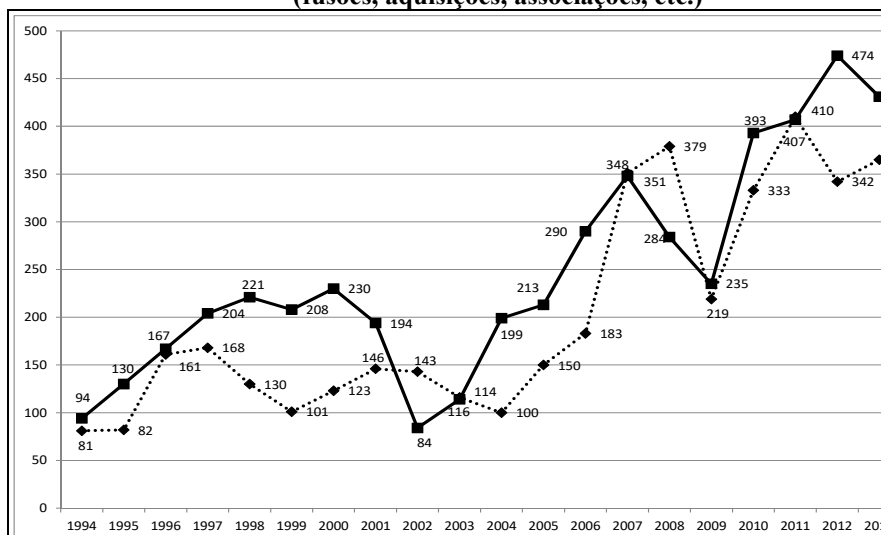
Fonte: KPMG

Quadro 27 - Transações envolvendo empresas nacionais (Fusões, aquisições, associações, etc.)

Ano	Países	Empresas	Setor	US\$ bilhões
2004	Brasil/Bélgica	AmBev (brasileira) e a Interbrew (Belga)	Bebidas	10
2008	Brasil	Banco Itaú S/A e Unibanco	Financeiro	24
2010	Espanha/Portugal	Telefonica e Vivo	Telefonia	0,060
2012	Brasil	Cosan e Congas	Petróleo	1,800
2007	Brasil/USA	JBS-USA Holdings, Inc./Swift & Co.	Carnes	0,225
2008	Brasil/USA	Cosan e ExxonMobil no Brasil	Petróleo	0,826
2008	Brasil/Austrália	JBS S/A/Tasman Group	Carnes	0,150
2009	Brasil/USA	JBS-USA Holdings, Inc./Pilgrims Pride Corporation	Carnes	2,800
2010	Brasil/Austrália	JBS S/A/Rockdale Beef	Carnes	0,037
2011	Japão/Brasil	Kirin/Schincariol	Bebida	2,500
2012	Brasil/Itália	JBS S/A/Seara Brasil	Carnes	2,500
2012	Grã-Bretanha/Brasil	Diageo/Ypióca	Bebidas	0,470
2012	Brasil	Azul e Trip	Transporte aéreo	3,000
2012	USA/Brasil	United Health (UHG)/Amil	Saúde	5,400
2012	USA/Noruega	Bunge Brasil/Yara International	Fertilizantes	0,750
2014	Brasil/Austrália	JBS S/A/Primo Smallgoods	Carnes	1,250
2014	Brasil/USA	Cutral - Safra/Chiquita	Frutas	1,300

Fonte: KPMG

**Gráfico 12 - BRASIL - Número de Transações (TOTAL)
(fusões, aquisições, associações, etc.)**



Fonte: KPMG

nacionais e as empresas multinacionais reside no fato de que elas necessitam do Estado nacional para o enfrentamento da mundialização, mas, para se mundializarem, os Estados nacionais necessitam das empresas monopolistas mundializadas para conseguirem sua legitimidade.

Esse processo consolidou esta fase monopolista do capitalismo mundializado através da unidade (contraditória) das empresas monopolistas mundiais e das burguesias nacionais, ou seja, os capitalistas das empresas monopolistas mundiais estão em todos os países onde elas atuam; o mercado da empresa mundial não é somente o dos países industrializados; a mundialização do capitalismo monopolista uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. O capitalismo monopolista mundializado, portanto, não está centrado somente nos países ricos, o centro do capitalismo tornou-se difuso, ele está em todos os lugares do mundo onde as empresas monopolistas mundiais estão. Isso quer dizer que capitalismo monopolista mundializado criou uma nova ordem mundial, fundada simultaneamente, em uma nova divisão mundial do trabalho nos termos de uma nova aliança da classe burguesa em nível mundial.

Desse modo, os três processos combinados contraditoriamente, a necessidade de movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista mundial e a existência de ações de governos em nível mundial, estão na base da formação do mercado mundial. Mercado que derivou da posição mundial alcançada pelas empresas multinacionais norte-americanas gestadas na perspectiva monopolista do capitalismo, desde o

final do século XIX. Dessa realidade resulta sua posição de vanguarda no mundo.

A partir do processo desencadeado pelas multinacionais norte-americanas, as empresas europeias e, sobretudo japonesas, aprimoraram o sistema e formam hoje, de maneira integrada um sistema financeiro mundial e conseqüentemente um mercado mundial de capitais. A interligação/unificação das Bolsas de Valores de New York, Tóquio, Londres, Paris, Frankfurt, Milão etc., constitui um exemplo dessa realidade. Durante as vinte e quatro horas do dia, têm bolsas com pregão funcionando durante 23 horas, ou seja, apenas entre 20:00hs e 21:00hs de Brasília, não há bolsas funcionando em algum lugar do mundo. O horário com menor número de bolsas funcionando (06) é entre 21:00hs e 22:00hs, e, aquele com maior número (47) é entre 10:30hs e 11:00hs. Já o país com maior período de tempo com bolsas funcionando (16 horas) são os Estados Unidos, das 04:00hs às 20:00hs. As primeiras bolsas que abrem os pregões são as do extremo oriente: Austrália e Japão às 21:00hs de Brasília. Depois, Cingapura às 22:00hs; China às 22:00, 22:30 e 23:00hs; a Indonésia às 23:30hs; e, às 00:55hs e às 01:25hs abrem as bolsas da Índia. Em seguida, começam a abrir as europeias: na Rússia as 03:30hs; na Irlanda às 03:35hs e às 03:45hs; às 04:00hs as da Alemanha, Reino Unido, Espanha e Suécia; às 04:30hs a da Polônia, às 05:40hs a da Itália e, as 06:00hs as da Grécia. Também às 04:00hs e as 05:00hs abrem as duas primeiras bolsas nos Estados Unidos. A seguir, as do Brasil abrem às 09:00hs e 10:00hs. As demais bolsas norte-americanas começam a funcionar às 09:00hs, 09:30, 10:00hs, 10:25hs, 10:30hs e a última às 11:30hs junto com a bolsa do México. No Canadá e no Chile abrem às 10:30hs. A última bolsa que fecha o dia está nos Estados Unidos. O quadro 28 a seguir mostra as bolsas e seus horários.

Dessa forma, a economia capitalista monopolista finalmente, engendrou sua própria mundialização. Essa mundialização é muito mais do que a pura e simples internacionalização ou multinacionalização da economia. A mundialização decorreu dos processos de evolução dos diferentes setores industriais a partir de uma crescente integração dos fluxos de conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de diversos países do mundo. A mundialização por sua vez, originou-se do processo de transformação das empresas nacionais em empresas mundiais através da expansão por diferentes países via abertura de filiais, aquisições, fusões, associações etc. Internacionalização, multinacionalização e mundialização são, portanto, fenômenos integralmente interconectados. São expressões do processo de transformação do capitalismo industrial e financeiro, centrado principalmente nas economias nacionais, para um capitalismo centrado na economia mundial.

Quadro 28

HORARIO DAS BOLSAS DE VALORES							
Local	Símbolo	Abertura (horário de Brasília)	Fechamento (horário de Brasília)	Nome	Abertura (horário local)	Fechamento (horário local)	GMT
Índia	BSE	00:55	04:30	BOMBAY EXCHANGE	09:30	15:30	+05:30
Índia	NSE	01:25	07:00	NSE EXCHANGE	09:30	15:30	+05:30
Rússia	RTS	03:30	11:45	RUSSIAN TRADING SYSTEM	10:30	18:45	+03:00
Irlanda	ISE	03:45	12:30	IRISH STOCK EXCHANGE	07:45	16:30	+00:00
Irlanda	ISI	03:35	12:30	IRISH INDICES	07:45	16:30	+00:00
Alemanha	DBI	04:00	13:30	DEUTSCHE BOERSE INDICES	09:00	17:30	+01:00
Alemanha	XE	04:00	12:30	XETRA	09:00	17:30	+01:00
UK	ELCM	04:00	14:00	LIFFE COMMODITIES	08:00	18:00	+00:00
UK	ELEQ	04:00	14:00	LIFFE EQUITIES	08:00	18:00	+00:00
UK	ELIN	04:00	14:00	LIFFE INTEREST RATES	08:00	18:00	+00:00
UK	FTSE	04:00	12:30	FTSE INDICES	08:00	18:00	+00:00
UK	LIFFE	04:00	14:00	LIFFE	08:00	18:00	+00:00
UK	LSE	04:00	12:30	LONDON STOCK EXCHANGE	08:00	18:00	+00:00
UK	SG	04:00	12:30	SG SECURITIES	08:00	18:00	+00:00
Espanha	ESE	04:00	12:30	ESE EXCHANGE	09:00	17:30	+01:00
Espanha	IBEX	04:00	12:30	IBEX EXCHANGE	09:00	17:30	+01:00
Espanha	MFE	04:00	12:35	MFE EXCHANGE	09:00	17:35	+01:00
Espanha	MFF	04:00	12:35	MFF EXCHANGE	09:00	17:35	+01:00
US	NYMEX	04:00	18:00	NYMEX	03:00	17:00	-05:00
Suécia	SWI	04:00	11:00	SWISS INDICES	09:00	17:00	+01:00
Polónia	WSE	04:30	12:15	WARSAW EXCHANGE	09:30	16:15	+01:00
US	COMEX	05:00	19:00	COMEX	03:00	17:00	-05:00
Itália	BIT	05:40	13:25	BIT EXCHANGE	09:40	17:25	+01:00
Grécia	ASE	06:00	11:00	ATHENS STOCK EXCHANGE	11:00	16:00	+02:00
Grécia	ASI	06:00	11:00	ATHENS INDICES	11:00	16:00	+02:00
Brasil	BCB	09:00	18:00	BCB EXCHANGE	09:00	18:00	-03:00
Brasil	BMF	09:00	18:00	BMF EXCHANGE	09:00	18:00	-03:00
US	CME	09:00	19:00	CME	07:00	17:00	-06:00
Brasil	BOV	10:00	17:00	BOV EXCHANGE	10:00	17:00	-03:00
US	DOWI	10:30	17:00	DOW JONES INDICES	09:30	16:00	-05:00
US	NYSE	10:30	17:00	NEW YORK STOCK EXCHANGE	09:30	16:00	-05:00
US	NYSEI	10:30	17:00	NEW YORK STOCK EXCHANGE INDICES	09:30	16:00	-05:00
US	NASDAQ	10:30	17:00	NASDAQ STOCK MARKET	09:30	16:00	-05:00
US	NASDAQI	10:30	17:00	NASDAQ INDICES	09:30	16:00	-05:00
US	NT	10:30	17:00		09:30	16:00	-05:00
US	PINK	10:30	17:00	PINK SHEETS	09:30	16:00	-05:00
US	SPI	10:30	17:00	SP INDICES	09:30	16:00	-05:00
US	OPRA	09:30	20:00	OPRA EXCHANGE	07:30	18:00	-06:00
US	ONE	10:25	17:05	ONE EXCHANGE	08:25	15:05	-06:00
US	AMEX	10:30	17:00	AMERICAN STOCK EXCHANGE	09:30	16:00	-05:00
US	ISLAND	10:30	17:00		09:30	16:00	-05:00
US	AMEX	10:30	17:00	AMERICAN STOCK EXCHANGE	09:30	16:00	-05:00
US	ISLAND	10:30	17:00		09:30	16:00	-05:00
US	USBB	10:30	17:00	US OTC BB	09:30	16:00	-05:00
US	USOTC	10:30	17:30	US OTHER OTC	09:30	16:00	-05:00
Canadá	TSE	10:30	17:00	TORONTO STOCK EXCHANGE	09:30	16:00	-05:00
Canadá	MDE	10:30	17:00	MONTREAL DERIVATIVES EXCHANGE	09:30	16:00	-05:00
Canadá	MOE	10:30	17:00	MONTREAL OPTIONS EXCHANGE	09:30	16:00	-05:00
Canadá	TSX	10:30	17:00	TSX VENTURE EXCHANGE	09:30	16:00	-05:00
Chile	SSX	10:30	17:30	CHILE EXCHANGE	09:30	16:30	-04:00
México	BMV	11:30	18:00	MEXICO EXCHANGE	08:30	15:00	-06:00
US	KBT	11:30	18:00	KBT EXCHANGE	09:30	16:00	-06:00
Austrália	ASX	21:00	03:00	ASX EXCHANGE	10:00	16:00	+10:00
Japão	FKK	21:00	03:00	FKK EXCHANGE	09:00	15:00	+09:00
Japão	JSX	21:00	03:00	JSX EXCHANGE	09:00	15:00	+09:00
Japão	SAP	21:00	03:00	SAP EXCHANGE	09:00	15:00	+09:00
Japão	NIK	21:00	03:00	NIK EXCHANGE	09:00	15:00	+09:00
Japão	TOCOM	21:00	05:30	TOCOM EXCHANGE	09:00	17:30	+09:00
Cingapura	SGX	22:00	06:05	SINGAPORE EXCHANGE	09:00	17:05	+08:00
China	SHX	22:30	04:00	SHANGHAI EXCHANGE	09:00	15:00	+08:00
China	SZX	22:30	04:00	SZX EXCHANGE	09:00	15:00	+08:00
China	HKF	23:00	05:00	HONG KONG FUTURES EXCHANGE	10:00	16:00	+08:00
China	HKX	23:00	05:00	HONG KONG EXCHANGE	10:00	16:00	+08:00
Indonésia	JKX	23:30	06:00	JKX EXCHANGE	09:30	16:00	+07:00

Fonte: http://wiki.advfn.com/pt/Hor%C3%A1rio_das_Bolsas_de_Valores

Esse processo criou novas bases para as relações entre o Estado e as empresas, que entram em uma nova dinâmica de alianças. A partir deles, os Estados nacionais permitiram que as empresas passassem a serem as novas organizações de controle da economia mundial. A lógica das novas alianças deriva de vários fatores: a crescente necessidade de integração entre as diversas tecnologias e os diferentes setores da economia; a presença de custos crescentes em pesquisa e desenvolvimento; o encurtamento do ciclo de vida útil dos produtos; e a escassez relativa de pessoal altamente qualificado nos países industrializados.

Em resumo, a base da natureza das novas alianças entre as empresas multinacionais e os Estados nacionais está no fato de que essas empresas precisam do Estado nacional para poder enfrentar a mundialização, porém, para se mundializar, o Estado nacional precisa das empresas mundializadas para garantir sua legitimidade.

Consolida-se assim a fase monopolista do capitalismo através da unidade (contraditória) das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais, ou seja: os capitalistas das multinacionais estão em todos os países onde elas atuam; o mercado da mundial não é somente o dos países industrializados; a mundialização do capitalismo uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. Portanto, o capitalismo não está centrado somente nos países ricos, o centro do capitalismo está em todos os lugares do mundo onde as empresas multinacionais estão. Essa é, pois, a nova ordem mundial criada pelo capitalismo monopolista.

3.1. A agricultura brasileira e sua participação no PIB.

Segundo o IBGE, as estatísticas sobre o PIB (Produto Interno Bruto) da economia brasileira são apresentadas segundo concepção teórica e metodológica expressa no conjunto das contas nacionais, quando se leva em consideração que:

"O Produto Interno Bruto - PIB, a preços de mercado, mede o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final, sendo equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. Por outro lado, é também equivalente à soma das rendas primárias. Portanto, o PIB (...) pela ótica da produção (...) é igual ao valor bruto da produção a preços básicos menos o consumo intermediário a preços de consumidor mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos." (BRASIL, 2008, P.30.)

Este critério metodológico tem sido adotado de longa data e marca as séries estatísticas do IBGE sobre o PIB da economia brasileira. Esta concepção deriva da proposta do economista Colin Grant Clark que

partindo dos estudos sobre a renda nacional buscou "relacionar os graus de evolução dos países e a produtividade do trabalho." (SANDRONI, 1999)

Francisco de Oliveira, em seu clássico texto "*Economia Brasileira: Crítica a Razão dualista*", publicada em 1972, fez crítica procedente à proposta de CLARK:

"A obra clássica de Colin Clark, *The Conditions of Economic Progress*, sentou as bases do modelo empírico de desagregação do conjunto das atividades econômicas nos três setores, Primário, Secundário e Terciário. Analiticamente, o modelo de Clark tem servido de paradigma para a observação das participações dos três setores no produto interno bruto, tomando-se a elevação relativa do produto Secundário (industrial) e do produto Terciário (dos serviços) como sinal de diversificação e desenvolvimento econômico. Sem embargo, também tem sido usado o modelo de Clark num sentido equivocado, qual seja o de confundir as relações formais entre os três setores com suas relações estruturais, isto é, com o papel que cada um desempenha no conjunto da economia e com o papel interdependente que jogam entre si. O modelo de Clark é, repita-se, empírico-formal; ele assinala apenas as formas da divisão social do trabalho e sua aparição sequencial." (OLIVEIRA, 1972, p. 25/6)

Assim, respeitados os pressupostos da proposta teórica metodológica que o IBGE adota a análise do PIB nacional de 1996 até 2014, mostra que a participação da agropecuária é a que possui a menor expressão econômica. Em 2014, para um PIB total de R\$ 5,521 trilhões, o setor agropecuário participou com apenas e tão somente R\$ 262,300 bilhões, ou seja, repetindo apenas 4,8%. O quadro 29 e os gráficos 13 e 14 a seguir, mostram os dados dos diferentes setores do PIB no período. Como pode ser verificado, o PIB da agropecuária neste período de 19 anos oscilou entre 40 e 262 bilhões de reais, ou seja, cresceu pouco mais de seis vezes. Fato que também, ocorreu com o setor dos serviços, pois, a indústria cresceu pouco mais de 5 vezes. Porém, quando se verifica a participação percentual do setor da agropecuária no PIB, em relação a aqueles da indústria e dos serviços, ela oscilou de 7,4% em 2.003 para 4,8% em 2013 e 2014, refletindo uma tendência de baixa contínua. Por isso o distanciamento exponencial das curvas dos setores industriais e de serviços e aquela da agropecuária, conforme revela o gráfico 16.

Foi por isso, que os ideólogos do agronegócio trataram, via concepção neoliberal, de proporem novas concepções metodológicas para realizar a medição da importância econômica deste setor. Em termos teóricos, segundo José Graziano da Silva (1996) "as noções de *agribusiness*, sistema agroalimentar e de *filière* foram utilizadas (...) por exemplos, por Davis & Goldeberg (1957) nos Estados Unidos e depois por Malassis (1968; 1973a; 1979), na França." SILVA (1996, p.65) informou ainda que "o termo *agribusiness* foi

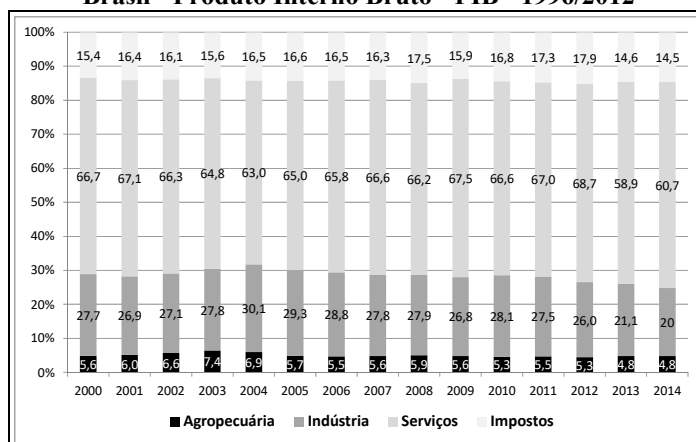
cunhado numa conferência em Boston (Estados Unidos) em 1955 por J.H. Davis e apareceu pela primeira vez na literatura internacional já no início do ano seguinte. Davis & Goldberg (1957) definem o *agribusiness* como a 'soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados'''.

Quadro 29 - Brasil - Produto Interno Bruto - PIB

CONTAS NACIONAIS - VALORES CORRENTES (R\$ milhões)					
	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	IMPOSTOS	PIB
1996	40.958	193.025	508.878	101.104	843.966
1997	44.824	217.033	568.771	108.518	939.147
1998	47.845	222.200	595.951	113.280	979.276
1999	50.782	240.735	636.321	137.162	1.065.000
2000	57.241	283.321	681.086	157.834	1.179.482
2001	66.819	301.171	750.623	183.523	1.302.136
2002	84.251	344.406	844.472	204.693	1.477.822
2003	108.619	409.504	952.491	229.334	1.699.948
2004	115.194	501.771	1.049.293	275.240	1.941.498
2005	105.163	539.283	1.197.807	304.986	2.147.239
2006	111.566	584.952	1.337.903	335.063	2.369.484
2007	127.267	636.280	1.524.311	373.486	2.661.344
2008	152.612	719.987	1.707.850	451.754	3.032.203
2009	157.232	749.699	1.887.448	445.025	3.239.404
2010	171.177	905.852	2.150.151	542.904	3.770.085
2011	192.653	972.156	2.366.062	612.142	4.143.013
2012	198.137	969.234	2.557.699	667.025	4.392.094
2013	234.600	1.021.300	2.847.600	706.800	4.838.000
2014	262.300	1.104.700	3.351.800	802.500	5.521.300

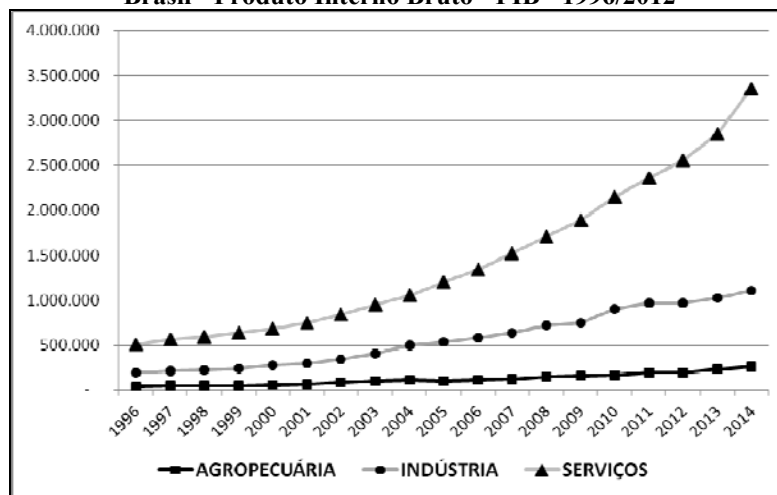
Fonte: IBGE

Gráfico 15 - (%)
Brasil - Produto Interno Bruto - PIB - 1996/2012



Fonte: IBGE

Gráfico 16 - (R\$ milhões)
Brasil - Produto Interno Bruto - PIB - 1996/2012



Fonte: IBGE

Segundo MENDONÇA (2013, p. 50/51) o livro de Davis & Goldeberg (1957) *A concept of agribusiness*:

"(...) traz como premissa central a ideia de que o campo estaria passando por grandes transformações a partir de uma "revolução tecnológica", tendo como base o "progresso" científico utilizado na agricultura. Sob essa perspectiva, seria necessário formular políticas públicas de apoio à grande exploração agrícola diante do aumento dos custos de produção, transporte, processamento e distribuição de alimentos e fibras. (...) A principal mudança observada nas "fazendas modernas" é que deixaram de ser autossustentáveis e passaram a ter função comercial, com sua produção baseada em monocultivos.

Atividades como armazenamento, processamento e distribuição dos produtos foram transferidas para outras empresas, que também passaram a produzir produtos industriais utilizados neste modelo agrícola, como tratores, caminhões, combustível, fertilizantes, ração, pesticidas, entre outros. Consequentemente, haveria uma interdependência entre estes setores, mas segundo Davis e Goldberg, até então não existia uma palavra para descrever este processo de fusão entre agricultura e indústria. Daí a proposta de se utilizar o termo *agribusiness*, pois, segundo os autores, "nosso vocabulário não acompanhou o ritmo do progresso" (...) O objetivo do estudo, segundo os autores, seria "entender as relações existentes, particularmente entre funções dentro e fora da fazenda", a partir da hipótese de que "os problemas enfrentados por setores econômicos de alimentos e fibras seriam de natureza e abrangência do *agribusiness* e não da agricultura" (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p. 2). A partir desta constatação, o texto propõe

que a centralidade das políticas públicas seja voltada para este setor agrícola-empresarial."

Já para SILVA (1996, p. 66), "os trabalhos da Escola de Havard tiveram o grande mérito de deslocar o centro da análise 'de dentro para fora da fazenda', evitando tratar o setor agrícola como isolado do resto da economia." Entretanto, logo em seguida, SILVA (1996, p. 66/67) afirmou que "o conceito de *agribusiness* exclui totalmente a ideia de progresso técnico." E mais, concluiu escrevendo que

"o conceito de *agribusiness*, fiel à tradição neoclássica do enfoque sistêmico, nada mais é do que um agregado de subsistemas inter-relacionados por fluxos de troca. Se isso ajuda a descrever a complexidade das relações estruturais, não permite em nenhum momento dar conta da dinâmica das forças sociais aí envolvidas, que determinam não apenas aquela configuração particular, como também as suas mudanças."

Mas, por certo, foi daí que nasceram as expressões "antes da porteira", "dentro da porteira" e "depois da porteira", para designar as relações entre a agricultura e a indústria. OLIVEIRA, (1981) É evidente que há relações intersetoriais na economia, porém, negar as especificidades de cada um deles é negar óbvio. É talvez, aqui que resida uma das dificuldades de várias correntes do marxismo em trabalhar com o conceito de renda da terra e, conseqüentemente, com a questão da propriedade privada da terra em suas análises sobre o campo.

Outro conceito que o neoliberalismo trouxe para os estudos do campo derivou, também, do conceito de *agribusiness*. Trata-se do conceito de cadeia de produção, cadeias agroindustriais ou de *filière*. Esse conceito foi desenvolvido pela escola industrial francesa, também na década de 60.

Segundo SILVA (1996, p. 67 e 70):

"Um dos primeiros autores a se utilizar do conceito de sistema agroindustrial foi o francês Louis Malassis, do *Institut Agronomique Méditerranée de Montpellier*. Mais do que "traduzir" o termo *agribusiness* para o francês, Malassis enfatizou a sua dimensão histórica, situando o complexo agroindustrial como característico da etapa do desenvolvimento capitalista em que a agricultura se industrializa. (...) Mas, como bem destaca Bertrand (1982) se a terminologia parece ligar a Escola de Montpellier à corrente marxista, os desdobramentos são fundamentalmente "sistêmicos": a análise enfatiza as relações de interdependência entre a agricultura e a indústria, relações essas que, antes de serem antagônicas, manifestam uma complementaridade entre empresas capitalistas e os produtores camponeses em relação um produto dado."

MENDONÇA (2013, p. 141) analisando também, a presença da noção de cadeia produtiva nos estudos sobre o agronegócio, lembrou que ela está no centro da concepção do "PIB do agronegócio" formulado na

Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP, segundo NEVES et alli (2005), p. 26-31:

"A concepção de cadeia produtiva foi utilizada por ideólogos do agronegócio que atuam no Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa), da Universidade de São Paulo, para definir um método próprio de quantificação econômica dos Sistemas Agroindustriais (SAGs). Este método agrupa todas em empresas envolvidas nos setores de insumos (agrotóxicos, fertilizantes, sementes, máquinas agrícolas), agricultura, indústria de alimentos e fibras, distribuição por atacado e varejo, além de empresas de embalagens, transporte, combustíveis, armazenamento, concessionárias de rodovias e serviços portuários, para chegar ao que representaria o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio."

Também, MENDONÇA (2013, p. 141/2/3), detectou a origem da presença da noção de cadeia produtiva no interior do agronegócio:

"O conceito de cadeia produtiva também foi adotado como referência metodológica para definir políticas públicas na Embrapa, de acordo com o artigo *Cadeia Produtiva: Marco Conceitual para Apoiar a Prospecção Tecnológica* (2002, http://www.pec.mdic.gov.br/portalmDic/arquivos/dwnl_1197031881.pdf) de Antônio Maria Gomes de Castro, Suzana Maria Valle Lima e Carlos Manuel Pedroso Neves Cristo. Os autores argumentam que "O conceito de cadeia produtiva é de natureza holística, e foi desenvolvido como instrumento de visão sistêmica" com o objetivo de "apoiar prospecção tecnológica". A ideia de "visão sistêmica" significa que "os diversos atores estão interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, objetivando suprir um mercado consumidor final com os produtos do sistema" (Castro; Lima; Cristo, 2004, p. 1-2). As cadeias produtivas são descritas como "subsistemas" de um "sistema" mais amplo, denominado de *agronegócio*. Segundo o texto, a Embrapa incorporou esta perspectiva a partir dos anos 1990 para incluir como "clientes" setores denominados "de fora da porteira da fazenda", mais especificamente empresas de insumos químicos, industriais, de infraestrutura e de comercialização agrícola. Os autores mencionam que essa estratégia foi adotada com base no pensamento de Davis e Goldberg (1957) em seu livro *The Concept of Agribusiness* e que passou a ser utilizada no Brasil inicialmente através da concepção de *complexo agroindustrial*, de *negócio agrícola* e, mais recentemente, de *agronegócio* (Castro; Lima; Cristo, 2004, p. 6). (...) Além de criar uma imagem de harmonia, "eficiência" e "disciplinamento" para o sistema que seria propagandeado como "agronegócio", a definição de "cadeia produtiva" se originou com o propósito de justificar a articulação ou "interdependência" de pequenos agricultores com grandes empresas e de setores agrícolas e industriais. Entretanto, esta concepção passou a ser aplicada também por setores puramente industriais, o que significaria "eliminar o elo propriedade agrícola". Os autores explicam

este processo como uma “evolução na direção da universalização do conceito”, a partir de uma metodologia descrita como “visão sistêmica” (Castro; Lima; Cristo, 2004, p. 8-9)."

É por isso que o Ministério da Agricultura (MAPA) adota com critério para abordar o papel do agronegócio o denominado "PIB do agronegócio", ou seja, uma "matemagia" que, como já afirmado, soma os dados da indústria e dos serviços a aqueles da agropecuária, passando para a sociedade uma ideia de grandeza que a agropecuária brasileira não tem. Tomando-se os dados divulgados pelo Centro de Estudos avançados em Economia Aplicada da ESALQ/USP (CEPEA), que elabora o "PIB do agronegócio" para a CNA - Confederação Nacional da Agricultura, em 1996, ele foi de R\$656,324 bilhões. Enquanto isso, o IBGE apurou conforme quadro 04 apenas R\$40,958 bilhões, ou seja, o "PIB do agronegócio" da CNA está inflado 16 vezes. Quando tomado o dado de 2011, o número CEPEA/USP/CNA é de R\$917,654 bilhões, porém, para o IBGE ele é de apenas R\$192,653 bilhões, ou seja, 4,7 vezes maior.

Trata-se, portanto, de uma "verdadeira luta de classes na teoria", para exaltar os feitos de uma classe social que domina a política do país desde o período colonial, e que em praticamente nada, contribuiu para melhorar as condições de vida dos camponeses e trabalhadores assalariados do país. E, como se pode observar, esta classe latifundiária leva consigo, em sua ideologia, uma parte dos cientistas das universidades públicas e das instituições de pesquisas igualmente públicas. Estes cientistas têm estado à disposição destas elites para produzir "conhecimento", ciência para aumentar ainda mais a dominação que elas exercem sobre a sociedade brasileira. Como se pode ver, a produção científica está também, atravessada pelo modo de pensar capitalista e, conseqüentemente, pelas suas ideologias, neste caso em particular, pela ideologia do agronegócio.

É assim, que o dinheiro público vai sendo destinado para aumentar ainda mais as desigualdades sociais existentes no Brasil. E, o Estado em todas as suas dimensões vai sendo apropriado pelas classes dominantes aliadas mundialmente.

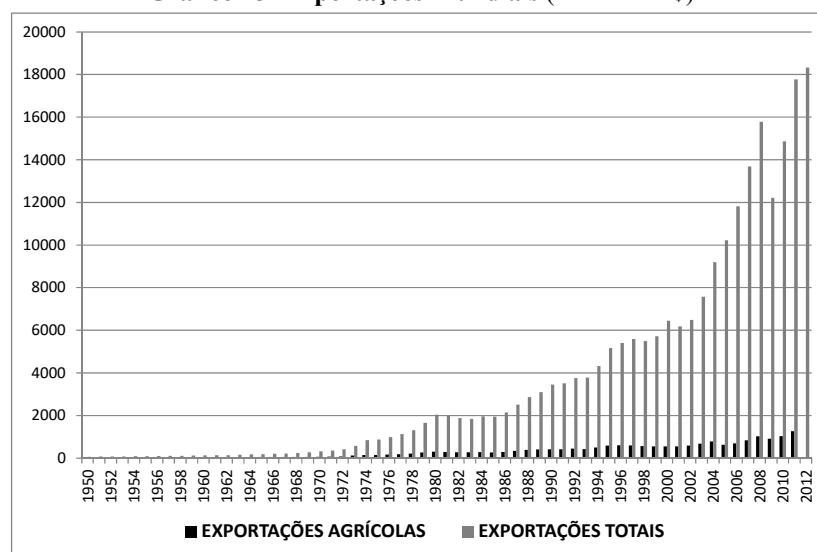
3.2. As principais empresas exportadoras no Brasil

Quando se faz a análise das exportações mundiais de mercadorias chama especial atenção à participação principal dos produtos industriais e de serviços. Enquanto isso, a participação dos produtos de origem agropecuária e florestal tem aumentado lentamente em termos absoluto. O gráfico 15 a seguir mostra esta situação entre 1950 e 2012.

Em 1950, as exportações totais de mercadorias foram de 62 bilhões de dólares e as exportações de produtos agropecuários e florestais foram de 27,93 bilhões de dólares. Porém, em 1980, o quadro era o seguinte: 2

trilhões e 34 bilhões para as exportações totais e apenas 298,8 bilhões para as exportações agropecuárias e florestais.

Gráfico 15- Exportações Mundiais (bilhões US\$)



Fonte: FAOSTAT

Assim, o crescimento das exportações totais foi de 33 vezes mais, e as agropecuárias e florestais de apenas pouco mais de 10 vezes. Comparando-se com os dados de 2011, verifica-se que as exportações totais foram de 17 trilhões e 778 bilhões de dólares, crescendo, pois, desde 1950 o total de 286 vezes, e, em relação a 1980 o total de 8 vezes. Já a produção agropecuária e florestal alcançou, em 2011, o total de um trilhão e 265 bilhões, portanto, cresceu em relação a 1950 o total de 45 vezes e em relação a 1980 cresceu apenas 4 vezes.

Estes dados mostram de forma clara e objetiva que as exportações agropecuárias e florestais têm diminuído de forma expressiva sua participação no comércio mundial. Não há, dessa forma, lugar no desenvolvimento do mundo do capitalismo mundializado destaque para os países exportadores de *commodities* agrícolas. Tanto isso é verdade, que em 2011, o rol dos principais países exportadores dessas *commodities*, tinha em primeiro lugar os EUA (que tem a extensão territorial quase igual a do Brasil) com 136,2 bilhões de dólares. Porém, a Holanda com apenas 41,528 mil km², ou seja, pouco menos que a superfície somada dos estados de Alagoas e Sergipe, exportou 86,1 bilhões de dólares, ficando com o segundo lugar. Já em terceiro e quarto lugares ficaram, respectivamente, a Alemanha e a França (com áreas inferiores ao estado da Bahia) com 77,5 e 71,2 bilhões de dólares. O Brasil com a vasta extensão territorial que tem (15,6 vezes maior que a França, 24 vezes maior que a Alemanha, e, 205

vezes maior que a Holanda) ficou com apenas o quinto lugar alcançando 68,2 bilhões de dólares.

Entretanto, os ideólogos do agronegócio no Brasil, tentam implantar na sociedade brasileira a ideia de que ele é importante para o país. Esta posição pode ser verificada na notícia publicada no jornal O Estado de São Paulo sobre a posição do Brasil no comércio mundial agrícola:

**"Brasil já é o terceiro maior exportador agrícola do mundo.
Apenas os EUA e UE vendem mais alimentos no planeta
que os agricultores e pecuaristas brasileiros.**

O Brasil ultrapassou o Canadá e se tornou o terceiro maior exportador de produtos agrícolas do mundo. Na última década, o País já havia deixado para trás Austrália e China. Hoje, apenas Estados Unidos e União Europeia vendem mais alimentos no planeta que os agricultores e pecuaristas brasileiros." (Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,brasil-ja-e-o-terceiro-maior-exportador-agricola-do-mundo,520500,0.htm>)

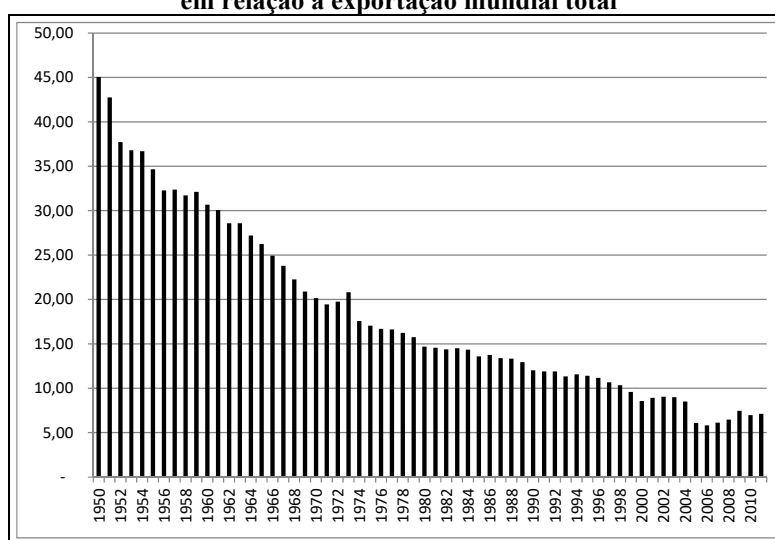
Ou seja, mudaram a apresentação dos dados estatísticos, ao invés de apresentarem todos os dados por países, fizeram a agregação dos dados dos países da União Europeia, e assim, esconderam as exportações maiores da Holanda, Alemanha e França. Utilizando-se dessa "matemagia" o agronegócio do Brasil passou de 5º lugar para 3º.

Portanto, todos esses dados revelam que não tem procedência o alarido ideológico que a mídia do agronegócio faz no Brasil. Aliás, observando-se os dados presentes no gráfico nº 16, pode-se verificar que a participação percentual das exportações agrícolas em relação às exportações mundiais totais, desce ladeira abaixo, caindo dos 45% em 1950 para apenas 7% em 2011. Estes números mostram de forma inequívoca que fazer das exportações de alimentos o "carro chefe" da economia brasileira é hipotecar o futuro do país às heranças coloniais, teimosamente presentes no cenário político nacional. É por isso, que o agronegócio é a reprodução do passado histórico do país. E, ele trouxe apenas o aumento da desigualdade social à sociedade brasileira.

Também, entre as principais empresas no Brasil, aquelas que formam o agronegócio têm participação minoritária, ao contrário, portanto, do que mostram os ideólogos do chamado agronegócio. O conceito de agronegócio já foi analisado em tese de doutorado defendida no programa de Geografia Humana-FFLCH-USP, sob minha orientação (MENDONÇA, 2013). Há muita propaganda enganosa no uso midiático deste conceito, pois, a cavaleiro do conceito de cadeia produtiva, formulou-se uma concepção de agronegócio, que soma a realidade antes da porteira com aquela de depois da porteira, e as duas à aquela dentro da porteira. Infla-se assim, os dados estatísticos do chamado agronegócio, dando a ele uma aparência de importância que, de fato, ele não tem. Por exemplo, na edição

do Anuário do Agronegócio da revista Globo Rural publicado pela Editora Globo, são somados nas estatísticas os dados de empresas que foram absurdamente, incluídas como do agronegócio, tais como: Carrefour, Ambev, Pão de Açúcar, Walmart, Makro, Pepsico, Pirelli, etc.

Gráfico 16 - Participação % da exportação agrícola em relação à exportação mundial total



Fonte: FAOSTAT

O quadro 30 a seguir, mostra entre os setores da economia, o papel e lugar do agronegócio na economia brasileira. Como é possível verificar entre a soma das 50 maiores empresas exportadoras no país, aquelas que operam com o agronegócio representaram em 2014, apenas 39,1% do total das exportações, contra 60,9% daquelas dos demais setores da economia, segundo dados de 2014 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Quadro 30

AS 50 MAIORES EMPRESAS DO BRASIL - 2014 - ENTRE AGRONEGÓCIO X DEMAIS SETORES - EXPORTAÇÕES em US\$ milhões		
Setores	2014	%
AGRONEGÓCIO	46.235,7	39,1%
DEMAIS SETORES	71.948,7	60,9%
TOTAL	118.184,5	100,0%

Fonte: MDIC, 2015.

O quadro 31 a seguir, traz as 50 principais empresas exportadoras do Brasil, e entre elas estão aquelas do agronegócio, particularmente, as quatro maiores do mundo (Bunge, Cargill, ADM e LDC) e, as empresas de capital nacional já rivalizando com elas: JBS S/A (a maior empresa do setor de carne bovina do mundo); BRF S/A (a maior empresa de carnes

suínas e de aves do mundo); Marfrig Alimentos S/A (a segunda maior do setor de carne bovina); e, a Copersucar.

Quadro 31 - Brasil
As 50 maiores empresas exportadoras - 2014

Ordem	Empresas Exportadoras	Controle Acionário	Setor	2014 (US\$)	%
1	VALE S.A.	BR	Mineração	20.484.139.285	9,100%
2	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	BR	Petróleo e Gás	13.023.395.898	5,786%
3	BUNGE ALIMENTOS S/A	HO	Alimentos (grãos, açúcar etc)	6.156.111.597	2,735%
4	JBS S/A	BR	Alimentos (carne bovina)	4.667.627.380	2,074%
5	BRF S/A	BR	Alimentos (aves e suínos)	4.261.225.410	1,893%
6	CARGILL AGRICOLA S/A	US	Alimentos (grãos, açúcar etc)	4.258.157.389	1,892%
7	EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S/A	BR	Veículos e peças	3.811.618.237	1,693%
8	LOUIS DREYFUS COMMODITIES BRASIL S/A	FR	Alimentos (grãos, açúcar etc)	3.404.804.174	1,513%
9	ADM DO BRASIL LTDA	US	Alimentos (grãos)	3.293.966.273	1,463%
10	SAMARCO MINERACAO S/A	BR/AT	Mineração	3.176.028.018	1,411%
11	BRASKEM S/A	BR	Química e Petroquímica	3.061.098.493	1,360%
12	BG E&P BRASIL LTDA.	GB	Petróleo e Gás	2.154.372.807	0,957%
13	THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO	AL	Metalurgia e Siderurgia	1.999.905.211	0,888%
14	NIDERA SEMENTES LTDA.	HO	Alimentos (grãos)	1.852.652.055	0,823%
15	SEARA ALIMENTOS LTDA	BR	Alimentos (aves e suínos)	1.836.579.174	0,816%
16	AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA	BR	Alimentos (grãos)	1.776.814.065	0,789%
17	COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO	BR	Metalurgia e Siderurgia	1.718.489.501	0,763%
18	COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL	BR	Metalurgia e Siderurgia	1.703.330.686	0,757%
19	GE CELMA LTDA.	US	Petróleo e Gás	1.651.910.974	0,734%
20	SUZANO PAPEL E CELULOSE S/A	BR	Celulose e Papel	1.587.492.950	0,705%
21	ARCELORMITTAL BRASIL S/A	GB/IN	Metalurgia e Siderurgia	1.547.880.484	0,688%
22	CATERPILLAR BRASIL LTDA	US	Veículos e peças	1.539.798.756	0,684%
23	FIBRIA CELULOSE S/A	BR	Celulose e Papel	1.467.098.869	0,652%
24	SHELL BRASIL PETROLEO LTDA	GB/HO	Petróleo e Gás	1.454.763.470	0,646%
25	NOBLE BRASIL S/A	CH	Alimentos (grãos, açúcar etc)	1.423.681.158	0,632%
26	ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A	NO	Metalurgia e Siderurgia	1.410.906.897	0,627%
27	STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA	NO	Petróleo e Gás	1.388.733.768	0,617%
28	RAIZEN ENERGIA S/A	BR/GB/HO	Açúcar e Alcool	1.321.419.784	0,587%
29	MINERVA S/A	BR	Alimentos (carne bovina)	1.285.387.620	0,571%
30	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E	BR	Açúcar e Alcool	1.259.579.768	0,560%
31	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	US	Veículos e peças	1.179.860.492	0,524%
32	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES	AL	Veículos e peças	1.140.584.013	0,507%
33	ESTALEIRO BRASA LTDA	BR	Petróleo e Gás	1.117.089.194	0,496%
34	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A	BR	Petróleo e Gás	1.083.066.499	0,481%
35	FIAT AUTOMOVEIS LTDA	IT	Veículos e peças	1.037.281.611	0,461%
36	RAIZEN COMBUSTIVEIS S/A	GB/HO/BR	Petróleo e Gás	1.027.828.217	0,457%
37	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	BR	Alimentos (grãos)	909.472.569	0,404%
38	TOYOTA DO BRASIL LTDA	JA	Veículos e peças	896.693.210	0,398%
39	SINOCHEN PETROLEO BRASIL LTDA	CH	Petróleo e Gás	893.483.671	0,397%
40	ESTALEIRO BRASFELS LTDA	CI	Petróleo e Gás	866.292.541	0,385%
41	SUCOCITRICO CUTRALE LTDA	BR	Sucos	854.429.144	0,380%
42	MULTIGRAIN S.A.	JA	Alimentos (grãos)	835.991.948	0,371%
43	BIANCHINI S/A INDUSTRIA COMERCIO E AGRICULTURA	BR	Alimentos (grãos)	824.360.065	0,366%
44	SCANIA LATIN AMERICA LTDA	SU	Veículos e peças	815.389.965	0,362%
45	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA	US	Veículos e peças	812.647.628	0,361%
46	REPSOL SINOPEC BRASIL S/A	ES	Petróleo e Gás	807.042.000	0,359%
47	WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S/A	BR	Eleto-Eletrônico	785.678.598	0,349%
48	CITROSUCO S/A AGROINDUSTRIA	BR	Sucos	779.452.033	0,346%
49	MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA	AL	Veículos e peças	770.371.451	0,342%
50	CHS AGRONEGOCIO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	US	Alimentos (grãos)	768.551.497	0,341%
	TOTAL			118.184.536.497	52,503%

Fonte: MDIC, 2015.

Portanto, as empresas do agronegócio têm uma menor representação entre as principais empresas exportadoras do país. No que tange a presença do capital estrangeiro e nacional das empresas do agronegócio, entre as 50 maiores empresas exportadoras em 2014, aquelas de dominância do capital estrangeiro ficaram com 19,6% e as de capital nacional ficaram com 19,3%.

Cabe destacar também, que a presença do capital estrangeiro entre o total das 50 principais empresas exportadoras em 2014, representava 38,4%, contra 61,6% das empresas de capital nacional. Inclusive, o total exportado pelas empresas do agronegócio entre as 50 maiores exportadoras foi de US\$ 46,2 bilhões, representou quantia inferior à soma das sete maiores empresas dos demais setores (Vale, Petrobras, Embraer, Samarco, Braskem, BG E&P e ThyssenKrupp) que exportaram US\$ 47,7 bilhões.

Com relação as 50 maiores empresas exportadoras em 2014 o quadro comparativo entre o agronegócio e os demais setores da economia estão no quadro 32 a seguir. Os dados presentes no quadro 31 revelam também que as participações das empresas do agronegócio representam apenas 41,6% das 250 maiores empresas exportadoras do país, ficando os demais setores da economia com 58,4%.

Quadro 32

AS 250 MAIORES EMPRESAS EXPORTADORAS DO BRASIL - 2014 - entre AGRONEGÓCIO X DEMAIS SETORES - Exportações em US\$ milhões		
Setores	2014	%
AGRONEGÓCIO	72.584,5	41,6%
DEMAIS SETORES	102.066,5	58,4%
TOTAL	174.651,0	100,0%

Fonte: MDIC, 2014.

Todos esses dados revelam que há verdadeira hidrolatria por parte da mídia nacional e algumas correntes teóricas nas universidades brasileiras em relação ao agronegócio, atribuindo-lhe importância maior do que ele de fato tem. Trata-se de verdadeira propaganda ideológica que visa impedir a revelação do quadro fundiário brasileiro e a necessidade da reforma agrária.

O quadro 33 a seguir contém as 250 maiores empresas exportadoras em 2014. Entre as principais empresas exportadoras do país estão a Vale S/A e a Petrobras. Apenas a soma da receita líquida das duas empresas (US\$33,5 bilhões) é superior à soma das 10 maiores do agronegócio: Bunge, JBS, BRF, Cargill, Louis Dreyfus Commodities, ADM, Nidera, Amaggi e Suzano que perfazem US\$33,1 bilhões.

Quadro 33 - Brasil - As empresas exportadoras do agronegócio entre as 250 maiores exportadoras do país - 2014

Ordem	Empresas Exportadoras	Controle Acionário	2014 (US\$)	%
1	3 BUNGE ALIMENTOS S/A	HO	6.156.111.597	2,735%
2	4 JBS S/A	BR	4.667.627.380	2,074%
3	5 BRF S.A.	BR	4.261.225.410	1,893%
4	6 CARGILL AGRICOLA S A	US	4.258.157.389	1,892%
5	8 LOUIS DREYFUS COMMODITIES BRASIL S.A.	FR	3.404.804.174	1,513%
6	9 ADM DO BRASIL LTDA	US	3.293.966.273	1,463%
7	14 NIDERA SEMENTES LTDA.	HO	1.852.652.055	0,823%
8	15 SEARA ALIMENTOS LTDA (JBS S/A)	BR	1.836.579.174	0,816%
9	16 AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA	BR	1.776.814.065	0,789%
10	20 SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	BR	1.587.492.950	0,705%
11	23 FIBRIA CELULOSE S/A	BR	1.467.098.869	0,652%
12	25 NOBLE BRASIL S.A.	CH	1.423.681.158	0,632%
13	28 RAIZEN ENERGIA S.A	BR/HO	1.321.419.784	0,587%
14	29 MINERVA S.A.	BR	1.285.387.620	0,571%
15	30 COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E	BR	1.259.579.768	0,560%
16	37 COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	BR	909.472.569	0,404%
17	41 SUCOCITRICO CUTRALE LTDA	BR	854.429.144	0,380%
18	42 MULTIGRAIN S.A. (MITSUI & CO)	JA	835.991.948	0,371%
19	43 BIANCHINI SA INDUSTRIA COMERCIO E AGRICULTURA	BR	824.360.065	0,366%
20	48 CITROSUCO S/A AGROINDUSTRIA	BR	779.452.033	0,346%
21	50 CHS AGRONEGOCIO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	US	768.551.497	0,341%
22	51 MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	BR	744.684.129	0,331%
23	52 EL Dorado BRASIL CELULOSE S/A (JBS S/A)	BR	726.389.201	0,323%
24	59 COOPERATIVA REGIONAL DE CAFECULTORES EM GUAXUPE LTDA	BR	613.309.665	0,272%
25	61 CGG TRADING S.A	BR	610.671.059	0,271%
26	63 CARAMURU ALIMENTOS S/A.	BR	593.610.065	0,264%
27	65 SOUZA CRUZ S/A (BRITISH AMERICAN TOBACO)	GB	575.230.018	0,256%
28	66 USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA	BR	574.036.649	0,255%
29	67 CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA (JAPAN BRAZIL PAPER AND PULP)	JA	569.411.020	0,253%
30	68 CUTRALE TRADING BRASIL LTDA.	BR	567.975.578	0,252%
31	69 JBS AVES LTDA. (JBS S/A)	BR	567.497.745	0,252%
32	70 COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS	BR	554.642.652	0,246%
33	71 GRANOL INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO SA	BR	553.678.668	0,246%
34	73 ONGC CAMPOS LTDA.	BR	540.571.593	0,240%
35	79 BTG PACTUAL COMMODITIES S.A	BR	500.465.894	0,222%
36	82 SEARA-IND. E COMERCIO DE PRODUTOS AGRO-PECUARIOS LTDA (JBS S/A)	BR	486.901.097	0,216%
37	84 EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A	SU	482.049.991	0,214%
38	88 TERRA FORTE EXPORTACAO E IMPORTACAO DE CAFE LIMITADA	BR	459.344.705	0,204%
39	89 KLABIN S.A.	BR	458.539.000	0,204%
40	92 LOUIS DREYFUS COMMODITIES AGROINDUSTRIAL S.A.	FR	428.178.470	0,190%
41	93 USINA MOEMA ACUCAR E ALCOOL LTDA (BUNGE LIMITED)	HO	422.475.971	0,188%
42	94 INTERNATIONAL PAPER EXPORTADORA LTDA.	US	415.214.841	0,184%
43	96 VERACEL CELULOSE S.A.	BR/SE/FI	413.032.118	0,183%
44	97 AGROINDUSTRIAL SANTA JULIANA S/A (BUNGE LIMITED)	HO	400.852.186	0,178%
45	98 OUTSPAN BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.	CI	392.582.855	0,174%
46	101 BAHIA SPECIALTY CELLULOSE SA	CH	376.455.059	0,167%
47	103 BIOSEV BIOENERGIA S.A. (LOUIS DREYFUS COMMODITIES)	FR	365.646.954	0,162%
48	105 SAO MARTINHO S/A	BR	362.224.642	0,161%
49	108 FIBRIA-MS CELULOSE SUL MATO-GROSSENSE LTDA	BR	338.395.446	0,150%
50	109 UNICAFE COMPANHIA DE COMERCIO EXTERIOR	BR	335.269.546	0,149%
51	110 STOCKLER COMERCIAL E EXPORTADORA LTDA	AL	333.503.986	0,148%
52	111 S A USINA CORURIPE ACUCAR E ALCOOL	BR	332.463.405	0,148%
53	112 UNIVERSAL LEAF TABACOS LTDA	US	327.979.775	0,146%
54	113 PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	US	317.451.495	0,141%
55	115 BSBIOS INDUSTRIA E COMERCIO DE BIODIESEL SUL BRASIL S/	BR	310.391.615	0,138%
56	117 TONON BIOENERGIA S.A.	BR	305.360.808	0,136%
57	118 NESTLE BRASIL LTDA.	SU	304.951.752	0,135%
58	121 AGREX DO BRASIL S.A.	BR	284.704.708	0,126%
59	125 AGROPECUARIA MAGGI LTDA	BR	279.028.228	0,124%
60	126 SEMENTES SELECTA S/A (MITSUBISHI CORP.)	JA	276.608.975	0,123%

Fonte: MDIC, 2015.

(Continua)

**Quadro 33 - Brasil - As 50 maiores empresas exportadoras –
2014 (continuação)**

Ordem	Empresas Exportadoras	Controle Acionário	2014 (US\$)	%
61	130 CEAGRO AGRICOLA LTDA (MITSUBISHI CORP.)	JA	259.333.771	0,115%
62	131 COPACOL-COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA	BR	257.630.792	0,114%
63	134 MATABOI ALIMENTOS S.A.	BR	251.281.757	0,112%
64	136 JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA. (JAPAN TOBACO)	JA	245.678.805	0,109%
65	139 C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	BR	241.532.382	0,107%
66	140 MACEDO AGROINDUSTRIAL LTDA. (TYSON FOODS)	US	241.451.153	0,107%
67	141 FIAGRIL LTDA	BR	241.015.649	0,107%
68	142 EXPORTADORA DE CAFE GUAXUPE LTDA	BR	234.763.235	0,104%
69	143 ALLIANCE ONE BRASIL EXPORTADORA DE TABACOS LTDA.	US	225.817.062	0,100%
70	145 COPERTRADING COMERCIO EXPORTACAO E IMPORTACAO S A	BR	221.632.741	0,098%
71	147 USINA DELTA S.A.	BR	220.878.400	0,098%
72	149 ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	BR	216.265.585	0,096%
73	152 GUARANI S.A. (TEREOS INTERNATIONAL)	FA	214.617.103	0,095%
74	157 ACUCAR E ALCOOL OSWALDO RIBEIRO DE MENDONCA LTDA	BR	206.815.512	0,092%
75	160 USINA ALTO ALEGRE S/A - ACUCAR E ALCOOL	BR	202.990.746	0,090%
76	161 BIOSEV S.A. (LOUIS DREYFUS COMMODITIES)	FR	200.460.195	0,089%
77	162 ALIANCA AGRICOLA DO CERRADO S.A.	RU	198.905.700	0,088%
78	163 CTA CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE S/A	US	198.563.418	0,088%
79	164 COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR	BR	195.890.660	0,087%
80	165 ABENGOA BIOENERGIA AGROINDUSTRIA LTDA	ES	195.165.755	0,087%
81	167 MERCURIO ALIMENTOS S/A	BR	189.870.447	0,084%
82	168 AMAGGI & LD COMMODITIES S.A.	BR	189.110.645	0,084%
83	169 GLENORE IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A	GB/SU	185.192.245	0,082%
84	174 COMPANHIA CACIQUE DE CAFE SOLUVEL	BR	181.306.238	0,081%
85	175 GARDINGO TRADE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	BR	181.279.746	0,081%
86	176 ATLANTICA EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA	BR	179.356.666	0,080%
87	178 PAMPLONA ALIMENTOS S/A	BR	177.886.388	0,079%
88	182 USINA GUARIROBA LTDA. (BUNGE LIMITED)	HO	172.542.063	0,077%
89	183 CLEALCO ACUCAR E ALCOOL S/A	BR	171.895.607	0,076%
90	184 MFB MARFRIG FRIGORIFICOS BRASIL S.A	BR	171.666.135	0,076%
91	189 DURILCOUROUS IND E COM DE COUROUS. EXP E IMPORTACAO LTDA	BR	166.358.306	0,074%
92	191 CHINA BRASIL TABACOS EXPORTADORA S.A.	US	161.955.542	0,072%
93	192 AGROEXPORT TRADING E AGRONEGOCIOS S/A	BR	160.713.992	0,071%
94	195 VOLCAFE LTDA (E D & F MAN BRASIL)	HO	158.808.180	0,071%
95	196 TRISTAO COMPANHIA DE COMERCIO EXTERIOR	BR	157.521.563	0,070%
96	197 E D & F MAN BRASIL S/A.	HO	156.637.574	0,070%
97	203 USINA CAETE S A	BR	148.689.231	0,066%
98	206 SJC BIOENERGIA LTDA	BR/US	145.298.624	0,065%
99	207 MASTROTTO BRASIL S/A	IT	145.203.748	0,065%
100	208 CAFE TRES CORACOES S.A	BR/IS	144.509.627	0,064%
101	210 USINA OUROESTE - ACUCAR E ALCOOL LTDA (BUNGE LIMITED)	HO	144.017.026	0,064%
102	211 VANCOUROS INDUSTRIA E COMERCIO DE COUROUS LTDA.	BR	143.730.802	0,064%
103	217 PREMIUM TABACOS DO BRASIL S/A	BR	139.327.331	0,062%
104	221 COOPERATIVA AGRARIA AGROINDUSTRIAL	BR	134.064.042	0,060%
105	222 COPERSUCAR S.A.	BR	133.934.384	0,059%
106	223 COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	BR	133.836.636	0,059%
107	225 COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	BR	132.481.450	0,059%
108	226 SLC AGRICOLA S.A.	BR	132.397.864	0,059%
109	227 CMPC CELLULOSE RIOGRANDENSE LTDA	CH	131.617.830	0,058%
110	229 MARASCA COMERCIO DE CEREAIS LTDA	BR	130.716.541	0,058%
111	231 USINA FRUTAL ACUCAR E ALCOOL LTDA. (BUNGE LIMITED)	HO	129.765.965	0,058%
112	232 CUSTODIO FORZZA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA	BR	129.682.166	0,058%
113	234 PAMPEANO ALIMENTOS S/A	BR	127.504.367	0,057%
114	241 CURTUME VIPOSA SA INDUSTRIA E COMERCIO	BR	122.545.748	0,054%
115	246 VANGUARDA DO BRASIL S.A.	BR	116.537.488	0,052%
116	247 COMING INDUSTRIA E COMERCIO DE COUROUS LTDA	BR	115.640.889	0,051%
117	248 CIA. IGIACU DE CAFE SOLUVEL (MARUBENI CORP.)	JA	115.201.895	0,051%
118	249 AGRICOLA JANDELLE S/A	BR	114.729.905	0,051%
119	250 GONCALVES & TORTOLA S/A	BR	113.585.855	0,050%
	TOTAL EMPRESAS DO AGRONEGOCIO (119 maiores empresas - 0,5%)		72.584.447.658	32,245%
	TOTAL OUTRAS EMPRESAS (131 maiores empresas - 0,6%)		102.066.543.903	45,343%
	TOTAL (250 maiores empresas - 1,1%)		174.650.991.561	77,588%
	TOTAL DEMAIS EMPRESAS (22.070 empresas - 98,9%)		50.449.893.270	22,412%
	TOTAL GERAL DAS EXPORTACOES (22.320 empresas - 100%)		225.100.884.831	100,000%

Fonte: MDIC, 2015. Nota: o número junto aos nomes é a ordem entre as 250 empresas.

E mais, a soma total das exportações das empresas do agronegócio (US\$72,584 bilhões) que são 119 entre as 250 maiores exportadoras (US\$174,650 bilhões) é inferior à soma do valor exportado pelas 28 maiores empresas exportadoras dos outros setores em 2014 (US\$72,589 bilhões). É preciso registrar que o total das empresas dos outros setores entre as 250 maiores soma o total exportado de US\$102,067 bilhões (45,343%). Estas 250 empresas representam o total exportado de US\$174,651 bilhões, ou seja, 77,588%, ficando as demais empresas (22.070) com o total exportado de US\$50,450 bilhões (22,412%). O total geral exportado em 2014 foi de US\$225,101 bilhões para um total de 22.320 empresas.

Portanto, o agronegócio vivendo sua fase midiática, procura apenas manter-se como beneficiário dos recursos do fundo público. Ou seja, reiterando, o agronegócio continua sendo a reprodução do passado. Um passado, que vem desde o período colonial, e que não trouxe benefício algum às regiões onde se desenvolveu. Basta para se comprovar esta afirmação ver a realidade da região da Zona da Mata nordestina, onde está o agronegócio da cana-de-açúcar, e os altos índices de pobreza ainda existentes.

Com relação à participação nas exportações, entre as 250 maiores empresas que exportaram no ano de 2014, há o total de 119 empresas do agronegócio, e, entre elas há 73 que têm controle acionário brasileiro, 4 que tem controle acionário partilhado em 50%, e 42 empresas com controle acionário estrangeiro. Dessa forma, as empresas nacionais exclusivas exportaram em 2014 o total de US\$40,089 bilhões (55,2%), e, somando-se a elas os 50% das 4 empresas partilhadas, o montante da participação do capital nacional chega a US\$41,121 bilhões (56,7%). Enquanto isso, as empresas controladas majoritariamente por grupos econômicos estrangeiros exportaram o total de US\$31,463 bilhões (43,3%), que somadas às 4 que tem controle acionário partilhado em 50%, perfazem um total de US\$32,496 bilhões (44,8%). Cabe esclarecer que o total geral exportado pelo Brasil em 2014 foi de US\$225,101 bilhões, e, as 250 maiores empresas (1,1%) representavam US\$174,651 bilhões (77,588%), enquanto que as 119 empresas do agronegócio (0,5%) exportaram US\$72,584 bilhões (32,245%). As outras 131 (0,6%) empresas de outros setores de atividades exportaram US\$102,067 bilhões (45,343%), revelando que o agronegócio não é o responsável pelos maiores indicadores de divisas comerciais do país. Trata-se, portanto, de um discurso ideológico midiático, de modo a criar no imaginário social a não necessidade da reforma agrária no Brasil.

Outro dado que é preciso também informar, refere-se às exportações dos grupos econômicos que nesta relação do quadro 32 possuem mais de uma empresa controlada em separado na relação. Assim,

o grupo JBS que controla as empresas JBS S/A, Seara Alimentos Ltda, JBS Aves Ltda, Seara-Ind. e Comércio de Produtos Agro-Pecuários Ltda e Eldorado Brasil Celulose S/A, exportou em 2014 o total de US\$7,798 bilhões que lhe garantiu o primeiro lugar entre as empresas exportadoras do agronegócio. O grupo Bunge também exportou através de suas empresas controladas Bunge Alimentos S/A, Usina Moema Açúcar e Alcool Ltda, Agroindustrial Santa Juliana S/A, Usina Guariroba Ltda, Usina Ouroeste - Açúcar e Alcool Ltda e Usina Frutal Açúcar e Alcool Ltda, que juntas somaram US\$7,426 bilhões colocando o grupo Bunge em segundo lugar. O grupo Louis Dreyfus também exportou através de várias empresas Louis Dreyfus Commodities Brasil S/A, Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S/A, Biosev Bioenergia S/A e Biosev S/A somando o total de US\$4,399 bilhões colocando-o em terceiro lugar. Dessa forma, a BRF S/A ficou em quarto e a Cargill em quinto lugar.

Assim, empresas monopolistas mundiais, nacionais, e também, as cooperativas, disputam o mercado dos produtos primários oriundos das atividades agropecuárias e da silvicultura. O Brasil que inaugurou seu ingresso no capitalismo mundial como fornecedor de alimentos e matérias primas, continua o processo de reinvenção do passado. Reinvenção essa que revela agora, a aliança mundial entre a burguesia internacional e aquela nacional, expressa em fusões e associações entre empresas. Ou seja, há agora uma fatia do capitalismo mundial à disposição da burguesia brasileira, e o Estado, está colocado como sempre esteve, a serviço dessa nova aliança.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os fundos de pensões das estatais alavancam recursos financeiros para soldagem dessa aliança. E, uma parte do proletariado destas estatais vai se tornando beneficiários de parte da massa de mais valia geral através destas novas empresas monopolistas mundiais.

A crise de 2008 acelerou este processo que colocou uma parte das sociedades dos países emergentes no centro do capitalismo mundial em crise. Muitos deles têm sido coadjuvantes das "saídas testadas" para enfrentar a crise, e, a produção dos alimentos tem estado no "olho do furacão".

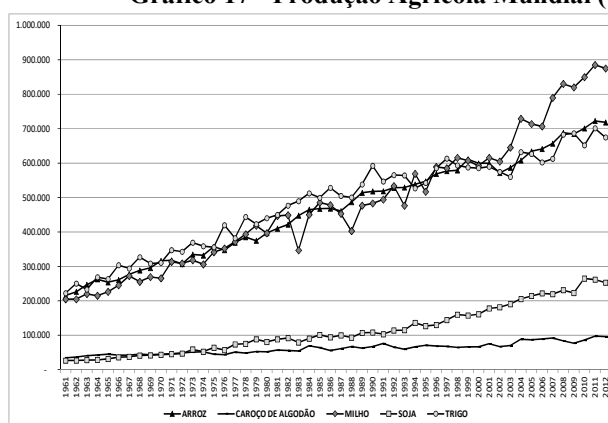
"Às vésperas de os EUA atingirem o limite permitido de sua dívida, de US\$ 16,7 trilhões, o que pode ocorrer na próxima quinta-feira, 17 de outubro de 2013, o temor de um calote dos títulos do Tesouro americano, os chamados *treasuries*, tornou-se mais presente e tem ditado, com tensão, os rumos do mercado financeiro. Na "linha de tiro" está um grupo de 15 países emergentes — incluindo **Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o chamado Brics** — que, em julho, **tinha US\$ 2,36 trilhões aplicados em títulos do Tesouro americano, sendo a maior parte desses recursos provenientes de suas reservas internacionais.** É um bolo que cresceu a passos largos nos últimos

cinco anos, em mais de US\$ 1 trilhão, período em que esses países tiveram um aumento rápido de entrada de dólares e optaram por aplicá-los na referência de segurança em investimentos. Segundo dados do Departamento do Tesouro dos EUA, o montante em posse desse grupo de emergentes representava 40% da dívida americana nas mãos de estrangeiros — que totalizava US\$ 5,6 trilhões em julho." (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2013) (Sem grifos e negritos no original)

3.3. A mundialização da agricultura e a crise dos alimentos

O ano de 2008 foi exemplar ao revelar para o mundo a elevação expressiva dos preços das *commodities*, em particular, do aumento dos alimentos básicos da população mundial: trigo, milho e arroz. Estes três alimentos representam a produção mundial de mais de 2 bilhões de toneladas produzidas, portanto, muito mais que os 250 milhões da produção de soja. O gráfico 17 apresenta a produção mundial dos principais alimentos. Nele é possível identificar de forma nítida a decolagem da produção de milho em relação ao arroz e ao trigo a partir de 2004. Tratava-se do aumento da produção interessando a produção de etanol nos EUA. Mas, o aspecto mais importante que o gráfico contém, é aquele referente à produção dos alimentos básicos da população mundial, e a posição da produção da soja.

Gráfico 17 - Produção Agrícola Mundial (ton)

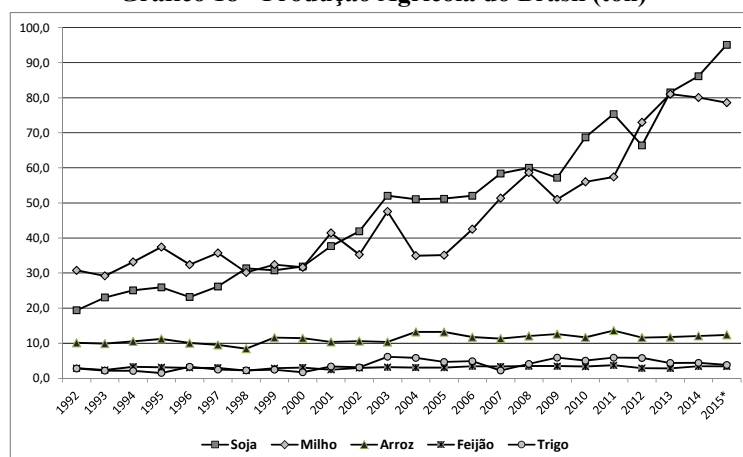


Fonte: FAOSTAT

Esta realidade mundial não ocorre no Brasil como se verá a seguir no gráfico 18. Aliás, a soja só tem importância para o agronegócio no Brasil e na Argentina, pois nem mesmo nos Estados Unidos tem a importância que recebe no Brasil. O gráfico 18 mostra a produção dos principais alimentos no país, e a soja tem ocupado o primeiro lugar na produção. A superação pelo milho em 2012 ocorreu em função da seca nos EUA, e sua falta no mercado mundial, porém, a previsão de safra para 2014, indica a volta da decolagem da soja em relação ao milho, em decorrência do aumento das importações da China.

Mas, a elevação dos preços dos alimentos iniciada a partir de 2004, e, cujo primeiro pico significativo ocorreu em 2008, indicava também, pela FAO, o aumento do número de pessoas no mundo que passavam fome. Este número chegou a um bilhão de pessoas.

Gráfico 18 - Produção Agrícola do Brasil (ton)

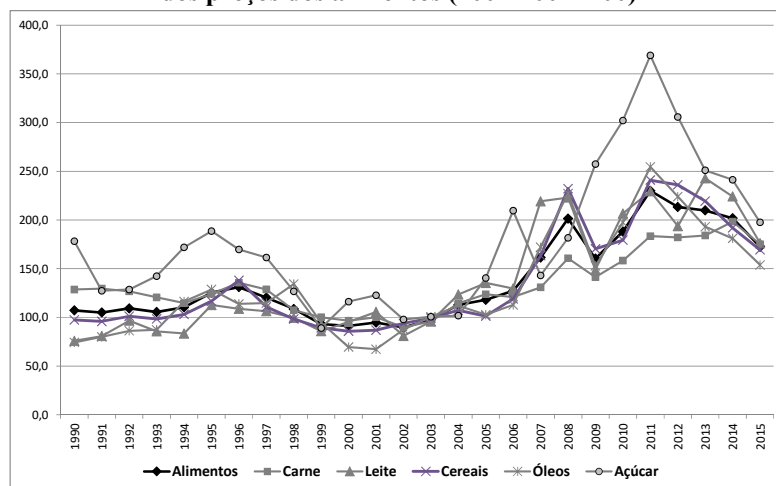


Fonte: CONAB - (*) previsão

O gráfico 19 e o quadro 34 indicam o comportamento dos índices deflacionados dos preços dos alimentos desde 1990. Embora o preço do açúcar tenha estado no período descolado dos demais alimentos, de uma forma geral, o índice médio dos preços dos alimentos oscilou para cima e para baixo em torno do índice 100. Porém, a partir de 2006, os aumentos passaram a ser muito mais expressivos.

O índice geral dos alimentos atingiu o pico máximo de 209,8 em 2013 e o açúcar acusou em 2011 o índice de 272,6. Os debates sobre os motivos da elevação foram vários, mas, a crise de 2008 colocou de forma exemplar o fracasso das políticas neoliberais implantadas a partir da década de 1990. Como o mercado "nem come e nem passa fome", os preços dos alimentos que caíram ligeiramente em 2009, voltaram a subir com força a partir de 2010.

Gráfico 19 - Evolução anual dos índices deflacionados dos preços dos alimentos (2002-2004=100)



Fonte: FAOSTAT

Quadro 34 - Índices anuais deflacionados dos preços dos alimentos

Ano	Alimentos	Carne	Leite	Cereais	Óleos	Açúcar
1990	100,5	120,4	71,2	91,2	69,6	167,0
1991	98,8	121,8	76,0	90,0	75,1	119,6
1992	101,1	117,3	89,4	93,6	79,8	119,0
1993	97,1	110,9	78,8	90,6	80,2	131,0
1994	101,3	105,1	76,6	94,6	106,8	157,8
1995	105,3	104,2	95,0	98,0	108,1	158,4
1996	113,7	117,5	94,2	119,6	98,6	147,1
1997	111,4	119,0	98,6	102,4	106,0	149,3
1998	105,6	104,5	96,7	95,7	130,5	123,2
1999	92,7	99,6	85,3	88,8	94,2	88,5
2000	92,4	97,8	96,5	86,9	70,4	117,6
2001	100,9	106,8	112,4	92,7	71,7	130,9
2002	96,2	96,6	86,9	100,6	93,9	105,0
2003	98,1	96,3	95,9	99,6	101,0	101,0
2004	105,0	106,4	115,2	99,8	104,4	94,8
2005	106,7	112,0	122,1	91,7	92,9	127,1
2006	112,7	107,1	115,2	105,4	99,9	185,7
2007	134,8	109,1	183,7	136,3	143,4	119,3
2008	155,7	124,2	172,4	179,5	175,6	140,4
2009	133,0	117,0	124,2	141,0	126,6	213,1
2010	150,7	126,9	165,7	143,7	158,3	242,1
2011	170,0	135,5	170,2	178,0	188,1	272,6
2012	161,1	137,4	146,5	178,2	169,0	230,8
2013	209,8	184,1	242,7	219,3	193,0	251,0
2014	201,8	198,3	224,1	191,9	181,1	241,2
2015	172,4	175,1	176,1	169,4	153,7	197,5

Fonte: FAOSTAT

Desde 2008, tenho escrito que a crise dos alimentos tinha relação entre a expansão dos agrocombustíveis e a produção de alimentos e, tenho ressaltado que dois processos monopolistas comandavam e comandam a produção agrícola mundial. De um lado está a territorialização dos monopólios e de outro, a monopolização do território. Estas empresas monopolistas do setor de grãos, atuam como *players* no mercado futuro das

bolsas de mercadorias do mundo, e, muitas vezes têm também, o controle igualmente monopolista da produção dos agrotóxicos e dos fertilizantes.

A crise, portanto, tem dois fundamentos. O primeiro, de reflexo mais limitado, referia-se na época, à alta dos preços internacionais do petróleo e conseqüente elevação dos custos dos fertilizantes e agrotóxicos. O segundo era conseqüência do aumento do consumo, mas não do consumo direto como alimento como queria fazer crer o governo brasileiro, mas sim, decorria da opção norte-americana da produção do etanol a partir do milho. Este caminho levou à redução dos estoques internacionais desse cereal, e com ele elevação de seus preços e dos demais grãos: o trigo, o arroz e a soja. Assim, a “solução” norte-americana contra o aquecimento global tornou-se o paraíso dos ganhos fáceis dos *players* dos monopólios internacionais que nada produzem, mas sujeitam produtores e consumidores à sua lógica de acumulação. Certamente, não há caminho de volta para a crise, pois, no caso norte-americano os solos disponíveis para o cultivo são disputados entre trigo, milho e soja. O avanço de um reflete inevitavelmente no recuo dos outros, por isso a crítica radical de Jean Ziegler da ONU: “Etanol: crime contra a humanidade” publicada em manchete pelo jornal Estado de São Paulo em 15/04/2008. (disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,etanol-crime-contra-a-humanidade,156782,0.htm>)

Foi assim, no interior desta crise que o agronegócio do agrocombustível brasileiro tentava pegar carona no futuro, fundado na reprodução do passado. E mais, o governo estava a pavimentar-lhe o caminho. Por isso, a questão dos agrocombustíveis e a produção de alimentos rebateram diretamente no campo brasileiro. A área plantada de cana-de-açúcar na safra de 2007 chegou perto de 7 milhões de hectares e, em São Paulo onde se concentra mais de 50% deste total, ela já ocupava quase a totalidade dos solos mais férteis existentes. Na safra de 2014/15 chegou a 9,0 milhões de hectares, ficando o estado de São Paulo com 4,6 milhões de hectares.

As conseqüências dessa expansão passaram a aparecer, pois, estudo realizado sobre os dados do IBGE entre 1990 e 2006 revelou a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar que cresceu nesse período mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verificava-se que neles ocorrera a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil de arroz. Nesta área reduzida poder-se-ia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional e, um milhão de toneladas de arroz equivalente a 9% do total do país. Além, disso reduziram-se nesses municípios a produção de 460 milhões de litros de leite e mais de 4,5 milhões de cabeças de gado bovino. É assim e por isso, que o boi vai sendo levado para a Amazônia, fazendo

aumentar o desmatamento e a grilagem das terras públicas. E mais, tomando-se o período de 2006 e 2012, nos municípios onde ocorreu a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, deu-se a redução de 81.515 hectares de cultivo do arroz, que permitiria produzir 390 mil toneladas, ou 3,38% da safra deste último ano. (OLIVEIRA, 2008)

Nessa mesma esteira, CAMARGO *et alli* publicaram em 2008 trabalho analisando as transformações na área plantada no Estado de São Paulo entre 2001 e 2006 e o resultado está no Quadro 35 a seguir.

Quadro 35
Efeito-Substituição atribuído aos produtos que incorporaram área no Estado de São Paulo, 2001-2006 (em hectare)

PRODUTOS QUE INCORPORARAM ÁREA	PRODUTOS QUE CEDERAM ÁREA														TOTAL
	Pastagem cultivada	Milho	Pastagem natural	Feijão	Café	Arroz	Laranja	Banana	Cana para forragem	Manga	Amoreira	Cebola	Repolho	Outros (1)	
Cana para indústria	673.600	129.761	51.604	36.584	21.614	14.587	14.306	7.212	4.583	4.096	3.278	2.040	1.980	11.088	965.244
Soja	141.707	27.298	10.856	7.696	4.547	3.069	3.010	1.517	964	862	690	429	416	2.333	203.061
Eucaliptus	112.705	21.711	8.634	6.121	3.616	2.441	2.394	1.207	767	685	548	341	331	1.855	161.502
Pinus	33.586	6.470	2.573	1.824	1.078	727	713	360	229	204	163	102	99	553	48.127
Sorgo	16.222	3.125	1.243	881	521	351	345	174	110	99	79	49	48	267	23.245
Trigo	13.535	2.607	1.037	735	434	293	287	145	92	82	66	41	40	223	19.395
Mandioca	8.592	1.655	658	467	276	186	182	92	58	52	42	26	25	141	12.313
Seringueira	4.891	942	375	266	157	106	104	52	33	30	24	15	14	81	7.009
Algodão	2.708	522	207	147	87	59	58	29	18	16	13	8	8	45	3.880
Abacaxi	1.907	367	146	104	61	41	41	20	13	12	9	6	6	31	2.733
Batata	891	172	68	48	29	19	19	10	6	5	4	3	3	15	1.277
Tomate rasteiro	881	170	68	48	28	19	19	9	6	5	4	3	3	15	1.263
Caqui	389	75	30	21	12	8	8	4	3	2	2	1	1	6	557
Beterraba	228	44	17	12	7	5	5	2	2	1	1	1	1	4	327
Melancia	144	28	11	8	5	3	3	2	1	1	1	0	0	2	206
Figo para mesa	25	5	2	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	36
TOTAL	1.000.386	192.712	76.639	54.331	32.099	21.664	21.247	10.710	6.807	6.083	4.868	3.029	2.940	16.658	1.433.516

(1) Inclui: abacate, abóbora, abobrinha, alface, amendoim, batata-doce, beterraba, cenoura, goiaba, limão, maracujá, pêssego para mesa, pimentão, sorgo granífero, tangerinas (mexericas, murcote, poncã e cravo) e uva.

Fonte: Resultados da pesquisa.

(CAMARGO *et alli*, 2008)

O resultado da expansão da cana-de-açúcar para a indústria alcançou o total de 976.333 hectares sendo que 69% ocorreram sobre a área de pastagem cultivada (673.600 hectares). As demais áreas foram: milho 13,3%, pastagem natural 5,3%, feijão 3,7%, café 2,2%, arroz 1,5%, laranja 1,5%, banana 0,7% e demais produtos 2,8%.

Várias pesquisas continuam provando a **redução** da área plantada com alimentos básicos da dieta alimentar dos brasileiros nos estados onde a cana-de-açúcar conheceu expansão. AGUIAR e SOUZA, 2014, também identificaram **redução** na área plantada de arroz, feijão, mandioca e etc., nos principais estados plantadores da cana-de-açúcar: ALAGOAS (feijão, milho, mandioca, arroz, coco-da-baía e café); GOIÁS (arroz, feijão e mandioca); MATO GROSSO (arroz, café e banana); MATO GROSSO DO SUL (arroz, banana, café, mandioca e melancia); MINAS GERAIS (arroz e mandioca); PARANÁ (mandioca, café, arroz, feijão e batata); PERNAMBUCO (arroz, batata, café, caju, feijão, laranja e milho); e, SÃO PAULO (milho, feijão, laranja e arroz).

4. A mundialização da agricultura capitalista no Brasil

Com o processo de mundialização do capitalismo monopolista e conseqüentemente, do neoliberalismo, a agricultura capitalista também se transformou. É necessário esclarecer que antes do neoliberalismo, ela estava sustentada pela produção particularmente, dos camponeses apoiada por fortes subsídios agrícolas, na agroquímica, no sistema de estoques governamentais e, a FAO era seu órgão mundial. Era a revolução verde, que segundo os ideólogos do capitalismo era o caminho para o final da fome no mundo. A fome não foi erradicada do mundo, pois, em 2014, havia 805 milhões de pessoas passando fome no planeta.

Com o neoliberalismo, passou a ocorrer, em primeiro lugar, a pregação neoliberal contra os subsídios, obviamente, uma postura clara contra a agricultura de base familiar camponesa. Em segundo lugar, os governos neoliberais passaram a reduzir os estoques governamentais de alimentos, através de uma sub-reptícia substituição das políticas de soberania alimentar, pela política de segurança alimentar. O neoliberalismo retirou a noção de segurança alimentar da área da saúde pública, onde o conceito foi formulado, fundado na qualidade dos alimentos, e levado para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Assim, no dicionário neoliberal, não se fala mais de soberania alimentar, mas sim de segurança alimentar. Em terceiro lugar, as políticas públicas de segurança alimentar dos Estados neoliberais passaram a substituir os estoques governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, tornando o mercado como regulador único do abastecimento alimentar das populações nacionais. Em quarto lugar, foi criada em 1994 a Organização Mundial do Comércio - OMC, como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais.

Assim, a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais. O primeiro termo da tríade teve como objetivo transformar toda produção do campo em produção de *commodities* (mercadorias) para ofertá-la ao mercado mundial. Ou seja, a produção de alimentos saiu da órbita da geopolítica como questão estratégica nacional, passando assim, a ser simplesmente, mais uma mercadoria a ser comprada no mercado mundial, independentemente de onde ela fosse produzida. Isto quer dizer que a lógica neoliberal atua no sentido de tentar converter todo alimento produzido em mercadoria, não para ser consumido pelos que produziram, mas para ser adquirido por quem tenha dinheiro, onde quer que esteja no

mundo. Entre as principais *commodities* do campo estão o trigo, milho, arroz, soja, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja entre outras. No Brasil há também, o etanol e o boi gordo.

O segundo termo da tríade, são as bolsas de mercadorias e futuro que passaram a ser o centro regulador dos preços mundiais das *commodities*. A principal bolsa mundial de comercialização de alimentos é a *Chicago Mercantile Exchange - CME* ou "*The Merc*" ou simplesmente Bolsa de Chicago. Ela faz parte do *CME Group*, que controla também a *New York Mercantile Exchange (NYMEX)*, *Chicago Board of Trade (CBOT)* e a *Commodities Exchange (COMEX)*. Este grupo detém o principal e mais diversificado mercado de derivativos do mundo. Nela são formados os preços do trigo (*wheat*), milho (*corn*), soja contrato Chicago (*soybeans*), óleo de soja (*soybean oil*), farelo de soja (*soybean meal*), soja contrato Latino-americano (*SA soybeans*), arroz em casca (*rough rice*), aveia (*oats*), carne bovina (*beef*), carne suína (*pigmeat*), carne de franco (*chicken*), leite (*milk*), ovos (*eggs*), etanol (*ethanol*), e etc. Na Bolsa de Londres são definidos os preços do açúcar (*sugar*), café (coffee), cacau (cocoa), etc. Na Bolsa de Nova York correm as cotações do açúcar (*sugar*), café (coffee), algodão (cotton), cacau (cocoa), suco de laranja (orange juice), e etc. No Brasil, a BM&FBovespa atua no mercado, inclusive futuro, de café (coffee), soja (soybeans), milho (corn), boi gordo (cattle) e etanol (ethanol).

No Brasil há também, bolsas agrupadas na Associação Nacional das Bolsas de Mercadorias e Cereais (ANBM), que consiste em bolsas agrupadas no Sistema Integrado de Bolsas Brasileiras (SIBB), na Bolsa Brasileira de Mercadorias, a qual é o resultado da união das Bolsas de Mercadorias de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Uberlândia, mais a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). No Sistema Integrado de Bolsas Brasileiras (SIBB) estão: BCML - Bolsa de Cereais e Mercadorias de Londrina/PR; BBO - Bolsa Brasil Oeste (Sinop/MT); BBSB - Bolsa de Mercadorias de Brasília/DF; BCMCO - Bolsa de Cereais e Mercadorias do Centro-Oeste (Anápolis/GO); BCMGU - Bolsa de Cereais e Mercadorias de Gurupi/TO; BCMM - Bolsa de Cereais e Mercadorias de Maringá/PR; BCMMT - Bolsa de Cereais e Mercadorias de Mato Grosso (Cuiabá/MT); BGARJ - Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio de Janeiro/RJ; BHCP - Bolsa de Hortigranjeiros, Cereais e Produtos Agropecuários do Estado de Pernambuco (Recife/PE); BIMU - Bolsa Internacional de Mercadorias de Uruguaiana/RS; BMB - Bolsa de Mercadorias da Bahia (Salvador/BA); BMCE - Bolsa de Mercadorias do Ceará (Fortaleza/CE); BMCSC - Bolsa de Mercadorias e Cereais de Santa Catarina (Florianópolis/SC); BML - Bolsa de Mercadorias e Futuros de Londrina/PR; BMRE - Bolsa Mercantil do Recife/PE; BMS - Bolsa de Mercadorias da Metade Sul (Pelotas/RS); BNM - Bolsa Nacional

de Mercadorias; BCSP - Bolsa de Cereais de São Paulo/SP; BMCS - Bolsa de Mercadorias e Cereais de Sinop/MT; BCMR - Bolsa de Cereais e Mercadorias de Rondonópolis/MT; e, BMCG - Bolsa de Mercadorias de Campina Grande/PB. Há também, no setor de hortifrutigranjeiro os Ceasas que atuam como formadores de preços para o setor, principalmente, o Ceagesp na cidade de São Paulo. O Cepea/Esalq-USP também faz cotações diárias do açúcar, etanol, algodão, arroz, café, citrus, mandioca, milho, soja, trigo, hortifrutícolas, boi gordo, bezerro, leite, suíno, frango e ovos. Também, há ainda no Brasil, as chamadas "praças" onde se formam preços para produtos agropecuários localizados. Por exemplo, o boi gordo, magro, vaca e bezerro têm cotações publicadas nos jornais da grande imprensa nas "praças" de Araçatuba, Andradina, Lins, Barretos, São José do Rio Preto, Bauru, Marília e Presidente Prudente no Estado de São Paulo, Campo Grande e Dourados no Mato Grosso do Sul, Cuiabá/MT, Goiânia/GO, Noroeste do Paraná e Triângulo Mineiro; a soja tem cotações no Norte do Paraná, Ponta Grossa/PR, Passo Fundo/RS, Rio Verde/GO, Triângulo Mineiro e Rondonópolis/MT; o milho é cotado nas "praças" da Mogiana/SP, Norte do Paraná, Passo Fundo/RS, Sudoeste do Paraná, Sorriso/MT, Chapecó/SC, Rio Verde/GO e no Triângulo Mineiro; o café tem cotações segundo o tipo, nas "praças" do Cerrado/MG, Sul de Minas Gerais, Noroeste do Paraná, Zona da Mata/MG, Garça/SP e São Gabriel da Palha/ES.

O terceiro termo da tríade foi a formação das empresas monopolistas mundiais (*world monopolistic enterprises*), que permitiu o controle monopolista da produção das *commodities* do campo. Estas empresas monopolistas mundiais têm nas multinacionais suas bases formadoras, ou seja, nasceram pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais através das filiais, fusões, associações, aquisições, franquias, etc. As empresas monopolistas mundiais, portanto, formaram-se a partir das empresas estrangeiras ou nacionais que retendo o controle monopolista da produção chegaram ao patamar mundial associando-se majoritariamente com as empresas nacionais concorrentes.

Em nível mundial existem quatro empresas que controlam, praticamente, todo o mercado de alimentos no mundo. A maior delas é a *Cargill Incorporated*. Foi fundada em 1865, tem sede em Mineápolis no Minnesota (Estados Unidos) e atividades nos cinco continentes atuando em 65 países. Produz e comercializa mundialmente produtos e serviços alimentícios, agrícolas, industriais e financeiros. Trata-se da maior corporação de capital fechado do mundo em termos de receitas. Detém 2/3 das ações da *Mosaic Company*, uma das maiores empresas mundiais que produz e comercializa fosfato concentrado e potássio.

Outra empresa monopolista do setor de grãos é a *ADM - Archer Daniels Midland Company* que foi fundada em 1902, na cidade de

Minneapolis, Minnesota, Estados Unidos, e, atualmente tem sua sede em Decatur, Illinois, Estados Unidos. Trata-se de um conglomerado que opera mais de 265 plantas industriais em 75 países do mundo, processando grãos de cereais e plantas oleaginosas.

Há também, entre as maiores empresas monopolista de alimentos do mundo a *Bunge Limited*. Foi fundada em 1818, como *Bunge & Co*, em Amsterdã, Holanda, e, tem sua sede atualmente em White Plains, Nova York, Estados Unidos.

Entre as quatro principais empresas mundiais do setor de alimentos está também, o *Louis Dreyfus Group*, um conglomerado francês fundado em 1851. Atua na agricultura, petróleo, energia, commodities (processamento, comercialização e *merchandising*), e, transporte mundial. A empresa *Louis Dreyfus Commodities Netherlands Holding BV* tem sede no *World Trade Center Amsterdam* em Amesterdam, Holanda, com atividades em mais de 53 países.

No Brasil as empresas monopolistas mundiais têm outra característica nova: a abertura de capital e lançamento de ações em bolsas. Dessa forma, na BM&FBovespa estão as ações da Souza Cruz S/A (1957), Duratex S/A (1966), Celulose Irani S/A (1977), Suzano Papel e Celulose S/A (1980), Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações (1988), Eucatex S/A Indústria e Comércio (1994), Excelsior Alimentos S/A (empresa da ex Sadia S/A - 2001, atual JBS S/A), Cosan S/A (2005), Renar Maçãs S/A (2005), BrasilAgro - Cia Brasileira de Propriedades Agrícolas (2006), Klabin S/A (2006), Vanguarda Agro S/A (2006), SLC Agrícola S/A (2007), JBS S/A (2007), Marfrig Alimentos S/A (2007), Minerva S/A (2007), Cosan LTD (2007), São Martinho S/A (2007), Tereos Internacional S/A (2007), Satipel Industrial S/A (2007), Fibria Celulose S/A (2009), BRF S/A (2009), BTG Pactual Commodities S/A controlada da BTG Pactual Participations Ltd (2012), Vigor Alimentos S/A (2012), e, a Biosev S/A em (2013). É necessário destacar que a SLC Agrícola S/A tornou-se em 2007, a primeira "fazenda" empresa de capital aberto do mundo a colocar ações em bolsas.

Trata-se, portanto, de um processo novo de organização da burguesia capitalista mundial articulada com os Estados nacionais. Público e privado juntos e separados em tudo, para viabilizar a consolidação da nova aliança da classe capitalista em nível mundial. Lazzarini preferiu chama-lo de "*capitalismo de laços*":

"Esse emaranhado de contatos, alianças e estratégias de apoio gravitando em torno de interesses políticos e econômicos é o que eu denomino *capitalismo de laços*. Trata-se de um modelo assentado no uso de *relações* para explorar oportunidades de mercado ou para influenciar determinadas decisões de interesse. Essas relações podem ocorrer somente entre atores privados, muito embora grande parte da

movimentação corporativa envolva, também, governos e demais atores na esfera pública." (LAZZARINI, 2011, P.3/4.

Certamente são laços entre as diferentes frações da classe burguesa que o autor, face sua opção teórica e metódica, prefere chamar de relações entre atores. Comédia ou drama, no teatro da história só tem havido lugar para aqueles que se entrelaçam e, constroem alianças de classe, entre ou intra. Os "sanguess azuis" se conhecem há muito tempo na história. É por estes caminhos que novas alianças estão fazendo surgir novas empresas articuladas e novos grupos econômicos. Gesta-se um capitalismo monopolista oligopolizado no plano mundial, e, os grupos econômicos são a expressão direta dele. Por isso, eles foram sendo gestados historicamente nas muitas relações entre as classes burguesas nacionais aliançadas com o Estado através de novas estratégias. Talvez, tenha sido por isso que ideólogos do capitalismo como OHMAE (1990) tenha escolhido como título para seu livro a palavra *Borderless* (sem fronteiras) e, a revista *Business Week* (1990) denominava as grandes empresas como *Stateless* (sem nacionalidade). Às avessas, indicavam as novas alianças de classe para fazer nascerem as empresas mundiais, verdadeiros monopólios oligopolizados que constituem os novos grupos econômicos nacionais ou mundiais.

Foi por isso que com o neoliberalismo assiste-se à formação de grupos ou conglomerados econômicos (*economic groups ou economic conglomerates*), entre essas empresas, que atuam articuladamente em termos mundiais, através do processo de fusão, aquisição, associação, etc., tornando-se esta sua característica principal. Essas empresas monopolistas mundiais (*world monopolists companies*) articulam-se através de dois processos monopolistas territoriais no comando da produção agropecuária e florestal mundial: a **territorialização dos monopólios** (*territorialization of monopolies*) e a **monopolização do território** (*monopolization of territory*).

4.1 A territorialização dos monopólios na agricultura (*territorialization of monopolies in agriculture*)

A territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura). Ou seja, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é mesma pessoa física ou jurídica. Portanto, não há a junção de duas classes sociais distintas, proprietário da terra e capitalista, em uma só, como pensam muitos intelectuais. Aliás, é por isso que o

trabalho análogo à escravidão não desaparece no campo brasileiro, ele é um traço da condição de proprietário capitalista da terra no país.

Assim, o processo de territorialização do monopólio nasce simultaneamente, do controle da produção imediata da circulação. E, deriva da especificidade técnica desses dois setores: o sucroenergético e o de celulose, papel e madeira plantada. Esta especificidade tem a ver com os setores que operam com matéria-prima cujo peso elevado, atua como fator limitante da distância entre a área de produção e a unidade industrial de processamento. Isto quer dizer, que os custos com o frete da matéria-prima limitam a área de plantio. RANGEL, J.J.A. et alli (2008, p. 252/3), em estudo realizado, encontrou diferenças significativas no custo do frete da cana-de-açúcar, revelando que a renda diferencial I originada da diferença dos custos de transportes, atuou permitindo que as terras localizadas mais próximas, por exemplo, de 6 a 10 km da usina de processamento, permitiram em relação às aquelas localizadas de 76 a 80 km, diferença de R\$6,99 por tonelada. Tomando-se por base a produtividade média do estado do Rio de Janeiro, na safra 2006/2007, que foi de 45 toneladas por hectare, esta renda da terra diferencial I (diferença de frete) foi de R\$314,55 por hectare. A seguir, a citação de um trecho do artigo:

"(...) o objeto de estudo é o abastecimento da usina com cana-de-açúcar de forma mais eficiente e eficaz, analisando a relação do frete e as distâncias dos fornecedores. Os custos logísticos gerados na cadeia de abastecimento da usina variam de acordo com as diversas distâncias percorridas pela frota de caminhões, desde a frente de corte até à usina e das características de corte e carregamento da cana-de-açúcar nos caminhões (...)"

Valor do custo do frete da cana-de-açúcar por distância referente aos fornecedores da usina COAGRO na safra 2006/2007.

Distância (Km)	Valor (R\$/Ton)	Distância (Km)	Valor (R\$/Ton)
01 a 05	2,20	41 a 45	6,57
06 a 10	2,77	46 a 50	7,04
11 a 15	3,75	51 a 55	7,39
16 a 20	4,33	56 a 60	8,00
21 a 25	4,78	61 a 65	8,63
26 a 30	5,19	66 a 70	9,11
31 a 35	5,72	71 a 75	9,44
36 a 40	6,12	76 a 80	9,76

Fonte: RANGEL, J.J.A. et alli (2008)

O texto de TEIXEIRA e COUTO (2013, p. 134), também apresentou resultados que indicaram as distâncias relativas às áreas com cana-de-açúcar plantadas pela Usina CentroAlcool S/A no município de Inhumas/GO:

"observou-se que o crescimento da área total plantada ocorreu até um raio de 30 km da usina, conforme mostra o gráfico: (...)"

Quantidade de área plantada com cana-de-açúcar em relação à localização da usina sucroalcooleira do município de Inhumas no ano de 2009.



Organização: Couto (2012) "

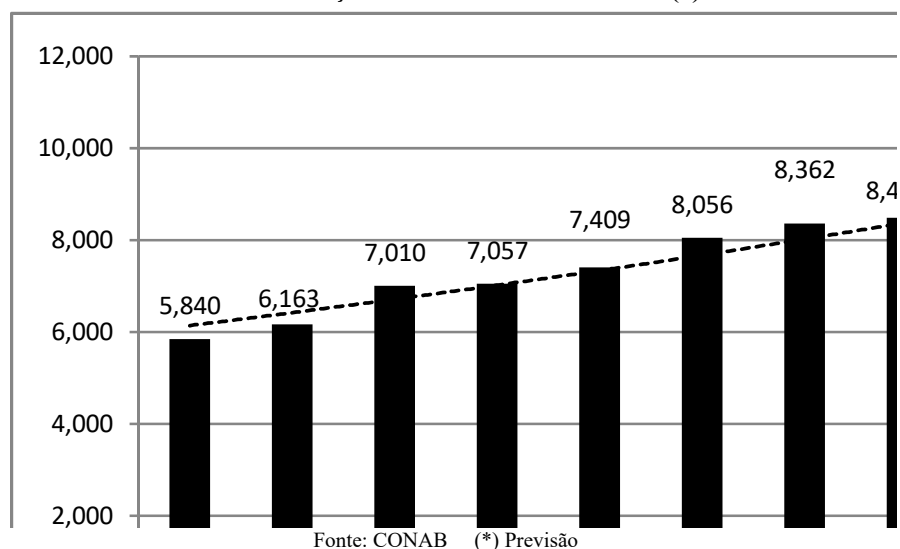
O processo de territorialização do monopólio nos setores da cana-de-açúcar e plantio de florestas deriva também, da relação entre o capital nacional e estrangeiro que, há muito tempo, apresentam-se entrelaçados. O processo de mundialização do capital soldou em outro patamar econômico e político esta relação. Veja-se, por exemplo, as fusões e associações que estão ocorrendo no agronegócio no Brasil, tornando inclusive, empresas nacionais nas maiores empresas mundiais de seus respectivos setores. Este processo aliado ao lançamento do carro *flex* acoplado à mistura de etanol anidro na gasolina, tem feito o plantio de cana-de-açúcar expandir-se no país.

4.1.1. A territorialização dos monopólios no setor sucroenergético

O gráfico 20, a seguir, mostra esta expansão da cultura canavieira que se apresenta de forma concentrada, pois, 52% (4,685 milhões de hectares) da área total colhida na safra 2014/15 (9,005 milhões de hectares) ocorreu no estado de São Paulo. São Paulo também ficou com 49,5% (1,441 milhões de hectares) da expansão ocorrida entre 2005/6 e 2014/15. O estado de Goiás já é o segundo estado em área colhida de cana-de-açúcar, com 854.200 ha (9,5%) na safra 2014/15, com expansão de 21,8% (635.800 ha) do total entre 2005/6 e 2014/15. O terceiro estado produtor é Minas Gerais com 805.500 hectares (8,9%) em 2014/15, e foi responsável por 15,4% (448.400 ha) da expansão. O quarto foi o estado de Mato Grosso do Sul com 668.300 ha (7,4%) de cana-de-açúcar colhida em 2014/15, e, conheceu a expansão de 17,4% (506.600 ha) no período 2005/6 e 2014/15. O quinto foi o Paraná com 635.000 ha (7,1%) de área colhida em 2014/15,

com um crescimento de 7,4% (216.100 ha) no período de 2005/6 e 2014/15.

Gráfico 20 - Brasil - Crescimento da área colhida de cana-de-açúcar - safras 2005/6 a 2013/4(*)



Em 2015, segundo o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) o setor sucroenergético tinha o total 366 usinas/destilarias. Entre elas, havia 242 unidades mistas produzindo açúcar e etanol, 111 destilarias dedicadas apenas ao etanol e 13 usinas voltadas somente à produção de açúcar. Essas unidades industriais estavam assim localizadas: São Paulo 157 unidades (121 mistas, 6 usinas de açúcar e 30 destilarias de etanol); Minas Gerais 37 (21 mistas, 2 usinas de açúcar e 14 destilarias de etanol); Goiás 36 (17 mistas e 19 destilarias de etanol); Paraná 30 (22 mistas e 8 destilarias de etanol); Alagoas 19 (17 mistas, uma usina de açúcar e uma destilaria de etanol); Mato Grosso do Sul 22 (2 mistas e 10 destilarias de etanol); Pernambuco 16 (12 mistas, 3 usinas de açúcar e uma destilaria de etanol); Mato Grosso 9 (4 mistas e 5 destilarias de etanol); Paraíba 8 (2 mistas, uma usina de açúcar e 5 destilarias de etanol); Bahia 6 (2 mistas e 4 destilarias de etanol); Sergipe 5 (2 mistas e 3 destilarias de etanol); Espírito Santo 4 (3 mistas e uma destilaria de etanol); Maranhão 4 (uma mista e 3 destilarias de etanol); Rio Grande do Norte 3 (2 mistas e uma destilaria de etanol); Rio de Janeiro 3 (uma mista e 2 destilarias de etanol); Amazonas uma mista; Ceará uma destilaria de etanol; Pará uma mista, Piauí uma mista; Rondônia uma destilaria de etanol, Rio Grande do Sul uma destilaria de etanol e Tocantins uma destilaria de etanol.

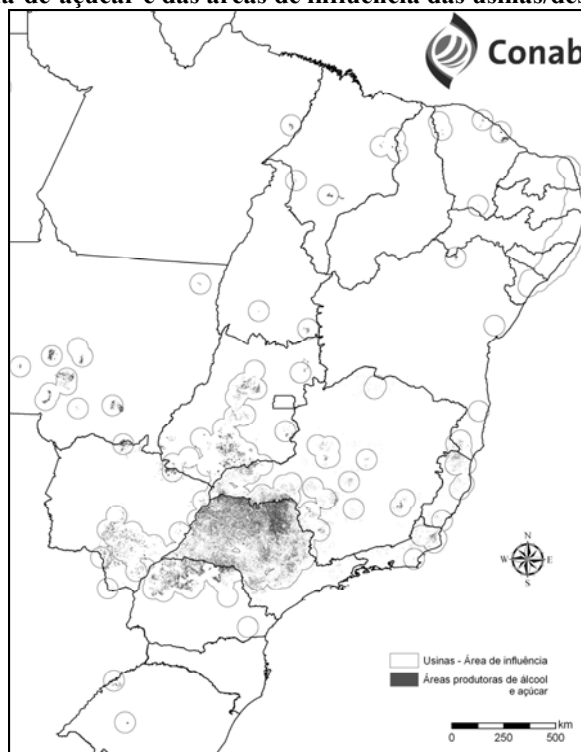
Desde 2008, ano da crise financeira mundial, o setor teve 50 usinas de açúcar e álcool fechadas. Há ainda 37 usinas que pediram recuperação

judicial em decorrência de dívidas estimadas em R\$13 bilhões, e, nove delas já faliram. Há ainda a previsão de que pelo menos dez unidades serão fechadas na safra 2015/16 no Centro-Sul do país. Um *site* do setor imobiliário rural anunciava em meados do ano de 2015 o total de vinte ofertas de usinas/destilarias para venda.

O mapa 04 a seguir traz a distribuição territorial do monocultivo da cana-de-açúcar e das usinas/destilarias no país. Revela também a elevadíssima concentração da atividade no estado de São Paulo.

A história da representação no setor canavieiro começou com a criação em meados do século passado da Associação dos Usineiros do Estado de São Paulo, e, da Cooperativa dos Produtores de Cana do Estado de São Paulo - COPERSUCAR, em 1959, a primeira tinha mais o papel de entidade representativa e a segunda atuava com organização que cuidava da comercialização da produção de açúcar.

Mapa 04 - Distribuição territorial do monocultivo de cana-de-açúcar e das áreas de influência das usinas/destilarias



Fonte: CONAB

Na década de 90 com a desregulamentação do setor, os usineiros criaram duas organizações representativas: a Associação das Indústrias de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo - AIAA derivada da Associação

dos Usineiros do Estado de São Paulo, e, gestada no interior da Cooperativa dos Produtores de Cana do Estado de São Paulo - COPERSUCAR; e, a Sociedade dos Produtores de Açúcar e Álcool de São Paulo - SOPRAL, formada pelas destilarias oriundas do ProÁlcool. Foi neste berço da Associação das Indústrias de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - AIAA e da Sociedade dos Produtores de Açúcar e Álcool de São Paulo - SOPRAL que nasceu em 1997 a então União da Agroindústria Canavieira de São Paulo - UNICA. Atualmente transformada em União da Indústria de Cana-de-Açúcar - UNICA é uma das principais organizações do setor sucroenergético, contando com mais de 120 empresas associadas, que detêm mais de 60% da produção do açúcar e 50% do etanol. Outra organização de representação do setor foi fundada em 1985 pelos diretores das destilarias autônomas criadas com o Programa Nacional do Álcool (ProÁlcool) do oeste do Estado de São Paulo, a UDOP União das Destilarias do Oeste Paulista. Atualmente transformou-se na União dos Produtores de Bioenergia - UDOP. Há também, uma organização representativa dos plantadores de cana-de-açúcar fundada em 1976 que é a Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil - ORPLANA.

Até a safra 2008/09 a UNICA publicava em seu *site* o *ranking* das usinas no setor safra a safra. O quadro 34 a seguir contém os dados para aquela safra. Também o Ministério da Agricultura (MAPA) publicava estes dados por unidades de produção - usinas e destilarias. Porém, a partir da gestão de Marcos Savaia Jank, na presidência da UNICA, os dados não foram mais divulgados. E, o que foi pior, também, o MAPA deixou de divulgá-los. Entrei em contato telefônico com o MAPA no final do ano de 2013, governo do Partido dos Trabalhadores (PT), e a explicação descabida que ouvi do técnico responsável: "*estamos em uma economia de mercado, e os dados por empresas são sigilosos*". Entretanto, os dados do MAPA e da ANP estão nos *sites* de empresas privadas de divulgação do agronegócio que vendem seu acesso aos usuários. Ou seja, o Estado passou a ser administrado pela lógica das empresas, e não, pelo princípio republicano de que a sociedade está acima de qualquer indivíduo ou empresa. Pura hipocrisia, pois, a maioria das empresas ou são S/A ou caminham para tal, e a legislação vigente, exige a publicação de seus balanços. E, eles estão em seus próprios sites na Internet e, lá estão os dados. Apenas o trabalho dos pesquisadores aumentou.

O quadro 36 também a seguir, tem os dados quase completo da safra 2012/13. Os dados referentes à safra 2008/09, mostravam a Usina São Martinho de Pradópolis/SP em primeiro lugar, com a maior quantidade de cana moída, pouco mais de 8 milhões de toneladas. A empresa pertence ao grupo São Martinho que tinha como presidente do conselho de administração em junho 2015 Luiz Antônio Cera Ometto e como vice João

Guilherme Sabino Ometto. Em segundo lugar, ficou a Usina da Barra, em oitavo lugar a Usina Bonfim e em décimo quarto a Usina Costa Pinto, todas integrantes atualmente da Raízen/Cosan liderados por Rubens Ometto Silveira de Melo. E, em vigésimo lugar estava Usina São João de Araras/SP de outra parte da família Ometto liderados atualmente por Hermínio Ometto Neto. Assim, os descendentes da família Ometto na safra 2008/09, já controlavam 5 unidades entre as 20 principais existentes no país, que juntas moeram 28,1% cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol.

**Quadro 36 - Ranking das 20 maiores usinas
Cana-de-açúcar moída - Safra 2008/09**

Ordem	Unidades	UF	Milhões toneladas
1°	São Martinho	SP	8,004
2°	Da Barra	SP	7,378
3°	Equipav	SP	6,518
4°	Colorado	SP	6,103
5°	Vale do Rosário	SP	5,922
6°	Santa Elisa	SP	5,685
7°	Colombo	SP	5,152
8°	Bonfim	SP	4,785
9°	Alta Mogiana	SP	4,761
10°	Moema	SP	4,608
11°	Cruz Alta	SP	4,428
12°	Barra Grande	SP	4,278
13°	São José - Macatuba	SP	4,222
14°	Costa Pinto	SP	4,192
15°	Nova América	SP	4,145
16°	Catanduva	SP	4,039
17°	Da Pedra - Serrana	SP	4,008
18°	Santa Cruz S/A	SP	3,908
19°	Cerradinho	SP	3,752
20°	USJ - Araras	SP	3,603

Fonte: UNICA disponível em <http://agribizz.blogSPot.com.br/2009/06/ranking-das-usinas.html>, acessado em 09/06/2015 às 21:09hs.

A concentração da produção no setor sucroenergético neste início de século tem sido rápida, pois, quatro anos depois da safra 2008/9, na safra de 2012/13, oito unidades de quatro grupos oriundos da família Ometto - São Martinho, Cosan/Raízen e Santa Cruz - moeram 38,380 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, ou seja, 42,3% do total das 20

maiores unidades em operação. Cabe ainda acrescentar que a soma total das unidades industriais (usinas/destilarias) pertencentes a membros da família Ometto (Cosan/Raízen, São Martinho, USJ, Santa Cruz e Santa Lúcia) perfizeram 81,237 milhões de toneladas de cana-de-açúcar moída, ou seja, 13,8% da safra nacional de 2012/13.

Outro fato que deve ser destacado, é que entre as 20 maiores unidades de produção (usinas e destilarias) na safra 2012/13, havia apenas duas unidades pertencentes ao capital estrangeiro (Renuka e Adecoagro) moendo 7,796 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, ou seja, 8,6% do total das 20 maiores unidades (90,818 milhões de toneladas). (Quadro 37)

**Quadro 37 - Ranking das 20 maiores usinas
Cana-de-açúcar moída - Safra 2012/13**

Ordem	Unidade	UF	Milhões toneladas
1°	SÃO MARTINHO	SP	7,602
2°	COLORADO	SP	7,120
3°	RAÍZEN - DA BARRA	SP	7,016
4°	ITAMARATI	MT	5,489
5°	ALTA MOGIANA	SP	5,016
6°	RAÍZEN - BONFIM	SP	4,850
7°	COLOMBO - ARIRANHA	SP	4,498
8°	DELTA - VOLTA GRANDE	MG	4,361
9°	RENUKA - EQUIPAV	SP	4,293
10°	SJC BIOENERGIA (EX - USJ-SÃO FRANCISCO)	GO	4,239
11°	DELTA - DELTA	MG	4,149
12°	RAÍZEN - MARACÁI	SP	3,964
13°	PEDRA - SERRANA	SP	3,687
14°	RAÍZEN - TARUMÃ (ex Nova América)	SP	3,663
15°	RAÍZEN - COSTA PINTO	SP	3,602
16°	BATATAIS	SP	3,505
17°	ADECOAGRO - ANGÉLICA	MS	3,503
18°	SANTA CRUZ S/A	SP	3,446
19°	SÃO FERNANDO	MS	3,421
20°	ODEBRECHT - SANTA LUZIA	MS	3,395

Fonte: Anuário da Cana 2013- Procana-Brasil (A Bunge e Santa Terezinha não informaram os dados e os grupos Biosev, Guarani/Tereos e Clealco não forneceram dados por unidades apenas o total do grupo).

4.1.1.1. O capital estrangeiro no setor sucroenergético

Tomando-se o total da safra nacional de 2012/13 que foi de 590,453 milhões de toneladas de cana-de-açúcar moída, os grupos controlados diretamente pelo capital estrangeiro moeram 101,5 milhões de toneladas, ou seja, o percentual de 18,8%, conseqüentemente, os grupos controlados por capital nacional moeram 80,9%. Na safra 2013/14, do total de 653,4 milhões de toneladas de cana moída, os grupos empresariais estrangeiros ficaram com apenas 19,1%, contra a participação majoritária de 80,9% dos nacionais (Quadro 38 mais adiante neste livro).

Para analisar a presença do capital estrangeiro no processo de mundialização do capital no setor sucroenergético deve-se dividir em dois grupos as empresas segundo, a presença do capital estrangeiro e controle da gestão nas empresas. A apresentação a seguir dos grupos empresariais monopolistas seguirá o *ranking* da safra 2013/14 presente no Quadro 38 mais adiante neste livro.

4.1.1.1.1. Empresas com controle majoritário e gestão do capital estrangeiro

Entre as empresas que contam com o controle majoritário do capital estrangeiro pode-se destacar na safra 2013/14, em primeiro lugar o conglomerado francês Louis Dreyfus, que opera no setor através da empresa **Biosev S/A**. Este grupo ocupou na safra 2013/14 o terceiro lugar no ranking dos grupos. Seus principais acionistas são: conglomerado Louis Dreyfus Commodities Company 58,4% (Sugar Holdings B.v. 49,78%, NI Participations Holdings 2 B.v. 4,31%, NI Participations Holdings 4 B.v. 4,31%), Fundo de Investimento em Participações Brazil Growth And Development 7,23%, Ontário Teachers' Pension Plan Board 5,44%, Santa Elisa Participações S/A 5,85% e outros 1,73%.

Em segundo lugar vem o grupo francês **Tereos Internacional** que atua no Brasil, através da empresa Açúcar Guarani S/A (participação de 64,2% do capital contra 35,8% da Petrobras Biocombustível - PBio). Em terceiro lugar está a **Bunge Limited**, uma empresa de capital fechado que tem como sócio nas operações do setor sucroenergético o grupo brasileiro Moema Participações S/A. Este grupo nacional ficou com 9% do capital da empresa monopolística mundial. Possui também, parceria com a japonesa Itochu Corporation em duas usinas de açúcar e etanol no Brasil (20% das unidades de Santa Juliana, em Minas Gerais, e de Pedro Afonso, em Tocantins).

Em quarto lugar está o **Noble Group** que tem sede em Hong Kong na China e está listado na Bolsa de Cingapura, cujo controle acionário (51%) foi adquirido em 2014, pela China Investment Corporation - Cofco.

Depois, em quinto lugar vem o grupo indiano **Shree Renuka Sugar** que possui duas usinas adquiridas integralmente do grupo Vale do Ivaí no norte do Paraná, e participações em infraestrutura logística: dois terminais portuários - um de açúcar, a Pasa (Paraná Operações Portuárias), com 12,7%, e o de álcool, Álcool do Paraná, com 9,08%, e 8% na CPA Trading. Tem ainda participação de 50,34% das ações das unidades do Grupo Equipav controlado pelas famílias Toledo, Vetorazzo e Tarallo, que ficaram com os outros 49,66% das empresas Equipav S/A.

Em sexto lugar está a **BP Biofuels** empresa inglesa que controla três usinas no país (Itumbiara e Edeia em Goiás e Ituiutaba em Minas Gerais). Em sétimo lugar ficou a **Abengoa Bioenergy Co**, grupo espanhol que possui duas usinas próprias (São João e São Luis no interior de São Paulo) e uma arrendada. O oitavo lugar é ocupado pela **Adecoagro S/A** que tem entre seus sócios o bilionário George Soros. Adquiriu a Angélica Agroenergia S/A localizada em Angélica no Mato Grosso do Sul e Usina Monte Alegre no sul de Minas Gerais. Depois vem em nono lugar a **Cargill Inc.** que controla todo o capital da Usina Cevasa e detém outros 50% da SJC Bioenergia Ltda, ficando os outros 50% com o Grupo USJ (nacional) que administra a unidade. Em 2014, a Cargill Inc. e a Copersucar S/A formaram uma *joint venture* denominada Alvean Sugar Intermediação e Agenciamento Ltda, que vai atuar na originação, comercialização e na trading de açúcar bruto e branco mundialmente. Cada empresa tem 50% de participação na Alvean.

Há também as seguintes empresas controladas pelo capital estrangeiro no setor: **Umoe Bioenergy** é controlada integralmente pelo grupo norueguês Umoe Group, e é associada à Copersucar S/A; **CEB (Clean Energy Brazil Plc.)** uma empresa de investimentos 100% pública com ações no AIM (Alternative Investment Market), da London Stock Exchange. Adquiriu em 2007, a participação de 49% no grupo Usaciga, de Cidade Gaúcha/PR, os demais 51% ficaram com a família Barea. A participação foi revendida em 2009, para a família Barea. A CEB deteve 33% de três unidades do Grupo Unialco S.A. no Mato Grosso do Sul (Alcoolvale, em Aparecida do Taboado; do projeto da Usina Água Limpa, na cidade homônima; e, da Canavale, braço agrícola do grupo no Estado). Para tal, foi criada a Unialco MS, subsidiária da companhia controlada pelos irmãos Luiz Guilherme Zancaner e Walter Henrique Zancaner Filho que ficaram com os outros 67%. Em 2012, a CEB vendeu sua participação para os acionistas majoritários do grupo Unialcol; **Glencore Xstrata Plc** um conglomerado anglo-suíço que também se associou à família Garieri passando a controlar 70% da usina de etanol Rio Vermelho, de Junqueirópolis/SP; **Sonora Estância S/A** uma empresa italiana integralmente controlada pelo Grupo Cigla desde 2002. Possui uma unidade no município de Sonora/MS; **Comanche Clean Energy**

controlada por um fundo de investimento de capital norte-americano. Possui duas usinas: a Canitar e a Anita de Tatuí/SP; **VREC -Vital Renewable Energy Co.** empresa de capital norte-americano controlada pelos seguintes fundos de investimentos: Paladin Capital Group, Leaf Clean Energy Co., Petercam e PCG Clean Energy & Technology Fund. Foi criada em 2008 e sua primeira usina no Brasil é a Bom Sucesso, localizada em Goiás, adquirida do Grupo Farias; e, a **Colgua Investiments S/A** que é uma *joint-venture* formada pela Pantaleón Sugar Holdings S/A da Guatemala e Inversiones Manuelita S/A da Colômbia, adquiriram em março de 2011, a participação de 50% da Unialco na Usina Vale do Paraná em Suzanópolis/SP.

A **ADM - Archer Daniels Midland** foi a última empresa monopolística mundial a entrar no setor. Em 2008, através de suas subsidiárias ADM Agroinvestimentos Ltda e ADM Participações Ltda formou uma *joint venture* com participação de 80% do capital da Usina de Açúcar e Álcool Jataí Ltda (Jataí) e o Grupo Cabrera (por meio de sua empresa Canaã Holding Participações Ltda.) com 20% do capital. (<http://www.cade.gov.br/temp/t811201419275835.PDF>, acessado em 07/11/2014). O ato de concentração nº 08012.003914/2011-66, do CADE, entretanto, marcou a dissolução parcial de uma *joint venture* (constituída em 2008), a Cabrera Central Energética Açúcar e Álcool Ltda (CCEAA) formada pelo Grupo ADM - Archer Daniels Midland Company (por meio de sua subsidiária ADM Participações Ltda) com 49% do capital e o chamado Grupo Cabrera (por meio de sua empresa Canaã Holding Participações Ltda.) com 51% do capital. Assim, o Grupo ADM assumiu o controle total (100%) da *joint venture* CCEAA - Cabrera Central Energética Açúcar e Álcool Ltda. (<http://www.cade.gov.br/temp/t811201418497357.pdf>, acessado em 07/11/2014).

4.1.1.1.2. Grupos usineiros com participação minoritária ou igual do capital estrangeiro, mas com gestão do grupo nacional

Entre os grupos usineiros com participação minoritária ou igual do capital estrangeiro, mas com gestão do grupo nacional cabe destacar em primeiro lugar a **Raízen Energia S/A** (51% Cosan S/A e 49% Royal Dutch Shell Plc) que é a maior empresa monopolística mundial do setor. Em segundo lugar está a **Odebrecht Agroindustrial S/A** (Odebrecht Agroindustrial, Investimentos S/A 69,09%, BNDESPar 14,37%, Acionista Brenco - Brazilian Renewable Energy Company (outros) 0,99%, Renewable Investiments B.V. (Ashmore) 13,10%, Clean Thanol LLC (Tarpon) 2,45%). Por sua vez a Odebrecht Agroindustrial, Investimentos S/A tem a participação da Sojitz Corporation 14,37% e da Sojitz Brasil S/A de 0,99%. (ODEBRECHT, 2014, p. 49) Em terceiro lugar ficou o **Grupo**

Bertin (Bertin S/A 70% e 30% da Infinity Bio Energy que é uma empresa sustentada pelos fundos estrangeiros Kidd & Company e Och-Ziff e o banco de investimento Meryll Linch). Em quarto lugar está a **CMAA Cia Mineira de Açúcar e Álcool** (CMAA 50% e Grupo Indoagri Cingapura 50%) são sócios na Usina Vale do Tijuco em Minas Gerais e em mais duas outras em fase de implantação (Uberlândia e Floresta dos Lobos). Em quinto lugar ficou a **SJC Bioenergia Ltda** (50% Grupo Usina São João-USJ e 50% Cargill) sociedade que controla a Usina Quirinópolis/GO.

4.1.1.1.3. O debate sobre a presença do capital estrangeiro no setor sucroenergético.

Quando se soma o total dos grupos estrangeiros majoritários no setor, com aqueles onde os estrangeiros possuem participação minoritária ou igual ao capital nacional, nessas empresas na safra 2012/13, chega-se ao total de 149,446 milhões de toneladas de cana-de-açúcar moída, ou 25,3%, cabendo então aos grupos nacionais 74,7%. Entretanto, a média econômica nacional já registra este total como sendo 33%, isto decorre do fato de que somam os totais dos grupos nacionais com os estrangeiros minoritários, cujo total na safra 2012/13 foi de 205,366, ou 34,8%. Um desses exemplos é o artigo do jornalista Germano Oliveira no jornal O Globo de 27/04/2013:

"Estrangeiros são a nova geração de usineiros

Bandeiras estrangeiras, sobretudo americanas, francesas e inglesas, tremulam nos mastros das usinas de açúcar e álcool do Brasil (...) **Enfrentando uma crescente desnacionalização, o setor atingiu no ano passado uma marca impressionante: os estrangeiros foram responsáveis por 33% da produção brasileira de açúcar e álcool. Em 2010, a participação era de apenas 12%. Em 2006, quando o processo de internacionalização começou, a presença dos estrangeiros era de somente 3%.** Nessa velocidade, a estimativa é que em breve o setor será totalmente dominado pelo capital externo. (...)

Os estrangeiros estão sendo atraídos pela alternativa mundial do álcool como combustível limpo e também pela crise dos usineiros brasileiros, pertencentes a tradicionais famílias (...) Somente nos últimos quatro anos, 42 usinas de açúcar e álcool fecharam as portas. Muitas, no entanto, estão sendo compradas pelo capital internacional (...) — **O capital estrangeiro é bem-vindo.** Não fosse ele, certamente não teríamos aumento da produção este ano. Os estrangeiros é que tem crédito, que estão investindo na modernização das indústrias e na renovação dos canaviais — disse Antonio de Pádua Rodrigues, diretor da União da Indústria da Cana de Açúcar (Unica).

As empresas internacionais, contudo, não estão se tornando donas das terras. Até porque, a Advocacia Geral da União (AGU) fez um parecer limitando em 2010 em cinco mil hectares o volume de terras em

mão de um estrangeiro. Com isso, as empresas estão comprando só as usinas. **A terra em que plantam é arrendada dos produtores brasileiros ou adquirem toda a safra dos canavieiros nacionais. Essa é uma das razões que leva o diretor da Unica a não ver risco dos estrangeiros dominarem o setor.** (...)

Um dos primeiros empresários brasileiros a vender suas usinas para os estrangeiros foi Maurílio Biagi Filho, de Ribeirão Preto, que faz parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), do governo Dilma Rousseff. Em 2006, ele vendeu a Cevasa (Central Energética Vale do Sapucaí), que esmaga anualmente 4 milhões de toneladas de cana, para a americana Cargill, uma das maiores empresas do setor alimentício do mundo. Biagi prevê que até 2016 a participação estrangeira no setor será de 50%.

— **A maioria das aquisições de estrangeiros no setor ocorre porque o empresário brasileiro está quebrado, cheio de dívidas em bancos. Mas esse não foi o meu caso. Eu já tinha negócios com a Cargill na Síria e El Salvador e acompanhei o esforço dos americanos que queriam entrar no setor de açúcar e álcool de qualquer maneira. Eles quase compraram a Usina Corona. Então, resolvi vender minha usina por entender que era um ótimo negócio** — disse Biagi." (Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/estrangeiros-sao-nova-geracao-de-usineiros-8232513>, acessado em 05/12/2013 às 08:12hs.) (Sem grifos e negritos no original)

Portanto, é preciso deixar claro que na safra 2012/13, o capital brasileiro controlava 74,7% do setor sucroenergético na safra 2012/13, e o capital estrangeiro ficava com 25,3%. Entretanto, porque os usineiros e a mídia indicavam 33%? A resposta está na aritmética para se chegar ao total dos estrangeiros, eles (os usineiros e a mídia) somaram a quantidade total dos dois grupos. Ou seja, somaram os grupos usineiros estrangeiros que controlam totalmente o capital das empresas e aqueles em que o capital estrangeiro é minoritário ou igual, porém, sem serem os controladores das empresas. Seguindo este caminho chega-se na safra 2012/13 a 198,1 milhões de toneladas de cana moída, o que equivale a 33,6% do total da safra (198,115 milhões de toneladas). Assim, a mídia e o setor sucroenergético já estão assumindo o domínio do capital estrangeiro nas empresas, mesmo sem ele de fato e de direito ocorrer.

Este assunto da presença do capital estrangeiro no setor sucroenergético tem sido objeto de muita especulação entre os intelectuais tanto no pensamento da direita quanto naquele da esquerda. A mídia tem noticiado o avanço rápido do capital estrangeiro no setor sucroenergético. Ele tem levado a uma compreensão contraditória, ou seja, ao mesmo tempo em que mostra o avanço atual do capital estrangeiro, abre espaço para que as elites do setor justifiquem suas mundializações, que consolida a aliança de classe burguesa no plano mundial.

Por exemplo, o jornal O Estado de São Paulo publicou em sua edição de 24/12/2009, caderno de Economia, p. B7, reportagem de Gustavo Porto envolvendo a venda do grupo Moema para a empresa monopolística mundial Bunge Limited:

"Bunge adquire cinco usinas do Grupo Moema

A multinacional Bunge fechou ontem, em São Paulo (SP), um dos maiores acordos do setor sucroalcooleiro do País ao adquirir cinco das seis usinas do Grupo Moema, com sede em Orindiúva (SP). **O negócio, de US\$1,5 bilhão, não envolveu dinheiro, apenas a troca de ações da Bunge na Bolsa de Nova York pelas do grupo brasileiro. Com isso, os acionistas da Moema terão cerca de 9% de participação mundial na gigante do agronegócio. O valor base da troca de ações foi entre US\$ 100 e US\$ 102 por tonelada de cana processada pelas usinas, que moem 13,5 milhões de toneladas por safra.** O primeiro acordo assinado ontem foi com a Moemapar, *holding* cujo controle é dividido entre os empresários **Maurílio Biagi Filho, Eduardo Diniz Junqueira e ainda filhos de Armando Junqueira.** A Moemapar tem cerca de dois terços de participação total no grupo de usinas e controla 100% da unidade Moema, em Orindiúva; 56% da usina Frutal, na cidade homônima no Triângulo Mineiro; 50% da Ouroeste, na cidade paulista, 40% da Guariroba, em Pontes Gestal (SP), e 43,75% da Itapagipe, também em Minas Gerais. Os outros sócios já firmaram acordo com a Bunge e assinarão a troca de ações nos próximos dias. **O acordo, previsto para ser divulgado ontem à noite por meio de comunicado à Bolsa de Nova York, começa a valer no dia 1º de janeiro de 2010 por questões tributárias e fiscais.** Entre os sócios da Moemapar nas usinas estão a Agropecuária CFM, o Grupo Arakaki, a Cargill, concorrente da Bunge, e a Humus Agrícola. Para que o acordo fosse fechado, a Humus, que tinha 50% da Usina Vertente, assumiu a outra metade do controle da unidade que pertencia à Moemapar. Para isso, cedeu os 30% que tinha na Guariroba para o sócio e deixou o negócio. A Bunge, que só fecharia o acordo se todas as unidades fossem envolvidas, precisou ceder." (Sem grifos e negritos no original)

Dessa forma, parte do setor está sendo mundializado sob controle do capital mundial, isto quer dizer que os usineiros nacionais estão aliando-se ao capital mundial. É por isso, que não foi uma compra de empresas nacionais brasileiras pela Bunge Limited, e sim, a decisão dos usineiros capitalistas brasileiros tornarem-se acionistas da empresa mundial, e, portanto, beneficiarem de seus lucros mundiais. **Assim, está ocorrendo a aliança de classe burguesa estrangeira com a brasileira.** E, isto é fundamental, porque coloca a questão do imperialismo em outro patamar. Isto acontece em parte do setor sucroenergético, porém, no setor de carnes e celulose o processo de mundialização é comandado por empresas

nacionais brasileiras que se fundem com empresas estrangeiras como se verá mais adiante neste livro.

Mas, o próprio jornal O Estado de São Paulo publicou quatro dias depois, em sua edição de 28/12/2009, primeiro Caderno - Espaço Aberto, p. 2, artigo de **Maurílio Biagi Filho**, o mesmo que junto com outras famílias de usineiros tinham feito a fusão de suas usinas com a Bunge Limited. No artigo explicava de forma coerente com a lógica capitalista mundial, o que acontecia no setor sucroenergético:

"Alguns anos atrás, disse que em 2012 mais de 20% de toda a cana processada no Brasil já estaria nas mãos de grupos estrangeiros. Infelizmente, aquele prognóstico se confirmou antes do previsto. Com as últimas fusões e aquisições realizadas ao longo do ano que chega ao fim, as grandes tradings já controlam um quinto da moagem de cana no País líder mundial no setor. Se a isso acrescentarmos a transferência do controle do Grupo Moema - o último grande negócio do ano -, esse índice subirá para 25%. É um número elevado, principalmente se levarmos em conta que até dez anos atrás o setor estava totalmente em mãos de brasileiros. A internacionalização pode ser ainda maior se levarmos em conta que o maior grupo nacional (Cosan), liderado por Rubens Ometto de Mello, com 18 usinas, tem o capital aberto, sendo muito disputado por fundos de investidores que não se interessam nem pelo controle acionário nem pela gestão, mas pela rentabilidade do negócio - esse porcentual de participação é muito maior. A internacionalização parcial do setor sucroenergético brasileiro demonstra, em primeiro lugar, que a produção de cana, açúcar e etanol é um negócio suficientemente rentável para atrair o capital estrangeiro. Em segundo lugar, comprova que o empresariado nacional não teve cacife para acompanhar a grande valorização da atividade canavieira desde que o etanol se tornou uma promessa de *commodity* energético-ambiental. Olhando por um ângulo positivo, porém, a entrada de grandes grupos no setor pode garantir ao Brasil uma presença mais firme, efetiva e duradoura no mercado internacional de açúcar e de etanol. (...) A partir do final daquela década [1990], outro tipo de investidor se interessou pelo setor sucroalcooleiro. Tratava-se do início da era dos *heads fundings* e dos *IPOs* (sigla em inglês de Oferta Pública Inicial - de ações). **No início dessa década, enfim, importantes tradings de origem agromercantil, como ADM, Bunge, Cargill e Luis Dreyfus, associaram-se a empresas brasileiras produtoras de açúcar e de álcool. Esse movimento de internacionalização ganhou velocidade em 2009, tendo em vista a crise vivida pelo setor desde o início de 2008, em decorrência dos baixos preços do açúcar e do álcool, agravada pela crise financeira internacional. A internacionalização parcial do setor ocorre simultaneamente a um movimento de concentração econômica, reflexo também da violenta descapitalização ocorrida a partir do segundo semestre de 2008. Hoje os 30 maiores grupos do setor controlam 91 usinas, processam**

quase 50% da cana e são responsáveis por 54% da oferta de álcool da região Centro-Sul. Tanto a internacionalização quanto a concentração, em qualquer setor, são resultantes do avanço do capitalismo, caracterizado pela acumulação permanente de capital, a geração de riquezas, a concorrência, a permanente inovação tecnológica e, nas fases mais avançadas de evolução do sistema, o surgimento e a expansão de grandes empresas multinacionais. (...) O setor de biocombustíveis tem de ser consolidado. Não é viável ter mais de 400 unidades independentes vendendo para basicamente quatro ou cinco distribuidoras. Entre as vantagens da consolidação estão a economia de escala e a possibilidade de organizar melhor a oferta. **Não vejo desvantagem na consolidação e sou favorável ao capital estrangeiro. Destaco apenas o fato de as empresas multinacionais estarem participando ativamente desse processo.** O Brasil lidera com grande vantagem esse segmento no mundo, tanto comercialmente quanto no que se refere à tecnologia, e deve buscar permanecer nesse comando. Ao despertar o interesse das grandes *tradings* agrícolas do mundo, a agroenergia e especialmente o etanol de cana ganham destaque no cenário internacional. Com certeza, porém, não soubemos defender os interesses do setor de forma a preservar tudo o que foi conquistado. **Nesse sentido, cabe a nós, brasileiros, nos posicionarmos estrategicamente diante dos grandes grupos internacionais, de forma a trazeremos retornos importantes para o País. Afinal, não estamos vendendo apenas ativos, mas o acesso a mercados conquistados ao longo de muitos anos, décadas e até séculos.** (Maurílio Biagi Filho, empresário, é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República)" (Sem grifos e negritos no original)

O texto de Maurílio Biagi Filho é o testemunho da nova aliança entre os históricos capitalistas do setor canavieiro brasileiro e sua nova posição como participante da fusão com os grupos monopolísticos mundiais. Estas fusões, associações e aquisições foram possíveis, face o investimento feito em propaganda no primeiro governo do Partido dos Trabalhadores, no qual o presidente Luis Inácio Lula da Silva tentou vender ao mundo, o etanol como combustível "limpo" capaz de substituir os derivados de petróleo. Tratava-se de tentar fazer emplacar como política mundial a adição de etanol anidro na mistura da gasolina, em substituição à tetraetilchumbo ou chumbo tetraetila altamente poluidor. Tratava-se de tentar repetir o relativo sucesso do Brasil, que vira reduzir os índices de poluição nas grandes cidades. Relativo sucesso porque, desde o final da última década do século passado, as estações da rede telemétrica da CETESB que medem ozônio na Região Metropolitana de São Paulo estão registrando ultrapassagens do padrão de ozônio em decorrência do denominado **ozônio de superfície** e sua relação com o aumento no

consumo do etanol combustível. Pesquisadores do Departamento de Ciências Atmosféricas – IAG – USP, tem pesquisas provando esta correlação:

"A região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é a região mais industrializada da América Latina (...) existem cerca de 5 milhões de veículos: aproximadamente 300.000 veículos pesados a diesel e 4,7 milhões de veículos leves, sendo destes, **3,7 milhões utilizando uma mistura de 78-80% (v/v) de gasolina e 20-22% etanol, e 1,0 milhão utilizando etanol hidratado. A adição de etanol como combustível reduz a emissão de CO mas aumenta a emissão de aldeídos (especialmente acetaldeído), induzindo um problema de poluição fotoquímica bastante característico desta área urbana.** Nos últimos anos várias ocorrências de ultrapassagens do padrão de ozônio têm sido observadas pelas estações da rede telemétrica da CETESB. O ozônio como exposto acima, não é emitido diretamente para a atmosfera, mas sim formado das reações fotoquímicas entre os compostos orgânicos voláteis (VOC) e os óxidos de nitrogênio. Deve-se lembrar que os VOC possuem diferentes potenciais de formação de ozônio (Carter, 1994). **Para a RMSP considera-se que aproximadamente 90% dos precursores do ozônio são emitidos para a atmosfera pela frota veicular (CETESB, 1999).** De acordo com o inventário oficial, 22% dos hidrocarbonetos são emitidos pela queima de gasolina (aditivada com 22% de álcool), 15% por veículos diesel, 6% pelos veículos movidos a etanol e 5% por motocicletas. Outra grande contribuição de hidrocarbonetos para a atmosfera é a fração decorrente da evaporação pelo veículo e no processo de abastecimento do combustível, com 48% do total dos HC. Para o NOx, 78% é emitido pelos veículos diesel, 13% pelos à gasolina, e 4% pelos veículos movidos à etanol. As estações da rede telemétrica da CETESB que medem ozônio na RMSP, encontram-se, em geral, em regiões de grande tráfego e, portanto, esse poluente apresenta um comportamento semelhante nesses locais ..." (FREITAS, ANDRADE e LEITE SILVA, 2000) (Sem grifos e negritos no original)

Dessa forma, estas pesquisas e a relação entre a expansão da área plantada com cana-de-açúcar e a redução da área cultivada com alimentos levaram a que a Europa e Japão não adotassem de imediato a nova fórmula do uso do etanol anidro na mistura com a gasolina. Mas, a essa campanha feita pelo governo brasileiro, somou-se o lançamento dos veículos com motores *flex fuels* e, o conjunto serviu de estímulo para a entrada do capital estrangeiro no setor. Somou-se também, a estas questões técnicas, o fato de que o setor vivia, simultaneamente, um momento de baixo endividamento, somado a um quadro nacional de elevada oferta de crédito. A partir do final de 2008 a crise financeira mundial trouxe outros complicadores para o setor.

O jornalista do portal IG, Pedro Carvalho escreveu sobre este momento inicial de baixo endividamento e farta oferta de crédito no início deste Século XXI, e depois a crise mundial de 2008, que formaram os ingredientes para a entrada do capital estrangeiro no setor:

"No início da década passada, a família que controlava a usina Zanin, em Araraquara (SP), decidiu aproveitar o momento favorável e investir em uma nova unidade, que estava sendo montada – e oferecida – por um banco. “Os bancos perceberam que os usineiros estavam pouco endividados em comparação com o quanto faturavam e ‘enfiaram’ projetos novos para eles”, lembra um ex-sócio. A crise internacional chegou, a confusa gestão familiar não ajudou – eram 39 donos – e a dívida da empresa, que era de R\$ 30 milhões em 2005, chegou a R\$ 300 milhões em 2009. Este caso da usina paulista, que acabou comprada pela gigante Cosan, ilustra um fenômeno que acometeu o setor nos últimos três anos. “Muitas usinas ficaram endividadas demais na mesma época”, diz Sergio Prado, analista da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA). “Quando veio a crise e a oferta de crédito secou, elas não conseguiram rolar as dívidas e se tornaram inadimplentes. A solução foi vender”, explica. O mesmo aconteceu com o grupo Santelisa Vale, que pertencia a uma família tradicional de Ribeirão Preto (SP), mas acabou vendido para a francesa Dreyfus; ou com o Moema, que precisou vender cinco de suas seis usinas para outra gigante internacional, a Bunge; ou com as unidades da Cerradinho (SP) que foram parar nas mãos da Noble Group, com sede em Hong Kong; ou com as duas usinas do grupo Brenco, que tiveram problemas antes de ficarem prontas e acabaram compradas pela ETH, controlada pelo grupo Odebrecht." (PORTAL IG, 2012) (Sem grifos no original)

Outras duas jornalistas Mônica Scaramuzzo e Cristiane Perini Lucchesi, do jornal Valor Econômico em 28/08/2009, registram as perdas na crise de 2008 com os derivativos de câmbio no setor sucroenergético:

“As usinas de açúcar e álcool perderam cerca de R\$ 4 bilhões em operações com derivativos de câmbio durante a safra 2008/09, segundo estimativas de empresas, bancos e consultorias financeiras que atuam neste setor ouvidas pelo Valor. Em situação financeira delicada, agravada a partir da safra 2007/08, quando as cotações da commodity estavam em baixa, essas perdas enfraqueceram ainda mais boa parte das companhias que tinha grande endividamento em dólar e alavancagem em relação à geração de caixa operacional por conta da construção de novas usinas, os projetos “greenfield”. Os resultados negativos de boa parte dessas empresas têm contribuído para aprofundar o processo de consolidação no setor sucroalcooleiro, já em curso nos últimos anos. Grandes grupos considerados consolidadores, como Santelisa Vale e Moema, foram colocados à venda. Dezenas de projetos de expansão de novas unidades também foram interrompidos. Os maiores bancos do país, que tiveram um papel importante no financiamento de projetos de

expansão do setor, tornaram-se os maiores credores das usinas, entre eles os Bradesco, Itaú/Unibanco, Santander e Votorantim, além do BNDES, que se tornou sócio de alguns grupos no país. O Valor apurou que muitas das perdas das usinas foram contábeis, mas causaram impacto no caixa, pois a piora nos índices de endividamento levou as companhias a quebrar cláusulas financeiras restritivas ("*covenants*") nos contratos de empréstimos com os credores, que puderam assim pedir resgate antecipado da dívida ou conseguiram negociar condições mais favoráveis de pagamento. A quebra de "*covenants*" - que limitam o endividamento da empresa com relação a uma série de indicadores e protegem os credores - é considerada semelhante à inadimplência e as empresas têm de negociar um perdão ("*waiver*") se não tiverem como pagar toda a dívida à vista. Esse foi o caso da Nova América, dona da marca União, que foi incorporada este ano pela Cosan. Em agosto de 2008, os credores do grupo pediram o pagamento antecipado de uma dívida de US\$ 300 milhões, relativa à emissão de debêntures, com pagamento previsto para 2013." (VALOR ECONÔMICO, 2009) (Sem grifos no original)

O número crescente de unidades industriais colocadas à venda, no final da primeira década deste século e início da segunda, foi também registrado na reportagem de Pedro Carvalho do Portal IG já citada:

"No ano passado, 15 usinas de açúcar e etanol foram negociadas no Brasil, segundo a consultoria KPMG. Quando somados os últimos dois anos, o número sobe para 41 unidades. "A quantidade de vendas que vimos acontecer nos últimos três anos, acreditávamos que ocorreria em duas décadas", afirma Prado. "A crise de crédito talvez tenha sido o principal fator que explica esse processo", diz. Como resultado, os dez maiores grupos do setor já concentram mais de um terço da produção nacional. Além disso, cerca de 25% dessa produção está na mão de grupos estrangeiros que compraram usinas no País – em 2006, esse índice ficava em 6%. Enquanto isso, a inauguração de novas unidades despencou. Na safra 2008/2009, foram construídas 34 usinas, número que caiu para 19 no período seguinte, depois para dez e pode chegar a zero este ano, segundo fontes do setor. A paulista Dedini, uma das principais "fábricas de usinas" do País, não tem nenhum projeto encomendado para 2012. Antes da onda de aquisições, a empresa vendia 24 usinas completas por ano. "As fusões mudaram o perfil do setor", diz Sergio Leme, presidente da companhia. "Quem compra uma usina quebrada normalmente quer otimizar aquele ativo e fica sem capital para construir uma nova", afirma Leme. "Tivemos uma queda forte de faturamento desde 2008. Esperamos por uma recuperação, que talvez venha mais para o final deste ano. Teremos novos projetos sendo decididos em 2012, coisa que não acontecia desde 2008", afirma. **Para tentar estimular novos investimentos no setor, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recentemente inaugurou uma linha de crédito para os usineiros.** Mas o banco tem

apenas dois projetos de usinas novas registradas em sua carteira, informa um comunicado da associação ProCana, que publica o anuário do segmento. Para os especialistas, a questão tem dois lados. “Uma aquisição significa que um determinado grupo gastou dinheiro na compra de uma unidade, portanto não deve construir uma usina nova. Dessa forma, as aquisições não aumentam tanto a produção do País”, diz Prado, da UNICA. O mercado brasileiro precisa de 35 bilhões de litros de etanol por ano, mas a produção ficou em 22,8 bilhões de litros em 2011 – uma queda de 17% em relação à safra anterior. “Por outro lado, a consolidação cria um setor mais forte, com empresas mais robustas”, diz. “Somos partidários e defensores das fusões e aquisições, porque é melhor que o país tenha empresas fortes e com tecnologia avançada. A consolidação aumenta rentabilidade do setor”, diz José Carlos Grubisich, presidente da ETH, que construiu duas usinas em 2011, mas não deve montar nenhuma neste ano. Hoje, 150 grupos controlam as 425 usinas do país. Apontamentos do mercado mostram que, na próxima década, o número de grupos deverá cair para 50 ou 60. A Cosan, maior produtora de açúcar e álcool do País, foi também o grupo que mais cresceu via aquisições. “Para mim, o Rubens Ometto [fundador da empresa] é o maior fator de consolidação do setor. Ele é um ‘avião’. Saiu comprando antes de todo mundo e mostrou aos grupos que era um caminho possível”, diz um usineiro. (...) Numa coisa, todos parecem concordar: o Brasil precisa produzir mais etanol. Construir novas usinas, claro, não é a única forma de expandir a produção. **Muitas unidades têm capacidade ociosa, ou seja, se ampliassem a lavoura, produziriam mais. Só que isso tem uma limitação. A distância entre a moenda e o final do canavial não pode ultrapassar 30km, aproximadamente, ou os custos de transporte ficam muito altos. Assim, o avanço do etanol depende bastante de novas unidades.** O mercado avalia que o biocombustível só voltará a ser competitivo quando a produção crescer e alcançar a demanda, forçando os preços para baixo. “A oferta precisa dobrar na próxima década”, estima Prado.” (PORTAL IG, 2012) (Sem grifos e negritos no original)

Porém, o quadro mudou sensivelmente a partir de 2009. Com crise mundial de 2008, unidades foram desativadas, e, várias empresas estrangeiras passaram discutir suas retiradas do setor, ou fundirem-se minoritariamente, com os grupos nacionais. A Brenco (Brazilian Renewable Energy Company) criada por investidores tais como, o indiano Vinod Khosla, da Sun Microsystems, o ex-presidente do Banco Mundial James Wolfensohn, a americana Ashmore e o fundo de investimentos Tarpon, por sua vez, fundiu-se em 2009, com a ETH Bioenergia (81,1% grupo Odebrecht e 18,9% grupo japonês Sojitz), formando a Odebrecht AgroIndustrial, e ficaram com apenas 16,5% da nova empresa. Por outro lado, a Infinity Bio Energy que possuía 75% de participação de fundos de investimento como Merrill Lynch, Stark e Och-Zitt Management, entrou

em recuperação judicial e foi incorporada no início de 2010, pelo grupo nacional Bertin S/A. Em novembro de 2009, a empresa mundial japonesa Mitsubishi também, saiu do setor sucroenergético:

"A Mitsubishi Corporation vendeu para a São Martinho SA a participação de 10% que detinha em uma das usinas de açúcar e álcool do grupo, a Boa Vista, localizada em Quirinópolis (GO), informou a São Martinho (...). De acordo com comunicado enviado ao mercado, a São Martinho pagou US\$ 14 milhões pela fatia na unidade industrial, ficando agora com 100% do empreendimento." (PORTAL TERRA, 2009) (Sem grifos e negritos no original)

Em maio de 2010, o grupo nacional Santa Terezinha do estado do Paraná, comprou a Usaciga controlada pela família Barea e o grupo inglês Clean Energy Brasil - CEB (administrado pela empresa Temple Capital Partners, "controlada pela Czarnikow, uma das maiores tradings de açúcar do mundo, com sede em Londres, a Agrop, empresa de consultoria agrícola de São Paulo, e a Numis Corporation, banco de investimentos de Londres com atuação na área de estruturação financeira". (VALOR ECONÔMICO, 2006)

"Após meses de negociação, o grupo paranaense Santa Terezinha conseguiu concluir a compra da conterrânea Usaciga Açúcar, Álcool e Energia Elétrica SA, pertencente à família Barea. Os ativos incluem uma usina em Cidade Gaúcha (PR) e um projeto "greenfield", paralisado, em Eldorado (MS). (...) No ano passado, os sócios da Usaciga - família Barea (51%) e a empresa de investimentos Clean Energy Brasil (49%) - anunciaram ao mercado que estavam em dificuldades financeiras e que precisam de um sócio estratégico." (VALOR ECONÔMICO, 2010) (sem grifos no original)

A ADM e o grupo Cabrera estão Câmara de Comércio Brasil Canadá (CCBC) em uma arbitragem para discutir o valor de venda da participação do grupo nacional para a ADM, e, ao mesmo tempo, no final de abril de 2012, o grupo estrangeiro passou a discutir sua saída do setor:

"Maior produtora de etanol dos Estados Unidos, a multinacional Archer Daniels Midland (ADM) pretende desistir, ao menos temporariamente, dos planos de se tornar relevante nesse mercado também no Brasil. O Valor apurou que a empresa contratou o Bank of America Merrill Lynch (BofA) para vender a única unidade industrial de etanol que mantém no país, no Estado de Minas Gerais, esvaziando um projeto que contemplava a construção de duas outras usinas." (VALOR ECONÔMICO, 2012) (sem grifos no original)

Em agosto de 2012, o grupo inglês Clean Energy Brasil - CEB vendeu também, sua participação no empreendimento do grupo nacional Unialco:

"A Clean Energy Brasil PLC vendeu a participação de 33% na Alcoolvale no Mato Grosso do Sul no começo de junho para o Grupo

Unialco por US\$ 5 milhões. Em dezembro de 2000 a Unialco comprou a Usina Alcoolvale, situada no município de Aparecida do Taboado (MS) e agora detém 100% da unidade. O Grupo possui duas usinas, uma em Guararapes (SP), a outra no Mato Grosso do Sul e um projeto em Dourados (MS)." (VALOR ECONÔMICO, 2012)

O grupo espanhol Abengoa, em 2012, também colocou suas empresas à venda:

"Descontentes, espanhóis vendem usinas em SP - Quatro anos após comprar as usinas de açúcar e álcool da Dedini Agro por mais de US\$ 600 milhões, **o grupo espanhol Abengoa Bioenergia, subsidiária da empreiteira espanhola Abengoa, decidiu colocar os ativos à venda.** Trata-se da primeira notícia concreta de intenção de desinvestimento em etanol envolvendo uma empresa estrangeira no país. A decisão, em estudo há alguns meses, deveu-se, segundo fontes do segmento, a resultados abaixo das expectativas." (Sem grifos e negritos no original)

A Cargill informou ter descartado etanol como estratégico em seus investimentos, pois, "com apenas duas usinas sucroalcooleiras no Brasil e poucos movimentos de expansão nesse segmento, a Cargill Inc., por meio do seu vice-presidente global, o brasileiro Sergio Rial, afirmou ontem com clareza o que a empresa já vinha sinalizando há alguns anos: **expandir o negócio de etanol no Brasil não é "estratégico" para Cargill Inc.**" (VALOR ECONÔMICO, 2011) Também, a sociedade da Cargill com os Ometto da Usina São João de Araras/SP nas duas usinas em Goiás através da *joint venture* SJC Bioenergia Ltda (50% de cada grupo), está em questão:

"As relações entre a Cargill e o Grupo USJ, sócios na SJC Bioenergia, andam azedas. Os modestos resultados da *joint venture*, dona de duas usinas de álcool e açúcar em Goiás, estariam alimentando os desentendimentos entre as partes, colocando um ponto de interrogação no futuro da sociedade. Procuradas, as duas empresas negam as divergências. Mas segundo informações filtradas junto à SCJ, Hermínio Ometto Neto, um dos controladores e presidente do Grupo USJ, estaria cobrando dos norte-americanos um volume maior de investimentos. Do seu lado, a Cargill até entende que o momento é propício para aumentar a aposta no mercado brasileiro, em razão da depreciação dos ativos no setor. No entanto, os norte-americanos não estariam dispostos a dar qualquer passo carregando os Ometto no banco do carona. **De acordo com a mesma fonte, a coabitação societária caminha para o seu epílogo.** Pressão por pressão, pode-se dizer que a situação é mais delicada para a Cargill do que para o Grupo USJ, não obstante a diferença de musculatura entre ambos." (RELATÓRIO RESERVADO, 2013) (Sem grifos e negritos no original)

Shruti Date Singh e Brooke Sutherland, da Blomberg, também anunciaram em outubro de 2013, que a Bunge Ltd. estava disposta a sair do setor sucroenergético:

"A Bunge Ltd. tenta vender negócio deficitário para brasileiras. A empresa quer se livrar de usina, que consome lucros há três anos, mas cuja rentabilidade é projetada para 2014, oferecendo o negócio a Cosan e Abengoa. A processadora de *commodities* agrícolas, que comprou sua primeira usina de açúcar em 2007, anunciou ontem que explorará uma “variedade completa de opções” para a divisão de usinas. (EXAME, 2013) (Sem grifos e negritos no original)

Assim, há muitas contradições na entrada do capital estrangeiro no setor sucroenergético, e, portanto, a história está revelando que ele entrou neste setor, como já afirmado anteriormente, para selar a aliança de classe mundial com a fração da classe do mesmo no Brasil. Além, do que esse processo continua sob controle dos grupos nacionais. Portanto, há equívocos em termos teóricos e históricos, nos textos de vários autores que movidos pelas notícias do crescimento do capital estrangeiros no setor sucroenergético, passaram a interpretá-lo como definitivo e caminhado para a expansão total, processo denominado de **estrangeirização**. E, julgando que o mesmo vinha com total presença do setor financeiro, passaram a denominá-lo, também, de **financeirização**. A questão principal é que estes textos foram construídos do ponto de vista metódico a partir de um *a priori* weberiano. Ou seja, antes mesmo de estudar a realidade objetiva a partir de um recorte temporal, os autores já tinham a realidade explicada previamente. O principal problema teórico é que a crise mundial de 2008 revelou a todos que o capital financeiro não tinha a potência de comando do capitalismo como muitos teóricos supunham. Um exemplo são os textos "A Agroindústria Canaveira e a crise econômica mundial" (MENDONÇA, PITTA e XAVIER, 2012a) e "A crise econômica mundial e a dívida do agronegócio canaveiro" (MENDONÇA, PITTA e XAVIER, 2012b), ambos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, escritos por Maria Luisa Mendonça, Fábio T. Pitta e Carlos Vinicius Xavier, que atribuem fundamentalmente, à financeirização e a estrangeirização, as transformações que estão ocorrendo no setor. Como já se tem afirmado há muito tempo, a história tem mostrado que os "inimigos moram ao lado", porém, as opções teóricas e metódicas adotadas têm impedido de identificá-los.

Tanto tem sido esta a trajetória dos grupos nacionais do setor sucroenergético, que em 30 de agosto de 2013, no encerramento de Fenasucro em Sertãozinho/SP, representantes de entidades do setor, elaboraram documento contendo reivindicações do governo federal, calcula-se que das 442 unidades existentes, mais de 65 estão fechadas. Ou

seja, as portas do Estado têm aberto, historicamente, as soluções para as crises. Dessa forma, a maior parte do fundo público vai para os setores privados da economia nacional:

"Os grupos pedem a elaboração de um marco regulatório do setor para tentar encerrar uma crise que se estende por cinco anos. O documento foi elaborado durante o "Ato Público em Defesa do Setor Sucroenergético", no Teatro Municipal de Sertãozinho, **em resposta a uma queda de desempenho que resultou no fechamento de 40 usinas e que pode vir a fechar ao menos mais dez**, caso as condições de comercialização do combustível permaneçam as mesmas. Para as entidades do setor, a União precisa criar instrumentos que garantam isonomia no tratamento do etanol com relação à gasolina, bem como proporcionar incentivos para atrair investimentos na área." (GLOBO G1, 2013) (Sem grifos e negritos no original)

4.1.1.2. As transformações no setor sucroenergético e o neoliberalismo: a formação dos grupos empresariais monopolistas

Cabe lembrar que o setor sucroenergético até a década de 90 era predominantemente, ocupado por empresas de origens familiares nacionais (THOMAZ JÚNIOR (1988 e 2002) e RAMOS, 1999). Sua consolidação só foi possível por estarem sustentada pela forte presença do Estado através, de políticas públicas de financiamento de suas expansões e transformações técnicas. BACCARIN, GEBARA e FACTORE (2009), assim sintetizaram o período que antecedeu essa década:

"A análise da história recente mostra que, entre 1960 e 1990, o número de agroindústrias sucroalcooleiras foi muito influenciado por políticas públicas. Na execução do Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, a partir de 1963, e do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, de 1971, estimulou-se o crescimento do tamanho médio das usinas, procurando-se eliminar plantas consideradas tecnologicamente atrasadas e ineficientes. Como consequência, enquanto em 1964/65 existiam 276 usinas no Brasil, com capacidade produtiva média de 215,3 mil sacas de açúcar por safra, em 1974/75, se registrou a presença de 216 usinas, com capacidade média de 518,6 mil sacas de açúcar (equivalente a 31,1 mil toneladas) por safra (SZMRECSÁNYI, 1979). Em 1975, com a criação do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), ao contrário, promoveu-se aumento do número de agroindústrias (evidentemente sem reduzir seu tamanho médio) para atender às necessidades do novo mercado que se instituiu, o do álcool combustível. Entre os incentivos concedidos, destacam-se a fixação de preços bastante remuneradores, especialmente para o etanol, e a concessão de financiamentos para novos investimentos altamente subsidiados. Entre 1976 e 1985, os recursos públicos representaram 59,8% e os recursos privados 40,2%

dos US\$ 6,6 bilhões de investimentos do PROÁLCOOL (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU, 1991), conforme (SZMRECSÁNYI, 1986). Tais incentivos foram muito significativos até 1985 e, a partir daí caíram, diante do agravamento da situação fiscal do Governo Federal e da queda do preço internacional de petróleo. Durante o PROÁLCOOL o número de agroindústrias sucroalcooleiras passou de 225 (Há uma diferença de nove unidades para o número apresentado por Szmrecsányi (1979) para a safra de 1974/75, o que se julga de pequena importância e que não compromete a análise da evolução temporal.), na safra 1974/75, para 366, em 1984/85 e, para 394, em 1990/91. Já a capacidade média elevou-se de 33,7 mil toneladas de açúcar equivalente, em 1974/75, para 58,6 mil toneladas de açúcar equivalente, em 1984/85 e, para 59,5 mil toneladas de açúcar equivalente em 1990/91 (No PROÁLCOOL cresceu o número de destilarias autônomas e o etanol passou a produto principal, não fazendo mais sentido medir a produção apenas pela produção de açúcar. A unidade açúcar equivalente foi obtida somando-se produção de álcool e açúcar, supondo-se que 44 litros de álcool equivaliam a 60 quilos de açúcar. No PROÁLCOOL cresceu o número de destilarias autônomas e o etanol passou a produto principal, não fazendo mais sentido medir a produção apenas pela produção de álcool. A unidade açúcar equivalente foi obtida somando-se produção de álcool e açúcar, supondo-se que 44 litros de álcool equivaliam a 60 quilos de açúcar.), (BACCARIN, 2005 e BACCARIN *et alli*, 2009).

Assim, o setor sucroenergético passou a conhecer a partir da década de 1990, três processos simultâneos, formando uma nova tríade: **concentração econômica** produto da integração vertical e, sobretudo, da horizontal ou "cartelização técnica", **mundialização** e **concentração territorial**. E, isso aconteceu depois do período da desregulamentação neoliberal feita pelo Estado brasileiro a partir do final governo Sarney. Uma série de medidas marcou este período: em 1988 ocorreu o fim das quotas e do impedimento das exportações das usinas do estado de São Paulo; no ano seguinte, em 1989, o governo extinguiu o Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA; em 1990, foi liberado o preço do açúcar; em 1997 liberou-se o preço do álcool anidro; em 1998, deu-se a liberação do preço da cana-de-açúcar; e, em 1999, do álcool hidratado. Dessa forma, a década dos anos 90 foi marcada pela liberalização completa do setor, a partir daí regulado diretamente pelo mercado.

Outra característica marcante destes processos de **concentração econômica** e **territorial** e da **mundialização** foi a formação no setor de **grupos empresariais monopolistas** (*monopoly enterprise groups*). Em 2013/14, os 40 maiores grupos em tonelagem moída de cana estão no Quadro 38 a seguir.

**Quadro 38 - Grupos empresariais
cana-de-açúcar moída nas safras 2012/13 e 2013/14**

Ordem	UNIDADE	CONTROLE ACIONÁRIO	2012/13 TON	2013/14 TON
1°	RAIZEN	BR	56.221.000	61.400.000
2°	ODEBRECHT	BR	18.917.647	40.000.000
3°	BIOSEV	FR	29.536.876	30.009.329
4°	GUARANI/TEREOS INTERNACIONAL	FR	19.738.387	21.297.387
5°	BUNGE	HO	17.000.000	21.000.000
6°	SÃO MARTINHO	BR	13.016.526	17.585.437
7°	USACUCAR SANTA TEREZINHA	BR	16.100.000	16.139.390
8°	LINCOLN JUNQUEIRA	BR	14.115.700	13.479.365
9°	NOBLE GROUP	CH	10.687.231	13.200.466
10°	TÉRCIO WANDERLEY	BR	9.774.697	12.581.231
11°	RENUKA DO BRASIL	IN	8.583.078	11.357.317
12°	ZILOR	BR	10.020.000	10.020.000
13°	DELTA SUCROENERGIA	BR	9.261.638	9.800.000
14°	PEDRA AGROINDUSTRIAL	BR	8.368.563	9.604.142
15°	COLORADO	BR	8.492.056	9.125.327
16°	MORENO	BR	7.588.795	8.249.865
17°	CLEALCO	BR	7.028.841	8.229.347
18°	COLOMBO	BR	7.191.816	8.061.912
19°	USJ/SJC BIOENERGIA	BR	7.250.832	8.622.595
20°	TONON	BR	6.662.270	7.563.522
21°	VALE DO VERDE	BR	6.120.932	7.039.119
22°	ADECOAGRO	LX	4.488.935	6.410.000
23°	UNIALCO - COLGUA	BR/COIGA	4.351.101	6.038.019
24°	SANTA ADÉLIA	BR	4.700.000	5.845.840
25°	ITAMARATI*	BR	5.489.343	5.430.463
26°	TITOTO	BR	4.404.850	5.364.677
27°	SANTA ISABEL	BR	4.512.122	5.315.347
28°	ANTONIO FARIAS	BR	3.953.596	4.937.847
29°	BATATAIS	BR	4.917.863	4.917.863
30°	BP BIOFUELS	IN	4.804.634	4.804.634
31°	IRMÃOS TONIELLO	BR	4.542.443	4.615.890
32°	JAPUNGU	BR	4.590.948	4.590.948
33°	ABENGOA	ES	4.547.246	4.547.246
34°	CARLOS LYRA	BR	4.087.809	4.439.955
35°	AURÉLIO NARDINI	BR	3.082.234	3.536.963
36°	PITANGUEIRAS	BR	3.487.959	3.761.494
37°	JALLES MACHADO	BR	2.648.678	3.761.262
38°	BERTIN - INFINITY BIO-ENERGY	BR/PN	5.738.014	3.566.297
39°	SÃO MANOEL*	BR	3.014.418	3.473.808
40°	RUETTE	BR	2.026.324	3.473.700
TOTAL			371.065.402	433.198.004
PERCENTUAL DOS 40 GRUPOS / SAFRA NACIONAL			62,8%	66,3%
PERCENTUAL DOS GRUPOS ESTRANGEIROS / 40 GRUPOS			16,8%	17,2%
PERCENTUAL DOS GRUPOS BRASILEIROS / 40 GRUPOS			46,0%	49,1%
TOTAL SAFRA NACIONAL			590.452.924	653.444.000
PERCENTUAL DOS GRUPOS ESTRANGEIROS / SAFRA NACIONAL			18,2%	18,9%
PERCENTUAL DOS GRUPOS BRASILEIROS / SAFRA NACIONAL			81,8%	81,1%
(*) Grupo com uma planta industrial				

Fonte: Anuário da Cana 2013 e 2014. COSAN S/A, 2013, p.57 dado de 2012/13 da Raízen. O ESTADO DE SÃO PAULO, 22/08/2012, dado da Bunge de 2012/13. GAIA AGRO, 2014, dado da Bunge de 2013/14.

Assim, na safra 2012/13, os quarenta maiores grupos empresariais monopolistas foram responsáveis por 62,8% do total nacional de tonelage de cana moída, e deste percentual total, aqueles controlados por grupos

nacionais ficaram com 46,0% e os estrangeiros ficaram com 16,8%. Entre os grupos nacionais, aqueles que têm participação minoritária de capitais estrangeiros - Raízen, Odebrecht, Bertin, USJ e Unialco - de acordo com o percentual que têm nas empresas, moeram 6,1%, que somado aos 16,8% alcançou 22,9% para a participação do capital estrangeiro entre os 40 principais grupos, e os nacionais com 39,9%. Ou seja, há uma concentração dos grupos estrangeiros entre os maiores grupos do setor, mas, é preciso reiterar que o capital nacional controlava na safra 2012/13, em termos totais da safra, 81,8% da tonelagem de cana moída e o capital estrangeiro 18,2%.

Em relação à safra de 2013/14, os quarenta maiores grupos empresariais monopolistas concentraram 66,3% do total da cana moída, apresentando um crescimento em relação à safra anterior de 16,7%. Os grupos nacionais ficaram com 49,1% e os estrangeiros com 17,2%. Entre os grupos nacionais aqueles que têm presença minoritária de capital estrangeiro ficaram com 6,8%, elevando a participação estrangeira entre os 40 maiores grupos para 24,0%, ficando os nacionais com 42,3%. Em termos de crescimento entre as safras 2012/13 e 2013/14 os grupos empresariais nacionais cresceram 9,7% enquanto que os de capital estrangeiro cresceram 14,8%. Quanto à participação na safra total de 2013/14, os grupos empresariais nacionais ficaram com 81,1% contra apenas 18,9% daqueles de capital estrangeiro.

Entre os principais grupos empresariais monopolistas está a Raízen Energia S/A, produto da fusão entre a Cosan S/A e a Shell. A constituição da Cosan, um dos primeiros **grupos empresariais monopolistas** do setor, deu origem a um tipo específico de monopólio que atua sob a forma de *holding*, ou seja, o grupo não concentra verticalmente a atividade produtiva em uma ou algumas plantas industriais, para conseqüentemente, ter o aumento da produtividade industrial calcada no aumento da escala de produção e, portanto, na concentração do processo produtivo industrial. Atua através de aquisições, fusões e arrendamentos para, principalmente, definir fixação de preços, divisão de mercados de atuação, etc. Elimina assim, a concorrência e aumenta os preços dos produtos, e, conseqüentemente os lucros. Ou seja, ocorre a **concentração horizontal**, ou uma espécie de "cartelização técnica". Diferente, pois, do que estava ocorrendo no setor até a década de 90, quando as unidades de produção caminharam na direção da **concentração vertical**. BACCARIN, GEBARA e FACTORE (2009).

Portanto, a constituição da Cosan foi feita no interior de um processo de verdadeira "nova acumulação originária (primitiva) do capital", via aquisição de empresas endividadas, acesso fácil ao crédito e políticas públicas de acesso aos fundos públicos, decorrentes das políticas neoliberais que desregulamentaram o setor. Ou seja, combinaram-se

simultaneamente, também, a introdução de 25% de adição do etanol anidro na gasolina e lançamento dos carros bicompostíveis flex. É importante lembrar a frase pronunciada pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva em Mineiros(GO) em 20/03/2007: "Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias. E têm políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser mais sérios, porque nós temos que garantir para eles o atendimento ao suprimento" (FOLHA ON LINE, 2007) (Sem grifos e negritos no original)

Porém, a crise financeira de 2008 e a descoberta do petróleo do pré-sal, fez com que a política nacional sofresse alterações, que deixaram em segundo plano, o projeto de transformar o etanol combustível em uma *commodity* alternativa aos derivados de petróleo. Como consequência o setor entrou em profunda crise conforme já se demonstrou neste livro, e as transformações continuam sua progressão.

Reiterando, com a crise os trinta maiores grupos produtores passaram a concentrar 55,9% do total de cana moída na safra 2012/13, sendo que os dez maiores ficaram com 34,5%, e, o maior grupo, a Raízen/Cosan ficou com 9,5%. Portanto, a crise mundial de 2008 pôs em cheque as políticas neoliberais para a agricultura. São elas que estão no "olho do furacão". E, a crise atingiu, em cheio, o capital financeiro mundial, revelando o quanto ele não era o fundamento do modo capitalista de produção, mas sim, os monopólios empresariais. É por isso, que o setor sucroenergético no Brasil, transformou-se estruturalmente, pois, passou a conhecer como fundamental, a formação dos grupos empresariais nacionais, que continuam a longa história de hegemonia neste setor. Essa formação e consolidação trouxeram consigo a **triade: concentração econômica** produto da integração vertical e horizontal ou "cartelização técnica" que deu origem aos grupos monopolistas empresariais; a **concentração territorial** que deu origem à territorialização dos monopólios e, a **mundialização** que fundiu a aliança de classe entre as burguesias nacionais no plano mundial.

A **concentração territorial** aparece a partir das aquisições e fusões que fazem com que frações do território capitalista passem a ter o monopólio da propriedade da terra direto ou através de arrendamento, exercido pelos grupos econômicos monopolistas monocultores territorializados que se formam. Foi assim, que emergiu o conceito de **cluster** entre aqueles que estudam o setor sucroenergético, oriundo do **neoliberalismo fomentado pelo Banco Mundial**. Michael Eugene Porter, professor da Harvard Business School definiu-o como sendo "um aglomerado ou agrupamento, geograficamente concentrado, de empresas inter-relacionadas e instituições de apoio e correlatas, numa determinada

área de atividades, e vinculadas por elementos comuns e complementares” (PORTER, 1999). Trata-se, portanto, de uma nova forma de utilização do conceito, similar ao conceito de **arranjo produtivo local**.

"Arranjos produtivos locais são **aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais** - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde **produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação**. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. **O mesmo fenômeno é às vezes denominado arranjo produtivo local, sistema produtivo local ou mesmo “cluster”**. No Brasil a expressão mais difundida é (... esta) de autoria da Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist), uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro." (REDESIST, 2003) (Sem grifos e negritos no original)

Porém, na Geografia Econômica e Agrária este conceito foi trazido pela adoção do empirismo lógico na Geografia Quantitativa nos anos 1960 e 1970 (HAGGETT, 1970; COLE, 1972; EVERITT, 1974; GRIGG, 1974; GERARDI e SILVA, 1981; E ROGERSON, 2002) Esta corrente de pensamento, utilizava, uma técnica de análise de dados estatísticos oriundo da Psicologia denominada *cluster analysis* traduzida para o português como **análise de agrupamento ou de aglomeração** (conjunto de técnicas estatísticas e algoritmos visando encontrar e separar objetos formando grupos com similaridades. Estes agrupamentos, formalmente originam dendogramas). KELLER (1970) aplicou a técnica para definir tipos de agricultura no estado do Paraná.

Já, na produção da Geografia Econômica e Agrária recentes, seguidores do pensamento de Milton Santos, propõem o conceito de **circuito espacial produtivo** como instrumento analítico para interpretar sob a ótica do espaço geográfico, os agrupamentos de atividades econômicas similares:

"A noção de circuito espacial produtivo enfatiza, a um só tempo, a centralidade da circulação (*circuito*) no encadeamento das diversas etapas da produção, a condição do espaço (*espacial*) como variável ativa na reprodução social, e o enfoque centrado no ramo, ou seja, na atividade produtiva predominante (*produtivo*) (...) Consideramos que os conceitos de *cadeia produtiva* e *circuito espacial produtivo* pertencem a

corpos teóricos e respondem a objetivos distintos, mas compartilham vários pressupostos e alguns procedimentos analíticos..." (CASTILHO e FREDERICO, 2010)

Mas, é a corrente empirista lógica *harvardiana* da "Nova Geografia Econômica", quem tem introduzido novamente o conceito de *cluster* nos estudos econômicos e agrários denominando-os de *agriclusters*:

"Um conceito que ganhou força no Brasil foi o de Agrupamento de Indústrias: para que ocorra o desenvolvimento torna-se necessário a existência de atividades produtivas que completem determinados setores da economia, representados por lacunas na estrutura produtiva dos países e regiões, sendo que investimentos nessas atividades teriam o poder de induzir o surgimento de várias indústrias. As recentes transformações ocorridas no agronegócio brasileiro provocaram mudanças nas formas e nos meios de produção e organização das cadeias produtivas. Nesse sentido surge um novo conceito representativo dos aglomerados produtivos, os chamados *Clusters*. Os *Clusters* são aglomerados de empresas geograficamente localizadas que desenvolvem suas atividades de forma articulada a partir de uma dada dotação de recursos naturais, da existência de capacidade laboral, tecnológica ou empresarial local e de afinidade setorial de seus produtos. A interação e a sinergia decorrente da atuação articulada dos clusters proporcionam ao conjunto de empresas vantagens competitivas que refletem em um desempenho superior em relação a atuação isolada de cada empresa, em outras palavras, há o fortalecimento da competitividade das regiões que possuem no agronegócio uma parcela expressiva de sua renda. A importância dos *Clusters* tem sido estudada através de quatro linhas de pesquisa : Organização Industrial, Área de Desenvolvimento Tecnológico, Economia Regional e Nova Geografia Econômica." (ALONSO, 2010; OSTROSKI e MEDEIROS, 2003)

Este foi o caminho da proposta do conceito de *cluster*, no estudo "Projeto: Estudo sobre as possibilidades e impactos da produção de grandes quantidades de etanol visando à substituição parcial de gasolina no mundo – Fase 1. Relatório Final" (CGEE, 2009) para caracterizar o agrupamento territorial exclusivo das unidades produtivas do setor sucroenergético, e, vem sendo utilizado pelos grupos empresariais monopolistas do setor como, por exemplo, a Biosev S/A do grupo francês Louis Dreyfus Commodities:

"A Louis Dreyfus Commodities Bioenergia, empresa brasileira do grupo Louis Dreyfus Commodities - que atua no processamento, comércio, transporte, armazenagem e exportação de commodities agrícolas - inaugura a nova Usina de Açúcar e Etanol Rio Brillante, em Mato Grosso do Sul (MS). A LDC Bioenergia, que já possui outras duas fábricas na região da nova usina (em Rio Brillante e Maracaju), cria assim um cluster (concentração de usinas) de produção

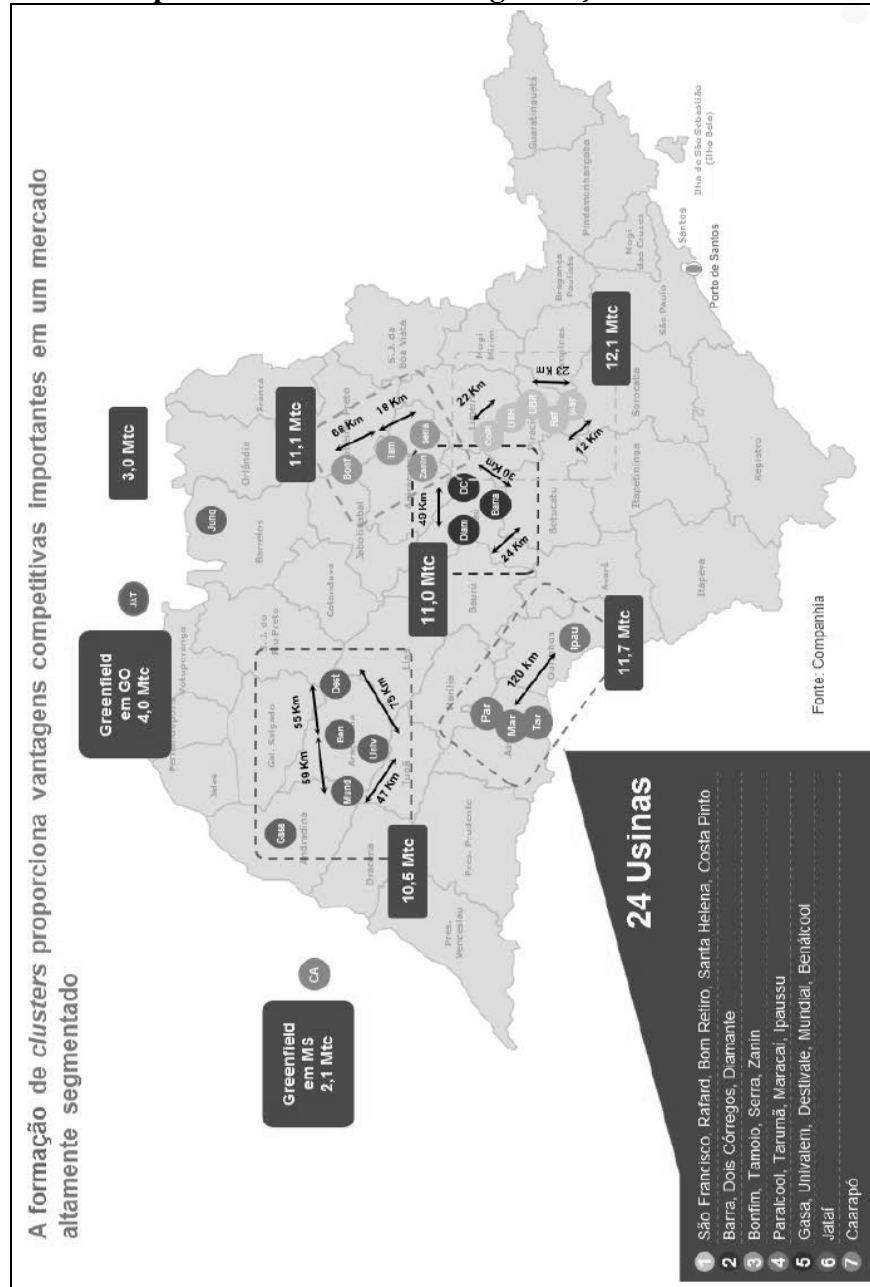
sucroalcooleira em Mato Grosso do Sul. “Esse cluster é o primeiro a ser instalado fora da área tradicional de cultivo e processamento de cana-de-açúcar, que se concentra principalmente no Estado de São Paulo. No Centro-Oeste, ainda há disponibilidade de terra agrícola, o que é uma vantagem competitiva. Também constatamos que tanto o conteúdo de sacarose como o rendimento da produção de cana no Mato Grosso do Sul – cerca de 90 toneladas por hectare por ano - são semelhantes aos de São Paulo” afirma Christophe Akli, presidente da LDC Bioenergia." (BRASILAGRO, 2008) (Sem grifos, negritos e itálico no original)

Outro grupo empresarial monopolista que adotou a forma de organização em *clusters* das suas plantas industriais foi a Cosan S/A. O Mapa 05 a seguir foi introduzido nos relatórios da empresa aos investidores, de modo, a mostrar sua forma de racionalização da área de plantio da cana-de-açúcar em relação com as plantas industriais. Ou por outras palavras, a área de fornecimento da matéria prima tem que estar a mais próxima possível da planta industrial, em termos ideais, no máximo 25 km.

Assim, para escapar da proposta do discurso neoliberal (*cluster* ou *clustering*) e da conceituação derivada da Geografia Quantitativa empirista lógica (**análise de agrupamento** ou **aglomeração**) optou-se neste livro pela proposta conceitual de **fusão territorial monopolística (*monopolistic territorial fusion*)**. Este conceito designa, portanto, a concentração territorial a partir das aquisições e fusões entre empresas, que fazem com que frações do território capitalista passem a ter o monopólio da propriedade da terra direto ou através de arrendamento, exercido pelos grupos econômicos agroindustriais monocultores territorializado que se formam.

Portanto, as **fusões territoriais monopolísticas (*monopolistic territorial fusions*)** constituem-se na expressão objetiva da territorialização dos monopólios no setor sucroenergético. Neles ocorrem as soldagens das alianças de classes e frações de classes entre os capitalistas industriais, que podem ser também, capitalistas agrícolas e proprietários de terra, e os demais proprietários de terra que podem ser também, capitalistas agrícolas fornecedores de matéria prima das unidades industriais, ou mesmo simples proprietários de terra rentistas que as cedem sob contratos de arrendamentos, ativando ou desativando unidades industriais, visando simultaneamente o uso.

Mapa 05 - COSAN S/A - Organização em clusters



Fonte: GAIA AGRO, 2014.

O grupo Raízen Energia S/A

O maior grupo monopolista do setor sucroenergético é o Raízen/Cosan que atua constituindo **fusões territoriais monopolísticas** (*monopolistic territorial fusions*), ou seja, territorializando o monopólio através, de seis exemplos: usinas Costa Pinto, Tamanduá (desativada), Bom Retiro, Rafard, Santa Helena, São Francisco e Santa Cruz (desativada) na região de Piracicaba/SP; as usinas Bonfim, Serra, Tamoio e Zanin na região de Araraquara/SP; as usinas Da Barra, Dois Córregos e Diamante na região de Jaú/SP; as usinas Gasa, Mundial, Univalem e Benálcool na região de Araçatuba/SP; as usinas Paraguaçu, Maracá, Tarumã na região de Assis/SP; e as usinas Jataí e Centro-Oeste/Montividiu na região de Jataí no estado de Goiás.

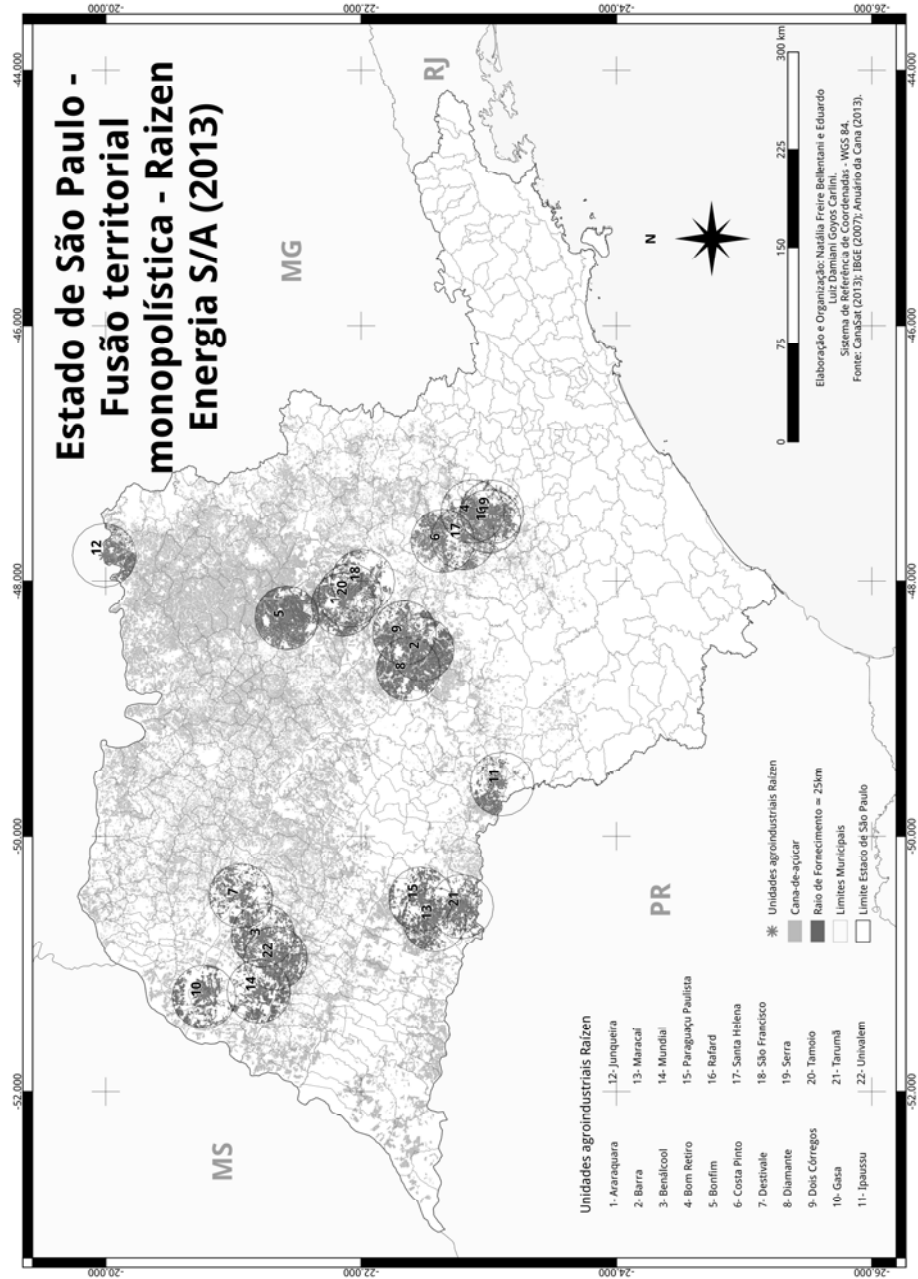
Natália Freire Bellentani em sua tese de doutorado sob minha orientação construiu os mapas das **fusões territoriais monopolistas** dos principais grupos usineiros. O mapa 06 a seguir, traz a concentração territorial que reorganiza a atividade canavieira do grupo Cosan. (BELLENTANI, 2014)

Assim, nasceu a **Cosan** em 2.000, cujo nome derivou da junção de **Co**, da usina Costa Pinto, e **San**, da usina Santa Bárbara que foi comprada em 1965 e desativada em 1996 (Santa Bárbara d'Oeste/SP).

São as seguintes unidades agroindustriais que foram agrupadas no estado de São Paulo: Costa Pinto- 1936 (Piracicaba), Santa Helena - 1986 (Rio das Pedras), São Francisco - 1986 (Elias Fausto), Ipaussu - 1988 (Ipaucú), Rafard - 2000 (Rafard), Diamante 2001 (Jaú), Gasa - 2001 (Andradina), Univalem - 2001 (Valparaiso), Serra - 2001 (Ibaté), Barra - 2002 (Barra Bonita), Dois Córregos - 2002 (Dois Córregos), Junqueira - 2002 (Igarapava), Destivale - 2005 (Araçatuba), Mundial - 2005 (Mirandópolis), Bom Retiro - 2006 (Capivari), Bonfim - 2006 (Guariba), Tamoio - 2006 (Araraquara), Benálcool - 2008 (Bento de Abreu), Tarumã - 2009 (Tarumã), Maracá - 2009 (Maracá), Paraguaçu Paulista - 2009 (Paraguaçu Paulista), Sertãozinho - 2009 (Sertãozinho), e Zanin - 2010 (Araraquara). No estado de Goiás está a usina Jataí - 2010 (Jataí); e, no Mato Grosso do Sul a usina Caarapó - 2010 (Caarapó). Duas unidades industriais são as mais importantes: Costa Pinto e Barra. As duas unidades fora do estado de São Paulo são projetos novos *greenfield*. Várias unidades foram reagrupadas, ou desativadas e outras mudaram de nome com as aquisições e fusões que a Cosan empreendeu.

Rubens Ometto Silveira de Mello é presidente do conselho de administração e o controlador da Cosan, a maior empresa do setor sucroenergético do país e do mundo. Sua aposta em 2012 estava na diversificação das atividades da empresa e não na atuação exclusiva do setor sucroenergético como pode ser visto na entrevista a seguir, da à

Mapa 06 - Raízen Energia S/A - Fusões territoriais monopolísticas



Fonte: BELLEMENTANI, 2014, p. 123.

revista Exame.

"Dono de uma fortuna estimada em 2,7 bilhões de dólares, que faz dele o 19º brasileiro mais rico, ele produz mais etanol de cana-de-açúcar que qualquer empresário na história. Ometto passou cada um de seus 62 anos ao redor de canaviais: nasceu e cresceu dentro de uma usina de açúcar fundada por seus avós em Piracicaba, no interior de São Paulo — e, de lá para cá, viveu de tudo um pouco, na ciclotimia típica de um setor que ora está quebrado, ora está endinheirado. Quase faliu e brigou com a família (inclusive a mãe) pelo controle da empresa. Com sangue-frio e uma enorme disposição para arriscar, foi comprando seus concorrentes enrolados até se tornar o maior, senhor absoluto de um conglomerado que esmaga 124 toneladas de cana por minuto. **Ometto é o que é hoje por causa da cana — mas, de uns tempos para cá, iniciou uma mudança de rumo espantosa: todos os seus investimentos recentes foram feitos em áreas que nada têm a ver com açúcar ou álcool. Seu último e mais ousado passo nessa direção foi dado no início de maio. Por 3,4 bilhões de reais, acertou a compra da Comgás, maior distribuidora de gás natural do país.** É a maior aquisição de sua vida. "O mercado de açúcar e álcool é uma montanha-russa", disse Ometto a EXAME. "Estou investindo em setores mais estáveis. " (EXAME, 2012, p.38) (Sem grifos e negritos no original)

E, quando perguntado pelo repórter da revista Exame Marcelo Onaga, sobre o contrato que assinou com a Shell para constituição da Raízen, que dá a multinacional o direito de comprar sua parte na Raízen até 2025, ele respondeu em dois tons:

"Temos uma parceria ótima com a Shell. Há pouco tempo o presidente da empresa, o suíço Peter Voser, me presenteou com um fóssil de alguns milhões de anos e me disse que nossa sociedade duraria o mesmo tempo que o fóssil. Não vejo por que sair, acredito no setor de cana, a diversificação da empresa permitiu que ela se capitalizasse e que esteja bem posicionada para comprar outras usinas quando a situação do setor estiver pior. Vamos investir em etanol. [Mas ...] Se eles quiserem exercer o direito, nós vamos vender sem nenhum problema. Eu não rasgo contratos." (EXAME, 2012, p.46) (Sem grifos e negritos no original)

Reiterando, em 2005, a Cosan abriu seu capital e passou a fazer parte do Novo Mercado da BM&F Bovespa, e a partir de 2007, a Cosan Limited, controladora da Cosan S/A, passou a fazer parte da Bolsa de Nova York (NYSE). Dessa forma, capitais de várias partes do mundo passaram a adquirir ações da Cosan, tornando-se uma empresa mundial. Segundo a BOVESPA em 28/07/2015, era a seguinte sua composição acionária: Commonwealth Carriers S/A 0,21%, Island Services Management Corp.

0,10%, Cosan Limited 61,99%, Usina Bom Jesus S/A Açúcar e Álcool 0,00%, Aguassanta Participações S/A 0,00%, Outros 37,36%, Ações de Tesouraria 0,33%. A Cosan Limited que é a controladora da Cosan S/A tinha também, segundo a BOVESPA em 28/07/2015, a seguinte composição acionária: Usina Costa Pinto S/A Açúcar e Álcool 11,09%, Usina Bom Jesus S/A Açúcar e Álcool 0,09%, Msor Participações 0,67%, Queluz Holdings Limited 26,44%, Fundos Gávea 7,82%, Blackrock Inc. 3,16%, Outros 48,52% e Ações de Tesouraria 3,16%.

A história da formação do grupo monopolista Cosan, contada por ela mesma até 2005, revela o processo de aquisições, fusões e arrendamentos e teve o enredo a seguir.

"A nossa história remonta a 1936, quando a primeira usina foi fundada pela família Ometto na Cidade de Piracicaba no Estado de São Paulo com uma capacidade de moagem de cana-de-açúcar de 4,3 milhões de toneladas por ano. A partir da metade da década de 1980, começamos a expandir nossas operações com a aquisição de várias usinas no Estado de São Paulo. Em 1986, adicionamos ao nosso grupo as usinas Santa Helena e São Francisco, com capacidade de moagem de cana-de-açúcar de 1,9 e 1,5 milhões de toneladas por ano, respectivamente. Em 1988, adicionamos ao nosso grupo mais 2,0 milhões de toneladas de capacidade de processamento de cana-de-açúcar por ano com a aquisição da usina Ipaussu. (...) Em 1998, adicionamos as usinas Diamante e da Serra ao nosso portfólio, com capacidade de moagem de cana-de-açúcar de 2,0 e 1,8 milhões de toneladas por ano, respectivamente.

Consolidamos a nossa estrutura societária em fevereiro de 2000, quando as usinas Costa Pinto, Santa Helena, São Francisco e Tamandupá foram contribuídas ao capital da empresa Irmãos Franceschi Agrícola Industrial e Comercial Ltda., nossa antiga denominação social. Posteriormente alteramos nossa denominação social para Cosan S.A. Indústria e Comércio.

Desde 2000, a nossa capacidade de produção tem sido incrementada por meio de aquisições estratégicas de várias usinas, aproveitando a desregulamentação do setor de açúcar no Brasil. (...) Entre 2000 e 2001, adquirimos as usinas Rafard, Univalem e Gasa, com capacidade de moagem de cana-de-açúcar de 2,5, 1,9 e 1,1 milhões de toneladas por ano, respectivamente.

Em novembro de 2000 expandimos nossas operações através da formação da FBA, uma empresa originalmente controlada em conjunto com a Tereos (47,5% de participação na FBA) e a Sucden (5% de participação na FBA), para operar as usinas de Ipaussu, Univalem e Gasa. Em maio de 2005, passamos a deter 99,9% do capital social da FBA, em função de uma reorganização societária pela qual a Tereos e a Sucden passaram a ser nossas acionistas. Em julho de 2002 celebramos um contrato de arrendamento de vinte anos da usina Junqueira, o que acrescentou 2,2 milhões de toneladas à nossa

capacidade anual de processamento de cana-de-açúcar. Em agosto de 2002, adquirimos indiretamente o controle Da Barra, que possui a maior usina de açúcar do mundo, com capacidade anual de processamento de 6,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Em fevereiro de 2004, celebramos um contrato de arrendamento de vinte anos da usina Dois Córregos, que tem capacidade anual de processamento de 1,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e compramos a Cosan Refinadora, uma unidade de refinamento de açúcar no Estado de Santa Catarina, que incorporamos em julho de 2005. Em abril de 2004, adquirimos diretamente mais 3,6% do total do capital social da Da Barra, o que aumentou nossa participação acionária na Da Barra de 48,8% para 52,5%. Em janeiro de 2005, aumentamos a nossa participação na Da Barra de 52,5% para 95,0% por meio de uma operação de permuta de ações, na qual ações da Da Barra foram trocadas por ações de emissão da Aguassanta Participações S.A., uma holding criada por antigos acionistas da Nova Celisa, São Francisco e Irmãos Franceschi, seguida de aumento do nosso capital social. Em janeiro e abril de 2005, a Nova FBA Indústria e Comércio Ltda. (uma controlada da FBA constituída em novembro de 2004), ou Nova FBA, adquiriu por aproximadamente R\$78,0 milhões o Grupo Destivale, com capacidade anual de processamento de 1,0 milhão de toneladas de cana-de-açúcar. Em abril de 2005, após a incorporação da Agrícola Destivale, Auto Posto Destivale e Nova FBA, a Destivale passou a ser a única controlada da FBA. **Em julho de 2005, por meio de uma operação de cisão, transferimos integralmente a nossa participação na Amaralina (uma empresa agrícola proprietária de parte das terras utilizadas por nós para o cultivo de cana-de-açúcar) para nossos acionistas. Em maio de 2005, celebramos um contrato de arrendamento de terras de longo prazo com a Amaralina, de acordo com o qual utilizaremos as terras de propriedade da Amaralina para o cultivo de cana-de-açúcar. Em troca da utilização das terras, nós pagaremos à Amaralina, em cada safra, um montante baseado no valor de mercado de 16,4 toneladas de cana-de-açúcar por hectare de terras agricultáveis de propriedade da Amaralina por nós utilizados, sendo tal valor de mercado baseado no preço da cana-de-açúcar estabelecido pelas normas do CONSECANA.** O prazo de duração de tal contrato de arrendamento é de vinte anos, encerrando-se após a safra 2025/2026." (SPF/CVM, 2005) (Sem grifos e negritos no original)

Em continuidade ao processo histórico de formação do monopólio, ainda em 2005, a Cosan adquiriu a Usina Mundial também, na região de Araçatuba. A repórter Mônica Scaramuzzo do jornal Valor Econômico escreveu:

"O grupo Cosan, maior produtor individual de açúcar e álcool do país encerra o ano de 2005 com mais uma aquisição. A companhia assinou ontem a compra da usina Mundial (ex-Alcomira), de Mirandópolis,

região oeste de São Paulo. **O negócio foi acertado por R\$ 105,5 milhões, montante que inclui as dívidas da Mundial. A aquisição faz parte da estratégia do Cosan de expandir seus negócios nas regiões oeste e noroeste de São Paulo, onde ainda há espaço para o avanço de cana-de-açúcar**, conforme afirmou ao Valor o empresário Rubens Ometto Silveira Mello, presidente do grupo. A usina Mundial deverá moer 1,3 milhão de toneladas de cana na safra 2006/07." (VALOR ECONÔMICO, 2005) (Sem grifos e negritos no original)

No interior do processo de territorialização do monopólio, no início do ano de 2006, a Cosan S/A comprou sua quinta usina na região de Piracicaba:

"O Grupo Cosan (...) anunciou ontem (dia 27) a aquisição da usina Bom Retiro, de Capivari (SP), a 17ª unidade da empresa. O negócio foi fechado por R\$ 120 milhões. (...) Na prática, entretanto, a negociação saiu mais barata, considerando-se que a usina Bom Retiro possui uma aplicação financeira de R\$ 17,5 milhões em caixa. (...) **"A compra da usina Bom Retiro consolida nossa posição na região de Piracicaba"**, afirmou Pedro Mizutani, vice-presidente administrativo da empresa. Nessa região, a Cosan passa a contar com cinco usinas, incluindo a Bom Retiro. **"Essa aquisição vai nos permitir uma sinergia administrativa e agrícola"**, observou o executivo. (...) Para a safra 2006/07, a expectativa é que a usina produza cerca de 85 mil toneladas de açúcar e 35 milhões de litros de álcool, com o processamento de 1,1 milhão de toneladas de cana." (VALOR ON LINE, 2006) (Sem grifos e negritos no original)

Ainda no ano de 2006, a Cosan S/A comprou as duas usinas do grupo Corona na região de Araraquara/SP, dando início a **territorialização do monopólio** na nova **fusão territorial monopolística** criada com incorporação da Usina da Serra:

"O grupo Cosan adquiriu a Açucareira Corona R\$ 398,6 milhões. A Corona é dona das usinas Bonfim e Tamoio, que possuem capacidade de moagem anual de 6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. **Os ativos da Corona incluem ainda 6 mil alqueires de terras**. Segundo a Cosan, o negócio será pago predominantemente com recursos da oferta de ações realizada em 2005 na Bovespa. **A Cosan assumirá um passivo financeiro de R\$ 507,4 milhões**." (O ESTADO DE SÃO PAULO ON LINE, 2006) (Sem grifos e negritos no original)

Através de "comunicado ao mercado" a Cosan S/A informou que adquiriu Usina Benálcool S.A. em 2008, consolidando **fusão territorial monopolística** de Araçatuba/SP:

"São Paulo, 14 de fevereiro de 2008 – A Cosan S.A. Indústria e Comércio (Bovespa: CSAN3), nos termos da Instrução CVM nº358, de 03 de janeiro de 2002, vem a público informar a conclusão das

negociações para a aquisição de 100% das ações da Usina Benálcool. O valor da aquisição totaliza R\$106,9 milhões e será pago predominantemente com recursos disponíveis no caixa da companhia. O principal ativo da Benálcool é sua usina de açúcar e álcool, com capacidade de moagem anual de aproximadamente 1.300.000 toneladas de cana-de-açúcar. **A dívida financeira assumida, avaliada em 31 de janeiro de 2008, é de R\$34,0 milhões.** Na mesma data, as disponibilidades e aplicações financeiras da Benálcool somam R\$6,5 milhões. **A Usina Benálcool encontra-se localizada na região de Araçatuba, onde a Cosan já possui outras quatro unidades produtoras.** Com esta aquisição a Cosan amplia sua presença nessa importante região produtora. (COSAN, 2008) (Sem grifos e negritos no original)

Através de uma ação no controle da distribuição do etanol, a Cosan comprou, em 2008, a Exxon Mobil no Brasil. Assim, passou a atuar também, no mercado de lubrificantes através da marca Mobil, com direitos exclusivos de distribuição da marca na Bolívia, Paraguai e Uruguai. Mesmo depois da *joint venture* com a Shell no Brasil, a empresa continuou controlando a marca Mobil no país.

Em 2009, a Cosan incorporou a Nova América Agroenergia, através de um negócio de troca de ações entre a Cosan e a holding Rezende Barbosa, que controlava a NovAmérica. Dessa forma, passou a deter as marcas União, Dolce, Neve e Duçula, e, como já detinha a marca Barra, passou a estabelecer o monopólio do açúcar refinado no mercado interno nacional.

"O Grupo Cosan é o novo controlador da NovAmérica Agroenergia. O acordo foi selado por meio de uma operação de troca de ações entre a Cosan e a holding Rezende Barbosa, controladora da NovAmérica. (...) Por meio de um processo de reorganização societária dos dois grupos, sem desembolso financeiro, a Rezende Barbosa - que possui 100% do capital da NovAmérica - passa a deter 11% do capital social da Cosan, ficando entre as principais acionistas, com direito a um representante no Conselho de Administração.

Além de incorporar as quatro usinas hoje controladas pela NovAmérica, que têm capacidade de moagem de cerca de 10,6 milhões de toneladas, o Grupo Cosan também passará a deter a marca União, líder em vendas de açúcar refinado no varejo brasileiro, além de duas refinarias e quatro empacotadoras de açúcar. Também faz parte dos ativos que serão incorporados pelo Grupo Cosan a participação de 51% da NovAmérica na Teçu Armazéns Gerais. Com isso, a Cosan passa a deter 100% desse terminal que, junto com os terminais da Cosan Portuária, tem capacidade anual de embarque de 8,5 milhões de toneladas de açúcar. A NovAmérica venderá ainda para a Cosan sua participação de 8% no Teas (Terminal Exportador de Álcool de Santos) por R\$ 4 milhões.

Com essa aquisição, a Cosan passa a deter 40% do Teas, terminal com capacidade de embarque anual de 650 milhões de litros de etanol.

A Cosan informou, em comunicado, que já está em fase adiantada de repactuação do passivo financeiro da NovAmérica, que soma R\$ 1,145 bilhão, incluindo financiamentos do BNDES. (...) O diretor financeiro e de Relações com Investidores da Cosan, Paulo Diniz, disse ainda que o grupo não vai fazer novas aquisições que possam representar uma ameaça à estrutura de capital da Cosan. **"Não queremos fazer aquisições ou associações que necessitem de desembolso de capital"**, afirmou." (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009). (Sem grifos e negritos no original)

No início do ano de 2010, a Cosan S/A adquiriu a Usina Zanin consolidando **fusão territorial monopolística** na região de Araraquara/SP:

"A Cosan anunciou ontem, em um comunicado ao mercado, ter celebrado um memorando de entendimentos com os sócios da Usina Zanin Açúcar e Álcool Ltda. para aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da Zanin. (...) A Cosan vai também assumir dívidas financeiras que totalizam R\$ 236,6 milhões. De acordo com o comunicado, a transação envolverá os ativos da Zanin referentes às atividades industrial e agrícola, com capacidade de moagem anual de aproximadamente 2,6 milhões de toneladas de cana e um projeto greenfield (iniciado do zero) localizado no município de Prata, Estado de Minas Gerais. A companhia também afirma que **a Zanin está localizada na região de Araraquara, uma das melhores regiões de cultivo de cana-de-açúcar do Brasil e onde a Cosan já possui outras três unidades produtoras (unidade Tamoio, em Araraquara, Serra, na vizinha Ibaté (SP) e Bonfim, em Guariba (SP), o que permitirá a geração de importantes sinergias logísticas e operacionais e a consolidação de um importante cluster de produção.** A companhia conta ainda na região com amplas facilidades logísticas para o escoamento de açúcar e álcool por rodovias ou pela malha ferroviária da América Latina Logística (ALL)." (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010) (Sem grifos e negritos no original)

Também em 2010, a Cosan S/A inaugurou no Mato Grosso do Sul, a usina Caarapó localizada no município do mesmo nome:

"O Grupo Cosan inaugura hoje em Caarapó (MS) uma nova planta de açúcar e etanol, a primeira do grupo no estado do Mato Grosso do Sul. A usina contou com investimento de aproximadamente 530 milhões de reais, sendo que cerca de **275 milhões de reais deste montante foram contratados por meio de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).** A capacidade instalada da nova planta permitirá a moagem e processamento de 2,5 milhões de toneladas de cana de açúcar, com produção de 90 milhões de litros de etanol e 185 mil toneladas de açúcar por safra, segundo a Cosan. A nova planta realizará a co-geração de energia elétrica

proveniente do bagaço e da palha da cana, com capacidade atual instalada de 76 MW, o suficiente para abastecer uma cidade de 500 mil habitantes." (EXAME, 2010) (Sem grifos e negritos no original)

No estado de Goiás o grupo Cosan inaugurou outra unidade industrial em 2010, a usina Jataí, no município de Jataí/GO:

"O Grupo Cosan, um dos líderes mundiais do setor sucroalcooleiro, inaugura nesta quinta-feira (27/05), em Jataí, GO, o que a empresa está chamando de 'a mais moderna usina de etanol do mundo'. (...) A usina contou com investimento de cerca de R\$ 1 bilhão, distribuídos entre as áreas agrícola, industrial e administrativa, sendo que **R\$ 639 milhões deste montante foram contratados por meio de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**. A capacidade instalada da nova planta permitirá a produção de 370 milhões de litros de etanol por safra. A unidade também realizará a cogeração de energia elétrica proveniente do bagaço e da palha da cana, com potência instalada de 105 megawatts de energia elétrica." (GLOBO RURAL, 2010) (Sem grifos e negritos no original)

Ainda no ano de 2010, a Cosan constituiu uma *joint venture* com a Royal Dutch Shell, a Raízen S/A. O nome Raízen é a união de duas forças, raiz e energia. A primeira remete à parte das plantas que extrai nutrientes e água necessários para a vida e a outra, ao fator crítico para qualquer dinâmica: para que haja vida ou movimento é preciso energia. A opção pelo nome em português reforça tratar-se de uma organização brasileira e a cor roxa da marca remete à aparência da cana-de-açúcar madura. (RAÍZEN ENERGIA S/A, 2014)

Na Raízen S/A, a Cosan S/A Indústria e Comércio e Shell Brazil Holding B.V. têm 50% da participação. Ou seja, também, nesta operação, entre Cosan e Shell, ninguém comprou ninguém, apenas aliados associaram-se no mesmo negócio voltado para a produção/distribuição de etanol, açúcar e energia elétrica a partir da cana, além da distribuição e comercialização de combustíveis derivados do petróleo. Na operação de constituição da nova empresa, a Raízen incorpora todas as usinas do grupo e os 1700 postos de combustíveis da rede Esso, a aqueles da rede Shell. Para realização da fusão, foram criadas duas outras empresas tipo *holding*: Raízen Combustíveis S/A e Raízen Energia S/A. Na Raízen Combustíveis S/A a composição acionária é Shell Brazil Holding B.V. 50,000001% e Cosan Investimentos e Participações S/A 49,999999%. Nesta empresa foram agrupadas as empresas dos dois grupos que operam com combustíveis derivados de petróleo. A empresa Cosan Investimentos e Participações S/A é 100% controlada pela Cosan S/A Indústria e Comércio. A outra holding, a Raízen Energia S/A por sua vez, tem a Cosan S/A Indústria e Comércio com 50,000001% e a Shell Brazil Holding B.V. com

49,999999%. Esta empresa opera com açúcar, etanol e bioenergia e, o Quadro 39 a seguir traz as unidades do grupo monopolista.

Quadro 39 - RAÍZEN ENERGIA S/A
Unidades de produção de açúcar, etanol e bioenergia

Raízen Tarumã S/A	Tarumã /SP
Raízen Araraquara Açúcar e Álcool Ltda – Unidade Araraquara	Araraquara/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Barra	Barra Bonita/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Bom Retiro	Capivari/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Bonfim	Guariba/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Costa Pinto	Piracicaba/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Destivale	Araçatuba/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Diamante	Jaú/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Dois Córregos	Dois Córregos/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Gasa	Andradina/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Junqueira	Igarapava/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Maracai	Maracai/SP
Raízen Paraguaguçu S/A – Unidade Paraguaguçu	Paraguaguçu Paulista/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Serra	Ibaté/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Tamoio	Araraquara/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Univalem	Valparaíso/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Benalcoo,	Bento de Abreu/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Ipaussu	Ipaussu/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Mundial	Mirandópolis/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Rafard	Rafard/SP
Raízen Energia S/A - Unidade Santa Helena	Rio das Pedras /SP
Raízen Energia S/A - Unidade São Francisco	Elias Fausto/SP
Raízen Caarapó S/A Açúcar e Alcool - Cosan – Unidade Caarapó	Caarapó/MS
Cosan Centro Oeste S/A Açúcar e Álcool – Unidade Jataí	Jataí/GO

Fonte: Raízen, 2015.

A seguir segue o organograma da Raízen.

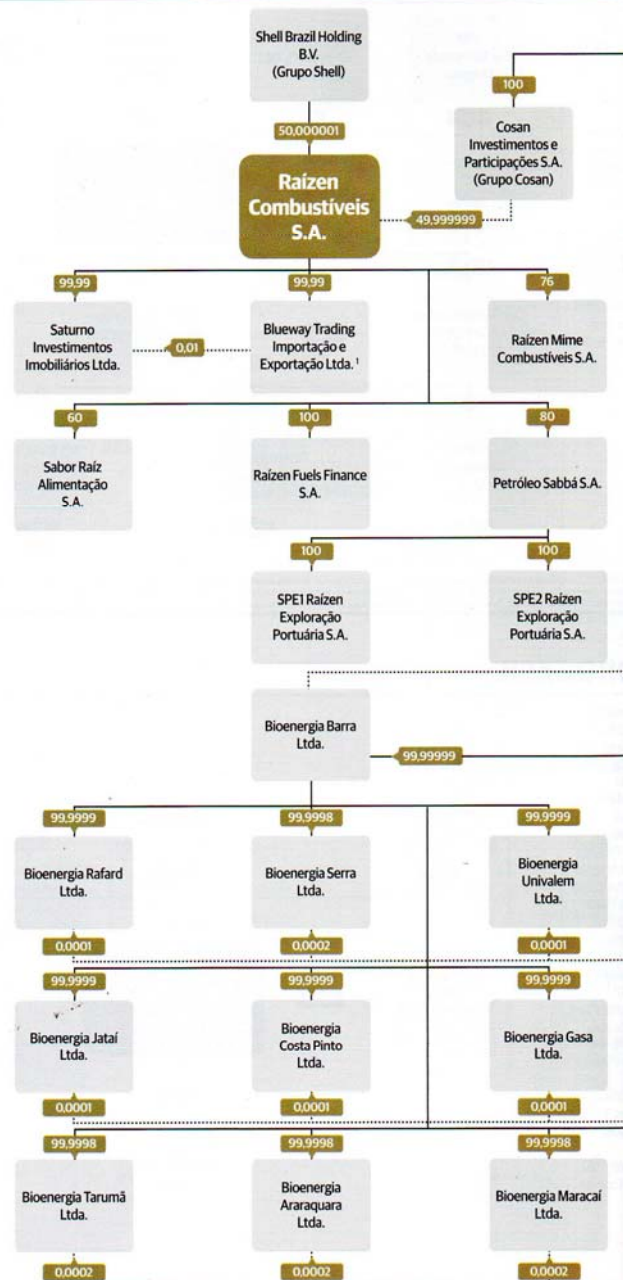
Assim, a formação do monopólio sucroenergético consolidou a nova aliança mundial, unificando-se também, ao setor de petróleo, que foi ampliado em 2012, quando comprou a Comgás tornando-se também, naquela empresa sócia da Shell, como se verá mais adiante neste livro.

Outro passo dado pela Cosan no setor de infraestrutura logística foi a assinatura do Termo de Compromisso de Associação para criação de um sistema logístico multimodal para transporte e armazenagem de etanol – LOGUM, em 2010. No ano seguinte (2011) foi criada a Logum Logística S/A. Ela é

"a empresa responsável pela construção e operação do Sistema Logístico de Etanol (logística, carga, descarga, movimentação e estocagem, operação de portos e terminais terrestres e aquaviários) que envolverá transportes multimodais: dutos, hidrovias (barcaças), rodovias (caminhões-tanques) e cabotagem (navios). (...) A nova empresa é o resultado da integração dos projetos de logística de etanol da Uniduto, CentroSul e PMCC. Com grandes investimentos, o Sistema Logístico de Etanol atravessará 45 municípios, ligando as principais regiões produtoras de etanol nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul ao principal ponto de armazenamento e distribuição em Paulínia (SP). Parte deste sistema integrado será composto por um

RAÍZEN

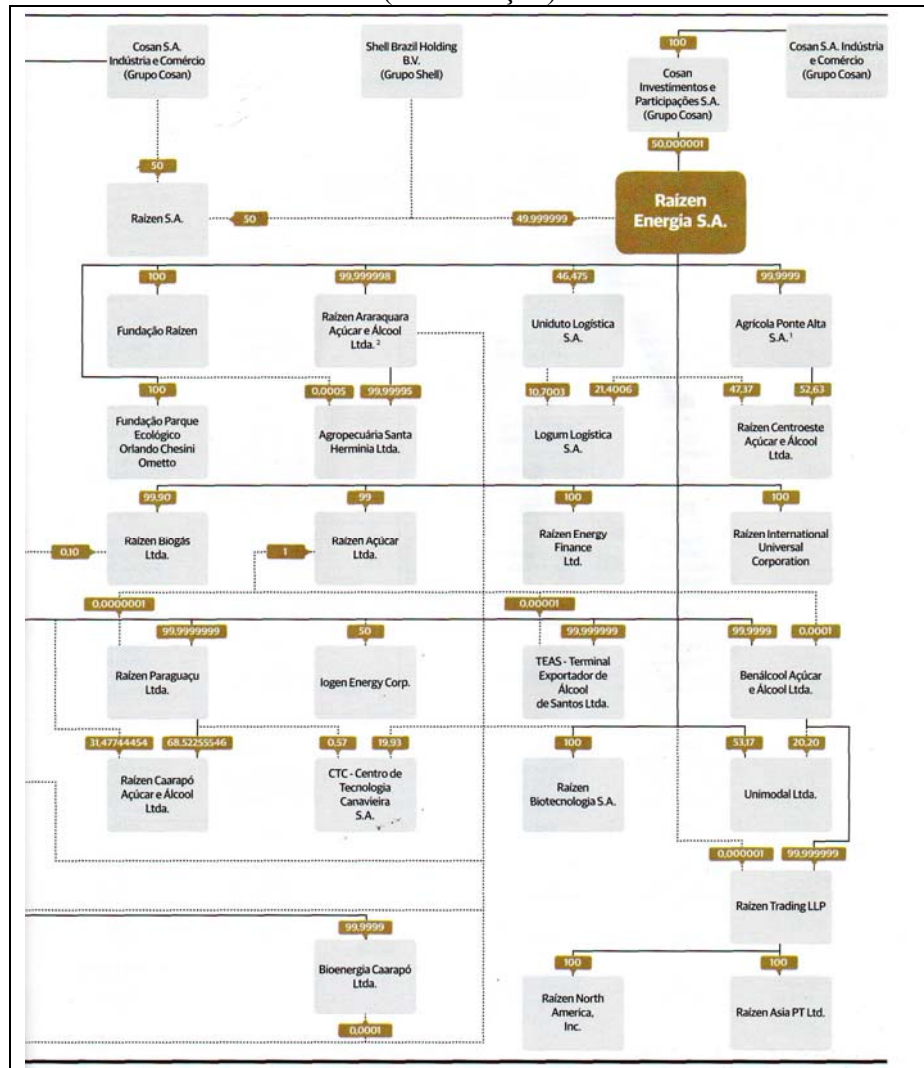
Receita bruta em 2015
 (R\$ milhões): 78.201,5
Posição no ranking: 11º
Origem do capital:
 Brasil, Holanda e Inglaterra
Controle: Privado
Setores de atividade:
 comércio atacadista
 (distribuição de combustíveis)
 e energia
Principais executivos:
 Luis Henrique Guimarães
 (Presidente); Vices-
 Presidentes Executivos:
 Leonardo Pontes (Comercial),
 Leonardo Gadotti (Logística,
 Distribuição e Trading), João
 Alberto Abreu (Etanol, Açúcar
 e Bioenergia) e Guilherme
 Jose V. Cerqueira (Finanças
 e Suprimentos); Vices-
 Presidentes: Antonio Ferreira
 Martins (Jurídico), Marina
 Quental (RH) e Pedro Mizutani
 (Planej. Estratégico e Relat.
 Externas)
Endereço: Av. Pres. Juscelino
 Kubitschek, 1.327 - 6º andar
 - Itaim Bibi - São Paulo, SP -
 04543-011
Telefone: (11) 2344-6200
 www.raizen.com.br



Data do organograma: 19/10/2016. 1 Raízen Araraquara Açúcar e Alcool Ltda. complementa o capital da empresa. 2 Raízen Piraguçu Ltda. complementa o capital da empresa

(VALOR, 2016, p. 62)

(continuação)



(VALOR, 2016, p. 63)

duto de longa distância, cerca de 1.300 km, que interligará as regiões de Jataí (GO) e Paulínia (SP). O empreendimento será integrado ao sistema de transporte hidroviário com utilização de barcas na bacia Tietê-Paraná. Ao todo, o sistema prevê 9 terminais coletores de etanol, entre terrestres e aquaviários. (...) O sistema integrado se estenderá a partir de Paulínia por uma ampla malha de dutos existentes até os terminais em Barueri e Guarulhos, na grande São Paulo e em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro." (LOGUM, 2013)

A Logum Logística S/A tem a seguinte participação acionária: Cosan através da Raízen Energia S/A (20%), Copersucar (20%), Camargo Corrêa Construções e Participações (10%), Odebrecht Transport Participações (20%), Petrobras (20%) e Uniduto Logística (10%). O projeto da Logum é financiado pelo BNDES, e faz parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo federal petista.

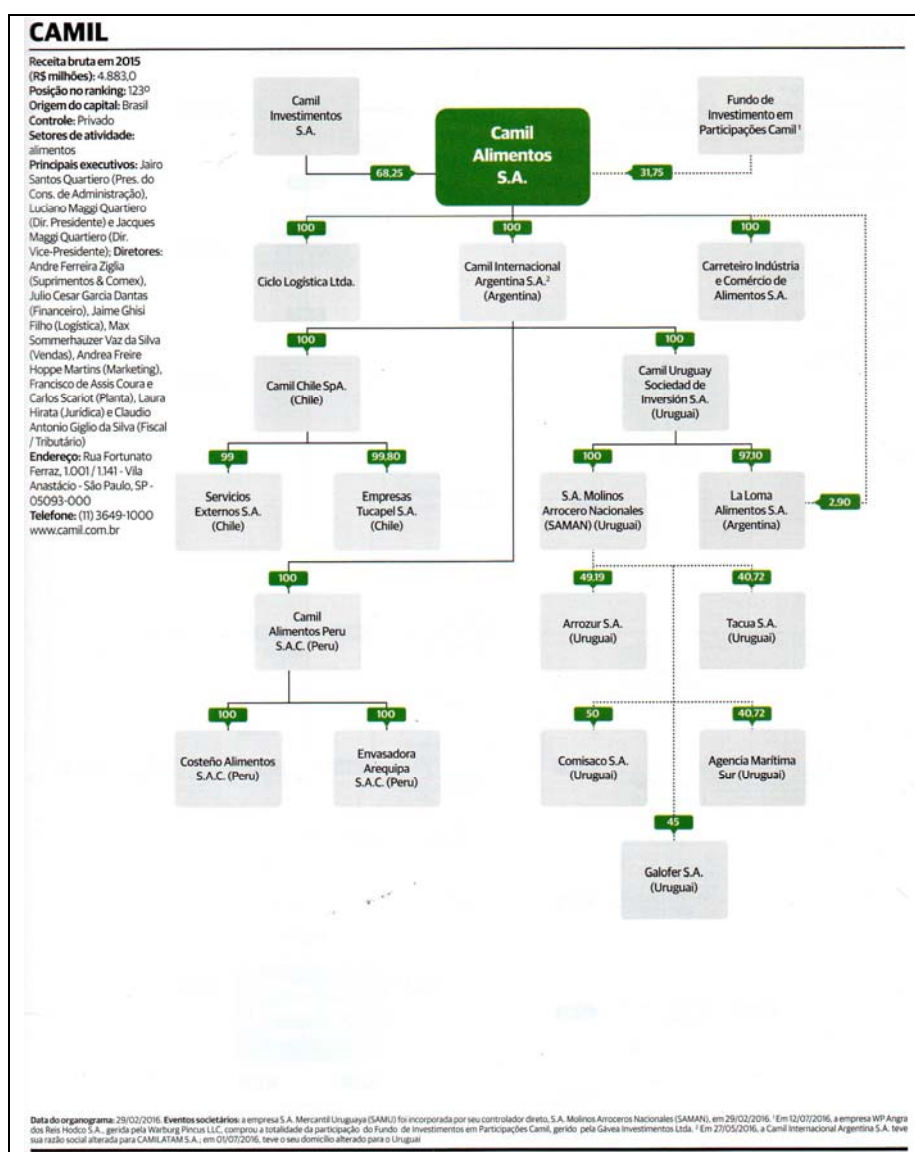
Até 2015 a Logum operava o etanolduto com 60% da capacidade, três anos após ter sido inaugurado, e as tubulações construídas representam menos de 30% do total previsto no projeto original. Transportou em 2015 o dobro de 2014. De janeiro a novembro de 2015, foram 2,3 bilhões de litros transportados.



A Cosan S/A, no ano de 2010, criou também, a empresa Cosan Biomassa S/A, voltada para o desenvolvimento de tecnologia para processamento da biomassa a partir da cana-de-açúcar. Assim, da mesma forma como incorporou novos empreendimentos, a Cosan em 2012, celebrou contrato de associação entre a Cosan Alimentos e a Camil Alimentos S/A, por este contrato passou a controlar 11,72% da Camil.

"São Paulo, 28 de maio de 2012 - A Camil Alimentos S.A. ("Camil ou Companhia"), informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou, nesta data, juntamente com Arfei Comercio e Participações S.A. ("Arfei") e GIF Codajas Participações S.A. ("GIF Codajas"), sociedade controlada por fundo de investimento gerido pela Gávea Investimentos Ltda., Cosan S.A. Indústria e Comércio ("Cosan"), Handson Participações S.A. ("Handson"), um Acordo de Associação e Outras Avenças visando a integração das atividades da Camil e da Docelar Alimentos e Bebidas S.A. ("Docelar"), sociedade de alimentos da Cosan ("Associação"). Como resultado da Associação, a Cosan receberá R\$ 345 milhões, ajustados pelo CDI, deduzidos do endividamento bancário da Docelar contraído até a data de fechamento,

a serem pagos no prazo máximo de 3 anos. Adicionalmente, na data do fechamento, a Cosan passará a deter 11,72% da Camil e celebrará um acordo de acionistas com a Arfei e a GIF Codajás (...) São Paulo, 28 de maio de 2012. Camil Alimentos S.A. Luciano Maggi Quartiero - Diretor Presidente e de Relações com Investidores" CAMIL, 2013. Segue o organograma da Camil Alimentos.



(VALOR, 2016, 147)

Outras duas empresas foram também incorporadas em 2012 pela Cosan, reforçando seu portfólio no setor de derivados de petróleo, com a compra da Comma Oil no Reino Unido, e o acordo com a sul-coreana S-Oil. Com a primeira empresa a Cosan LE passou a atuar no mercado europeu através de sua fábrica localizada em Kent, na Inglaterra, com a produção e distribuição óleos lubrificantes, anticoagulantes, fluidos de freio, aditivos e *coolants*, além de assumir a distribuição dos lubrificantes da marca Mobil no Reino Unido. Com o acordo com a sul-coreana S-Oil, a Cosan passou a comercializar a marca Ultra-S no Brasil (óleos básicos G-III, produto usado na produção de lubrificantes sintéticos e semissintéticos).

Entre os negócios do grupo Cosan em 2012, destacou-se a compra pela quantia de R\$ 3,4 bilhões (R\$ 47,25 por ação ordinária ou preferencial) da Comgás. Ou seja, a empresa adquiriu a participação acionária de 60,05% da empresa, comprando as ações que pertenciam ao BG Group, que é um grupo empresarial britânico líder mundial em gás natural. Assim, a Cosan S/A Indústria e Comércio tornou-se sócia majoritária da Comgás, ficando a Shell Gas BV, através da Shell Brazil Holding BV (6,34%) e da Integral Investments BV (11,86%), como acionistas minoritários. Além desses acionistas a Comgás, tem 21,75% de outros acionistas (*free float*).

Em 2013, a Cosan (CZZ) e a norte americana Amyris (AMRS) formaram uma *joint venture* no setor de pesquisa e desenvolvimento, a empresa Novvi S/A. Ela desenvolve óleos básicos sintéticos renováveis a partir da cana-de-açúcar.

Por outro lado, ainda em 2013, a Raízen Combustíveis S/A adquiriu 10% das ações representativas do capital social da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S/A (STP) – Sem Parar, empresa que atua nos pedágios das rodovias concedidas à iniciativa privada e estacionamentos de shoppings centers.

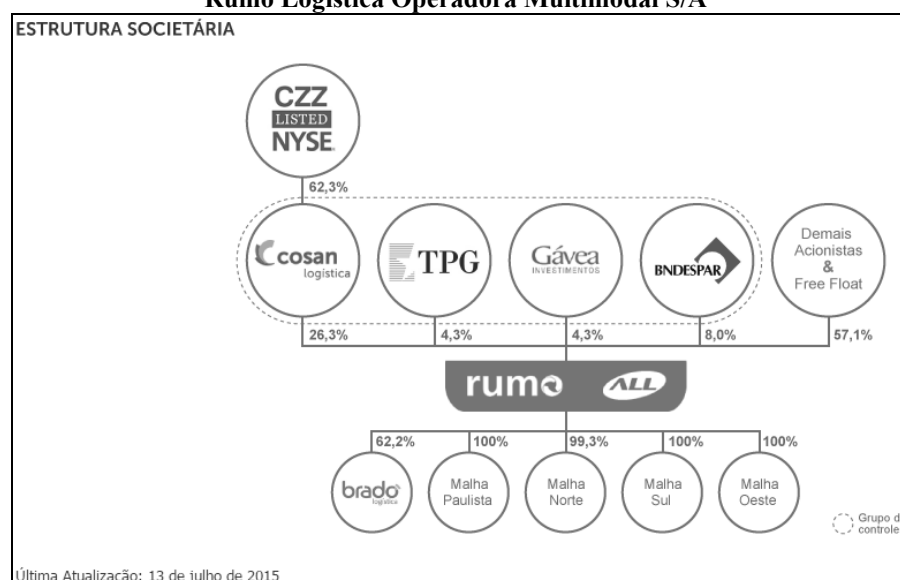
Outra empresa subsidiária do conglomerado Cosan, constituída em 2008, foi a Radar Propriedades Agrícolas S/A. Tem por objetivo atuar no setor de imóveis agrícolas no Brasil através da identificação de propriedades rurais visando arrendamento, compra e/ou venda. O capital social da empresa em 2012 era de 18,9% da Cosan e os outros 81,1% de investidores. Segundo acordo de acionistas, a Cosan mantém o controle ordinário da empresa, através da maioria dos votos do Conselho de Administração. Além disso, tem a opção de subscrever 20% do seu capital nos próximos 10 anos. Em 2012, a Radar já administrava mais de 470 fazendas ocupando 215.658 hectares: 84.415 hectares no estado de São Paulo, 11.843 hectares no estado de Minas Gerais, 417 hectares no Mato Grosso do Sul, 672 hectares em Goiás, 40.868 hectares no Mato Grosso,

7.155 hectares na Bahia, 3.117 hectares no Piauí e 67.169 hectares no Maranhão. (COSAN S/A, 2013a)

No setor de logística a Cosan S/A, através de sua controlada Cosan Logística S/A, realizou uma fusão com a ALL - América Latina Logística S/A aprovada pelo CADE no início de 2015. A nova empresa com ações em bolsa, produto da fusão é a Rumo Logística Operadora Multimodal S/A. Antes da fusão, a composição acionária da ALL era a seguinte: BNDESPar 12,1%, Júlia Arduini 5,6%, GMI 4,9%, BRZ 4,8%, PREVI 3,9%, FUNCEF 3,8%, Ricardo Arduini 0,8% e ações em Bolsa 64%. Já a composição acionária da Rumo era Cosan S/A 75%, Grupo Gávea 12,5% e Texas Pacific Group 12,5%. Após a fusão a composição acionária da nova companhia Rumo Logística Operadora Multimodal S/A passou a ter a seguinte composição acionária: Cosan S/A 27,4%, Fundos Gávea Ltda 4,6%, Texas Pacific Group 4,6%, Controladores da ALL 22,9% e Ações na Bolsa 40,5%. O Quadro 40 a seguir, contém a estrutura societária da nova companhia em 13/07/2015.

O grupo monopolista Cosan alcançou no exercício social de 01/04/2012 e 31/03/2013, a receita líquida de R\$ 30 bilhões contra R\$23 bilhões no exercício anterior, um crescimento de 30%. O lucro líquido foi de R\$ 638,2 milhões contra R\$ 2.605,8 milhões no anterior, com queda de 75%. (COSAN S/A, 2013b)

Quadro 40 - Estrutura societária da Rumo Logística Operadora Multimodal S/A



Dessa forma, cabe destacar que a Cosan é o principal grupo no setor de sucroenergético, porém, esse primeiro lugar decorreu da associação com a Shell e aquisição da Comgás, ou seja, já tem uma participação associada no setor de petróleo e gás.

Na safra 2012/2013, a Raízen Energia S/A tinha cana-de-açúcar plantada em 864 mil hectares, colheu 70% de forma mecanizada e 30% através de corte manual, moeu 56,221 milhões de toneladas (1º lugar no *ranking*), contra 52,958 milhões na safra anterior, ou seja, aumento de 6%. Do total da cana-de-açúcar moída, 28,299 milhões de toneladas foram próprias e 27,922 milhões de terceiros. Produziu 4,162 milhões de toneladas de açúcar (1º lugar no *ranking*) contra 3,969 milhões no período anterior, ou seja, crescimento de 4,8%; também fabricou 833 milhões de litros de etanol anidro e 1,070 bilhão de etanol hidratado, perfazendo a produção total de 1,903 bilhão de litros (1º lugar no *ranking*), contra 688 milhões de litros de etanol anidro e 1,233 bilhão de hidratado, somando o total de 1,921 bilhão de litros no período anterior, o que equivaleu a um aumento de 28% na produção do etanol anidro e uma redução de 13% no etanol hidratado. (COSAN, 2013)

Segue o organograma da Cosan S/A Indústria e Comércio.

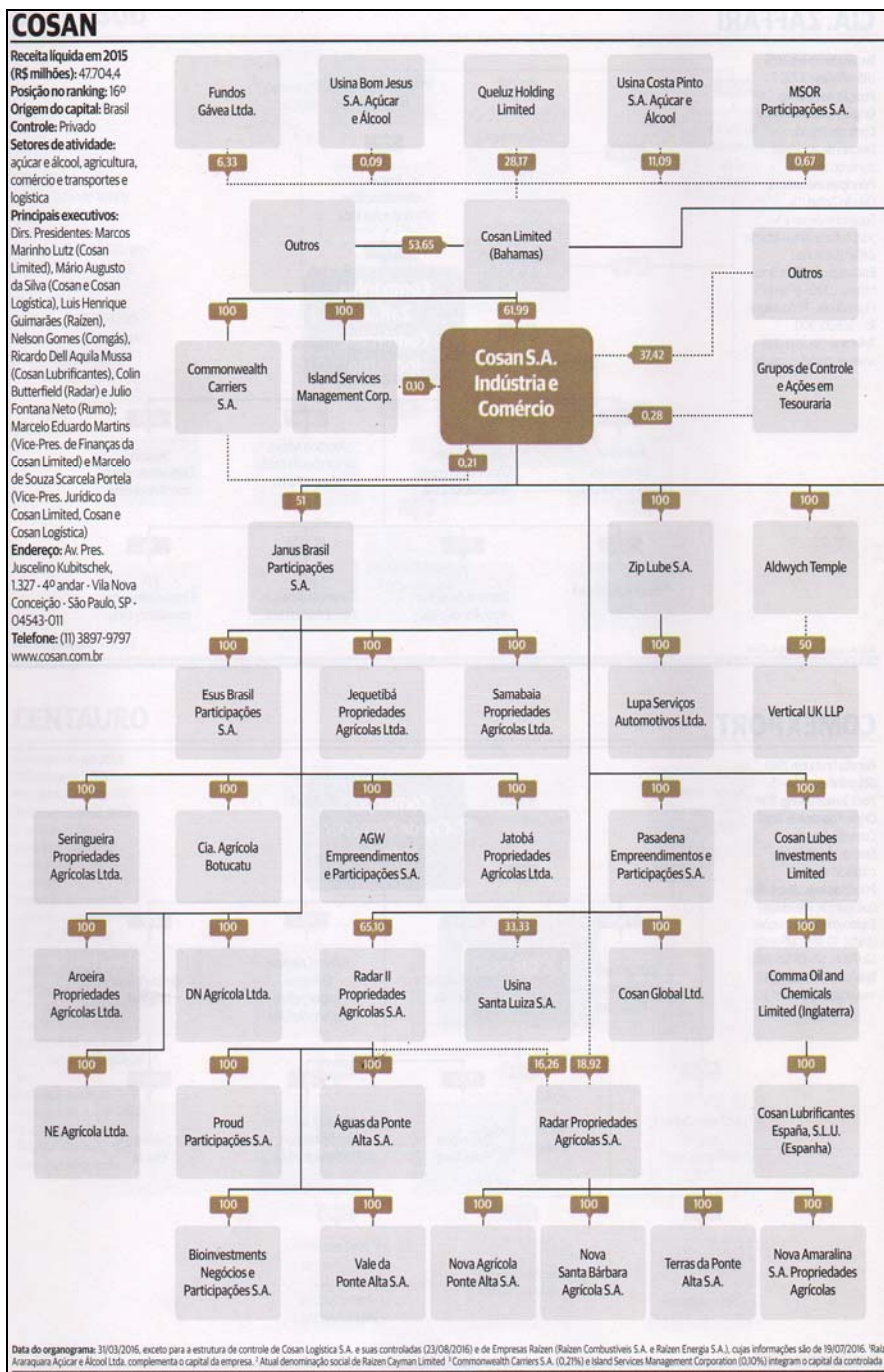
Na safra 2013/2014, a empresa monopolista mundial moeu 61,400 milhões de toneladas de cana-de-açúcar mantendo o 1º lugar no *ranking* do país. Cresceu 8,4% em relação à safra anterior e operou nesta safra, com apenas 7% de capacidade ociosa. A cana veio 50% de terras próprias e 50% de outros fornecedores, colhida com índice de mecanização de 94,8%. Produziu 4,5 milhões de toneladas de açúcar (1º lugar), 2,0 milhões de metros³ de etanol (2º lugar). (GAIA AGRO, 2014)

A Raízen Energia S/A visando "maximizar o uso de biomassa como fonte de energia" iniciou a produção de "etanol de segunda geração" (etanol 2G), utilizando bagaço e palha antes deixada nas áreas de cultivos. A planta industrial em escala comercial fica na Usina Costa Pinto em Piracicaba/SP, e, a empresa trabalha com previsão de produzir 40 milhões de litros/ano de etanol celulósico sem necessidade de crescimento da área plantada. (GAIA AGRO, 2014)

Dessa forma, o monopólio territorializado exercido pelo conglomerado Cosan, possibilitou-lhe aumentar a produção de açúcar e etanol anidro onde seus lucros foram maiores, reduzindo a oferta do etanol anidro, mantendo assim a oferta baixa do etanol hidratado no mercado interno nacional contribuindo para a manutenção dos preços elevados, diminuindo assim, a possibilidade de concorrência com a gasolina.

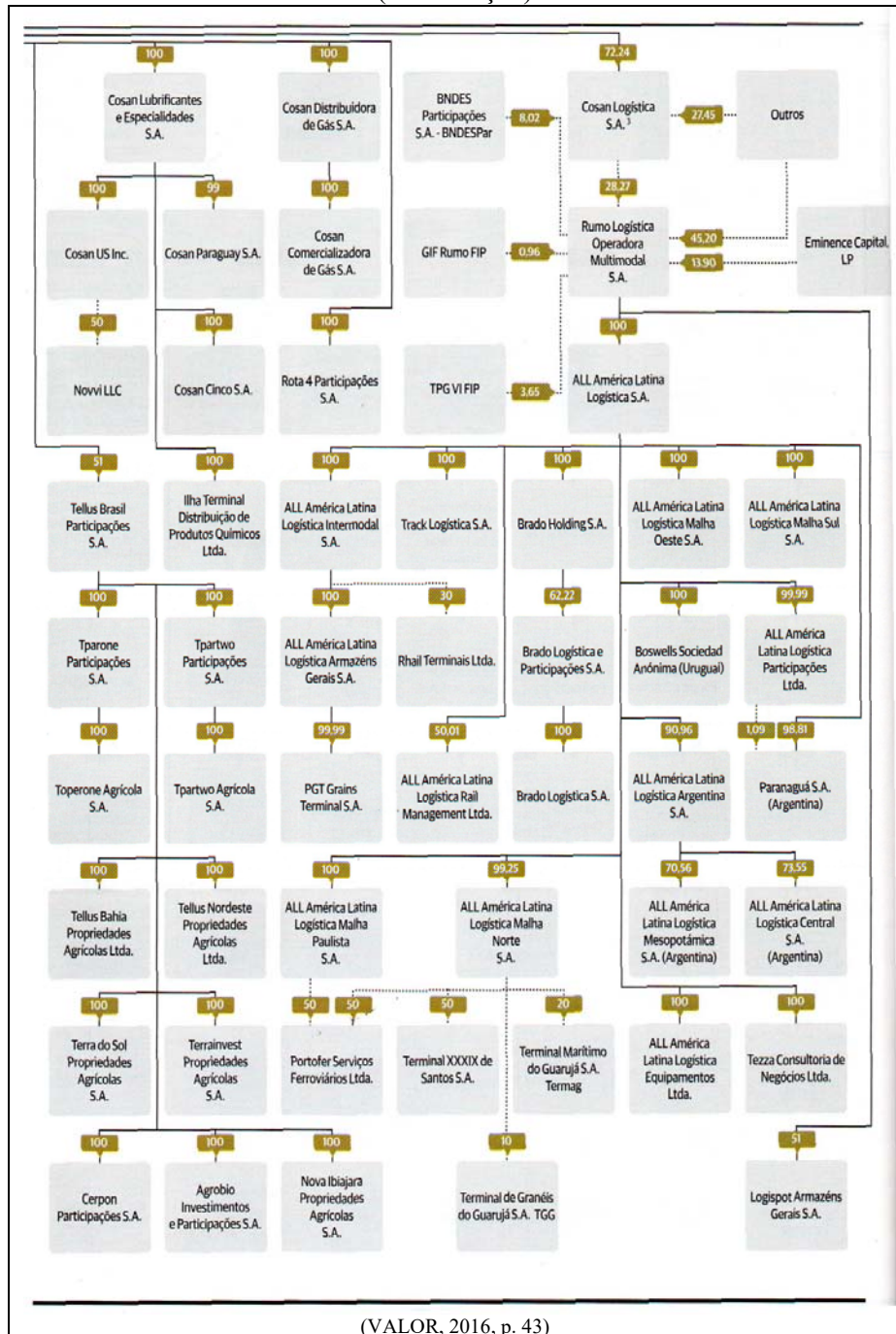
Assim, a Raízen Energia S/A tinha em 1º de outubro de 2014, a seguinte descrição do grupo econômico:

"Descrição do Grupo Econômico
a) controladores diretos e indiretos



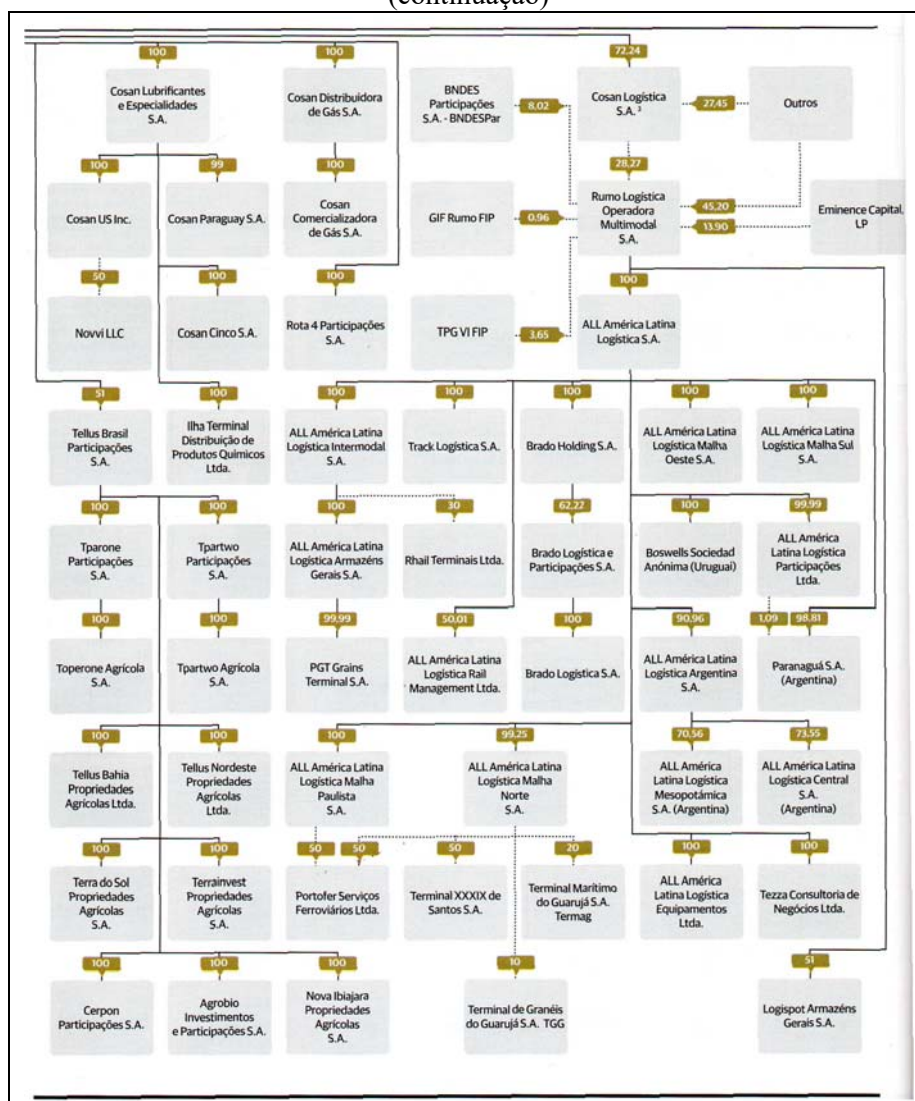
(Valor, 2016, p. 42)

(continuação)



(VALOR, 2016, p. 43)

(continuação)



(VALOR, 2016, p. 44)

A Raízen é controlada diretamente pela (i) Cosan S/A Indústria e Comércio, que detém o usufruto de 50,0000001% do capital votante da Raízen; e (ii) Shell Brazil Holdings B.V. (Offshore), que detém 49,9999999% do capital votante da Raízen.

A Cosan S/A Indústria e Comércio possui a reserva de usufruto sobre as ações de emissão da Raízen que são de propriedade da sua controlada Cosan Investimentos e Participações S/A.

O acionista controlador direto da Cosan S/A Indústria e Comércio é a Cosan Limited que por sua vez tem seu controle compartilhado

por: (i) Usina Costa Pinto S/A; (ii) Queluz Holdings; (iii) MSOR Participações; e (iv) Usina Bom Jesus.

O quadro a seguir contém informações sobre a titularidade das ações da Cosan S/A Indústria e Comércio na data deste Prospecto:

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	QUANTIDADE %
Cosan Limited	252.444.538	61,99
Commonwealth Carriers S.A	839.190	0,21%
Island services Management Corp	419.595	0,10%
Ações em Tesouraria	3.190.539	0,78%
Demais Acionistas	150.335.491	36,92%
Total	407.214.353	100,00%

O quadro a seguir contém informações sobre a titularidade das ações da Cosan S/A Indústria e Comércio na data deste Prospecto:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS	%
Shell Overseas Holding Ltd	228.601	34,87%
Shell Petroleum N.V.	427.005	65,13%
Total	655.606	100

b) controladas e coligadas

O quadro a seguir mostra a participação no capital social das controladas e coligadas da Raízen na data deste prospecto:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	RELAÇÃO	PARTICIPAÇÃO	
		DIRETA	INDIRETA
Cosan Internacional Universal Corp. (Offshore)	controlada	100,00%	0,00%
Raizen Energy Finance Limited (Offshore)	controlada	100,00%	0,00%
Raizen Cayman Limited (Offshore)	controlada	100,00%	0,00%
Codexis, Inc. (Offshore)	coligada	15,43%	0,00%
Raizen Biotecnologia S.A.	controlada	100,00%	0,00%
TEAS Terminal Exportador de Alcool de Santos S.A.	controlada	66,77%	33,33%
Congonhas Ltda.	coligada	45,45%	0,00%
Uniduto Logística S.A.	coligada	45,98%	0,00%
Logum Logística S.A.	coligada	20,00%	10,00%
Benálcool Açúcar e Alcool Ltda.	controlada	100,00%	0,00%
Unimodal Ltda.	controlada	53,17%	20,20%
Raizen Trading LLP (Offshore)	controlada	0,001%	99,999%
Raizen North America Inc. (Offshore)	controlada	0,00%	100,00%
Raizen Asta PT Ltd. (Offshore)	controlada	0,00%	100,00%
Usina da Prata Açúcar e Alcool Ltda.	controlada	0,000125	99,999875%
Agropecuária Santa Herminia Ltda.	controlada	0,0005%	99,9995%
Raizen Araraquara A. A. Ltda.	controlada	99,999997%	0,000003%
Raizen Tarumã S.A.	controlada	100,00%	0,00%
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	coligada	23,33%	0,00%
Cosan S.A. Centroeste Açúcar e Alcool	controlada	39,07%	60,93%
Agrícola Ponte Alta Ltda.	controlada	100,00%	0,00%
Raizen Caarapó Açúcar e Alcool A.	controlada	0,00%	100,00%
Curupay S.A. Agroenergia	controlada	0,00%	100,00%
Raizen Paraguaçu S.A.	controlada	0,00%	100,00%
Fundação Raízen	mantenedora	0,00%	0,00%
logen Energy Corporation	controlada	50,00%	0,00%

Fonte: GAIA AGRO, 2014.

A Raízen fez no final de 2016 uma nova joint venture com a Wilmar Intenational, trading de Cingapura, a Raw que será especializada na originação de açúcar no país. E, no final de 2016 estabeleceu-se a união

definitiva entre a Cosan e Shell e os negócios no Brasil de distribuição de combustíveis. Rubens Ometto foi guindado a presidente vitalício do conselho de administração da Raízen.

O grupo Odebrecht Agroindustrial

A partir de 2007, o conglomerado nacional Odebrecht S/A decidiu atuar no setor sucroenergético em conjunto com a empresa mundial japonesa Sojitz Corporation. Assim, formou-se o segundo grupo monopolista territorializado, através da ETH Bioenergia com participação acionária de 81,1% da Odebrecht S/A e 18,9% grupo japonês Sojitz Corporation. Em 2009, a ETH Bioenergia fez à fusão com Brenco (Brazilian Renewable Energy Company) como já informado neste texto, ficando A ETH com 65% da composição acionária contra 35% da Brenco. A ETH Bioenergia S/A manteve esta denominação até 2013, quando a alterou para Odebrecht AgroIndustrial. Em 2014 a empresa tinha a seguinte composição acionária: Odebrecht Agroindustrial, Investimentos S/A 69,09%, BNDESPar 14,37%, Acionista Brenco - Brazilian Renewable Energy Company (outros) 0,99%, Renovavel Investiments B.V. (Ashmore) 13,10%, Clean Ethanol LLC (Tarpon) 2,45%. Por sua vez a Odebrecht Agroindustrial, Investimentos S/A tinha a participação da Sojitz Corporation 14,37% e da Sojitz Brasil S/A de 0,99%. (ODEBRECHT, 2014) Portanto, os grupos estrangeiros ficaram com aproximadamente 29,35% (Sojitz 15,36%, Ashmore 11,08%, Tarpon 2,07% e 0,84% outros) e os nacionais com 70,65% (Odebrecht 58,49% e BNDESPar 12,16%). (ODEBRECHT, 2014, p. 49) Assim, foi formada a empresa mundial monopolista Odebrecht Agroindustrial, uma aliança de classe de uma fração da burguesia brasileira, outra da japonesa e norte-americana, sob as bênçãos do Estado brasileiro através do BNDES.

O monopólio territorializado Odebrecht tem suas unidades agroindustriais distribuídas formando três **fusões territoriais monopolísticas**, a saber: região do Pontal do Paranapanema em São Paulo: Alcídia (Teodoro Sampaio/SP) e Conquista do Pontal (Mirante do Paranapanema/SP); região do Araguaia no sudoeste de Goiás: Morro Vermelho (Mineiros/GO) e Água Emendada (Perolândia/GO); região do Taquari entre o norte de Mato Grosso do Sul e o sudeste de Mato Grosso: Alto Taquari (Alto Taquari/MT) e Costa Rica (Costa Rica/MS) e região de Ivinhema no Mato Grosso do Sul: Eldorado (Rio Brilhante/MS) e Santa Luzia (Nova Alvorada do Sul/MS); e a unidade isolada denominada pela empresa de "polo" de Rio Claro em Caçu no sul de Goiás. O grupo monopolista Odebrecht moeu na safra 2012/2013 o total de 18,917 milhões de toneladas de cana-de-açúcar ocupando o quarto lugar no *ranking* dos grupos do setor sucroenergético, produziu 384 mil toneladas de açúcar

ficando em 19º lugar, e, destilou 1,345 milhão de metros cúbicos de etanol ocupando o segundo lugar. (ANUÁRIO DA CANA, 2013)

Na safra 2013/14 o grupo monopolista territorializado moeu 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, ficando com o segundo lugar no setor; produziu 700 mil toneladas de açúcar ocupando o 10º lugar; e destilou 3 milhões de m³ de etanol, ficando em primeiro lugar no *ranking* nacional. (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo francês Louis Dreyfus e a Biosev S/A

O terceiro monopólio territorializado no setor sucroenergético é representado pela empresa mundial francesa BIOSEV S/A. O quadro 41 a seguir, traz a composição acionária da empresa.

A empresa faz parte do conglomerado Louis Dreyfus Commodities que tem atuação mundial a mais de 160 anos operando no mercado mundial das seguintes *commodities*: açúcar, arroz, algodão, suco de laranja, soja e derivados, milho e trigo, entre outros. Atua em mais de 90 países nos cinco continentes. É um dos principais *players* comercializadores de açúcar do mundo e representava em 30 de junho de 2012 cerca de 17% do total dos ativos do Grupo. (BIOSEV S/A, 2013)

Segue o organograma do grupo Odebrecht.

Sua participação como produtor de açúcar e etanol no setor é recente e começou em 31 de outubro do ano 2000, quando a empresa

Quadro nº 41

Nome	%TOTAL
NI Participations Holdings 2 B.v.	4,31
NI Participations Holdings 4 B.v.	4,31
Fundo de investimento em Participações Brazil Growth And Development	7,23
Sugar Holdings B.v.	49,78
Santa Elisa Participações S.A.	5,85
Ontario Teachers' Pension Plan Board	5,44
Outros	23,07
Ações Tesouraria	0
Total	100

Fonte: Biosev S/A

monopolista adquiriu a Usina Cresciumal S.A., localizada na cidade de Leme/SP. É controlada por capital estrangeiro de origem francesa, possui doze unidades industriais: Usina Continental (Colômbia/SP),

ODEBRECHT

Receita bruta em 2015
(R\$ milhões): 132.518,7
Posição no ranking: 7º
Origem do capital: Brasil

Controle: Privado

Setores de atividade: concessões públicas, construção e engenharia e química e petroquímica

*Principais executivos: Odebrecht S.A.: Emílio Odebrecht (Presidente do Cons. de Administração), Luiz Almeida, Pedro Mariani, Pedro Novis, Renato Baiardi e Rubens Ricupero (Conselheiros); Olga Pontes (Dir. de Conformidade e do Comitê de Conformidade), Sérgio Foguel (Conselheiro da Odebrecht e Coordenador do Comitê de Conformidade), Gilberto Sá e Luiz Villar (Conselheiros da Odebrecht e do Comitê de Conformidade); Newton de Souza (Dir. Presidente), Marcela Drehmer, Daniel Villar, Marcelo Lyra, Maurício Ferro e Cláudio Melo Filho (Diretores); Líderes Empresariais: Carlos Hermann (Construtora Norberto Odebrecht), Ernesto Baiardi (Odebrecht Engenharia e Construção Internacional - Infraestrutura), Flavio Faria (Odebrecht Engenharia & Construção Internacional - Engenharia Industrial), Fernando Musa (Braskem), Luiz de Mendonça (Odebrecht Agroindustrial), Roberto Simões (Odebrecht Óleo e Gás), Juliana Baiardi (Odebrecht Ambiental), Paulo Melo (Odebrecht Realizações Imobiliárias), Marcelo Felberg (Odebrecht Transport), Jorge Barata (Odebrecht Latinvest) e André Amaro (Odebrecht Defesa e Tecnologia); Fernando Barbosa (Dir. Executivo da Enseada Industrial Naval), Eduardo Queiroz (Pres. Exec. da Fundação Odebrecht) e Sérgio Brinckmann (Administrador da Odebrecht Previdência)

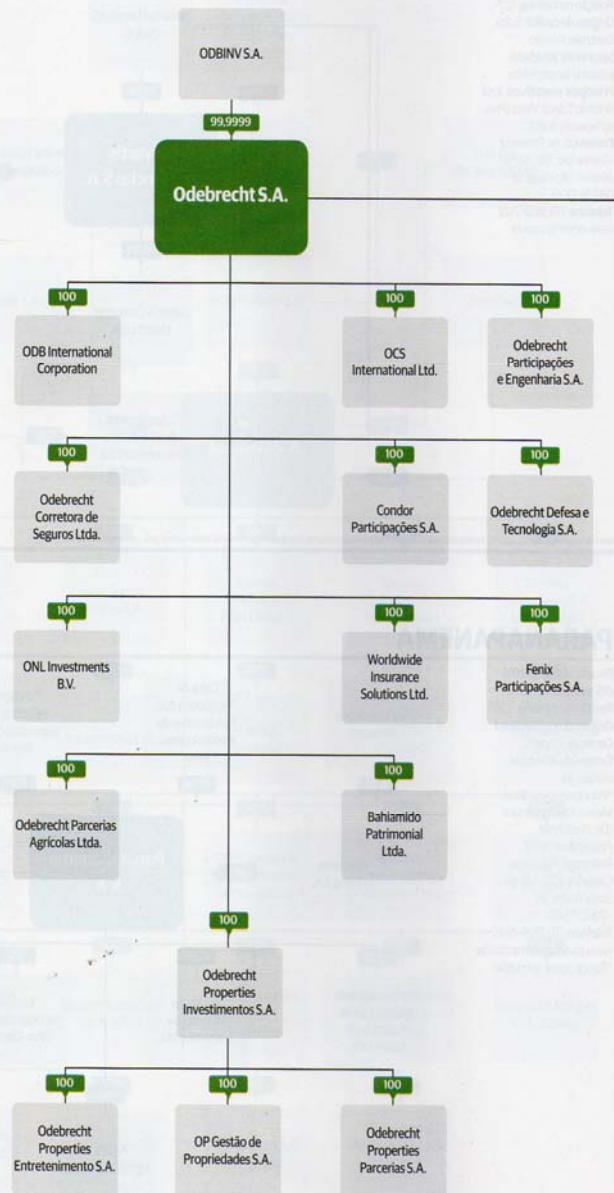
Endereço: Av. Luis Viana, 2.841 - Paralela - Salvador, BA - 41730-900

Telefone: (71) 3206-1111

www.odebrecht.com

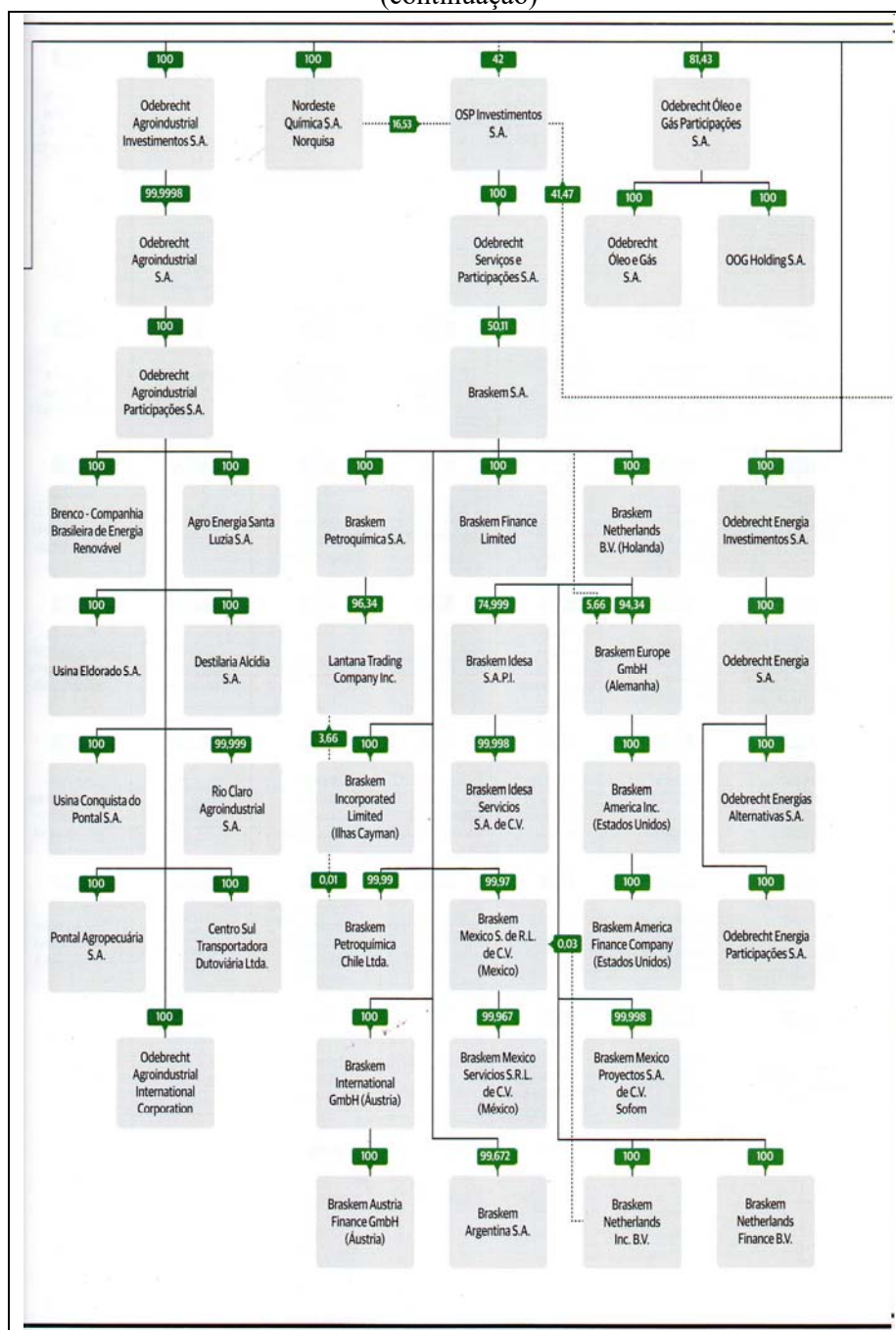
*Posição em 18/11/16

Data do organograma: 30/06/2016



(VALOR, 2016, p.42)

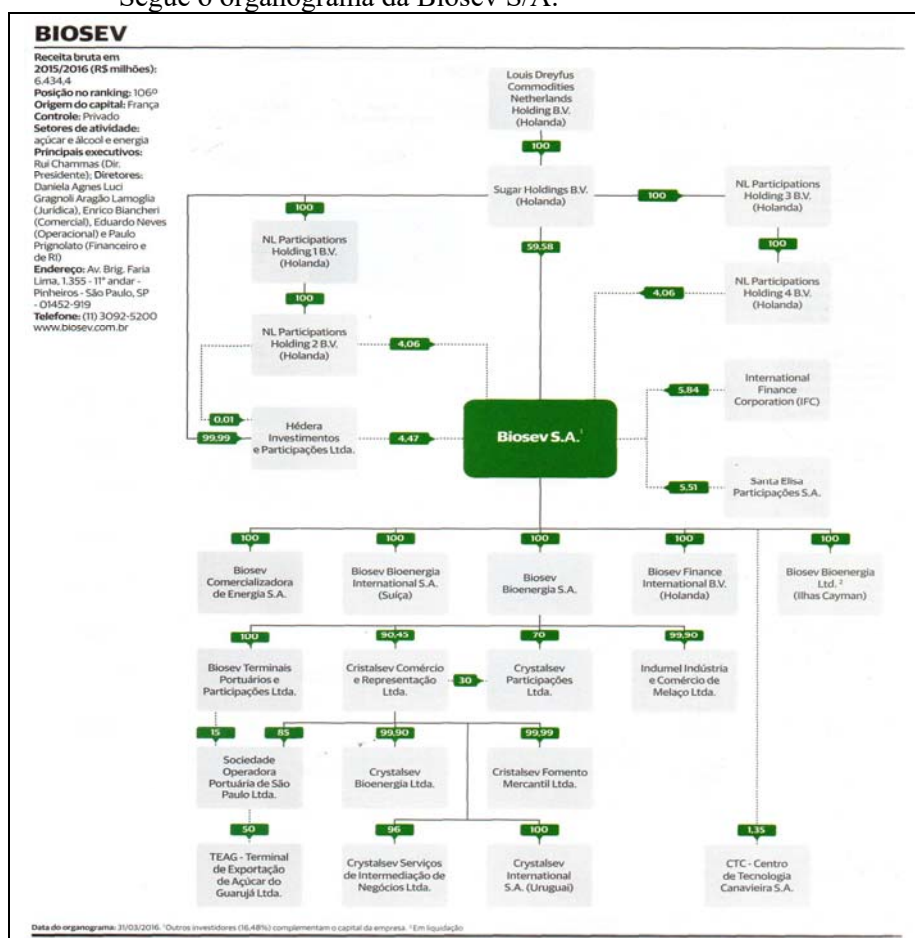
(continuação)



(VALOR, 2016, p. 43)

Cresciumal (Leme/SP), Jardest (Jardinópolis/SP), MB (Morro Agudo/SP), Santa Elisa (Sertãozinho/SP), Vale do Rosário (Morro Agudo/SP), Luciânia (Lagoa da Prata/MG), Maracajú (Maracajú/MS), Passatempo (Rio Brillhante/MS), Rio Brillhante/MS, Estiva (Arês/RN) e Giasa (Pedras de Fogo/PB). O grupo possui quatro **fusões territoriais monopolísticas** que ela denomina de **clusters**: duas na região de Ribeirão Preto/SP, sendo um representado pelas usinas Jardest e Santa Elisa denominado São Paulo Sul, e, outro pelas usinas, MB, Vale do Rosário e Continental denominado São Paulo Norte; um no Mato Grosso do Sul com as usinas Maracajú, Passatempo e Rio Brillhante; e, outro no Nordeste reunindo as usinas Estiva e Giasa. Cultiva e processa cana de açúcar "em aproximadamente 538.000 hectares de áreas sendo 340.000 hectares sob a posse própria e 198.000 hectares em área de terceiros." (BIOSEV S/A, 2013)

Segue o organograma da Biosev S/A.



(VALOR, 2016, p. 135)

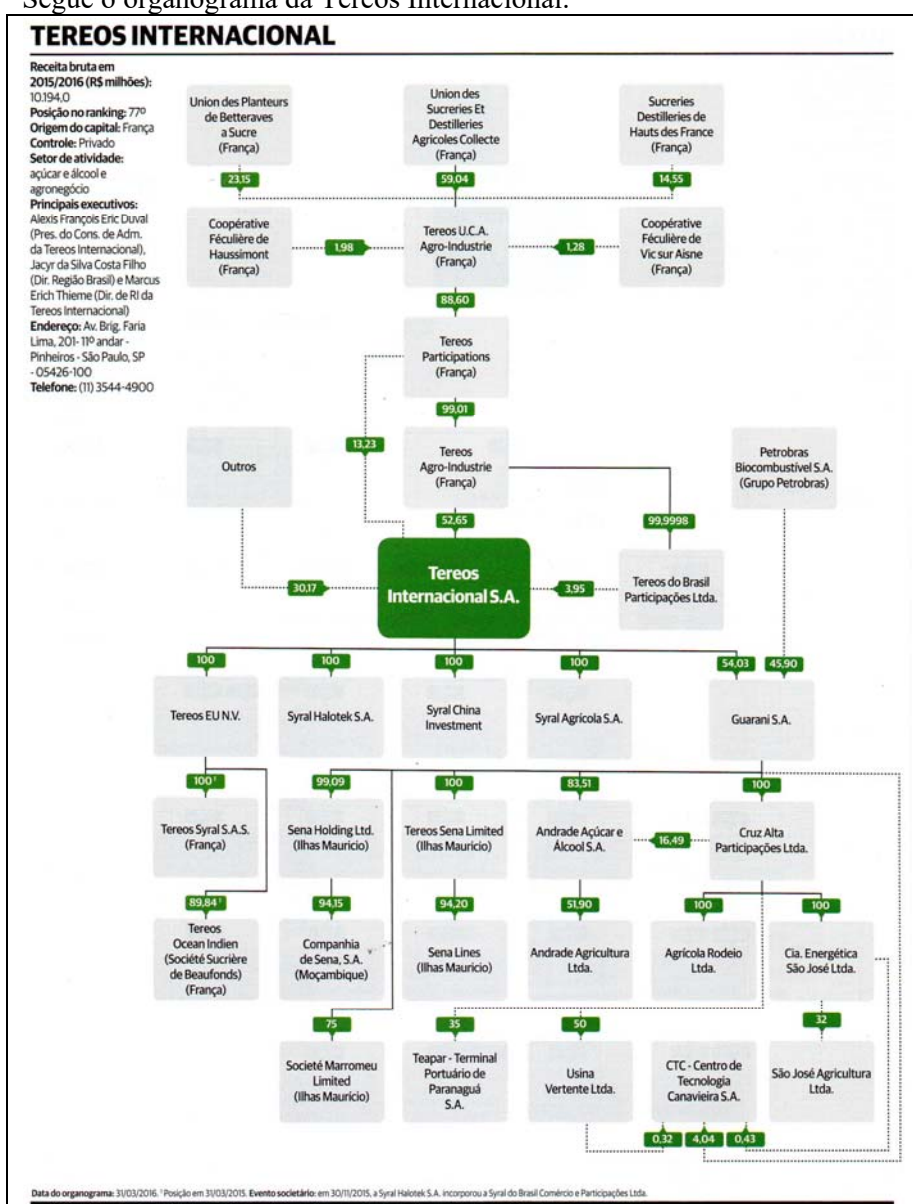
O grupo monopolista Biosev S/A alcançou na safra 2012/13 um total de 29,533 milhões de toneladas de cana moída (2º lugar no *ranking*), com um aumento de 7,3% em relação à safra 11/12, atingindo 73,7% de utilização da capacidade instalada que é de 37,9 milhões de toneladas. Do total da cana moída 63% (18,515 milhões de toneladas) eram próprias e 37% de terceiros (11,018 milhões de toneladas). Produziu 2,136 milhões de toneladas de açúcar (também 2º lugar no *ranking*), e 952 mil metros cúbicos de etanol (3º lugar no *ranking*). (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/2014, moeu 30 milhões de toneladas de cana-de-açúcar ficando em terceiro lugar no *ranking* nacional. Produziu 1,8 milhões de toneladas de açúcar (2º lugar) e destilou 1,15 milhões de m³ de etanol (3º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

A Açúcar Guarani S/A: o grupo francês Tereos Internacional e a Petrobras Biocombustível

Cabe destacar também no setor sucroenergético a presença de outros grupos mundiais associados tais como o francês Tereos Internacional do Açúcar Guarani S/A (4º lugar), que tem participação de 64,2% contra 35,8% da Petrobras Biocombustível - PBio. A empresa nacional assinou acordo para elevar sua participação até 2014, em 45,7%, e ocupou na safra 2012/2013 o terceiro lugar do setor. (BOVESPA, 2013)

A história do grupo monopolista Tereos Internacional no setor passou pela sua presença na FBA - Franco Brasileira S/A Açúcar e Álcool, uma *joint venture* com o grupo Cosan no ano 2000. Em 2005, a Tereos trocou sua participação na FBA por uma participação acionária na Cosan, vendida dois anos mais tarde. Ainda em 2002, o grupo assumiu o comando da francesa Béghin-Say, que havia comprado, um ano antes, a companhia brasileira Açúcar Guarani, através das unidades industriais Severinia em Severinia/SP e Cruz Alta em Olímpia/SP. Em 2007, o grupo passou a participar da BM&FBovespa, e adquiriu a unidade Andrade de Pitangueiras/SP. Em 2010 comprou mais duas unidades a Mandu em Guaíra/SP e a Vertente em Guaraci/SP. Inaugurou também, em 2010 a unidade Tanabi em Tanabi/SP e a São José em Colina/SP em 2011. Todas as unidades industriais do grupo monopolista Tereos Internacional estão concentradas territorialmente nas regiões de Barretos/SP, Bebedouro/SP e norte de Rio Preto/SP, formando praticamente uma única grande **fusão territorial monopolística**. O grupo monopolista Tereos Internacional/Guarani moeu na safra 2012/2013 o total de 19,738 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, ocupando o terceiro lugar no *ranking* dos grupos; produziu também 1,613 milhão de tonelada de açúcar, ficando também em terceiro lugar entre os maiores; e, destilou 585 mil metros cúbicos de etanol, ocupando o quarto lugar. (ANUÁRIO DA CANA, 2013)

Na safra 2013/14 o grupo monopolista territorializado moeu 21,3 milhões de tonelada de cana-de-açúcar (4º lugar), produziu 1,7 milhões de toneladas de açúcar (3º lugar) e destilou 656 mil m3 de etanol (4º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014. O grupo Tereos no final de 2015 fechou seu capital. Em agosto de 2016, o grupo Tereos deixou a BOVESPA. Segue o organograma da Tereos Internacional.



(VALOR, 2016, p. 198)

O grupo Bunge Limited

O quinto grupo monopolista territorializado no setor é o grupo holandês Bunge Limited, que atua em parceria com o grupo japonês Itochu Corporation em duas usinas de açúcar e etanol no Brasil (20% das unidades de Santa Juliana, em Minas Gerais, e de Pedro Afonso, em Tocantins). A unidade de Santa Juliana foi adquirida do grupo alagoano Triunfo, controlada pelo governador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) e, a unidade de Pedro Afonso foi um projeto *greenfield* da empresa inaugurado em 2011. Em 2009 a Bunge fez outra fusão com o grupo paulista Moema liderado por Maurílio Biagi Filho. Nesta aliança de classe em nível mundial a Bunge assumiu o controle de cinco das seis usinas do grupo, tornando os aliados brasileiros acionista da empresa mundial. A reportagem de Gustavo Porto de O Estado de São Paulo trouxe os termos da aliança de classe:

"A multinacional Bunge fechou ontem, em São Paulo, um dos maiores acordos do setor sucroalcooleiro do País ao adquirir cinco das seis usinas do Grupo Moema, com sede em Orindiúva (SP). **O negócio, de US\$ 1,5 bilhão, não envolveu dinheiro, apenas a troca de ações da Bunge na Bolsa de Nova York pelas do grupo brasileiro.**

Com isso, os acionistas da Moema terão cerca de 9% de participação mundial na gigante do agronegócio. O valor base da troca de ações foi entre US\$ 100 e US\$ 102 por tonelada de cana processada pelas usinas, que moem 13,5 milhões de toneladas por safra. **O primeiro acordo assinado ontem foi com a Moemapar, holding cujo controle é dividido entre os empresários Maurílio Biagi Filho, Eduardo Diniz Junqueira e ainda filhos de Armando Junqueira. A Moemapar tem cerca de dois terços de participação total no grupo de usinas e controla 100% da unidade Moema, em Orindiúva; 56% da usina Frutal, na cidade homônima no Triângulo Mineiro; 50% da Ouroeste, na cidade paulista, 40% da Guariroba, em Pontes Gestal (SP), e 43,75% da Itapagipe, também em Minas Gerais. Os outros sócios já firmaram acordo com a Bunge e assinarão a troca de ações nos próximos dias.** O acordo, previsto para ser divulgado ontem à noite por meio de comunicado à Bolsa de Nova York, começa a valer no dia 1º de janeiro de 2010 por questões tributárias e fiscais. Entre os sócios da Moemapar nas usinas estão a Agropecuária CFM, o Grupo Arakaki, a Cargill, concorrente da Bunge, e a Humus Agrícola. Para que o acordo fosse fechado, a Humus, que tinha 50% da Usina Vertente, assumiu a outra metade do controle da unidade que pertencia à Moemapar. Para isso, cedeu os 30% que tinha na Guariroba para o sócio e deixou o negócio. A Bunge, que só fecharia o acordo se todas as unidades fossem envolvidas, precisou ceder." (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009, p. B7) (sem grifos e negritos no original)

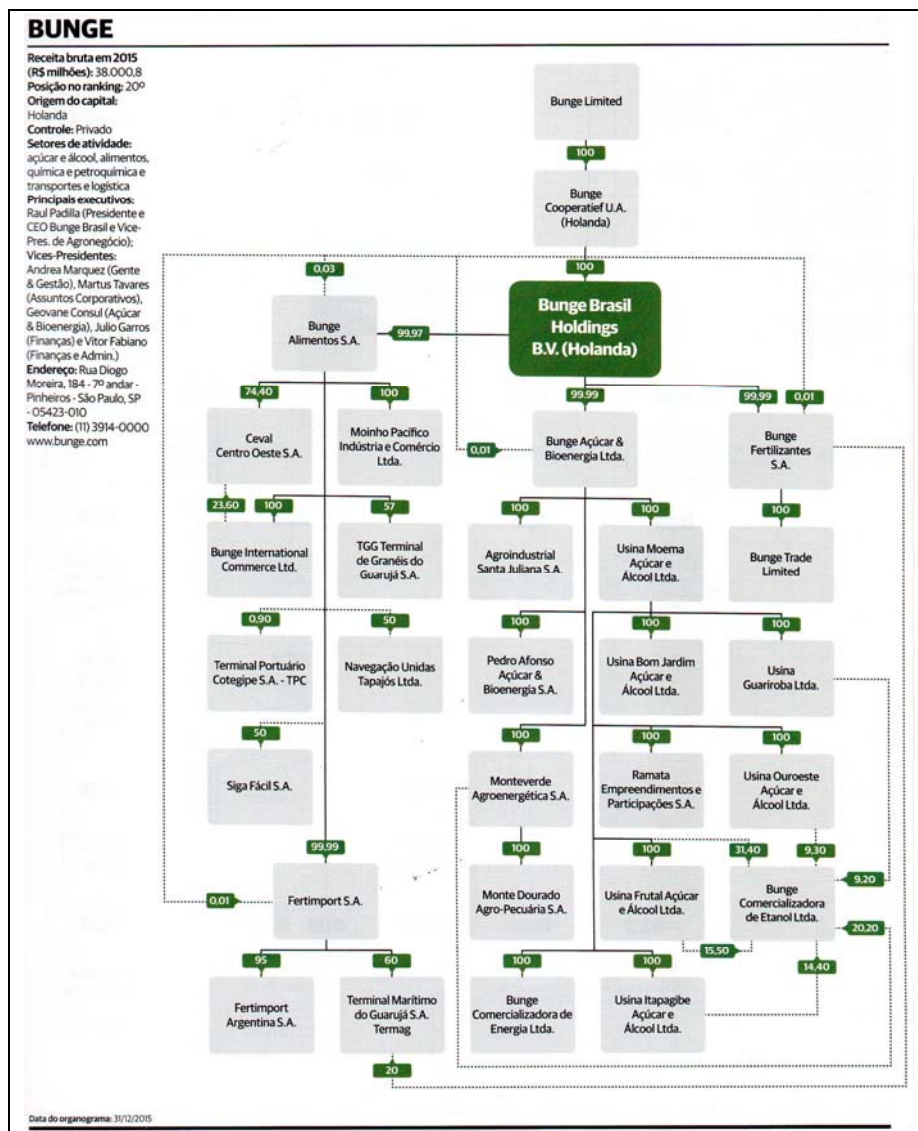
Assim, a Bunge Limited formou uma **fusão territorial monopolística** em parte da bacia do rio Grande no Norte no estado de São Paulo formado pelas unidades Ouroeste, Cardoso, Guariroba e Moema na margem esquerda do Rio Grande no estado de São Paulo e, na margem direita no estado de Minas Gerais, pela unidade de Itapagipe. Além, dessas unidades a Bunge tem outra unidade em Frutal também na margem direita do Rio Grande no estado de Minas Gerais e a unidade de Monteverde no sul do Mato Grosso do Sul que operam isoladamente. Para completar a aliança de classe mundial, de 2010 a 2014, a Bunge no Brasil teve como presidente (CEO) Pedro Parente que foi ministro no governo de FHC.

O grupo monopolista Bunge moeu na safra 2012/2013 o total de 17 milhões de toneladas de cana-de-açúcar ocupando o quarto lugar no *ranking* dos grupos do setor sucroenergético, produziu 1,4 milhões de toneladas de açúcar ficando em 5º lugar, e, destilou 500 mil metros cúbicos de etanol ocupando o oitavo lugar. Na safra 2013/14 o grupo monopolista territorializado no setor sucroenergético moeu 21 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (5º lugar), e não divulgou dados referentes à produção de açúcar e etanol. Também o MAPA que possui os dados por unidade industrial do setor, não mais os divulga.

Segue o organograma da Bunge Limited.

O grupo São Martinho

O sexto grupo monopolista territorializado do setor sucroenergético é o Grupo nacional São Martinho cuja empresa nacional tem capital aberto na BM&F/Bovespa. Este grupo pertence a um ramo da família Ometto diferente daquele que detém a propriedade da Cosan. Como é uma empresa listada na BM&FBovespa, tinha em 07/11/2014, a seguinte composição acionária: LJN Participações S/A 55,96%, Marcelo Campos Ometto 0,00%, Luiz Olavo Baptista 0,44%, João Carvalho Do Val 0,00, João Guilherme Sabino Ometto 0,03%, Murilo Cesar Lemos Dos Santos Passos 0,00%, Luiz Antônio Cero Ometto 0,00%, Nelson Marques Ferreira Ometto 0,05%, Outros 42,99%, e Ações Tesouraria 0,53%. A *holding* LJN Participações S/A por sua vez, tinha como acionistas: João Ometto Participações S/A 41,2120% (pertencente a investidores pessoas físicas Sabino Ometto), Luiz Ometto Participações S/A 41,2120% (subdivididos em 50,45% controlados pela Debelma Participações S/A de investidores pessoas físicas Cera Ometto e Krug Ometto, e, Dimas Ometto Participações S/A com 49,55% (controlados por investidores pessoas físicas Campos Ometto); e, Nelson Ometto Participações Ltda. 17,5760% (controlada por investidores pessoas físicas Nelson Ometto e filhos). (SÃO MARTINHO, 2014)



(VALOR, 2016, p. 140)

O Grupo possui quatro unidades em funcionamento: a Usina Iracema em Iracemápolis/SP na região de Piracicaba; a Usina Santa Cruz em Américo Brasiliense/SP (SAO MARTINHO, 2014) e a Usina São Martinho em Pradópolis/SP na região de Ribeirão Preto/SP que já bateu o recorde mundial de moagem de cana em uma única unidade na safra 2010/2011 com 8,4 milhões de toneladas; e a Usina Boa Vista em Quirinópolis/GO, que pertence a Nova Fronteira S/A, empresa onde o

grupo tem 50,9% de participação e a Petrobras Biocombustível 49%, sendo de Outros 0,1%. O grupo vendeu em 2007 para grupo japonês Mitsubishi Corporation 10% do capital da Usina Boa Vista, porém, em 2009, o grupo japonês revendeu sua participação para a própria São Martinho S/A. O grupo possui também em Iracemápolis a empresa OMTEK, que produz derivados de levedura através de avançados processos biotecnológicos RNA (sal sódico do ácido ribonucléico), empregado na indústria farmacêutica e de alimentos como realçador de sabor. O grupo adquiriu em 2012, as plantações de cana-de-açúcar e a Usina São Carlos do grupo francês Biosev S/A de propriedade do conglomerado Louis Dreyfus Holding BV. Esta unidade adquirida foi desativada para que as plantações de cana fossem destinadas à usina São Martinho. O mesmo ocorreu em 2007, quando da aquisição de parte da Usina Santa Luiza em Motuca/SP, em sociedade com a Cosan S/A (33,33%) e a Santa Cruz S/A Açúcar e Álcool (25%) ficando a São Martinho S/A com 41,67%. Junto com a usina foi adquirida a Agropecuária Aquidaban, que produzia 1,5 milhão de toneladas de cana por ano.

"Os Grupos São Martinho e Cosan divulgaram hoje fatos relevantes no qual anunciam o fechamento da Usina Santa Luiza, localizada no município de Motuca (SP) e com capacidade de moagem de 1,8 milhão de toneladas de cana-de-açúcar, e o encerramento das atividades da Agropecuária Aquidaban, que produz 1,5 milhão de toneladas de cana por ano. (...) "Tal decisão visa maximizar as sinergias operacionais e administrativas para as controladoras e seus respectivos grupos", informam os fatos relevantes. A partir da safra 2008/09 a cana-de-açúcar processada na usina de Santa Luiza passa a ser redirecionada para as unidades industriais dos grupos controladores, proporcionalmente à participação no capital social. Assim sendo, com o fechamento da Usina Santa Luiza, a São Martinho informa que irá receber mais 750 mil toneladas de cana-de-açúcar na safra 2008/2009, e a Cosan, na unidade Bonfim, deve absorver 600 mil toneladas. Já as 450 mil toneladas restantes de cana devem ser destinadas à Santa Cruz, em Araraquara (SP). O ESTADO DE SÃO PAULO, 2007)

O último negócio feito pelo grupo foi a aquisição do controle acionário da Usina Santa Cruz S/A - Açúcar e Álcool em maio de 2014, cujo objetivo principal foi o fortalecimento da **fusão territorial monopolística** das Usina São Martinho em Pradópolis/SP e Santa Cruz em Américo Brasiliense/SP. Dessa forma, a São Martinho S/A assumiu o controle da Santa Cruz S/A (92,14%) e da Bioenergética Santa Cruz (100%), enquanto que uma de suas acionistas a Luis Ometto Participações S/A assumiu o controle da Agropecuária Boa Vista S/A (92,12%).

São Martinho S.A. assina memorando de entendimentos vinculante para a consolidação do controle da Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool e venda

de participação acionária na empresa de terras Agro Pecuária Boa Vista S.A.

São Paulo, 05 de maio de 2014 – São Martinho S.A. (BM&FBovespa: SMT03; Reuters: SMT03 SA e Bloomberg: SMT03 BZ), um dos maiores produtores de açúcar e etanol do Brasil, em cumprimento ao disposto no artigo 3º da Instrução CVM nº 358/02, comunica a seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, assinou memorando de entendimentos com a Luiz Ometto Participações S.A. (“LOP”) e demais acionistas controladores pessoas físicas (“PFs”) da Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool (“SC” ou “Santa Cruz”) para, concomitantemente: (i) adquirir de LOP e PFs participação societária adicional na Santa Cruz, passando dos atuais 36,09% para 92,14% do capital social da SC; (ii) vender a totalidade de suas ações da Agro Pecuária Boa Vista S.A. (“APBV”) para a LOP; e (iii) celebrar contrato de arrendamento de cana de açúcar entre a Santa Cruz e a APBV, por um período de 20 anos (“Operação”).

A SC possui capacidade de moagem de 4,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, com flexibilidade de 60%/40% na produção de açúcar e etanol. Referida companhia tem um dos maiores índices de integração no suprimento de cana-de-açúcar (80% de cana própria), regulados através de contratos de arrendamento e/ou parcerias agrícolas de longo prazo.

Adicionalmente à usina, 2.002 hectares de terras são de propriedade direta da SC e farão parte da transação (“Terras”). Estas Terras estão a um raio médio inferior a 9 km de distância da SC e possuem produtividade média de 95 toneladas/hectare por safra. Segundo laudo preparado pela Deloitte Touche em fevereiro de 2014, referidas Terras foram avaliadas, a valor de mercado, em R\$ 68,3 milhões.

Em 31 de março de 2014, o endividamento líquido da SC somava R\$ 658,6 milhões.

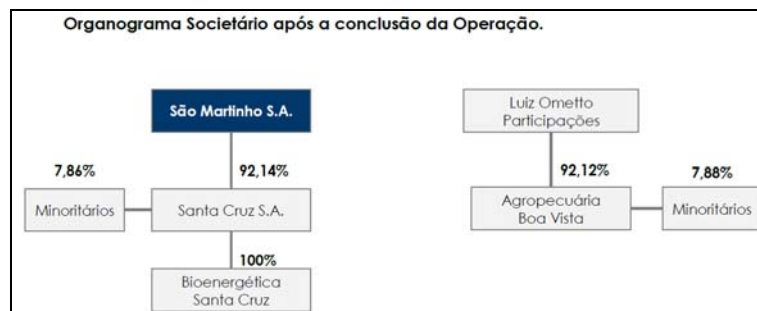
A Bioenergética Santa Cruz (“BSC”) – empresa de cogeração de energia elétrica controlada integralmente pela SC – possui capacidade de cogeração de 220.000 MWh por safra, das quais 175.200 MWh, já se encontram contratadas até o ano de 2025 ao preço de R\$ 205/MWh, reajustado pelo IPCA anualmente.

Na safra 13/14, a BSC registrou lucro líquido de R\$ 38,6 milhões.

Em 31 de março de 2014, a BSC possuía caixa de R\$ 6,7 milhões, sem qualquer endividamento bancário.

A APBV - empresa controlada pelos acionistas da Santa Cruz – detém 20.144 hectares de terras, localizados a um raio médio de 27 km de distância da unidade industrial da SC. Historicamente, a produtividade das terras da APBV encontra-se acima de 80 toneladas por hectare, considerando ciclos de 6 a 7 anos. Segundo o laudo preparado pela Deloitte Touche em fevereiro de 2014, referidas terras foram avaliadas, a valor de mercado, em R\$ 602,0 milhões.

Em 31 de março de 2014, a APBV possuía endividamento líquido de R\$ 30,8 milhões.



(SÃO MARTINHO, 2014)

Assim, ao contrário de outros grupos empresariais monopolistas, o grupo São Martinho S/A tem investido na **concentração vertical** de suas unidades, o que tornou a unidade de Pradópolis/SP a maior usina processadora de cana-de-açúcar do mundo.

O grupo já havia adquirido do Grupo Louis Dreyfus no final de 2012, a Usina São Carlos localizada em Jaboticabal/SP, para desativá-la e utilizar as terras para destinar a cana plantada para a Usina São Martinho localizada em Pradópolis/SP, que operava com ociosidade. Tratou-se, portanto, de outro exemplo de fusão territorial monopolística.

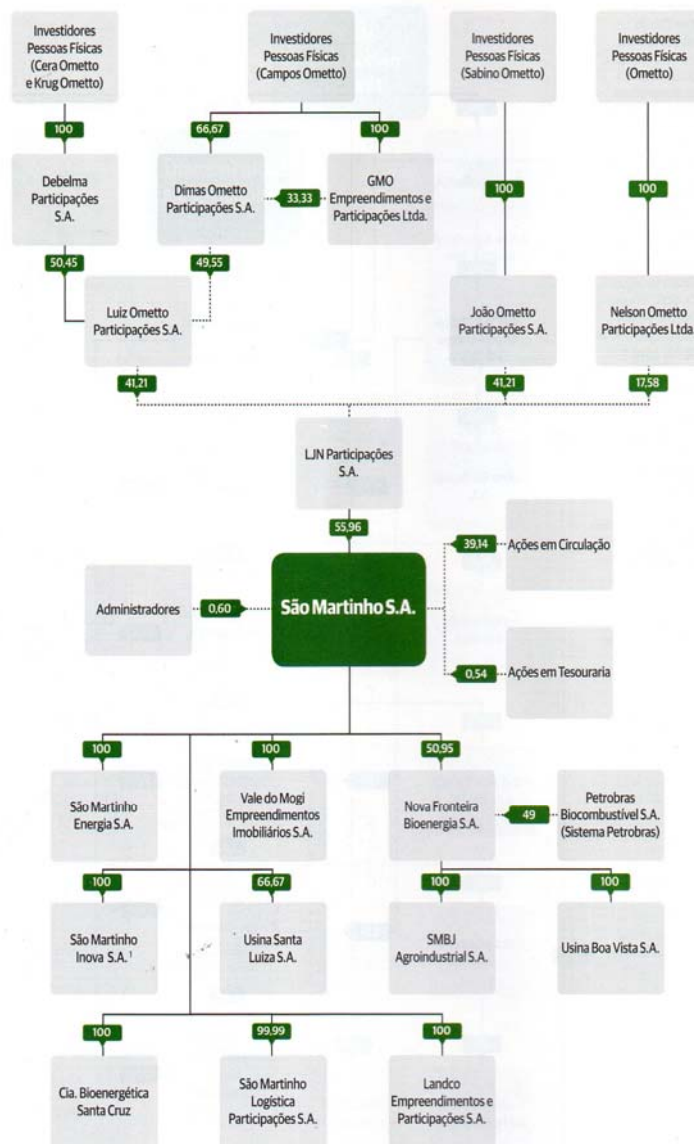
"A Usina São Carlos, controlada pela Biosev, do grupo francês Louis Dreyfus Commodities, será desativada após a venda dos ativos para o Grupo São Martinho. (...) Essa é a segunda usina da região que é desativada após uma negociação. (...) De acordo com o comunicado ao mercado, a partir da safra 2013/14, o grupo assume o canavial próprio e todos os contratos agrícolas e de fornecimento de cana da Usina São Carlos (...) O Grupo São Martinho destaca como vantagem da negociação, entre outros critérios de mercado, o fato do fornecimento de cana estar localizado em um raio médio de 30 quilômetros da Usina São Martinho, que possui capacidade ociosa para processar o volume que era moído em Jaboticabal. Essa operação, segundo informado no comunicado, representa um grande potencial na diluição dos custos, já que cerca de 70% do custo de produção está relacionado à área agrícola." (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012)

O grupo monopolista São Martinho S/A moeu na safra 2001/2012 o total de 13,017 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzindo 875 mil toneladas de açúcar, ficando em 7º lugar, e, destilando 522 mil metros cúbicos de etanol ocupando o sexto lugar no *ranking* nacional. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14, o grupo moeu 17,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (6º lugar), produziu 986 mil toneladas de açúcar (6º lugar) e, destilou 812 mil m³ de etanol (4º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014) Em 16/12/16 a Petrobras deixou a associação com a São Martinho na usina Nova Fronteira.

Segue o organograma da empresa São Martinho S/A.

SÃO MARTINHO

Receita bruta em 2015
 (R\$ milhões): 2.837,7
Posição no ranking: 176º
Origem do capital: Brasil
Controle: Privado
Setores de atividade:
 açúcar e álcool
Principais executivos:
 Fábio Venturini (Dir. Presidente) e Agenor Cunha Pavan (Vice-Presidente e Dir. Superint. Agroindustrial). **Diretores:**
 Felipe Vicchiato (Financeiro e de RI), Rodrigo Tetti Garcia (Administrativo), Carlos Fernando Zanetti de Andrade (Agroindustrial - Unid. Itacema), Helder Luiz Gosling (Comercial e de Logística), Mario Ortiz Gandini e Marcos Helder Pavan Monaco (Agroindustriais de Unidade)
Endereço: Fazenda São Martinho, s/nº - Zona Rural - Pradópolis, SP - 14850-000
Telefone: (16) 3981-9000
www.saomartinho.com.br



Data do organograma: 31/03/2016. ¹ Atual denominação social de Vale do Pradópolis S.A.

(VALOR, 2016, p. 194)

O grupo paranaense Usaçúcar

O sétimo grupo sucroenergético monopolista territorializado no país, em quantidade de cana moída na safra 2013/14, foi o grupo nacional Santa Terezinha (Usaçúcar) do estado do Paraná com 16,1 milhões de toneladas. O grupo nacional de origem familiar - Meneguetti - nasceu no início dos anos 60 como uma empresa de capital fechado. A Usina Santa Terezinha Ltda., matriz do grupo, originou-se de um pequeno engenho de aguardente, e, é atualmente denominada unidade Iguatemi, localizando-se próxima a Maringá/PR. No final da década de 80, o Grupo iniciou a fase de expansão, adquirindo a Unidade de Paranacity no ano de 1987, e em 1989 a Unidade de Tapejara e no ano de 1993, a Unidade de Ivaté. Dez anos depois, em 2003, o grupo construiu a nova unidade Terra Rica, no município do mesmo nome. Continuando o processo de expansão, em 2006 o grupo Santa Terezinha adquiriu a Destilaria de Álcool da Cocamar, localizada em São Tomé, que passou a constituir-se na unidade São Tomé. Em 2008 arrendou as instalações industriais da Coocarol, localizada na cidade de Rondon, no ano seguinte (2009) arrendou também, as instalações industriais da Usina Usaciga, localizada no município de Cidade Gaúcha. Em 2012, adquiriu a unidade Moreira Sales (ex-Goierê); em 2013, comprou a Costa Bioenergia (ex-Bonin) do município de Umuarama, e, em 2014, entrará em funcionamento a unidade Rio Paraná em Eldorado/MS.

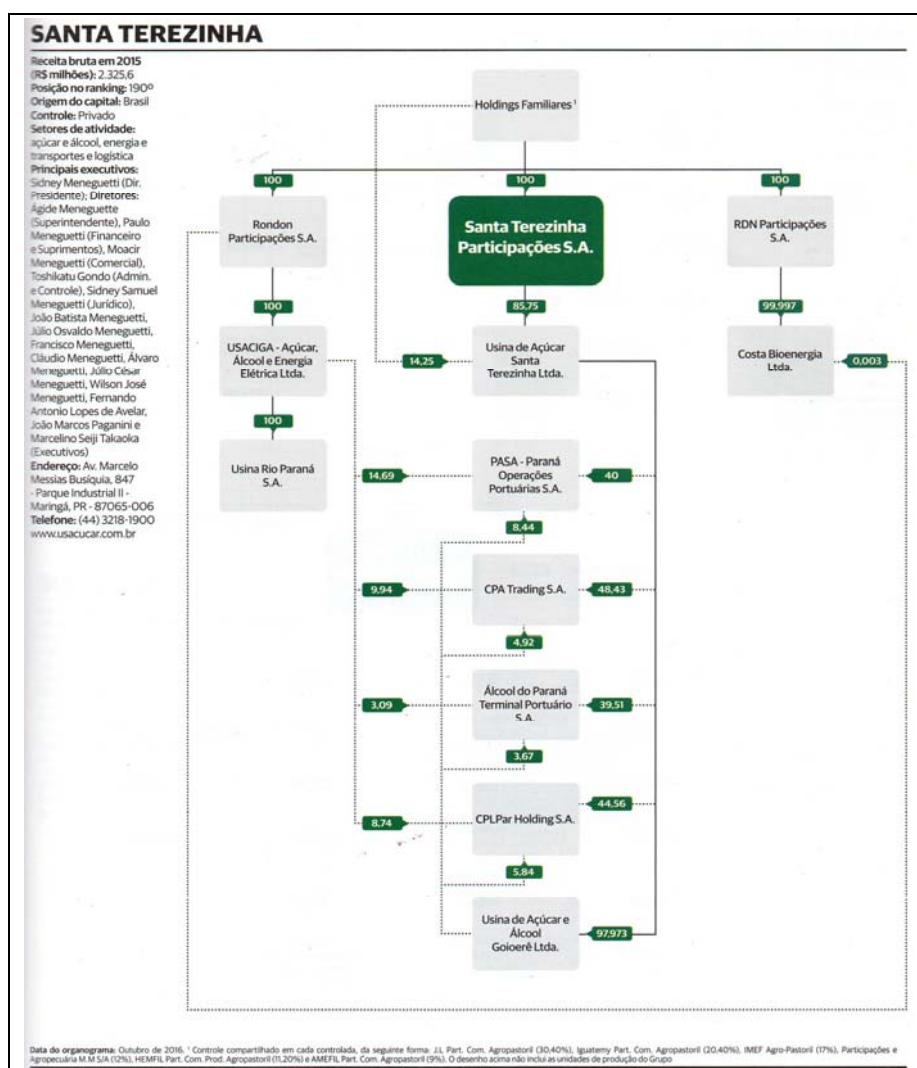
Esse processo de expansão permitiu que o grupo monopolista formasse duas **fusões territoriais monopolísticas**: uma reunindo as unidades de Paranacity e Terra Rica; e outra as unidades Moreira Sales (ex-Goierê), Tapejara, Costa Bioenergia, Ivaté, São Tomé, Rondon e Cidade Gaúcha. A unidade Iguatemi matriz do grupo, fica um pouco isolada da segunda fusão. O grupo monopolista Santa Terezinha produziu 1,5 milhão de toneladas de açúcar na safra 2012/13, ficando em 4º lugar, resultado de 16,1 milhões de cana moída e, destilou 550 mil metros cúbicos de etanol ocupando o quinto lugar. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14 moeu outra vez 16,1 milhões de toneladas de cana (7º lugar) produzindo 1,360 milhão de toneladas de açúcar (4º lugar) e, destilou 424 mil m³ de etanol (9º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

Segue o organograma da empresa Santa Terezinha (Usaçúcar).

O grupo Lincoln Junqueira

O oitavo grupo monopolista territorializado é o Grupo nacional Lincoln Junqueira que possui as seguintes unidades: Alta Mogiana (São Joaquim da Barra/SP), Alto Alegre (Colorado/PR), Alto Alegre - Floresta (Presidente Prudente/SP), Alto Alegre - Florestópolis (Florestópolis/PR), e Alto Alegre Santo Inácio (Santo Inácio/PR). As unidades localizadas no

estado do Paraná formam uma fusão territorial monopolística na região de Londrina e Maringá, na bacia do rio Paranapanema. As duas outras unidades operam autonomamente e isoladas. O Grupo teve origem na região de Ribeirão Preto S/P pertencente à família Junqueira Figueiredo.



(VALOR, 2016, p. 193)

Atuam através de duas empresas controladas pela família: a Usina Alta Mogiana S.A Açúcar e Alcool e pela Cia. Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira controladora do Grupo Alto Alegre. O controle se faz através da JLV Participações S.A. (José Francisco Malheiro Junqueira Figueiredo, Lincoln Malheiro Junqueira Figueiredo e Vera Cecília Junqueira

Figueiredo Pogetti) e Louisiana Participações Ltda (Luiz Octávio Junqueira Figueiredo, Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo, Luiz Gustavo Junqueira Figueiredo, Ana Luisa Junqueira Figueiredo de Mattos e Luiz Otavio Junqueira Figueiredo Filho). Em ambas as empresas há participação de pessoas físicas tais como: Luiz Octávio Junqueira Figueiredo e Paulo Roberto de Almeida Gouveia. (ANEEL, 2011) Na safra 2012/13 este grupo monopolista territorializado moeu 14,1 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (7º lugar), produziu 1,356 milhão de toneladas de açúcar (4º lugar) e, 324,8 mil m³ de etanol (10º lugar). (JORNAL PARANÁ, 2013) Na safra 2013/2014 o grupo moeu 13,5 milhões de toneladas de cana (8º lugar), produziu 1,166 milhão de toneladas de açúcar (5º lugar) e, destilou 344 mil m³ de etanol (14º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

China Investment Corporation - Cofco (ex-Noble Group)

O nono grupo monopolista territorializado na safra 2013/14, foi o foi o grupo chinês China Investment Corporation - Cofco (ex-Noble Group). Tem sede em Hong Kong na China e está listado na Bolsa de Cingapura, cujo controle acionário (51%) foi adquirido em 2014, pela China Investment Corporation - Cofco. O grupo atua no Brasil, no setor de grãos, café e sucroenergético a através de sua subsidiária Noble Brasil S/A. Especificamente no setor sucroenergético opera através da empresa do grupo NG Bioenergia S/A. Possui quatro unidades na região de São José do Rio Preto/SP: Sebastianópolis (2007), Meridiano (2009), Catanduva (2010), Potirendaba (2010) situadas em municípios do mesmo nome. As duas últimas unidades foram adquiridas da família Fernandes do grupo Cerradinho. Já as terras onde estão as plantações de cana que abastecem as duas usinas de São Paulo também continuaram como propriedade da família. Assim, consolida-se sob tutela do capital estrangeiro, mais uma aliança de classe com a burguesia brasileira neste setor. O grupo monopolista Cofco Agri moeu na safra 2012/2013 o total de 10,687 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzindo 841 mil toneladas de açúcar, ficando em 8º lugar, e, destilando 323 mil metros cúbicos de etanol ocupando o 12º lugar no *ranking* nacional. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14 o grupo moeu 13,2 milhões de toneladas de cana (9º lugar), produziu 938 mil toneladas de açúcar (7º lugar), e, destilou 445 mil m³ de etanol (8º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Tércio Wanderley

O décimo grupo monopolista territorializado na safra 2013/14, foi o grupo nacional Tércio Wanderley. Este grupo familiar nordestino originou-se no estado de Alagoas no município de Coruripe. A Usina

Coruripe foi fundada em 1925, e adquirida por Tércio Wanderley em 1941, que faleceu em 1994. A partir daí os herdeiros constituíram "três *holdings*, que detêm o controle da Usina Coruripe, Coruripe Energética e o Terminal Rodoferroviário de Fernandópolis, além da participação societária em outras empresas". (USINA CORURIBE, 2015) Eles treze acionistas que representam os três ramos da família Wanderley. O grupo fez sua expansão no setor sucroenergético fora da região nordestina, implantando suas novas unidades em duas fusões territoriais monopolísticas no Triângulo Mineiro: a primeira envolvendo as unidades de Iturama (1994) [esta unidade era denominada Destilaria Alexandre Balbo construída em 1985, e foi adquirida em 1994], Limeira do Oeste (2005), Carneirinho (2008), e está implantando a unidade de União de Minas; a segunda com as unidades de Campo Florido (2002), e, Campo Florido II e Prata em fase de projeto de implantação. O grupo monopolista Tércio Wanderley moeu na safra 2012/2013 o total de 9,775 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzindo 948 mil toneladas de açúcar, ficando em 6º lugar, e, destilando 246 mil metros cúbicos de etanol ocupando o 18º lugar no *ranking* nacional. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14 o grupo moeu 12,7 milhões de toneladas de cana (10º lugar), produziu 920 mil toneladas de açúcar (8º lugar) e, destilou 415 mil m³ de etanol (11º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo indiano Shree Renuka Sugar

O décimo primeiro grupo monopolista territorializado na safra 2013/14, foi o grupo estrangeiro originário da Índia: Shree Renuka Sugar. Este grupo é quinto maior produtor mundial de açúcar e está listado na bolsa de ações na Índia. Controla sete usinas e duas grandes refinarias em portos naquele país, e, desde 2010 adquiriu 4 usinas no Brasil. Entre elas estão duas usinas adquiridas integralmente do grupo Vale do Ivaí no norte do Paraná, localizadas nos municípios de São Pedro do Ivaí e São Miguel do Cambuí, e participações em infraestrutura logística: dois terminais portuários - um de açúcar, a Pasa (Paraná Operações Portuárias), com 12,7%, e o de álcool, Álcool do Paraná, com 9,08%, e 8% na CPA Trading. Duas outras unidades, o grupo indiano comprou 50,34% das ações das unidades do Grupo Equipav controlado pelas famílias Toledo, Vetorazzo e Tarallo, que ficaram com os outros 49,66% das empresas Equipav S/A Açúcar e Álcool de Promissão/SP e Biopav S/A Açúcar e Álcool, em Brejo Alegre/ SP. Estas unidades passaram a denominar-se Usina Mandhu e Usina Revati. A indiana Shree Renuka Sugars e o grupo Olam International controlado pela Temasek Breedens Investments Pte uma unidade da empresa de investimentos estatal de Cingapura Temasek Holdings Pte. de Cingapura, também, constituíram uma parceria no Brasil para realizar

investimentos em açúcar e etanol. A parceria não envolve as unidades já controladas pelos indianos, mas sim, as futuras aquisições que serão feitas pelos dois grupos. Este é outro exemplo da aliança de classe mundial feita pela burguesia brasileira. O grupo monopolista estrangeiro Shree Renuka Sugars moeu na safra 2012/2013 o total de 8,583 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzindo 609 mil toneladas de açúcar, ficando em 11º lugar, e, destilando 277 mil metros cúbicos de etanol ocupando o 15º lugar no *ranking* nacional. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14 o grupo mundial moeu 11,4 milhões de toneladas de cana (11º lugar), produziu 573 mil toneladas de açúcar (13º lugar), e, destilou 496 mil m³ de etanol (7º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Zilor

O décimo segundo grupo monopolista territorializado na safra 2013/14, foi o grupo nacional Zilor. Este grupo originou-se das empresas da família Zilo Lorenzetti: usina São José em São José de Macatuba/SP em 1946; usina Barra Grande construída em 1947 em Lençóis Paulista/SP e, usina Santa Lina no município de Quatá/SP em 1981. As unidades de Barra Grande e São José formam uma fusão territorial monopolística. O grupo é acionista da Copersucar S/A, através da qual faz a comercialização de sua produção. A Copersucar S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2008. Hoje, conta com 47 Unidades produtoras sócias, pertencentes a 24 grupos econômicos do setor de açúcar e álcool operando no setor de logística e operações comerciais diferenciadas. O grupo monopolista Zilor moeu na safra 2012/2013 o total de 10,020 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzindo 603 mil toneladas de açúcar, ficando em 12º lugar, e, destilando 424 mil metros cúbicos de etanol ocupando o 9º lugar no *ranking* nacional. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14 o grupo moeu 10,6 milhões de toneladas de cana (12º lugar), produziu 526 mil toneladas de açúcar (14º lugar), e, destilou 493 mil m³ de etanol (12º lugar). (JORNAL DA CANA, 2014)

O grupo Delta Sucoenergia

O décimo terceiro grupo monopolista territorializado na safra 2013/14, foi o grupo nacional Delta Sucoenergia. O grupo é uma divisão do Grupo João Lyra do estado de Alagoas, que surgiu em função do processo de recuperação judicial que o grupo entrou a partir de 2009.

"A Delta Sucoenergia surgiu em 4 de outubro de 2012. Os sócios da Usina Caeté S/A, do Grupo Carlos Lyra, consolidaram naquela data a cisão definitiva do grupo, que envolveu as usinas de Minas Gerais e Alagoas. O processo deu origem a duas empresas distintas com

operações independentes societariamente, operacionalmente e financeiramente. Em Minas Gerais, o grupo passou a se chamar Delta Sucroenergia. Segundo informe divulgado na época, “a separação das operações trará maior autonomia para ampliar com solidez a atuação das unidades”. As usinas do grupo passam a ser administradas de forma independente pelos irmãos Elizabeth (com o controle das unidades do Nordeste) e Robert, ou Bob Lyra (responsável pelas unidades do Sudeste). Os dois são filhos do industrial Carlos Lyra, irmão de João Lyra, que ao longo de várias décadas teve uma relação instável com o irmão. Ainda segundo o informe, a nova marca Delta Sucroenergia passa a responder pelas unidades localizadas no Triângulo Mineiro: Delta na cidade de Delta (MG), Volta Grande, em Conceição das Alagoas (MG) e Conquista de Minas, localizada na cidade de Conquista (MG).” (UOL, 2013)

Assim, o grupo Delta Sucroenergia arrendou as usinas do Grupo João Lyra por 20 anos. Fazem parte do arrendamento as unidades localizadas no Triângulo Mineiro, de Volta Grande (1996), Delta (2000) e Conquista de Minas (2011). Elas formam mais uma fusão territorial monopolista no setor sucroenergético. O grupo monopolista Delta Sucroenergia moeu na safra 2012/2013 o total de 9,262 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzindo 815 mil toneladas de açúcar, ficando em 9º lugar, e, destilando 249 mil metros cúbicos de etanol ocupando o 17º lugar no *ranking* nacional. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14 o grupo moeu 9,8 milhões de toneladas da cana (13º lugar), produziu 765 mil toneladas de açúcar (9º lugar) e destilou 277 mil m³ de etanol (16º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Pedra Agroindustrial S/A

O décimo quarto grupo monopolista territorializado na safra 2013/14, foi o grupo nacional Pedra Agroindustrial S/A. Sua origem também familiar pertence à família de Pedro Biaggi fundador em 1931 da Usina da Pedra. Depois da morte do patriarca, Usina da Pedra foi assumida pelos irmãos Baudílio e Constâncio Biagi. O outro irmão Maurílio Biagi ficou com a Usina Santa Elisa vendida pelos filhos à empresa mundial francesa Louis Dreyfus Commodities. (RIBEIRO DA SILVA, 2017; BIAGGI, 1987) Atualmente, o grupo é liderado por Pedro Biagi Neto, filho de Baudílio e primo de Maurílio Biagi Filho. Possui quatro unidades: Usina da Pedra (1931), em Serrana; Usina Buriti (1995), em Buritizal; Usina Ibirá (1998), em Santa Rosa de Viterbo; e Usina Ipê (2008), em Nova Independência, todas no estado de São Paulo. As unidades de Serrana e Ibirá apresentam uma fusão territorial monopolística. O grupo Pedra Agroindustrial S/A moeu na safra 2012/2013 o total de 8,369 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzindo 299 mil toneladas de açúcar,

ficando em 25º lugar, e, destilando 511 mil metros cúbicos de etanol ocupando o 7º lugar no *ranking* nacional. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2011/14 o grupo moeu 9,6 milhões de toneladas de cana (14º lugar), produziu 314 mil toneladas de açúcar (18º lugar), e destilou 592 mil m³ de etanol (6º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Colorado

O décimo quinto grupo monopolista territorializado na safra 2013/14, foi o grupo nacional Colorado. Sua origem é familiar do setor agropecuário que entrou para o setor sucroenergético durante o Proálcool, e, possui duas unidades, uma em Guaíra/SP e outra em Goiatuba/GO a unidade CEM. O grupo Colorado moeu na safra 2001/2012 o total de 8,492 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzindo 669 mil toneladas de açúcar, ficando em 10º lugar, e, destilando 296 mil metros cúbicos de etanol ocupando o 13º lugar no *ranking* nacional. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14 o grupo moeu 9,1 milhões de toneladas de cana (15º lugar), produziu 715 mil toneladas de açúcar (10º lugar), e, destilou 312 mil m³ de etanol (15º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Moreno

O décimo sexto grupo monopolista territorializado na safra 2013/14, foi o grupo nacional Moreno. Sua origem prende-se a uma sociedade entre três irmãos em uma empresa para fabricação de equipamentos para usinas de açúcar - Metalúrgica Moreno Ltda. Em 1978 iniciaram o plantio de 98,00 alqueires na Fazenda Três Irmãos. Em 1981 construíram um engenho de aguardente, em 1983 montaram uma destilaria de etanol e em 1994 montaram a usina de açúcar Central Energética Moreno Açúcar e Álcool Ltda no município de Luis Antonio/SP. Em 2000 montaram a Destilaria Moreno Ltda localizada em Monte Aprazível/SP, transformada em Central Energética Moreno de Monte Aprazível Açúcar e Álcool Ltda. E, em 2006, o grupo adquiriu o projeto de instalação da Coplaza Açúcar e Álcool Ltda. do grupo Zancaner finalizando sua construção em 2007. Estas duas unidades do grupo Monte Aprazível e Coplaza formam uma fusão territorial monopolística, pois, estão a 30 km de distância. O grupo Moreno moeu na safra 2012/2013 o total de 7,588 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzindo 478 mil toneladas de açúcar, ficando em 14º lugar, e, destilando 424 mil metros cúbicos de etanol ocupando o 8º lugar no *ranking* nacional. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14 o grupo moeu 8,2 milhões de toneladas de cana (16º lugar), e não informou a produção de açúcar e de etanol. (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Clealco

O décimo sétimo grupo monopolista territorializado é o Grupo nacional Clealco. Foi formado em 1980 por uma associação de políticos, pecuaristas e agricultores da região de Clementina/SP, começando a operar em 1983. Em 2006, o grupo inaugurou a segunda unidade no município de Queiroz/SP, formando, assim, sua primeira fusão territorial monopolística, que foi ampliada com a aquisição da unidade de Campestre em Penápolis/SP. As três unidades formam um triângulo com distâncias de 30 a quarenta quilômetros entre elas. O grupo monopolista territorializado Clealco moeu na safra 2012/2013 o total de 7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar ocupando o 19º lugar no *ranking* dos grupos do setor sucroenergético, produziu 582 mil toneladas de açúcar ficando em 13º lugar, e, destilou 176,7 mil metros cúbicos de etanol ocupando o 27º lugar. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14 o grupo moeu 8,2 milhões de toneladas de cana (17º lugar), produziu 585 mil toneladas de açúcar (12º lugar) e, destilou 224 mil m³ de etanol (19º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Colombo

O décimo oitavo grupo monopolista territorializado é o Grupo nacional Colombo. Assim como muitos grupos do setor, começou a partir de uma estrutura familiar: "Na década de 40, às margens do Rio da Onça, município de Ariranha, estado de São Paulo, a família Colombo construía o seu primeiro engenho e iniciava a produção de aguardente, que era engarrafada no próprio engenho e comercializada na região com o nome fantasia "Caninha Jacaré". (COLOMBO, 2015) Na década de 80 passou a produção de etanol e em 1993 passou a operar a unidade de produção de açúcar, onde é detentor das marcas Caravelas e Colombo. Na safra 2012/2013 moeu 7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar ocupando o 19º lugar no *ranking* dos grupos do setor sucroenergético, produziu 582 mil toneladas de açúcar ficando em 13º lugar, e, destilou 176,7 mil metros cúbicos de etanol ocupando o 27º lugar. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14 o grupo moeu 8,2 milhões de toneladas de cana (17º lugar), produziu 585 mil toneladas de açúcar (12º lugar) e, destilou 224 mil m³ de etanol (19º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo USJ

O décimo nono grupo monopolista territorializado na safra 2013/14, foi o grupo nacional originado na família Ometto, USJ - Usina São João Açúcar e Álcool S/A. O grupo USJ de Araras/SP é controlado por

USJ - Administração e Participações S/A (52,32%), Luiz Ometto Participações S/A (6,03%), João Ometto Participações S/A (5,79%), Nelson Ometto Participações SA (3,01%) e, o restante da participação pertence às pessoas físicas principalmente das quatro empresas de participações. Sua história remete à origem da família Ometto, no ramo do filho José Ometto que em 1935 adquiriu a Fazenda São João, em Araras/SP. Atualmente o grupo está sob controle da quarta geração de descendentes. Possui três usinas: São João/SP (1944) e São Francisco (2007) em Quirinópolis/GO, e Rio Dourado (2013) em Cachoeira Dourada/GO.

A unidade Rio Dourado é produto de uma aliança mundial do grupo USJ e a norte americana Cargill, selando assim uma outra aliança de classe entre setores da burguesia brasileira e a burguesia mundial, através de *joint venture* denominada USJ Bioenergia S/A (participação societária de 50%).

"Com investimentos de R\$ 500 milhões, a SJC Bioenergia - *joint venture* formada pela Cargill e pelo grupo sucroenergético USJ - inaugurou no começo de outubro a usina Rio Dourado, instalada no município de Cachoeira Dourada (GO). (...) A nova unidade é a mais moderna usina de etanol no Brasil e irá ajudar a SJC Bioenergia a ampliar sua presença no mercado sucroenergético, obtendo a escala necessária para o aumento de sua eficiência. (...) **Além da colheita 100% mecanizada**, todos os processos produtivos da usina são automatizados e controlados 24 horas por dia por um centro de operações. (...) **A usina, que vai se dedicar exclusivamente à produção de etanol e energia, terá capacidade de produzir 220 milhões de litros de etanol por ano.** A produção de etanol anidro, por exemplo, será feita por meio de um sofisticado sistema de desidratação via peneira molecular. Além disso, a usina vai cogerar 230 mil megawatts/hora (MWh) por ano, dos quais 150 mil MWh, excedentes, serão comercializados." (O ESTADO DE SÃO PAULO, 11/10/2013) (Sem grifos e negritos no original)

O Grupo USJ na safra 2012/13 moeu 7,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar ocupando o 18º lugar no *ranking*, produziu 577 mil de toneladas de açúcar ficando em 12º lugar, e, destilou 214 mil metros cúbicos de etanol ocupando o 24º lugar. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14 o grupo moeu 7,7 milhões de toneladas de cana (19º lugar), produziu 580 mil toneladas de açúcar (14º lugar) e, destilou 309 mil m³ de etanol (17º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Tonon

O vigésimo grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional Tonon. Opera com a empresa Tonon Bioenergia S/A e

possui três unidades: Santa Cândida (1962) em Bocaina/SP, Vista Alegre (2008) em Maracaju/MS, Paraíso (2013) em Brotas/SP. O Grupo Tonon na safra 2012/13 moeu 6,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar ocupando o 20º lugar no *ranking*, produziu 479 mil toneladas de açúcar ficando em 14º lugar, e, destilou 244 mil metros cúbicos de etanol ocupando o 18º lugar. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14 o grupo moeu 7,6 milhões de toneladas de cana (20º lugar), produziu 470 mil toneladas de açúcar (16º lugar) e, destilou 272 mil m³ de etanol (18º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014) Em dezembro de 2015 grupo Tonon pediu recuperação judicial, para ver o que faz com sua dívida de 2,799 bilhões.

O grupo Vale do Verdão

O vigésimo primeiro grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional Vale do Verdão cuja sede fica em Orlandia/SP. É dirigido por José Ribeiro de Mendonça, e possui quatro unidades agroindustriais: Usina Vale do Verdão em Turvelândia/GO, Usina Vale do Verdão - Cambuí em Santa Helena de Goiás/GO, Usina Vale do Verdão - Floresta em São Antonio da Barra/GO e Usina Vale do Verdão - Panorama em Monções/GO. Na safra 2012/13 moeu 6,1 milhões de toneladas de cana-de-açúcar ocupando o 21º lugar no *ranking*, produziu 298 mil toneladas de açúcar ficando em 25º lugar, e, destilou 329 mil metros cúbicos de etanol ocupando o 10º lugar. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14 o grupo moeu 7,0 milhões de toneladas de cana (21º lugar), produziu 244 mil toneladas de açúcar (25º lugar) e, destilou 419 mil m³ de etanol (11º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo norte-americano Adecoagro S/A

O vigésimo segundo grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo norte-americano Adecoagro S/A que tem entre seus sócios o bilionário George Soros. A sede da empresa fica em Luxemburgo no Europa. A composição acionária do grupo tem Adecoagro LLC, International Farmland Holdings LLC, Pampas Humedas LLC, HBK Master Fund LP, Stichting Pensioenfonds Zorg en Welzijn, Al Gharrafa Investment Company, Ospraie Special Opportunities Master Holdings LTD, Kadash Hispania SL, Leterton Espana SL e Leonardo Berridi. No Brasil atua através da empresa *holding* Adecoagro Brasil Participações S/A.

"Constitui-se em uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Capital do Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante a participação em empresas sediadas no país. Seu principal controlador é a Adecoagro LP, com sede nos Estados Unidos da América,

subsidiária indireta da Adecoagro S/A. A Adecoagro Brasil Participações S/A exerce a atividade de holding sucroalcooleira do Grupo Adecoagro no Brasil, com participação societária em empresas controladas, as quais atuam na produção de açúcar e etanol e na cogeração e comercialização de energia elétrica, a saber: Adecoagro Vale do Ivinhema Ltda. e Usina Monte Alegre Ltda. Adicionalmente, a Adecoagro Brasil Participações S/A mantém participação societária na coligada Fazenda Mimoso Ltda a qual integra o Grupo Adecoagro e que é controlada pela controladora da empresa, Adecoagro LP (Em 2010, também mantinha participação nas coligadas Adecoagro Comércio, Exportação e Importação Ltda e Ivinhema Agroenergia S/A." (ADECOAGRO, 2015)

O grupo detém as unidades agroindustriais Adecoagro - Angélica em Angélica/MS, a Adecoagro - Ivinhema em Ivinhema/MS e a Usina Monte Alegre em Monte Belo/MG. As duas unidades do Mato Grosso do Sul formam uma fusão territorial monopolística, pois, estão a menos de 40 km de distância. Em decorrência da crise vivida pelo setor o grupo estrangeiro discute sua saída da atividade no Brasil:

"A Adecoagro, companhia de investimentos agrícolas controlada por George Soros, cansou de moer cana-de-açúcar e transformar seu caixa em bagaço. Com perdas em torno de US\$ 100 milhões nos últimos três anos, os norte-americanos ensaiam uma drástica guinada em sua operação no Brasil.

Aos poucos, a companhia vai se afastando do setor sucroalcooleiro e se aproximando cada vez mais da área de energia elétrica. **Desde o ano passado, a Adecoagro procura um comprador para as suas três usinas de álcool e açúcar no país**, duas no Mato Grosso do Sul e uma em Minas Gerais." (RELATÓRIO RESERVADO, 2015) (Sem negrito e grifos no original)

Na safra 2012/13 o grupo moeu 4,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar ocupando o 22º lugar no *ranking*, produziu 281 mil toneladas de açúcar ficando em 27º lugar, e, destilou 183 mil metros cúbicos de etanol ocupando o 25º lugar. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14 o grupo moeu 6,4 milhões de toneladas de cana (22º lugar), produziu 282 mil toneladas de açúcar (21º lugar) e, destilou 183 mil m³ de etanol (25º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014) Possuía também, em 31 de dezembro de 2014, área de 124.412 hectares com cana-de-açúcar plantada em Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, sendo 9.145 hectares em terras próprias e 115.267 hectares em terras arrendadas. (REUTERS, 2015)

O grupo Unialco e a Colgua Investments S/A

O vigésimo terceiro grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional Unialco oriundo principalmente da família Zancaner. Este grupo possui duas usinas (Unialco - Guararapes em

Guararapes/SP (1982) e Alcoolvale em Aparecida do Taboado/MS (2000), e uma terceira Vale do Paraná S/A (2011) na qual detém 50% e, está associado à empresa estrangeira Colgua Investments S/A, uma joint venture entre o grupo colombiano Inversiones Manuelita S/A (25%) e o grupo guatemalteco Pantaleón Sugar Holding S/A (25%). (IMPACTO ONLINE, 2013). Na safra 2013/14 o grupo moeu 6,0 milhões de toneladas de cana (23º lugar), produziu 204 mil toneladas de açúcar (27º lugar) e, destilou 146 mil m³ de etanol (29º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Santa Adélia

O vigésimo quarto grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional Santa Adélia cuja sede fica em Jaboticabal/SP, pertencente à família Bellodi. (THOMAZ JUNIOR, 1988) Possui três unidades agroindustriais: Usina Santa Adélia em Jaboticabal/SP, Usina Santa Adélia - Interlagos em Pereira Barreto/SP e Usina Santa Adélia - Pioneiros em Sud Mennucci/SP. Na safra 2013/14 o grupo moeu 5,8 milhões de toneladas de cana (23º lugar), produziu 212 mil toneladas de açúcar (27º lugar) e, destilou 350 mil m³ de etanol (13º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Itamarati

O vigésimo quinto grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional Itamarati cuja sede fica em Nova Olímpia/MT, pertencente à família Moraes (Olacyr de Moraes). Entre terras próprias e arrendadas conta com 67 mil hectares de área plantada com cana. Na safra 2013/14 o grupo moeu 5,4 milhões de toneladas de cana (24º lugar), produziu 220 mil toneladas de açúcar (26º lugar) e, destilou 253 mil m³ de etanol (18º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Titoto

O vigésimo sexto grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional Ipiranga Titoto cuja sede fica em Mococa/SP, pertencente às famílias Titoto e Cunali. Possui três unidades agroindustriais: Ipiranga - Mococa (Santo Alexandre) em Mococa/SP, Ipiranga - Descalvado em Descalvado/SP e Ipiranga - Iacanga em Iacanga/SP. Na safra 2013/14 o grupo moeu 5,4 milhões de toneladas de cana (25º lugar), produziu 303 mil toneladas de açúcar (20º lugar) e, destilou 221 mil m³ de etanol (21º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Santa Isabel

O vigésimo sétimo grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional Santa Isabel cuja sede fica em Novo Horizonte/SP, pertencente dois irmãos da família Graciano. Em 1977 construíram a Destilaria Santa Isabel voltada para a produção de aguardente, passando, a partir de 1983, a produção de etanol, e, em 1998 a produção de açúcar. Em 2006 começou a funcionar a segunda unidade do grupo no município de Mendonça/SP, visando formar uma fusão territorial monopolística. O grupo disputa a compra da unidade Monterey do Grupo Ruette no município de Ubarana/SP, distante 15 km da unidade Mendonça/SP. (JORNALCANA, 2015) Na safra 2013/14 o grupo moeu 5,3 milhões de toneladas de cana (26º lugar), produziu 435 mil toneladas de açúcar (17º lugar) e, destilou 157 mil m³ de etanol (27º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Antônio Farias

O vigésimo oitavo grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional de origem pernambucana Antonio Farias de cuja sede fica em Recife/PE. O Grupo pertence à família Farias e é gerido pela controladora Administradora Baía Formosa S/A (Eduardo José de Farias 71%, Maria Geralda Heráclio do Rêgo Farias 14,20% e Legacy Participações Ltda 14,80%, que por sua vez é controlada pelas pessoas físicas Farias). (VALOR GRANDES GRUPOS, 2012) O grupo possui cinco unidades: Vale Verde - Pedroza (1965) em Cortês/PE, Vale Verde - Baía Formosa (1974) em Baía Formosa/RN, Vale Verde - Anicuns (1997) em Anicuns/GO; Vale Verde - Itapaci (2000) em Itapaci/GO, Vale Verde - Itapuranga (2005) em Itapuranga/GO, Vale Verde - Taquarituba (2008) em Taquarituba/SP e Álcool Verde (2010) em Capixaba/AC. A região onde estão localizadas as unidades do Grupo no estado de Goiás apresenta tendência de formação de uma fusão territorial monopolística, particularmente quando somado aos projetos *greenfield* em Turvânia/GO e Itaberaí/GO. O Grupo Farias já adota com forma de organização de suas unidades produtivas o conceito de *cluster* como pode ser visto no Mapa 07 a seguir. Entretanto, está adequado apenas para as unidades do Estado de Goiás, pois, as demais funcionam como unidades isoladas. Na safra 2013/14 o grupo moeu 4,9 milhões de toneladas de cana (27º lugar), produziu 194 mil toneladas de açúcar (30º lugar) e, destilou 157 mil m³ de etanol (27º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

Mapa 07



Fonte: GRUPO FARIAS, 2015.

O grupo Batatais

O vigésimo nono grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional Batatais cuja sede fica em Batatais/SP, e pertence a um ramo da família Biagi oriundos da Usina da Pedra. Em 1985 foi constituída a Destilaria Batatais Ltda, que foi adquirida no mesmo ano, pelos acionistas da Usina da Pedra, através da Serrana Agropecuária S/A. Os atuais sócios, Bernardo Biagi e Lourenço Biagi, assumiram o controle da empresa em 1991. Foi em 29 de maio de 1992 que a denominação social foi alterada para Usina Batatais. Em 2007, foi inaugurada em Lins/SP a segunda unidade denominada Usina Lins. Sua colheita está 100% mecanizada, para a produção de etanol e açúcar. Na safra 2013/14 o grupo moeu 4,9 milhões de toneladas de cana (28º lugar), produziu 274 mil toneladas de açúcar (22º lugar) e, destilou 232 mil m³ de etanol (19º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo inglês BP Biofuels

O trigésimo grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo inglês BP Biofuels cuja sede fica em São Paulo/SP, pertencente

ao grupo mundial The British Petroleum Company. Possui três unidades: BP - Edéia em Edéia/GO, BP - Itumbiara em Itumbiara/GO e BP - Ituiutaba em Ituiutaba/MG. Na safra 2013/14 o grupo moeu 4,8 milhões de toneladas de cana (29º lugar), produziu 251 mil toneladas de açúcar (23º lugar) e, destilou 217 mil m³ de etanol (23º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Toniello

O trigésimo primeiro grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional Irmãos Toniello oriundos da família Toniello, cuja sede fica em Sertãozinho/SP. Possui três unidades: Toniello - Santa Inês em Sertãozinho/SP, Toniello - Virálcool/Pitangueiras em Pitangueiras/SP e Toniello - Virálcool/Castilho em Castilho/SP. As unidades Santa Inês e Virálcool/Pitangueiras formam uma fusão territorial monopolística, pois, estão a 30 km de distância, nas disputadas terras da região de Ribeirão Preto/SP. Na safra 2013/14 o grupo moeu 4,6 milhões de toneladas de cana (30º lugar), produziu 251 mil toneladas de açúcar (23º lugar) e, destilou 58 mil m³ de etanol (42º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Japungu

O trigésimo segundo grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional paraibano Japungu oriundos da família Cavalcante Mello, cuja sede fica em Santa Rita/PB. Possui quatro unidades: Japungu e Agroval em Santa Rita/PB, Cooper - Rubi em Rubiataba/GO e CRV -Industrial em Carmo do Rio Verde/GO. O Grupo Japungu formou duas fusões territoriais monopolísticas, uma no estado da Paraíba e outra no Estado de Goiás, pois, suas unidades estão a menos de 30 km de distância. Na safra 2013/14 o grupo moeu 4,59 milhões de toneladas de cana (31º lugar), produziu 65 mil toneladas de açúcar (41º lugar) e, destilou 217 mil m³ de etanol (22º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo espanhol Abengoa Bioenergy Co.

O trigésimo terceiro grupo monopolista territorializado na safra 2013/14, foi o grupo estrangeiro espanhol Abengoa Bioenergy Co., que atua no ramo da produção de etanol e biodiesel na Europa, Estados Unidos e Brasil. No país, adquiriu 100% do capital do grupo de empresas Dedini Agro, controlada por Adriano Ometto Participações Ltda, em 2007. O grupo Abengoa assumiu a Usina São Luiz, localizada em Pirassununga/SP,

e a Usina São João de São João da Boa Vista/SP, e depois arrendou a Usina Maluf Açúcar e Alcool em Santo Antonio da Posse/SP pertencente ao grupo Dulcini. O grupo monopolista estrangeiro Abengoa Bioenergy Co. moeu na safra 2012/2013 o total de 4,591 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzindo 392,7 mil toneladas de açúcar, ficando em 19º lugar, e, destilando 105 mil metros cúbicos de etanol ocupando o 48º lugar no *ranking* nacional. (ANUÁRIO DA CANA, 2013) Na safra 2013/14 o grupo moeu 4,5 milhões de toneladas de cana (32º lugar), porém, não divulgou os dados referentes à produção de açúcar e de etanol. (ANUÁRIO DA CANA, 2014) Em 2015 o grupo entrou com pedido de recuperação judicial.

O grupo Carlos Lyra

O trigésimo quarto grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional alagoano Carlos Lyra com sede em Maceió/AL. Possui cinco unidades: Caeté - Cachoeira em Maceió/AL, Caeté - Marituba em Igreja Nova/AL, Caeté - Matriz em São Miguel dos Campos/AL, Caeté - Futura em Veríssimo/MG e Caeté - Paulicéia em Paulicéia/SP. Na safra 2013/14 o grupo moeu 4,4 milhões de toneladas de cana (33º lugar), porém, não divulgou os dados referentes à produção de açúcar e de etanol. (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Aurélio Nardini

O trigésimo quinto grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional paulista Aurélio Nardini com uma unidade no município de Vista Alegre do Alto/SP. Em 1973 o italiano Aurélio Nardini montou um engenho de aguardente na Fazenda Vista Alegre, dele nasceu a Nardini Agroindustrial Ltda, uma empresa do Grupo Aurélio Nardini. Possui uma segunda unidade agroindustrial em Aporé/GO. Na safra 2013/14 o grupo moeu 3,5 milhões de toneladas de cana (34º lugar), produziu 275 mil toneladas de açúcar (22º lugar) e, destilou 116 mil m³ de etanol (33º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Pitangueiras

O trigésimo sexto grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional Pitangueiras. Sua origem é de 1975 quando a família Andrade montou a Indústria de Aguardente São Rafael Ltda na Fazenda Santa Rita, município de Pitangueiras/SP. Em 1978 foi alterada a razão social para Indústria de Aguardente Pitangueiras Ltda, e, em 1984, transforma-se em Destilaria Pitangueiras Ltda passando a produzir etanol. Em 2001, inaugura sua produção de açúcar tornando-se Pitangueiras

Açúcar e Álcool Ltda, ou simplesmente Usina Pitangueiras a partir de 2015. Na safra 2013/14 o grupo moeu 3,8 milhões de toneladas de cana (35º lugar), produziu 203 mil toneladas de açúcar (28º lugar) e, destilou 75 mil m³ de etanol (39º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Jales Machado

O trigésimo sétimo grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional Jalles Machado de Goianésia/GO. Constituiu em 1980 a Goianésia Álcool S/A, cuja razão social foi alterada posteriormente para Jalles Machado S/A, e, em 2007 construiu a segunda unidade. Assim, o grupo possui duas unidades no mesmo município: unidade Jalles Machado e unidade Jalles Machado - Otávio Lage. Constitui-se assim, como uma fusão territorial monopolística. Na safra 2013/14 o grupo moeu 3,7 milhões de toneladas de cana (36º lugar), produziu 179 mil toneladas de açúcar (32º lugar) e, destilou 115 mil m³ de etanol (33º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Bertin - Infinity Bio-Energy

O trigésimo oitavo grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional Bertin que está associado ao grupo estrangeiro panamenho Infinity Bio-Energy. A empresa estrangeira entrou no setor no ano de 2007 comprando usinas e destilarias endividadas. Adquiriu a Cridasa em Pedro Canário/ES, a Disa e a Montasa em Conceição da Barra/ES, a Ibirálcool em Ibirapuã/BA, a Alcana em Nanuque/MG, a Cepar em Paraíso/MG e a Usinavi (ex-Coopernavi) em Naviraí/MS. A estratégia de ação era a constituição de uma fusão territorial monopolística: "a aquisição reforça a estratégia da Infinity que prevê a criação de "clusters" em locais que permitam a integração logística, administrativa e comercial." (JORNAL DA CANA, 2007) Com a crise de 2008, a empresa entrou em recuperação judicial em 2009. O Grupo Bertin assumiu a empresa através da aquisição de 71% dos ativos pela Tinto Holding, em 2010. Dessa forma, o Grupo Bertin assumiu o controle da Infinity. Seis unidades foram dadas em garantia aos credores que aprovaram o plano de recuperação judicial, exceto a "A Usinavi foi a única das usinas controladas pela Infinity que não foi dada como garantia aos credores que aprovaram o plano de recuperação." (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010). As unidades Cridasa, em Pedro Canário/ES, Alcana, em Nanuque/MG, e Central Paraíso, em São Sebastião do Paraíso/MG estavam fechadas em 2015. Em operação estavam as unidades Disa em Conceição da Barra/ES, a Ibirálcool, em Ibirapuã/BA, e a Usina Naviraí, em Naviraí/MS. Na safra 2013/14 o grupo moeu 3,6 milhões de toneladas de cana (38º lugar), produziu 190 mil

toneladas de açúcar (31º lugar) e, destilou 138 mil m³ de etanol (30º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo São Manoel

O trigésimo nono grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo nacional São Manoel de São Manoel/SP. O grupo possui uma única unidade a Usina Açucareira São Manoel S/A. Na safra 2013/14 o grupo moeu 3,5 milhões de toneladas de cana (39º lugar), produziu 220 mil toneladas de açúcar (27º lugar) e, destilou 144 mil m³ de etanol (30º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

O grupo Cargill (ex-Ruette)

O quadragésimo grupo monopolista territorializado na safra 2013/2014 foi o grupo internacional Cargill de Paraíso/SP (ex-Ruette). O grupo possui duas unidades a Cargill Paraíso em Paraíso/SP e a Cargill - Monterey em Ubarana/SP. Em maio de 2015 as duas unidades foram colocadas à venda, e disputavam a compra os grupos Guarani/Tereos, Nardini Agroindustrial e Santa Isabel, porém, a compra ficou com o grupo norte-americano Black River Agriculture Fund2 de propriedade da Cargill. Do total de R\$830 milhões, R\$530 milhões foram destinados em assunção de dívidas, e R\$300 milhões aplicados na operação. (VALOR, 2015) Dessa forma, o grupo Cargill (ex-Ruette) é mais um que se soma ao capital internacional. Na safra 2013/14 o grupo moeu 3,5 milhões de toneladas de cana (40º lugar), produziu 167 mil toneladas de açúcar (33º lugar) e, destilou 162 mil m³ de etanol (26º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

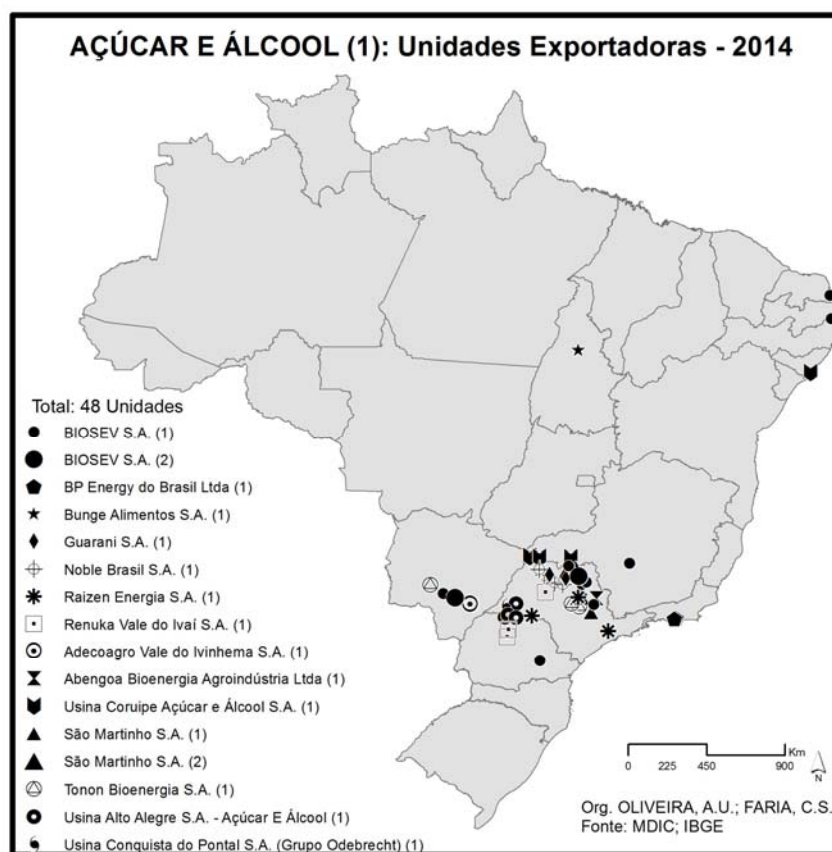
A seguir o mapa 07 contém várias unidades de exportação em 2014 dos principais grupos do setor sucroenergético.

Os demais grupos do setor sucroenergético

Além dos quarenta principais grupos, havia na safra 2013/14 outros 62 que operavam como monopólios territorializados: **São Fernando (BR)** (Dourados/MS) 3,4 milhões de toneladas de cana (41º lugar) que entrou em recuperação judicial em 2013; **Toledo (BR)** (Penedo/AL, Marechal Deodoro/AL, Cajueiro/AL e Borá/SP) 3,3 milhões de toneladas de cana (42º lugar); **José Pessoa (BR)** (Japoatã/SE, Brasilândia/MS, Sidrolândia/MS e Icém/SP) 3,2 milhões de toneladas de cana (43º lugar); **Umoe Bioenergy (NO)** (Sandovalina/SP) 3,1 milhões de toneladas de cana (44º lugar); **Coopcana (BR)** (São Carlos do Ivaí/PR) 3,09 milhões de toneladas de cana (45º lugar); **Tavares De Almeida** (Itapetininga/SP e Cerqueira César/SP) 3,0 milhões de toneladas de cana (46º lugar); **Santo**

Antônio (Matriz de Matriz de Camaragibe/AL e São Luiz do Quitunde/AL) 2,987 milhões de toneladas de cana (47º lugar); **Ferrari (BR)** (Porto Ferreira/SP) 2,986 milhões de toneladas de cana (48º lugar); **Goiasa (BR)** (Goiatuba/GO) 2,838 milhões de toneladas de cana (49º lugar); **Serra Grande (BR)** (Sirinhaém/PE e São José da Laje/AL) 2,831 milhões de toneladas de cana (50º lugar); **São José da Estiva (BR)**

Mapa 07

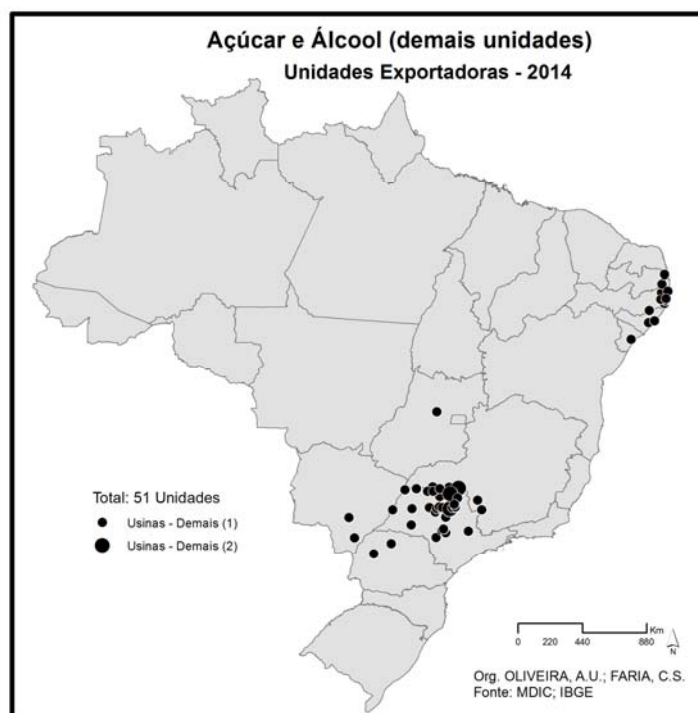


(Novo Horizonte/SP) 2,811618 milhões de toneladas de cana (51º lugar); **Guaíra (BR)** (Guaíra/SP) 2,811268 milhões de toneladas de cana (52º lugar); **Cerradinho Bio (BR)** (Chapadão do Céu/GO) 2,77 milhões de toneladas de cana (53º lugar); **USA Santo Ângelo (BR)** (Pirajuba/MG) 2,6 milhões de toneladas de cana (54º lugar); **Copródia (BR)** (Campo Novos do Pareci/MT) 2,564 milhões de toneladas de cana (55º lugar); **Cia. Melhoramentos Norte Paraná (BR)** (Jussara/PR e Nova Londrina/PR) 2,543 milhões de toneladas de cana (56º lugar); **Bevap (BR)** (João

Pinheiro/MG) 2,471 milhões de toneladas de cana (57º lugar); **Santa Fé (BR)** (Nova Europa/SP) 2,458 milhões de toneladas de cana (58º lugar); **Rio Vermelho - Glencore (SU)** (Junqueirópolis/SP) 2,251 milhões de toneladas de cana (59º lugar); **Jacarezinho (BR)** (Jacarezinho/PR) 2,223 milhões de toneladas de cana (60º lugar); **CMAA - Vale do Tijuco - Indoagri Cingapura (CI)** (Uberaba/MG) 2,217 milhões de toneladas de cana (61º lugar); **DASA (BR)** (Nova América da Colina/PR) 2,17958 milhões de toneladas de cana (62º lugar); **Barrálcool (BR)** (Barra dos Bugres/MT) 2,179128 milhões de toneladas de cana (63º lugar); **Da Mata (BR)** (Valparaíso/SP) 2,166 milhões de toneladas de cana (64º lugar); **CEVASA - Cargill (USA) (63%) Canagrill (BR) (37%) (USA)** (Patrocínio Paulista/SP) 2,121 milhões de toneladas de cana (65º lugar); **Eqm (BR)** (Rio Formoso/PE, Rio Largo/AL, Arraias/TO e Confresa/MT) 2,0 milhões de toneladas de cana (66º lugar); **Santa Helena (BR)** (Nova Andradina/MS) 1,098 milhões de toneladas de cana (67º lugar); **São Domingos (BR)** () 1,885 milhões de toneladas de cana (68º lugar); **Diné (BR)** (Santa Rita do Passa Quatro/SP, Maringá/PR e Bom Jesus do Araguaia/MT) 1,832 milhões de toneladas de cana (69º lugar); **Sabarálcool (BR)** (Engenheiro Beltrão/PR e Perobal/PR) 1,778 milhões de toneladas de cana (70º lugar); **Araporã (BR)** (Araporã/MG) 1,783 milhões de toneladas de cana (71º lugar); **Carolo (BR)** (Pontal/SP) 1,832 milhões de toneladas de cana (72º lugar); **Olival Tenório (BR)** (Colônia Leopoldina/AL e Campo Alegre/AL) 1,738 milhões de toneladas de cana (73º lugar); **Cooperb (BR)** (Lambari D'Oeste/MT e Mirassol D'Oeste/MT) 1,719 milhões de toneladas de cana (74º lugar); **Rio Pardo (BR)** (Cerqueira César/SP) 1,714 milhões de toneladas de cana (75º lugar); **Trapiche (BR)** (Sirinhaém/PE) 1,705 milhões de toneladas de cana (76º lugar); **Olho D'Água (BR)** (Camutanga/PE) 1,674 milhões de toneladas de cana (77º lugar); **Sonora Estância (IT)** (Sonora/MS) 1,655324 milhões de toneladas de cana (78º lugar); **Naoum (BR)** (I e II Jaciara/MT E Santa Helena de Goiás/GO) 1,655222 milhões de toneladas de cana (79º lugar); **JB (BR)** (Vitória de Santo Antão/PE e Linhares/ES); 1,593 milhões de toneladas de cana (80º lugar); **Itajobi (BR)** (Catanduva/SP) 1,550 milhões de toneladas de cana (81º lugar); **Andrade - Companhia Energética Vale do São Simão (BR)** (Santa Vitória/MG) 1,526 milhões de toneladas de cana (82º lugar); **DCBIO - Della Coletta (BR)** (Bariri/SP) 1,473 milhões de toneladas de cana (83º lugar); **Agrovale (BR)** (Juazeiro/BA) 1,462 milhões de toneladas de cana (84º lugar); **Triunfo (BR)** (Boca da Mata/AL) 1,439 milhões de toneladas de cana (85º lugar); **Água Bonita (BR)** (Tarumã/SP) 1,412 milhões de toneladas de cana (86º lugar); **Ester (BR)** (Cosmópolis/SP) 1,392 milhões de toneladas de cana (87º lugar); **Santa Lúcia (BR)** (Araras/SP) 1,302 milhões de toneladas de cana (88º lugar); **Balbo (BR)** (São Francisco e Santo Antônio - Sertãozinho/SP)

1,300 milhões de toneladas de cana (89º lugar); **Bioenergia (BR)** (Lucélia/SP) 1,210 milhões de toneladas de cana (90º lugar); **Cooperval (BR)** (Jandaia do Sul/PR) 1,203 milhões de toneladas de cana (91º lugar); **Petribú (BR)** (Lagoa de Itaenga/PE) 1,201 milhões de toneladas de cana (92º lugar); **Caçu (BR)** (Vicentinópolis/GO) 1,093 milhões de toneladas de cana (93º lugar); **Agroserra (BR)** (São Raimundo das Mangabeiras/MA) 1,054 milhões de toneladas de cana (94º lugar); **WD (BR)** (João Pinheiro/MG) 1,053 milhões de toneladas de cana (95º lugar); **São Luis (BR)** (Ourinhos/SP) 1,013582 milhões de toneladas de cana (96º lugar); **Branco Peres (BR)** (Adamantina/SP) 1,013065 milhões de toneladas de cana (97º lugar); **Sinimbu (BR)** (Jequiá da Praia/AL) 0,963 milhão de toneladas de cana (98º lugar); **VREC Bom Sucesso (Vital Renewable Energy Co.) (USA)** (Goiatuba/GO) 0,946 milhão de toneladas de cana (99º lugar); **Alvorada do Bebedouro (BR)** (Garanésia/MG e Santo Anastácio/SP) 0,812 milhão de toneladas de cana (100º lugar); **Ipojuca (BR)** (Ipojuca/PE e Serranópolis/GO) 0,811 milhão de toneladas de cana (101º lugar); **Cabrera Energética - ADM (USA)** () 0,710 milhão de toneladas de cana (102º lugar). (ANUÁRIO DA CANA, 2014) O mapa 08 a seguir contém as demais unidades exportadoras no ano de 2014.

Mapa 08



Esses 102 grupos do setor foram responsáveis na safra de 2013/14 por 552 milhões de toneladas de cana-de-açúcar moída (84,5%). Há ainda outros grupos no setor que não moeram cana nesta safra ou não informaram os dados.

Entre eles estão: **Aralco (BR)** (Santo Antônio do Aracanguá/SP, Araçatuba/SP, Buritama/SP, General Salgado/SP e Auriflama/SP); **Bazan (BR)** (Pontal e Bela Vista em Pontal/SP); **Bertolo** (Pirangi/SP e Flórida Paulista/S); **Canabrava (BR)** (Rio de Janeiro/RJ e Campos dos Goytacazes/RJ); **Central Energética Rio Doce Colorado (BR)** (Cachoeira Alta/GO e Caçú/GO); **Cocal** (Paraguaçu Paulista/SP e Narandiba/SP); **Comanche Clean Energy (USA)** (Canitar/SP e Tatuí/SP); **Extra Bioenergia (BR)** (Nova Alvorada do Sul/MS, Jaraguari/MS, Campo Grande/MS e Bandeirantes/SP); **Fernando Maranhão (BR)** (Escada/PE e Ribeirão/PE); **Furlan (BR) (BR)** (Santa Bárbara D' Oeste/SP e Avaré/SP); **Itaiquara (BR)** (Tapiratiba/SP e Passos/MG); **Jatiboca (BR)** (Urucânia/M e São Pedro Dos Ferros/MG); **João Lyra (BR)** (Coruripe/AL, União dos Palmares/AL, Atalaia/AL, I e II Em Canápolis/MG); **João Santos (BR)** (Goiana/PE e Coelho Neto/MA); **Santo Ângelo (BR)** (Pirajuba/MG e Veríssimo/MG); **São Luiz (BR)** (Santa Cruz Cabralia/BA e Medeiros Neto/BA); **Una (BR)** (Tamandaré/PE, Maraial/PE e Sapé/PB); **Unial (BR)** (Amélia Rodrigues/BA e Lajedão/BA); e, **Virgolino de Oliveira (BR)** (Ariaranha/SP, José Bonifácio/SP e Monções/SP). (ANUÁRIO DA CANA, 2014)

Além desses grupos há ainda um número significativo de unidades isoladas de produção de açúcar e etanol que não estão listados em função de que o MAPA não disponibiliza mais os dados estatísticos por unidade industrial.

4.1.2. A territorialização do monopólio no setor de celulose, papel e madeira

No setor de celulose, papel e madeira plantada também predomina o processo de territorialização do monopólio, apresentam, portanto, o processo de aquisição e/ou fusão, com os grupos nacionais "comprando" ou fundindo-se com grupos internacionais. O processo tem semelhança e diferenças em relação ao setor sucroenergético, pois, nele há também a presença da tríade: concentração econômica, formação de grupos monopolistas através de aquisições, fusões e associações, e, sua mundialização. Assim, neste setor ocorre principalmente o processo de concentração econômica vertical, e, em menor grau aquele de concentração econômica horizontal. A formação dos grupos monopolistas por sua vez obedece a lógicas distintas, pois, entre os produtores de celulose e papel

destacam-se os grupos monopolistas dos capitalistas nacionais, mas, no setor de madeira destacam-se os grupos estrangeiros, particularmente os chilenos associados.

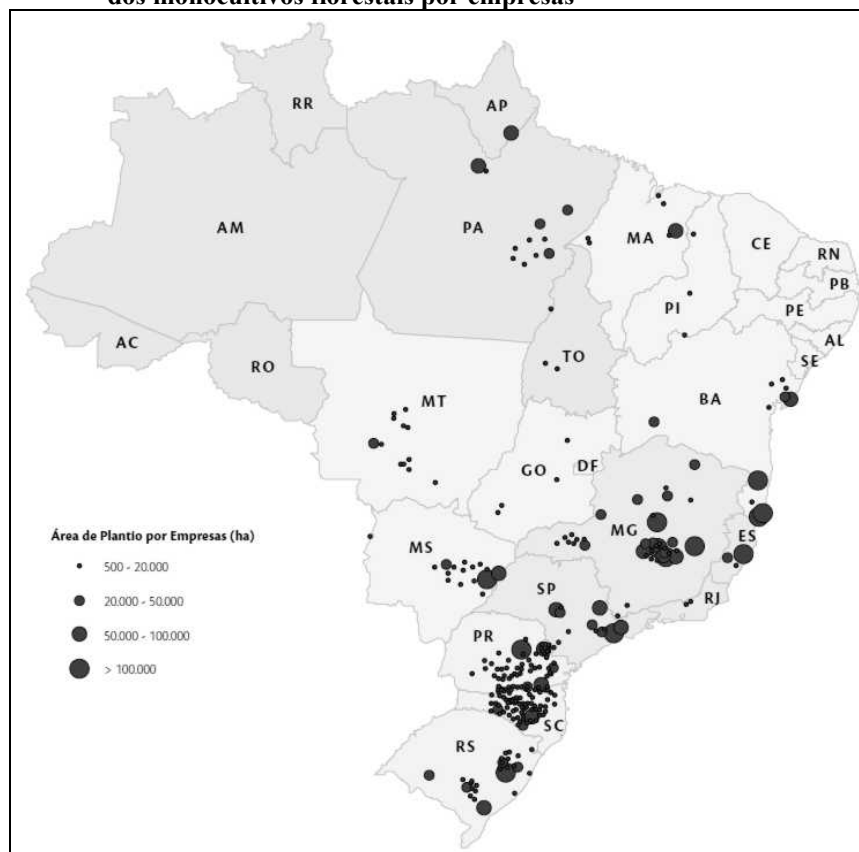
A expansão do monocultivo de florestas para celulose, papel e madeira no Brasil tem aumentado significativamente, pois, em 2012, a área ocupada por eucalipto e pinus chegou a 6,665 milhões de hectares, sendo que o eucalipto ficou com 5,102 milhões (76,6%) e o pinus com 1,563 milhões de hectares (23,4%). A distribuição territorial do cultivo de eucalipto se fez de forma desigual, pois, 28,2% concentram-se em Minas Gerais e é destinado basicamente para a produção de carvão vegetal empregado parque siderúrgico daquele estado. Depois, vem São Paulo com 20,4% cujo destino quase exclusivo vai para o setor de celulose e papel. A seguir está a Bahia com 11,9%, também destinado a produção de celulose. O Mato Grosso Sul já aparece em quarto lugar com 11,5%, devido à implantação de novas unidades industriais na região de Três Lagoas/MS. Neste estado a silvicultura do eucalipto cresceu cinco vezes entre 2006 e 2012. Em quinto lugar está o Rio Grande do Sul com 5,6%; em sexto está o Espírito Santo com 4,0%; em sétimo o Paraná com 3,9%; em oitavo o Maranhão com 3,4%; em nono o Pará com 3,2%; em décimo o Pará com 3,1%, e, os demais estados ficam com 24,8%. O monocultivo do pinus ocorre mais concentrado ainda, destacando-se em primeiro lugar o 43,5% da área plantada; Santa Catarina está em segundo com 34,5%; Rio Grande do Sul com 10,6% ficou em terceiro; em quarto aparece São Paulo com 9,3%, e os demais estados com 2,1%. Dessa forma, em termos totais Minas Gerais tem a maior área plantada com monocultivos florestais com 23,8%, São Paulo 17,8%, Paraná 12,3%, Santa Catarina 9,7%, Bahia 9,3%, Mato Grosso do Sul 9,0%, Rio Grande do Sul 6,7%, Espírito Santo 3,1%, Maranhão 2,6%, Pará 2,4% e, os demais estados com 3,3%. O mapa 09 a seguir mostra a distribuição territorial da área dos monocultivos florestais por empresa.

O grupo Votorantin e a Fibria Celulose S/A

Um exemplo de monopólio territorializado no setor de celulose, papel e madeira, é o caso do Grupo Votorantin da família Ermírio de Moraes, que comprou as ações do grupo de origem norueguesa e de outros grupos nacionais na Aracruz Celulose, depois da venda de 49,99% das ações do Banco Votorantin para o Banco do Brasil. O Grupo Votorantin contou também, com a colaboração do BNDESPar para fundir-se com a Aracruz formando-se a Fibria Celulose S/A:

"(...) a VID (Votorantim Industrial), que engloba a VCP e outras unidades industriais do grupo, informou ao mercado o fechamento do negócio. Caso desistisse, a VCP teria de pagar multa de R\$ 1 bilhão.

Mapa 09 - Distribuição territorial dos monocultivos florestais por empresas



Fonte: Anuário Estatístico da ABRAF 2013 ano base 2012, p. 40

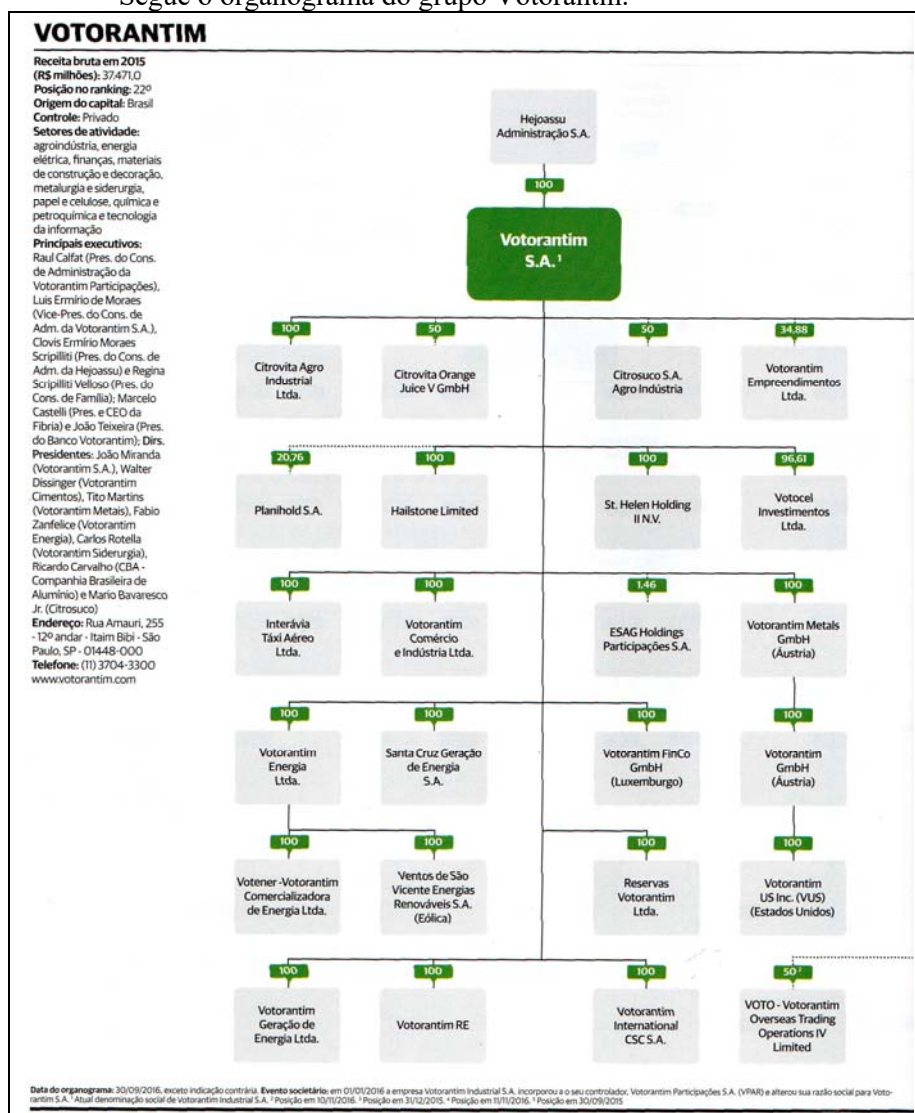
Nessa retomada do negócio, a Votorantim pagará R\$ 2,710 bilhões por 28% das ações da Aracruz pertencentes à Arapar, que estavam nas mãos das famílias Lorentzen, Almeida Braga e Moreira Salles." (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009)

Dessa forma, a Fibria Celulose S/A abriu seu capital em bolsa e passou a ter a seguinte composição acionária em 2015: Votorantim Industrial S/A 29,42%, BNDESPar 29,16% J. Safra Asset Management Corp. 6,0%, Conselho de Administração, Fiscal e Diretoria 0,00%, Ações em tesouraria 0,06% e Free Float 35,36%. (FIBRIA, 2015) Além da unidade industrial em Aracruz/ES a empresa controla 51% da Portocel (em sociedade com a Cenibra Celulose Nipo-Brasileira S/A 49% que pertence à Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co., Ltd. - JBP) e 50% da Veracel Celulose S/A (joint venture em sociedade com a finlandesa Stora Enso). Detém também, uma joint venture com a Weyerhaeuser Company na Bahia Produtos de Madeira S.A, que opera no setor de

produção de madeira de eucalipto da marca Lyptus, para os setores moveleiros e de construção. (MALINAS, 2013, p.168)

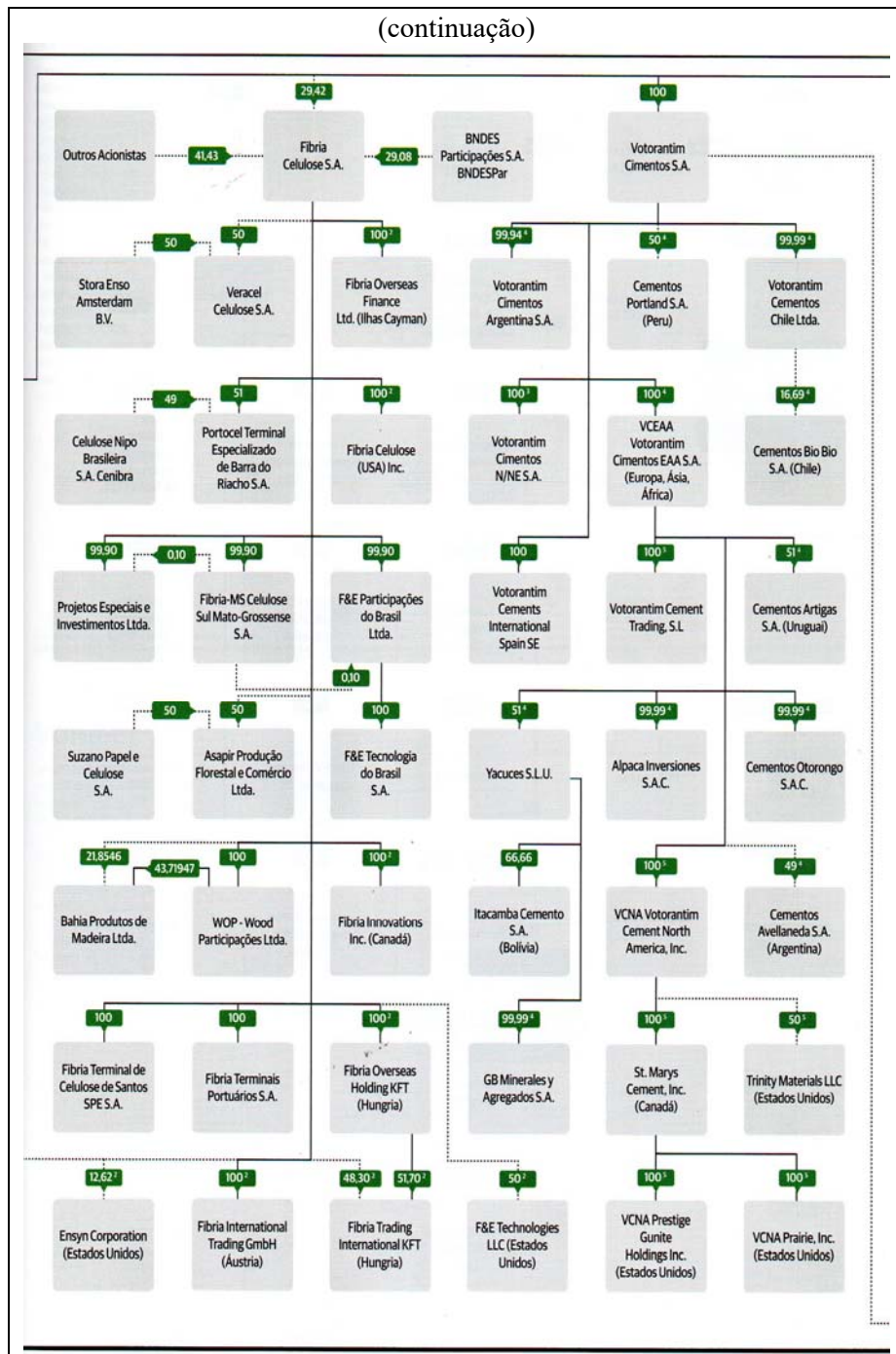
A empresa possui quatro unidades industriais localizadas em Três Lagoas/MS, Aracruz/ES, Jacareí/SP e Eunápolis/BA. Controla 1,080 milhão de hectares de terras (terras próprias, arrendadas e de fomentos), onde tem plantado 675 mil hectares de eucalipto nos estados de MS, ES, MG, RJ, SP, BA e RS. Produziu 5,250 milhões de toneladas de celulose branqueada de eucalipto. (MALINAS, 2013, p. 125)

Segue o organograma do grupo Votorantim.



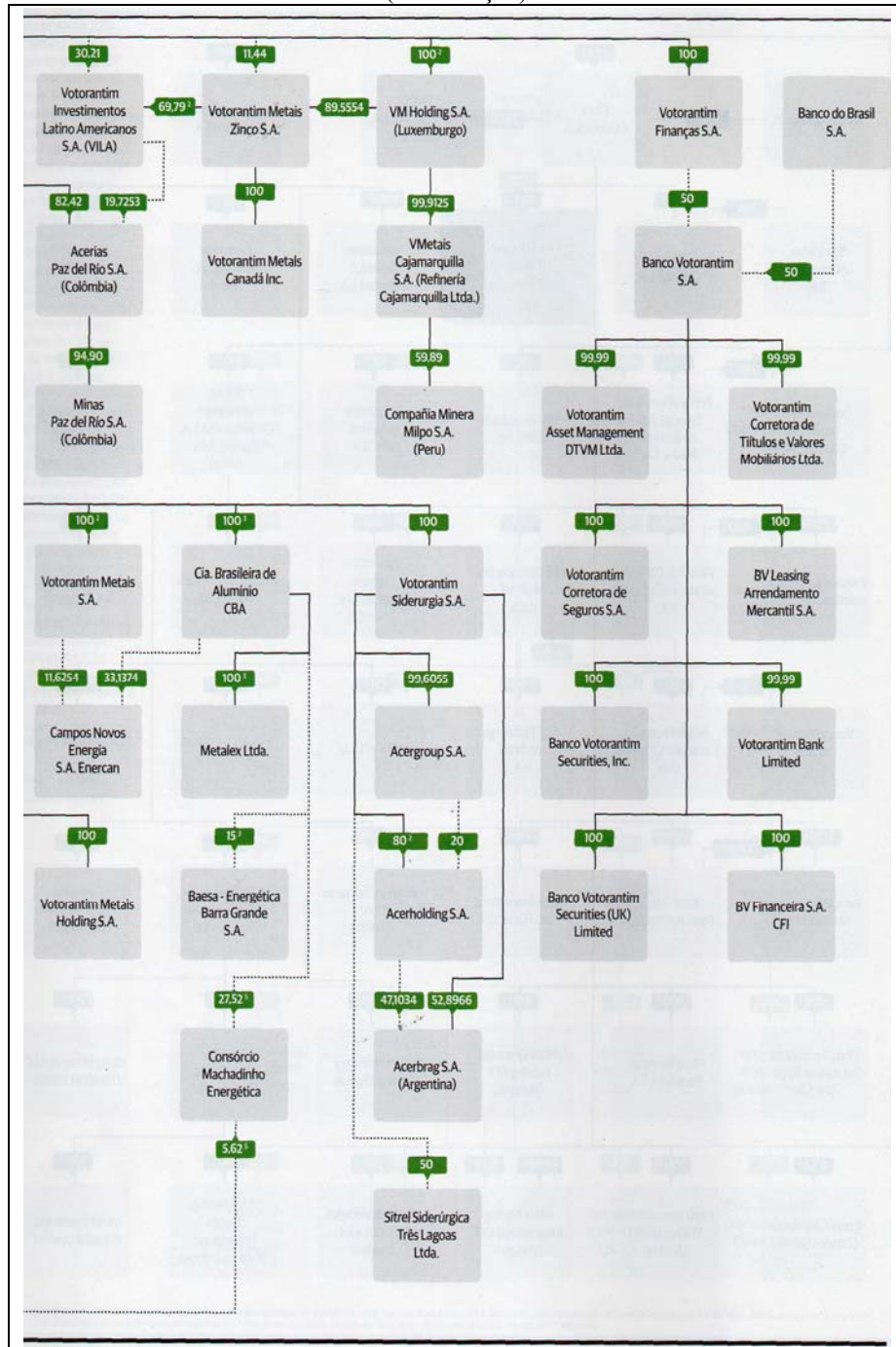
(VALOR, 2016, p. 204)

(continuação)



(VALOR, 2016, p. 205)

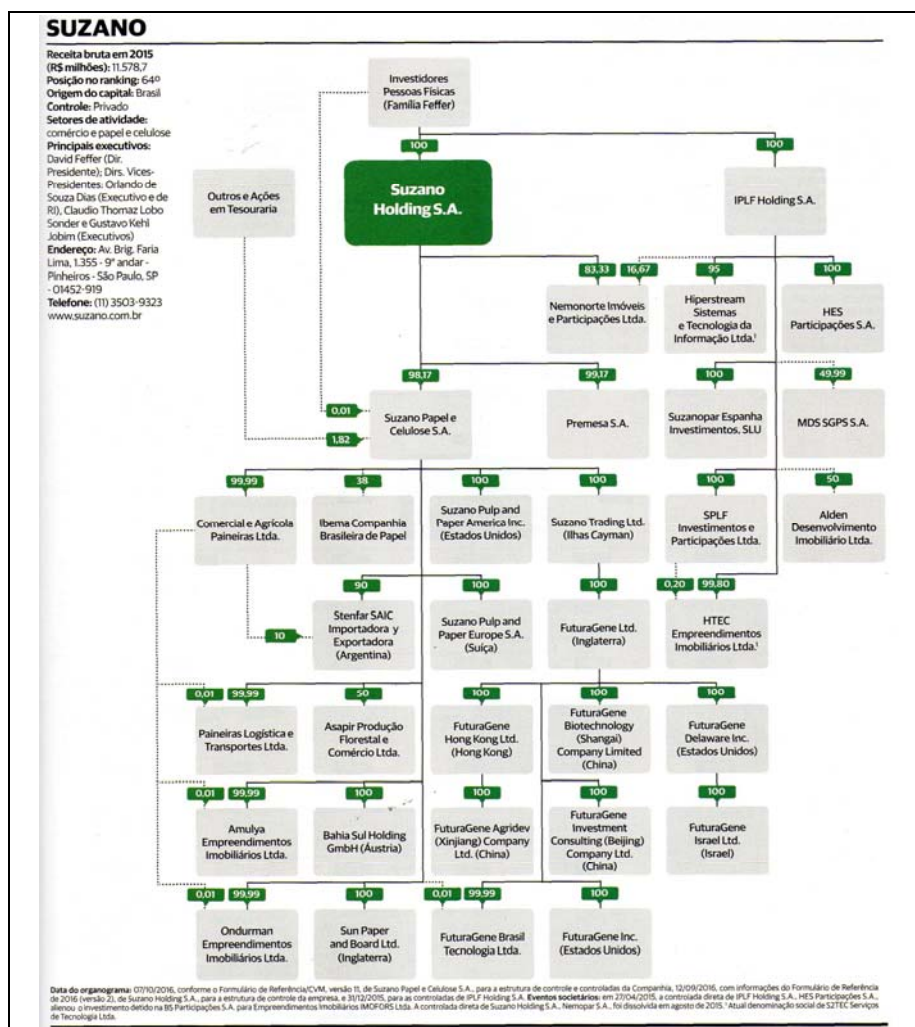
(continuação)



(VALOR, 2016, p. 206)

O grupo Suzano/Feffer

Outro grupo empresarial do setor é Suzano Papel e Celulose S/A, que pertence à família Feffer. Como empresa de capital aberto com ações em bolsa, tem os seguintes acionistas principais: Suzano Holding S/A 32,3%; David Feffer 4,4%; Daniel Feffer 4,0%; Jorge Feffer 3,8%; Ruben Feffer 3,9%; Controladores e Administradores 8,1% (estes acionistas formam o grupo controlador com 56,5%) Ações em Tesouraria 2,1%; BNDESPar 11,7% e, Outros Acionistas 29,7%. Segue o organograma do grupo Suzano.



(VALOR, 2016, p. 197)

O grupo Suzano tem sete unidades industriais: Suzano/SP (duas), Embu/SP, Limeira/SP (ex Conpacel); Mucuri/BA (onde está a ex-unidade Bahia Sul adquirida da Vale); a unidade Imperatriz/MA e outra projetada para o Piauí. (MALINAS, 2013, p.149/150) As unidades industriais mantêm 819 mil hectares de terras (próprias e arrendadas) nos Estados de SP, BA, ES, MG, TO, PI e MA, dos quais 354 mil hectares estão ocupados com eucalipto e 296 mil hectares são áreas de preservação ambiental. Além dessas áreas, há também, aquelas plantadas por produtores locais pelo programa de fomento (Programa de Parceria Florestal). Produziu 1,800 milhão de toneladas de celulose branqueada e semibranqueada e 1,287 milhão de toneladas de papel. (SUZANO, 2013)

Desde 2008, o governo da Bahia tem feito estudos que revelam a aceleração na concentração fundiária provocada pela presença da Suzano e Fibria no sul do estado, onde vários municípios já possuem mais de 30% de sua superfície com o monocultivo do eucalipto:

"Pouco depois, em 2008, foi feito um estudo sobre a ampliação dos plantios de eucalipto no Extremo Sul da Bahia pelo Instituto do Meio Ambiente da Bahia (BAHIA, 2008a, p. 9), que averiguou “[...] uma situação preocupante de alta concentração fundiária [no Extremo Sul da Bahia] especialmente nos municípios de Nova Viçosa, Alcobaça, Mucuri, Caravelas e Ibirapôa. ” Isso porque a Suzano e a Aracruz (atualmente Fibria) detinham juntas, com plantações de eucalipto, 44% das terras de Nova Viçosa, 34,3% das de Alcobaça, 34% das de Caravelas e 33,5% das de Mucuri (BAHIA, 2008a, p. 9). (MALINAS, 2013, p.148)

A Veracel Celulose S/A

A Veracel Celulose S/A localizada também, no sul da Bahia é outro grupo monopolista territorializado no setor de celulose. Pertence a dois grupos monopolistas mundiais: a nacional Fibria Celulose S/A e a sueco-finlandesa Stora Enso. Cada uma detém 50% do capital da empresa. O grupo tem 249.751 hectares de terras (próprias, arrendadas e de fomentos) com 110.895 hectares com monocultivo de eucalipto. Produziu 1,055 milhão de toneladas de celulose branqueada na unidade industrial localizada em Eunápolis/BA. (MALINAS, 2013, p.125) A empresa tem o Terminal Especializado Barra do Riacho S/A – Portocel, especializado para exportação de celulose para o mercado mundial.

A Cenibra - Celulose Nipo-brasileira S/A

Neste setor há também, o monopólio territorializado representado pelo grupo Cenibra - Celulose Nipo-Brasileira S/A. Pertence ao grupo

japonês Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co., Ltd. - JBP. O grupo controla 254.756 hectares de terras em Minas Gerais, das quais 129.606 hectares tem o monocultivo de eucalipto. Produziu 1,199 milhão de toneladas de celulose branqueada na unidade industrial localizada no município de Belo Oriente/MG. (MALINAS, 2013, p.125)

O grupo norte-americano International Paper Co.

Outro monopólio territorializado no setor é o grupo norte-americano Internacional Paper Company que possui três unidades industriais no Brasil: Mogi Guaçu/SP, Luis Antônio/SP e Três Lagoas/MS. Controla 105.500 hectares de terras (próprias, arrendadas e fomento) onde tem o monocultivo de 81.500 hectares de eucalipto em São Paulo e Minas Gerais, e, produziu 794,3 mil toneladas de papéis. (MALINAS, 2013, p.125) Em 2006, a International Paper e a VCP - Votorantim Celulose e Papel fizeram uma troca de ativos que redefiniu a ação monopolista das duas empresas no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul:

"O diretor-presidente da VCP (Votorantim Celulose e Papel), José Luciano Penido, anunciou ontem troca de ativos com a americana International Paper. A VCP transferirá para a International Paper sua unidade de produção de celulose e papel no município de Luiz Antonio (SP) e as reservas florestais da unidade. A International Paper vai transferir para a VCP uma planta de celulose em construção avaliada em US\$ 1,15 bilhão e terras e florestas plantadas em Três Lagoas (MS)." (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013)

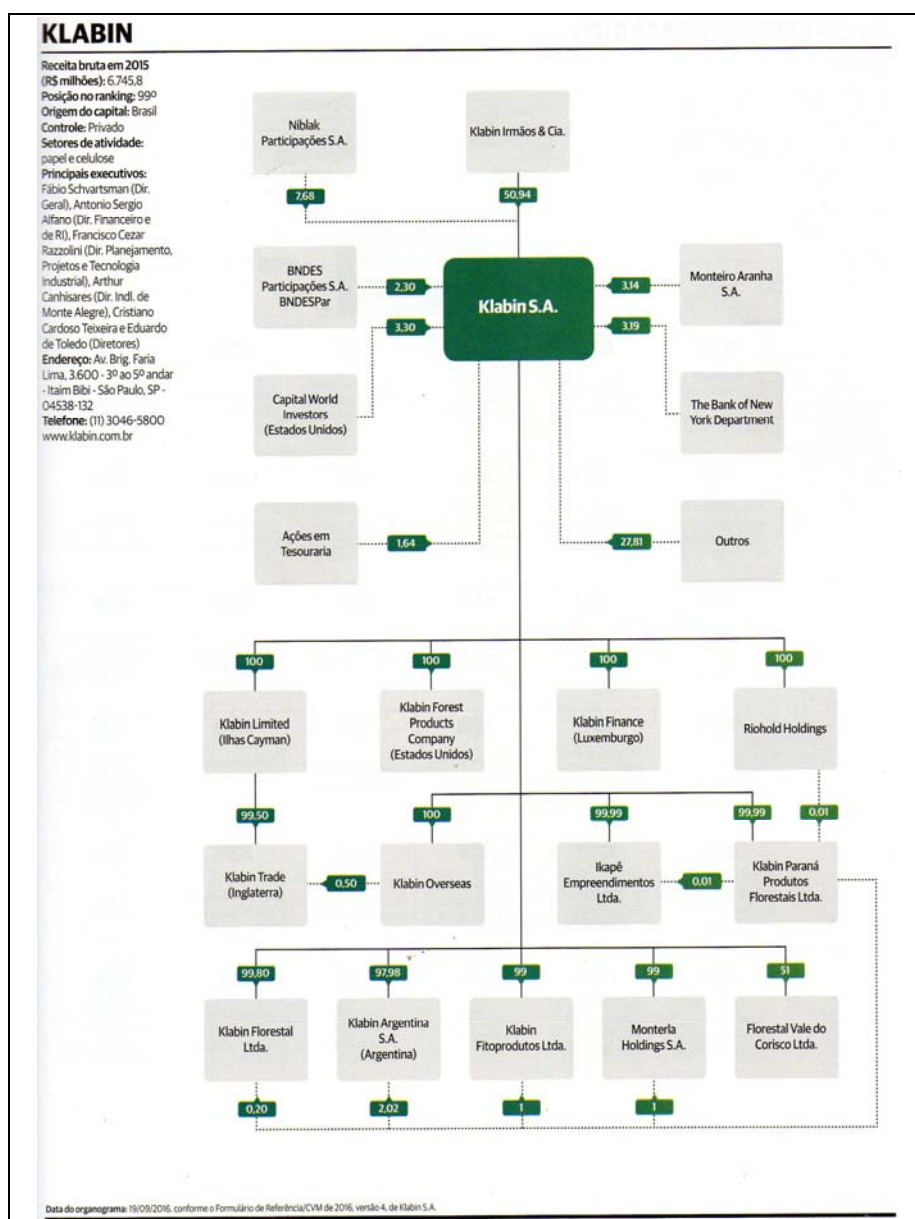
Assim, a Internacional Paper com a unidade de Luis Antonio/SP e de Mogi Guaçu/SP pode realizar uma fusão territorial monopolista entre suas duas unidades que estão a uma distância média de 170 km, porém, os maciços com eucaliptos das duas unidades estão separados em média por 40 km.

O grupo Klabin

No setor de celulose há também o grupo nacional Klabin S/A que está territorializado em quatro unidades industriais com plantio da matéria-prima (Angatuba/SP, Correa Pinto/SC, Otacílio Costa/SC e Monte Alegre/PR) e outras doze unidades industriais que não processam diretamente a madeira como matéria-prima (Piracicaba/SP, duas unidades em Jundiá/SP, Betim/MG, Lajes I e II/SC, Itajaí/SC; Feira de Santana/BA; Guapimirim/RJ; São Leopoldo/RS, Goiana/PE e Distrito Industrial de Pilar na Argentina).

O grupo controla 458 mil hectares de terras em SP, SC e PR (próprias, arrendadas e fomento), praticando o monocultivo de pinus e

eucalipto em 213 mil hectares e deixando 245 mil hectares como reserva nativa. Produziu 1,900 milhão de toneladas de papéis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais. (MALINAS, 2013, p.125) Segue o organograma do grupo Klabin.



(VALOR, 2016, p. 167)

O grupo Orsa

A Jarí Celulose, Papel e Embalagens S/A é outro grupo monopolista territorializado do setor. Pertence ao grupo nacional Orsa e tem oito unidades: Almerim/PA; Manaus I e II/AM; Rio Verde/GO; Suzano/SP, Nova Campina/SP, Paulínia/SP e Franco da Rocha/SP. Porém, a unidade de maior relevância histórica é de Almerim que teve como origem o Projeto Jari idealizado pelo bilionário norte-americano Daniel Keith Ludwig e seu sócio Joaquim Nunes Almeida. No início dos anos 1980 o empreendimento foi entregue a um grupo de empresários nacionais liderados por Augusto Azevedo Antunes que fora sócio da Bethlehem Steel na ICOMI - Indústria e Comércio de Minério S/A na exploração do manganês da Serra do Navio no Amapá. No ano 2000 passou a ser controlada pelo grupo nacional Orsa. Tem o controle de 150 mil hectares de terras com o monocultivo de eucalipto em 99 mil hectares, e, produziu 346,5 mil toneladas de celulose branqueada e 283,7 mil toneladas de papéis para embalagens, chapas e embalagens de papelão ondulado. (MALINAS, 2013, p.125)

O grupo chileno CMPC

Há também, no setor a CMPC Celulose Riograndense que é uma empresa do grupo chileno CMPC. Possui uma unidade industrial em Guaíba/RS, onde produz uma média anual de 450 mil toneladas de celulose de fibra curta e 60 mil toneladas de papel de imprimir e escrever. A área total de terras é de 213 mil hectares, onde há em 126 mil hectares o monocultivo de eucalipto e onde há também, 78 mil hectares de reserva e preservação, distribuídos em 36 municípios rio-grandenses. (CMPC, 2015)

O grupo Lwartcel

Outra empresa monopolista do setor é a Lwartcel Celulose e Papel Ltda. Empresa nacional com sede em Lençóis Paulista/SP, pertence ao grupo Lwart. Produziu entre 1986 e 1988, celulose de pinus não-branqueada, mas, a partir de 1989, começou a produzir celulose branqueada de eucalipto. Dessa forma, fez a substituição das áreas de pinus pelo eucalipto, que foi completada em 1996. Possui controle de 40 mil hectares de terras (próprias, parcerias e em regime de fomento) localizadas em 26 municípios da região central do estado de São Paulo. (LWARTCEL, 2015)

O grupo norte-americano MWV Rigesa

A MWV Rigesa é outra empresa mundial do setor pertencente ao grupo norte-americano MeadWestvaco Corporation (MWV). Constituída em 1942, no município de Valinhos/SP produz embalagens de papelão ondulado, e, possui uma fábrica de papel, quatro de embalagens de papelão ondulado e o controle de 54 mil hectares de monocultivo de pinus e eucalipto, sendo que 21 mil hectares são destinados à reserva legal e preservação permanente. As unidades de embalagens de papelão ondulado, localizadas em Araçatuba/SP, Blumenau/SC, Pacajus/CE e Valinhos/SP. (MALINAS, 2013, p.125)

O grupo Santher

Há ainda no setor de celulose e papel o grupo Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S/A de origem nacional pertence à família Haidar. Foi constituída em 1938, e produz nas suas quatro unidades (Penha em São Paulo/SP, Governador Valadares/MG, Guaíba/RS e Fadlo Haidar em Bragança Paulista/SP) aproximadamente 200 mil toneladas por ano, sendo 155 mil toneladas de papéis descartáveis, e mais 45 mil toneladas de papéis de uso industrial. (MALINAS, 2013, p.125)

O grupo Bahia Speciality

Outro monopólio territorializado nesse setor é a Bahia Speciality Cellulose S/A. A empresa chinesa Sateri Holdings Limited tem o controle acionário da unidade brasileira localizada em Camaçari/BA. É empresa listada na bolsa de Hong Kong. Em 2003, foram adquiridas as empresas Klabin Bacell S/A e Copener Florestal Ltda., com a razão social de Bahia Pulp S/A, até 2010, quando assumiu a nova denominação. Produz 485 mil toneladas de celulose solúvel especial com alto teor de alfa, que pode ser aplicada como insumos para vernizes, esmaltes, emulsificantes e eSPessantes, papel celofane, filamentos para pneus, filtros para cigarros, invólucro de salsicha, cápsulas de remédios, lentes de contato, filmes fotográficos, ketchup, iogurtes, sorvetes, biscoitos, molhos, sopas e doces, produtos para maquiagem e cremes cosméticos, pasta de dentes e telas de LCD (*liquid crystal display*). A Bahia Specialty Cellulose possui uma área total de 150 mil hectares voltados para as atividades florestais, sendo que 84 mil hectares se destinam ao plantio de eucalipto, 58 mil hectares são as áreas de preservação permanente, reserva legal e vegetação nativa e os demais 18 mil hectares são ocupados com infraestrutura e estradas. (MALINAS, 2013, p.125)

O grupo Eldorado Brasil (JBS)

O último grupo a entrar no setor de celulose foi o Eldorado Brasil Celulose S/A, pertencente ao grupo nacional JBS do setor de carnes e derivados. Sua composição acionária tem 47,20% pertencente a J&F Investimentos do grupo JBS, 34,45% FIP Florestal que tem a participação dos fundos de pensões Petrus e Funcef; 16,39% da MJ participações S/A controlada pela J&F Investimentos e 1,96% da FIP Olímpia que é um fundo de investimentos detido pela administração do empreendimento. Tem uma unidade em Três Lagoas/MS que controla 151 mil hectares de terras sendo, 110 mil para o monocultivo de eucalipto e 41 mil hectares para preservação da vegetação nativa. Produziu 1,5 milhão de toneladas de celulose branqueada. (MALINAS, 2013, p.125)

O grupo Duratex

Neste mesmo setor do plantio de florestas ocorreu também a fusão entre a Duratex e a Satipel criando a maior empresa mundial de produção de painéis de madeira:

"A Duratex, controlada pela Itaúsa, e a Satipel anunciaram nesta segunda-feira a união das companhias, dando origem à maior indústria de painéis de madeira industrializada do hemisfério sul e oitava maior do mundo. A empresa combinada, que será denominada Duratex (...) enquanto a Satipel possui unidades produtivas no Sul do país e em Minas Gerais, a Duratex, dona também da marca Deca, tem fábricas concentradas no Estado de São Paulo, observou Penchas. A primeira tem a maior parte de sua produção voltada ao MDP e a segunda ao MDF, siglas em inglês que definem tipos de painéis de madeira usados, entre outras coisas, na fabricação de móveis. Juntas, as empresas têm entre 35 por cento e 40 por cento do mercado nacional de painéis de madeira (...) O acordo prevê a incorporação da Duratex pela Satipel, em uma operação baseada em ações. Com a conclusão do negócio, os controladores da Duratex terão 39,6 por cento da companhia combinada e os da Satipel ficarão com 17 por cento. A nova empresa será listada no Novo Mercado da Bovespa e terá *free float* acima de 40 por cento do capital." (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010)

Assim, a Itaúsa - Investimentos Itaú S/A controladora da Duratex S/A e a Companhia Ligna de Investimentos controladora da Satipel - Industrial S/A, ou seja, as fusões de empreendimentos das famílias Setubal e Seibel, dividiram a composição acionária da Duratex S/A ficando a Itaúsa (incluindo a família Setubal) com 40%; a Ligna (incluindo a família Seibel) com 20% e os demais 40% ficaram *free float*. O grupo Duratex possui cerca de 230 mil hectares (próprias e arrendadas) onde faz o monocultivo

de eucalipto e pinus e mantém as áreas de conservação com formações vegetais nativas, diferentes regiões do Estado de São Paulo, região do Triângulo Mineiro em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. (DURATEX, 2013)

O grupo Eucatex

Há também, neste setor de madeiras plantadas o grupo Eucatex S/A Indústria e Comércio que pertence majoritariamente à família Maluf. A empresa tem a seguinte composição acionária: Flavio Maluf 2,29% (brasileira), Grandfood Ind. e Comercio Ltda 3,18% (brasileira - família Maluf), Ubs Ag Zurich 6,51% (suíço), Unicorp Bank & Trust Ltd. 4,30% (Caimana), Amazon Horizon Fund 3,98% (Ilhas de Jersey), Bravia Brazil Llc - Bny Mellon Serviços Financeiros DtvM S/A 2,37% (estadunidense), Bravia Master Fundo de Investimentos de Ações 1,16% (estadunidense), Brascorp Participações Ltda 3,09% (brasileira - família Maluf), Paulo Salim Maluf 0,41% (brasileira), Otavio Maluf 1,58% (brasileira), Pasama Participações Sc Ltda 11,59% (brasileira - família Maluf), Latinvest Fund 12,30% (inglesa), Latin Amer Infrasture Fund 8,81% (inglesa), Mercosurian Challenge Fund 8,06% (inglesa), The Oryx Fund 7,39% (inglesa), Brazil Value Fund 7,29% (Ilhas de Jersey), Outros 15,16%, Ações Tesouraria 0,53%. Resumindo a composição acionária, a família Maluf detém 22,14% e representa o grupo de controle; os fundos estrangeiros têm 62,17%; outros investidores 15,16% e ações em tesouraria 0,53%. (BMF&BOVESPA, 2013)

O grupo Eucatex tem quatro fábricas (unidade de painéis e pisos em Botucatu/SP, unidade de chapas em Salto/SP, Eucatex tintas e vernizes também em Salto/SP), duas unidades florestais (Salto/SP e Botucatu/SP) e um viveiro de mudas em Bofete/SP. A empresa possui 27 mil hectares de terras distribuídas em vinte fazendas próprias nos municípios de Salto/SP, Capão Bonito/SP e Botucatu/SP. Aproximadamente 8 mil hectares são áreas de reservas e 19 mil hectares são utilizados pelos monocultivo do eucalipto. Sua distribuição pelos municípios contém em Salto/SP 1.969 hectares cultivados e 400 hectares de reservas; em Capão Bonito/SP há 2.704 hectares cultivados e 600 hectares de reservas e, em Botucatu/SP são 22.600 hectares cultivados e 6.700 hectares de reservas. (EUCATEX, 2013)

O grupo chileno Masisa

A Masisa S/A é uma empresa mundial de capital chileno de fabricação de painéis de MDF (Fibras de madeira de média densidade) e MDP (Partículas de madeira de média densidade) para a fabricação de

mobiliário e aplicação em design de interiores. Tem dois complexos industriais no Brasil um em Ponta Grossa/PR e outro em Montenegro/RS, e possui também, sete complexos industriais no Chile, e outros três na Argentina, México e Venezuela. Atua no país desde 1995, através da Masisa do Brasil Ltda. Em 2008 vendeu 75% dos ativos da planta de produção de painéis estruturais OSB em Ponta Grossa/PR para a Louisiana-Pacific South America S/A, e, em 2011, vendeu os 25% restantes. A empresa possuía em 2011, o total de 388.547 hectares de terras com 196.873 hectares de monocultivo de pinus, 25.460 hectares de eucalipto e 2.036 hectares de outras espécies. Suas terras estão distribuídas no Chile (145.658 hectares), Venezuela (147.443 hectares), Argentina (72.383 hectares) e Brasil (23.062 hectares). Este total de áreas no país tem 10.791 hectares com monocultivo de pinus, 1.537 hectares de eucalipto, 6 hectares de outras espécies perfazendo o total de 12.334 hectares plantados. Possui também outros 548 hectares para plantio, 9.511 hectares como reservas para preservação e 669 hectares com outros usos. (MASISA, 2013)

O grupo chileno Celulosa Arauco y Constitución

Outra empresa mundial chilena é Celulosa Arauco y Constitución S/A que possui atividades industriais e florestais no Chile, Argentina, Brasil, Uruguai, Estados Unidos e Canadá. Conta com seis plantas industriais de celulose, quatorze de painéis, nove serrarias e remanufatura, cinco de pisos e madeira compensada, doze usinas e uma área florestal de 1,7 milhões de hectares. A empresa é propriedade da Copec S/A (99,97%) e participa de uma joint venture de celulose com a Stora Enso que está construindo uma planta industrial em Montes del Plata no Uruguai, próximo da divisa do Brasil no sudoeste do Rio Grande do Sul. A empresa também se associou no Brasil à empresa sueco-finlandesa Stora Enso em três ativos localizados na cidade paranaense de Arapoti. Na fábrica de produção de papel *couchê* a Stora Enso tem 80% das ações e a Arauco, 20%. Na empresa florestal a divisão societária foi invertida a Stora Enso tem 20% e a Arauco, o controle com 80%. No terceiro ativo a Arauco assumiu 100% da serraria.

No Brasil conta com 145.109 hectares de terras, onde tem o monocultivo de pinus em 54.036 hectares e outros 20.479 hectares com eucalipto, e 152 hectares de outras espécies, somando no total 74.667 hectares cultivados. A empresa tem também outros 1.410 hectares para novos cultivos, 63.843 hectares como reservas nativas e 5.190 hectares com outros usos. A produção nestas terras é destinada a abastecer as três plantas de painéis de MDF e PBO, pisos MSD em Jaguariaíva, Curitiba e Piên no estado do Paraná.

Em 2011, a empresa mundial Arauco também, estabeleceu associação com a brasileira Klabin no Paraná, para fugir da legislação de aquisição de terras por estrangeiros:

"A Klabin deu ontem um passo importante no seu plano de expansão industrial ao anunciar um acordo com a chilena Arauco para a compra conjunta da Florestal Vale do Corisco por US\$ 473,5 milhões. A compra envolve 107 mil hectares de terras com 63 mil hectares de florestas plantadas no Paraná. Segundo comunicado da Klabin, a aquisição será realizada pela Centaurus Holdings S.A., que terá participação de 51% da Klabin e 49% da Arauco, e viabilizará o desenvolvimento de projetos específicos de cada empresa. O desembolso deve ser feito nesse mês. A compra é importante para os planos de expansão da Klabin, que incluem um projeto de produção de celulose no Paraná, que poderá envolver investimentos de R\$ 5,8 bilhões – entre fábrica e ativos florestais, segundo fontes de mercado. “Com a referida aquisição, a área florestal plantada da Klabin atingirá 243 mil hectares, dos quais 110 mil hectares estarão disponíveis para novos projetos industriais”, segundo informou o comunicado da companhia. A área de florestas que foi comprada, que era administrada pelo fundo Global Forest Partners (GFP), foi disputada também por outros fundos. Para a chilena Arauco, associar-se à Klabin é uma forma de driblar a restrição à compra de terras por estrangeiros. “Com a regra em vigor, as companhias e os fundos estão tendo de se associar com empresas brasileiras para adquirir terras”, lembra." (GAZETA DO POVO, 2013)

O grupo sueco finlandês Stora Enso

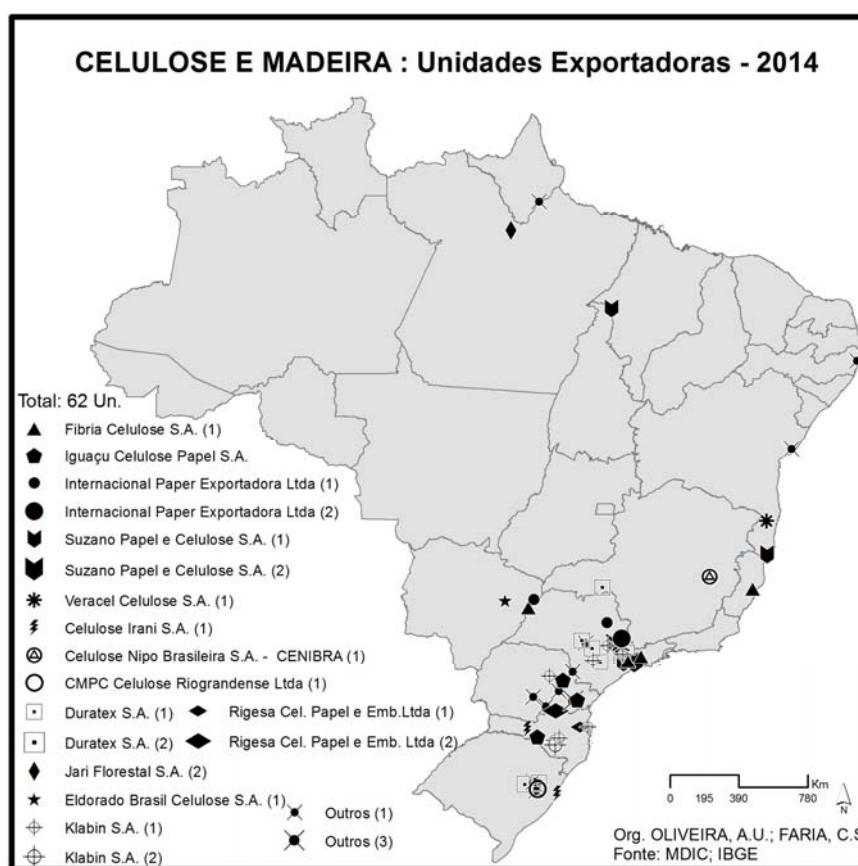
No início de 2012 a repórter Stella Fontes do jornal Valor Econômico, mostrou de forma impar o processo de mundialização que está ocorrendo no setor de celulose. Uma das maiores empresas mundiais a sueco-finlandesa Stora Enso, transfere sua sede de tomada de decisões da Europa para o Brasil:

"Em um processo de reorganização global que resultou na escolha inédita de uma operação fora da Europa como sede de tomada de decisões, a sueco-finlandesa Stora Enso aumentou a aposta nos negócios de celulose e colocou o Brasil como centro de sua estratégia para a área. A partir daqui, em um escritório moderno e recém-inaugurado no Itaim-Bibi, zona sul de São Paulo, o executivo Juan Carlos Bueno comandará a nova área, que vai concentrar os negócios de Biomateriais de uma das maiores papeleiras europeias. Em 2012, apenas essa unidade de negócio deverá faturar 1,1 bilhão. Para se ter uma ideia da relevância do escritório brasileiro, aqui ficarão seis dos oito executivos com cargos-chave da nova unidade. Os dois postos internacionais ficam na Suécia e na Finlândia. Sob o guarda-chuva da divisão de Biomateriais estão todas as fábricas de celulose de mercado da Stora Enso: Veracel (na Bahia),

Montes del Plata (em construção no Uruguai), Skutskär (Suécia) e Sunila e Enocell (na Finlândia). Juntas, as fábricas podem produzir 4,74 milhões de toneladas por ano da fibra. A unidade também incorporou áreas florestais no Estado do Rio Grande do Sul e plantações experimentais no Laos e Tailândia. Unidades integradas de papel, que também produzem a matéria-prima, ficaram em outra divisão. Reduzir a exposição à Europa e ao negócio de papel, que oferece rentabilidade inferior à alcançada em celulose, foi um dos vetores para a reorganização da tradicional indústria europeia. Isso não significa, contudo, que a companhia vá abandonar planos de expansão no negócio tradicional. O forte crescimento da demanda por *tissue* (papel higiênico) também foi levado em consideração no novo formato da corporação, que pretende avançar sobre esse mercado, especialmente em economias emergentes. Atualmente, a área de Biomateriais responde por cerca de 10% das vendas da Stora Enso e por mais de 10% dos lucros. Com a entrada em operação da fábrica uruguaia, que está sendo erguida em parceria com a chilena Arauco, a participação no faturamento consolidado deve ultrapassar 15%. Em 2010, a companhia faturou 10,3 bilhões. *"Essa é a primeira vez que uma área de decisão sai dos países escandinavos"*, ressalta Bueno. *"E a maior presença na América Latina não vai parar com a fábrica no Uruguai"*, acrescenta. A operação em Montes del Plata, com capacidade para 1,3 milhão de toneladas anuais de celulose e investimento de cerca de US\$ 2 bilhões, deve ser iniciada nos primeiros meses de 2013. Mais adiante, provavelmente em 2017, entraria em atividade a segunda linha da Veracel, joint venture com Fibria que produz celulose branqueada de eucalipto no sul da Bahia. Entre um projeto e outro, a europeia não descarta a possibilidade de aquisições ou nova sociedade no modelo feito com Fibria e Arauco. *"Temos uma posição de caixa sólida e planos de crescimento. Mas temos de avaliar se é um projeto que faz sentido para nossa estratégia, especialmente em termos de sustentabilidade"*, diz. A nova área de negócios, contudo, não será exclusivamente voltada à celulose - daí o nome Biomateriais. Conforme Bueno, colombiano de 44 anos que foi contratado no ano passado para o cargo de diretor para a América Latina da Stora Enso, a companhia vai explorar outros compostos da madeira, como a lignina. Até o fim do ano, a ideia é contar com uma equipe de pesquisa e desenvolvimento local, que trabalhará em sintonia com o grupo já em atividade na Europa. *"Já começamos, inclusive, a produzir microcelulose (aplicada na indústria de cosméticos, por exemplo) na Finlândia"*, afirma o vice-presidente da Stora Enso para América Latina, Otavio Pontes. O processo de reestruturação dividiu a Stora Enso em quatro grandes áreas de negócio. Ao lado de Biomateriais, aparecem as unidades de Escrever e Imprimir, Embalagem Reciclável e Construir e Viver (negócios com madeira). Neste momento, papéis representam 50% dos negócios da companhia. *"Esse é o mercado que menos cresce. Vamos nos voltar a outros mercados e outras geografias, e isso deve resultar em alteração nessa composição dos negócios"*,

reitera Bueno. Com 85 fábricas no total - a esmagadora maioria instalada em países europeus -, a Stora Enso opera ainda no Brasil uma unidade de produção de LWC, única fabricante de papel *couchê* de baixa gramatura na América Latina. A unidade está localizada em Arapoti, no Paraná." (FUSÕES&AQUISIÇÕES, 2013)

Mapa 10



O grupo franco germano Vallourec

Há também, no setor da silvicultura no Brasil, as empresas que produzem carvão vegetal para fins industriais como, por exemplo, a Vallourec S/A. É uma empresa mundial com sede em Paris na França. O mapa 10 a seguir contém as principais unidades exportadoras do setor em 2014.

Sua atuação no Brasil começou em 1997, quando foi criada uma *joint*

venture entre o grupo francês Vallourec e a alemã Mannesmannröhren-Werke GmbH. No ano 2000, a Vallourec incorporou a empresa brasileira Mannesmann S/A, passando a denominar-se V & M do BRASIL e, em 2013, mudou a denominação para Vallourec Tubos do Brasil S.A. Em 2005 o Grupo Vallourec adquiriu a participação da V & M TUBES (empresa alemã), e, passou a ser a única proprietária da Vallourec Tubos do Brasil S/A. A empresa possui uma unidade florestal que é responsável pelo monocultivo de eucalipto para produção de carvão vegetal, voltado para o abastecimento dos altos-fornos no processo de produção de tubos de aço. A sede administrativa da Vallourec unidade Florestal fica em Curvelo/MG e as áreas de monocultivo estão principalmente, nos municípios de Curvelo, João Pinheiro e Montes Claros no norte e noroeste do estado de Minas Gerais. A empresa mundial tem, aproximadamente, 232.000 hectares de terras distribuídas em vinte e duas fazendas em vinte e dois municípios mineiros. Nesta área total há 101.500 hectares com eucaliptos, e 80 mil hectares com áreas de reserva e preservação. (VMTUBES, 2013)

4.2. A monopolização do território na agricultura (*monopolization of territory in agriculture*)

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. Este processo gera o **controle monopolístico do território (*monopolistic control of the territory*)**, ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem territorializar os monopólios. Isto também, quer dizer, que se abrem possibilidades para o estabelecimento de alianças de classes entre aqueles que produzem de fato, em geral nacionais, e, aqueles que fazem estas mercadorias circularem pelo mundo. Assim, os proprietários de terras e os capitalistas aliam-se a empresas mundiais de diferentes setores sejam nacionais ou estrangeiras.

No Brasil, monopolizam o setor de grãos, as empresas mundiais Cargill, ADM, Bunge, LDC Commodities; Cofco, Los Globos, El Tejar e Enrique Bañuelos; as empresas nacionais Caramuru, Amaggi, Granol e etc. Essas empresas monopolistas atuam como *tradings* e, passaram a denominar a ação de comercialização dos produtos que exportam vindos dos produtores nacionais, através, do mecanismo de "**dar origem a**" ou **originar (originate)**. Ou seja, são as multinacionais ou empresas nacionais

mundiais que passam "**a dar a origem**" aos produtos que nunca produziram, mas para o mercado mundial, são "delas" os produtos. A mídia econômica tem traduzido o termo em inglês por **originação (origination)** dos grãos. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013)

4.2.1. As empresas mundiais de capital estrangeiro no setor de grãos e fibras

A seguir estão as principais empresas de capital estrangeiro que atuam no país, no setor de grão e fibras.

Cargill Incorporated

A maior empresa mundial do setor de grãos é a empresa norte-americana Cargill Incorporated. Sua história iniciou-se em 1865, quando seu fundador William Wallace Cargill se tornou proprietário de um armazém de grãos em Conover, no Iowa, localizada no final da McGregor & Western Railroad. Em 1867, a Cargill implantou mais armazém de grãos e uma serraria em Lime Springs, Iowa, junto com seus dois irmãos mais novos, e, no ano seguinte construiu outro em Austin no Minnesota. Em 1875 transferiu a sede para La Crosse no Wisconsin, porque lá ficava a conexão entre a Milwaukee Railroad e a Southern Minnesota Railroad. Em 1930, anos após as mortes dos fundadores da empresa, nasceu a Cargill Incorporated, e foi aberta uma unidade da empresa em Buenos Aires na Argentina. Em 1947, a Cargill abriu a unidade do Brasil denominada Cargill Agrícola e Comercial S/A e, dois anos depois, construiu dois silos em Arapongas/PR e Ourinhos/SP. (CARGILL, 2013)

O site oficial da Cargill Incorporated tem registrado dois anos diferentes de entrada da empresa no Brasil. O site mundial que aborda a história do grupo indica que foi em 1947 esta entrada, como pode se ver anteriormente. Porém, a página referente à Cargill no Brasil no ícone referente ao banco Cargill aparece o ano de 1965 como o início de suas atividades no país.

"A Cargill está no Brasil desde 1965 e suas origens estão no campo, em atividades agrícolas. A Cargill iniciou suas atividades em 1965, com a produção de sementes de milho híbrido, em Avaré, estado de São Paulo, quando Antônio Eduardo Marino, da Argentina, representando a Cargill Incorporated, e José Martins Pinheiro Neto, brasileiro, assinaram o contrato social de constituição da Cargill Agrícola Ltda." (CARGILL, 2013)

Assim, no Brasil a Cargill é uma empresa mundial de capital estrangeiro, e, o ano de 1965 marcou o registro do início de suas atividades

de produção e comercialização de híbridos a partir de sementes básicas fornecidas pelo governo estadual. Em 1967, a empresa passou a operar no Porto de Paranaguá, visando a exportação de produtos agrícolas.

No ano seguinte abriu filial em Cascavel/PR; e, fez a aquisição de uma fábrica de rações em Jacarezinho/PR. Em 1969, inaugurou mais duas fábricas, em Jundiá/SP, que foi substituída pela Unidade de Paulínia em 1975, e outra em Esteio/RS. Nos anos seguintes quatro novas fábricas de rações foram abertas em Araraquara/SP (1970), Belo Horizonte/MG (1971), Nova Iguaçu/RJ (1972) e Cruz Alta/RS (1973).

Em 1971 e 1973 abriu outras duas em Andirá/MG e Capinópolis/MG. Em 1970, iniciou a produção do óleo de soja da marca "Veleiro" consolidando a unidade de processamento de óleo e soja de Ponta Grossa/PR. Três novas fábricas de rações foram implantadas em Paulínia/SP, e Santa Luzia/MG, em 1975 e, São Lourenço da Mata/PE, em 1976. No mesmo ano passou a operar a unidade de processamento de aves em Jaguariúna/SP, e a unidade de processamento de soja em Mairinque/SP. No mesmo ano de 1976, a Cargill adquiriu a Citrobrasil em Bebedouro/SP e passou a operar no setor de suco concentrado de laranja, ativos que foram vendidos em 2004. A unidade de suco de laranja de Bebedouro/SP e as fazendas de Cajobi/SP e Comendador Gomes/MG), além da unidade frigorificada em Limeira/SP foram adquiridos pela Citrosuco e, as unidades de Uchôa/SP, as fazendas de Planura/MG e Frutal/SP pela Cutrale.

Em 1980, a Cargill de Ilhéus/BA, passou a processar e comercializar, em nível mundial, o cacau, para a produção de líquido, torta, pó e manteiga de cacau. A empresa comprou a Leon Israel Agrícola e Exportadora, com sede em Santos/SP e, em 1982, começou a operar unidade de processamento de soja em Monte Alto/SP. Em 1986 iniciou as atividades a unidade de produção de ração de Varginha/MG, e, em 1987, a de Guararapes/SP. Em 1996, a Cargill entrou no setor moageiro de trigo com a compra do Moinho São Valentin, em Tatuí/SP. Em 1998, iniciou o processamento de soja em Barreiras/BA, via arrendamento de uma fábrica lá instalada. "No final de junho de 1997 as operações de sementes da Cargill no Brasil foram vendidas para a Monsanto, como parte de uma transação mundial em que a Cargill, Incorporated vendeu as operações de sementes da empresa em 24 países, além das operações com venda e distribuição em 51 países para a Monsanto." Em 2000, inaugurou a fábrica de ácido cítrico em Uberlândia/MG e, em 2004, adquiriu a Seara Alimentos vendida em 2009 para o Frigorífico Marfrig. Em 2005 arrendou a unidade da Nestlé S/A em Porto Ferreira/SP, para produzir chocolate industrial. Em 2010 comprou os produtos de tomate da Unilever no Brasil.

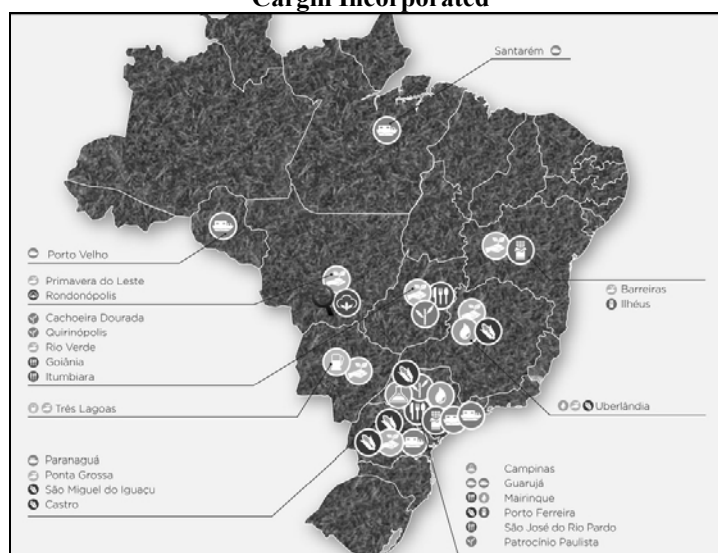
A Cargill, portanto, possui no Brasil sete unidades de grãos e processamento de soja: Mairinque/SP, Uberlândia/MG, Ponta Grossa/PR, Três Lagoas/MS, Barreiras/BA, Rio Verde/GO e Primavera do Leste/MT.

Em 2012, passou a produzir em Três Lagoas/MS, e, é detentora das marcas Liza, Maria, Mazola, Purilev, Veleiro, Olivia, La H Española, Gallo, Gourmet, Tarantella, Pomarola, Pomodoro e Elefante. (CARGILL, 2013) Em 2014, a Cargill Inc. adquiriu o negócio de chocolate da ADM Archer Daniels Midland envolvendo seis fábricas.

"A compra de seis fábricas da Archer Daniels Midland (ADM) vai aumentar a fatia da Cargill no mercado mundial de chocolate, mas o conglomerado do agronegócio ainda deve permanecer em segundo lugar, atrás da suíça Barry Callebaut. A Barry Callebaut estima que suas vendas de chocolate em 2012 tenham se aproximado de 1,2 milhão de toneladas, mais que o dobro do volume vendido por Cargill e ADM juntas. À época, as companhias ocupavam o segundo e o quarto lugar, respectivamente, no mercado global, segundo a Barry Callebaut. Um porta-voz da Cargill disse que a companhia, de capital fechado, não divulga dados de produção ou receita referentes aos seus negócios de chocolate." (EXAME, 2014)

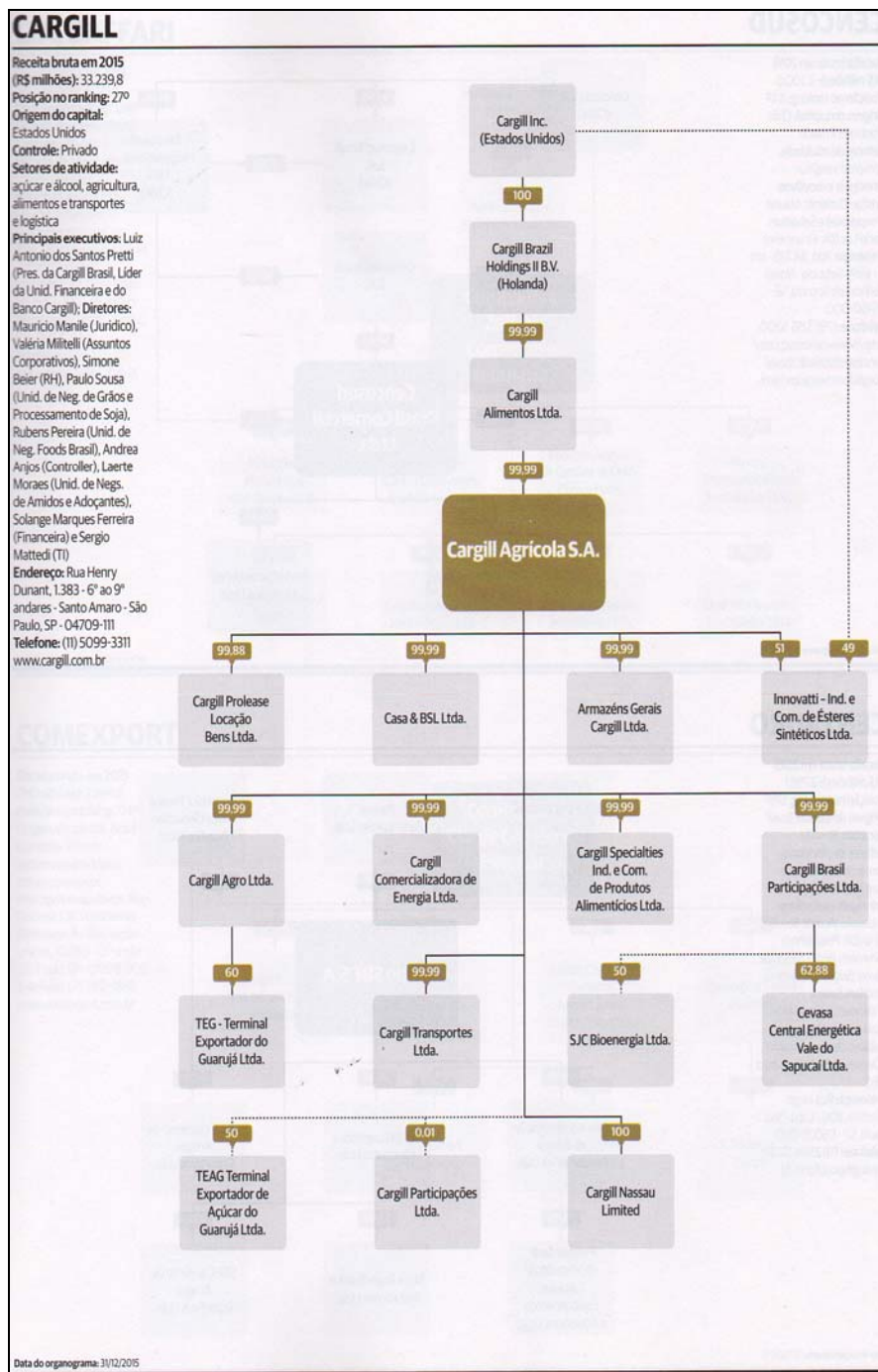
A ADM possuía operações de chocolate em Hazleton, Milwaukee e Georgetown, nos EUA; Ontario e Liverpool, no Reino Unido; Manage, na Bélgica; e Mannheim, na Alemanha. O mapa 11 contém a distribuição territorial das unidades da Cargill e o mapa 12 aquelas de exportação da empresa mundial em 2014.

Mapa 11 - Distribuição territorial das unidades da Cargill Incorporated



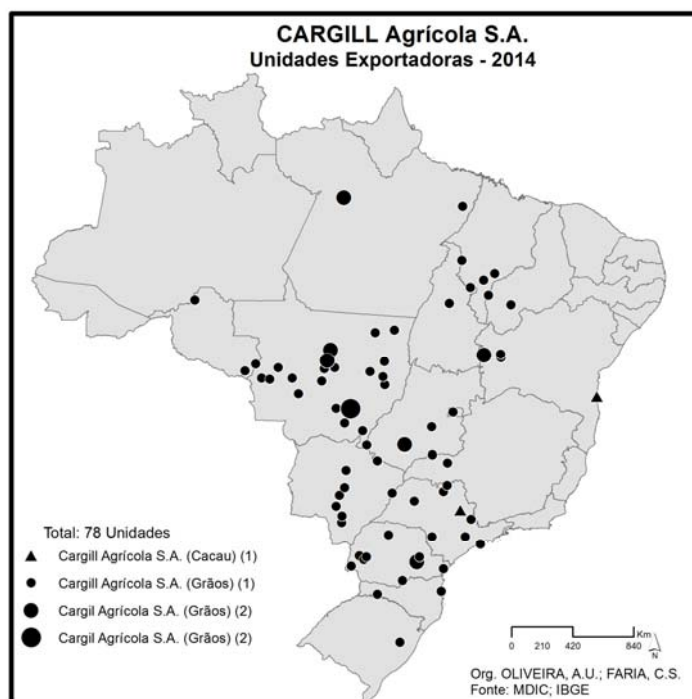
Fonte: CARGILL, Relatório Anual de 2012, p. 14.

A seguir o organograma da empresa Cargill Incorporated.



(CARGILL, 2016, p. 39)

Mapa 12



ADM - Archer Daniels Midland Company

Uma das maiores empresas mundiais do setor de grãos é ADM - Archer Daniels Midland Company. Sua história inicia-se em 1902, com a constituição da Archer-Daniels Linseed Company por George A. Archer e John W. Daniels que operava no ramo de esmagamento de linhaça. Em 1923, a empresa adquiriu a Midland Linseed Products Company, transformando ambas na Archer-Daniels-Midland Company. Em 1914, a empresa fez sua primeira expansão com o arrendamento de uma indústria de esmagamento de linhaça em Superior, Wisconsin, e, no ano seguinte, construiu outra unidade em Buffalo, New York. Em 1927, a Armour Grain Company é adquirida passando a constituir a unidade de grãos da empresa. Dois anos depois comprou a Werner G. Smith Company of Cleveland, Ohio, a maior empresa produtora de óleos essenciais dos Estados Unidos.

Em 1954, comprou a divisão de resinas da US Industrial Chemicals, com unidades em Newark, New Jersey, e Pensacola, Florida. Em 1971, adquiriu 83% do controle da Corn Sweeteners Inc., uma unidade processamento de milho a Cedar Rapids em Iowa, e, dois anos depois,

assumiu 50% da British Arkady.

Em 1980, comprou também, a The Peoria em Illinois, unidade industrial de etanol de milho; um ano depois a unidade de Cedar Rapids passou a produzir etanol de milho; e em 1982 comprou outra unidade de produção de etanol, a Clinton em Iowa. A partir de 1983, a ADM iniciou sua expansão mundial, comprando a A.C. Toepfer, criando a ADM Ásia-Pacífico Ltd. em Hong Kong.

Três anos depois, iniciou sua expansão na Europa, adquirindo fábricas da Unilever em Hamburgo e Spyck na Alemanha e a Europort na Holanda. Em 1992, construiu uma unidade-piloto para produção de biodiesel à base de óleo de canola em Leer na Alemanha. Dois anos depois, investiu na Wilmar Holdings, de Cingapura, e, na China, através da East Ocean Oils & Grains (EOGI) em Zhangjigang. Em 1997, iniciou suas atividades no Brasil adquirindo a unidade agrícola da Glencore do Brasil (sede em São Paulo, trinta e três silos e uma fábrica de processamento de fertilizantes). E, adquiriu também, da Sadia S/A quatro unidades de esmagamento, refino e envasamento de óleo de soja em Rondonópolis/MT, Campo Grande/MS, Joaçaba/SC e Uberlândia/MG.

Neste mesmo ano, a ADM comprou a Moorman Manufacturing Company e suas subsidiárias. No ano 2000 construiu cinco indústrias de esmagamento na China, e, um ano depois comprou a Doysan Yag Sanayii na Turquia e a Sociedad Aceitera del Oriente, S.A. (SAO) na Bolívia. Em 2002, a ADM completou a aquisição da Minnesota Corn Processors, LLC (MCP) assumindo as unidades de Marshall em Minnesota e Columbus no Nebraska; e, inaugurou uma nova fábrica de processamento de cacau em Hazleton, Pensilvânia. Em 2009, adquire a Schokinag - Schokolade-Industrie Herrmann GmbH & Co. KG, produtores de chocolate e cacau na Europa; incorpora também, uma unidade de esmagamento de sementes oleaginosas e refino de biodiesel em Olomouc, República Checa; inaugura a fábrica de processamento de cacau em Kumasi, Gana e a fábrica de etanol em Columbus, Nebraska. Em 2010, inicia a construção da usina de biodiesel em Joaçaba, Santa Catarina, Brasil; abre uma unidade de mistura de fertilizantes em Villeta, Paraguai e, adquire Elstar Óleos S/A, na Polônia. Em 2013, adquire em Porto Rico a NutriMix Feed Company and Granossa Corporation. (ADM, 2013)

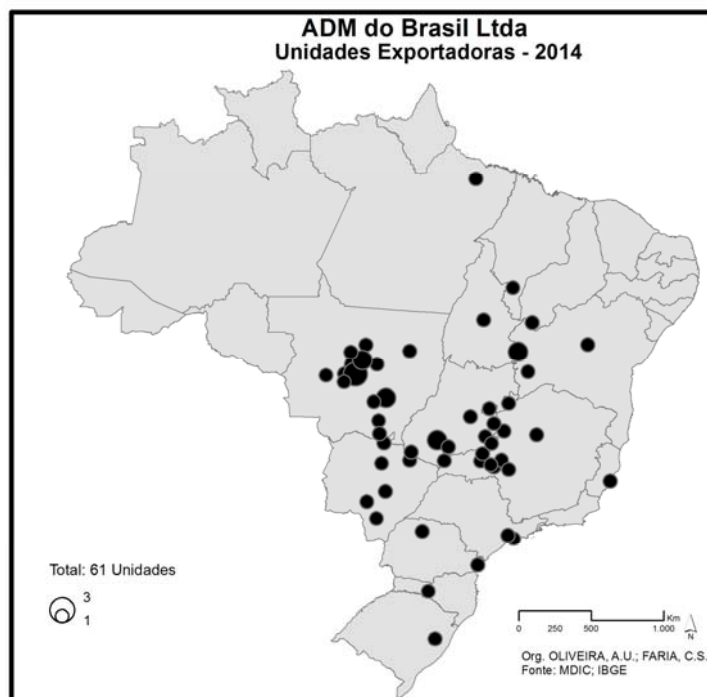
No final do ano de 2014, a empresa mundial ADM fez dois movimentos na direção de suas unidades de comercialização e processamento de cacau. Primeiro, vendeu as unidades de produção de chocolates para a Cargill, e, segundo, alienou suas unidades de processamento de cacau para a Olam Internacional, *trading* agrícola com sede em Cingapura, controlada por um consórcio liderado pela Temasek Holdings, também de Cingapura.

"Em mais um movimento de concentração no setor de cacau e derivados, uma das maiores empresas de agronegócios do mundo, a americana Archer Daniels Midland (ADM) chegou a um acordo com a Olam International Limited para vender seu negócio de processamento de cacau, por US\$ 1,3 bilhão, sujeito a ajustes. Trading agrícola com base em Cingapura, a Olam é uma das maiores fornecedoras mundiais de cacau. De acordo com comunicado da ADM, o negócio deve ser concluído no segundo trimestre de 2015 e não interfere na venda da área de chocolates da ADM para a Cargill, anunciada em setembro de 2014. *"Nós continuamos a gerir nosso portfólio para criar valor ao acionista, melhorando o retorno e reduzindo a volatilidade dos ganhos"*, afirmou, em comunicado, a CEO da ADM, Patricia Woertz. *"Essa transação nos permitirá redistribuir o capital para investimentos que ofereçam retornos melhores e menor volatilidade que o negócio de cacau, ou distribuir o excedente de capital aos acionistas, ou uma combinação de ambos."* (...) O negócio abrange as operações brasileiras de cacau em Ilhéus (BA) e as demais instalações de processamento da ADM em Mississauga, no Canadá; Koogaan de Zaan e Wormer, na Holanda; Mannheim, na Alemanha; Abidjan, na Costa do Marfim; Kumasi, em Gana; e Cingapura. Estão incluídas as centrais de compra da ADM no Brasil, Camarões, Costa do Marfim e Indonésia, bem como as marcas da empresa de Zaan e Unicaio. Os 1,5 mil funcionários da ADM nessa área serão transferidos para a Olam. (...) Em comunicado, a Olam afirmou que o acordo com a ADM vai incorporar um dos maiores processadores e fornecedores de derivados de cacau, com oito fábricas e capacidade total de processamento de 600 mil toneladas da amêndoa, dez armazéns, duas usinas, quatro centros de inovação, a marca de Zaan e sua franquia com mais de 2.150 clientes, e uma rede de comercialização em 16 países. O negócio a credenciará como uma das três maiores processadoras de cacau do mundo. (...) Fonte: Fernanda Pressinott e Carine Ferreira; Valor Econômico." (EGD NEGÓCIOS, 2014) (Sem itálico no original)

No Brasil, o início das atividades da ADM ocorreu em 1997, e, derivou da aquisição da Glencore's Brazilian e de unidades da Sadia S/A. A empresa transaciona anualmente, em média, cerca de onze milhões de toneladas de sementes oleaginosas, milho e trigo, operando silos com capacidade total de estocagem de 2,2 milhões de toneladas. Possui unidades de esmagamento, refino e envasamento de óleo de soja em Rondonópolis/MT, Campo Grande/MS, Joaçaba/SC e Uberlândia/MG que processam em média 4 milhões de toneladas de soja por ano, destinada a produção de óleos vegetais, ração animal e biodiesel. Entre as marcas de óleo de soja da empresa estão a Sadia, Resende, Concórdia e Corcovado. A empresa também tem unidades misturadoras de fertilizantes em Catalão/GO, Paranaguá/PR, Uberaba/MG, Rondonópolis/MT e Rio Grande/RS. Possui unidades de biodiesel em Rondonópolis/MT e Joaçaba/SC. No início de 2011 anunciou a construção de uma planta de

processamento de palma (dendê) em São Domingos do Capim/PA que iniciará suas atividades em 2016. O monocultivo da palma (dendê) será feito em parceria com 600 famílias de produtores agrícolas que terão a propriedade de metade da área de 12.000 hectares ocupada com o plantio. A empresa mundial tem também, a ADM Cocoa-Joanes, em Ilhéus/BA, que processa amêndoas de cacau para a produção de manteiga, liquor, pó e torta de cacau. A ADM comercializa bioativos para as indústrias de alimentos, suplementos, cosmética e petfood ingredientes de origem vegetal, tais como vitamina E Novatol, os antioxidantes mistura de tocoferóis Decanox, os fitoesteróis CardioAid e as isoflavonas de soja Novasoy. Sua unidade de Nutrição Animal distribui aminoácidos empregados na alimentação animal, tais como a L-Lisina HCl, L-Lisina Líquida e L-Treonina. A empresa possui uma rede logística para transporte anual de 15 milhões de toneladas de produtos através de rodovias, ferrovias e hidrovias. Tem a subsidiária SARTCO, que opera o transporte fluvial nas hidrovias Tietê-Paraná e Paraguai-Paraná. E, tem unidades de operação para exportações nos portos de Santos/SP, Tubarão/ES, Paranaguá/PR, São Francisco do Sul/SC, Rio Grande/RS, Ponta da Madeira/MA e Aratu/BA. A ADM fez suas exportações no ano de 2014 pelas unidades da empresa no país em 9 unidades da federação, que constam do mapa 13 a seguir.

Mapa 13



Bunge Limited

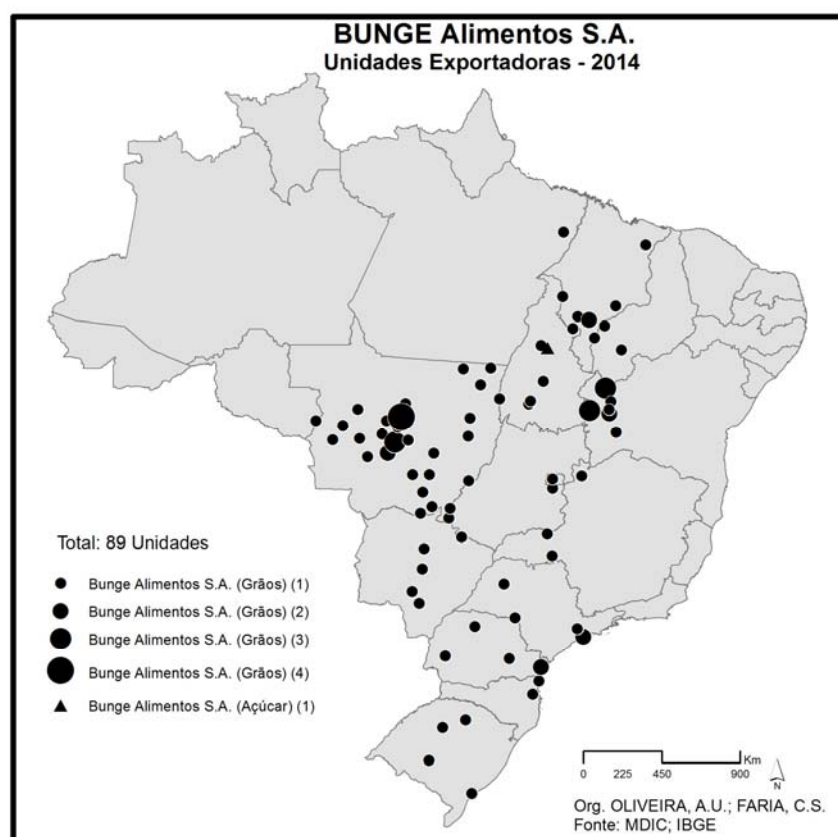
A Bunge Limited é uma das maiores empresas monopolista de alimentos do mundo. Fundada em 1818, como Bunge & Co, em Amsterdã, Holanda, por Johann Peter G. Bunge para comercializar grãos e produtos importados das colônias. Tem sede em White Plains, Nova York, Estados Unidos. Em 1876, seu neto Ernest Bunge abriu uma unidade na Argentina, e empresa está no Brasil desde 1905, quando associou à Sociedade Anonyma Moinho Santista, em Santos/SP. Em 1914, adquiriu o Moinho Fluminense que havia sido "autorizado a operar por um alvará de funcionamento assinado pela princesa Isabel" em 1887. (BUNGE, 2013a)

Comprou também, em 1923 a empresa Cavalcanti & Cia que teve sua razão social alterada para Sanbra - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, primeira unidade no segmento de oleaginosas. Em 1929 lançou a marca Salada, que foi o primeiro óleo vegetal comestível de algodão, produzido no Brasil. Em 1938, fundou a Serrana S/A para extrair calcário em Cajati/SP, e produzir fertilizantes da marca Serrana.

Ampliou a participação no setor de fertilizantes com as compras das empresas nacionais IAP em 1997 e a Manah em 2000, que por sua vez, foi vendido para a multinacional norueguesa Yara International em 2013. Em 1958, começou a operar no processamento da soja, com a marca Primor, no ano seguinte lançou margarina Delícia. Em 1973, colocou no mercado brasileiro a primeira margarina de milho com marca Mila, e, em 1992, margarina Delícia Light. Introduz no mercado de panificação em 1987, a marca Pré-Mescla, uma linha de pré-mistura para a fabricação de pães. Em 1997, adquiriu do Grupo Hering a Ceval Alimentos que em 2000, uniu-se à Santista formando a Bunge Alimentos. Em 2001 a Bunge abriu seu capital na Bolsa de Nova York, EUA, e, no ano seguinte comprou o controle acionário da empresa francesa Cereol S/A, que atua na Europa e nos EUA na área de óleos comestíveis e biodiesel. Tornou-se assim, a maior empresa monopolista mundial de processamento de soja e fornecimento de óleos para consumo. A partir de 2003, a multinacional unificou suas marcas de margarinas, farinhas, gorduras na única macromarca Bunge Pro. Em 2005, foi formada The Solae Company, uma *joint venture* a DuPont, para produzir proteína de soja em Esteio/RS. No mesmo ano, adquiriu da Perdigão, a esmagadora de soja e fábrica de refino de óleo em Marau/RS que foi desmontada posteriormente. Como já indicado, a empresa entrou no setor sucroenergético em 2007, com a compra da Usina Santa Juliana (MG), em 2010 outras cinco usinas do Grupo Moema, e, em 2011 inaugurou a usina Pedro Afonso/TO. Também, em 2011, a empresa adquiriu o setor de alimentos da Hypermarchas, incluindo as marcas Etti, Salsaretti, Puropurê e Cajamar e a linha de produtos nos segmentos de molhos e extrato de tomate, caldos, molhos e

temperos, pratos prontos e instantâneos. Em 2012, formou uma parceria com a Solazyme para a produção de óleo renovável a partir da cana-de-açúcar em inauguro a primeira unidade de biodiesel no Brasil em Nova Mutum/MT. (BUNGE, 2013b) Em 2013, a Bunge Brasil adquiriu o moinho de trigo Vera Cruz em Santa Luzia/MG, passando assim, ter sete unidades: Suape/PE, Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, Santa Luzia/MG, Tatuí/SP, Santos/SP e Ponta Grossa/PR. (BUNGE, 2013c) Em agosto de 2015, adquiriu o Moinho Pacífico (um dos maiores da América do Sul) pertencente a família de Lawrence Pih, localizado em Santos/SP, passando assim, a deter oito unidades. O mapa 14 a seguir mostra a distribuição territorial das unidades exportadoras da Bunge Limited no país em 2014.

Mapa 14



Louis Dreyfus Group

Outra empresa mundial monopolista no setor de alimentos está a Louis Dreyfus Group, conglomerado francês fundado em 1851, com atuação em vários setores na agricultura, petróleo, energia, *commodities* (processamento, comercialização e *merchandising*), e, transporte mundial. A empresa tem sede Amsterdã, Holanda onde opera com razão social Louis Dreyfus Commodities Netherlands Holding BV.

O grupo nasceu em 1851, em Paris, na França, fundado por Leopold Louis-Dreyfus, através de empresa que adquiria grãos de camponeses franceses e os vendia na Suíça. Em 1905, começou a atuar no Brasil, no comércio de algodão e trigo. Em 1942, adquiriu a empresa Comércio e Indústrias Brasileiras Coinbra S/A, e passou a atuar nos setores de açúcar, cítricos e café, e, na década de 1990, de oleaginosas através da compra da Anderson Clayton (1996), pertencente à empresa multinacional Gessy Lever.

No início de 2000, a LDC, começou a operar na produção de açúcar e etanol, adquirindo usinas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste do país; e, em 2009, uniu-se à brasileira Santa Elisa Vale formando a Biosev S/A. Em 2001, a subsidiária Coinbra da LDC Commodities, reativou a unidade de esmagamento de soja da Sociedade Cerealista Paranaense - SOCEPPAR em Bataguassu/MS. Em 2003, abriu nova unidade de esmagamento de soja em Alto Araguaia/MT, ampliou capacidade de esmagamento de soja das unidades de Jataí/GO e Ponta Grossa/PR, que junto com as unidades de Londrina/PR, Cruz Alta/RS e Orlandia/SP, formam o parque industrial do setor da empresa. (LDC COMMODITIES, 2013a)

Em 2009, a empresa associou-se ao Grupo Maggi através d uma *joint venture*:

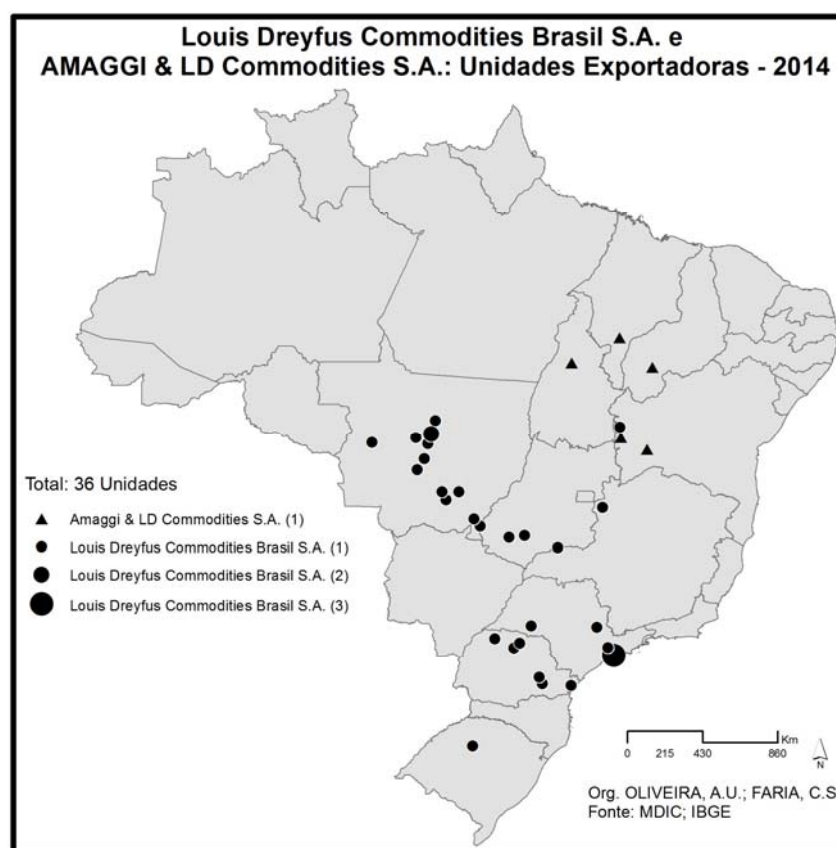
A Louis Dreyfus Commodities e a Amaggi formaram uma *joint venture* para atuar no mercado de grãos na Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins, com o propósito de originar soja e milho, financiar produtores, trocar fertilizantes, sementes e insumos agrícolas (*barter*) e realizar vendas nos mercados doméstico e internacional. (...) A Amaggi & LDCommodities, terá estrutura própria administrativa e comercial. Serão 12 unidades de armazenagem de milho e soja (...) A empresa inicia atividades com dois armazéns com capacidade de 60 mil toneladas cada, um em Luis Eduardo Magalhães (BA), onde também será a sede da companhia, e outro em Correntina (BA)." (LDC COMMODITIES, 2013b)

Em 2011, fez a aquisição da produtora e distribuidora de fertilizantes Macrofértil que possui oito plantas industriais e postos comerciais e unidades logísticas nos Estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. A empresa

informou que administra mais de 340 mil hectares de terras. (LDC COMMODITIES, 2013c)

O mapa 15 anterior, mostra a distribuição territorial das unidades exportadoras da Louis Dreyfus Commodities no país em 2014.

Mapa 15

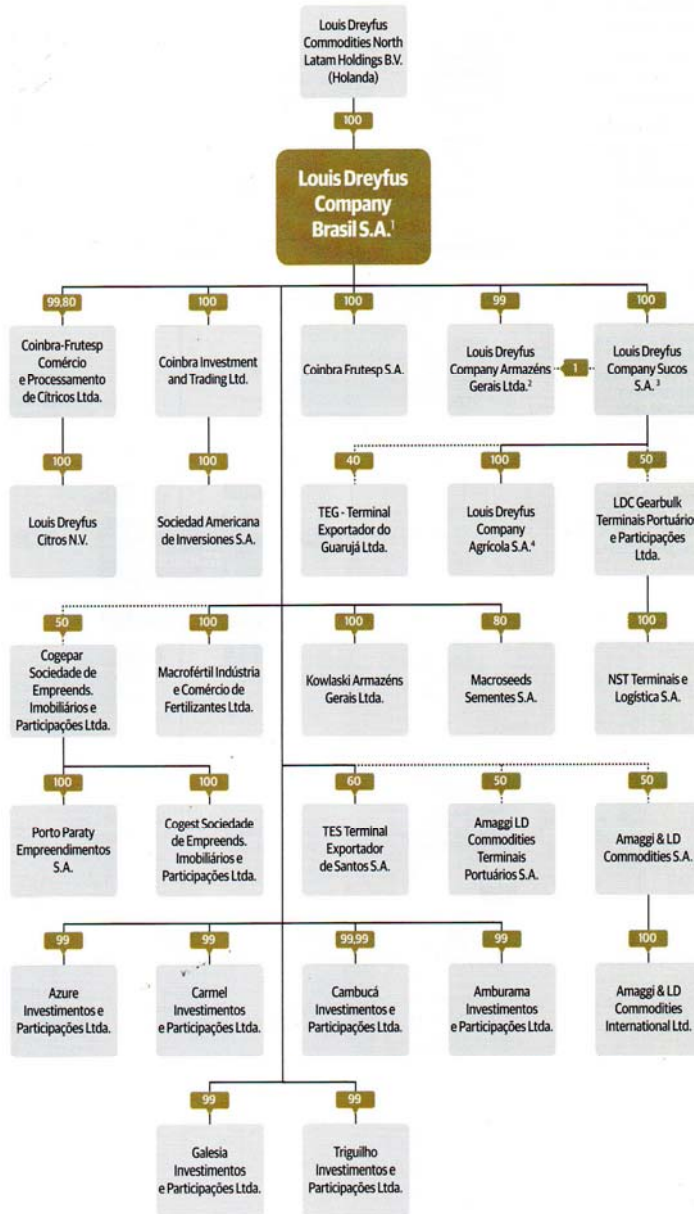


O mapa 16 a traz a distribuição territorial da produção de grãos e a localização das unidades exportadoras das quatro principais empresas mundiais do setor, o denominado grupo ABCD (ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus) em 2007.

A seguir o organograma da empresa Louis Dreyfus Company.

LOUIS DREYFUS COMPANY

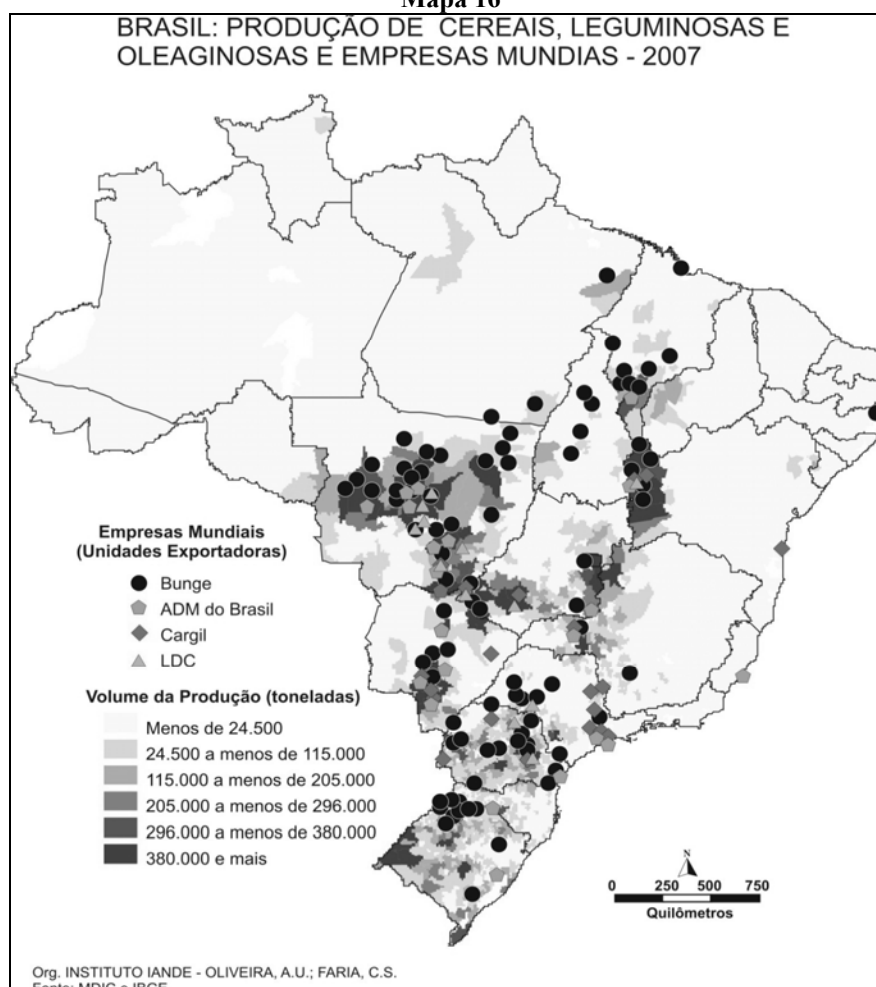
Receita bruta em 2015
 (R\$ milhões): 16.436,7
Posição no ranking: 49º
Origem do capital: França
Controle: Privado
Sectores de atividade:
 agroindústria e alimentos
Principais executivos:
 Adrian Gustavo Isman
 (Presidente) e Wagner
 Bertazo (Vice-Presidente)
Endereço: Av. Brig. Faria
 Lima, 1.355 - 13º andar
 - Pinheiros - São Paulo, SP -
 01452-903
Telefone: (11) 3039-6700
 www.ldcom.com



Data do organograma: 31/12/2015. Evento societário: a controlada direta LDC Navegação da Amazônia Ltda. foi incorporada em fevereiro de 2015. ¹Atual denominação social de Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A. ²Atual denominação social de Louis Dreyfus Company Armazéns Gerais Ltda. ³Atual denominação social de Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S.A. ⁴Atual denominação social de Louis Dreyfus Commodities Agrícolas S.A.

(VALOR, 2016, p. 55)

Mapa 16



Cofco - China Investment Corporation (ex-Noble Group Limited)

A Cofco – China Investment Corporation (ex-Noble Group Limited) é um conglomerado que atua em vários setores tais como, produtos agrícolas, energia, metais, minerais e minérios. Tem sede em Hong Kong na China e está listado na Bolsa de Cingapura.

"A Cofco (China Investment Corporation), maior trading de grãos da China, fechou acordo para pagar 1,5 bilhão de dólares por uma fatia majoritária na trading de produtos agrícolas do grupo asiático Noble, em sua segunda aquisição em menos de dois meses, buscando maior presença no mercado global. As duas empresas planejam formar uma

joint venture, na qual a Cofco terá participação de 51 por cento, para conectar os negócios de processamento e distribuição de grãos na China com as divisões de originação e negociação de grãos da Noble Agri." (REUTERS BRASIL, 2014)

A Cofco ex-Noble Group atua particularmente na China onde é um dos principais processadores de oleaginosas com cinco unidades industriais, e, atua também nos demais países do sudeste asiático e no Oriente Médio (Arábia Saudita, Jordânia, Dubai e Egito). Na Europa, tem na Turquia suas principais operações de importação de grãos e oleaginosas; na Rússia ficam as unidades de armazenagem de grãos e oleaginosas para exportação; na Itália fica a base para comercialização de grãos na porção central do velho continente; e, Genebra, na Suíça é o principal polo da empresa para atuação nos países do Mediterrâneo e do Mar Negro. Na América do Sul, a Cofco ex-Noble Group tem rede de armazéns e silos operando com oleaginosas e grãos de terceiros no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

A Cofco ex-Noble Group opera também, com o fornecimento antecipado de fertilizantes e agrotóxicos para os agricultores parceiros. Através de sua subsidiária Cofoc ex-Noble Brasil S/A, desenvolve no país, atividades de comercialização nos setores de grãos e café e de produção de açúcar, etanol e energia de termoeletrônica no setor sucroenergético. Suas exportações grãos e oleaginosas se fazem das unidades localizadas em Maringá/PR, Passo Fundo/RS, Cuiabá/MT, Sorriso/MT e Luis Eduardo Magalhães/BA e, de açúcar e etanol de Sebastianópolis do Sul/SP. O mapa 17 a seguir, traz as unidades de exportação no ano de 2014 da Cofco ex-Noble Group.

El Tejar

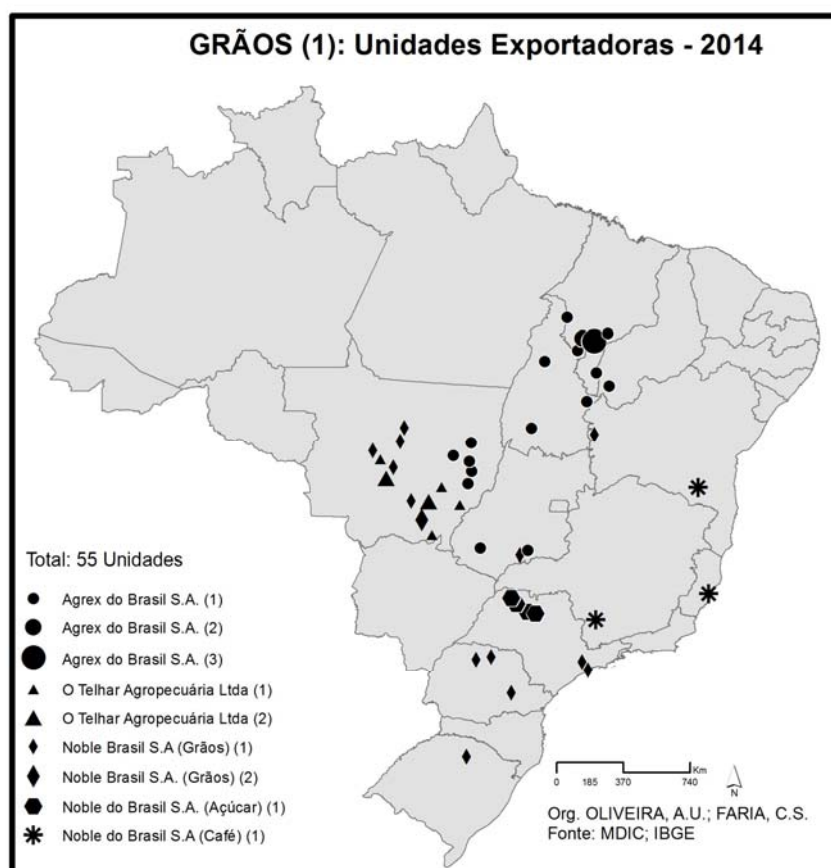
Também, o Grupo El Tejar argentino atua no Brasil como a empresa "O Telhar Agropecuária Ltda.", através de seu *country manager* Javier Angió, e tem sede em Primavera do Leste/MT. Maiores detalhes desta empresa estrangeira que opera no setor de grãos serão apresentados em outro tópico deste capítulo. O mapa 17 a seguir contém as unidades de exportação do grupo El Tejar.

Agrex do Brasil S/A (Mitsubishi Corporation Group) - ex-Ceagro

As empresas mundiais monopolistas japonesas também direcionam seus investimentos para o setor de grãos, voltados para a alimentação e matéria prima industrial. Porém, agora movidos pela crise de produção que antecedeu a crise financeira de 2008, pois, o setor agrícola em seus países,

é incapaz de atender a demanda por alimentos. Dessa forma, as *tradings japonesas* estão aumentando os investimentos voltados para a produção em outras fronteiras nos últimos anos. E essa estratégia passou a privilegiar o Brasil, pois, aqui estão grande parte dos investimentos internacionais destas grandes empresas de origem asiática. Elas estão participando diretamente dos negócios que envolvem a comercialização e produção direta de grãos, fibras, café e cana-de-açúcar.

Mapa 17



Na mídia econômica já há quem arrisque interpretar estes novos investimentos de corporações japonesas no campo brasileiro com uma espécie de "terceira grande onda":

"Os movimentos recentes e atuais podem ser considerados a "terceira grande onda" de entrada de japoneses na agricultura brasileira. A primeira, no início dos anos de 1900, ajudou a consolidar a cultura cafeeira no país e, num momento seguinte, foi fundamental na

introdução de cultivos, como os de hortaliças, arroz, frutas e peixes. Na década de 70, houve outra investida, capitaneada pelo próprio governo do Japão. Para a abertura do Cerrado brasileiro foi criado o Programa Nipo-brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodec), e em duas décadas os governos de Brasil e Japão injetaram US\$ 573 milhões para abrir mais de 300 mil hectares de áreas agricultáveis em sete Estados. A mudança para uma estratégia basicamente "corporativa" veio na virada do milênio, quando as gigantes japonesas das áreas de mineração, infraestrutura e tecnologia passaram a se posicionar no Brasil para além de operações de trading de commodities. E os sinais indicam que a tendência deverá perdurar (...)." (VALOR ECONÔMICO, 2013)

Esse novo processo de estabelecimento do monopólio passou a exigir uma nova estratégia corporativa que levou a alterações na composição do capital das empresas que se instalam no campo brasileiro. Novas estratégias corporativas monopolistas são construídas, também, face às restrições existentes na legislação brasileira de aquisição de terras por estrangeiros. Entre elas está a associação com empresas nacionais, para que a parte brasileira da empresa fique com a propriedade privada da terra, liberando assim, a parte estrangeira da legislação. Ou seja, a aliança de classe mundial da burguesia industrial japonesa com a burguesia brasileira, deixa para os nacionais a condição de classe de proprietários de terra. Este desenho de aliança de classe foi claramente adotado pela multinacional Mitsubishi Corporation na aquisição/associação com a Los Grobo Ceagro do Brasil S/A tornando-se Agrex do Brasil S/A.

A Ceagro do Brasil S/A foi constituída em 1987, quando iniciou suas ações como corretora de mercadorias no setor agrícola comandada pelo paranaense Paulo Alberto Fachin. Em 1991, passou a operar com empresa comercial especializada na compra e venda de milho para a produção de ração destinada à avicultura. Em 2002, passou a atuar na estratégia de originação de soja, ou seja, na comercialização monopolista da *commodity*, e em 2005, passou a adotar o sistema *barter*, que consiste na troca de insumos por uma parcela da produção futura com os produtores. (CEAGRO, 2013) Em 2008, a Ceagro Agronegócios S/A (Ceagro) associou-se ao grupo argentino Los Grobo Brasil Central S/A ("Brasil Central") vendendo 40% do capital da empresa. A Los Grobo Agro do Brasil era uma associação entre o maior produtor de soja da Argentina e o fundo Pactual Capital Partners (PCP), que gere o patrimônio dos ex-sócios do antigo Banco Pactual. No mesmo ano, adquiriu os ativos de originação de armazenagem e logística da Sementes Selecta em recuperação judicial, que era a segunda maior *trading* de soja e produtora de sementes do Estado de Goiás. (VALOR ECONÔMICO, 2013) Em 2010, a empresa realizou sua primeira emissão de *bonds* no exterior, que permitiu alcançar no ano seguinte a marca de 1,3 milhão de toneladas de grãos comercializadas. Em 2012, o percentual de 20% da empresa foi vendido à Mitsubishi

Corporation ficando 50,7% com o grupo argentino Los Grobo e 29,3% com o empresário paranaense Paulo Alberto Fachin. Em 2013, Mitsubishi Corporation fez a aquisição da parte da Los Grobo Agro do Brasil (associação do grupo Los Globo do argentino Gustavo Grobocopatel e o fundo Pactual Capital Partners - PCP) na empresa, passando a assumir o controle da *trading* de grãos e produtora agrícola brasileira. Segundo a agência Nikkei, a Mitsubishi desembolsou "50 bilhões de ienes na compra (cerca de R\$ 1 bilhão), incluindo mais de 30 bilhões de ienes em empréstimos para a empresa brasileira realizar investimentos e mais de 10 bilhões de ienes para a compra de ações de outros investidores". (A GAZETA DO POVO, 2013a) Na atualidade a Ceagro conta com 51 unidades entre comércio de insumos, unidades de recebimento e armazenamento de grãos, de beneficiamento de sementes de soja e de produção de farelo integral de soja. (A GAZETA DO POVO, 2013b) Também, em 2013, foram constituídas as empresas Ceagro AgroScience voltada fornecer "um pacote tecnológico completo de soluções, com fertilizantes, sementes e defensivos agrícolas"; e a C&BI Agro Partners, uma *joint venture* entre a Ceagro e o Banco Indusval & Partners, especializada em operações financeiras para o agronegócio, vai destinar a cerca de 120 produtores o Cartão C&BI que "permitirá ao produtor a compra de insumos agrícolas e bens de consumo, saque através da rede 24h e até mesmo a transferência de valores disponíveis; para comprar a vista e pagar com uma parcela da sua produção no momento da colheita.". Neste mesmo ano foi também, adquirida a Agroextra, a principal empresa no ramo de distribuição de produtos da Syngenta em Sorriso no norte do estado de Mato Grosso. (CEAGRO, 2013)

O objetivo do ingresso da Mitsubishi Corporation no agronegócio foi definido pelo CEO e fundador da Ceagro, como estratégico, ou seja, a aliança de classe entre a burguesia que também é proprietária de terra com os monopólios multinacionais, se fazem com o objetivo declarado de viabilizar o acesso à terra sem restrição legal para os estrangeiros e garantir uma produção direta de um quarto de suas compras para servir de pressão sobre os produtores nacionais quando de suas "parcerias":

"Com a Ceagro, a Mitsubishi garantiu o controle de uma área plantada de 70 mil hectares. Em recente entrevista ao Valor, o brasileiro Paulo Fachin, fundador e CEO da Ceagro e sócio da japonesa na empresa, afirmou que **tem planos para expandir o cultivo para 150 mil hectares até o fim desta década. Isso para garantir que pelo menos 20% da origemação de grãos venha de produção própria.** A aquisição do controle da Ceagro se insere no plano da Mitsubishi de dobrar o volume global de comercialização de grãos - de 10 milhões para 20 milhões de toneladas - até o fim da década, segundo Fachin. E a múltipla quer que a Ceagro responda por até 25% dessa demanda. Para isso, a Ceagro terá que ao menos quadruplicar seu volume atual em sete anos. **O plano, diz Fachin, é crescer por meio de novas parcerias com**

proprietários de terras que precisam de um operador agrícola com o perfil da Ceagro. "Por conta de restrição de compra de terras por estrangeiros, nosso projeto não contempla aquisição de fazendas".

Em 2013, a empresa deve originar 1 milhão de toneladas de grãos - 200 mil de produção própria e 800 mil de terceiros. A produção própria vem de cerca de 70 mil hectares cultivados com soja e milho em seis Estados (Goiás, Bahia, Piauí, Maranhão, Tocantins e Minas Gerais)." (VALOR ECONÔMICO, 2013) (Sem grifos e negritos no original)

Mapa 18



A composição acionária da Ceagro/Mitsubishi em meados de 2015 era a seguinte: Mitsubishi Corporation Group 80% e Paulo Alberto Fachin 20%. O sócio brasileiro é o CEO da empresa mundial. A partir de 2013, a razão social da empresa mundial passou a ser Agrex do Brasil S/A. O mapa 17 antes apresentado traz as unidades exportadoras da Agrex do Brasil/Mitsubishi em 2014. E, o mapa 18 anterior, contém unidades que exportaram em 2014 ainda sob a razão social Ceagro Agrícola Ltda.

Marubeni Corporation

A Marubeni Corporation é outra trading japonesa que opera no setor de grãos no país, através da Marubeni Brasil S/A. Opera principalmente, no comércio de grãos (trigo, soja, colza e milho), carnes, arroz, frutas, legumes. (MARUBENI, 2013) A multinacional planeja ampliar terminal em porto catarinense, pois, desde 2011, controla integralmente o Terlogs, um terminal marítimo de grãos em São Francisco do Sul, em Santa Catarina. A obra aguarda autorização do governo federal, mas, já foi concedida a licença ambiental, para a construção de um novo berço (local de atracação de navios). É por este porto que a Marubeni escoar os grãos provenientes de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Em julho de 2013, a *trading* japonesa Marubeni adquiriu por US\$ 5,6 bilhões, Gavilon Global AG Holdings, LLC, como se verá no próximo tópico. O mapa 18 anteriormente apresentado contém as unidades exportadoras da Marubeni.

Gavilon Global AG Holdings, LLC.

A Gavilon Global AG Holdings, LLC, opera no Brasil como Gavilon do Brasil Comercio de Produtos Agrícolas Ltda., e faz parte do Marubeni Group. Foi fundada em 2001 para operar com o comércio atacadista de produtos alimentícios em geral. O jornal Valor Econômico através de matéria de Mariana Caetano, trouxe em dezembro de 2014, um desenho da empresa no país:

"Trading em expansão, mas com atuação ainda discreta no Brasil, a Gavilon, de origem americana e controlada pela japonesa Marubeni há pouco mais de um ano, se prepara para reforçar os investimentos em originação de grãos, armazenagem e logística no país. Os planos envolvem aportes que podem chegar a US\$ 300 milhões no curto prazo, montante que deverá contribuir para sustentar o já acelerado crescimento da companhia. "Nossa previsão é fechar 2014 com um faturamento de US\$ 1,5 bilhão no país, e alcançar os US\$ 2,5 bilhões no ano que vem", disse ao Valor Frederico Humberg, diretor-presidente da Gavilon do Brasil. Em 2013, ano em que começou a operar mais fortemente no país, a empresa contabilizou uma receita da ordem de US\$ 400 milhões, com a movimentação de 800 mil toneladas de grãos, especialmente soja, milho e trigo. Este ano [2014], o volume deverá ficar em 3,3 milhões de toneladas, passando a 6,3 milhões em 2015, nos cálculos do executivo. A estratégia da Gavilon no Brasil passa pela compra de uma infraestrutura de estocagem, hoje terceirizada. "Estamos andando a passos largos numa primeira aquisição no Brasil, de cerca de US\$ 100 milhões a US\$ 150 milhões, que depois será consolidada

com aquisições em outros Estados", afirmou Humberg. (...) Responsável pela negociação de cerca de 50 milhões de toneladas de grãos por ano, a Gavilon foi uma das pioneiras na construção de silos e recepção de grãos nos EUA – e mudou de nome algumas vezes ao longo de sua trajetória. Nasceu como Peavey & Company no século 19 e foi adquirida na década de 1980 pela ConAgra Foods, gigante americana do setor de produção de alimentos. Denominada ConAgra Trade Group (CTG), passou a responder por toda a compra de matérias-primas da ConAgra, com investimentos em transporte, logística e armazenagem nos Estados Unidos. Com o crescimento da CTG, houve a decisão por fazer um "spin off" e separar toda a área de originação, vendida em 2008 para três fundos americanos [entre eles o comandado pelo megainvestidor George Soros] e renomeada para Gavilon. A Gavilon fez algumas aquisições nos EUA e se tornou a segunda maior originadora de grãos daquele país, atrás apenas da ADM. Em julho de 2013, foi adquirida pela *trading* japonesa Marubeni por US\$ 5,6 bilhões, valor que inclui as dívidas da empresa. Atualmente, a Gavilon movimenta nos EUA cerca de 43 milhões de toneladas de grãos e distribui 5 milhões de toneladas de fertilizantes, além de deter uma capacidade de armazenagem de quase 11 milhões de toneladas no país, distribuídas em mais de 300 pontos de recebimento. Além dos EUA, a companhia tem um forte braço de vendas do norte da África, no Oriente Médio e na Ásia, especialmente na China. O faturamento global da companhia totalizou US\$ 17,8 bilhões em 2011, quase o triplo de dois anos antes – e com os progressivos recordes de produção de grãos nos EUA, não é difícil imaginar que o bom ritmo de crescimento da companhia tenha se mantido. A Marubeni, que atua também em setores como o de produtos químicos e energia, registrou uma receita de US\$ 68,5 bilhões no ano fiscal encerrado em 31 de março de 2014. No Brasil, a Gavilon começou a ganhar corpo apenas dois anos atrás, com a aquisição da consultoria Agriservice, que tinha investimentos em terminais portuários e auxiliava compradores de grãos estrangeiros no acesso ao mercado brasileiro. A movimentação do Brasil não chega a 10% do total dos EUA, mas o potencial é grande, na avaliação de Humberg.

"A China, que é o nosso principal mercado, compra 40% de produto americano, 40% de brasileiro e 20% de outras origens. Então a tendência é crescer bastante no Brasil". Diferentemente de outras *tradings* globais, como Bunge, Cargill e ADM, a Gavilon não tem nenhum ativo de processamento. "Grandes esmagadoras chinesas tendem a nos dar preferência, porque sabem que temos capacidade financeira e não concorreremos com elas", disse o executivo, reforçando que a companhia caminha ainda para se tornar o maior importador independente de trigo do país.

Na ponta da oferta, a Gavilon pretende mudar um pouco a lógica de compra e venda de grãos. Hoje, sua atuação está concentrada nos portos, mas o objetivo é avançar para o interior do Brasil no ano que vem. "Por

isso, montamos ou reativamos filiais no Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Mato Grosso", explicou Humberg. Nos próximos seis meses, a ideia é criar escritórios de representação em outros países da América Latina, caso de Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai. Embora o carro-chefe seja a soja, a Gavilon prevê margens melhores com milho, trigo e operações de exportação por contêineres em 2015. Este ano, a companhia já embarcou 10 mil contêineres com granel, modalidade que ganhou força nos EUA nos últimos anos, utilizando-se contêineres que vinham com produtos da Ásia e eram deixados no interior no país. Para não voltarem vazios à origem, passou-se a carregá-los com grãos. Um contêiner leva 25 toneladas, e um navio graneleiro, até 65 mil toneladas. "No Brasil, ainda é um mercado incipiente, representa cerca de 1% das exportações. Nos EUA, são 5%. Mas é uma opção adicional e mais barata em relação aos graneleiros", disse o executivo." (VALOR ECONÔMICO, 2014)

Toyota Tsusho Corporation (Óleo Menu Industria e Comércio Ltda. e NovaAgri - Infraestrutura Armazenagem Escoamento Agrícola S/A)

A Toyota Tsusho Corporation é um grupo japonês que atua em forma de monopólio no setor de grãos (cereais, leguminosas e oleaginosas) no Brasil. Fundada no Japão em 1936, como parte do conglomerado Toyota, fez a fusão em 2006, com a Tomen Corporation. No Brasil, passou a deter a empresa Óleo Menu Industria e Comércio Ltda, que pertencia a Tomen Corporation. Mas a história da Óleo Menu é mais longa.

"No auge do ciclo do algodão no Estado de São Paulo, mais precisamente na região Noroeste, a trading japonesa Toyo Menka Kaisha Limited. Efetuou seu primeiro investimento no Brasil no ramo alimentício inaugurando em maio de 1968 a Superfine Óleos Vegetais Ltda. na cidade de Guararapes/SP, que na época era considerada uma das maiores produtoras de algodão do país. (...) A empresa deu início às suas atividades de industrialização, com uma Usina de beneficiamento de algodão e uma esmagadora de caroço de algodão, com capacidade de 300 toneladas por dia. Além do consumo da produção local, sua capacidade de esmagamento era complementada com algodão adquirido de outras regiões do estado e também dos estados do Paraná e Goiás. Em 1º de junho de 1971, a empresa muda, como estratégia de marketing, sua razão social para Óleos Menu Indústria e Comércio Ltda., nome que é mantido até os dias atuais no mercado de óleo vegetal de caroço de algodão e seus derivados. A *trading* japonesa Toyo Menka Kaisha Limited, em 9 de janeiro de 1991, altera sua razão social para Tomen Corporation, em virtude de uma reestruturação da organização em nível mundial. Em 3 de abril de 2006, a controladora Tomen Corporation foi incorporada pela Toyota Tsusho Corporation. Hoje, a Óleo Menu, organização afiliada ao grupo Toyota Tsusho, atuante no processo de fabricação de óleo de caroço de algodão, obtém ainda como

subprodutos: Linter enfardado, Casca Moída e Briquetada, Farelo (Proteína 28% e 38%) e Borra. Seu processamento diário é de aproximadamente 700 toneladas de sua matéria-prima, o caroço de algodão." (ÓLEOS MENU, 2013)

A partir de janeiro de 2015, a Toyota Tsusho Corporation adquiriu também, integralmente a empresa brasileira NovaAgri - Infraestrutura Armazenagem Escoamento Agrícola S/A. A empresa foi fundada em 2008 por Marcus Menoita e, a partir de 2010, passou a ser controlada pelo fundo de investimentos P2 Brasil pertencente ao fundo de *private equity* Pátria. Possui armazéns em Luis Eduardo Magalhães/BA, Anapurus/MA, Querência/MT, Nova Maringá/MT, Sinop/MT, Tupirama/TO, Silvanópolis/TO e Santa Rosa/TO. E, unidades de transbordo em Pirapora/MG e Palmeirante/TO, operando no terminal portuário TEGRAM em São Luís/MA.

"O fundo de investimento P2 Brasil anunciou nesta sexta-feira a assinatura do contrato de venda integral da NovaAgri, empresa de armazenagem e escoamento agrícola, para a japonesa Toyota Tsusho Corporation. O valor do negócio não foi informado. A NovaAgri tem oito armazéns, dois terminais de transbordo e um terminal portuário, localizados nos Estados do Maranhão, Tocantins, Bahia, Mato Grosso e Minas Gerais. Dentre seus ativos está o Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), no qual a NovaAgri é uma das consorciadas. Localizado no Porto de Itaqui, em São Luis (MA), o terminal portuário é considerado um dos mais modernos no Brasil voltados à exportação de commodities agrícolas. Conforme comunicado da P2 Brasil, o Tegram tem previsão de início de operação no primeiro trimestre de 2015 e será uma das principais rotas de escoamento para a exportação de grãos do País. A NovaAgri foi adquirida pelo Fundo P2 Brasil em abril de 2010 e ao longo dos últimos anos aumentou em dez vezes a capacidade estática de armazenamento de grãos, passando de 61 mil toneladas para 608 mil toneladas. Além disso, aumentou a movimentação de grãos de 219 mil toneladas em 2010 para 1,250 milhões toneladas em 2014, um volume quase seis vezes maior. De acordo com Felipe Pinto, sócio do P2 Brasil, *"esta plataforma logística integrada e eficiente atraiu a atenção das grandes tradings de grãos, que enxergam o Brasil como um país estratégico para produção e exportação de grãos e derivados, como é o caso da Toyota Tsusho Corporation"*. O sócio fundador da NovaAgri, Marcus Menoita, vai ser mantido como CEO da NovaAgri." (FAESP/SENAR, 2015) (Sem itálico no original)

Mitsui & Co. Ltd. (Multigrain S/A)

Outra multinacional japonesa que atua no setor de grãos é a Mitsui & Co. Ltd. O grupo entrou no setor no Brasil, através da aquisição da Multigrain Comércio Exportação e Importação Ltda. Esta empresa foi

criada em 1998, pelo brasileiro Paulo Garcez, que em 2001, controlada pela PMG Trading S/A, tem sede em São Paulo/SP, e, atua no comércio de *commodities* agrícolas, particularmente algodão, soja e milho. A Multigrain, possui uma subsidiária Agrícola Xingú S/A (XinguAgri) que detém mais de 116 mil hectares de terras no Maranhão, Minas Gerais e Bahia, onde produz soja, algodão e milho, predominantemente para fins de exportação. Atualmente, a *trading* Multigrain S/A opera no comércio mundial de *commodities* agrícolas de soja, algodão, açúcar, fertilizantes e etanol para exportação e, importação de trigo. Como o Brasil é um dos maiores importadores de trigo do mundo, a Multigrain atua também, na importação de trigo para o país.

Assim, atua na produção, comercialização, processamento e logística. Possui unidades em Mato Grosso (Lucas do Rio Verde, Primavera e Cuiabá), Goiás (Luiziânia, Silvânia, Cristalina e Piracanjuba), Distrito Federal (Brasília), Tocantins (Gurahi), Maranhão (Balsas, Porto Franco, e Riachão), Bahia (Correntina, São Desidério e Luis Eduardo Magalhães), Minas Gerais (Unai, Santa Luzia e Uberlândia), Espírito Santo (Vitória), São Paulo (Jundiá, Ribeirão Preto e Bauru) e Paraná (Cafelândia e Londrina). (MULTIGRAIN, 2013) Desde 2007 a empresa possui terminal próprio (Cereal Sul) para descarga de trigo no porto de Santos/SP, com capacidade de armazenamento de 36 mil toneladas.

Em 2006, a brasileira Multigrain estabeleceu uma associação com a *trading* e processadora de alimentos norte-americana CHS Inc.: "A CHS Inc., uma companhia de alimentos e energia dos EUA, divulgou que irá investir em uma recém-criada companhia brasileira de comercialização e manuseio de grãos chamada Multigrain S/A. A nova companhia será de propriedade conjunta com a Multigrain Comércio, uma empresa de produtos agrícolas de São Paulo." (VALOR ECONÔMICO, 2013) Em 2007, a Multigrain S/A e a multinacional japonesa Mitsui & Co. Ltd. anunciaram a associação através da constituição de uma *joint venture* - Multigrain AG - com participação da brasileira PMG Trading (37,5%) e americana CHS Inc. (37,5%). A Mitsui adquiriu 25% de participação acionária da Multigrain AG. Em 2008, a Multigrain AG inaugurou a segunda maior usina de beneficiamento de algodão do mundo e a primeira da América Latina no oeste baiano: "A XinguAgri está localizada na Fazenda Tabuleiro, e possui uma área de cultivo de cem mil hectares distribuídos entre os municípios de Correntina e São Desidério. (...) A fazenda pertence à Agrícola Xingu S/A, subsidiária integral da Multigrain. O grupo tem como sócios a Mitsui (Japão), CHS Inc. (Estados Unidos) e PMG Trading S/A (Brasil)." (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2013)

Em 2011, a Mitsui & Co. Ltd. comprou integralmente, a participação acionária da CHD Inc. e da PMG Trading na Multigrain AG:

"A japonesa Mitsui informou que assumiu o controle integral da *trading* e produtora de grãos brasileira Multigrain S/A após pagamento de 274 milhões de dólares aos antigos sócios na companhia, de acordo com

comunicado. A trading japonesa disse nesta segunda-feira que pagou 225 milhões de dólares pela fatia de 45% detida pela norte-americana CHS Inc. e mais 49 milhões de dólares pela parte de 10% que estava em poder da PMG Trading, controlada pelo brasileiro Paulo Moreira Garcez. A japonesa já possuía 45% da companhia antes da negociação, atingindo agora 100% dos direitos de voto na sociedade. Os pagamentos foram feitos pelas participações detidas na Multigrain AG, sediada na Suíça, que por sua vez controla integralmente a subsidiária Multigrain S.A. no Brasil. 'A Mitsui vai trabalhar para fortalecer seu negócio de produção e distribuição de produtos agrícolas no Brasil, que tem grande potencial de produção de alimentos, e assegurar uma oferta estável de grãos do Brasil para a Ásia e outros mercados', informou a companhia japonesa no comunicado." (EXAME, 2013)

Assim, a Mitsui passou a ser proprietária da Agrícola Xingu, subsidiária da Multigrain com três fazendas situadas nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Maranhão, somando 116 mil hectares, dos quais 70 mil cultivados com soja, milho e algodão. Porém, quando assumiu 100% da empresa, a Mitsui perdeu o sócio com "*expertise* em agricultura", porque o empresário Paulo Moreira Garcez que havia também, vendido sua participação na Multigrain criou em seguida, a Cantagalo General Grains. Assim, em 2013, a Mitsui & Co. Ltd. assinou um termo não-vinculativo para formar uma *joint venture* (SLC-MIT S/A) com a SLC Agrícola S/A com o objetivo de desenvolver atividades de produção e comercialização de *commodities* agrícolas. Na *joint venture*, a Mitsui & Co. Ltd. tem a participação de 49,9% e a SLC Agrícola de 50,1%. As atividades iniciais são realizadas na Fazenda Paladino em São Desidério/BA, pertencente à Agrícola Xingu S/A, produtora agrícola da Multigrain, subsidiária integral da *trading* Mitsui, onde foi plantada na safra 2013/14, o total de 21.902 hectares (10.045 hectares de algodão e 11.857 hectares de soja). (PASSEIARI, 2013)

Como a SLC Agrícola S/A é empresa com ações na BM&FBOVESPA, foi emitido o fato relevante a seguir. Aprovada a constituição da empresa pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) as duas empresas constituíram a SLC-MIT S/A começou "sua operação em uma área de 21.902 hectares na Bahia (a área pertence à Agrícola Xingu). A empresa pagará o arrendamento (5 a 10 sacas de soja) para a subsidiária Agrícola Xingu." (SLC AGRÍCOLA, 2013)

"A SLC Agrícola S.A., uma das maiores proprietárias de terras do Brasil e uma das maiores produtoras agrícolas brasileiras em termos de área cultivada de algodão, soja e milho comunica a seus acionistas e ao mercado em geral que:

Em 03 de Julho de 2013 assinou documento (*Term Sheet*) não-vinculativo com a Mitsui & Co., Ltd. (...) com a intenção de constituir uma *joint venture* para desenvolver conjuntamente as atividades de produção e comercialização de *commodities* agrícolas. (...) A Mitsui

vem desenvolvendo produção agrícola no Brasil desde 2007 através da Multigrain AG, sua subsidiária integral, criada no Brasil. Especificamente, a Agrícola Xingu S.A.(...), produtora agrícola do Grupo Multigrain, detém 3 fazendas em 3 estados, cobrindo 116 mil hectares, tendo foco em soja, algodão e milho. A Agrícola Xingu também conduz produção de soja não-geneticamente modificada para exportação a mercados com essa demanda, como o Japão, etc. A *Joint Venture*, na qual a participação da SLC Agrícola será de 50,1%, iniciará suas atividades através da operação de área desenvolvida localizada em São Desidério/BA, pertencente à Agrícola Xingu. A área passará a ser denominada Fazenda Paladino, que irá plantar 21.902 hectares na safra 2013/14, sendo 10.045 hectares de algodão e 11.857 hectares de soja..." (SLC AGRÍCOLA, 2013)

A empresa SLC-MIT S/A terá estrutura de controle e governança corporativa conforme exposto no quadro 42 a seguir.

Quadro 42



Fonte: SLC, 2013.

Glencore Xstrata Plc.

A Glencore Xstrata Plc. é mais uma empresa monopolista do setor. É um conglomerado anglo-suíço com atuação em muitos setores da economia. Foi constituída em 1974, por Marc Rich, *ex-trader* que foi acusado nos USA de comércio ilegal com o Irã e evasão fiscal. Começou suas operações nos setores de minérios e petróleo, e atua também, no setor de grãos operando como uma *trading*. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011) Opera no país através de duas empresas Glencore do Brasil Importadora e Exportadora S/A e Glencore Importadora e Exportadora S/A, que exportou no ano de 2012, pelas unidades de Santos/SP e, no Estado de Mato Grosso pelas unidades de Cuiabá, Nova Ubiratã, Querência, Santa Carmem e Santa

Rita do Trivelato. Já no setor do trigo, a *trading* suíça Glencore, através da empresa subsidiária Andorsi do Brasil Ltda. (CADE, 2013), fechou um acordo com a Predileto Investimentos S/A do Grupo Predileto, controladora dos Moinhos Cruzeiro do Sul S/A, comprou 50% do capital da empresa nacional. A empresa foi constituída por uma família de origem alemã em 1943, em Roca Sales/RS. Possui cinco moinhos: RS, MA, PA, PE e RJ. (BRASIL ECONÔMICO, 2013) O mapa 19 a seguir contém as unidades exportadoras da Glencore Xstrata.

CHS Inc.

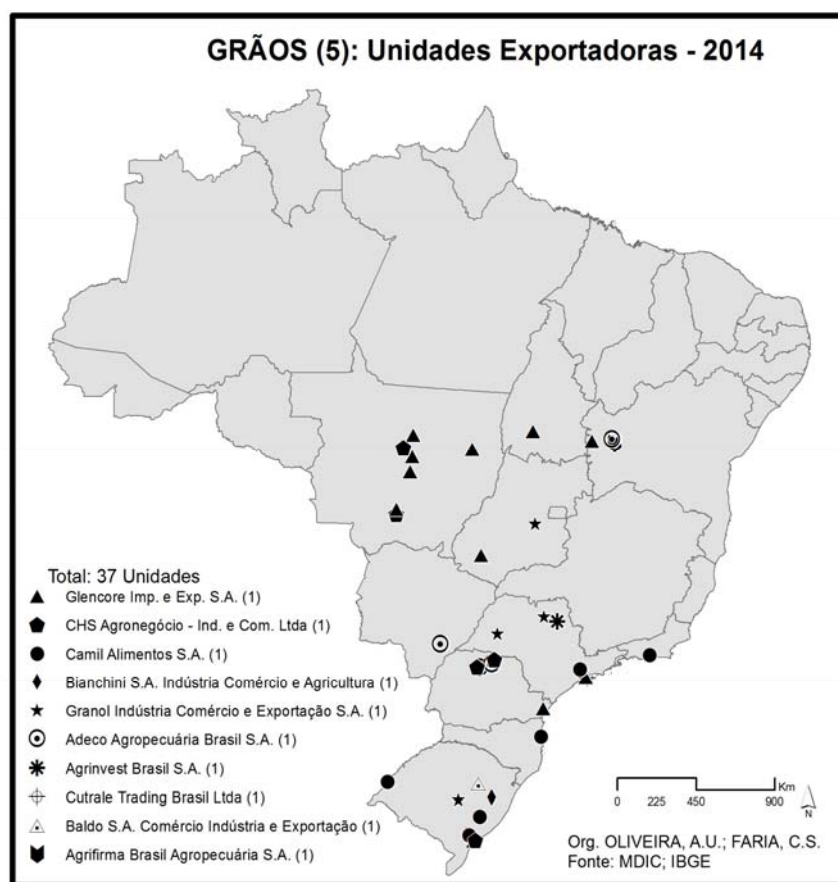
A CHS Inc. é uma empresa mundial monopolista no setor do agronegócio, de propriedade de 1.100 cooperativas, 75 mil produtores (agricultores e pecuaristas) e 10 mil acionistas preferenciais dos Estados Unidos. A maior cooperativa de agricultores norte-americanos atua para originar (*originate*) cerca de 15 milhões de toneladas de grãos. (CHS, 2013) Desde 2002, a CHS do Brasil Ltda. passou a atuar só, após vender sua participação na brasileira Multigrain, em 2011 para a Mitsui. Adquiriu em 2012, o percentual de 25% de participação na Terminal Corredor Norte (TCN), *joint venture* controlada pela empresa de logística NovaAgri Infraestrutura (atual Toyota Tsusho Corporation), que construiu e administra um dos quatro lotes do novo Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM), no porto de Itaqui/MA; 100% da empresa Atman Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. que opera na distribuição de insumos e grãos com sede em Goiânia (GO) especializada em trocas de insumos por grãos ("*barter*"); e, também 50% da empresa Andali Operações Industriais, que atua no porto de Paranaguá (PR), especializada em logística, armazenagem e industrialização de fertilizantes. (SUINOCULTURA INDUSTRIAL, 2012) A CHS do Brasil Ltda tem unidades em São Paulo/SP, Goiânia/GO, Cuiabá/MT, Canarana/MT, Sorriso/MT, Maringá/PR, Paranaguá/PR, Cruz Alta/RS e Rio Grande/RS. O mapa 17 anteriormente apresentado contém as unidades de exportação da CHS Inc.

Adecoagro S/A

Outra empresa monopolista do setor de grãos de capital estrangeiro no Brasil é a Adecoagro S/A que tem ações na bolsa de Nova York, desde 2011, e, tem entre seus acionistas majoritários o bilionário George Soros através da empresa Soros Fund Management LLC, e a Absalon, uma *joint venture* entre George Soros e o sistema financeiro da Dinamarca via a empresa Boyce Land Co. Inc., e mais, a PGGM Vermogensbeheer BV, Teays Rio Investments LLC, e Elm Park Capital Management. Maiores detalhes da Adecoagro S/A será apresentado em outro tópico deste livro. O

mapa 19 anteriormente apresentado contém as unidades de exportação da Adecoagro S/A.

Mapa 19



Chinatex Grãos e Óleos Imp. & Exp. Co. Ltd.

O setor de grãos no Brasil tem também, a presença da Chinatex Grãos e Óleos Imp. & Exp. Co. Ltd. é uma subsidiária integral da estatal chinesa Chinatex Corporation. Fundada em 1951, a empresa chinesa opera em grande escala com especialidade na produção, comercialização do setor têxtil e de óleos comestíveis. A Chinatex Grãos e Óleos é uma companhia especializada em negócios de óleo comestível. (CHINATEX, 2013) Atua no Brasil desde 2003, através da Chinatex Grãos e Óleos

Importação e exportação do Brasil Ltda, "financiando a produção para cooperativas do Rio Grande do Sul, com adiantamentos sobre contratos futuros de soja". (GEEIN UNESP, 2013)

4.2.2. As empresas mundiais de capital estrangeiro no setor de lácteos

Outro setor voltado para o campo dominado pelas empresas monopolistas controladas pelo capital estrangeiro é o lácteo. O país tinha neste início de Século XXI cerca de duas mil unidades de captação de leite, concentrados territorialmente em Minas Gerais (34,4%), São Paulo (13%) e Goiás (10,4%). (CONEJERO, CÔNSOLI e NEVES, 2006) O setor dos lácteos ocupou entre 2004 e 2008 a terceira e quarta posição no *ranking* de faturamento dos setores alimentícios nacionais. Segundo o IBGE:

A produção de leite representou o maior valor de produção dentre os produtos de origem animal apurados pela PPM 2012. Para este ano foi registrada a produção de 32,304 bilhões de litros do produto, gerando R\$ 26 797 bilhões em valor. O volume de leite cru adquirido pelas indústrias lácteas sob inspeção sanitária, apurado pela Pesquisa Trimestral do Leite, realizada pelo IBGE, foi de 22,338 bilhões de litros em 2012. Isto significa que 69,1% do total de leite produzido no Brasil foi destinado a estabelecimentos industriais sob inspeção sanitária cadastrados nas estatísticas oficiais. Mundialmente o Brasil ocupa a sexta posição na produção de leite segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture - USDA), ficando atrás da União Europeia, Índia, Estados Unidos, China e Rússia (DAIRY, 2013). Segundo a PPM 2012, o Sudeste do Brasil concentrava 35,9% da produção de leite. Na sequência veio o Sul com participação de 33,2%, seguido pelo Centro-Oeste com 14,9%. O principal estado brasileiro produtor de leite foi Minas Gerais com 27,6% de participação. O Rio Grande do Sul participou com 12,5% da produção e o Paraná, com 12,3%. Em termos municipais os principais produtores de leite foram Castro (PR), Patos de Minas (MG) e Morrinhos (GO). Dentre os 10 principais municípios produtores, cinco estavam localizados em Minas Gerais." (IBGE, 2012)

Assim, a produção nacional de leite passou de 27,585 bilhões de litros em 2008, para 30,715 bilhões em 2010 e, chegou 32,304 bilhões de litros em 2012, apresentando um crescimento de 17%. Os municípios com maior participação na produção em 2012 estão pela ordem: Castro/PR 226,800 milhões (0,7%), Patos de Minas/MG 150,089 (0,5), Morrinhos/GO 144,150 (0,4%), Jataí/GO 141,723 (0,4%), Carambei/PR 129,600 (0,4%), Piracanjuba/GO 123,280 (0,4%), Ibiá/MG 117,584 (0,4%), Unai/MG 115,000 (0,4%), Patrocínio/MG 111,892 (0,3%), Coromandel/MG 111,207 (0,3%), Concórdia/SC 97,318 (0,3%), Catalão/GO 93,500 (0,3%), Marechal Cândido Rondon/PR 93,398 (0,3%), Passos/MG 91,038 (0,3%),

Prata/MG 90,590 (0,3%), Uberlândia/MG 90,270 (0,3%), Paracatu/MG 85,840 (0,3%), Curvelo/MG 85,208 (0,3%), Pompéu/MG 84,235 (0,3%) e Toledo/PR 83,295 (0,3%).

Neste início de Século XXI, o setor de láteos tem conhecido como estratégia de crescimento das empresas as ações de aquisições e fusões visando a consolidação de empresas monopolistas mundiais. No ano 2000, o setor de láteos foi movimentado pela aquisição feita pelo Grupo Danone da marca Paulista e do segmento e da fábrica de láteos frescos pertencentes à Cooperativa Central de Láteos do Estado de São Paulo localizada em Guaratinguetá/SP. Com a compra a empresa passa a ocupar a liderança do setor de laticínios frescos no Brasil, com 11% do mercado. A Cooperativa Central por sua manterá suas atividades de produção de leite fresco e manteiga sob licença. No ano anterior, a Danone S/A havia adquirido o controle da fábrica de biscoitos do Grupo Aymoré, do estado de Minas Gerais, segundo maior fabricante do país, com 7% do mercado nacional. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001) Em 2004, a Danone S/A e o grupo argentino Arcor fizeram a fusão das empresas na área de biscoitos:

A Arcor e a Danone anunciaram ontem uma fusão na área de biscoitos, criando a maior empresa do ramo na região meridional da América do Sul. A operação combina os ativos das duas companhias na Argentina, Brasil e Chile, somando uma receita líquida de cerca de US\$ 300 milhões. A fabricante argentina terá uma participação majoritária na nova sociedade, com 51%. Os demais 49% ficarão nas mãos da companhia francesa. O acordo foi assinado ontem em Buenos Aires pelos presidentes dos dois grupos, Franck Riboud (Danone) e Luis Pagani (Arcor). A gestão da nova empresa ficará a cargo da Arcor. O valor da transação entre as duas companhias não foi revelado. A operação envolveu apenas a troca de ativos, segundo uma fonte próxima do acordo. No Brasil, a Arcor, que atua apenas no segmento de confeitos (balas e chicletes) e chocolate, reforçará sua atuação com a produção de biscoitos. A companhia absorverá as duas fábricas em que a Danone possui participação: a unidade industrial de Contagem (MG), que produz os biscoitos Aymoré, e a fábrica de Campinas (SP), da marca Triunfo. Na Argentina, a Arcor conseguirá a liderança no setor de biscoitos, com 43% do mercado. No Chile, a companhia ocupa a terceira posição com 16%. A operação da Danone era a segunda maior do Brasil, com 9% de participação no mercado, atrás apenas da suíça Nestlé. A capacidade instalada da nova sociedade é de 255 mil toneladas. O grupo Arcor faturou cerca de R\$ 2,4 bilhões no ano passado. No Brasil, a receita líquida foi de R\$ 350 milhões, cerca de 15% a mais do que em 2002. As vendas externas de guloseimas cresceram 20%, atingindo US\$ 30 milhões, tornando-se o principal exportador brasileiro do ramo. A companhia argentina está investindo R\$ 20 milhões para ampliar em 30% a unidade de Rio das Pedras (SP), especializada em confeitos. A outra fábrica da Arcor no Brasil produz

chocolates e está localizada em Bragança Paulista (SP). Segundo Asis, a empresa está atenta a novas oportunidades no país. Uma delas são os ativos de balas e confeitos da Cory, companhia que teve sua falência decretada pela Justiça de Ribeirão Preto (SP). Asis diz que o grupo está analisando também a Chocolates Garoto, cuja aquisição pela Nestlé foi vetada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Nos anos 90, a Danone adquiriu tradicionais fabricantes de biscoitos tanto no Brasil (Aymoré e Triunfo) como na Argentina (Bagley). Mas, nos últimos tempos, vinha manifestando o desejo de reduzir sua exposição em alguns mercados emergentes, principalmente em produtos fora da área de lácteos, seu principal carro-chefe. No Brasil, a empresa tem cerca de um terço do mercado de produtos lácteos. (UOL, 2004)

O maior exemplo desse processo constituição de monopólios mundiais ocorreu entre 2002 e 2003, quando a multinacional suíça Nestlé S/A e a Fonterra, a cooperativa neozelandesa New Zealand's Fonterra Cooperative Group formalizaram uma *joint venture*, a companhia Dairy Partners Américas (DPA) para atuação nas Américas.

"A comissão da União Europeia (UE) aprovou uma *joint venture* 50% - 50% entre a gigante de alimentos e bebidas Nestlé S/A e a Fonterra Cooperative Group Ltd. da Nova Zelândia, para produzir e distribuir produtos de laticínios na América do Sul e do Norte." "A operação proposta não terá qualquer efeito sobre a Área Econômica Europeia", informou a comissão em comunicado. A nova companhia, Dairy Partners Americas, distribuirá produtos de laticínios na América Central, Caribe e países do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte). (...) A Nestlé espera que o acordo a possibilite reduzir os custos e centrar-se sobre produtos de maior valor agregado, tais como sorvetes, leite condensado e creme de leite. O acordo foi aprovado segundo o procedimento antitruste simplificado da UE. Esse procedimento autoriza fusões ou aquisições após um mês se nenhuma objeção for levantada por terceiros." O ESTADO DE SÃO PAULO, 2002)

Em meados de 2014, as duas empresas monopolistas desfizeram a parceria para atuação na América Latina:

"Nestlé e Fonterra rompem parceria na América Latina com o fim do acordo, a empresa suíça volta a operar fábricas de leite em pó no Brasil, Argentina, Equador e Colômbia. A suíça Nestlé anunciou fim de sua parceria com o grupo Fonterra na América Latina, para melhor refletir as estratégias das duas empresas na região. A Nestlé volta a operar fábricas de leite em pó no Brasil, Argentina, Equador e Colômbia - antes operadas pela Dairy Partners Americas (DPA), *joint venture* feita em 2003 entre as duas, cada uma com 50%." (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2014)

Outra aquisição que marcou o setor de lácteo foi a compra pela Nestlé S/A da empresa Chocolate Garoto S/A que depois de crises entre os sócios, foi vendida em 2002. A aquisição não foi aprovada pelo CADE -

Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência, alegando-se "concentração de mercado", pois, surgiria "um monopólio de quase 70% do mercado de chocolates no Brasil e até mesmo de 100% do mercado em alguns setores específicos, como o de coberturas de chocolate líquidas. (...) a Nestlé/Garoto "ficaria com o controle de 88,5% do mercado das coberturas de chocolate sólidas, além 75,9% dos tabletes e barras e 66% das caixas de bombom". (SWISSINFO, 2011) Em 2007, a 4ª Vara do Tribunal Regional Federal de Brasília expediu sentença favorável à compra da empresa pela Nestlé S/A.

Outra fusão no setor de lácteos aconteceu em 2010, entre os grupos Bom Gosto e a LeitBom dando origem à LBR - Lácteos Brasil S/A. A nova companhia fará a captação anual de mais de 2 bilhões de litros de leite, terá 30 unidades, uma cadeia de 56 mil fornecedores regulares e, as marcas Parmalat, LeitBom, Paulista, Poços de Caldas, Glória, Boa Nata, Bom Gosto, Líder, Cedrense, DaMatta, São Gabriel, Sarita, Corlac e Ibituruna. Todos os acionistas da Bom Gosto e da LeitBom tornam-se acionistas diretos da LBR e o BNDESPar fez aporte de R\$ 700 milhões na nova empresa. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2011) Em 2013 a empresa entrou em recuperação judicial e, em 2014, foi vendida em

"Depois de seis assembleias de credores, iniciadas nesse mês de agosto, chegou ao fim a alienação de vários empreendimentos do grupo LBR. A concorrência por 14 unidades produtivas isoladas (UPIs) da companhia, prevista dentro do plano de recuperação judicial da empresa, encerrou-se na quinta-feira, com a arrecadação de um total de R\$ 531,477 milhões. Desse valor, R\$ 465,945 milhões serão pagos pelos compradores ainda neste ano e restará uma parcela a prazo de R\$ 65,532 milhões. O valor presente líquido dessa oferta, descontada a Selic, é de R\$ 523,8 milhões. A combinação, considerada mais favorável pela LBR por permitir a entrada do maior montante de dinheiro à vista no caixa da empresa, envolve as propostas, por diferentes unidades, da francesa Lactalis (R\$ 250 milhões), da ARC Medical Logística (R\$ 203,3 milhões), da Colorado (R\$ 40,177 milhões), da Laticínios Bela Vista (R\$ 25 milhões), da Cooperativa do Vale do Rio Doce (R\$ 7 milhões) e da Agricoop (R\$ 6 milhões). (...) A transação dos bens da LBR envolveu alguns empreendimentos gaúchos, entre os quais a UPI Fazenda Vila Nova, planta que fica localizada no município de mesmo nome. A fábrica atua com os produtos leite UHT e em pó, tendo uma capacidade instalada para operar com cerca de 885 mil litros ao dia. Além dessa estrutura, a venda abrangeu mais três complexos no Estado: dois em Gaurama e um em Tapejara. Esse último empreendimento lida com leite UHT, em pó, creme de leite e leite condensado, com capacidade de armazenagem para 1,4 milhão de litros e 7 mil toneladas de produtos. Entre as marcas de propriedade da LBR estão Parmalat, Leitebom, Bom Gosto, Líder, DaMatta, Ibituruna e São Gabriel. O grupo LBR foi criado a partir da fusão entre o laticínio Bom Gosto, do

empresário Wilson Zanatta, e da Leitbom, controlada pela Monticiano. A aquisição de cada unidade produtiva isolada ficou assim: Lactalis: UPI 7. Fazenda Vila Nova - UPI 8. RJ (Barra Mansa) - UPI 11. Boa Nata - UPI 12. Requeijão (Poços de Caldas); ARC Medical Logística - UPI 2. Garanhuns - UPI 5. Líder - UPI 6. Tapejara; Colorado: UPI 1. São Gabriel - UPI 3. São Luis dos Montes Belos - UPI 10. Cedrense - UPI 13. Bom Gosto; Agricoop - UPI 14. Gaurama; Laticínios Bela Vista: UPI 4. LeitBom; e, Cooperativa do Vale do Rio Doce: UPI 9. Ibituruna." (FUSÕES&AQUISIÇÕES, 2014)

Outro exemplo de formação de monopólios no setor lácteo foi a aquisição do Laticínio Só Nata de Votuporanga/SP, pela LBR - Lácteos do Brasil S/A, empresa controlada pelo fundo Laep Investments do empresário nacional Marcus Elias. A LBR detém agora a marca Lady (UHT), que se soma as marcas Glória, Alimba, Lacesa, Kidlat e a Parmalat Brasil.

Outro exemplo de aquisição no setor envolveu a Indústria de Alimentos Nilza que comprou o Laticínio Montelac em 2008. A Nilza passou a ter uma captação de 750 mil litros de leite diários; contará com o leite em pó marca Milênio, e as marcas Dona Mineira, Fazenda Mineira e Canto Belo. (MILKPOINT, 2011)

Também, em 2008, a Parmalat Brasil adquiriu as marcas de laticínios Poços de Caldas e Paulista, ambas pertencentes à multinacional francesa Danone no Brasil. A aquisição envolveu todos os ativos da Poços de Caldas, incluindo o requeijão cremoso e, "o licenciamento de uso da marca Paulista na produção e venda de requeijão, manteiga e leite pasteurizado por 15 anos. O direito de utilização valerá no Brasil, Bolívia e Paraguai. (...) Segundo fontes a compra faz parte da reestruturação da Danone no Brasil." (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013) Posteriormente, em 2009 a Laep Investments, controladora da Parmalat, anunciou hoje um novo acordo com as empresas que assumiram seu passivo:

"As debêntures detidas hoje pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Alemanha Multicarteira, que agora valem R\$ 120 milhões, serão integralmente alienadas em favor do Emerging Market Special Situations 3 Limited ("EMSS"). O fundo, no entanto, só ficará com papéis representativos de R\$ 85 milhões, que serão convertidos em uma dívida com vencimento em 31 de agosto de 2010. O EMSS receberá ainda uma opção de compra de até 50.893.994 ações classe A da Laep. Os R\$ 35 milhões em debêntures restantes serão repassados do EMSS para a Companhia Brasileira de Agronegócios e Alimentação (CBAA). Mediante pagamento de um valor adicional não revelado, a CBAA ficará com as empresas Integralat e Companhia Brasileira de Lácteos." (ÉPOCA, 2013)

Outra associação para formação de monopólio no setor de lácteos foi a compra pelo Grupo Bertin de 56% do capital social da Goult Participações, detentora de 74,59% do Grupo Vigor, que detém as marcas

Vigor, Leco, Danúbio e Faixa Azul, ocorrida em 2007. (EXAME, 2013) Em 2009, ocorreu a associação da Bertin com o Grupo JBS: "Os acionistas controladores da JBS, J&F Participações e ZMF Fundo de Investimento em Participações, concordaram em passar para uma sociedade holding a totalidade das ações que ambos detêm na JBS. Já os acionistas controladores da Bertin concordaram em repassar ações representativas de 73,1% do capital da Bertin. A nova holding, portanto, passará a ser a acionista controladora tanto da Bertin como da JBS." (BEEFPOINT, 2013) Assim, posteriormente em 2013, o Grupo JBS Friboi "anunciou em comunicado a oficial a intenção de fazer uma oferta pública de troca de ações para os acionistas dos laticínios Vigor." Como a empresa foi desmembrada da empresa e tornou-se uma unidade de negócios independente que iria abrir o capital na Bovespa, mas, como o resultado não foi positivo, "a JBS decidir recomprar as ações de volta e pagar com as suas." A Vigor detém as marcas Danúbio, Leco, Faixa Azul, Mesa e Carmelita que pertenciam ao Bertin." (COTIDIANO ECONÔMICO, 2013) Em 2013, a empresa de laticínios Vigor controlada pelo grupo J&F comprou 50% da Itambé - Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais (CCPR) que ficou com os outros 50%. (ISTO É DINHEIRO, 2013) Em 2007, também a Perdigão S/A havia comprado integralmente a Eleva Alimentos S/A. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013). Em 2014, a Vigor fez uma operação financeira e assumiu integralmente uma *joint venture* que detinha com a empresa mundial Arla Foods:

"A empresa de lácteos Vigor Alimentos fechou acordo com a europeia Arla Foods para adquirir 50 por cento de participação que ainda não detinha na Dan Vigor, uma *joint venture* entre os dois grupos. Após a operação, a Vigor passará a ter 100 por cento das quotas da Dan Vigor e a Arla Foods terá 8 por cento do capital votante da Vigor, segundo comunicado divulgado nesta quinta-feira." (REUTERS, 2014)

O *ranking* dos maiores laticínios do Brasil, em 2012 pela AgriPoint Consultoria Ltda apresentou em primeiro lugar ficou a Dairy Partners Américas - DPA (*joint venture* entre Nestlé e Fonterra) com a captação de 1,9 bilhão de litros de leite; em segundo a LBR – Lácteos Brasil S/A com 1,576 bilhões de litros; em terceiro a Cooperativa Central dos Produtores Rurais (CCPR) Itambé Ltda com 0,955 bilhões de litros; em quarto a empresa mineira Italac - Goiasminas Indústria de Laticínios Ltda com 0,930 bilhões de litros; em quinto a empresa goiana Laticínios Bela Vista Ltda com 0,635 bilhões de litros; e, ocupando sucessivamente de sexto a décimo terceiro lugar, a Embaré Indústrias Alimentícias S/A, Cooperativa Castrolanda e Batavo, Danone S/A, Laticínio Jussara, Confepar Agroindustrial Cooperativa Central, Cooperativa Central de laticínios de Goiás - Centroleite, S/A Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor e Frimesa Cooperativa Central. "A Brasil Foods, dona das marcas Batavo e

Elegê, e a Tirol não fornecem dados para o ranking e, caso o fizessem, provavelmente estariam listadas entre as maiores captadoras de leite." (MILKPOINT, 2012)

O mapa 20 contém a localização das unidades exportadoras do setor dos lácteos no ano de 2014.

Mapa 20



Nestlé S/A

O setor do leite é dominado pela empresa monopolista Nestlé S/A. Começou em 1866, com Henri Nestlé produzindo farinha láctea na cidade de Vevey na Suíça. Em 1905, associou-se com a empresa Anglo-Swiss Condensed Milk Co, que também desde 1866 fabricava leite condensado, formando a Nestlé and Anglo-Swiss Condensed Milk Company. Os registros indicam que foi em 1908, a entrada da empresa no Brasil, e, a inauguração da primeira fábrica em 1921, em Araras/SP, através da compra

Companhia Ararense de Lactaria. No mesmo ano, instalou sua sede no Rio de Janeiro/RJ. Em 1927, comprou também a Sociedade Anonyma Companhia de Laticínios Santa Rita e a Indústria de Laticínios Santa Ritense, que se tornou posto de recepção de leite em Santa Rita do Passa Quatro/SP.

Suas novas unidades industriais foram construídas em Barra Mansa/RJ (1937), Araraquara/SP (1946), Porto Ferreira/SP (1952) atualmente arrendada para a Cargill Incorporated, Araçatuba/SP (1963), Ibiá/MG (1964), Caçapava/SP (1971), São José do Rio Pardo (1974), Ituiutaba/MG, Itabuna/BA, Montes Claros /MG (1983), Teófilo Otoni/MG (1990), Goiânia/GO (1994), Rialma/GO (1994), Camaquã/RS (1997), Feira de Santana/BA (2008), e Carazinho/RS (2010). A Nestlé S/A comprou em 1957 a indústria paulistana Chocolate Gardano S/A, a Biscoitos São Luiz em 1967, a fábrica Ailiram de biscoitos em Marília/SP em 1988, a Perrier S/A em 1992 junto com as marcas São Lourenço/MG e Petrópolis/RJ, as fontes da Água Mineral Santa Bárbara (2009), a marca americana Ralston Purina de alimentos para cães e gatos (2001) e a fábrica CPW - Cereal Partners Worldwide, uma associação entre a Nestlé e a norte-americana General Mills em Caçapava/SP (1998).

A empresa possui também, três Centros de Distribuição Logística Integrada (CDI) de seus produtos em São Bernardo do Campo/SP (1977), Cordeirópolis/SP (2000) e, em Feira de Santana/BA (2008). (NESTLÉ, 2013)

Em 2002, a multinacional suíça Nestlé S/A e a Fonterra, a cooperativa neozelandesa New Zealand's Fonterra Cooperative Group formalizaram uma *joint venture*, a companhia Dairy Partners Américas (DPA), que passou a se constituir no maior monopólio do setor de lácteos do mundo para atuação particularmente nas Américas. O mapa 20 anteriormente apresentado contém as unidades de exportação da Nestlé S/A.

Danone S/A

Outra empresa estrangeira do setor de lácteos é a multinacional francesa Danone S/A. Teve origem em 1919, quando foi criada em Barcelona na Catalunha por Isaac Carasso. Em 1929, abriu unidades na França e em 1942, nos Estados Unidos. Em 1972, fundiu-se com o grupo francês BSN proprietário da marca Gervais do setor de laticínios, surgindo a empresa BSN Gervais-Danone, que em 1994, tornou-se simplesmente Danone S/A. (DANONE, 2013) No Brasil, iniciou suas atividades em 1970, produzindo iogurtes. No ano 2000 comprou a marca Paulista, que já existia desde 1933. A Danone tem sua fábrica em Poços de Caldas/MG e sua matriz em São Paulo/SP. (DANONE, 2013) O mapa 20 anteriormente

apresentado contém as unidades de exportação da Danone S/A.

4.2.3. As empresas mundiais de capital estrangeiro no setor do café

O Brasil é o principal produtor mundial de café, cabendo-lhe 30% do mercado e, é o segundo mercado consumidor. A distribuição territorial apresenta concentração da área plantada no Sul, Zona da Mata e Triângulo Mineiro no estado de Minas Gerais com mais de 50%, estado do Espírito Santo, região da Mantiqueira em São Paulo, na Chapada Diamantina e Oeste da Bahia, e em Rondônia. Em geral, no ecossistema da Mata Atlântica predomina o café arábica e, no Cerrado, o café robusta ou Conillon. O ramo do café envolve o setor produtivo onde atuam capitalistas da agricultura e camponeses. Estes produtores estão organizados de diferentes formas: agrupados em cooperativas ou associações, articulados por empresas que atuam como maquinistas, torrefação e moagem, indústria de solúvel, ou, vendedores nacionais e/ou exportadores e, os compradores internacionais/revendedores (*dealers*).

Três são as diferentes mercadorias comercializadas no ramo do café: o café em coco em sacas de 40kg (são os frutos do cafeeiro depois de colhidos levados a secagem ainda com a casca em terreiros exposto ao sol ou através de máquinas artificiais), café em grão verde em sacas de 60kg (é o café em coco depois de beneficiado para retirada da casca), café em grão torrado (submetido ao processo de torrefação), café torrado moído, e, café solúvel. A correspondência para uma saca de 60kg de café em grão verde é 45kg torrado, no mercado há embalagens de 1, 5, 10 e 20 kg. Assim, as teias de relações de subordinação podem variar se o produtor é um camponês ou um capitalista. O Censo Agropecuário de 2006 do IBGE levantou o total de 286.843 estabelecimentos com mais de 50 pés de café plantados (70% tipo *Arábica* e 30% *Canephora* - robusta ou *conillon*) que produziram 2,3 milhões de toneladas (80% *Arábica* e 20% *Canephora*) em uma área plantada de 1,5 milhões de hectares e 1,3 milhões de hectares de área colhida. O IBGE levantou também, o destino dessa produção de café: 59,3% dos produtores destinaram 50,2% da produção diretamente a intermediários; 11,5% dos produtores entregaram 31,6% para as cooperativas; 4,5% dos produtores mandaram 9,7% diretamente para as indústrias; 0,2% dos produtores enviaram 2,8% diretamente para exportação; 1,4% dos produtores entregaram 2,1% para as integradoras; 1,8% vendeu 0,9% diretamente para os consumidores; 0,8% entregou 0,5% ao governo; e, 20,6% dos produtores não vendeu 2,5% da produção. Portanto, metade da produção de café do país continua sob controle dos intermediários, porque 98,5% dos produtores tem menos de 50 hectares de cultivo colhido e que respondem por 65,4% da produção, e mais, entre

esses há 76,9% dos produtores que tiveram menos de 10 hectares colhidos com uma produção de 35,1% do total. Esses números revelam que a maior parte da produção de café vem dos pequenos estabelecimentos agropecuários, por certo camponeses.

No setor da comercialização e industrialização do café ocorre a presença do capital estrangeiro, enquanto que na produção houveram pouquíssimos casos, e, chamou atenção o da Adecoagro S/A (que tem entre seus sócios o bilionário George Soros), e que produziu café arábica irrigado voltado para exportação, com apoio técnico da empresa estatal Embrapa Cerrado, no oeste da Bahia:

"O Oeste da Bahia tem validado tecnologias desenvolvidas pela Embrapa Cerrados no âmbito do Consórcio Pesquisa Café como o estresse hídrico controlado, o programa de monitoramento de irrigação, a aplicação de doses mais elevadas de fósforo na cultura e o cultivo da braquiária nas entrelinhas do cafeeiro. Com 904 hectares cultivados com café arábica irrigado por pivô central e gotejamento para produção de grãos especiais para exportação, a fazenda Lagoa do Oeste possui processo de produção do café irrigado certificado internacionalmente, o que permitiu à Adecoagro, proprietária da fazenda, manter clientes no Japão, EUA e na Europa. Em 2006, a Adecoagro iniciou as operações com café em uma área de 1.632 hectares envolvendo duas fazendas do grupo (Lagoa do Oeste e Rio de Janeiro, no mesmo município). Em 2011, na mesma área, a safra foi de 45 mil sacas e, para este ano, a estimativa é de 60.550 sacas. O potencial é de 65 mil sacas no ano que vem. (...) *"Quando viemos para o Oeste da Bahia, tivemos que rever vários paradigmas. E pedimos ajuda à Embrapa.* (diz Rafael Ferreira, gerente de produção de café do grupo)." (EMBRAPA, 2013) (sem itálico no original)

Porém, em maio de 2013 a Adecoagro S/A deixou o negócio de produção de café no oeste baiano:

Em maio de 2013, o Grupo Adecoagro concluiu a venda da fazenda Mimoso (através da venda da subsidiária brasileira Fazenda Mimoso Ltda) e fazenda Lagoa do Oeste localizada em Luis Eduardo Magalhães, Bahia, Brasil. As fazendas têm uma área total de 3.834 hectares, dos quais 904 hectares são plantados com pés de café. Além disso, o Grupo celebrou um acordo pelo qual o comprador vai operar e fazer uso de 728 hectares de árvores de café existentes na fazenda Rio de Janeiro da Adecoagro durante um período de 8 anos. Nos termos do acordo, irá reter a propriedade destes pés de café, com uma vida útil estimada de 10 anos, após a expiração do acordo.

O total considerado desta operação foi um valor nominal de 49 milhões de reais (US\$ 24 milhões). Esta transação resultou em um ganho de US\$ 5,7 milhões registrados em outras receitas operacionais na demonstração do resultado." (DCI, 2015)

Assim, como aconteceu com o setor sucroenergético, também o setor do café passou, com o neoliberalismo nos anos 90, pelo processo de

desregulamentação que levou à formação de monopólios mundiais através de fusões e associações no país e mundo afora. Segundo FREDERICO em 2010, as multinacionais Kraft/Philip Morris (14,5%), Nestlé (13,8%), Sara Lee (9,2%), J.M. Smucker's (5,9%), Elite (3,8%), Tchibo (3,0%), Starbucks (2,9%), Lavazza (2,6%), Melitta (2,2%), Segafredo Zanetti (2,0%) e Aldi (1,9%) totalizando o monopólio de 61,8% do mercado mundial de café em grão verde de acordo com o International Trade Center ITC. (FREDERICO, 2013)

"No ramo dos alimentos, a transnacional *Philip Morris* (renomeada *Altria*) tornou-se um dos maiores conglomerados, após comprar a *Kraft General Foods*, em 1988, e de adquirir e se fundir a uma série de outras empresas de alimentos ao longo das décadas de 1990 e 2013. Em 2010, a firma tornou-se a maior compradora mundial de café verde, ao adquirir 13,5 milhões de sacas, ultrapassando a antiga líder *Nestlé*, com 12,8 milhões de sacas (60 kg). Após os dois grandes conglomerados alimentares destacam-se a transnacional *Sara Lee*, com 8,5 milhões de sacas, com forte atuação nos mercados brasileiro e europeu, e a norte-americana *J.M. Smucker's*, que se tornou a quarta maior torrefadora, ao comprar a divisão de café da *Procter & Gamble*, em 2008. Importante destacar também a presença da torrefadora e cafeteria *Starbucks* entre as dez maiores. Diferente das demais empresas, a *Starbucks* dedica-se principalmente ao mercado de cafés especiais: das 2,7 milhões de sacas de café verde adquiridas em 2010, cerca de 90% foram de café certificado - UTZ, *Rain Forest*, *Fairtrade*, orgânico. A oligopolização do mercado de torrado e moído e a crescente demanda por grandes quantidades de café também promoveu a oligopolização das empresas de comércio de café (*tradings*), ao exigir que elas fossem capazes de movimentar volumes cada vez maiores. No final da década de 1990, seis empresas eram responsáveis por quase metade do comércio mundial de café verde: *Neumann*, *Volcafé*, *Cargill*, *Esteve*, *Aron* e *ED&F Man*. Desde então, várias aquisições e fusões promoveram uma centralização ainda maior do setor. A *ED&F Man* adquiriu a *Volcafé*, em 2004, tornando-se a líder mundial do comércio internacional de café, mas caindo para a quarta colocação em 2010. A *Ecom Agroindustrial Corporation* (controladora da *Esteve*) adquiriu a divisão de café da *Cargill*, tornando-se a segunda maior *trading* de café, logo atrás da *Neumann Kaffee Gruppe* (...)" (FREDERICO, 2013, p. 106/7)

O *ranking* sobre a participação no mercado mundial de café pelas *tradings* em 2010 apresentou em primeiro lugar o grupo alemão *Neumann Kaffee Gruppe* (14,5%); depois a empresa de origem espanhola, mas com sede na Suíça *Ecom Agroindustrial Corp. Ltda.* (10,8%) em segundo; a nigeriana com ações na Bolsa de Cingapura *Olam International* (8,6%) em terceiro, cujo controle acionário foi adquirido por um consórcio liderado pela *Temasek Holdings*, também de Cingapura, o grupo inglês *ED&F Man*

(7,5%) em quarto; o conglomerado francês *Louis Dreyfus Group* (7,0%) em quinto, o grupo chinês *Noble Group Limited* (5,4%) em sexto, a suíça *Sucafina S/A* (4,3%) em sétimo, a inglesa *Armajaro Trading Limited* (3,8%) em oitavo e, o grupo de origem nicaraguense, mas com sede nos Estados Unidos *Mercon Coffee Corporation* (2,7%) em nono, de acordo com International Trade Center – ITC. (FREDERICO, 2013, p. 107)

A última fusão no setor foi realizada entre as empresas mundiais D.E. Master Blenders 1753 (51%) (antiga operação de café da Sara Lee) e a Mondelez Internacional (49%). Em maio de 2014, formaram a *joint venture* JDE - Jacobs Douwe Egberts. As empresas controlaram 18,4% do mercado de café torrado e moído no Brasil, através das marcas Café Pilão, Café do Ponto, Damasco, Caboclo e Palheta.

Entre as principais empresas mundiais do setor com atuação no Brasil estão relacionadas a seguir.

Neumann Kaffee Gruppe (NKG)

Entre as empresas monopolistas mundiais de capital estrangeiro que atuam no setor do café é a empresa alemã Neumann Kaffee Gruppe (NKG). Está entre as principais *tradings* mundiais que operam com café em grão verde e, no Brasil atua através da Stockler Comercial e Exportadora Ltda., ficando em 5º lugar (8,63%) nas exportações de café do Brasil em 2007. Em 2013 manteve-se também, entre as dez principais. O grupo tem oito unidades, das quais cinco ficam em Minas Gerais (Varginha, São Sebastião do Paraíso, Patrocínio, Muzambinho e Manhuaçu), uma na Bahia (Vitória da Conquista), Espírito Santo (Vitória) e uma em São Paulo (Espírito Santo do Pinhal), também, neste estado fica a sede em Santos. A empresa realizou exportações em 2012, a partir de Varginha/MG, Vitória da Conquista/BA e Santos/SP. (NKGNET, 2013)

Ecom Agroindustrial Corp Ltd

A Ecom Agroindustrial Corp Ltd é outra empresa mundial monopolista que atua no setor do café no Brasil. Foi fundada em Barcelona (família Esteve) e tem sede em Lausanne na Suíça. Em 2000, comprou a divisão mundial de café da norte-americana Cargill Inc. e, opera no país através da EISA - Empresa Interagrícola S/A, em Santos/SP, com apoio de unidades auxiliares em nove cidades brasileiras, localizadas nas regiões produtoras de café. Exportou no ano de 2012, a partir de Vitória/ES, Vitória da Conquista/BA, Varginha/MG, Araguari/MG, Manhuaçu/MG, Londrina/PR e Santos/SP. (ECOM TRADING, 2013)

Olam International Limited

A empresa mundial nigeriana com ações na Bolsa de Cingapura Olam International, também, atua no setor do café. Originou-se em 1989 do Grupo Chanrai Kawairam com a denominação de Olam Nigéria Plc. Em 1995, constituiu sua unidade de agronegócio em Cingapura, a Olam International Limited, que recebeu investimentos da Russell FIA Singapura Investments Limited (gerido pela FIA Capital Limited) em 2002 e, em 2003, da Temasek Holdings, através de sua subsidiária Seletar Investments, e da International Finance Corporation (IFC). Assim, em 2005, fez seu IPO na bolsa de Cingapura ficando a participação acionária dividida entre o Grupo Kawairam com 20,2%, a Temasek Holding com 24,6% através Breedens Investments e Aranda Investments; a equipe de controle ficou com 7,7% e os demais 47,5% *free float*. Atua no Brasil desde 2002, com o comércio de castanha de caju através da Olam Brasil Ltda. e, em 2004, passou a exportar café em grão verde Arábica e Robusta, através Outspan Exportação & Importação Ltda. O grupo Olam International, desde 2014, tem seu capital social controlado pela Temasek Breedens Investments Pte uma unidade da empresa de investimentos estatal de Cingapura Temasek Holdings Pte., também de Cingapura. (BLOOMBERG, 2014)

ED&F Man Netherlands BV

A empresa mundial holandesa ED&F Man Netherlands BV em 2004 comprou a empresa suíça controlada pelo Grupo Volcafé (Volcafé Holding Ltd. e a Volcafé International Ltd.). É uma empresa mundial que lidera o mercado nos contratos de café verde, e está presente na maioria dos países produtores. No Brasil opera através das empresas Volcafé Ltda, Marcellino Martins & Johnston Exportadores Ltda e ED & F Man Brasil S/A, que em 2012, exportaram através unidades em Varginha/MG, Vitória da Conquista/BA, Luis Eduardo Magalhães/BA e Batatais/SP. (VOLCAFÉ, 2013)

Sucafina S/A

A multinacional suíça Sucafina S/A tem sede em Genebra, e, é empresa especializada no comércio de café. Opera com a comercialização de café em grão verde e solúvel, oriundos da América Latina, Ásia, África Oriental e Ocidental. No Brasil, a empresa atua desde 2004, através da Finacafé Comercio de Alimentos Ltda com sede em Santos/SP. No ano de 2012, a empresa fez exportações através unidade de Varginha/MG. (SUCAFINA, 2013)

Armajaro Trading Limited

Armajaro Trading Limited é empresa mundial inglesa de comércio de mercadorias fundada em 1998. Tem sede em Londres e atua na origem de cacau, café e açúcar em vários países do mundo. No Brasil, opera através da Armajaro Agri-Commodities do Brasil Ltda desde 2008, adquirindo café de produtores e cooperativas, visando as torrefadoras mundiais. Tem sede em Santos/SP e exportou em 2012, a partir desta cidade e de Varginha/MG. (ARMAJARO, 2013) O mapa 21 a seguir traz as principais unidades exportadoras de café em 2014.

Louis Dreyfus Group

O conglomerado francês Louis Dreyfus Group também atua com trading no setor do café. Tem atuado através de duas empresas do grupo: Louis Dreyfus Commodities Brasil S/A e Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial Ltda. As unidades que operam com o café ficam em Nova Venécia/ES, Varginha/MG e Santos/SP e, realizaram operações de exportação no ano de 2012. O mapa 21 a seguir traz as principais unidades exportadoras de café em 2014.

Cofco Agri (ex-Noble Group Limited)

O Noble Group Limited, empresa mundial chinesa (desde 2014 é controlada pela estatal chinesa Cofco) também, é uma *trading* que opera com café. Trata-se de uma das empresas líderes e volume no comércio mundial do produto. Opera com café no Brasil desde 2005, e possui uma unidade de processamento e armazenamento de café em Alfenas/S/A de onde fez exportações em 2012. (NOBLE, 2013)

Mitsui & Co. Ltd.

A Mitsui & Co. Ltd. é uma multinacional japonesa que atua também, no setor café. Sua história inicia-se na década de 70 quando se associa à empresa fundada por imigrantes japoneses Yoshioka & Cia, da cidade de Dracena/SP. A empresa dedicava-se à compra, beneficiamento de café em coco e outros cereais voltados para o mercado interno e exportação tinha no café Brasileiro sua principal marca. Assim, foi constituída a empresa a Mitsui - Yoshioka do Brasil S/A Agro - Industrial Exportadora. No final da década de oitenta, ocorreram outras duas mudanças da denominação da empresa para Mitsui - Yoshioka Alimentos Ind. e Com. Ltda. (1988) e, em 1990, multinacional japonesa Mitsui & Co. Ltd. assumiu o controle total da empresa, surgindo a Mitsui Alimentos

Ltda. sendo os acionistas a Mitsui & Co. Ltd. (Tóquio, Japão) e a Mitsui Brasileira Imp. e Exp. S/A (São Paulo, Brasil). Sua matriz está em Santos/SP, as torrefadoras em Araçariguama/SP e Cuiabá/MT, o armazém em Araguari/MG, escritórios regionais em Cuiabá/MT, Campo Grande/MS, Goiânia/GO, Salvador (BA) e, o centro administrativo em São Paulo/SP. O mapa 21 a seguir traz as principais unidades exportadoras de café em 2014.

Ipanema Coffees

Há também, entre as empresas exportadoras de café a Ipanema Coffees, que possui 49,5% de capital estrangeiro com participação da japonesa Mitsubishi Corporation através da MC Coffee do Brasil (MCCB), da alemã Tchibo Holding GmbH e da norueguesa Friele Brazil AS. A Ipanema Coffees é uma empresa controlada por brasileiros, constituída em 1969, que atua na comercialização e produção de cafés especiais em Alfenas no Sul de Minas Gerais. É composta pelas empresas Ipanema Agrícola S/A (voltada para produção agrícola) e Ipanema Comercial e Exportadora S/A (responsável pela comercialização de café verde e industrializado). A empresa nasceu com o nome de Condomínio Aliança, depois Ipanema Agroindústria S/A, pertencente aos grupos Bozano, Simonsen e Gafisa. Possuem as seguintes unidades: fazendas São Joaquim, Campo Verde, Conquista, Vitória, Capoeirinha e Rio Verde com área total de 9.000 hectares. (IPANEMA, 2013) Em 2006, a Cia. Bozano vende sua participação na empresa para o Grupo Gávea Investimentos (GIF Holding LLC 25%) e Grupo Astro/Lambari (Paraguaçu Participações Ltda 17,5%) ficando o restante com os controladores (Bilux Participações S/A 50%, ML Participações S/A 2,5% e o administrador 5%). A partir desta nova composição a empresa monopolista iniciou seu processo de mundialização e aliança de classe com a burguesia internacional do setor do café. Assim, em 2008, aliou-se com o grupo norueguês Friele (Kaffehuset Friele AS) através da venda da participação de 20% do Grupo Gávea Investimentos, e que, vendeu também os outros 5% para os controladores nacionais. A composição acionária da empresa ficou com 55% para a Bilux Participações S/A, 20% Inceptum 51 AS (empresa do Grupo Friele), 2,5% ML Participações S/A e 5% com o administrador. (MINISTÉRIO DA FAZENDA SEAE, 2013) Em 2012, a Ipanema Agrícola S/A depois de uma reorganização societária no grupo controlador, parte dos acionistas venderam 16,5% da participação para a Tchibo Holding GmbH (maior torrefação da Alemanha e um dos maiores *traders* de café do mundo) e 20% para o conglomerado japonês Mitsubishi Corporation através da MC Coffee do Brasil (MCCB). Depois dessa alteração a composição acionária da empresa mundial Ipanema Coffees ficou constituída pela ML

Participações S/A 20%, Luiz Cyrillo Fernandes 4,902%, Mirian de Salles Gomes Fernandes 8,5%, Gustavo Gomes Fernandes, 0, 098%, Washington Luiz Alves Rodrigues 2% e Paraguaçu Participações Ltda 15%, formando o grupo nacional controlador com 50,5%. E, a parte minoritária do capital estrangeiro com 49,5% dividida entre a Mitsubishi Corporation com 20%, a Tchibo Holding GmbH 16,5% e a Friele Brazil AS 13%. (CADE, 2013) O mapa 21 a seguir traz as principais unidades exportadoras de café em 2014.

Melitta Group

A Melitta Group é uma multinacional alemã que também opera no setor do café. Estabeleceu-se no Brasil em 1968, onde opera com a razão social Melitta Brasil. Em 2006, a empresa adquiriu o Café Bom Jesus, do Rio Grande do Sul. Possui três fábricas no país, duas de torrefação de café (Avaré/SP e Bom Jesus/RS) e outra em Guaíba/RS para fabricação de filtros e papéis industriais. (ABIC, 2013)

Nestlé S/A

Entre as principais empresas está também a empresa multinacional suíça Nestlé S/A já abordada neste capítulo no setor lácteo.

Marubeni Corporation

Outra empresa multinacional no setor do café, particularmente na produção do café solúvel está a corporação japonesa Marubeni Corporation. Atua no país através da Marubeni Brasil S/A, controlando a empresa Companhia Iguaçu de Café Solúvel S/A, empresa que tinha capital aberto na BM&FBOvespa (Marubeni Corporation 58,33%, Marubeni Brasil S/A 3,90%, Mcap Poland Fundo de Investimentos em Ações 5,31%, Eduardo Duvivier Neto 13,03%, Luiz Alves Paes de Barros 8,53%, outros 10,90%). (BMFBOVESPA, 2013) A origem desta empresa está ligada a ação de um grupo de cafeicultores do município de Cornélio Procópio/PR liderados pelas famílias Miyamoto, Höffig e Ferreira de Castro que inauguram em 1971, a produção e comercialização do café solúvel Iguaçu. Em 1972, a Marubeni Corporation, *trading company* adquiriu inicialmente a participação de 35% do capital da empresa, depois este percentual foi sendo aumentado alcançando os indicadores citados. Atualmente Companhia Iguaçu de Café Solúvel S/A situa-se entre as principais empresas exportadoras de café e de café solúvel. (IGUAÇU, 2013) No final do ano de 2014, a empresa realizou oferta pública para a aquisição da totalidade das ações cancelando seu registro de companhia de

capital aberto. O mapa 21 anterior traz as principais unidades exportadoras de café em 2014.

Hillshire Brands Corporation

A corporação mundial Hillshire Brands Corporation é outra empresa que atua no setor do café no Brasil, depois da aquisição que fez da Sara Lee Corporation. A empresa nasceu em 1939, em Baltimore, USA, e, em 1956 adquiriu a Kitchens da Sara Lee. Em 1985, a empresa mudou sua razão social para Sara Lee Corporation e, a partir de 1998, comprou o Café do Ponto, Seletto, Pilão, União, Moka, e, o Damasco. Em 2012, alterou sua denominação para Hillshire Brands Company, e instalou sua sede para Chicago, Illinois, USA. Atua no setor de exportação através da empresa D.E. Cafés do Brasil Ltda. localizada em Varginha/MG.

Strauss Group Ltd.

A Strauss Group Ltd. conhecida como Strauss-Elite, é uma empresa mundial de Israel, que opera no setor de café. Em 2004, a empresa Strauss fez a fusão com a Elite International B.V., sendo a primeira a atuar no setor de lácteos e a segunda no setor de chocolate. É a principal empresa de café na Europa Central e Oriental. Em dezembro de 2005, Strauss-Elite fundiu sua atividade café com Santa Clara Indústria e Comércio de Alimentos no Brasil. Na empresa Santa Clara Participações os dois grupos possuem 50% de participação. A Santa Clara era o grupo Três Corações, que se originou da fusão entre a Santa Clara Alimentos e o Café Três Corações. (STRAUSS, 2013)

O mapa 21 traz as principais unidades exportadoras de café em 2014.

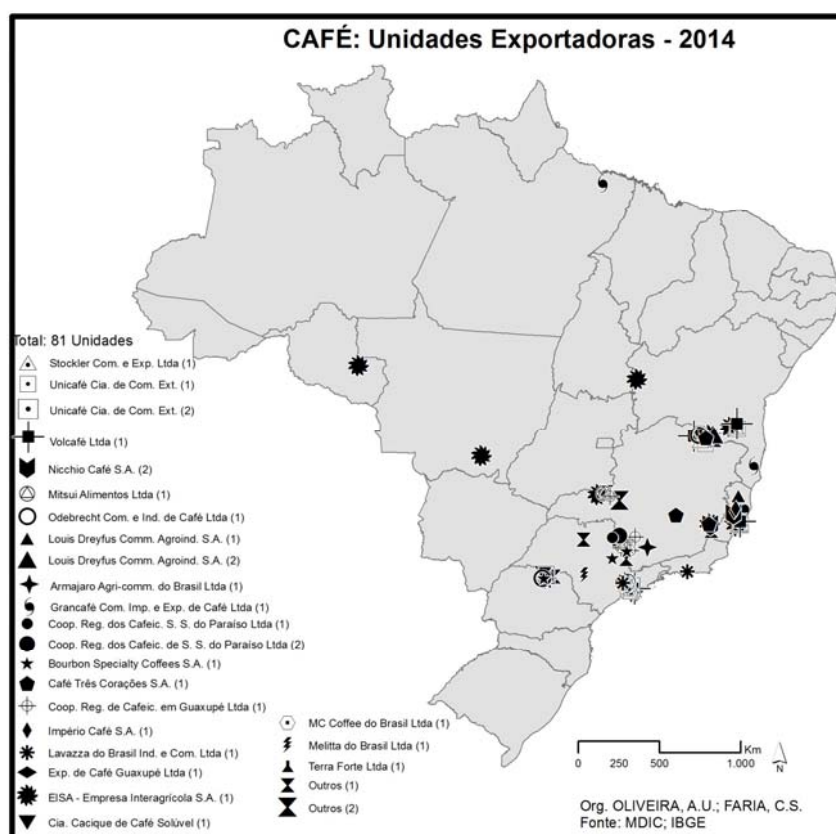
Massimo Zanetti Beverage Group

Entre as italianas destacam-se a Massimo Zanetti Beverage Group, empresa mundial presente no setor do café. Fundada por Massimo Zanetti, é proprietária da marca Café Espresso na Itália e no mundo. No Brasil é representada pela Segafredo Zanetti (Brasil) Comércio e Distribuidora de Café S/A, e tem a matriz em Contagem/MG. Em 1996, comprou uma fazenda de café em Pimenta/MG e, depois, adquiriu a *trading* Nossa Senhora da Guia em Santos/SP. (SEGAFREDO, 2013 e REVISTA CAFEICULTURA, 2013)

Outra italiana é a Luigi Lavazza Spa multinacional no setor do café, que em 2008, comprou a empresa Café Grão Nobre Ltda, no Rio de Janeiro/RJ, e, depois, o Café Terra Brasil, em São Paulo. Está também no

Brasil a Illycaffè Spa. é outra multinacional italiana que tem unidade no Brasil.

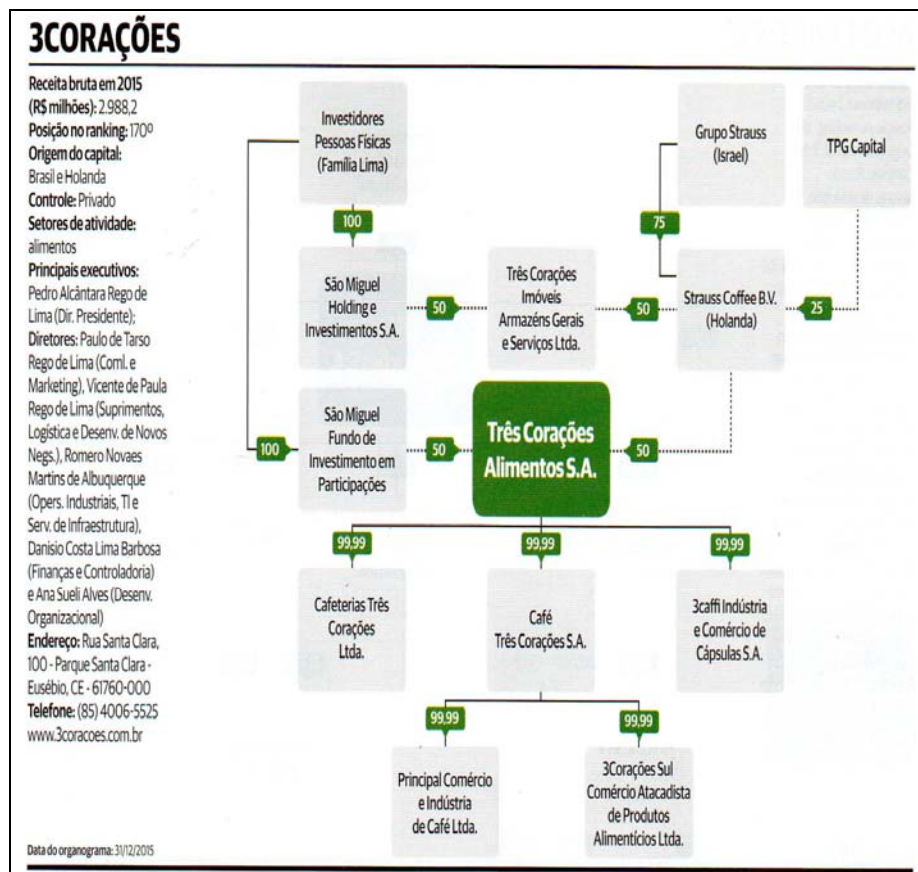
Mapa 21



Kraft Foods Inc.

A Kraft Foods Inc. desde 1988, pertence a Philip Morris, e, é a maior empresa de alimentos dos Estados Unidos, e a segunda maior do mundo. É também, uma das maiores importadoras de café verde do Brasil.

"Em 1988, a Kraft foi adquirida pela Philip Morris Companies Inc (atualmente Altria Group). Em 1989, as divisões de alimentos da Philip Morris – General Foods e Kraft – foram fundidas e transformadas em Kraft General Foods International. Em 2000, a Philip Morris adquiriu a Nabisco, líder mundial em biscoitos, que foi integrada à Kraft Foods no mundo inteiro. No Brasil, a companhia adquiriu a Lacta em 1996." (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2013)



(VALOR, 2016, p. 127)

Dessa forma, vários grupos estrangeiros estão presentes no setor café, atuando no mercado interno brasileiro, que é o segundo do mundo depois dos USA. Os segmentos de torrefação e moagem e de produção de solúvel reúnem características diferentes, o primeiro, fortemente fragmentado heterogêneo. O segundo sempre foi concentrado e elevada escala de produção. Em 2010, entre as dez principais produtoras de café foram responsáveis por 75,2% das vendas, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Café - Abic, sendo que em 2003, elas respondiam por apenas 43,1%.

4.2.4. As empresas mundiais de capital estrangeiro no monopólio das sementes

No setor de sementes atuam a Monsanto, Dow e Pioneer (americanas), juntamente com a Bayer (alemã) e a Syngenta (suíça) e,

dominam o segmento pesquisa e fornecimento de sementes e produção de agrotóxicos dentro do agronegócio brasileiro e mundial.

Monsanto Company

A Monsanto Company é uma empresa monopolista mundial norte-americana nos setores de sementes e produção de agrotóxicos. Foi fundada em 1901, em Saint Louis, Missouri, USA, como uma indústria química farmacêutica. Em sua longa história produziu vanillina, ácido salicílico, aspirina, depois borracha, ácido sulfúrico, polietileno, plástico e fibras sintéticas. Ganhou projeção mundial quando durante a Guerra do Vietnã produziu o agente laranja (herbicidas 2, 4, 5-T, DDT) usado como arma de guerra contra os *vietcongs*. Depois, ficou comprovado que estes produtos tinham efeitos cancerígenos. Produziu também, o aspartame (NutraSweet), somatropina bovina (BST), e PCB (Ascarel no Brasil), proibida nos EUA em 1971 e no Brasil 1981. Em 1997, a Monsanto transferiu seus direitos no setor da indústria química para Solutia Inc., ficando com os setores da indústria farmacêutica e produtos agropecuários. Em 1999 iniciou sua fusão com a Pharmacia & Upjohn, tornando-se uma subsidiária da empresa no ano seguinte. Porém, dois anos depois (2002), separa-se da Pharmacia & Upjohn, passando a atuar de forma autônoma. A Monsanto a principal produtora do herbicida glifosato da marca *Roundup*. É detentora das patentes das sementes geneticamente modificadas, denominadas transgênicas. Acredita-se que a empresa tenha o controle 70% a 100% do *market share* de várias delas. A empresa tem apenas campos experimentais e não planta a semente que vende. Esta reprodução das sementes é feita por produtores independentes através de cultivos exclusivos, principalmente da soja *Roundup Ready*, pela Agracetus Campus, sua subsidiária. No Brasil, a Monsanto do Brasil Ltda. tem sede em São Paulo/SP e opera via Sementes *Agroceres*. O grupo Monsanto tem também no país e empresa Monsoy Ltda desde 1997. Em 2007, adquiriu a empresa brasileira de sementes de milho Agroeste Sementes. Em 2008, comprou do grupo Votorantin a CanaVialis (melhoramento genético de cana-de-açúcar) e a Alellyx (empresa de biotecnologia) que foram fundidas como CanaVilis Monsanto em Campinas/SP. (MONSANTO, 2013)

"A americana Monsanto, maior empresa de sementes do mundo, informou ontem que vai sair do mercado de cana-de-açúcar no Brasil, no qual atua por meio da divisão CanaVialis, adquirida do grupo Votorantin no fim de 2008. (...) A saída da Monsanto da área de cana já era esperada. Há dois anos, a companhia havia contratado o banco Morgan Stanley para procurar um sócio financeiro para sustentar o negócio, diante da decisão tomada pela matriz de cessar a injeção de recursos nessa frente. Há sete anos, quando a americana comprou da Votorantin Novos Negócios os ativos de pesquisas em cana reunidos na

CanaVialis e na Alellyx – a primeira focada em melhoramento genético e a segunda em biotecnologia aplicadas à cana -, o segmento sucroalcooleiro vivia um boom de investimentos em etanol. Nos últimos cinco anos, contudo, a maré virou, por adversidades tanto no mercado de etanol quanto no de açúcar." (VALOR ECONÔMICO, 2015, p. B12) "A companhia disse ainda que vai discutir possíveis transferências de tecnologias no setor de cana para entidades públicas de pesquisa do Brasil. Segundo a empresa, 150 funcionários serão afetados pelo encerramento das atividades." (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. B17)

A empresa mundial Monsanto atua no desenvolvimento de variedades de soja, milho, sorgo, algodão, hortaliças, frutas e cana-de-açúcar. Possui 36 unidades (19 pesquisa, 8 processamento de sementes, 2 produção de herbicidas, 3 vendas, 1 distribuição, 3 escritórios) distribuídos territorialmente em 12 unidades da federação: Alagoas (Maceió), Bahia (Camaçari e Luis Eduardo Magalhães), Goiás (Goiânia, Morrinhos e Santa Helena de Goiás), Maranhão (Balsas), Mato Grosso (Cuiabá, Rondonópolis, Sorriso, Campo Verde e Campo Novos dos Pareci), Mato Grosso do Sul (Dourados e Chapadão do Sul), Minas Gerais (Uberlândia, Cachoeira Dourada, Paracatu e Carandaí), Paraná (Londrina, Rolândia, Andirá e Mandaguaçu), Pernambuco (Petrolina), Rio Grande do Sul (Não-me-Toque e Coxilha), São Paulo (São Paulo, São José dos Campos, Campinas, Itaí, Conchal, Santa Cruz das Palmeiras, Ipuã, Barretos e Araçatuba), Tocantins (Porto Nacional - unidade de pesquisa) e Distrito Federal (Brasília). (MONSANTO, 2013) A empresa fez exportações em 2012 através de suas unidades de São José dos Campos/SP, Camaçari/BA e Uberlândia/MG.

Syngenta AG adquirida pela China National Chemical Corporation – ChemChina.

A Syngenta AG foi adquirida pela China National Chemical Corporation – ChemChina em 03/02/2016, por 43 bilhões de dólares.

“Conforme o comunicado, a operação permitirá uma presença maior em mercados considerados emergentes, especialmente a China. O nome da companhia deve ser mantido, bem como sua sede na Suíça. As mudanças no quadro executivo envolvem a inclusão do atual presidente da ChemChina, Ren Jianxin, e a manutenção de pelo menos quatro dos atuais diretores.

“A Syngenta é líder global em proteção de cultivos e vem ampliando de forma significativa sua participação no mercado global nos últimos dez anos. O negócio nos permite manter e expandir essa posição”, disse, no comunicado, o executivo-chefe da Syngenta, John Ramsay.” (GLOBO RURAL, 2016, p. 1)

A Syngenta era uma empresa mundial suíça criada pela fusão entre os setores voltados para o agronegócio da Novartis Agribusiness e da AstraZeneca Agrochemicals, em 2000. Tem sede em Basileia na Suíça e opera nos setores de sementes e agrotóxicos. Faz melhoramentos genéticos em sementes de soja, milho, trigo, cevada, flores (gerânio, amor-perfeito e gérbera) e jardinagem, cana-de-açúcar, beterraba, girassol, colza, arroz, tomate, batata, algodão, etc. (SYNGENTA, 2013) Possui fábrica em Paulínia/SP, unidades de processamento de sementes em Ituiutaba/(MG, Matão/SP e Formosa/GO e unidades de pesquisa em Aracati/CE, Holambra/SP, Lucas do Rio Verde/MT, Uberlândia/MG e Itápolis/SP. (ITÁPOLIS, 2013) A empresa fez exportações em 2012 através da unidade de Paulínia/SP.

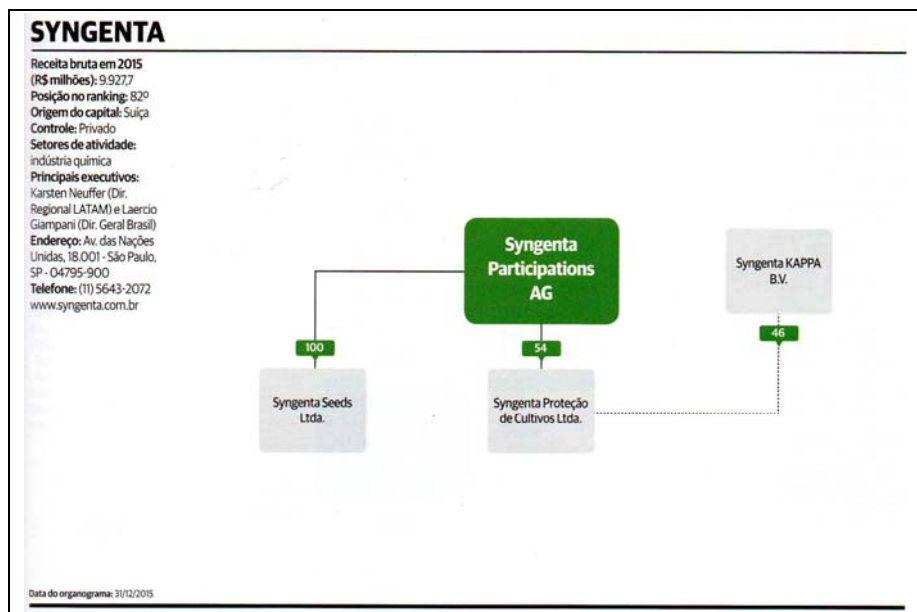
Entre 2006 e 2007, os camponeses da Via Campesina e do MST do oeste do Paraná, fizeram três ocupações da unidade de pesquisa que a Syngenta tinha em Santa Tereza do Oeste/PR. Nesta área a empresa realizava experimentos com transgênicos na época, proibidos no Brasil. A última ação acabou na morte de um segurança da empresa NF Segurança e o líder sem-terra Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno. Em decorrência do episódio e de sua repercussão na mídia mundial a empresa dou a área ao governo do estado que a transformou em um centro de pesquisa de sementes crioulas.

"Ação violenta de seguranças da Syngenta contra MST deixou mortos e vários feridos. Os feridos Gentil Couto Viera, Jonas Gomes de Queiroz, Domingos Barretos, Izabel Nascimento de Souza e Hudson Cardin, foram encaminhados para os hospitais da região. Izabel está em coma e corre risco de morte. A área da Syngenta foi reocupada na manhã de hoje (21/10/2007), por cerca 150 pessoas da Via Campesina. O campo de experimento da empresa havia sido ocupado pelos camponeses em março de 2006, para denunciar o cultivo ilegal de reprodução de sementes transgênicas de soja e milho. A ocupação tornou os crimes da transnacional conhecidos em todo o mundo. Após 16 meses de resistência no dia 18 de julho, deste ano, as 70 famílias desocuparam a área, deslocando-se para um local provisório no assentamento Olga Benário, também em Santa Tereza do Oeste. Na reocupação os trabalhadores rurais soltaram fogos de artifício e os seguranças, que estavam na fazenda abandonaram o local. Por volta da 13h30, um micro-ônibus parou em frente ao portão de entrada, uma milícia armada com aproximadamente 40 pistoleiros fortemente armados, desceu atirando em direção as pessoas que se encontravam no local. Arrombaram o portão, executaram o militante Valmir Mota com dois tiros, balearam outros cinco agricultores e espancaram Isabel do Nascimento de Souza, que se encontra hospitalizada gravemente ferida. A Syngenta contratava serviços de segurança que atuavam de forma irregular na região articulados com a Sociedade Rural da Região Oeste

(SRO) e o Movimento dos Produtores Rurais (MPR). Uma das diretoras da empresa de segurança NF, foi presa e o proprietário fugiu durante uma operação da Polícia Federal no mês de outubro, onde foram apreendidas munições e armas ilegais. Há indícios de que a empresa é contratada de fachada, e que na hora das operações são contratados mais seguranças de forma ilegal, formando uma milícia armada que atua praticando despejos violentos e ataques a acampamentos na região. Na última quinta-feira (18/10/2007), a denúncia da atuação de milícias armadas ligadas à SRO/MPR e Syngenta na região Oeste foi reforçada durante uma audiência pública, com a coordenação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal dos Deputados (CDHM), em Curitiba. A Via Campesina cobra da justiça a apuração do ataque, contra os trabalhadores do acampamento, que juntamente com o assentamento Olga Benário continuam lutando para transformar a área num Centro de Agroecologia e de reprodução de sementes crioulas para a agricultura familiar e reforma agrária. Os moradores do assentamento Olga Benário, que faz divisa com a área de experimento da Syngenta, também são contra os experimentos transgênicos no local, que vai contaminar a produção de sementes crioulas do assentamento, e trazer prejuízos para a alimentação, a saúde e o meio ambiente.

(Via Campesina)" (TERRA DE DIREITOS, 2007)

"Quase um ano depois do conflito entre seguranças e sem-terra, que deixou dois mortos e seis feridos na fazenda da multinacional Syngenta Seeds, localizada em Santa Tereza do Oeste, no Oeste do Paraná, a área foi doada ao governo do estado (...) A área de 123 hectares era usada pela multinacional para pesquisas com produtos transgênicos (...) Na área, o governo pretende criar um novo centro de pesquisa do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), que será destinado à produção de sementes." (ITÁPOLIS, 2013)

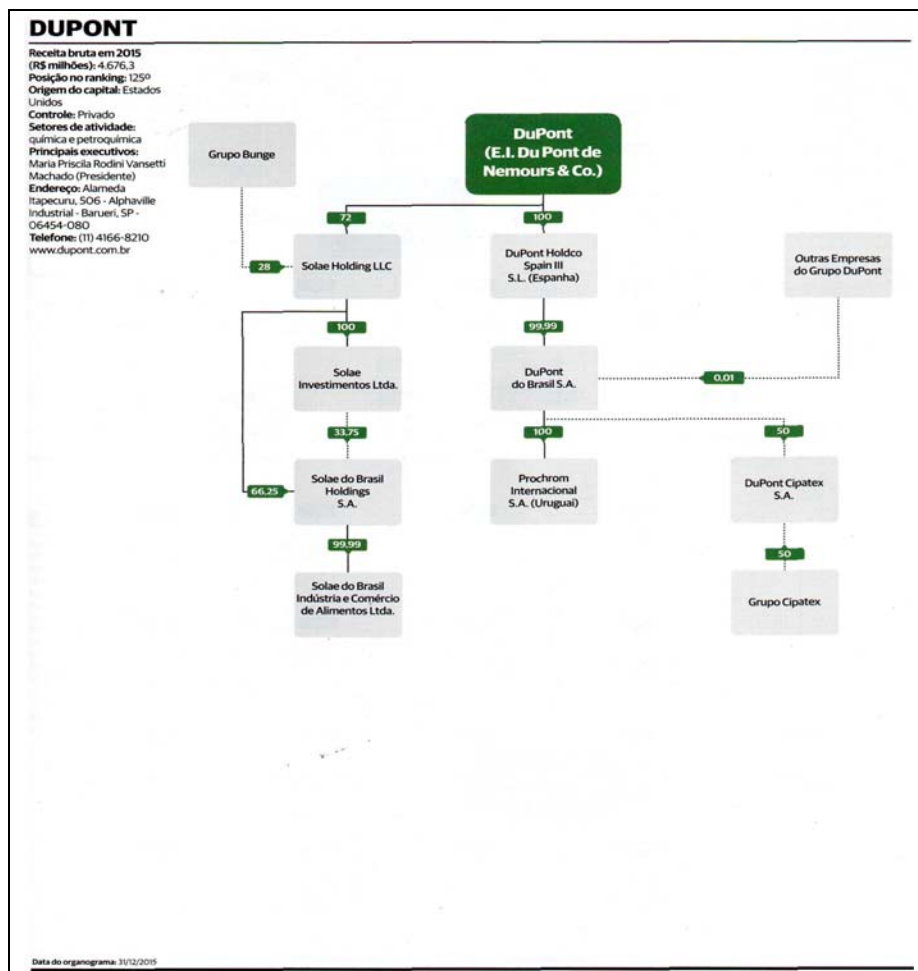


(VALOR, 2016, p. 199)

E. I. DuPont de Nemours & Company

A empresa mundial norte-americana E. I. DuPont de Nemours & Company atua no setor de sementes depois da compra em 2005 da Pioneer Hi-Bred International. Em 2005, a Pioneer Sementes foi incorporada pela Du Pont do Brasil, através razão social Du Pont do Brasil S.A. – Divisão Pioneer Sementes. A partir de 2012, a empresa passou a usar o nome DuPont Pioneer, atuando no melhoramento genético das variedades de soja e dos híbridos de milho. Segue o organograma da Dupont.

Possui sete unidades de beneficiamento (Santa Cruz do Sul/RS, Santa Rosa/RS, Itumbiara/GO, Formosa/GO, Catalão/GO, Brasília/DF e Primavera do Leste/MT) estações de pesquisa (Guarapuava/PR, Sorriso/MT, Itumbiara/GO, Brasília/DF e Porto Nacional/TO). (PIONEERS, 2013) Fez exportações em 2012 a partir de Santa Cruz do Sul/RS.



(VALOR, 2016, p. 153)

The Dow Chemical Company

Outra multinacional que atua no setor de sementes e agrotóxicos é a The Dow Chemical Company, através de sua subsidiária Dow AgroSciences LLC. A empresa tem sede em Indianápolis, Indiana, USA. Atua no Brasil através da empresa Dow AgroSciences Industrial Ltda. Atua no melhoramento das sementes de soja, milho, girassol e sorgo. Tem unidades em São Paulo/SP (sede), Jardinópolis/SP (beneficiamento), Mogi Mirim/SP (estação experimental), Cravinhos/SP (beneficiamento), Franco da Rocha/SP e Jacareí/SP (fábricas). Fez exportações em 2012 da unidade de São José dos Campos/SP. O mapa 22 a seguir traz as principais

unidades exportadoras de café em 2014.

Bayer AG

A multinacional Bayer AG é mais uma empresa monopolista alemã que opera no setor de sementes através de sua unidade Bayer CropScience. Atua no setor de sementes, biotecnologia vegetal, e agrotóxicos. Tem duas unidades no Brasil (São Paulo/SP) e Belfort Roxo (RJ) e opera uma Estação Experimental em Paulínia/SP. Em 2011, a Bayer CropScience fez a aquisição da totalidade de ações da holding Goiânia Investimentos e Participações Ltda (GIP), controladora da empresa nacional SoyTech Seeds Pesquisa em Soja Ltda., especializada em melhoramento genético de sementes de soja. Em 2013, adquiriu o banco de germoplasma da soja da Melhoramento Agropastoril Ltda de Cascavel/PR, e a unidade de semente de soja e a divisão de melhoramento genético Wehrtec - Tecnologia Aplicada Ltda em Cristalina/GO. (BAYER, 2013)

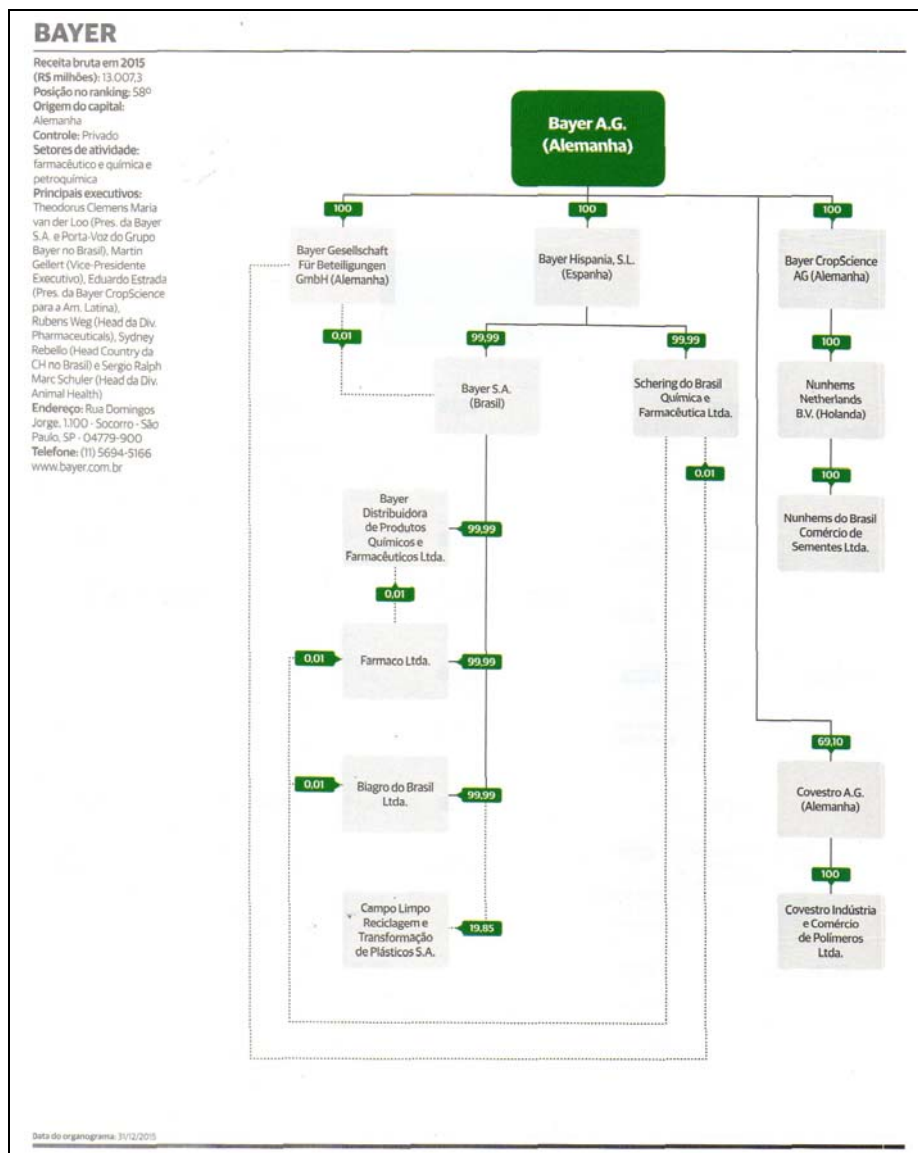
Segue o organograma da Bayer AG.

Cofco International Holdings (ex-Nidera BV)

Adquirida pela Cofco International Holdings a multinacional holandesa Nidera BV formam nova empresa monopolista do setor de sementes. Atua no Brasil com três empresas: Nidera Brasil Grain and Oil em São Paulo/SP, Nidera Sementes Ltda. em Patos de Minas/MG e BOM-Brasil Óleo de Mamona Ltda em Salvador/BA). Em 2005, através da Nidera Holding da Suíça, adquiriu totalidade do capital social da Eqseeds Comércio de Sementes, anteriormente detido pela Bayer CropScience no país. Em fevereiro de 2014, a Nidera constituiu uma *joint venture* com o fundo soberano China Investment Corp - Cofco, ficando com 49% do controle acionário, e, os chineses com 51%. E, em abril do mesmo ano adquiriu também 51% da Noble Agri. A Cofco "vai fundir suas participações majoritárias na trading holandesa Nidera e na Noble Agri em uma nova instituição, a COFCO International Holdings" (REUTERS BRASIL, 2014) No Brasil, opera com milho e soja e outras sementes, fertilizantes e agrotóxicos. Fez exportações de sua unidade operativa de Patos de Minas/MG em 2012. (NIDERA, 2013 e CADE, 2013)

"Singapura/Hong Kong - A Cofco, maior trading de grãos da China, fechou acordo para pagar 1,5 bilhão de dólares por uma fatia majoritária na trading de produtos agrícolas do grupo asiático Noble, em sua segunda aquisição em menos de dois meses, buscando maior presença no mercado global.

Em agosto de 2016 a Cofco assumiu integralmente a Nidera.



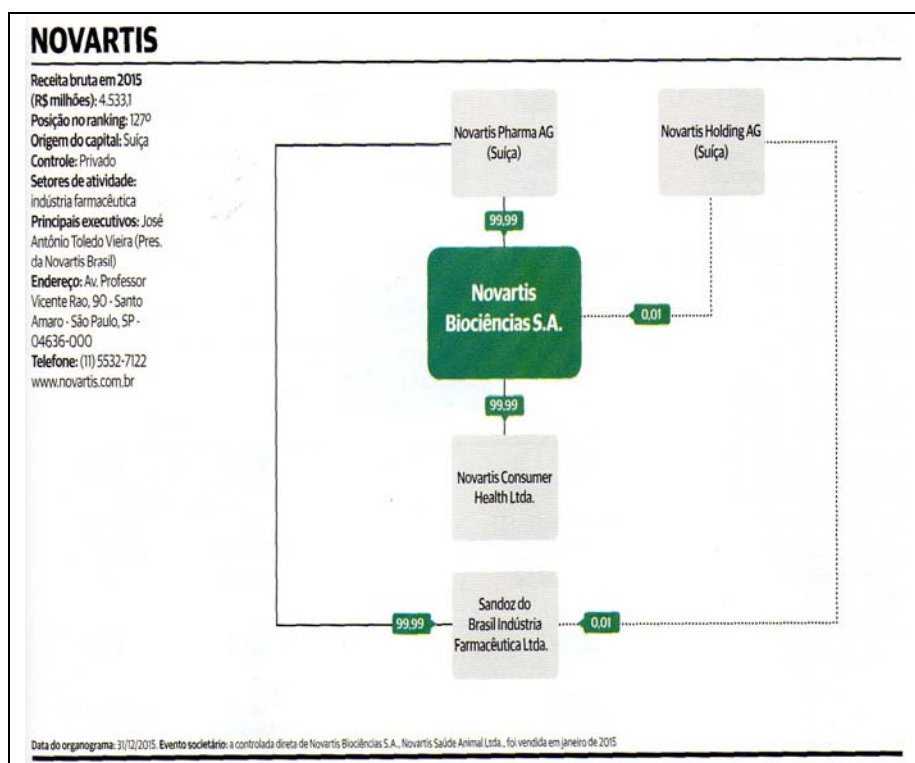
(VALOR, 2016, p. 134)

As duas empresas planejam formar uma joint venture, na qual a Cofco terá participação de 51 por cento, para conectar os negócios de processamento e distribuição de grãos na China com as divisões de originação e negociação de grãos da Noble Agri (...)" (REUTERS BUSINESS, 2014)

Novartis Biociências S/A

A Novartis Biociências S/A foi constituída no Brasil em 2007, com a finalidade de produzir sementes transgênicas e agroquímicos (Match e Vermitec) destinados às sementes. Pertence ao grupo mundial Novartis cuja origem remonta ao ano de 1759, quando foi formada a Fundação JR Geigy para comercializar medicamentos, produtos químicos e corantes. O grupo possui sede em Basileia (Suíça). Em 2010, comprou 100% da Alcon; em 2009, adquiriu a Ebewe; controla a Ciba, Geigy e Sandoz e em 2004 comprou as empresas de genéricos Hexal e Eol Labs, e os direitos de produção da Bristol-Myers Squibb. Desde ano 2000 tem suas ações na New York Stock Exchange. (NOVARTIS, 2015) A empresa mundial suíça, do setor farmacêutico, comprou a unidade de oncologia da GlaxoSmithKline (US\$ 14,5 bilhões) e vendeu a área de operação de vacinas para a empresa britânica (US\$ 5,25 bilhões). O ESTADO DE SÃO PAULO, 2014)

Segue o organograma da Novartis.



(VALOR, 2016, p. 175)

Sementes Selecta S/A, a Los Grobo Agro do Brasil e a Corpesca S/A

A Sementes Selecta S/A é uma empresa nacional controlada por capitais chilenos que tem sede em Goiânia e indústria em Araguari/MG. Pertenceu família Mendes, que atua na no setor agroindustrial desde anos 60. Primeiro, fundaram a Granja Betinha em Jundiá/SP, articulada a ela, em 1984 montaram. Em 1989, as dificuldades financeiras, levou à venda da granja para a Ceval Alimentos, atual Bunge.

A empresa Sementes Selecta S/A entrou em recuperação judicial em 2008, ainda sob a administração da família Mendes, porque tinha acumulado dívidas de US\$ 400 milhões com bancos, em função de aplicações na Bolsa de Chicago e na construção de uma nova fábrica em Araguari.

"Um tombo de US\$ 160 milhões na bolsa de Chicago levou a Sementes Selecta a pedir a recuperação judicial na Justiça de Goiás na semana passada. A empresa está com um endividamento líquido de US\$ 330 milhões e, se o pedido de recuperação for aceito, os credores ficam impedidos de fazer qualquer tipo de cobrança por um prazo de seis meses. A empresa vivia uma fase de expansão e a situação de inadimplência pegou os credores de surpresa. O infortúnio da Selecta foi ironicamente resultado dos contratos de proteção ("*hedge*") que a empresa fez no mercado futuro para se proteger da variação dos preços da soja. Em março passado, quando atingiram seu recorde histórico de quase US\$ 16 por *bushel*, os preços da *commodity* registraram grande volatilidade em Chicago. O encarecimento das garantias para as operações de *hedge* levou a Selecta ao aperto que culminou no pedido de recuperação judicial. A empresa tinha uma série de contratos de opção de compra e venda de soja, usados para fazer o *hedge* e que estavam em boa parte lastreados pelo produto físico. Para manter esses contratos ativos, as bolsas de mercadorias e futuros exigem margens de segurança que cobrem a variação do preço a cada dia. Com a grande volatilidade, os depósitos exigidos nas margens para a Selecta ficaram muito elevados. A empresa usou os recursos que seriam destinados para pagar os produtores, que lhe davam o lastro da soja física. Sem dinheiro para pagar pelo produto físico, a empresa perdeu a garantia do preço menor que tinha fechado com os produtores e, assim, não pôde auferir o lucro. Virou uma bola de neve. Não havia mais dinheiro para garantir as margens em Chicago e, com isso, os contratos foram desativados. O *hedge* se desfez. Segundo informações de assessores próximos, a empresa, do rombo de US\$ 160 milhões, US\$ 100 milhões foram pagos às corretoras de Chicago." (VALOR ECONÔMICO, 2008) (sem itálico no original)

Dentro do plano de recuperação, a Selecta que operava apenas com a comercialização e exportação de grãos, no mesmo ano de 2008, vendeu

seus ativos de originação a Los Grobo Agro do Brasil. Uma associação entre o maior produtor de soja da Argentina e o fundo PCP dos donos do ex banco Pactual, por US\$ 30 milhões. Assim, a empresa ficou sem essa parte dos negócios: "a Selecta continuará em recuperação judicial e o dinheiro da venda irá para o seu caixa. A venda de ativos à Los Grobo é parte do plano de recuperação aprovado há alguns meses pela assembleia de credores e homologado pela Justiça." (VALOR ECONÔMICO, 2008)

Mas, mesmo assim a empresa não conseguiu equilibrar a finanças para salvar a única parte da empresa que restara, a indústria em Araguari/MG.

"Contudo, a companhia já havia investido R\$ 150 milhões na construção de uma unidade de processamento com capacidade para esmagar até 600 mil toneladas de soja em Araguari (MG). Os principais bancos credores (Santander, Credit Suisse e HSH Nord Bank) injetaram mais US\$ 30 milhões na conclusão da fábrica e aceitaram transformar parte de sua dívida em capital. Com isso, as instituições tornaram-se proprietárias da planta, inaugurada em 2009. O acerto previa o arrendamento da planta à Selecta, que teria a opção de recomprá-la ao fim do período. Contudo, segundo uma fonte ligada aos credores, a empresa não conseguiu honrar os pagamentos e entrou em default. *"A falência era o caminho natural. A empresa estava em recuperação judicial, e seu único ativo pertencia aos credores. Mas alguns bancos mantiveram o crédito, e a empresa ganhou tempo"*, diz. Segundo a fonte, foi nesse contexto que o presidente da Selecta, Maurício Mendes (um dos membros da família que controlava a companhia) deu início às conversas com a Corpesca, a subsidiária pesqueira do poderoso grupo chileno Angelini. O negócio fazia sentido para os chilenos. Fabricante de rações para peixes e grande consumidora de proteína concentrada de soja, a Corpesca considerava a Selecta um fornecedor estratégico. Após uma longa negociação, a Corpesca anunciou, em dezembro do ano passado, a decisão de comprar 60% do capital social da Selecta por US\$ 60 milhões. O negócio foi aprovado em fevereiro pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Os chilenos também teriam comprado 98% das dívidas cobertas pelo plano de recuperação. Paralelamente, a Corpesca fez um acordo com os bancos para a aquisição da fábrica em Araguari, com pagamento em 10 anos. O valor do negócio é mantido em segredo. "Apesar dos descontos [sobre o valor da dívida], os chilenos pagaram à vista. Houve disposição de todas as partes em resolver a situação", afirma um credor. Segundo reportagens publicadas pela imprensa chilena, o presidente da Corpesca, Roberto Angelini afirmou recentemente, em assembleia de acionistas, que reduziu à metade o endividamento da Selecta. O montante hoje estaria em torno de US\$ 160 milhões. Os chilenos também teriam comprado 98% das dívidas cobertas pelo plano de recuperação. Paralelamente, a Corpesca fez um acordo com os bancos para a aquisição da fábrica em Araguari, com pagamento em 10 anos. O valor do negócio é mantido

em segredo. "Apesar dos descontos [sobre o valor da dívida], os chilenos pagaram à vista. Houve disposição de todas as partes em resolver a situação", afirma um credor. Segundo reportagens publicadas pela imprensa chilena, o presidente da Corpesca, Roberto Angelini afirmou recentemente, em assembleia de acionistas, que reduziu à metade o endividamento da Selecta. O montante hoje estaria em torno de US\$ 160 milhões." (VALOR ECONÔMICO, 2013)

Assim, em 25/10/2013, o capital social da Sementes Selecta S/A ficou 60% com a Corpesca do Brasil Empreendimentos e Participações Ltda, 13,34% com Luiz Henrique Mendes, 13,33% com Maurício Mendes e, 13,33% com Orlando dos Santos Mendes Filho. (ANEEL, 2013)

O mapa 22 contém as unidades exportadoras das principais empresas do setor.

LG Limagrain do Brasil S/A

A LG Limagrain cooperativa francesa conta com uma unidade de produção de sementes, localizada em Goianésia/GO, onde vem realizando grandes investimentos, para que seja uma das unidades de produção de sementes mais modernas do Brasil. A cooperativa havia adquirido duas unidades em 2011, uma da Brasmilho, de Goiás, e outra do grupo Guerra no Paraná. Entretanto optou por desativá-las, no final de 2014. A nova planta inaugurada em Goianésia/GO tem capacidade para produzir 100 mil sacas de sementes de sorgo e um milhão de sacas de milho, podendo chegar a dois milhões de sacas. A cooperativa e o grupo Guerra são parceiros na produção e distribuição no país da marca Jacquet, de pães e bolos industrializados em Guarapuava/PR.

4.2.5. As empresas mundiais de capital estrangeiro no monopólio do tabaco

As empresas mundiais monopolistas do setor do tabaco no Brasil atuam, sobretudo, na região Sul, onde buscam na forte presença camponesa no campo sulino, implantando relações de subordinação que denominam "sistema integrado de produção" onde financiam os insumos e fornecem a assistência técnica obrigando os camponeses a entregarem a produção às empresas. O Brasil é o segundo produtor mundial de tabaco (745 mil toneladas na safra 2011/2012). (AFUBRA, 2013) O mapa 23 a seguir traz as principais unidades exportadoras de tabaco em 2014.

Universal Corporation

Entre estas multinacionais a principal é a norte-americana Universal Corporation. Tem sede em Richmond, Virginia, USA, e, existe desde 1918. É uma empresa diferenciada, pois, é apenas *trading* e processadora da folha do tabaco, e, não tem indústrias de cigarros ou outros usos do mesmo. Assim, opera na seleção, compra, transporte, processamento, embalagem, armazenagem, e financiamento de tabaco em folha, e, distribui a matéria prima para as indústrias de todo mundo. No Brasil, atua através da empresa Universal Leaf Tabacos Ltda. com sede em Santa Cruz do Sul/RS. (UNIVERSAL, 2013)

Mapa 22



Alliance One International

Outra empresa mundial norte americana que atua no setor do

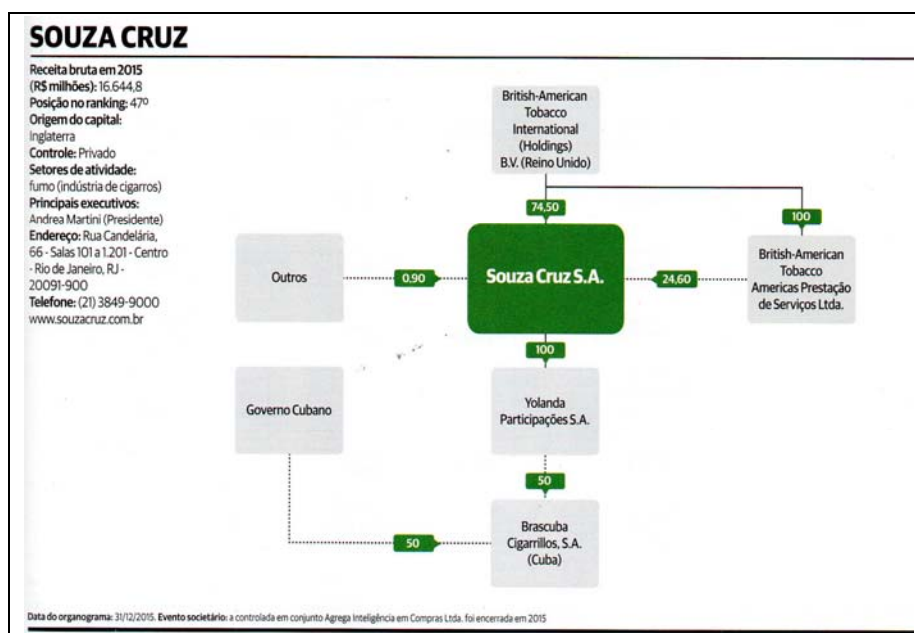
tabaco é a Alliance One International. Foi constituída em 2005, produto da fusão dos grupos DIMON Incorporated e Standard Commercial Corporation. É empresa *trading* com operações na compra e venda de tabaco em 45 países e, fornece matéria prima para fábricas de cigarros e outros usos de tabaco em 90 países. No Brasil a multinacional atua através da Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda. que unificou as operações das filiais DIMON do Brasil Tabacos Ltda. e Meridional de Tabacos Ltda. Possui fabricas em Araranguá/SC e Venâncio Aires/RS, e unidades de compra Rio do Sul/SC, Canoinhas/SC, Palmitos/SC, Rio Azul/PR, um Centro Administrativo e campo de melhoramento em Vera Cruz/RS.

British American Tobacco Plc – BAT (Sousa Cruz)

A British American Tobacco Plc, certamente, é uma das principais multinacionais do tabaco no mundo. Nasceu início do Século XX (1902), quando se formavam os primeiros *trusts* na sociedade capitalista já em crise. Assim, nasceu da fusão de dois monopólios, a Imperial Tobacco Company do Reino Unido e a American Tobacco Company dos Estados Unidos. A partir dessa fusão foi só expansão territorial pelo mundo afora e novas incorporações através de participações ora minoritárias, ora majoritárias e, ora aquisições integrais. Desde 1911 suas ações estão listadas na Bolsa de Londres e, em 1927, às vésperas do *crash* da Bolsa de New York, já tinha 120 filiais. No início da década de 60, passou a diversificar seus investimentos para os setores do papel, cosméticos e alimentos, que redundou em 1976, na formação da nova *holding* BAT Industries. Na década de 80, a BAT comprou a Eagle Star, Allied Dunbar e Farmers Group, tornando-se o principal grupo de seguros no Reino Unido. Em 1994, a nova empresa BAT Industries comprou sua antiga controladora, a American Tobacco Company, que foi reorganizada depois da Sherman Act, a lei contra os *trusts* nos Estados Unidos. Em 1998, a BAT separa suas empresas do setor financeiro e a British American Tobacco passou ser listada separadamente na Bolsa de Londres. Em 1999, nova fusão global, desta vez com a Rothmans International. Em 2004, fortaleceu-se ainda mais, com a participação de 42% na Reynolds American, produto da fusão entre a Brown & Williamson e RJ Reynolds Tobacco Company. (BAT, 2013) A história da British American Tobacco no Brasil também é longa, e, nasceu igualmente no início do Século XX. Em 1903, o português Albino Souza Cruz fundou a fábrica de cigarros Souza Cruz S/A, uma década depois (1914) fez a fusão com a British American Tobacco, transferindo-lhe o controle acionário da empresa. Listada na BM&FBovespa desde a década de 90, tem como acionista majoritário a holding British American Tobacco International Bv com

75,3% e os demais acionistas minoritários detêm 24,7% das ações. Segue o organograma da Souza Cruz. Em 16 de outubro de 2015 a Souza Cruz fechou seu capital após 58 anos.

A empresa tem suas operações de fabricação de cigarros e exportação de tabaco, e, sua matriz fica no Rio de Janeiro/RJ. Possui duas fábricas (Cachoeirinha/RS e Uberlândia/MG), três usinas de processamento de fumo (Santa Cruz do Sul/RS, Blumenau/SC e Rio Negro/PR), seis centros de distribuição (Curitiba/PR, Belo Horizonte/MG, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP) que articulam 32 unidades operacionais. Fez suas exportações em 2012 através suas unidades de Santa Cruz do Sul/RS e Blumenau/SC. (SOUZA CRUZ, 2013)



(VALOR, 2016, p. 195)

Philip Morris International Inc.

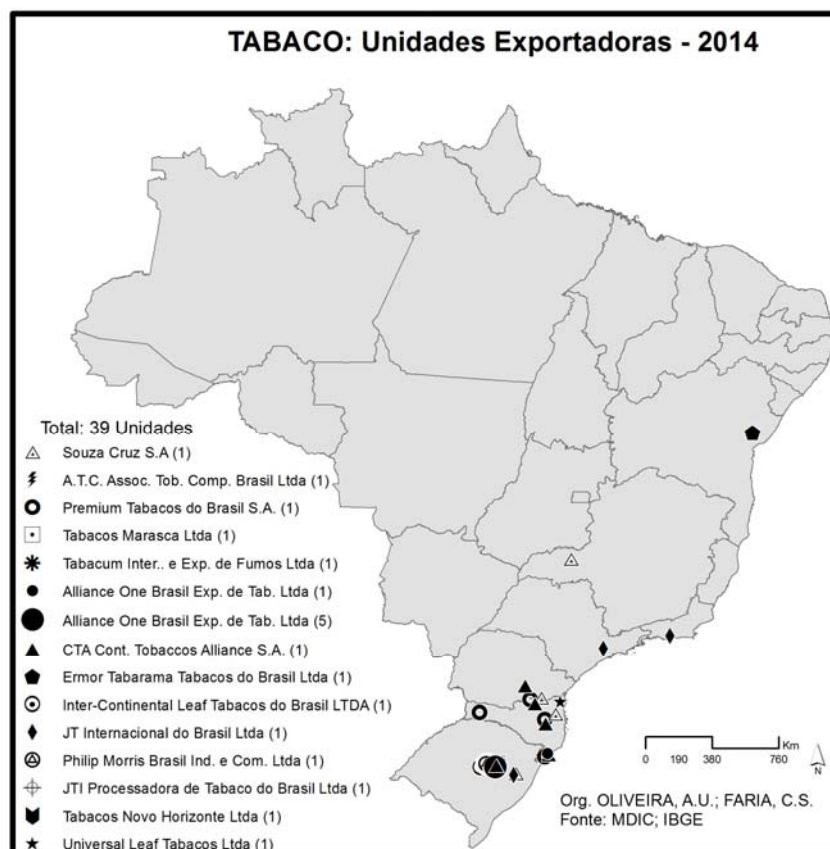
Philip Morris International Inc. é uma empresa norte-americana de cigarro e de tabaco em geral. Até 2008 a multinacional era a empresa operacional do Altria Group, neste ano foi feito um *spin-off* (processo de cisão entre empresas e o surgimento de uma nova empresa a partir de um grupo que já existe), e, a Philip Morris International Inc. tornou-se autônoma para atuar fora dos USA, e teve suas ações listadas na Bolsa de Londres. (PMI, 2013) No Brasil a empresa tem a Philip Morris Brasil

Indústria e Comércio Ltda com sede em Curitiba/PR e sua indústria em Santa Cruz do Sul/RS. O mapa 23 a seguir traz as principais unidades exportadoras de tabaco em 2014.

Japan Tobacco Inc. - JT

A empresa mundial monopolista japonesa Japan Tobacco Inc. (JT) foi constituída pela aquisição em 1999 das operações fora dos USA da multinacional RJ Reynolds Tobacco Company (RJR) com sede em Genebra, Suíça. Em 2007, a empresa comprou também, o britânico Gallaher Group, que permitiu a empresa monopolizar 10% do mercado mundial. (JTI, 2013)

Mapa 23



A empresa opera no Brasil através das seguintes empresas: JT Internacional do Brasil ltda. (Rio Janeiro/RJ), JTI Brazil (São Paulo/SP) e a JTI Kannenberg Comercio de Tabacos do Brasil Ltda (Santa Cruz do

Sul/RS). "A partir da unificação, todas as unidades da empresa no Brasil passarão a ser identificadas apenas como JTI. Em Santa Cruz do Sul, a empresa atuava desde novembro de 2009, quando foi concluído o processo de compra, com as denominações de JTI Processadora de Tabacos (ex-KBH&C Tabacos) e a JTI Kannenberg (ex-Kannenberg & Cia Ltda.). A nova identidade também se estende às unidades de compra de Apiúna, Morro da Fumaça e Pinhalzinho (SC) e São Mateus do Sul (PR)." (CLICRBS, 2013)

G.F. Vaughan Tobacco Company

A G.F. Vaughan Tobacco Company é empresa mundial de processamento do setor de tabaco com sede em Lexington, Kentucky, USA. Atua no Brasil através da CTA Continental Tobaccos Alliance S/A que foi criada em 1994 junto com um grupo de empresários brasileiros. A multinacional detém 50% e a parte nacional outros 50%. (TOBACCOORAG, 2013) A sede fica em Venâncio Aires/RS e tem unidades em Ituporanga/SC, Araranguá/SC, Papanduva/SC. (BORGES, 2011, p.31.)

4.2.6. As empresas mundiais de capital estrangeiro no monopólio de outros setores do campo

Há atuando no Brasil, empresas mundiais que praticam a monopolização território em setores que, ou são majoritariamente da territorialização do monopólio, pertencem a setores que são majoritariamente comandados por empresas brasileiras. Por isso, serão apresentados alguns exemplos desses casos.

Groupe Sucres et Denrees - S&D

O grupo francês Groupe Sucres et Denrees - S&D, com sede em Paris, França, é um deles. Trata-se de um grupo que praticamente detém o monopólio de açúcar na Europa. Ele atua como *trading* desde 1969 no Brasil, portanto, operava apenas na comercialização do açúcar adquirido das usinas. Porém, com a desregulamentação do setor na década de 90 e a formação dos grupos monopolistas no país, no ano 2000, juntou-se com a Cosan e o grupo francês Tereos na formação da FBA - Franco Brasileira S/A de Açúcar e Alcool, onde tinha participação acionária de 5% contra 47,5% dos dois outros grupos. "Em 2005, a Tereos e a Sucden converteram

suas participações na FBA diretamente para a COSAN, que passou a controlar 100% da FBA e de suas usinas." (COSAN, 2013)

Dessa forma, as participações acionárias do grupo francês nas empresas do grupo Cosam passou a ser de 0,635% (Aguassanta Participações S/A 0,253% e Indústria Açucareira São Francisco 0,382). (COSAN, 2013) No final de 2006 a participação do grupo francês aumentou para 2,318%. (COSAN, 2013) Ou seja, embora ocorra esta participação acionária da Sucden, como a empresa é denominada no Brasil, o que há de fundamental é que é este grupo o responsável pelo escoamento mundial de mais de 30% da produção do Grupo (33,4% em 2010/2011). O Groupe Sucres et Denrees desempenha assim, o papel de principal e grande compradora de açúcar do grupo Cosan/Raízen.

Louis Dreyfus Commodities - LDC

O grupo francês Louis Dreyfus Commodities - LDC era a terceira empresa monopolista do setor citrícola brasileiro, onde atuava através da empresa Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S/A. Em 1942, o grupo comprou a empresa Comércio e Indústrias Brasileiras - Coimbra, passando a operar nas atividades do comércio de produtos cítricos, oleaginosas, açúcar e café. No setor de suco de laranja concentrado assumiu a Frutropic Agropecuária (1988), Coimbra-Frutesp (1993), Sucos Kiki Ltda (2005) (DIARIOWEB, 2013) e a fábrica de sucos de laranja da Cocamar Cooperativa Agroindustrial em Paranavaí/PR (2012). A Louis Dreyfus tem outras duas unidades industriais nas cidades de Wintergarden e Indiantown na Flórida (USA) e um terminal portuário para a estocagem e distribuição de sucos em Ghent, na Bélgica. (ZOONEWS, 2013) No Brasil a empresa desde 1996, adquiriu dez fazendas citrícolas ocupando área de 11 mil hectares no estado de São Paulo. Em 2004, a Cargill vendeu sua unidade de citrus de Bebedouro/SP para a Citrosuco e a unidade de Uchoa/SP para a Cutrale. Quanto a produção das frutas a granel pelas fazendas em Minas Gerais, 70% ficaram com a Citrosuco e 30% com a Cutrale. (UOL, 2004)

Yakult S/A Indústria e Comércio

Yakult S/A Indústria e Comércio é uma empresa mundial japonesa pertencente Yakult Honsha Co. Ltd. fundada 1935. Em 1968, foi instalada no Brasil, a primeira fábrica da Yakult fora do continente asiático, em São Bernardo do Campo/SP. Em 1979, a empresa iniciou suas atividades na unidade de Lages, com a produção de suco de maçã concentrado e aromas naturais, e, em 1999, inaugurou a unidade de Lorena/SP. A sede fica em São Paulo/SP e as fazendas da empresa estão em Bragança Paulista/SP. A

Yakult detém as marcas Taffman-E e Hiline, Sofyl, Tonyu e Yodel. (VALOR ECONÔMICO, 2009)

Tate & Lyle plc

A Tate & Lyle plc empresa britânica mundial que opera no setor de alimentos adquiriu a Mercocítrico Fermentações S/A, no Brasil, em 1998. A empresa pertencia a Haarmann & Reimer (grupo multinacional alemão Bayer). Trata-se de uma fábrica de ácido cítrico localizada na Fazenda Amália em Santa Rosa do Viterbo/SP que foi construída pelo conde Francisco Matarazzo Jr. em 1955, denominada Fermenta. Fica ao lado a antiga Usina da Amália, também da família Matarazzo, que está arrendada com o nome de Usina Ibirá ao grupo Pedra Agroindustrial S/A, dos irmãos Biagi. (RIBEIRO DA SILVA, 2007, p. 111)

Tyson Foods Inc.

A Tyson Foods Inc foi fundada na década de 30, em Springdale, Arkansas, USA. É uma empresa importante que processa de carne de frango, suína e bovina. Atua no país pela empresa Tyson do Brasil Alimentos Ltda, desde 2008, através das aquisições dos frigoríficos: Macedo Agroindustrial em São José/SC, Frangobrás em Campo Mourão/PR e o Avícola Avita em Itaiópolis/SC. O sistema de integração é a relação de subordinação através da qual a empresa monopolista submete os camponeses avicultores a sua lógica de exploração, embora digam o contrário: "O modelo de negócios adotado pela Tyson do Brasil em sua atuação no mercado avícola é a integração vertical. Isso significa que cada parte do processo é cuidadosamente monitorada pela empresa, o que garante a alta qualidade dos produtos que chegam ao consumidor. Os integrados são parte fundamental desse modelo. São produtores que oferecem mão de obra e estrutura de alojamento para criação de aves." (TYSON DO BRASIL, 2013)

No mês de julho de 2014, o Grupo JBS S/A comprou as unidades da Tyson Foods no Brasil e no México. (REUTERS, 2014)

Groupe Doux

O Groupe Doux é um grupo empresarial francês do setor de carne de aves, com sede em Châteaulin, na Bretanha francesa. No Brasil atua através da empresa Doux Frangosul S/A Agro Avícola Industrial e possui duas unidades de abate de frango em Passo Fundo/RS e Montenegro/RS que operava pelo sistema de integração. O grupo francês entrou em crise financeira depois da crise mundial de 2008, que afetou a unidade do Brasil.

As plantas industriais foram arrendadas ao grupo nacional JBS-Friboi. (CORREIO DO POVO, 2013)

PepsiCo Inc.

Outra empresa mundial monopolista que atua no setor do trigo é a norte-americana PepsiCo Inc. fundada em 1898, por um farmacêutico que criou a fórmula da Pepsi-Cola. Atua no país desde 1953, e é detentora das marcas Quaker, Gatorade, Toddy, Lucky, Kero Coco, e Trop Coco. Em 2011, comprou a Trigobel Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (ex Catarinense Industrial de Produtos Alimentares - CIPA) detentora da marca Rosquinhas Mabel. Formada pela família de origem italiana Scodro em Ribeirão Preto/SP, era controlada pelo Grupo Mabel (60%) e fundo de private equity do Banco Icatu (40%). A empresa possui unidades em Ribeirão Preto/SP (1962), Aparecida de Goiânia/GO (1975), Rio de Janeiro/RJ (1989), Três Lagoas/MS (1998), Itaporanga D'Ajuda/SE (2000) e Araquari/SC (2004). (FUSÕES&AQUISIÇÕES, 2013)

Emege Produtos Alimentícios S/A

Ainda no setor do trigo, há presença de capital estrangeiro na Emege Produtos Alimentícios S/A (ex Moinho Goiás S/A), com unidade fabril em Goiânia/GO, produzindo farinha de trigo e massas. Segundo o Ato de Concentração nº 08012.003070/2005-13 da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda "a Emege Produtos Alimentícios Ltda. ("Emege") é uma sociedade brasileira pertencente ao Grupo Emege de origem norte-americana que atua nos setores ligados a agricultura (grãos) e indústria alimentícia (moinho, massas e pães). Os principais quotistas da Emege são: MGA Participações S.A. e Superdome Com. Ind. Ltda. No Brasil, o Grupo Emege possui participação nas seguintes empresas: Emege Produtos Alimentícios Ltda. e Pastificio Araguaia Ltda." (CADE, 2013) A empresa entrou em recuperação judicial em 2011, e no plano apresentado aparece sua composição acionária, bem como constava dos registros de capitais estrangeiros de 2009 do Banco Central (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009): MGA Participações S/A 81,93% e empresa norte-americana Wheatfiled Holding Llc com 18,07%. (MAURACY ANDRADE, 2013)

Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos - EBBA (Britvic plc)

A Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos - EBBA com sede em Recife/PE foi formada em 2009, a partir de uma estratégia da família Tavares de Melo em fundir as operações da empresa Dafruta Indústria e Comércio S/A com a marca Maguary, do setor de sucos. É preciso registrar

que a marca Maguary, líder no segmento de sucos concentrados, havia sido lançada pela própria família Tavares de Melo em 1953. Porém, a partir de 1984, a Maguary passou a ser gerida pela multinacional Souza Cruz e, em seguida, pela Nabisco, que foi incorporada em 2000 pela Kraft Foods. Em 2009 a família Tavares de Melo comprou a Maguary Kraft Foods. Porém, em julho de 2015 vendeu a EBBA para a empresa fabricante de refrigerante britânica Britvic.

"A empresa britânica Britvic anunciou a aquisição do controle da brasileira Ebba, dona das marcas de sucos Maguary e Dafruta. Segundo comunicado enviado ao mercado, a compra da brasileira soma R\$ 580 milhões - cerca de 113 milhões de libras. (...) Os britânicos pretendem acelerar o crescimento da Ebba com a exploração das linhas atuais - Maguary e Dafruta - e ainda lançar marcas internacionais do portfólio da nova controladora no Brasil.

Entre as principais marcas da britânica, estão Robinsons, J2O, Tango, Fruit Shoot e Teisseire. As marcas da empresa chegam a mais de 50 países, mas os mercados chave são o Reino Unido, França e Irlanda." (EXAME, 2015)

4.2.7. As empresas mundiais monopolistas brasileiras *trading* nos setores de açúcar, grãos, fibras e sementes

As principais empresas mundiais monopolistas brasileiras que atuam com *trading* na produção de açúcar, grãos e fibras são as seguintes:

Copersucar

Certamente, entre as empresas monopolistas brasileiras a Copersucar S/A é a mais antiga. Sua história começou em 1959, quando dez unidades produtoras paulistas e duas entidades cooperativas regionais (Coopira e a Coopereste) criaram a Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, denominada Cooperativa Central. Com a criação da empresa Copersucar S/A a razão social da Cooperativa voltou a ser a original. A Copersucar S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2008, conta com 47 unidades produtoras sócias, pertencentes a 24 grupos econômicos do setor de açúcar e álcool operando no setor de logística e operações comerciais diferenciadas. Trata-se da mais importante *trading* mundial de capital nacional operando com açúcar e etanol de suas 47 unidades produtoras sócias nos principais mercados mundiais. O quadro 43 a seguir, contém a divisão acionária da empresa pelos grupos acionistas presente em sua

demonstração financeira dos resultados da safra 2012/2013, publicada Jornal Valor Econômico (18/06/2013, p. E7).

A Copersucar S/A e a Cargill Inc. constituíram em 2014, a *joint venture* Alvean Sugar Intermediação e Agenciamento Ltda, para operar na originação, comercialização e na trading de açúcar bruto e branco mundialmente. A empresa tem seu capital dividido 50% para cada empresa.

A seguir, está a relação completa das unidades produtoras sócias da empresa: Acalco S/A, Aralco S/A – Alcoazul, Aralco S/A – Figueira, Aralco S/A – Generalco, Batatais S/A, Batatais S/ - Lins, Da Pedra S/A - Buriti, Da Pedra S/A - Serrana, Da Pedra S/A - Ibirá, Da Pedra S/A - Ipê, Caçu Ltda, Cerradão Ltda, Cocal I Ltda – Paraguaçu Paulista, Cocal II Ltda - Narandiba, Decal Ltda – Rio Verde, Destilaria Santa Inês Ltda, Ferrari

Quadro 43 - Copersucar S/A

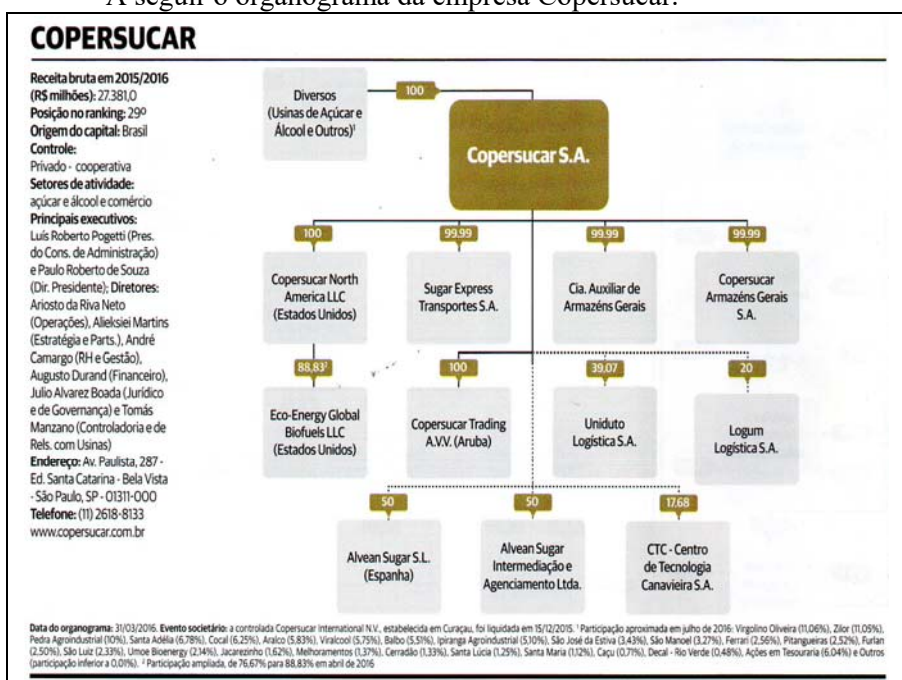
Acionistas - Grupo	%
Virgolino Oliveira	11,056154
Zillor	11,050841
Pedra	9,999044
Cocal	6,247544
Batatais	6,044194
Aralco	5,832134
Viralcool	5,745041
Ipiranga	5,098087
Santa Adélia	6,783176
Balbo	5,505033
São José da Estiva	3,428275
São Manoel	3,264985
Melhoramentos	1,368254
Ferrari	2,557745
Pitangueiras	2,521925
Furlan	2,501695
São Luis	2,335093
Umoé Bioenergia	2,135761
Jacarezinho	1,618951
Cerradão	1,327512
Santa Lúcia	1,253851
Santa Maria	1,119573
Caçu	0,708109
Decal - Rio Verde	0,484282
Outros	0,012741
TOTAL	100

Fonte: COPERSUCAR, 2013.

S/A, Furlan S/A – Avaré, Furlan S/A – Santa Bárbara, Iacanga Ltda,

Ipiranga S/A – Descalvado, Ipiranga S/A – Mococa, Jacarezinho Indl, Melhoramentos S/A, Melhoramentos S/A - Nova Londrina, Pitangueiras Ltda, Santa Adélia S/A – Jaboticabal, Santa Adélia S/A – Pereira Barreto, Santa Adélia S/A – Pioneiros, Santa Lúcia S/A, Santa Maria S/A, Santo Antônio S/A, São Francisco S/A, São José da Estiva S/A, São Luiz S/A, São Manoel S/A, Uberaba S/A, Umoe Bioenergy II S/A, Viralcool I Ltda – Pitangueiras, Viralcool II Ltda – Castilho, Virgolino de Oliveira S/A - Catanduva Virgolino de Oliveira S/A - José Bonifácio, Virgolino de Oliveira S/A - Monções, Virgolino de Oliveira S/A - Nossa Sra. Aparecida, Zilor S/A – Barra Grande, Zilor S/A – Quatá, Zilor S/A – São José. (COPERSUCAR, 2013)

A seguir o organograma da empresa Copersucar.



(VALOR, 2016, p. 48)

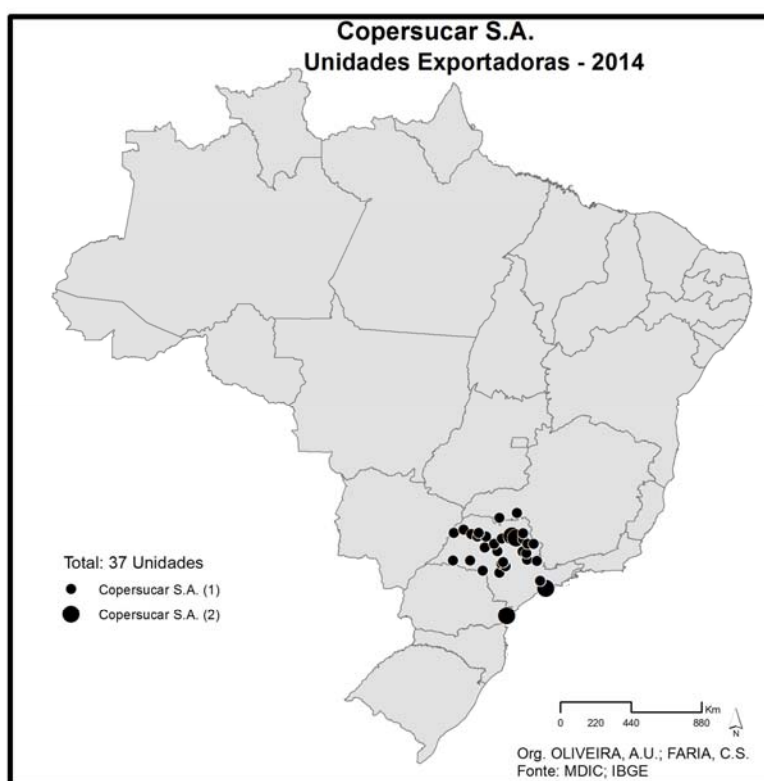
Na área de logística a empresa dispõe de uma plataforma multimodal com um terminal portuário em Santos/SP, um terminal retroportuário para estufagem de açúcar em contêineres no Guarujá/SP, armazenagem de açúcar (2,5 milhões de toneladas) e etanol (3 bilhões de litros), 500 vagões graneleiros tipo *hopper* e terminais multimodais. A Copersucar tem 20% de participação da empresa Logum Logística S/A, que implanta um etanolduto integrado de distribuição. Em 2012, a Copersucar comprou o controle da Eco-Energy, *trading* de biocombustíveis nos Estados Unidos. O mapa 24 a seguir contém as unidades exportadoras

da Copersucar.

Copertrading Comércio Exportação e Importação S/A

Cabe destacar no setor sucroenergético a empresa Copertrading Comércio Exportação e Importação S/A que opera a comercialização dos produtos das usinas Sinimbu em Jequiá da Praia/AL e Triunfo em Boca da Mata/AL. E, a empresa Energy Comercial Importadora e Exportadora Ltda, fundada em 1989, é uma das principais exportadoras brasileiras de açúcar em container. Localizada no Brasil e na Holanda opera com uma diversa gama de açúcares como refinado, cristal, demerara, orgânico e líquido. É uma trading que origina globalmente açúcar em diversas regiões produtoras. Mais recentemente, tem operado também, com novas commodities como arroz, lácteos, feijões, milho e derivados, óleos vegetais, pasta, coco ralado, especiarias, margarina, nozes e sucata de ferro e aço. (ALL BIZ, 2013)

Mapa 24



Grupo André Maggi

No setor de grãos e fibras, entre as empresas brasileiras destacam-se os grupos André Maggi, Caramuru, Bianchini, Granol, Imcopa, Baldo, Fiagril, Santarosa e Algar.

O Grupo Andre Maggi iniciou suas atividades no Paraná, depois, mudou-se para o Mato Grosso, atuando na produção de soja, inclusive, voltada para a produção de semente. Transformou-se na mais importante empresa (*trading*) nacional monopolista de grãos. Foi constituído em 1977, e, está composto por quatro divisões: *trading* (originação, comercialização de grãos e insumos), produção de grãos (produção agrícola e de sementes de soja), logística (operações portuárias, transporte fluvial) e energia (geração e comercialização de energia elétrica). Possui unidades de armazenagem no estado de Mato Grosso nos municípios de Tapurah, Sorriso, Boa Esperança, Brasnorte, Campos Novos dos Pareci rodovia MT-170 km 74, Campos Novos dos Pareci rodovia MT-170 km 86, Campos de Julio rodovia MT-235 km 195, Campos de Julio rodovia BR-364 km 1.040, Sapezal rodovia MT-235 km 120 + 15, Sapezal Fazenda Água Quente, Sapezal Fazenda Tucunaré 01, Sapezal, rodovia MT-235 km 121,5, Campos Novos dos Pareci Fazenda Itamaraty, Querência Fazenda Tanguro, Querência rodovia MT-109 km 4,3, Ipiranga do Norte, Itiquira, Lucas do Rio Verde, Nova Ubiratã, Novo Horizonte, Sinop, Vera e Primavera do Leste; e, Cerejeira/RO, Luis Eduardo Magalhães/BA, Porto Velho/RO e Itacoatiara/AM. As fazendas estão localizadas em Rondonópolis/MT (2), Itiquira/MT (4), Querência (1), Campos Novos dos Pareci (1) e Sapezal (2). As indústrias ficam em Lucas do Rio Verde/MT e Itacoatiara/AM; os terminais de granéis nos portos de Porto Velho/RO, Itacoatiara/AM e Guarujá/SP; a sede fica em Cuiabá/MT e, os escritórios em Belém/PA, Manaus/AM, Paranaguá/PR, São Francisco do Sul/SC, Vilhena/RO, Rondonópolis/MT, Maringá/PR e Passo Fundo/RS. A *trading* do grupo Maggi ficou em 21º lugar em 2012, no *ranking* das maiores exportadoras brasileiras, do MDIC com US\$ 1,6 bilhão, ou seja, 0,66% do total do país.

Em 2013, o Grupo André Maggi adquiriu 100% da empresa norueguesa Denofa S/A. A empresa possui uma unidade fabril em Fredrikstad, com capacidade de esmagamento de 430 mil toneladas/ano, e opera também no beneficiamento do óleo de colza, na Polônia. Antes, em 2009, o Grupo Amaggi já havia adquirido 11% das ações da Norgrain AS e 40% da Agrenco Ltd.

"O Grupo André Maggi, (...) adquiriu 100% das ações da norueguesa Denofa, que já estava sob seu controle desde 2009. (...). Com foco no mercado de soja não transgênica, a Denofa faturou US\$ 260 milhões em 2011. Em 2009, o grupo brasileiro, fundado em Rondonópolis (MT), já havia comprado uma participação na Denofa que pertencia à Agrenco

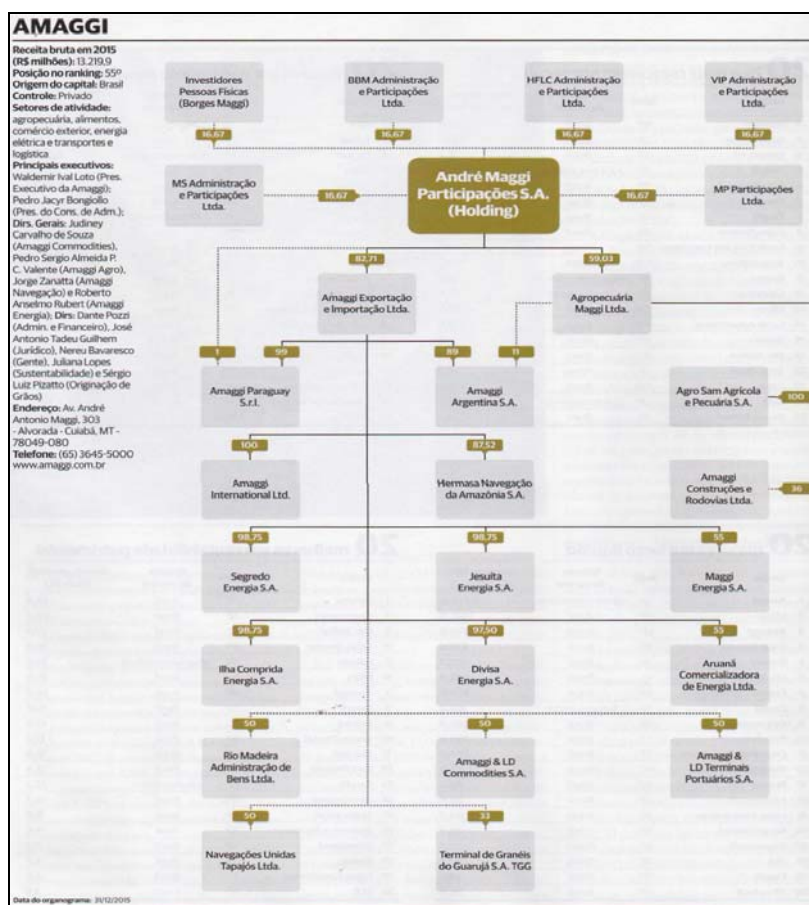
— havia entrado em recuperação judicial em 2008 —, por cerca de R\$ 18 milhões, e se tornou acionista majoritário da companhia norueguesa. Como adiantou ontem o Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor, a compra dos 49% que faltavam já estava “prevista” no planejamento da empresa. “*Quando compramos os 51%, já queríamos ter os 100%. Agora exercemos o direito de compra*”, disse Blairo Maggi. A Denofa é referência no processamento de soja não transgênica em toda a Europa, mas tem atuação mais expressiva nos países escandinavos. No total, processa aproximadamente 420 mil toneladas de soja por ano. De acordo com Blairo Maggi, o grupo brasileiro tem condições de oferecer soja convencional para suprir toda a capacidade de esmagamento anual da Denofa. Entretanto, caso aconteça algum problema que atrase a entrega, a controlada tem condições de ser abastecida pela Índia ou pelo Canadá. A internacionalização do Grupo André Maggi começou na segunda metade da década passada, com a abertura de um escritório em Roterdã, na Holanda, principal porta de entrada dos produtos agrícolas brasileiros na Europa.” (VALOR ECONÔMICO, 2013, p. B16) (Sem grifos no original)

A seguir o organograma da empresa Amaggi.

O início dos anos 2000 marcou o processo de mundialização do Grupo Amaggi:

"(...) a Amaggi inaugurou em fevereiro deste ano um escritório de comercialização no Paraguai, o quinto fora do país – a companhia já atua na Holanda, Suíça, Noruega e Argentina. (...) O sinal mais recente dessa reestruturação veio à tona no mês passado. Após três décadas, o Grupo André Maggi decidiu simplificar e mudar a marca para Amaggi, alteração estendida às quatro unidades de negócios do grupo – agora Amaggi Commodities (*trading*), Amaggi Agro (plantio), Amaggi Navegação e Amaggi Energia. (...) A escolha levou em conta não só o nome da divisão mais importante – a Amaggi Exportação e Importação, responsável por 80% do faturamento de US\$ 5 bilhões em 2013 (...) Segundo os números mais recentes, as operações da Amaggi no exterior movimentaram quase a metade das 9 milhões de toneladas de grãos do total comercializado pelo grupo no ano passado. (...) O caminho da internacionalização passa necessariamente pela originação de grãos, possivelmente pela industrialização e a uma distância cuidadosa do plantio. A experiência na Argentina mostrou que a decisão tem riscos embutidos. Com o plantio de 5 mil hectares iniciado em 2011 e planos de chegar a 30 mil hectares em cinco anos, a Amaggi desistiu do negócio no país vizinho por não ter o retorno esperado. “*A adaptação ao modelo argentino foi difícil. Um terço é retido pelo governo, um terço vai para o arrendamento da terra e um terço para produzir. As margens não são boas*”, diz Waldemir Ival Loto. A empresa se voltou à comercialização de soja, milho e trigo naquele país. “*Não podemos sair da Argentina. Estamos falando de 54 milhões de toneladas de soja*

[previsão da produção do país para a safra atual]. *É preciso estar lá, independentemente de governo ou do que for*", afirma. Na safra passada, a 2012/13, o Brasil representou 72,1% dos grãos comercializados pela Amaggi.



(VALOR, 2016, p. 36)

A Argentina ficou com 15,2%, e os demais escritórios pulverizaram o volume restante negociado. Apesar das previsões de redução nas margens de comercialização de grãos na safra 2013/14, pressionadas pelos preços mais baixos e custos mais altos de produção, a Amaggi – assim como os demais "players" desse mercado – aposta na compensação pelo crescimento do volume originado. Entre as três últimas safras, as de 2010/11 e de 2012/13, a originação de soja pela Amaggi no Brasil subiu de 3,70 milhões para 3,94 milhões de toneladas. (...) Sem citar estimativas, Loto diz que a empresa prevê crescer junto com o avanço agrícola esperado para o Centro-Oeste, que deve ganhar fôlego com o aumento de produtividade, novas áreas e os canais de

escoamento pelo Norte do país. A companhia já está posicionada na região, com terminais fluviais em Porto Velho (RO), Itacoatiara (AM) e Itaqui (MA). Dentro dos investimentos anunciados, construirá mais dois para alavancar o embarque de grãos pelo rio Madeira de três milhões de toneladas/ano para cinco milhões/ano. A saída pelo Norte do país está por trás também de duas parcerias estratégicas do grupo: as *joint ventures* com Bunge e Dreyfus, que permitirão diminuir custos e dar escala a ambições de projetos comuns. Com a Bunge, a Amaggi criou no fim do ano passado a Unitapajós, responsável pelo escoamento fluvial de parte da safra de grãos do Centro-Oeste pelo corredor Tapajós-Amazonas. O transporte será inicialmente feito com frota de 50 barcaças e dois empurradores. Em 2015, com a incorporação de mais 40 barcaças e um empurrador, deverá atingir a capacidade plena de quatro milhões de toneladas de grãos por ano. No caso da Dreyfus, a Amaggi atuará no Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), no Porto de Itaqui. O terminal terá capacidade de movimentar 1,25 milhão de toneladas de grãos por ano e atenderá a expansão prevista da produção na região denominada "Matopiba" (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). "Hoje a gente está mais preparada para fazer parcerias. Apesar de sermos uma empresa familiar, a gente tem aprendido [a negociar com a concorrência]", diz Loto." (VALOR ECONÔMICO, 2014) (Sem grifo no original)

Em julho de 2016, a AMaggi fez uma parceria com a Bunge envolvendo uma estação de transbordo em Miritituba/PA e um terminal portuário em Barcarena/PA.

Em 2014, ocupou o 16º lugar entre as principais empresas exportadoras com US\$ 1,8 bilhão, ficando com 0,79% do total exportado. (AMAGGI, 2015) O mapa 25 a seguir contém as unidades exportadoras do Grupo Maggi em 2014.

Grupo Coteminas / Sojitz Corporation

A empresa mundial japonesa Sojitz Corporation também está presente no setor de grão, atuando como *trading*. Para tal, em 2013, adquiriu 43% do capital social da CGG Trading S/A e 5% da Cantagalo General Grains S/A, ambas controladas pela Wembley S/A e Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda do Grupo Coteminas. (FUSÕES&AQUISIÇÕES, 2013)

A trading Cantagalo General Grains S/A surgiu em 2011, fruto da aliança de classe entre três empresários e latifundiários brasileiros: Josué Gomes da Silva, da Coteminas, Paulo Roberto Moreira Garcez, ex-sócio da Multigrain e o agricultor Vilson Vian, da GFN Agrícola. (BRASIL AGRO, 2013) "Com as participações na Cantagalo e na CGC, a companhia japonesa passou a ter participação direta em 150 mil hectares de terras agricultáveis e na comercialização de mais de 2 milhões de toneladas de *commodities* por ano. E sua

entrada no negócio tende a alavancar esses números: até 2020, o plano é alcançar uma área agricultável de 200 mil hectares e movimentar 6 milhões de toneladas de grãos e fibras por ano." (VALOR ECONÔMICO, 2013)

Mapa 25

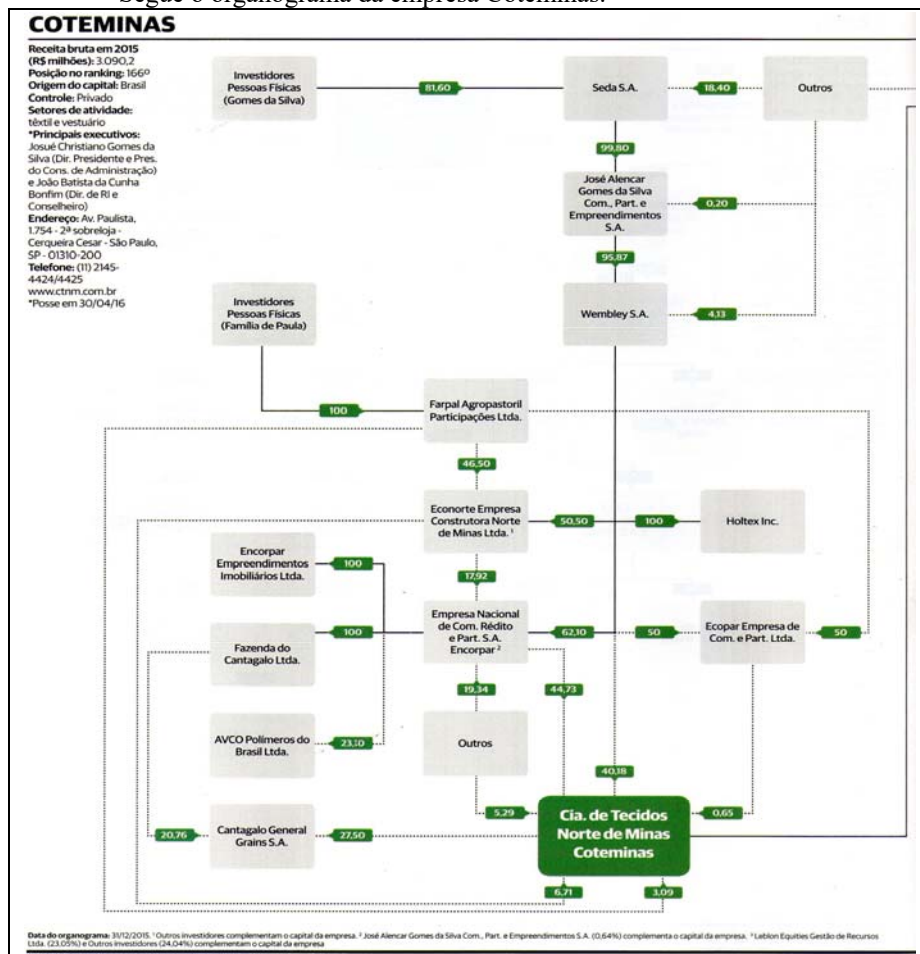


A Sojitz Corporation fará investimento na empresa brasileira de agronegócio Cantagalo General Grains S.A e em sua subsidiária CGG Trading S/A, visando ampliar as exportações de alimentos ao mercado asiático. Os investimentos serão feitos no porto de Itaqui, no Maranhão, onde a empresa brasileira já possui silos e é uma das quatro empresas arrendatárias do Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), projeto em fase de implantação na zona portuária de São Luís desde 2011. (MARANHÃO MARAVILHA, 2013)

"A Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) abriu (...) os envelopes com as propostas comerciais das empresas interessadas em construir e administrar a infraestrutura do Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), no porto de Itaqui, em São Luís. Segundo apurou o Valor, a **CGG Trading (braço da Cantagalo General Grains,**

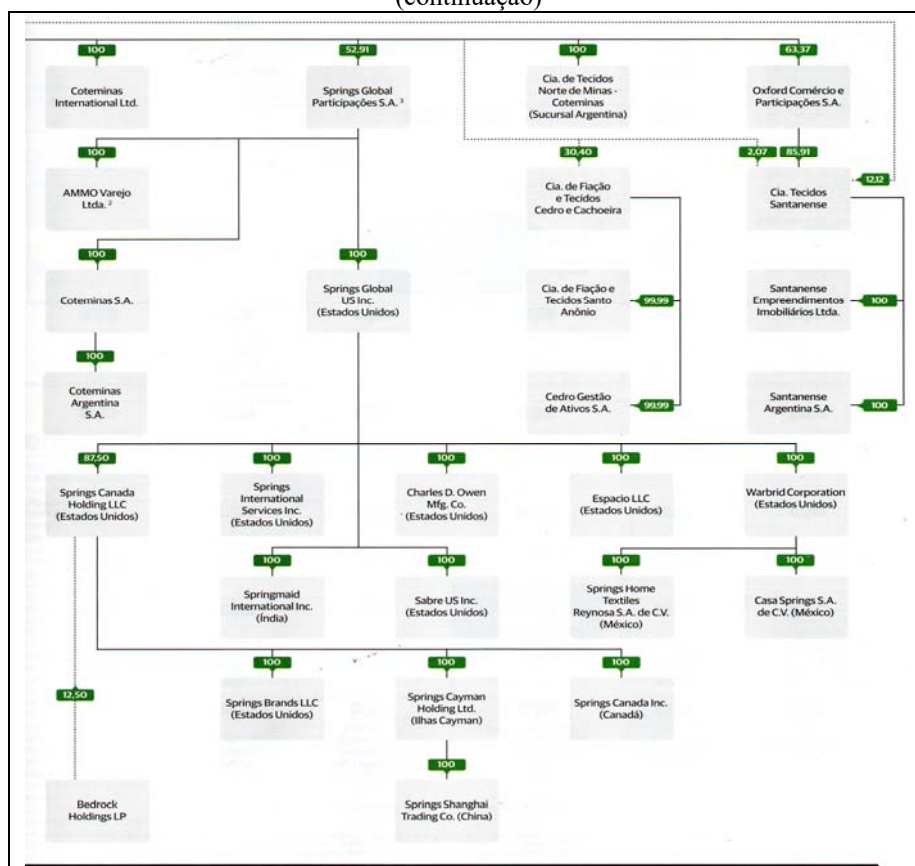
controlada pelo grupo têxtil Coteminas), a suíça Glencore e o Consórcio Crescimento (formado pela francesa Louis Dreyfus Commodities e o grupo Amaggi) arremataram os lotes remanescentes do projeto. Elas se juntarão à Novaagri Infraestrutura (atual Toyota Tsusho Corporation)), que arrematou o 1º lote. (...) Ao todo, as quatro vencedoras terão de investir R\$ 262 milhões na primeira fase do projeto, que inclui a construção de quatro armazéns, com capacidade estática de 125 mil toneladas cada, e das estruturas de recebimento e expedição das cargas. O projeto deverá ser elaborado em conjunto. **As empresas poderão explorar o negócio por até 25 anos, renováveis por período semelhante. O Tegram é considerado uma obra estratégica para o escoamento da produção das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país." (PORTO DE SANTOS, 2013) (Sem grifos e negritos no original)**

Segue o organograma da empresa Coteminas.



(VALOR, 2016, p. 148)

(continuação)



(VALOR, 2016, p. 149)

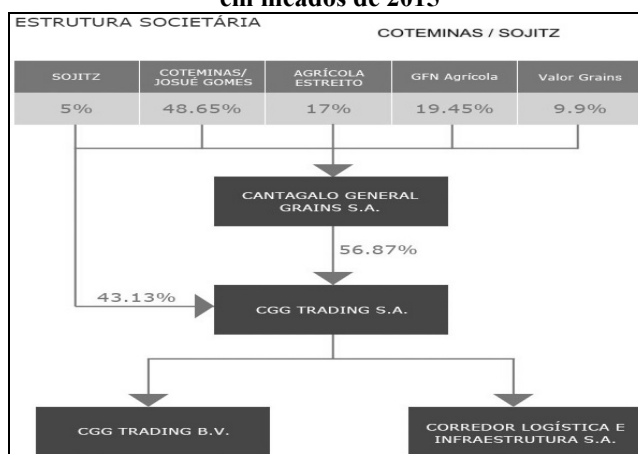
A estrutura societária do Grupo Coteminas (CGG Trading S/A e Cantagalo General Grains S/A) e Sojitz Corporation em meados de 2015 está no quadro 44:

Grupo Caramuru

O Grupo Caramuru foi fundado em 1964, em Maringá/PR e, pertence à família Borges de Souza. Tem sede em Itumbiara/GO e é responsável por "8% no processamento de óleo refinado, 12% na moagem de milho, 3,5% no processamento de soja em nível nacional e 22% no estado de Goiás." (CARAMURU, 2013) A empresa opera com sementes de grãos convencionais (não transgênica) comercializados na Europa. Possui quatro unidades industriais em Itumbiara/GO (extração de óleos especiais – soja, milho, girassol e canola, processamento de soja, processamento de milho e

lecitina de soja); duas em Apucarana/PR (processamento de milho e processamento de gérmen de milho); duas em São Simão/GO (processamento de soja e produção de biodiesel); uma em Sorriso/MT (processamento de soja) e, uma em Ipameri/GO (produção de biodiesel). Conta também, com 84 armazéns com capacidade total de 2,6 milhões de toneladas sendo 25 próprios e 59 contratados/alugados.

Quadro 44 - Grupo Coteminas (CGG Trading S/A e Cantagalo General Grains S/A) e Sojitz Corporation em meados de 2015



Fonte: CGG TRADING, 2015.

Os armazéns próprios da Caramuru estão localizados no estado de Goiás, nos municípios de Campo alegre, Chapadão do Céu, Catalão, Inaciolândia, Ipameri, Itumbiara, Jataí, Lagoa do Bauzinho, Mineiros, Montividiu, Morrinhos, Nova Roseira, Pensão Velha, Perolândia, Piracanjuba, Portelândia, Rio Preto, Rio Verde, São Simão, São Simão terminal III e Vicentinópolis. No Mato Grosso estão em Água Boa, Canarana e Querência; e, no Paraná em Apucarana. Os armazéns contratados/alugados ficam no estado de Goiás em Acreúna 1 e 2, Almerindonópolis, Bom Jesus, Caiapônia, Caraíba, Castelândia, Chapadão, Cocalzinho, Colorado, Cooperbelgo, Ednéia 1 e 2, Goiatuba, Itumbiara, Jataí 1, 2 e 3, Luziânia, Marcianópolis, Maurilândia, Montividiu 1 e 2, Orizona 1 e 2, Paraúna, Piracanjuba, Pontalina 1 e 2, Quirinópolis 1 e 2, Rio Verde 1, 2 e 3, Santa Helena, Serranópolis, Silvânia e Vicentinópolis. No estado de Mato Grosso estão em Alto Garça, Canarana, Estância Bahia, Gaúcha do Norte, Ipiranga do Norte 1 e 2, Lucas do Rio Verde, Nova Ubiratã, Querência, Sinop 1, 2, 3 e 4, Sorriso, Sorriso 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, e Taporã. A logística do Grupo Caramuru está baseada em uma estrutura multimodal: rota ferroviária de Itumbiara/GO para o Porto de Tubarão em

Vitória/ES, e/ou Porto de Santos/SP; rota hidro/ferroviária de São Simão/GO via comboios de 6 mil toneladas pela hidrovía dos rios Paranaíba, Paraná, canal Pereira Barreto e Tietê até o porto de Pederneiras/SP onde fica o terminal hidroferroviário, e, daí segue por ferrovia até o Porto de Santos/SP, onde está Terminal XXXIX. Para a operação ferroviária o grupo tem um acordo com a ALL – América Latina Logística do Brasil S/A e adquiriu cinco locomotivas GE C-30 e 120 vagões graneleiros tipo *hopper*. (CARAMURU, 2013)

O mapa 26 a seguir contém as unidades exportadoras do grupo Caramuru no ano de 2014.

A trading de grãos Sucocítrico Cutrale Ltda

A Sucocítrico Cutrale Ltda uma das maiores produtoras mundiais de suco concentrado de laranja do mundo constituiu também, uma *trading* e passou a exportar soja e milho, em meio à crise mundial que atingiu a citricultura no Brasil.

"A empresa entrou nos negócios de grãos usando sua estrutura de logística montada para os negócios com polpa de laranja. A empresa investiu em plantações de soja e milho em Mato Grosso do Sul e mantém dois escritórios, em Rondonópolis e Sorriso, em Mato Grosso. As duas cidades estão entre as maiores produtoras (em quantidade e em área plantada) desses grãos no País e concentram grandes esmagadoras do produto. A Cutrale também investiu em uma *trading*, com colaboradores que compram grãos dos produtores nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e São Paulo, para comercializá-los com outros países, principalmente os asiáticos. O escoamento será feito por meio de um terminal portuário que a empresa já mantém em Guarujá (SP), e que era usado até o ano passado exclusivamente para remessas de polpa de suco de laranja para o exterior." (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013)

O mapa 19 apresentado anteriormente contém as unidades exportadoras da empresa em 2014.

Bianchini S/A Indústria Comercio e Agricultura

A Bianchini S/A Indústria Comercio e Agricultura, é outra empresa monopolista nacional que faz parte do Grupo Bianchini. Foi fundada em 1960 e, "é uma típica empresa familiar, de capital fechado 100% nacional" (BIANCHINI, 2013) com sede Porto Alegre/RS. O grupo tem uma unidade fabril em Canoas/RS (produção de biodiesel) e outra em Rio Grande/RS. Conta também, com unidades de armazenagem no estado do Rio Grande do Sul em Vacaria, Santo Augusto, Campo Santo, Palmeira das Missões, Chapada, Santa Bárbara do Sul, Carazinho, Cruz Alta, Encantado,

Cachoeira do Sul e Passo Fundo. Seu terminal marítimo em Rio Grande/RS está conectado às unidades fabris operadas por modais rodoferrohidroviários.

Mapa 26

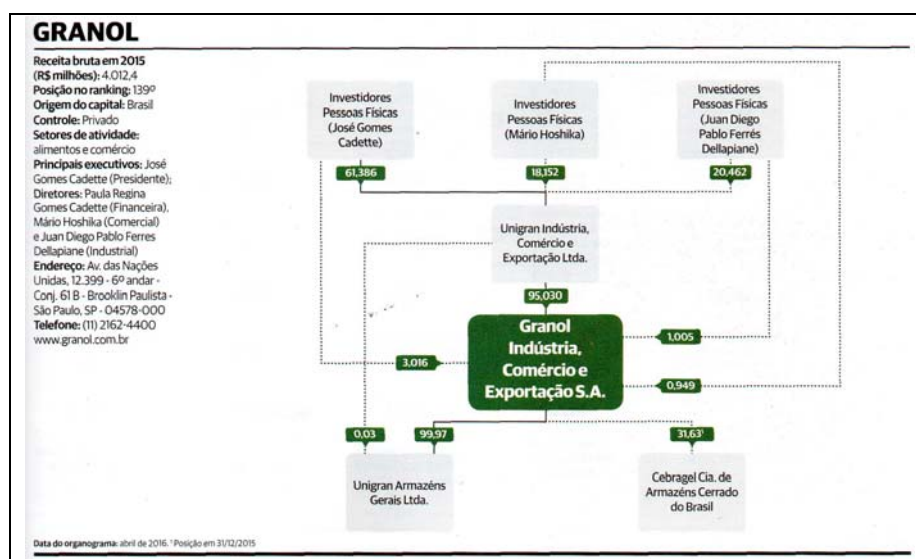


A unidade de Rio Grande/RS integra o complexo armazenador-industrial-portuário (soja em grão, farelo e óleo e cavacos de madeira) e, está interligada ao terminal fluvial de barcaças do Rio dos Sinos pela hidrovía da Lagoa dos Patos. A unidade de Canoas também está conectada ao sistema ferroviário alimentado pelo terminal de transbordos rodoferroviários de Cruz Alta/RS. (BIANCHINI, 2013) O mapa 19 apresentado anteriormente contém as unidades exportadoras da empresa em 2014.

Granol Indústria, Comércio e Exportações S/A

A Granol Indústria, Comércio e Exportações S/A é outra empresa nacional monopolista do setor de grãos do país. Constituída em 1965, opera

na produção e comercialização de grãos, farelos, óleos vegetais e biodiesel voltados para o abastecimento interno e para exportação. É resultado de várias fusões que incluíram a Fudo Óleos Vegetais de Junqueirópolis/SP (1967), a Indústria de Óleos Tupã em Tupã/SP (1974), Compol em Lucélia/SP (1977), Santa Maria em Pacaembu/SP (1977), Romanini em Adamantina/SP (1977) e Osvaldo Cruz/SP (1977), Wosgrau, unidade de Anápolis (1986), unidade de Bebedouro/SP (2003), e a de Cachoeira do Sul/RS (2006). A Granol assumiu a usina de biodiesel de Porto Nacional/TO adquirida da Oleoplan S/A em 2012, e, está construindo junto a ela, a primeira indústria de processamento de soja no Tocantins. A empresa já possuía uma unidade armazenadora no distrito de Pinheirópolis, também em Porto Nacional/TO. Segue o organograma da Granol.



(VALOR, 2016, p. 157)

A Granol possui seis complexos industriais (Cachoeira do Sul/RS, Osvaldo Cruz/SP, Tupã/SP, Bebedouro/SP, Anápolis/GO e Porto Nacional/TO); 26 unidades armazenadoras, sendo sete no Rio Grande do Sul (Augusto Pestana, Novos Cabrais, Sobradinho, São Sepé, Restinga Seca, Candelária e Cachoeira do Sul), quatro no estado de São Paulo (Guaira, Morro Agudo, Birigui e São Paulo), uma no estado de Mato Grosso do Sul (Baús), uma no estado do Mato Grosso (Canarana); dez no estado de Goiás (Mineiros, Jataí, Rio Verde, Itumbiara, São Simão, Edéia, Leopoldo Bulhões, Silvânia, Silvânia - Sargel e Palmeiras de Goiás) e, três no estado do Tocantins (Figueirópolis, Porto Nacional e Aguiarnópolis); 18 unidades comerciais (Pântano Grande/RS, Ituverava/SP, Assis/SP,

Iturama/MG, Planura/MG, Parnaíba/MS, Itaporã/MS, Vicentina/MS, Ponta Porã/MS, Chapadão do Céu/GO, Fazenda Jatobá/GO, Silvânia - Sargel/GO, Formosa/GO e Uruaçu/GO); e, dois terminais portuários em Rio Grande/RS e em Santos/SP. (GRANOL, 2013) O mapa 19 apresentado anteriormente contem as unidades exportadoras da empresa em 2014.

Imcopa - Importação, Exportação e Indústria de Óleos S/A

Outra empresa nacional do setor é a Imcopa - Importação, Exportação e Indústria de Óleos S/A, que tem sede em Araucária/PR. A unidade industrial de Ponta Grossa/PR foi fundada em 1967, e, é também, uma empresa de origem familiar. Em 1977, foi implantada a unidade de Araucária/PR, e, em 2004, a unidade de Cambé/PR. A empresa é referência em processamento de soja não transgênica. Possui filiais em Cambé/PR, Cascavel/PR, Sorriso/MT, Paranaguá/PR e São Francisco do Sul/SC; e, sete unidades armazenadoras em Nova Mutum/MT, Diamantino/MT, Campos Novos dos Pareci/MT, Sorriso/MT, Cascavel/PR, Rondonópolis/MT e Lapa/PR. (IMCOPA, 2013)

Desde o ano de 2008, a empresa enfrenta dificuldades financeiras com dívidas elevadas decorrentes da crise dos derivativos daquele ano, e em janeiro de 2013, entrou com pedido de recuperação judicial.

"A recuperação judicial da Imcopa se desenrola sobre terrenos pantanosos. As relações entre os bancos e Frederico Busato Junior se deterioraram muito em razão dos sinuosos negócios entre o empresário e um personagem - chave de todo este enredo: Walter Faria, dono da Petrópolis. Desde 2008, a cervejaria e a Imcopa mantêm uma parceria cercada de névoa. Oficialmente, as duas empresas sempre sustentaram ter apenas um acordo comercial para o fornecimento de soja, utilizado pela Petrópolis na produção de bebidas. No entanto, os bancos acusam Faria de ser acionista oculto da Imcopa e, portanto, corresponsável pelo passivo da companhia. Desde o ano passado, travam uma batalha jurídica contra o empresário, de quem cobram o pagamento de aproximadamente R\$ 530 milhões em dívidas da processadora de soja. A temperatura subiu ainda mais no início do ano, quando a Petrópolis anunciou o arrendamento das duas plantas industriais da Imcopa. Na visão dos bancos, a operação é mais uma evidência de que Faria seria muito mais do que um mero parceiro comercial da empresa. Entre os credores da Imcopa também há articulações para a suspensão do contrato de arrendamento das fábricas à Petrópolis. A avaliação é que a simples presença de Walter Faria no negócio inibe o interesse dos candidatos à compra da companhia. Consultada pelo RR, a Imcopa não quis comentar as informações. (RELATÓRIO RESERVADO, 2014)

Baldo S/A Comércio Indústria e Exportação

Há também, neste setor a empresa Baldo S/A Comércio Indústria e Exportação, igualmente de origem familiar, começou em 1920 com negócios de erva mate. A partir de 1990, passou a operar com soja, e, em 2005, uniu-se à Bremil Indústria de Produtos Alimentícios Ltda de Arroio do Meio/RS, criando a empresa Goemil S/A Indústria de Produtos Alimentícios em Palmeiras de Goiás/GO, que atua no processamento industrial de soja. (BALDO, 2013) O mapa 19 apresentado anteriormente contém as unidades exportadoras da empresa em 2014.

Fiagril Ltda

Outra empresa deste setor é a Fiagril Ltda. com sede em Lucas do Rio Verde/MT, foi fundada em 1989. Atua particularmente, no estado de Mato Grosso como *trading* no fornecimento de fertilizantes, agrotóxicos e serviços para os produtores agrícolas; na originação de grãos, produção e comércio de sementes; e fabricação de biodiesel também, em Lucas do Rio Verde/MT. Desde 2011, atua no estado do Tocantins e, tem uma unidade em Porto Nacional/TO. Em 2013 tornou-se acionista da Serra Bonita Sementes, em Goiás, junto com a Fiagril S/A. Em 2014, a empresa vendeu 25% de seu capital para a gestora de fundos norte-americana Amerra Capital Management:

"A Amerra Capital Management, gestora de fundos americana, acaba de dar sua maior tacada no Brasil com a aquisição de uma fatia de 25% do capital da Fiagril, empresa com foco em grãos com sede em Lucas do Rio Verde, Mato Grosso. Com perfil agrícola e operações distribuídas entre as Américas, a Amerra decidiu apostar na Fiagril atraída pelos projetos na área de infraestrutura e pela qualidade da gestão da empresa mato-grossense, disse ao Valor Craig Tashjian, diretor e um dos fundadores da Amerra. *"Há urgência em reduzir custos logísticos no Brasil e a Fiagril está investindo nisso e em armazenagem, além de tecnologias para produção de sementes. Achamos que a empresa tem ativos originais e escassos"*. A aproximação entre as partes começou a ser costurada há dois anos, quando a Amerra concedeu à Fiagril um financiamento de médio prazo para pré-pagamentos de exportação. Mas esse relacionamento foi rapidamente estreitado.

"Como os preços do milho e da soja se mantiveram elevados nos últimos anos, a habilidade da Fiagril em usar capital próprio para seguir com investimentos estratégicos começou a ficar restrita, e a empresa resolveu levantar capital no setor financeiro para completar alguns projetos", afirmou Tashjian. No fim do ano passado, a empresa brasileira sondou a Amerra. *"Fechamos negócio no fim de março de 2014"*. A Fiagril era uma empresa de venda de insumos quando foi fundada, 25 anos atrás. Na última década, voltou-se para a

comercialização de grãos e desde então multiplicou por quase dez vezes seu faturamento, que chegou a R\$ 2,75 bilhões em 2013. Na esteira das negociações de soja e milho vieram investimentos na produção de sementes, armazenagem e logística, que ganharam impulso com a chegada da Amerra. Atualmente, a Fiagril conta com capacidade para estocar 730 mil toneladas e prevê investir R\$ 36 milhões este ano para ampliar esse volume. Além disso, toca as obras da Cianport, criada em parceria com a comercializadora de grãos Agrosoja para escoar a produção do Centro-Oeste pelo Norte do país. (...) O Valor apurou que o financiamento inicialmente concedido pela gestora à Fiagril girou entre US\$ 25 milhões e US\$ 30 milhões, convertido em ações. Houve um aporte adicional para a aquisição da participação de 25%, mas o valor final do negócio não foi revelado. Fontes consultadas pela reportagem estimam que a fatia tenha custado R\$ 120 milhões. O foco da Amerra é o fornecimento de crédito, mas a gestora reserva parte de sua carteira de investimentos (até 20%) a ações e dívidas subordinadas. "A Amerra entra no capital das empresas com as quais tem parceria para melhorar o negócio; temos outros casos como o da Fiagril no Brasil e em outros países".

A Amerra nasceu no início de 2009, em meio à crise financeira mundial, pelas mãos de Tashjian e Nancy Obler, que trabalharam juntos por mais de uma década no banco francês Société Générale. Uniram-se à dupla na empreitada dois outros parceiros: o australiano Macquarie Bank e a M.D.-Sass, empresa americana de gestão de investimentos. Em seu primeiro fundo, a Amerra angariou cerca de US\$ 300 milhões. Hoje, a gestora administra US\$ 1,2 bilhão, de um total de quase US\$ 2 bilhões levantados desde a sua fundação. Em sua carteira, figuram de 50 e 70 empresas de países como Brasil, EUA, México e Paraguai. "Nosso objetivo não é competir com os bancos, mas fornecer crédito, que é escasso, para favorecer os investimentos de longo prazo do setor agrícola", afirmou Tashjian.

O Brasil responde por 40% do portfólio da Amerra e é o principal destino dos aportes. O foco das atenções no país são os segmentos de soja e milho, especialmente no Paraná, Mato Grosso e Goiás, mas há investimentos na área de algodão (no "Mapitoba", confluência entre os Estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia), tabaco e arroz (na região Sul) e em cana (no Centro-Sul e no Nordeste). A Tonon Bioenergia é uma das empresas sucroalcooleiras que tomou empréstimo junto à Amerra: o contrato, de US\$ 15 milhões, foi firmado no fim de 2013 para pré-pagamento de exportação. "Claro que a análise financeira é importante [para os investimentos realizados pela Amerra], mas o grande diferencial é a qualidade da gestão, a habilidade de gerenciar as mudanças e executar um plano de negócios", disse Tashjian." (VALOR ECONÔMICO, 2014) (Sem itálico no original)

No final do ano de 2014, o Grupo Fiagril apareceu na Operação Terra Prometida da Polícia Federal envolvida em aquisição ilegal de terras públicas da União através do INCRA:

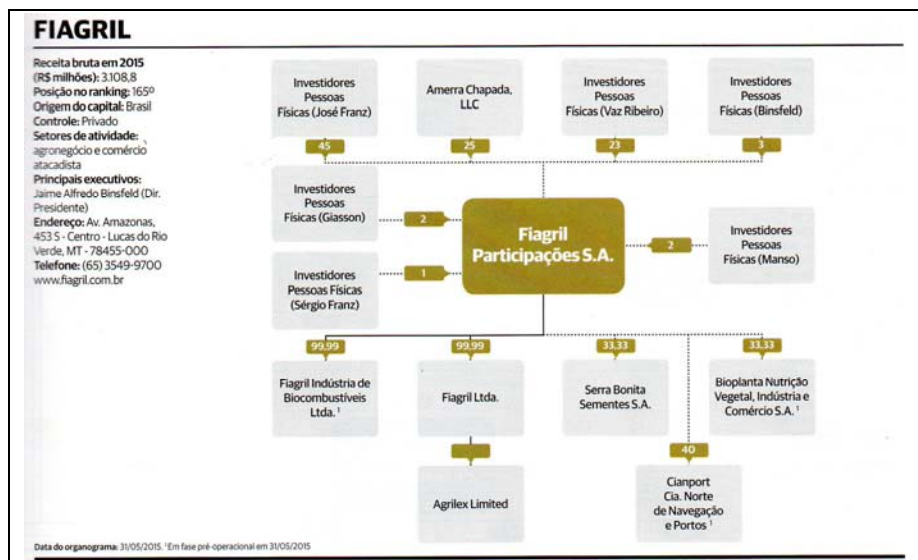
"Segundo o delegado Hércules Ferreira Sodré, da Delegacia de Defesa Interinstitucional da PF, 80 famílias são investigadas na Operação Terra Prometida. Elas são responsáveis, acrescentou, por concentrar, de maneira ilegal, mil lotes em terrenos da União em Itanhangá. Cada lote é avaliado pela PF em R\$ 100 mil, totalizando um prejuízo de pelo menos R\$ 1 bilhão. De acordo com Sodré, a quadrilha agia há muito tempo e era formada por grandes grupos empresariais, sob o comando de milionários. **"Os líderes eram prefeitos e vereadores e dois irmãos do ministro da Agricultura Neri Geller. A família Geller é investigada, mas o ministro não. Eles agiam divididos em primeiro e segundos escalões, com a participação de políticos e servidores do Incra"**. Ainda de acordo com o delegado, cerca de 40 pessoas comandavam as falcatruas. Além dos irmãos de Geller, revelou Hércules, **o Grupo Fiagril, do qual faz parte o ex-prefeito de Lucas de Rio Verde Marino Franz, também participou do esquema.** Conforme a PF, os grupos usavam laranjas para conseguir os hectares invadidos em Itanhangá. **"Esses grupos não tinham condições de ter um terreno da União. Então, pagavam laranjas para receber os títulos do Incra em seu nome. Para tanto, contavam com ajuda de servidores do Incra. Os presidentes de sindicatos também apoiavam a falcatrua."**" (BRASIL NOTICIA, 2014) (Sem negrito no original)

No início de maio de 2016 a Fiagril Participações, holding com sede em Mato Grosso, confirmou a venda de uma participação de 57% em sua subsidiária Fiagril Ltda. para a chinesa Hunan Dakang Pasture Farming Co. Ltd., empresa com ações negociadas na bolsa de Xangai controlada pelo Pengxin Group. O negócio foi fechado por cerca de US\$ 200 milhões. A Fiagril Ltda. passa a ser controlada pela empresa chinesa Dakang e o restante de seu capital continua a ser dividido entre os fundadores da Fiagril Participações (21,5%) e a gestora americana de fundos Amerra Capital Management (21,5%).

O mapa 26 apresentado anteriormente contém as unidades exportadoras da empresa em 2014. A seguir o organograma da empresa.

Santa Rosa Agroindustrial Ltda

A Santa Rosa Agroindustrial Ltda. nasceu em 2010, em Clevelândia/PR, da união dos grupos Plantanense e Esdel. Opera no setor de grãos com unidade de esmagamento de soja, para produção de farelo de soja e óleo de soja bruto degomado, voltados para os mercados interno e externo. A unidade de processamento de soja está localizada no município de Clevelândia/PR e, a sede administrativa fica em Pato Branco/PR.



(VALOR, 2016, p. 49)

Holding Algar

Também, a Holding Algar atua no setor de grãos através da Algar Agro, sua divisão agroalimentar. Opera no processamento de soja desde 1978, e, detém as marcas do óleo de soja ABC de Minas e do farelo de soja RaçaFort. Tem unidades industriais em Uberlândia/MG e Porto Franco/MA.

Câmara Agroalimentos S/A

No setor grãos, a Câmara Agroalimentos S/A tem sua matriz em Santa Rosa/RS e, opera 61 unidades de recebimento e armazenagem de grãos, fábricas de óleo e farelos vegetais e de rações, engenho de arroz, portos de movimentação de cargas, usinas de biodiesel e etc. (CAMERA, 2013)

Marasca Comércio de Cereais Ltda

A Marasca Comércio de Cereais Ltda é uma empresa família Marasca formada em 1992, na cidade de Tapera/RS. Atua no segmento da produção de sementes e à comercialização de cereais e insumos. Entre as demais unidades da empresa estão: Cruz Alta/RS (1998), Fortaleza dos Valos/RS (1999), Boa Vista do Cadeado/RS (2009), Selbach/RS (2001), Júlio de Castilhos/RS (2002), Tupanciretã/RS (2002), Tupanciretã/RS -

Bocaverá (2003), Bozano (2003), Tupanciretã/RS - Lajeado Celso (2003), Catuípe/RS (2004), Jóia/RS (2004), São Martinho da Serra/RS (2004), Itaara/RS (2005), Pinhal Grande/RS - Rincão do Appel (2005), Boa Vista do Cadeado/RS - Faxinal (2005), Catuípe/RS - Esquina Bom Sucesso (2005), Catuípe/RS - Santa Cruz (2006), São Borja/RS (2007), Tupanciretã/RS (2008, Santa Maria/RS (2011), Santa Bárbara do Sul/RS (2011), São Luiz Gonzaga (2012), Palmeira das Missões/RS (2012), e em 2014 serão inauguradas as unidades de Bagé/RS e Dom Pedrito/RS. (MARASCA, 2013)

Sagrados Corações Indústria e Comércio de Alimentos Ltda

Atuam também no setor, a empresa Sagrados Corações Indústria e Comércio de Alimentos Ltda com sede em Três Corações/MG e a Bom Jesus Agropecuária Ltda com sede em Nova Mutum/MT, fundada em 1976, e operando com soja, sementes e algodão. O mapa 26 apresentado anteriormente contem as unidades exportadoras da empresa em 2014.

Sina Comércio e Exportação de Produtos Alimentícios Ltda

A empresa Sina Comércio e Exportação de Produtos Alimentícios Ltda é também, um empreendimento do Grupo Sina no setor alimentício e químico, visando os mercados nacionais e internacionais. É uma empresa que opera no esmagamento de grãos, produção de derivados e produção de formulações especiais para indústria, varejo e *food service*. Possui unidades em São Paulo/SP, Bauru/SP, Diadema/SP, Orlândia/SP, Pirapózingo/SP e Santo Anastácio/SP. (SINA, 2013) Já o mapa 27, apresentado a seguir contem as unidades exportadoras de outras empresas em 2014.

Sementes Agrocere S/A

A empresa Sementes Agrocere S/A faz parte do Grupo 100% nacional Agrocere que atua no setor de pesquisa e inovação da agropecuária, particularmente, com as sementes de milho e sorgo. Atua também, genética de frango e de suíno, nutrição animal, isca formicida e produção de palmito. Tem uma história de mais de 60 anos. Foi constituída em 1945, tornou-se a primeira empresa de sementes no Brasil, desenvolver o milho híbrido, através de dois pesquisadores da Escola Superior de Agricultura de Viçosa/MG, Antônio Secundino e Gladstone de Almeida. Inovou através da pesquisa com híbridos cruzando linhagens. Em 1977, formou uma *joint-venture*, 51% contra 49%, com a empresa inglesa PIC Improvent Company, colocando no mercado nacional um suíno híbrido destinado à produção de carne magra. Atualmente, a empresa controla a metade do mercado de híbridos, estimado em 37 milhões de cabeças abatidas que tem origem na genética Agrocere PIC. Na década de 80, através de parceria com a empresa

escocesa Ross Breeders (Grupo Aviagen) e passou a atuar no melhoramento genético de aves, e, na atualidade controla com a linhagem Agroceres Ross, 40% do mercado de frangos abatidos no país. Junto com esses setores a empresa passou a atuar também no segmento de nutrição animal, produzindo ração para aves, suínos, bovinos e animais de companhia.

Mapa 27



Na década de 90, associou-se à Fertibrás através da Atta-kill, produzindo iscas formicidas, detendo 40% deste mercado. Em 2001, passou a atuar no segmento de produção, industrialização e comercialização de palmitos cultivados através, primeiro em associação com empresa equatoriana Inaexpo, e depois (2014) com o controle integral adquirindo a participação estrangeira. (AVICULTURA INDUSTRIAL, 2005)

"Em fevereiro de 2014, (...) a empresa negociava a aquisição do controle integral da Agroceres PIC – 49% da companhia especializada em genética suína estão nas mãos da britânica Pig Improvement Company (PIC). Esta operação é ainda mais emblemática: os dois grupos são sócios há quase 40 anos e recentemente fecharam a compra

da empresa de biotecnologia Génétiporc Internacional. A princípio, a temporada de aquisições da Agrocerec poderia sugerir uma forte política expansionista. No entanto, na própria companhia as apostas vão na direção contrária, algo na linha do “comprar para vender”. A família Bittencourt, proprietária da Agrocerec, estaria preparando o terreno para a posterior negociação do grupo. A aquisição das participações alheias seria uma forma de evitar que eventuais arestas societárias pudessem atrapalhar a transferência do controle. Até porque, no que diz respeito a atritos societários, já bastam os desentendimentos entre os próprios integrantes da família Bittencourt. A Agrocerec é uma empresa marcada por uma tragédia familiar. É impossível falar da companhia e de seus acionistas sem citar a perda do empresário Ney Bittencourt de Araújo, encontrado morto em seu apartamento em 1996. Na ocasião, um de seus filhos chegou a ser suspeito de assassinar o pai. O clã conseguiu superar o trauma e aprumar a gestão do grupo. Tanto conseguiu que a Agrocerec, dona de um faturamento anual na casa de R\$ 1 bilhão, é cobiçada por alguns dos grandes players mundiais da área de agrotecnologia. A Basf e a suíça Syngenta acompanham com lupa cada movimento feito pelos controladores da companhia. Recentemente, os herdeiros de Ney de Araújo chegaram a flertar com a ideia de IPO da Agrocerec, mas recuaram diante das condições adversas do mercado. Segundo interlocutores da família, entre as incógnitas que cercam o futuro da companhia, existe uma certeza: a venda do controle deixou de ser um tabu, como era nos tempos do saudoso Ney Bittencourt de Araújo (Relatório Reservado, 23/6/14)". (BRASILAGRO, 2014)

O mapa 28 a seguir contém as unidades do grupo Agrocerec.

Libero Commodities

A *trading* Libero Commodities foi constituída em 2010, para operar com o comércio de algodão, soja e milho. Foi formada a partir de uma aliança fazendeiros brasileiros, a empresa mundial francesa Louis Dreyfus e fundos estrangeiros. Deixou de operar em 2013 no mercado de soja e milho, concentrando-se no algodão, e, em meados de 2014, firmou acordo com a Cooperativa Minasul, para operar no setor do café. A empresa tem escritórios em Genebra, na Suíça, em Mato Grosso e Bahia no Brasil, operada por uma *holding* com sede em Amsterdã na Holanda.

Segundo o jornal Valor Econômico "a Libero Commodities tem 50% de seu capital controlado pela Libero holding. A outra metade está nas mãos de produtores agrícolas e cooperativas – que, juntos, têm uma área plantada de cerca de 5 milhões de hectares. A Louis Dreyfus detém participação de 24,5% na holding." (VALOR ECONÔMICO, 2014)

Mapa 28 - Grupo Agroceres



4.2.8. As empresas mundiais monopolistas brasileiras no setor de sucos de frutas

A crise que atingiu a citricultura brasileira decorreu de problemas internos e externos. Entre os problemas externos está a queda no consumo do suco de laranja, provocada pelo aumento do consumo dos isotônicos,

energéticos, águas saborizadas, complexos vitamínicos e outros produtos. (CORREIO BRASILEINSE, 2014)

"Os dados de 2010 confirmam a constatação anterior de queda no consumo mundial de suco de laranja. Analisando os 40 países que representam 99% do consumo mundial, observa-se queda de 5,3% no período de 2003 a 2010. Entre os 20 maiores consumidores, a queda mais expressiva ocorreu na Alemanha, com 22,8%. Em seguida dos EUA, de longe o maior mercado consumidor, com redução de aproximadamente 20%. Analisando-se o comportamento do mercado dos EUA durante a década passada, verifica-se uma queda de consumo ainda maior, da ordem de 27%, uma vez que em 1999/2000 foram consumidas 1.114 mil toneladas e em 2009/10 apenas 809 mil toneladas. Juntas, as retrações de consumo verificadas nos EUA e na Alemanha corresponderam a uma diminuição anual de vendas de 363 mil toneladas de FCOJ, o que representou uma retração de demanda da ordem de 90 milhões de caixas de laranja por ano nos cinturões citrícolas dos Estados de São Paulo e Flórida." (NEVES e TROMBIN, 2013)

Outro fator externo que contribuiu para aumento da crise foi o processo de concentração monopolista ocorrido na citricultura norte-americana. Entre 1989/90, havia na Florida (USA) três tipos de unidades de processamento de citrus na Florida: doze plantas industriais de produtores processadores, outras doze plantas industriais que eram somente processadoras e cinco cooperativas. Entretanto, o processo de concentração, fez com que entre 2001/02, existissem apenas duas plantas industriais no grupo de produtores processadores (Duda e Southern Gardens), no grupo das cooperativas ficaram quatro (Citrus Word com duas plantas, Holly Hill e Ocean Spray), e, entre as exclusivamente processadoras ficaram sete grupos com doze plantas (Cargill Citro Pure com três plantas, Tropicana da PepsiCo com duas plantas, Peace River, Silver Springs, Louis Dreyfuss com duas plantas, e, as brasileiras Citrosuco com uma planta e a Cutrale com duas plantas. As plantas da Cutrale foram compradas da Minute Maid que pertenciam a The Coca Cola Company, e a Citrosuco comprou a Alcoma. A Cargill que tinha suas unidades de citros no Brasil, também entrou no mercado da Flórida, com a aquisição da planta da Procter & Gamble. O grupo Louis Dreyfus por sua vez, comprou a unidade de processamento da Winter Garden. (FERNANDES, 2003, P. 54/5) Cabe esclarecer que o grupo francês Louis Dreyfus e o grupo norte-americano Cargill fizeram investimentos em produção na Flórida a partir de suas subsidiárias no Brasil. (TOLEDO, 2005)

Assim, no início deste século, o processo de concentração monopolista acentuou-se tanto no Brasil como nos Estados Unidos e na Europa, pois, em 2004, a Cargill vendeu suas unidades de citrus para as

empresas monopolistas Citrosuco e Cutrale no Brasil. A Citrosuco ficou com a unidade da Cargill em Bebedouro/SP, e, com fazendas em Minas Gerais, responsáveis por 70% das frutas a granel produzidas. A Cutrale por sua vez, assumiu a unidade de Uchoa/SP, e, fazendas em Minas Gerais e São Paulo, responsáveis por 30% das frutas a granel produzidas pela Cargill. (UOL, 2004) Em 2011, ocorreu a fusão entre a Citrosuco e a Citrovita e, a Branco Peres Citrus e a Cutrale acertaram contrato de comodato. Em 2013, também na Europa, ocorreu "a fusão entre a britânica Gerber Emig e a holandesa Refresco, duas das maiores envasadoras europeias de sucos de frutas e bebidas não alcoólicas em geral que, juntas, assumirão a liderança desse ranking. As vendas da Refresco, cuja participação na nova companhia será de 70%, giram em torno de 1,5 bilhão de euros, enquanto as da Gerber, que terá os 30% restantes, chegam a 800 milhões de euros." (PASSEIAKI, 2013)

No Brasil, até 2011 havia quatro empresas no setor citrícola produtor de suco concentrado, depois, passou-se para três, e os rumores sobre a possibilidade de que ocorra a fusão entre a Cutrale e a Louis Dreyfus existem desde o segundo semestre de 2010:

"Cutrale e Louis Dreyfus negociam a fusão de seus ativos no mercado brasileiro de suco de laranja. O modelo sobre a mesa passa pela criação de uma *joint venture*. O grupo brasileiro deverá ficar com uma participação majoritária, proporcional ao maior porte das suas operações. As conversas entre as duas empresas começaram há cerca de quatro meses, não por coincidência pouco antes de a Citrovita, do Votorantim, e a Citrosuco, do Grupo Fischer, anunciarem sua associação. (...) A Cutrale almeja recuperar o *status* de principal produtora nacional e maior exportadora mundial de suco de laranja. A Louis Dreyfus, por sua vez, precisa sair da encruzilhada em que ficou após a fusão entre Citrovita e Citrosuco. Responsável por 18% do suco processado no Brasil, bem menos da metade do volume alcançado pela nova empresa, o grupo francês perdeu poder de barganha tanto na compra da matéria prima como na exportação do concentrado e corre o risco de ter sua participação ainda mais diluída. (...) O que está em disputa não é apenas a liderança do mercado brasileiro, mas a supremacia no comércio internacional de suco de laranja. Juntas, Cutrale e Louis Dreyfus terão poder para destronar a Citrosuco e a Citrovita (...) Terão mais de 30% das vendas mundiais, contra 25% da empresa recém-criada pelos Ermírio de Moraes e os Fischer. Passarão a responder por praticamente metade do processamento de suco de laranja no país, (...) Citrosuco e Citrovita, que ficariam com 45%. Também vão superar o rival em número de fábricas: dez contra sete. Em nome da liderança mundial do setor, a família Cutrale e os executivos da Louis Dreyfus vão ter de enfrentar uma batalha política, notadamente contra os órgãos antitrustes. O setor vem sendo alvo de uma ferrenha investigação sobre suposta formação de cartel. Uma nova fusão vai acirrar ainda mais a contenda com as associações de produtores de

laranja. Os citricultores têm municiado a SDE com uma artilharia pesada de documentos e informações com o objetivo de provar que as indústrias do setor combinam preços para a compra da matéria-prima." (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2011)

A consequência deste processo foi a concentração monopolista no setor, pois, o Brasil, responde por 80% das exportações mundiais, e, por enquanto três empresas controlam a produção e suco concentrado e as exportações nacionais. Além, é óbvio de disputarem nos Estados Unidos o mercado interno de produção na Florida. Dessa forma, o setor cítrico dominado pelo oligopólio das empresas "cinco Cs" (Cutrale, Citrosuco, Coinbra/Frutesp - atual Louis Dreyfus - Citrovita e Cargill), passou para "quatro Cs" depois da venda do setor de cítricos da Cargill Inc. no Brasil para a Cutrale e a Citrosuco. Sete anos depois, em 2011, o oligopólio passou a ser "três Cs" com a fusão Citrosuco e Citrovita, e, a tendência é tornar-se "dois Cs", pois, no Brasil, concentração, monopolização, oligopolização, etc. são "sinônimos" de "concorrência acirrada". Foi o disse Carlos Viacava, economista e ex-assessor dos governos da ditadura (ex-secretário geral do Ministério da Fazenda e ex-diretor da Camex), hoje diretor de assuntos corporativos da Cutrale: "existe uma concorrência é acirrada entre as empresas" Viacava, disse à Reuters". (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2011)

Assim, o CADE, órgão que deveria conter a concentração econômica, foi tomado pelo neoliberalismo, a partir de 1994, quando se tornou uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça. Sobre este ponto Luis Nassif escreveu na revista CartaCapital em maio de 2012:

"Quando a economia começou a se abrir, depositavam-se no CADE (Conselho Administrativo de Direito Econômico) e na Secretaria de Direito Econômico (SDE) as esperanças de atuação objetiva contra a cartelização da economia. Sua desmoralização começou com Gesner de Oliveira, no CADE, e o escandaloso processo de aprovação da compra da Antártica pela Brahma. Depois, na gestão de João Grandino Rodas [ex-reitor da USP], no escandaloso episódio da compra da empresa Garoto pela Nestlé. Escandalosa não foi a decisão do CADE – negando a aquisição – mas de Grandino em uma explosão contra o próprio colegiado que presidia "Em um relatório de 74 páginas, o conselheiro Thompson Andrade recomendou o desmanche total do negócio. Quatro dos seis conselheiros acompanharam o voto, levando a uma decisão inédita do Cade. O presidente do Conselho, João Grandino Rodas, foi o único a discordar. **"A decisão foi inconstitucional, pois contraria o princípio da livre iniciativa"**", afirmou.". (ÉPOCA, 2011) O terceiro episódio escandaloso são os movimentos do CADE em relação à concentração no setor de suco de laranja – e aí sai-se do governo FHC e entra-se no governo Lula, especificamente na gestão Márcio Thomas Bastos na Justiça. Não há paralelo, no país, da ação mais predatória que a do cartel da laranja.

Mesmo assim, uma denúncia de formação de cartel emperrou no Ministério da Justiça ..." CARTA CAPITAL, 2011) (Sem grifos e negritos no original)

É por isso, que as denúncias feitas desde 1994 sobre a existência do cartel ainda não chegou a uma conclusão no CADE:

"As novas denúncias sobre o suposto cartel da laranja, formado pela Cutrale, Louis Dreyfus, Citrusuco e Citrovita é alvo de investigações do Ministério Público e Política Federal desde 2006, originando a Operação Fanta. No dia 15 de março, o ex-empresário Dino Tofini botou a boca no mundo ao revelar novos detalhes sobre o cartel do qual ele fez parte quando era dono da CTM Citrus. *'A ideia foi de José Luís Cutrale (sócio-proprietário da Cutrale e filho do fundador, José Cutrale Júnior, falecido em 2004), no início da década de 90'*, contou ele. (...) **Por trás dessa prática se esconde um plano perverso: as empresas se reuniam para combinar preços e dividir os produtores de quem comprariam.** Paulo Ricardo Machado, ex-diretor comercial citrícola da Louis Dreyfus, foi um dos responsáveis pelas denúncias que originaram a Operação Fanta. Ele conta que participou de algumas reuniões nas quais detalhes do cartel eram acertados e que alguns desses encontros foram liderados por José Luís Cutrale. *'Ele era um magnata duro na queda'*, relembra." (DINHEIRO RURAL, 2010) (Sem grifos e negritos no original)

E mais, a denúncia foi explícita como pode ser vista a íntegra publicada no jornal Folha de São Paulo de março de 2010:

FOLHA – Quem teve a ideia de formar e quando começou o cartel na indústria de suco de laranja?

DINO TOFINI – A ideia foi do José Luis Cutrale [sócio-proprietário da Cutrale] no início da década de 90. Ele chamou as indústrias do setor para fazer uma composição, com o objetivo de comprar a laranja por um preço mais acessível para a indústria. Era um negócio cruel.

FOLHA – Qual era o objetivo?

TOFINI – Era jogar todo o ônus possível do negócio para o agricultor, permitir a compra da matéria-prima em condições que o cartel determinasse. O problema foi tão sério que matou a citricultura paulista.

FOLHA – Quem participava das reuniões para tratar do cartel?

TOFINI – Só os donos das empresas ou os executivos mais importantes, os seniores.

FOLHA – Onde eram as reuniões?

TOFINI – Na Abecitrus, que era a associação do setor, e comandada por Ademerval Garcia. A capacidade de moagem dessas indústrias era três a quatro vezes maior do que a capacidade da safra brasileira. A Citrusuco sozinha era capaz de moer um terço da safra brasileira, de 300 milhões de caixas por ano. Era e ainda é um negócio gigante, de bilhões de dólares.

FOLHA – Como foi feito o acerto?

TOFINI – Nós nos reuníamos todas as quartas-feiras e aí decidíamos quem ia comprar de quem, de qual produtor. Cada indústria tinha o seu quintal. Dividimos o Estado de São Paulo em vários quintais e ninguém podia se meter no quintal do outro. O quintal da Cutrale era praticamente todo o Estado. A Citrovita ficava mais com a região de Matão. Nós, com a região de Limeira. O meu quintal tinha cerca de 250 a 300 citricultores. O combinado, na época, era pagar US\$ 3,20 pela caixa de laranja (40,8 quilos).

FOLHA – Esse acerto de divisão de produtores era colocado no papel?

TOFINI – Não, era verbal. E quem não respeitava o quintal do vizinho sofria represálias." (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010)

Assim, o processo de concentração econômica do setor está levando a um processo extremado de monopolização do território. E, ao contrário do que se poderia supor, não se trata de ampliação do processo de verticalização da concentração econômica, ou seja, o setor citrícola brasileiro e norte-americano caminhar para a metamorfose da monopolização do território para a territorialização do monopólio. Entretanto, o que ocorreu foi a implantação da prática da cartelização, e, para tal, as empresas trataram de ampliar o plantio de laranja em terras próprias, para aumentar seu poder de barganha e de imposição dos preços cartelizados. Este processo está evidenciado a partir do aumento relativo do cultivo de citrus em terras próprias das empresas processadoras de suco de laranja concentrado congelado (SLLC), que chegaram ao início da primeira década dos anos 2000 segundo a Associtrus - Associação Brasileira dos Citricultores, a 30% na Citrosuco (Grupo Fischer); 20% a 40% na Cutrale; 30% na Cargill; 15% na Coinbra/Frutesp (Louis Dreyfus) 15% e 50% na Citrovita. (ASSOCITRUS, 2005) Já no final da mesma década, na safra 2008/09, do percentual de 67% da produção destinados ao processamento industrial "35% eram produção própria da indústria; 34% foram adquiridos de produtores com contratos de entrega preestabelecidos a um preço médio de R\$ 10,30/caixa; e 31% foram comprados de produtores no mercado spot a um preço médio de R\$ 7,10/caixa." (NEVES, 2013)

É nesse mercado extremamente concentrado e cartelizado que o setor caminha para a criação do Conselho dos Produtores de laranja e da Indústria de Suco de Laranja - Consecitrus, para tentar regular a relação entre os produtores de laranja e a indústria de suco.

Atuavam no setor citrícola no final de 2013, as três maiores empresas: Citrosuco S/A Agroindústria responsável por Sucocitric Cutrale Ltda e Coinbra-Frutesp S/A (Louis Dreyfus Commodities). Elas responderam na safra 2008/9 por 97,1% da produção de suco de laranja do mundo (Citrosuco 43,7%, Cutrale 34,3%, Louis Dreyfus Commodities 19,1% e, outros 2,9%).

Citrosuco S/A Agroindústria

A Citrosuco S/A Agroindústria, nasceu em 2012 produto da fusão entre a empresa pertencente a Fischer S/A Comércio Indústria e Agricultura (72,7% do capital social da Citrosuco Internacional NV, 9,2% de Maria do Rosário Fischer e 18,1% outros acionistas) e a Citrovita Agroindustrial Ltda pertencente ao grupo Votorantin (Votorantin Industrial S/A e Votorantin Participações S/A). A empresa é uma *joint venture* onde cada uma detém 50% do capital social. A fusão das duas empresas tem em comum a participação de duas famílias da burguesia industrial monopolista mundial que se fundem. A reportagem da revista Dinheiro Rural é exemplar:

"Um clima de incertezas ronda os laranjais brasileiros. Pouco mais de um mês após o ex-empresário Dino Tofini fazer novas denúncias sobre a formação de cartel entre as maiores beneficiadoras de laranja do País, a Citrosuco, do grupo Fischer, e a Citrovita, do Votorantin, anunciaram em 14 de maio uma *joint venture* em que cada uma fica com 50% da empresa. (...) Isso significa tirar o trono da Cutrale, que reinava como líder absoluta no cenário da laranja com 30% do mercado (...) A junção era esperada por quem acompanha o setor. "É um processo que começou há anos no varejo de mercados europeus, americano e aqui também", explica Christian Lohbauer, presidente da CitrusBR, entidade que representa as principais exportadoras citrícolas do Brasil. Por trás desse cenário está uma empresa familiar, hoje nas mãos de Maria do Rosário Fischer, cujo acesso é difícil. (...) Maria do Rosário é viúva de Carlos Eduardo Fischer [faleceu em 2.000], filho do imigrante alemão Carl Fischer [fundador da empresa em 1963 faleceu em 1988], que iniciou o negócio em 1932, como produtor de laranjas no interior de Santa Catarina. Segundo um funcionário da Citrosuco em Matão (SP) que preferiu não se identificar, "após a morte do sogro e do marido, ela optou por profissionalizar a gestão do grupo." Assim Tales Lemos Cubero assumiu a presidência, enquanto ela passou a presidir o conselho de acionistas, acompanhada por suas quatro filhas. Entre elas Bianca, casada com Ricardo Ermírio de Moraes, um dos herdeiros do grupo Votorantin, que chegou a ser presidente da Citrosuco no passado. "Mas com os prejuízos amargados pela empresa e por motivos de concorrência, ele foi afastado", relata Flávio Viegas, presidente da Associação dos Citricultores (Associtrus). Maria do Rosário deve continuar à frente do conselho, mas a presidência caberá a Cubero, que terá Mario Bavaresco Júnior, até então presidente da Citrovita, como diretor-geral. O grupo mantém em Santa Catarina a Fischer, maior produtora de maçãs do País com 130 mil toneladas ao ano em 3,4 mil hectares, e a CBO, empresa de navegação com 13 embarcações usadas para apoio marítimo às plataformas de petróleo, e um estaleiro de 60 mil metros quadrados no porto de Santos. Quando vivos, Carlos e o filho Eduardo costumavam acompanhar de perto as unidades, como relata o

funcionário da Citrosuco. "Agora as herdeiras estão distantes." Questionado sobre a preocupação dos seis mil funcionários com possíveis demissões, ele é rápido: "O receio é mínimo, já que a direção comunicou que nenhuma mudança drástica deverá acontecer." É esperar para ver." (DINHEIRO RURAL, 2010)

Assim, segundo Relatório Votorantin 2012, a nova empresa é "a maior produtora de suco de laranja do mundo, respondendo por 40% de todo o suco de laranja produzido e exportado pelo Brasil" Possuía "quatro unidades fabris no Estado de São Paulo (Matão, Catanduva, Limeira e Araras) e uma nos EUA (Citrosuco North America Inc. em Lake Wells, Flórida); seis escritórios (Brasil, China, Áustria, EUA, Austrália e Japão); sete terminais marítimos (Brasil, Bélgica, EUA, Japão e Austrália); cinco navios próprios e um multicargo; 29 fazendas, em São Paulo e em Minas Gerais; e capacidade de processamento de 152 milhões de caixas de laranja por ano." (CEBDS, 2012) Também, segundo o "**Citrosuco and Citrovita announce agreement to merge their orange juice operations**" (Citrosuco e Citrovita anunciam acordo para fusão de suas operações de suco de laranja) a nova empresa deterá

"158 mil hectares de plantações de propriedade para a produção de laranjas, representando até 30 % do seu total de processamento, com os 70% restantes fornecidos por mais de 2.500 produtores independentes." (VOTORANTIN, 2013) "Entre 2003 e 2007, por meio da Citrovita foram compradas fazendas pela quantia de R\$ 205 milhões. De um total de 3,5 milhões de árvores que formavam o parque citrícola da Citrovita, em 2002, passou para 5,5 milhões em setembro de 2004. A empresa conta, em 2009, com 11,1 milhões de árvores. Ao todo são 17 fazendas sob o comando da Citrovita. Entre 2008 e 2013, foram reservados aportes R\$ 300 milhões para as unidades rurais. A perspectiva é de ocorrer alguns ajustes na programação dos recursos, devido à retração da demanda mundial por suco de laranja." (VALOR ECONÔMICO, 2009)

Sucocítrico Cutrale Ltda

A outra empresa monopolista do setor citrícola é a Sucocítrico Cutrale Ltda. A empresa monopolista tem uma aliança antiga com a Coca Cola. A empresa brasileira que é fornecedora mundial da The Coca Cola Company, sempre teve uma relação comercial mantida sigilosamente, pois, trata-se de empresa privada familiar de capital fechado. Entretanto, sabe-se que a Cutrale mantém três empresas nos Estados Unidos: a Cutrale North America Inc. e a Citrus Products Inc. em Newark, New Jersey, e Cutrale Citrus Juice USA Inc. em Auburndale, Flórida. Consta também, da página 69 do Form 20-F (Annual and Transition Report (foreign private issuer)) da Coca Cola Femsa Sab DE CV - Filed 03/15/13 for the Period Ending

12/31/12, que o proprietário da Sucocítrico Cutrale Ltda senhor José Luis Cutrale Junior detém 16,9% das ações da empresa. (COCA-COLA, 2013) E, foi eleito "Directors Appointed by Series A Shareholders" da empresa Coca Cola Femsa Sab DE CV and Subsidiaries. (COCA-COLA, 2013) Desde meados da década de 90, a aliança mundial entre a Coca Cola e a Cutrale tem se ampliado, pois, a empresa brasileira comprou as duas plantas industriais da multinacional na Flórida, USA, como estratégia mundial de atuação, como registra a reportagem da Folha de São Paulo publicada no ano 2000:

"A Cutrale, maior exportadora brasileira de sucos cítricos, vai plantar laranja nos EUA. A empresa comprou uma área de 6.000 ha (15 mil acres) na região central da Flórida (uma antiga fazenda de cana-de-açúcar) para instalar seus pomares. É o primeiro investimento agrícola da empresa brasileira nos EUA, que já possui duas fábricas de suco cítrico na Flórida. Em 1996, a Cutrale adquiriu a fábrica da Minute Maid, uma divisão da Coca-Cola, em Auburndale. Outra unidade de produção de suco está sediada em Leesburg, também na Flórida. A empresa brasileira tem um acordo com a Coca-Cola Foods para fornecer suco de laranja para os produtos Minute Maid. Na área recém-adquirida, a Cutrale deverá plantar 3 milhões de árvores, que devem render entre 15 e 18 milhões de caixas de laranja, volume suficiente para a produção de 70 mil t de suco concentrado. Na safra 2000/2001, a Flórida prevê a colheita de 247 milhões de caixas de laranja. Além da Cutrale, Citrosuco, Cargill e Coimbra também estão esmagando laranjas na Flórida, como forma de "driblar" a barreira tarifária imposta pelos EUA ao suco de laranja brasileiro, hoje em torno de US\$ 400/t. Essas empresas já representam cerca de 30% da produção de suco de laranja da Flórida. Na safra 99/2000, encerrada em junho último, o Brasil exportou 252,9 mil t de suco concentrado para os EUA. A atual safra paulista está sendo marcada por uma guerra entre os citricultores e as indústrias. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Agrícola (Cepea), da Esalq/USP, muitos produtores podem abandonar seus pomares diante dos baixos preços pagos pela fruta. As indústrias de suco de laranja estão tentando renegociar os contratos de longo prazo firmados com os citricultores, oferecendo valores 30% inferiores aos fixados, de acordo com a análise do Cepea. Os produtores que não têm contrato com as indústrias estão conseguindo no máximo R\$ 1,60 pela caixa de laranja, contra um custo de produção avaliado em R\$ 2,80/caixa." (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013)

Já no início de 2013, a Coca Cola Company divulgou nos Estados Unidos a continuidade da aliança de classe mundial com a Cutrale para o plantio de pouco mais de dez mil hectares com laranja na Flórida: "Cutrale Citrus Juice e Peace River Citrus Products vão plantar 10.500 acres cada. Auburndale, Flórida, 07 de maio de 2013 -. (...) A Coca-Cola está apoiando o maior plantio de citros do estado em 25 anos, com o compromisso de comprar

aproximadamente US\$2 bilhões em laranjas produzidas pelos novos pomares. A parceria com a Cutrale Citrus Sucos e Peace River Citrus Products, investimento da Coca-Cola permitirá aos produtores plantarem 25.000 acres de laranjeiras." (COCA-COLA, 2013)

Assim, de um lado a Cutrale reforça sua aliança com a Coca Cola, e de outro a Citrosuco tem sua aliança com a PepsiCo. No Brasil a Cutrale possui sete unidades fabris (Araraquara, Colina, Itápolis, Conchal, Uchôa, Taquaritinga e Bebedouro no estado de São Paulo); vinte e seis fazendas citrícolas no estado de São Paulo (Araraquara, Barretos (3), Bebedouro (3), Bofete, Cajobi, Capela do Alto, Colina (2), Ibaté, Colômbia, Luis Antônio, Tambaú, Olímpia, Pitangueiras, Rincão (3), São José dos Campos, Iaras, Borebi, Andradina) e seis em Minas Gerais (Comendador Gomes (2), Frutal (3) e Prata) somando 53.207 hectares que permitem a empresa processar 40% de laranjas próprias. Tem sede em Araraquara/SP e escritórios em Avaré, Conchal, Colina, Cordeirópolis, Itápolis, Olímpia, Porto Ferreira, Taquaritinga e, escoar a produção do suco de laranja concentrado pelo terminal portuário do Guarujá/SP.

A Fazenda Santo Henrique, localizada em Borebi/SP, foi ocupada várias vezes pelo MST- Movimento dos Sem terra, pois, é propriedade objeto de grilagem. Trata-se de terra pública federal, pois, o título que a empresa possui é de área distante daquele lugar. Inclusive na época a grande imprensa ficou toda contra os sem terra e a favor da empresa. Mas finalmente, a justiça começa a ser feita:

"A Justiça Federal em São Paulo determinou, na quarta-feira (10/7/2013), o bloqueio da matrícula do terreno da Fazenda Santo Henrique, que fica entre os municípios de Iaras, Borebi e Lençóis Paulista. A terra está ocupada pela produtora de suco de laranja Cutrale e nos últimos anos vem sendo motivo de brigas judiciais e alvo de invasões pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). A decisão de bloquear a matrícula é da juíza Melina Faucz Kletenberg, substituta na Vara Federal de Ourinhos. Com isso, a Cutrale fica impedida de fazer qualquer de tipo de alteração ou negociação com o terreno até que o mérito da questão seja definido. O último episódio da disputa por essa terra foi uma invasão, em maio, da fazenda pelo MST. Os manifestantes alegavam que a Cutrale, além de ocupar o terreno ilegalmente, violava uma série de direitos trabalhistas e sociais. A Justiça Federal de São Paulo, no entanto, depois de pedido da Cutrale, determinou a saída dos sem-terra da área. Dessa vez, o caso chegou à Justiça por causa de pedido feito diretamente pela União. A Advocacia-Geral da União afirma que a terra, de 1,1 mil hectares, foi grilada da União pela Cutrale, e pede a declaração de nulidade da matrícula da fazenda e que seja declarada a propriedade federal da Fazenda Santo Henrique. Também pede que seja aberta matrícula própria do imóvel, agora no nome da União. A alegação da AGU, assinada pela advogada da União Lucia Helena Brandt, é de que o terreno em discussão faz

parte de outra fazenda, que foi adjudicada pela União no início do Século XX. É a Fazenda Turvinho da União, cuja posse foi transferida, por decisão judicial, da Cia. Colonial São Paulo e Paraná à União Federal em 1909. Em 1914, ainda segundo a União, a Turvinho da União foi inscrita no Registro Geral dos Próprios Nacionais, o antigo registro de imóveis de propriedade da União Federal. O que a Cutrale alega é que a terra não estava no nome da União, mas no da antiga Estrada de Ferro Sorocabana. Anos depois, com a cisão da Ferroviária Paulista (Fepasa), parte da terra ficou com a Companhia Paulista de Transportes Metropolitanas (CPTM), estadual, e outra parte com a RFFSA, federal. A União nega. Aponta estudo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) que mostra que os documentos apresentados pela Cutrale para o registro da posse do imóvel dizem respeito a terras situadas em outros lugares. Esse estudo, inclusive, foi levado pelo Incra à Cutrale para embasar uma notificação de que a empresa estava na Fazenda Santo Henrique ilegalmente, pedindo a devolução de terra ao governo federal. Foi por causa dessa notificação que começaram as invasões de terra do MST. Os sem-terra afirmam que, como a Cutrale ocupa o terreno de forma ilegal, deve devolvê-lo ao governo, que deve dar à terra os devidos fins de reforma agrária. O Incra chegou a pedir a imissão da posse do terreno, mas a Justiça Federal negou, afirmando que, como há indícios de que o terreno seja da União, o Incra não teria legitimidade ativa para ingressar em juízo. E por isso é que entrou a AGU no processo. Na liminar da quarta, a juíza Melina Kletenberg afirma que existe “**prova inequívoca e forte verossimilhança das alegações [da União], suficientes a convencer o juízo acerca da grande possibilidade de procedência da ação**”. De acordo com a decisão, há receio de, caso a matrícula não fosse bloqueada, de a União sofrer dano irreparável. A juíza também pondera que o bloqueio liminar da matrícula não causa nenhum dano à Cutrale, já que não se trata de nenhuma medida irreversível.” (CONJUR, 2012) (Sem grifos e negrito no original)

Sucorrico Citrus Industrial e Agrícola Ltda

No setor citrícola atua também, a empresa nacional Sucorrico Citrus Industrial e Agrícola Ltda. A unidade industrial ressurgiu em 2013, na mesma fábrica, às margens da via Anhanguera, em Araras/SP, onde já funcionou entre 1969 a 1974, mas, que foi vendida para a Cutrale e, foi sucateada. A empresa utilizará inicialmente, frutas de pomares próprios e, tem capacidade de esmagar três milhões de caixas (40,8 quilos) de laranja por safra. A unidade de Araras/SP é o “*head-quarter*” da empresa e vai concentrar a armazenagem e operação logística da empresa. A Sucorrico possui também, outra unidade em Colina/SP com quatro extratoras JBT (ex

FMC) tem capacidade de processamento, por safra, de aproximadamente 2 milhões de caixas de laranjas. (EXAME, 2013)

Fischer S/A - Agroindústria

A Fischer S/A – Agroindústria está localizada em Fraiburgo/SC, onde produz por ano cerca de 130 mil toneladas de maçãs das variedades Royal Gala e Fuji Suprema em área de 3.400 hectares. Uma parte da produção de maçãs destina-se à produção de suco concentrado em Videira/SC. A empresa explora também, a produção de Kiwi e de madeira oriunda do reflorestamento com pinus, com produção de 30 mil m3 de madeira serrada.

Tropfruit Nordeste S/A

Outra empresa nacional que atua no setor citrícola é a Tropfruit Nordeste S/A. Iniciou suas atividades em 1988, e, está localizada no segundo polo produtor de cítricos do Brasil, em Estância/SE. Atua na industrialização de frutas e produção de sucos cítricos, abacaxi, maracujá e outras frutas tropicais concentrados e integrais congelados, destinando sua produção para exportação, via Salvador/BA. A empresa processa laranjas dos pomares de um de seus sócios (30% da capacidade produção) e frutas de fornecedores cadastrados nas regiões produtoras de SE e BA. As demais frutas tropicais são adquiridas nos estados da BA, PE, PB, CE, RN ES, MG e PA. (TOPFRUIT, 2013)

Agroterenas industrial Citrus

A Agroterenas industrial Citrus (ex-NovAmérica S/A Citrus Industrial) é empresa monopolista do setor citrícola pertencente à família Rezende Barbosa do grupo Nova América. Em 1983 o grupo fundou a empresa para atuar no ramo de embalagem de frutas para comercialização em pacotes. No ano 2000, constrói sua unidade industrial de suco concentrado congelado em Fazenda Guacho de propriedade do grupo em Santa Cruz do Rio Pardo/SP. Possui 3,6 milhões de pés de laranja plantados em uma área de 7,35 mil hectares nos municípios de Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo e Espírito Santo do Turvo, no estado de São Paulo. (AGROTERENAS, 2013)

Grupo Hildebrand

Grupo Hildebrand também atua no setor citrícola nacional. Iniciou suas atividades na década de 50, e, tem sede na cidade de São Carlos/SP.

Possui área total de 50 mil hectares com 700 mil pés de laranjas plantadas. Visando a verticalização o grupo construiu em 1997, sua indústria envasadora de sucos e posteriormente uma processadora de citrus. (FRUTHIL, 2013)

Fruteza Sucos Naturais Ltda

A Fruteza Sucos Naturais Ltda. foi constituída em 1992, como uma empresa brasileira de capital fechado localizada em Dracena/SP. Tem como atividades a produção de polpas e sucos de frutas, fornecendo inclusive, matéria-prima para fabricantes de sucos. Destina 40% das polpas para a exportação e 60%, para a indústria nacional. Entre as frutas obtidas entre os camponeses da região Alta Paulista e Sorocabana estão maracujá, manga, goiaba, acerola e abacaxi. (VALOR ECONÔMICO, 2009, p.80)

Global Bebidas e Alimentos Ltda

A Global Bebidas e Alimentos Ltda. é uma empresa de capital fechado, arrendada da Citrosuco pelo ex-superintendente da companhia Hans Jürgen Glockner, em 1998. Tem sede em Matão/SP e produz e comercializa sucos concentrados. Possui atualmente uma unidade em Colombo/PR. A empresa comercializa as marcas que são de propriedade da Citrosuco: Lanjal, Tanjal, Limonjal, Jal Acerola, Maracujal, Jal Goiaba, Jal Manga, e Uvajal. No mercado institucional, opera as linhas Sucky, Seleta, Trifty, CF Plus e Montreal. (VALOR ECONÔMICO, 2009, p.82)

Icefruit Comércio de Alimentos Ltda

A Icefruit Comércio de Alimentos Ltda. é também, uma empresa de capital fechado, com sede em Tatuí/SP, produz sucos e polpas congeladas. A empresa arrematou a marca Maisa em 2008, pertencente aos bens leiloados da empresa Mossoró Agroindustrial, utilizada em seus produtos. (VALOR ECONÔMICO, 2009, p.83)

Industrial e Comercial Jandaia Ltda

A Industrial e Comercial Jandaia Ltda. foi formada em 1941, pelo Grupo Pedro Philomen, como uma empresa familiar. Detém a marca Jandaia e, esta localizada em Pacanhuss/CE onde tem uma fábrica para a industrialização dos sucos e cinco fazendas com plantação de caju. (VALOR ECONÔMICO, 2009, p.85)

O mapa 29 a seguir traz as unidades exportadoras de sucos em 2014.

Wow Indústria e Comércio Ltda

A Wow Indústria e Comércio Ltda. "é produtora de sucos, bebidas à base de soja e chás. A empresa também oferece serviços de envase para terceiros, pelo sistema de *co-packing*, e desenvolvimento de marcas próprias. A fábrica da Wow está instalada no município paulista de Caçapava. Em 2000, foi criada pelo Grupo Brasfanta em parceria com a King Car Foods, produtora de bebidas alternativas em Taiwan. Após três anos, o Grupo Brasfanta adquiriu o controle total da Wow e entrou no mercado brasileiro de sucos prontos para beber. (...) Os néctares e sucos são vendidos com a marca Sufresh." (VALOR ECONÔMICO, 2009, p.112)

Grupo Montecitrus

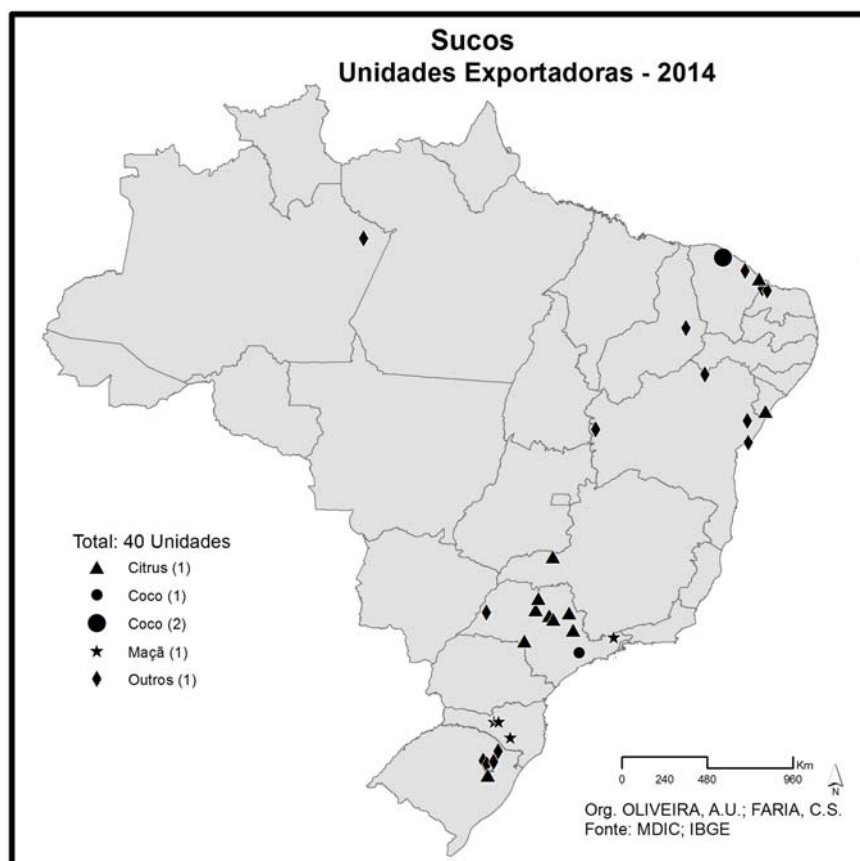
O Grupo Montecitrus é "um consórcio de empregadores rurais, que organiza e operacionaliza tanto a colheita como o transporte das frutas até as fábricas." Constituíram a cooperativa Uniceres formada por todos os membros do grupo e administrada por eles mesmos. É composto pelas empresas Montecitrus Participações Ltda., Montecitrus Trading S/A, Montecitrus Serviços Técnicos Agrícolas Ltda., Montecitrus International Ltd, Montecitrus Holding B.V., Montecitrus Importação e Exportação Ltda. (MONTECITRUS, 2013)

Atuam também no setor de sucos de laranja as empresas nacionais Tabatinga Citrus S.A. de Tabatinga/SP, Citrus Juice Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios - Itajobi/SP e Montesucos Indústrias de Alimentos Ltda - Montenegro/RS.

4.2.9. As empresas mundiais monopolistas brasileiras no setor de carne bovina

O setor de carne bovina e derivados durante a primeira metade do Século XX foi dominado por grandes grupos econômicos estrangeiros, tais como: Anglo, Armour, Wilson, Swift etc. (MAMIGONIAN, 1976) A segunda metade do século passado, ao contrário, vai passar por processo de transformação levando a aquisições por grupos nacionais da maioria das empresas estrangeiras em decorrência de processo de reestruturação setorial movida pelo processo de centralização-concentração de capital e mundialização dos grupos nacionais. Corrêa (2012) encontrou três grupos no setor: "grandes empresas internacionalizadas, grandes e médias empresas

Mapa 29



(algumas em dificuldades financeiras), e outras unidades artesanais." (CORREA, 2012, p. 17) Na realidade, o processo de concentração vertical no setor foi fruto de formação de arco de aliança de classe em termos mundiais, que levou a três grupos econômicos - JBS S/A, Marfrig Global Foods S/A e Minerva S/A - formar um mercado fortemente oligopolizado. Os três grupos controlam parte da engorda/confinamento, transporte, abate, abastecimento do mercado interno, e principalmente, exportação de carne in natura, animais vivos e produtos industrializados. Já em relação à criação, estabeleceram relações de subordinação que subjulgam, pecuaristas capitalistas e criadores camponeses.

O Grupo JBS S/A - Friboi

A empresa monopolista mundial JBS S/A, pertence ao grupo Friboi e tem capital aberto na BM&FBovespa. É controlada pela família Mendonça Batista através da FB-Participações S/A com 40,93% em 16/07/2015 segundo a BMFBVESPA. Tem também, a participação do Bndes Participações S/A Bndespar com 23,19%, Caixa Econômica Federal 10,07%, Banco Original S/A 0,18%, Outros 23,69%, Ações em Tesouraria 1,95%. (BMFBOVESPA, 2015)

Depois de uma demanda judicial desde 2012, as famílias Bertin e Batista chegaram a um acordo em relação às suas participações na empresa.

"Após uma longa negociação entre as famílias Batista e Bertin, que se arrasta desde 2012, a J&F Investimentos, holding da família Batista, passou a ter 100% da FB Participações, a controladora da JBS. A mudança no controle da maior empresa de carnes do mundo foi concretizada no último dia de 2013, mas só foi publicada no mês de maio no Diário Oficial após a realização de atos societários e registro na Junta Comercial. Na sexta-feira, a JBS comunicou a mudança também à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em seu formulário de referência de 2014. Até o ano passado, a J&F tinha 45,2% das ações ordinárias da FB Participações e os Bertin, 48,51%, por meio da Bertin Fundo de Investimentos em Participações (FIP). Fazem parte da Bertin FIP a Tinto Holdings, com 34,2%, e a Blessed, empresa americana com sede em Delaware, nos Estados Unidos, com uma fatia 65,8%. Com a mudança, a Bertin FIP deixou de ser acionista da JBS e passou a ser acionista da J&F, a holding da família Batista, que controla vários outros negócios do grupo, como a Eldorado Celulose, a Flora, o Banco Original, a Vigor e o Canal Rural. "A Bertin FIP entregou a participação que tinha na JBS e recebeu participação direta na J&F", explicou uma fonte familiarizada com a transação. Nessa operação, a Bertin FIP ficou com uma participação de 24,75% da J&F Investimentos. O percentual diminuiu porque agora a Bertin FIP é acionista de vários outros negócios e não apenas da JBS. O mesmo aconteceu com as fatias da Tinto e da Blessed, que fazem parte da Bertin FIP. A oficialização da mudança societária na JBS acontece num momento em que a saída da Bertin do capital da empresa de carnes já estava prevista. Em fevereiro deste ano as duas famílias fizeram um acordo para pôr fim a uma disputa jurídica iniciada pelos Bertin em junho do ano passado. O acordo, de valor não revelado, previa que a J&F compraria a participação da Bertin na FB Participações, controladora da JBS. Os Bertin tinham entrado com ação cautelar na 5ª Vara Cível de São Paulo em nome da Tinto Holdings contra a Blessed, participante do Bertin FIP, em junho do ano passado. O que motivou a ação foi a transferência de 348,3 mil cotas do fundo Bertin-FIP detidas pela Tinto Holdings para a Blessed. No processo, agora encerrado, os Bertin sustentavam que a

transferência das cotas para a Blessed seria uma "escancarada falcatrua". Essas cotas tinham sido dadas pelos Bertin em garantia a um empréstimo tomado no Banco do Brasil. Agora, para que os Bertin possam concretizar a saída da JBS, é preciso acertar a questão da garantia com o BB. Como o Bertin e os Batista entraram num acordo, a Blessed concordou que as cotas que comprou da Tinto Holdings sejam usadas como garantia, segundo Gilberto Biojone, representante da Blessed no Brasil. "*Para não atrapalhar [o processo de saída dos Bertin], concordamos em deixar aquelas cotas como garantia*", disse ele. O banco exige, no entanto, alguns documentos para confirmar a garantia. "*O Banco do Brasil está pedindo o contrato original e a tradução juramentada*", disse Gilberto Biojone. A previsão de uma fonte próxima ao caso é de que após a apresentação de tais documentos a saída da Bertin, agora do capital da J&F Investimentos, ocorra em no máximo 30 dias. Quanto a Bertin receberá é uma incógnita, mas o valor de mercado da JBS no dia 30 de dezembro de 2013 pode dar uma pista. Naquele dia, a gigante de carnes valia R\$ 25,815 bilhões, segundo o Valor Data. A FB Participações controladora da JBS, na qual a Bertin FIP tinha fatia de 48,51%, valia R\$ 10,566 bilhões. É preciso observar, no entanto, que a Bertin FIP é formada por Tinto Holdings e Blessed. De acordo com fontes familiarizadas com o tema, uma negociação para a saída dos Bertin do capital da JBS já estava prevista desde 2009, quando a empresa da família Batista adquiriu o frigorífico Bertin. Conforme essas mesmas fontes, para a J&F Investimentos é interessante ter 100% da FB Participações, controladora da JBS, pois isso é uma "demonstração de que seus ativos melhoraram, de valorização". Nas palavras de outra pessoa que conhece a transação, com o controle da FB, a J&F Investimentos tem "mais bala na agulha" para, por exemplo, captar recursos no mercado. Apesar de a saída dos Bertin do capital da J&F já estar acertada, ainda não está claro se a Blessed vai continuar como acionista da *holding* da família Batista. Uma fonte próxima ao negócio disse que a empresa americana, que tem como cotistas a U.S. Commonwealth Life, A.I. e Lighthouse Capital Insurance Company, poderia continuar no capital da J&F, separada da Bertin FIP." (VALOR ECONÔMICO, 2014, p. B13) (Sem grifos no original)

Segundo o *site* da empresa, sua história iniciou-se em 1953, quando José Batista Sobrinho, abriu as atividades da Casa de Carnes Mineira, um açougue e um pequeno matadouro, que abatia e vendia a carne de cinco cabeças de gado por dia, em Anápolis/GO. Abasteceu os restaurantes das empresas construtoras de Brasília/DF, e, fez sua expansão inicial adquirindo um açougue em Planaltina/DF em 1968, e outro em Luziânia/GO em 1970. Entre 1970 e 2000, o então grupo Friboi expandiu suas atividades via aquisições e investimento nas unidades que possuía chegando ao abate diário de 5,8 mil cabeças. No período de 2001 a 2006, o grupo operava 21 plantas industriais no Brasil e 5 na Argentina, chegando ao abate diário de 19,9 mil cabeças. O ano de 2005 marcou o início do

processo de mundialização do grupo quando comprou 100% do capital social da Swift Foods Company, maior frigorífico exportador de carne bovina na Argentina por US\$1,4 bilhão, e em 2007, comprou também na Argentina duas unidades de abate do Frigorífico Col Car S/A por US\$20,2 milhões: Venado Tuerto e Pontevedra. Em 2007, assumiu o controle da empresa norte-americana Swift Company, passando a operar nos EUA e Austrália. Neste mesmo ano a empresa, entrou na atividade de engorda montando uma unidade de confinamento de bovinos com capacidade de engorda anual de 150 mil animais. Dessa forma, a empresa começou a quebrar parcialmente a hegemonia dos pecuaristas nacionais, que tinham no sistema de leilão seu principal instrumento de controle do mercado de bovinos. O grupo adquiriu também, os frigoríficos Colonia Caroya e Berazatequi na Argentina; 100% distribuidora de alimentos (USA) SB Holdings e suas subsidiárias, Tupman Thurlow, Astro Sales e Austral Foods; e, 50% do capital da italiana Inalca. Em 2008 a empresa comprou o "Tasman Group - bovinos e ovinos, na Austrália por US\$160 milhões, a Smithfield Beef, divisão de bovinos da Smithfield Foods, nos EUA por US\$565 milhões, e os confinamentos da Five Rivers, com capacidade para engordar 2 milhões de animais por ano. Em 2009, incorporou o frigorífico Bertin (segundo maior no Brasil) e assumiu o controle acionário da Pilgrim's Pride, ingressando no mercado norte-americano de aves pagando US\$800 milhões (...) Em 2010 comprou a Tatiara Meats (ovinos) por US\$30 milhões e os ativos da Rockdale Beef, na Austrália por US\$ 37,3 milhões, além do Grupo Toledo, na Bélgica por US\$11 milhões. Também anunciou a aquisição do confinamento McElhaney nos Estados Unidos por US\$24 milhões e ampliou sua participação na Pilgrim's Pride para 67,27%, ampliando em 2012, para 75,3% do capital social da empresa." (JBS, 2015)

Em 2011 ainda, incorporou a Rigamonti (Itália) e em 2012, comprou o Frigorífico Independência no país, por 268 milhões, e, no mesmo ano, o grupo iniciou suas operações no setor de aves e suínos, através do arrendamento das plantas industriais da Frangosul, e a Vigor deixou de ser uma subsidiária da JBS e fez a abertura de seu capital, tornando-se uma empresa com estrutura corporativa própria e independente controlada pela FB-Participações S/A com 78,63%, JBS S/A 21,12% e outros com 0,25%. Em 2013 o grupo comprou a Seara Brasil do grupo concorrente Marfrig por R\$ 5,85 bilhões, consolidando-se "como líder global no processamento de aves. O negócio elevou em 33% capacidade diária de produção de frango, em 30% a de suínos, e em 30% o número de colaboradores. Além disso, o grupo passou a atuar no segmento de alimentos industrializados, se transformando na segunda maior plataforma brasileira de produção e distribuição de produtos de valor agregado." (JBS, 2015) Dessa forma, a empresa prepara o segmento de carnes de aves e suínos, para tornar-se também, uma empresa com estrutura corporativa própria e independente a abrir seu

capital em bolsa: a JBS Foods S/A. (JBS, 2015) Ainda em 2013, comprou as empresas brasileiras Agrovênto S/A (R\$128 milhões) e Massa Leve (R\$260 milhões). Em 2014, adquiriu outros dois frigoríficos nacionais, Frinal S/A (R\$103,5 milhões) e Kaiowa unidade Anastácio (R\$ 24 milhões), e, o Grupo Primo Smallgoods, a maior produtora de presunto e bacon da Austrália e Nova Zelândia por US\$ 1,25 bilhão feita pela subsidiária JBS Austrália. Adquiriu também, no mesmo ano o frigorífico Big Frango de Rolândia/PR por R\$ 430 milhões.

O grupo JBS S/A tem capacidade anual de processamento de dois milhões de cabeças de bovinos (45 mil cabeças diárias) e, é detentor das marcas Friboi, Swift, Bertin, Swift Black, Swift Maturatta e Swift Orgânico. Controla também, 14% da produção nacional de couro, segmento que opera através da empresa JBS Couros Ltda desde 2009. A empresa tinha em operação em 2015, o total de 48 unidades de abate, processamento e industrialização de produtos distribuídos nas principais regiões da pecuária de bovinos nacional: Santana do Araguaia/PA, Redenção/PA, Marabá/PA, Tucumã/PA, Açailândia/MA, Água Boa/MT, Alta Floresta/MT, Araputanga/MT, Barra do Garças/MT, Colider/MT, Confresa/MT, Cuiabá/MT, Diamantino/MT, Juara/MT, Juína/MT, Matupá/MT, Pedra Preta/MT, Pontes e Lacerda/MT, São José dos Quatro Marcos/MT, Vila Rica/MT, Ariquemes/RO, Pimenta Bueno/RO, Porto Velho/RO, Rolim de Moura/RO, São Miguel do Guaporé/RO, Vilhena/RO, Rio Branco/AC, Campo Grande I/MS, Campo Grande II/MS, Coxim/MS, Naviraí/MS, Nova Andradina/MS, Ponta Porã/MS, Anastácio/MS, Cassilândia/MS, Anápolis/GO, Goiânia/GO, Mozarlândia/GO, Senador Canedo/GO, Cachoeira Alta/GO Itapetinga/BA, Ituiutaba/MG, Iturama/MG, Araguaína/TO, Andradina/SP, Santa Fé do Sul/SP, Lins/SP e Presidente Epitácio/SP.

Possuía também, 43 centros de distribuição: Açailândia/MA, Alta Floresta/MT, Amargosa/BA, Andradina/SP, Ariquemes/RO, Barra Do Garças/MT, Barretos/SP, Brasília/DF, Cabo de Santo Agostinho/PE, Campo Grande/MS, Cassilândia/MS, Colider/MT, Contagem/MG, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Esteio/RS, Goiânia/GO, Itajaí/SC, Itapetinga/BA, Iturama/MG, Juara/MT, Juína/MT, Lins/SP, Manaus/AM, Marabá/PA, Naviraí/MS, Nova Andradina/MS, Pedra Preta/MT, Pimenta Bueno/RO, Ponta Porã/MS, Pontes e Lacerda/MT, Porto Velho/RO, Presidente Epitácio/SP, Redenção/PA, Rio Branco/AC, Rio de Janeiro/RJ, Santa Fé do Sul/SP, São Jose dos Quatro Marcos/MT, São José dos Pinhais/PR, São Paulo/SP, Simões Filho/BA, Tucumã/PA e Vilhena/RO (JBS, 2015)

O segmento de aves e suínos operado pela JBS Food S/A, detém as marcas Seara, Fiesta, Doriana, Rezende, LeBon, Frangosul, MassaLeve, Pena Branca, Excelsior, Tekitos, Seara Confiança, Texas Burger e Wilson. Possuía em 2015, o total de 44 unidades industriais de processamento de

carne de frango, aves, suínos, perus e alimentos industrializados. Eram 22 unidades exclusivamente de abate de aves (Uberaba/MG, Passos/MG, Veríssimo/MG, Amparo/SP, Nuporanga/SP, Itapetininga/SP, Guapiaçu/SP, Sidrolândia/MS, Caarapó/MS Jacarezinho/PR, Lapa/PR, Santo Inácio/PR, Jaguapitã/PR, Campo Mourão/PR, Ipumirim/SC, Forquilha/SC, Nova Veneza/SC, Morro Grande/SC, São José/SC, Itaiópolis/SC, Passo Fundo/RS e Garibaldi/RS); onze unidades de abate e de produção de industrializados (aves Montenegro/RS, suínos Frederico Westphalen/RS, peru, aves e suínos Caxias do Sul/RS, suínos Três Passos/RS, aves e suínos Itapiranga/SC, aves e suínos Seara/SC, São Miguel do Oeste/PR, suínos Carambei/PR, suínos Dourados/MS, aves Brasília/DF e aves São Gonçalo dos Campos/BA); dez unidades exclusivas de produtos industrializados (Jaguariúna/SP, Osasco/SP, Rio grande da Serra/SP, Duque de Caxias/RJ, Várzea Grande/MT, Roca Sales/RS, Bom Retiro do Sul/RS, Santa Cruz do Sul/RS, Lages/SC e Salto Veloso/SC); e, 23 centros de distribuição (Nova Santa Rita/RS, Itajai/SC, Seara/SC, São José dos Pinhais/PR, Dourados/MS, Campo Grande/MS, Uberlândia/MG, Contagem/MG, Brasília/DF, Goiânia/GO, Cuiabá/MT, Recife/PE, Fortaleza/CE, Salvador/BA, Duque de Caxias/RJ, Pavuna/RJ, Araras/SP, Bebedouro/SP, Campinas/SP, Bauru/SP, Cubatão/SP e Ribeirão Preto/SP). (JBS, 2015)

No final do ano de 2014 a Tyson Foods vendeu suas unidades no Brasil e no México para o grupo brasileiro JBS S/A.

"A Tyson Foods anunciou nesta segunda-feira (28/07/2014) a venda de seus negócios de aves no Brasil e no México para a JBS, em conjunto com a Pilgrim's Pride, por US\$ 575 milhões. Em comunicado à parte, a JBS afirmou que US\$ 400 milhões referem-se à operação no México, que será adquirida pela Pilgrim's, cujo acionista majoritário é JBS USA Holdings. Já a operação brasileira da Tyson será comprada por 175 milhões de dólares pela JBS Foods. Em nota, a JBS afirma que a aquisição no Brasil envolve três unidades de processamento integradas, sendo duas em Santa Catarina e uma no Paraná." (REUTERS, 2014)

Em junho de 2015 o Grupo JBS comunicou ao mercado a compra da britânica Moy Park, unidade de frango e alimentos processados na Europa, empresa mundial brasileira Marfrig Global Foods, em um negócio de US\$ 1,5 bilhão. (UOL, 2015) Um mês depois, em julho de 2015, o Grupo JBS adquiriu o negócio de carne suína da Cargill por US\$ 1,45 bilhão. Em reportagem de Mônica Scaramuzzo e Naiara Oscar, o jornal O Estado de São Paulo, divulgou a segunda compra internacional da maior empresa mundial de carnes controlada pela família Batista.

"Depois de afirmar aos investidores que concentraria sua expansão, em 2015, no crescimento orgânico, a JBS anunciou nesta quarta-feira mais uma aquisição global. **A maior empresa de carnes do mundo desembolsou US\$ 1,45 bilhão pela unidade de suínos da gigante Cargill nos Estados Unidos, a Cargill Pork.** Com isso, em um espaço

de apenas 12 dias, a JBS fez duas aquisições internacionais, que somam quase US\$ 3 bilhões. No dia 20 de junho, a empresa da família Batista divulgou a compra da subsidiária irlandesa da Marfrig por US\$1,5 bilhão. “*Nossa expansão é realmente focada em crescimento orgânico, mas oportunidades (como Cargill Pork e Moy Park) aparecem e não podemos deixar escapar*”, disse ao Estado, Wesley Batista, presidente global do grupo. Segundo ele, o JBS tinha sondado, há alguns anos, a Cargill para a compra dessa divisão de negócios. “*Daí, fomos procurados há algumas semanas pela companhia, que decidiu negociar suas operações.*” A operação foi feita por meio da controlada indireta da JBS, Swift Pork Company. Estão incluídas na operação duas fábricas de processamento de carne: uma em Ottumwa (Iowa) e outra em Beardstown (Illinois). Juntas elas processaram 9,5 milhões de suínos no ano passado. Também entraram no negócio cinco fábricas de ração em Missouri, Arkansas, Iowa e Texas; e quatro granjas de suínos em Arkansas, Oklahoma e Texas, todas nos EUA. “Essa operação está alinhada com a estratégia da JBS de longo prazo de crescimento em produtos com maior valor agregado, ampliando a base de clientes, tanto no mercado interno quanto em exportações”, disse a empresa em fato relevante. **Batista afirmou que essa aquisição tem total sinergia com os negócios do JBS nos EUA, a Pilgrim’s Pride. Já Cargill deixa a operação de suínos no mercado americano, com a venda do negócio para o grupo brasileiro, disse Batista.** A operação, que foi feita por meio da controlada indireta da JBS, a Swift Pork Company, está sujeita às aprovações das autoridades de defesa da concorrência dos Estados Unidos. O valor da aquisição é livre de dívidas, podendo ser ajustado no fechamento da operação, pela variação do capital de giro líquido e dos passivos de longo prazo da Cargill Pork. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2015) (Sem grifo, negrito e itálico no original)

Em 2013, a JBS Couros possuía também, vinte e duas unidades industriais, sendo treze de couro Wet Blue (Couro que passou por um processo inicial de curtimento para depois receber o acabamento com outras cores e texturas) localizadas em Barra do Garça/MT, Cacoal/RO, Colíder/MT, Colorado do Oeste/RO, Conceição do Araguaia/PA, Gurupi/TO, Juazeiro/BA, Marabá/PA, Naviraí/MS, Nova Andradina/MS, Porangatu/GO, Porto Velho/RO e São Luís de Montes Belos/GO; e nove unidades de semi e acabamento em Cascavel/CE, Itumbiara/GO, Lins/SP, Uberlândia/MG, Haifeng/China, Jiangmen / China, Magdalena / Argentina, Montevidéu / Uruguai e Pretoria / África do Sul. (JBS, 2013)

O grupo Friboi, possui também, a empresa JBS Higiene e Limpeza especializada na produção de sabonetes em barra, sabão, glicerina e massa base para sabonetes. Detêm as marcas Minuano, Albany, Nutre, Cass, Smuff, OX, Francis, Karina, Neutrox, Kolene, Tano Tom, Hydrata e Phytoderm. (JBS, 2013) O grupo possui ainda, duas unidades de produção de biodiesel a partir do sebo bovino, e conta com as seguintes unidades de

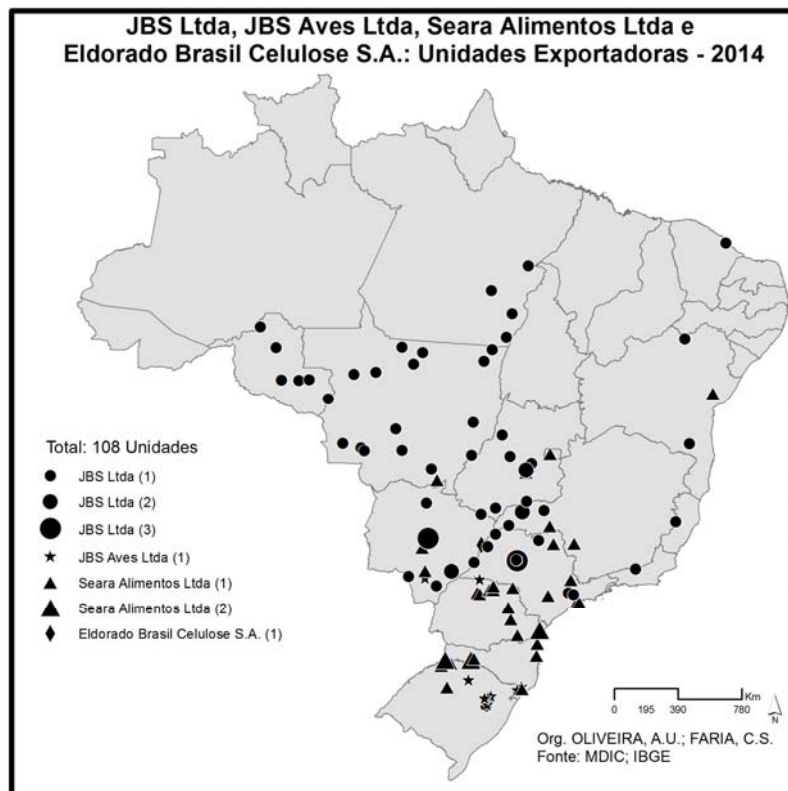
confinamento/capacidade: Guaiçara/SP (14.000 cabeças); Castilho/SP (35.000 cabeças); Terenos/MS (6.000); Nazário/GO (19.500 cabeças); Aruanã/GO (42.000 cabeças) e, Lucas do Rio Verde/MT (25.000 cabeças).

O Grupo JBS é a empresa com maior volume de recursos mobilizados pelo Bndes até 2013 com cerca de R\$ 8,110 bilhões. Logo atrás ficou o Grupo Marfrig com R\$ 3,600 bilhões. São os dois maiores frigoríficos do mundo, comando o comércio de carne bovina em quase todo mundo.

"Os frigoríficos abocanharam 65% dos recursos destinados às campeãs nacionais – R\$ 8,1 bilhões para o JBS e R\$ 3,6 bilhões para o Marfrig. O JBS é hoje o exemplo mais acabado da estratégia para construir multinacionais verde-amarelas, com um faturamento que saltou de R\$ 4 bilhões em 2006, antes do apoio do BNDES, para R\$ 62 bilhões em 2011, com 70% da receita vinda do exterior." (ESTADO DE SÃO PAULO, 2013)

O mapa 30 a seguir traz as unidades exportadoras do Grupo JBS em 2014.

Mapa 30



A revista semanal Carta Capital de 11 de junho de 2014, publicou matéria sobre o Grupo JBS e sua relação com o BNDES, feita por André Barrocal traçando a trajetória do grupo e suas relações com o Estado brasileiro.

"Quem acompanha a trajetória da família Batista apenas pela evolução patrimonial talvez se emocione com a história de empreendedorismo: um frigorífico nascido no interior de Goiás em 1953 e desconhecido até a década passada está prestes a se tornar a maior empresa privada do Brasil em vendas, à frente da gigantesca Vale. Basta concretizar a compra da americana Hillshire, fabricante de salsichas, cujo faturamento anual atingiu o equivalente a 9 bilhões de reais em 2013. Esse mesmo observador pode enxergar infatigáveis empresários em Júnior, Wesley e Joesley, os três herdeiros de José Batista, o Zé Mineiro, agropecuarista de hábitos simples e jeito desconfiado, fundador do conglomerado. Mas, como tem acontecido ao longo das décadas, a JBS serve mais como um símbolo do capitalismo à brasileira. Apoiado por uma política até hoje mal explicada, a escolha dos "campeões nacionais" pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), presidido por Luciano Coutinho, acusado de práticas anticoncorrenciais, entupido de processos trabalhistas e com seus principais acionistas investigados por sonegação, o conglomerado expande-se no mercado interno e no exterior sem que se saiba se o apoio estatal trará benefícios aos contribuintes e à população em geral. Por ora, ele tem sido perfeito para os irmãos Batista. (...) Nos últimos anos, o BNDES injetou 8,1 bilhões de reais no conglomerado. Não foram simples empréstimos, mas capitalizações, ou seja, o banco virou sócio da empresa. É impressionante a sinergia. Em dezembro de 2006, a instituição não tinha ações da companhia. Hoje, detém 24% dos papéis. (...) Com dinheiro público no caixa, a JBS foi às compras. De 2007 para cá, gastou 13,5 bilhões de reais em cerca de 20 aquisições, incorporações ou arrendamentos, dentro e fora do Brasil. Metade dos negócios foi feita no exterior. O grupo fincou bandeira nos EUA, Argentina, Austrália e Europa. A maior transação aconteceu em setembro de 2013, foram 5,8 bilhões de reais pagos para assumir a Seara Brasil. O negócio será superado caso a Pilgrim's, subsidiária nos Estados Unidos, arremate a Hillshire. Em 27 de maio, a Pilgrim's ofereceu 6,4 bilhões de dólares pela concorrente. Dois dias depois, a Tyson Foods cobriu a proposta (6,8 bilhões de dólares). Na terça-feira 3, a subsidiária da JBS subiu a oferta para 7,7 bilhões de dólares. Com a internacionalização, a família nada em dinheiro. As vendas da companhia explodiram. Saíram de 4 bilhões de reais, em 2006, para 96 bilhões de reais, em 2013, ou 24 vezes mais. A empresa abriu o capital em 2007 e, no ano passado, registrou a maior alta de ações entre as firmas do ramo alimentício. A quantidade de trabalhadores multiplicou-se por dez e soma 191 mil. É dona da segunda maior receita anual entre as empresas privadas no Brasil. Só perde para a Vale (106 bilhões de reais, em 2013). A aquisição da Hillshire deixaria a JBS a um passo do posto de número 1

em vendas [desde 2014 superou a Vale]. Como na gestão Dilma Rousseff o BNDES abandonou a estratégia dos “campeões nacionais”, a compra da Hillshire deverá ser financiada, sobretudo com a abertura de capital da divisão JBS Foods. A companhia apresentou em meados de maio à Comissão de Valores Mobiliários um pedido de registro de venda inicial de ações, o chamado IPO. A partir daí seus executivos submetem-se a um “período de silêncio” determinado pela CVM, impedidos de dar entrevistas, motivo alegado para não falar a CartaCapital. A internacionalização da JBS tem dado certa contribuição ao País, que pode contar com a entrada de dólares por meio de exportações ou lucros obtidos no exterior ou com o ganho intangível para a imagem do Brasil. Mas tamanho gigantismo, fertilizado à base de dinheiro público, também gera dúvidas e reclamações. Pecuaristas e frigoríficos concorrentes apontam abuso de poder econômico, monopólio e formação de cartel. No fim do ano passado, em seu encontro anual, a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará acusou publicamente a JBS de cartelização e cobrou providências das autoridades. Como é forte e está nas duas pontas – cria boi e processa a carne –, a empresa teria o poder de determinar os preços no mercado. Em Brasília, a bancada ruralista faz reverberar as queixas. Em agosto de 2013, um grupo de deputados criou uma subcomissão para acompanhar o comércio de carnes em busca de munição contra a JBS. (...) O presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos, Péricles Salazar, fez idêntica acusação ao apontar o esmagamento de pequenos abatedouros. Depois da briga, a JBS desfilou-se da Abrafrigo. O poderio de mercado da companhia não tem sofrido reparos por parte do órgão federal antitruste. Em abril de 2013, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), chancelou de uma só vez, e por unanimidade, todas as aquisições feitas pelo grupo entre 2009 e 2012, embora tenha aplicado uma multa de 7,4 milhões de reais e obrigado a companhia a assinar um termo no qual se compromete a informar qualquer nova aquisição nos 30 meses seguintes. Compras mais recentes prosperaram depois do crivo do Cade. A última, a da Massa Leve, em dezembro de 2013, foi aprovada em maio. (...) Polêmicas e questionamentos parecem ser uma marca da fase multinacional da JBS. A companhia é alvo de um festival de ações trabalhistas. Para o Ministério Público do Trabalho, a empresa costuma negligenciar e explorar os empregados, o que provoca recorrentes pedidos de indenização por danos morais. A Justiça impôs à empresa uma das condenações mais caras em setembro passado, 9 milhões de reais. Descobriu-se que, no município de Juruena, em Mato Grosso, os funcionários eram expostos a insetos de um lixão vizinho, vazamento de gás, jornada superior a dez horas diárias e refeições servidas com larvas de moscas e insetos. Esse tipo (frequente) de derrota judicial incomoda os Batista. Em entrevista à agência de notícias Bloomberg pouco antes do silêncio imposto pela CVM, o presidente da companhia, Wesley, um dos irmãos à frente dos negócios da família, enquanto Júnior se dedicava à política, disparou: “A Justiça Trabalhista

brasileira está um negócio impressionante”. Na mesma entrevista, reclamou da falta de uma reforma tributária, outro terreno escorregadio para o conglomerado. Em Goiás, onde a Friboi nasceu e prosperou, o Fisco acusa a empresa de sonegar o ICMS na exportação da carne bovina. Nos últimos nove anos, a Fazenda goiana emitiu autos de infração no valor de 1,3 bilhão de reais. A sonegação motiva também um processo individual contra Joesley, o caçula dos três irmãos e presidente da J&F Participações, a holding por meio da qual a família diversificou os negócios para além do setor alimentício. Joesley virou réu da Justiça Federal em novembro de 2012. Foi acusado pelo Ministério Público de ter sonegado, em valores atuais, 10 milhões de reais graças ao uso, entre janeiro de 1998 e julho de 1999, da conta bancária de uma empresa fechada. Se condenado, pode pegar de dois a cinco anos de prisão. (...) O executivo tem outros fantasmas a assombrá-lo. Em janeiro, foi indiciado pela Polícia Federal por crime contra o sistema financeiro. A PF ligou-o a uma turma do barulho: Kátia Rabello, Vinícius Samarane e José Roberto Salgado, ex-diretores do Banco Rural condenados no “mensalão”. Segundo os investigadores, o mais novo dos Batista deu uma força ilegal ao Rural em dezembro de 2011, quando a instituição estava na mira do Banco Central. Por meio do Banco Original, um dos negócios da holding J&F, teria ajudado o Rural em uma falsa capitalização com 160 milhões de reais em empréstimos cruzados fajutos. Joesley foi o fiador dos empréstimos do lado do Original. Responsável pelo caso, o procurador da República José Alexandre Pinto Nunes, do Rio Grande do Sul, pediu recentemente mais informações à PF e ainda não decidiu se vai processar o empresário. Wesley também se enrolou com o Original, graças à venda de 500 milhões de reais em CDBs à JBS. A transação chamou a atenção do Banco Central. Pelas condições de prazo e juros, desconfia-se, a JBS simulou um lucro menor apenas para injetar dinheiro na própria instituição financeira. Se fossem empresas de capital fechado, poderia tratar-se de uma mera questão doméstica. Mas como a JBS tem papéis na Bolsa, um eventual prejuízo causado com o auxílio do banco do grupo terá sido compartilhado com acionistas de outro sobrenome. Instigada pelo Banco Central, a CVM instalou em abril de 2013 um processo contra Wesley, diretor-presidente e financeiro da JBS. Pela Lei das Sociedades Anônimas, ele poderia ser multado em até 500 mil reais e banido do sistema financeiro por 20 anos. Em março, ele pagou uma multa de 460 mil reais e encerrou o processo. Inaugurada em dezembro de 2012 em Mato Grosso do Sul como a maior linha de produção de celulose do mundo, a Eldorado Brasil, outra empresa controlada pela holding J&F, não atua de forma diferente. A empresa, segundo o Valor Econômico, é processada sob a suspeita de ter clonado ilegalmente um tipo de eucalipto usado pela competidora Fibria, autora da ação judicial. Curiosidade: o maior acionista da Fibria é o mesmo BNDES, que injetou 8,1 bilhões de reais na JBS. **O polpudo apoio do banco estatal parece ser o combustível de um boato recorrente na terra sem lei da**

internet. O “verdadeiro” dono do grupo espalha-se, seria um dos filhos do ex-presidente Lula. Cansado das ofensas, Fabio Luis da Silva apresentou em abril uma queixa à polícia em São Paulo e pediu a abertura de inquérito para descobrir os responsáveis pela disseminação das calúnias. **Lulinha mapeou a web e chegou a uma lista de sites que parecem ter dado o pontapé inicial à história. A lista foi enviada à polícia. Entre os potenciais boateiros está Daniel Graziano, que administrava um site ligado ao Instituto Fernando Henrique Cardoso. Daniel é filho de Xico Graziano, chefe da área de internet da pré-campanha presidencial do senador tucano Aécio Neves.** O jovem precisou ser intimado três ou quatro vezes até comparecer à delegacia recentemente. Ao depor, admitiu ser responsável por uma página eletrônica que difundiu o boato. A depender da conclusão do inquérito, pode ser processado por calúnia e difamação. A extensão e a generosidade do apoio público à família Batista carecem, porém, de maiores explicações." (CARTA CAPITAL, 2014, p. 26/31) (Sem grifos e negritos no original)

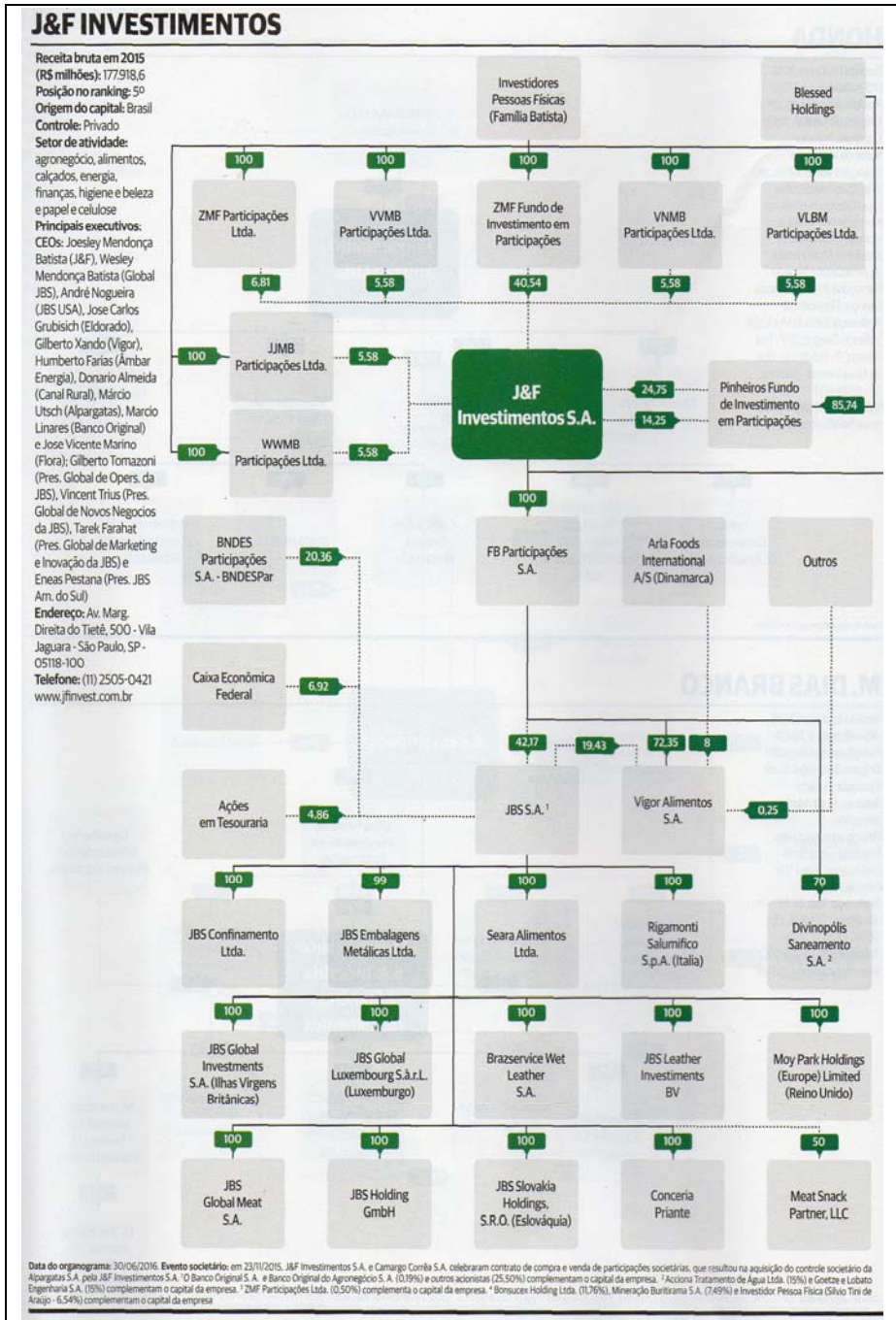
O grupo JBF no início de dezembro de 2016, abriu capital da subsidiária JBS Foods International na Bolsa de Nova York, provocando corrida ao mercado de ações.

Segue o organograma do grupo J&F.

Marfrig Global Foods S/A

A Marfrig Global Foods S/A é a segunda empresa monopolista do setor de carnes de bovinos e ovinos. O controle acionário pertence a Marcos Antônio Molina dos Santos (2,92%), Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos (2,61%), Mms Participações S/A (27,76%), Bndes Participações S/A (19,63%), Skagen As. (5,61%), outros (41,38%) e ações tesouraria (0,09%).

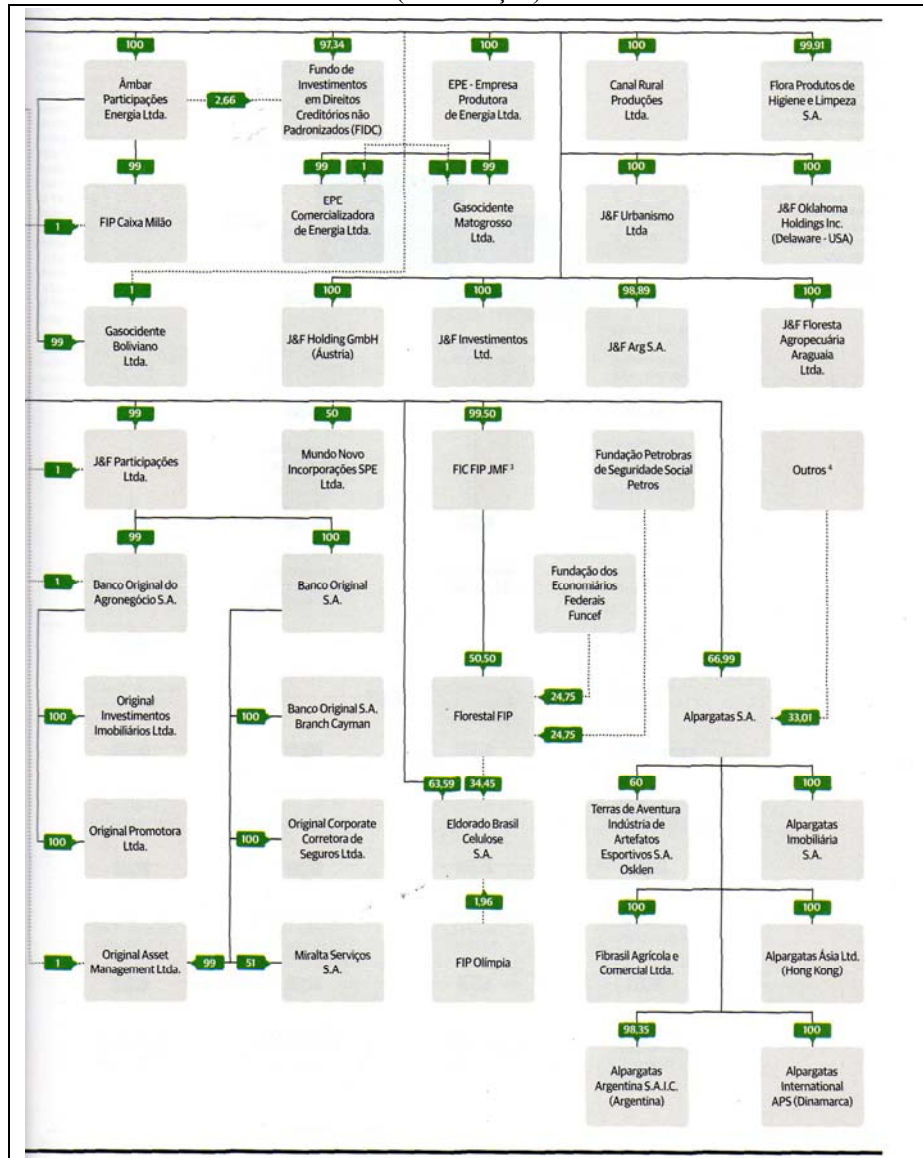
"O Grupo Marfrig é uma das maiores empresas globais de alimentos à base de carnes bovina, ovina, suína, de aves e de peixes. Atua nos segmentos de *food service* e varejo, oferecendo soluções de alimentação inovadoras, seguras e saudáveis, através de uma plataforma operacional composta por unidades produtivas, comerciais e de distribuição instaladas em 16 países. Considerada uma das companhias brasileiras de alimentos mais internacionalizadas e diversificadas, seus produtos estão presentes em mais de 140 países. É o maior produtor de ovinos na América do Sul, o maior produtor de aves do Reino Unido e a maior companhia privada no Uruguai e na Irlanda do Norte. Fundada em 1986, a Marfrig iniciou suas atividades distribuindo cortes de carnes especiais para grandes redes de restaurantes. Desde então, o atendimento de qualidade e o desenvolvimento de produtos *premium* vem sendo um dos principais diferenciais competitivos do Grupo." (MARFRIG, 2013)



(VALOR, 2016, p. 164)

Ariovaldo Umbelino de Oliveira - A MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

(continuação)



(VALOR, 2016, p. 165)

O grupo tornou-se o fornecedor mundial da rede McDonald's, iniciando em 1986, suas operações no ramo de distribuição de cortes bovinos, suínos, aves, pescados e vegetais congelados importados, e, em 1998, inaugurou em Santo André/SP seu primeiro centro de distribuição próprio. Arrendou e depois comprou em 2000, a primeira unidade industrial de processamento de carne bovina, em Bataguassu/MS, no ano

seguinte, arrendou e depois comprou a segunda unidade industrial em Promissão/SP. Adquiriu as unidades industriais em Tangará da Serra/MT (2003), Paranatinga/MT (2004), e em 2006, as unidades de Mineiros/GO, Chupinguaia/RO, São Gabriel/RS, Promissão/SP e Porto Murtinho/MS. Comprou também, o frigorífico argentino Breeders and Packers (AB&P), 50% do capital da importadora chilena Quinto Cuarto S/A; o Frigorífico Tacuarembó S/A e o Inaler S/A do Uruguai. Em 2007 adquiriu a unidade Promissão II/SP, o Frigorífico Pampeano em Hulha Negra/RS, o Frigorífico LaCaballada no Uruguai, os outros 50% da empresa chilena Quinto Cuarto S/A, o Frigorífico Patagônia S/A do Chile, a incorporação da argentina Quickfood S/A, comprou a uruguaia Colônia S/A, as duas unidades do Frigorífico Mabella Ltda, no Rio Grande do Sul, e, a empresa argentina Mirab S/A. Assim como procedeu a JBS, a Marfrig também, iniciou a quebra da hegemonia dos pecuaristas brasileiros no setor, passando a realizar o confinamento de bovinos em uma fazenda arrendada em Guapiaçú/SP com capacidade para 12,5 mil cabeças de gado. Em 2008, comprou a DaGranja Agroindustrial Ltda, detentora da marca Chikenitos, a Carroll's Food do Brasil, a CDB Meats, do Reino Unido, as unidades de operações no Brasil, Irlanda do Norte, Inglaterra, França e Holanda do grupo norte-americano OSI (Braslo - aves e bovinos, Agrofrango - aves e Moy Park, da Irlanda do Norte). Em 2009, arrendou a unidade industrial de bovinos de Pelotas/RS, comprou as operações de carne de peru da Doux-Frangosul, comprou também, a Seara Alimentos S/A da Cargill Inc, 51% do Grupo Zenda no Uruguai, e arrendou doze unidades pertencentes aos Frigoríficos Margem e Mercosul, e, ampliou seu setor de confinamento, comprando fazenda em Mineiros/GO. No ano seguinte, comprou a empresa O'Kane com operações de peru e frango, e a totalidade da Keystone Foods. Em 2012, criou a Seara Foods, incorporou dez novas plantas industriais, oito centros de distribuição e 13 marcas no Brasil, da BRF na troca de ativos determinada pelo Conselho de Defesa Econômica (CADE), por ocasião da fusão Sadia/Perdigão, vendeu a unidade de serviços de operação de logística da Keystone Foods para a Martin-Brower. Em 2013, o grupo Marfrig vendeu a Seara Food e a Zenda para o grupo JBS, voltando a atuar no Brasil apenas nos setores de carne de bovinos e ovinos. (MARFRIG, 2013) Em junho de 2015 "a multinacional brasileira Marfrig Global Foods anunciou neste domingo a venda da britânica Moy Park, unidade de frango e alimentos processados na Europa, à também brasileira JBS, em um negócio de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão." (UOL, 2015)

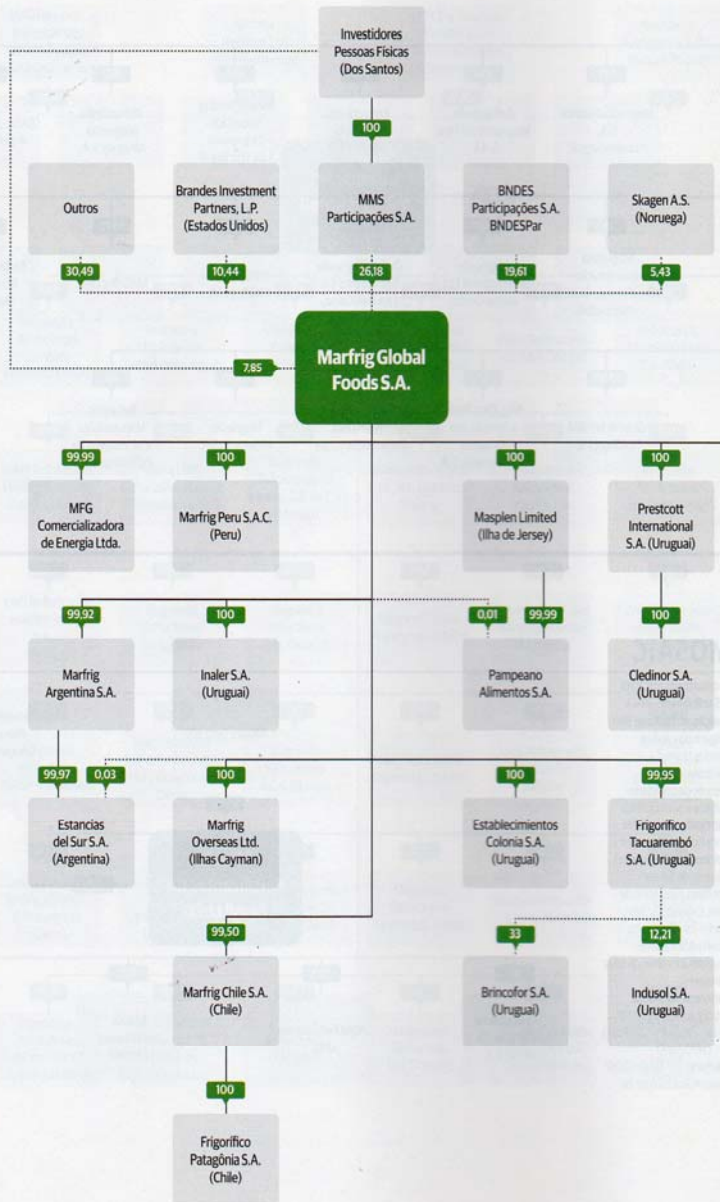
A empresa Marfrig opera com três segmentos de negócios: Marfrig Beef, Moy Park, e Keystone Foods. Os frigoríficos de bovinos no Brasil são: Alegrete/RS (ex-Mercosul S/A), Bagé/RS (ex-Mercosul S/A), Bataguassu/MS, Bataguassu/MS (couro), Chupinguaia/RO, Mineiros/GO, Paranatinga/MT, Paranaíba/MS (ex-Margem S/A), Pirenópolis/GO (ex-

Mercosul S/A), Porto Murtinho/MS, Promissão/SP, Promissão 1/SP, Promissão 2/SP, Rio Verde/GO (ex-Margem), Rolim de Moura/RO (ex-Margem S/A), São Gabriel/RS, Tangará da Serra/MT, Tucumã/PA (ex-Mercosul). Na Argentina os frigoríficos Hughes-AB&P, Mirab, Quickfood Vila Mercedes e Vivotatá (Best Beef). No Uruguai os frigoríficos Colonia, Cledinor (La Caballada) e Inaler. No segmento de ovinos tem unidades industriais no Brasil em Alegrete/RS (ex-Mercosul) e Promissão 2/SP; no Chile a unidade Patagônia; e no Uruguai as unidades Cledinor (La Caballada) e Inaler.

No segmento de frangos o grupo atua na China através de uma *joint venture* em Chinwhiz; na Inglaterra tem unidades em Anwick e Ashbourn; na Irlanda do Norte em Dunganon e O'Kane Poultry; e nos USA através da Keystone Foods em Albany no Kentucky, Camilla na Georgia e Steele Station - Gadsden. A empresa Marfrig tem também, unidades de industrializados no Brasil em Taipas em São Paulo/SP (Bom Charque Margem), Pampeano em Bagé/RS e Votuporanga/SP; na Austrália o Australian Food Corp.; na China o McKey Food Services - Shezen; na Coréia do Sul as unidades Korea Food Services Corporation em Seoul e a McKey Korea; nos USA as unidades da Keystone Foods em Eufaula, North Baltimore e Reidsville e, a LD Foods em Jefferson no Wiscosin; na França unidades em Henin-Beaumont, Marquise e McKey Food Services em Orleans; na Holanda em Schagen - AVZ; na Inglaterra em Grantham, Huntindton, Perterborough e Wisbech; na Irlanda do Norte em Craigavon; na Malásia a MacFood Services em Kuala Lumpur; na Tailândia a McKey Food Services e, no Uruguai uma unidade em Frai Bentos. (MARFRIG, 2013) Segue o organograma da Marfrig.

MARFRIG

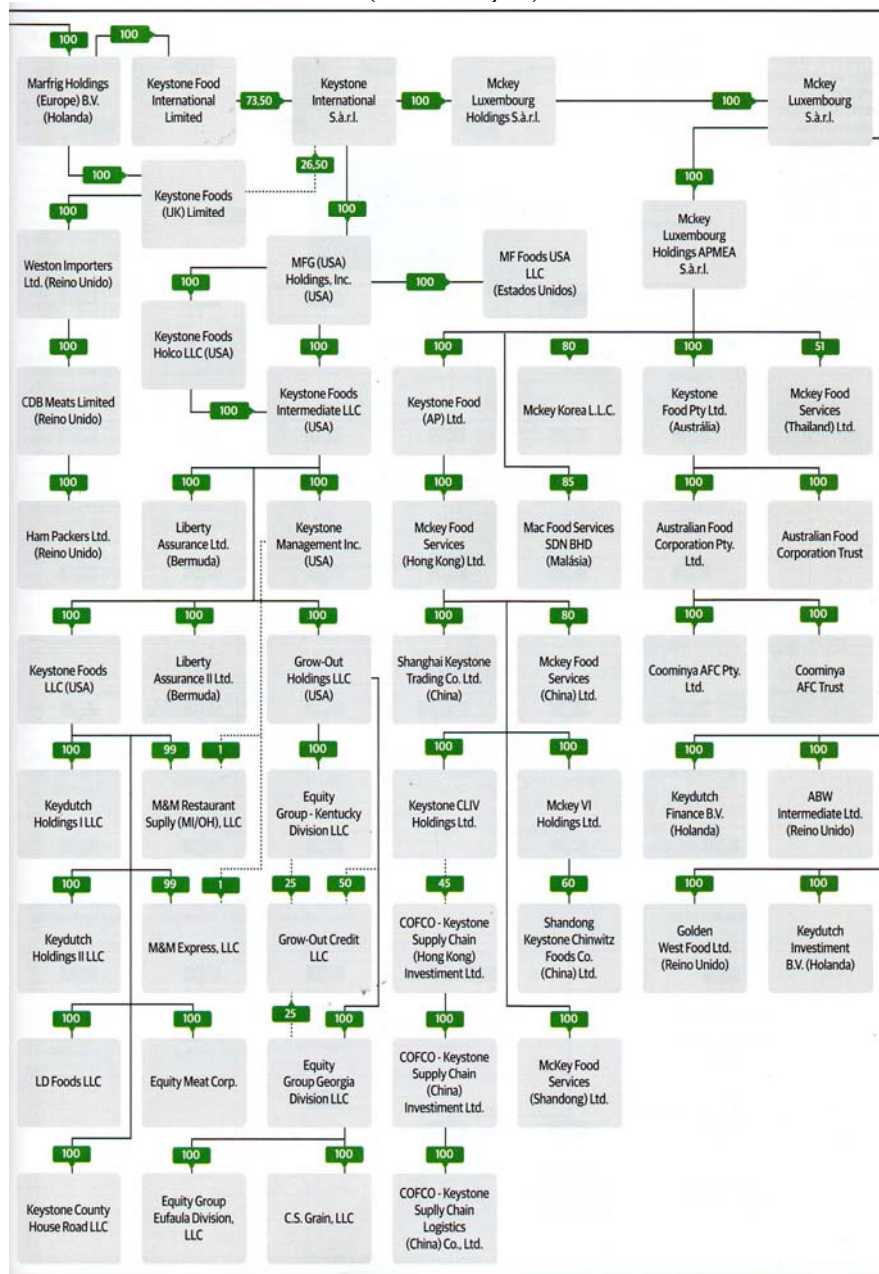
Receita bruta em 2015
 (R\$ milhões): 19.288,1
Posição no ranking: 40º
Origem do capital: Brasil
Controle: Privado
Setores de atividade:
 alimentos
Principais executivos:
 Martin Secco Arias
 (Dir. Presidente)
Endereço: Av. Quatroz
 Filho, 1.560 - Bloco 5 - sala
 301 - Vila Hamburguesa -
 São Paulo, SP
 05319-000
Telefone: (11) 3792-8600
 www.marfrig.com.br



Data do organograma: 18/11/2016, conforme o Formulário de Referência/CVM de 2016 (versão 12) de Marfrig Global Foods S.A.

(VALOR, 2016, p. 170)

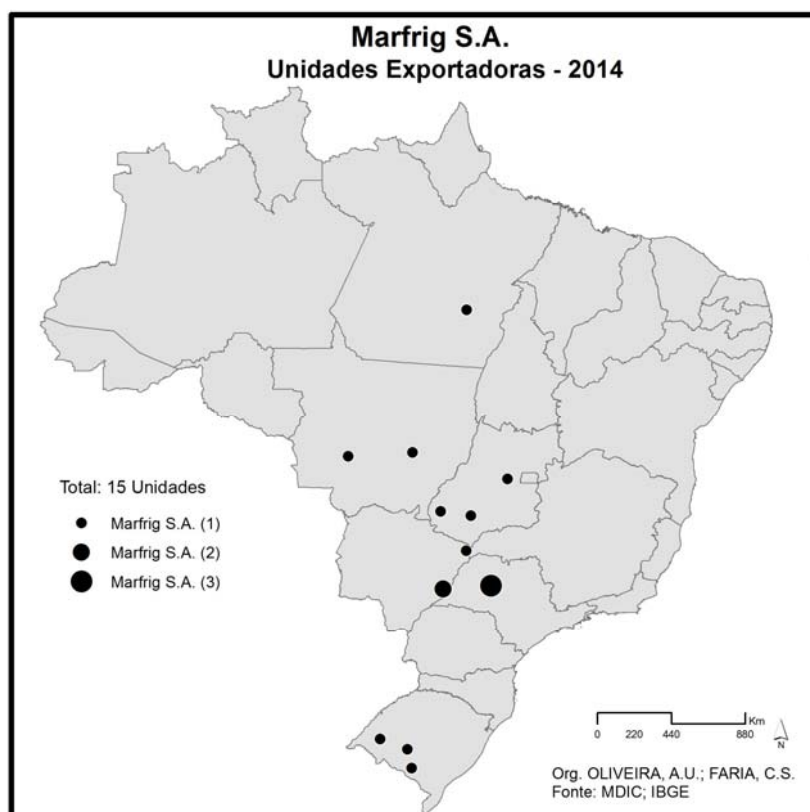
(continuação)



(VALOR, 2016, p. 171)

O mapa 31 a seguir traz as unidades exportadoras do Grupo Marfrig Global Foods em 2014.

Mapa 31

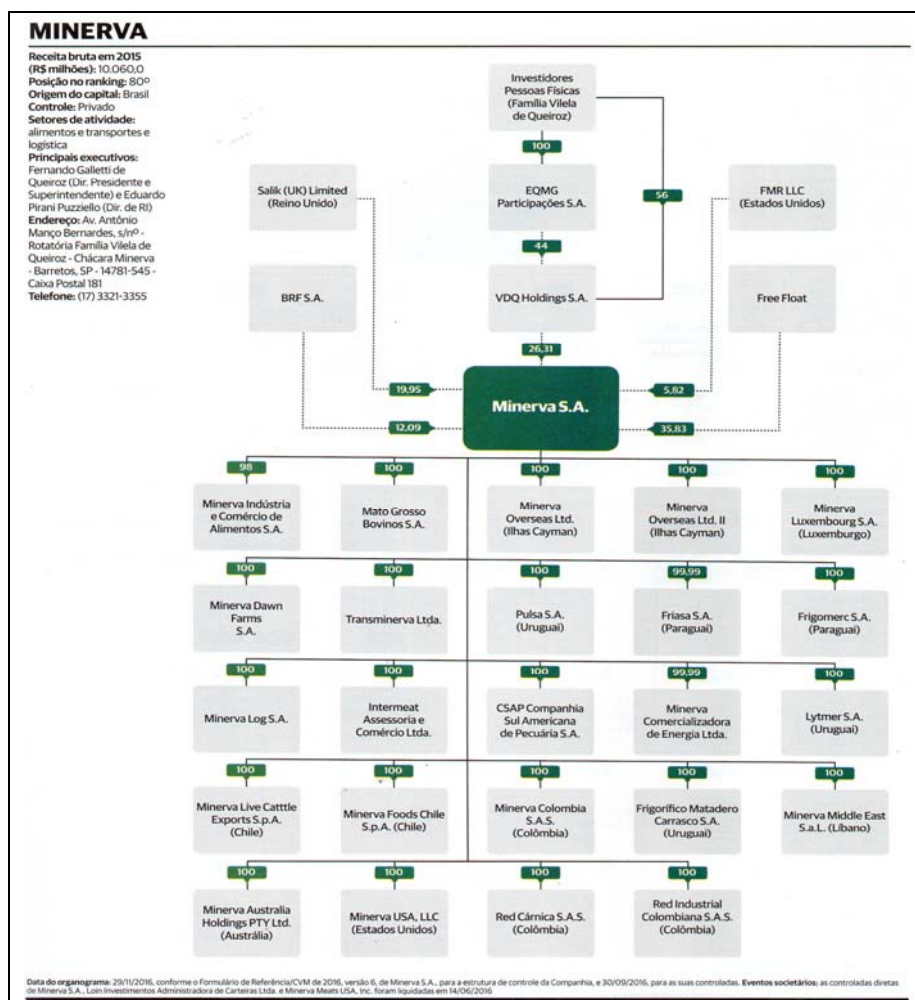


Minerva Foods S/A

O terceiro grupo econômico no segmento de carne bovina no país é a empresa monopolista Minerva Foods S/A. Trata-se de mais uma empresa nacional da família Vilela de Queiroz, que desde 1992, constituiu o grupo Minerva Foods. Tem capital aberto em bolsa e em 2016, era a família que tinha o controle acionário através da Vdq Holdings S/A (26,31%), Salic (UK) Limited (19,95%) fundada pelo rei da Arábia Saudita, BRF S/A (12,09%), Fmr Llc (5,82%) (Fmr Llc - Fidelity Management and Research ou Fidelity Investments é uma corporação multinacional norte-americana do setor financeiro) e outros (35,83%).

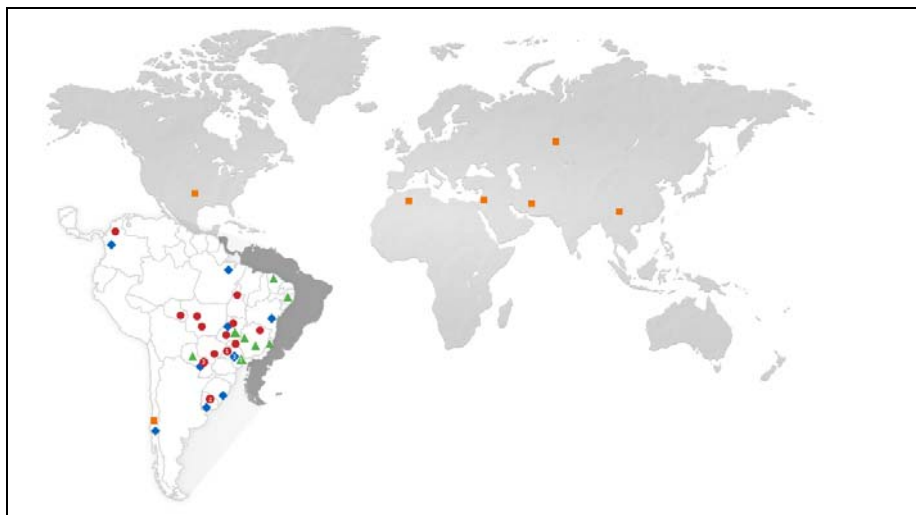
O Frigorífico Minerva é o maior exportador de gado vivo do país e o segundo maior exportador de carne, além de couro, processamento de proteínas bovina, suínas e aves. Formam o grupo Minerva, as empresas Minerva Casings, Minerva Biodiesel, Minerva Leather, Minerva Beef

Shop, Minerva Live Cattle Exports e Logística Minerva. Possui as seguintes unidades industriais no Brasil: Barretos/SP, Palmeiras de Goiás/GO, José Bonifácio/SP, Bataiporã/MS, Araraquara/SP, Araguaína/TO, Rolim de Moura/RO, Campina Verde/MG, Goianésia/GO e as duas unidades cujo controle acionário foi cedido pela BRF - Brasil Foods de Várzea Grande/MT e Mirassol d'Oeste/MT. Controla também, dois frigoríficos no Paraguai o Friasa e o Frigomerc e um no Uruguai, o frigorífico Pul. Em 2014, o Grupo Minerva comprou o Frigorífico Matadero Carrasco S/A no Uruguai por US\$37 milhões. Segue o organograma da Minerva.



(VALOR, 2016, p. 174)

Mapa 32 - Localização das unidades do Grupo Minerva Foods



- Unidades Industriais – Brasil: Araguaína/TO, Barretos/SP, José Bonifácio/SP, Batayporã/MS, Campina Verde/MG, Goianésia/GO, Janaúba/MG, Mirassol D'Oeste/MT, Palmeiras de Goiás/GO, Rolim de Moura/RO, Várzea Grande/MT; Paraguai - Assunção (3 unidades); Uruguai – Montevideo e Mel; e, Colômbia – Monteria.
- Escritórios internacionais – Argélia, Chile, China, Estados Unidos, Irã, Líbano e Rússia.
- ▲ Centros de Distribuição – Brasil - Aparecida de Goiânia/GO, Araraquara/SP, Belo Horizonte/MG, Fortaleza/CE, Recife/PE, São Paulo/SP, Uberlândia/MG, Viana/ES; Paraguai – Assunção.
- ◆ Negócios Relacionados: Brasil - Minerva Biodiesel em Palmeiras de Goiás/GO; Minerva Casings em José Bonifácio/SP; Minerva Fine Foods em Barretos/SP; Minerva Leather em Barretos/SP; Minerva Live Cattle Exports em Belém/PA, Ilhéus/BA e em Pelotas/RS; Chile - Minerva Live Cattle Exports em Osorno; Colômbia - Minerva Live Cattle Exports em Cartagena; Paraguai - Minerva Leather em Assunção; Uruguai - Minerva Live Cattle Exports em Montevideu.

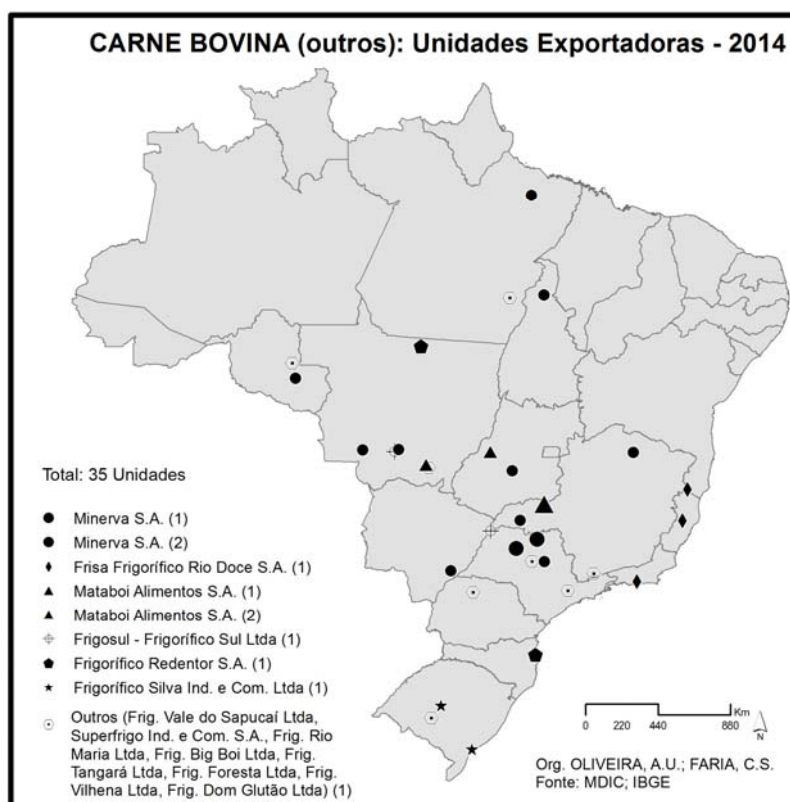
A gestora Saudi Agricultural and Liverstock Investment (Salic), constituída pelo reinado da Arábia Saudita, tornou-se acionista minoritária do Grupo Minerva em dezembro de 2015, que é o segundo maior exportador de carne bovina do Brasil. O fundo comprou 19,95% de participação da companhia (cerca de 48 milhões de ações) por R\$ 746 milhões. O mapa 33 a seguir traz as unidades exportadoras do Grupo Minerva S/A e outros frigoríficos nacionais em 2014.

Demais frigoríficos de bovinos

Além, destes três principais grupos monopolistas no setor de carne bovina, há também, os seguintes frigoríficos no país: Mataboi (unidades em Araguari/MG, Rondonópolis/MT, Araçatuba/SP, Santa Fé de Goiás/GO e Três Lagoas/MS, pertencente, desde o final de 2014, a holding JBJ de José Batista Junior, o Junior “Friboi” como é conhecido), Rodopa

Exportação de Alimentos e Logística Ltda - ex-Frigorífico Tatuibi (Ipuã/SP, Santa Fé do Sul/SP, Cassilândia I e II/MS, Sinop/MT e Goiás/GO), Vale Grande Indústria e Comércio de Alimentos S/A - Frialto (Sinop/MT, Matupá/MT, Nova Canaã do Norte/MT, Ji-Paraná/RO, e Iguatemi/MS), Frisa - Frigorífico Rio Doce S/A (Colatina I e II/ES, Nanuque/MG, Teixeira de Freitas/BA e Niterói/RJ), Frigol S/A (São Félix do Xingu/PA, Água Azul do Norte/PA e Lençóis Paulista/SP), Frigorífico Vangelio Mondelli Ltda (Bauru/SP), Cooperativa dos Produtores de Carne e Derivados de Gurupi/TO - Cooperfrigu (Gurupi/TO) e o Frigorífico Riosulense S/A (Rio do Sul/SC). No segmento de couros cabe ainda destacar a empresa Cascavel Couros Ltda localizada no município de Cascavel/PR.

Mapa 33



AgroExport Trading e Agronegócios S/A

A AgroExport Trading e Agronegócios S/A foi criada para atuar na logística e serviços agregados ao processo de exportação de animais vivos

para qualquer outro país, além da comercialização e exportação de produtos próprios e de terceiros como sêmen, embriões e equipamentos para agroindústrias. Tem matriz em Uberaba/MG e filial em Belém/PA. (AGROEXPORT, 2013)

4.2.10. As empresas mundiais monopolistas brasileiras no setor de carnes de aves e suínos

No setor de carnes de aves e suínos há também um processo de concentração de capitais de modo que, praticamente, duas empresas mundiais concentram, junto com poderosas cooperativas, quase todo o setor. De um lado o Grupo JBS através da JBS Aves S/A e da Seara Alimentos S/A, e de outro a BRF - Brasil Foods S/A.

BRF - Brasil Foods S/A

No setor de carnes de aves e suínos a BRF - Brasil Foods S/A tornou-se a maior empresa mundial. Formada pela fusão da Sadia S/A e Perdigão S/A, a empresa nasceu sob o signo na presença dos fundos de pensões das estatais. Ou seja, é necessário destacar que muitos desses processos de fusões, associações e aquisições foram feitas com a participação do BNDES e dos Fundos de Pensão dos trabalhadores das estatais brasileiras. Aliás, os fundos de pensões dos empregados das estatais têm se tornado proprietários de parte das ações de muitas empresas no Brasil, revelando sua dimensão capitalista. Assim, esta parte do proletariado tem interesse direto na lógica capitalista de produção desses empreendimentos onde são acionistas, às vezes, até tornando-se majoritários como é o caso da Vale S/A. Junto aos fundos de pensões de estatais estão os capitalistas nacionais e internacionais, bem como fundos de investimentos estrangeiros. A composição acionária da BRF apresenta a Previ — Caixa Previdência Funcionários Banco Do Brasil com 12,20%, Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social 12,10%, Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia 2,87%, Fundação Sistel de Seguridade Social 1,18%, Tarpon Investimentos S/A 8,02%, Blackrock Inc. 4,86%, Outros 58,46%, Ações Tesouraria 0,31%. Dessa forma, segundo o Relatório Anual de 2012 da empresa, a participação de estrangeiros no controle das ações representava 57,1% (Tarpon Investimentos S/A 8,02% e Blackrock Inc. 4,86% os majoritários e pulverizados em bolsas estavam outros 31% no Brasil e 13% em American Depositary Receipt (ADR) na Bolsa de New York), os fundos de pensões - PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, Fundação Telebrás de Seguridade Social - SISTEL, PETROS - Fundação

Petrobras de Seguridade Social, Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES, e, VALIA - Fundação Vale do Rio Doce - (BRASIL FOODS, 2013) tinham 28,35% e os demais investidores nacionais 14,24%. BMFBOVESPA, 2013 E BRFOODS, 2013)

"As duas empresas iniciaram suas atividades na década de 50 no estado de Santa Catarina, sendo que a Sadia fundada por Attilio Fontana em 7 de junho de 1944, na cidade de Concórdia, a partir da aquisição de um frigorífico em dificuldades denominado S/A Indústria e Comércio Concórdia. A partir do nome Sadia, que foi composto a partir das iniciais SA de "Sociedade Anônima" e das três últimas letras da palavra "Concórdia" e que virou marca registrada em 1947. A Perdigão foi fundada pelas famílias Brandalise e Ponzoni em 1934, na cidade de Videira, como Ponzoni, Brandalise e Cia, e permaneceu sob a administração da família Brandalise até setembro de 1994, quando o seu controle acionário foi vendido para um consórcio de Fundos de Pensão brasileiros.

(...) Na última década a Sadia e a Perdigão, fizeram três tentativas de associação, sendo que a primeira em 1999, a segunda em 2002 que obteve um êxito parcial, onde foi dado o nome para a associação de Brazilian Foods, a união comercial durou um ano e meio e foi desfeita. A terceira tentativa ocorreu em 2006 e mostrou-se a mais traumática e quase pôs fim a qualquer possibilidade de associação porque foi uma oferta hostil de compra da Perdigão por parte da Sadia. O caso arranhou a imagem da Sadia e, recentemente, acabou resultando na instauração do primeiro processo brasileiro por uso de informações privilegiadas na iniciativa privada. A tentativa de compra da Perdigão por parte da concorrente pode ser atribuída à capacidade de alavancagem financeira da Sadia. Apesar do mal-estar causado pela última tentativa, em dezembro de 2008, mais próxima ao Natal, o presidente do Conselho de Administração da Sadia, Luiz Fernando Furlan, teve o primeiro contato de uma conversação que duraria mais de cinco meses. Do outro lado da linha, Nildemar Secches, presidente do Conselho de Administração da Perdigão, abria o canal para a quarta tentativa de fusão das duas maiores empresas de alimentos do Brasil. Os anos de alavancagem financeira da Sadia transformaram-se num ônus com a crise de 2008 que foi levada em conta na distribuição das ações da Brasil Foods. A Sadia queria o controle da BRF detendo 45% das ações, tendo essa posição pelo fato da empresa ter uma receita operacional de R\$ 700 milhões e ser a dona de uma das mais valiosas marcas do país. Do outro lado, os Fundos de Pensão controladores da Perdigão não aceitaram e ofereceram 19%, após muitas negociações, o negócio foi concluído com 68% para a Perdigão e 32% para a Sadia." (SARASSA e ENGEL, 2013)

Com a fusão aprovada pelo CADE, a empresa teve que se desfazer de vários ativos, que foram alienados à Minerva S/A e a Seara S/A que pertencia a Marfrig S/A, depois vendida para a JBS S/A. Em termos de

impacto no mercado interno, a distribuição da participação passou a ser a seguinte (Quadro 45):

Em 2014, a BRF detinha 51,9% dos alimentos processados, 59% dos alimentos congelados, 50,5% das pizzas semi-prontas e, 57,8% das margarinas.

Quadro 45 - Participação % no mercado brasileiro

	Perdigão	Sadia	BRF S/A
Carnes Refrigeradas	25	28	53
Carnes Congeladas	34	36	70
Massas	38	50	88
Pizzas semi-prontas	34	33	67
Margarinas	18	30	48

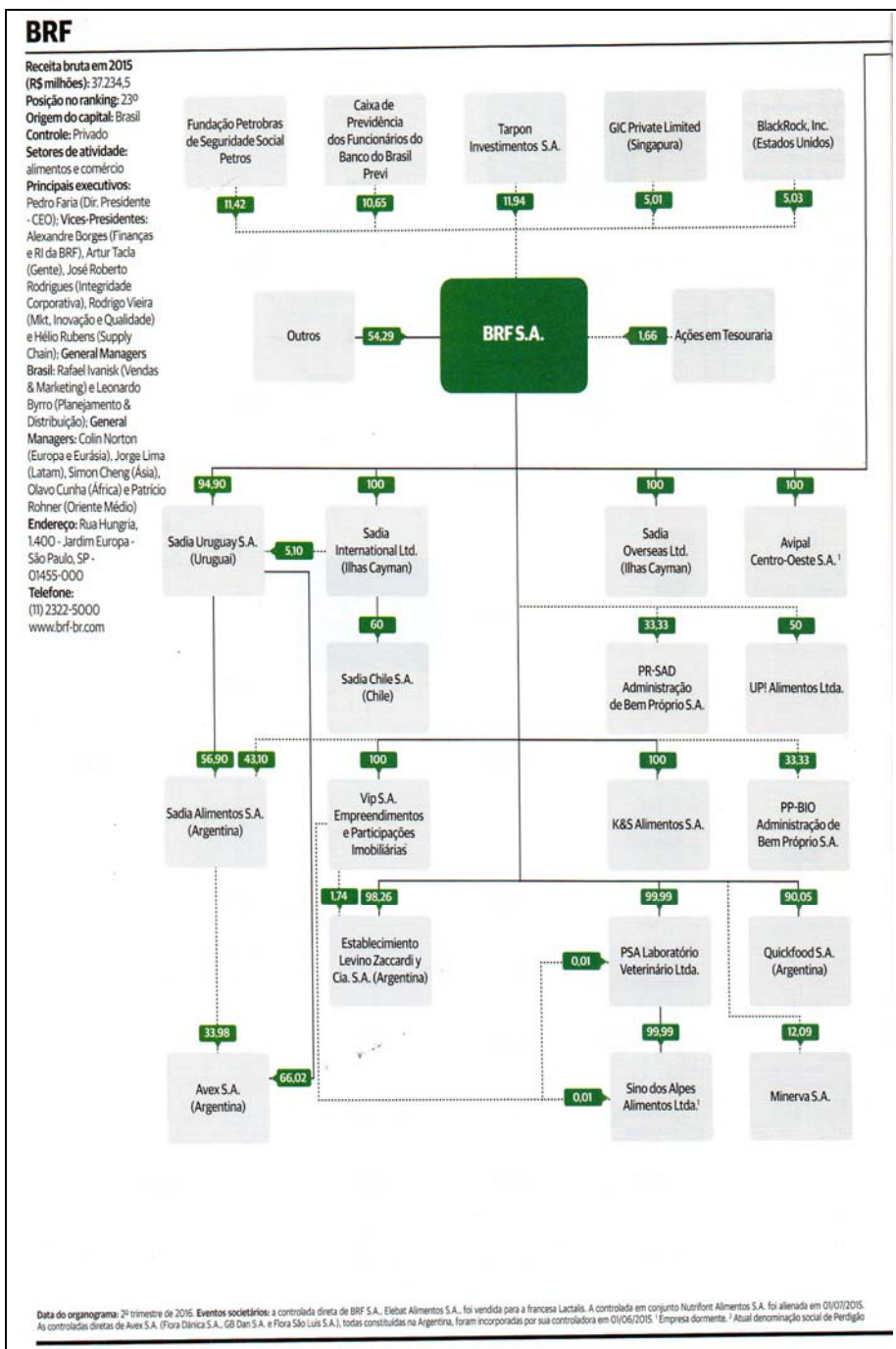
Fonte: Exame, 2009, p.06.

Dessa forma, sob as bençãos do Estado, formou-se mais uma empresa mundial selada pela aliança entre o capital internacional e o nacional. Ou seja, atualmente a BRF e a JBS formam as duas principais empresas monopolistas nos setores de carne de aves e suínos. A BRF possuía, segundo o Relatório Anual de 2012, trinta e três centros de distribuição, trinta e sete unidades industriais carnes, soja e industrializados e treze unidades industriais de lácteos. Suas unidades industriais estavam assim distribuídas territorialmente no país: vinte e cinco abatedouros de aves (Buriti Alegre/GO, Capinzal/SC, Carambei/PR, Céu Azul/SP* [* unidades de produção de propriedade de produtores terceirizados e por eles operadas, produzindo de acordo com as especificações da BRF S/A], Chapecó/SC (inclusive peru), Concórdia/SC, Dois Vizinhos/PR, Dourados/MS, Francisco Beltrão/PR (inclusive peru), Garibaldi/RS*, Jataí/GO, Lajeado/RS, Lajeado/RS*, Lucas do Rio Verde/MT, Marau/RS, Mineiros/GO, (peru e Chester®), Nova Marilândia/MT, Nova Mutum/MT, Rio Verde/GO, Serafina Corrêa/RS, Toledo/PR, Uberlândia/MG, (inclusive peru), Várzea Grande/MT, Videira/SC e Videira/SC (Sagrinco*); treze abatedouros de suínos (Chapecó/SC (Bugio Agropecuária/SC*), Campos Novos/SC, Caxias do Sul/RS, Concórdia/SC, Herval D'Oeste/SC, Lajeado/RS, Lucas do Rio Verde/MT, Marau/RS, Rio Verde/GO, Toledo/PR, Uberlândia/MG e Videira/SC (Sagrinco*); dezenove unidades de processamento de industrializados (Capinzal/SC, Chapecó/SC, Concórdia/SC, Herval D'Oeste/SC, Lajeado/RS, Lucas do Rio Verde/MT, Marau/RS, Mineiros/GO (peru e Chester®), Rio Verde/GO, Tatuí/SP, Toledo/PR, Uberlândia/MG, Várzea Grande/MT, Videira/SC, Vitória de Santo Antão/PE, Rio Verde/GO (tortas e massas), Ponta Grossa/PR (massas e sobremesas - Miss Daisy), Dois Vizinhos/PR (grãos) e Toledo/PR (óleo de soja); trinta e seis unidades de ração animal (Arroio do

Meio/RS, Bom Conselho/PE*, Camargo/RS*, Campos Novos/SC*, Campo Verde/MT, Carambeí/PR*, Castro/PR*, Catanduvas/SC, Caxias do Sul/RS*, Chapecó/SC, Chapecó/SC*, Concórdia/SC, Concórdia/SC*, Dois Vizinhos/PR, Dourados/MS, Faxinal dos Guedes/SC, Francisco Beltrão/PR, Francisco Beltrão/PR*, Garibaldi/RS*, Gaurama/RS, Guapiaçu/SP*, Içara/SC*, Jataí/GO, Lajeado/RS*, Lucas do Rio Verde/MT, Marau/RS, Nova Marilândia/MT, Nova Mutum/MT, Piraí do Sul/PR*, Porto Alegre/RS, Rio Verde/GO, Toledo/PR, Toledo/PR*, Uberlândia/MG, Uberlândia/MG*, Várzea Grande/MT e Videira/SC; vinte e duas incubadoras (Araucária/PR, Arroio do Meio/RS, Bom Conselho/PE*, Campo Verde/MT, Capinzal/SC, Castro/PR, Caxias do Sul/RS, Chapecó/SC, Concórdia/SC, Dois Vizinhos/PR, Dourados/MS, Faxinal dos Guedes/SC, Garibaldi/RS*, Jataí/GO, Lages/SC*, Lajeado/RS*, Lucas do Rio Verde/MT, Marau/RS, Nova Mutum/MT, Palmas/PR, Rio Claro/SP e Videira/SC; doze unidades de lácteos (Barra Mansa/RJ*, Bom Conselho/PE, Carambeí/PR, Concórdia/SC, Condessa/MG*, Ijuí/RS, Itumbiara/GO, Sabará/MG (Ravena), Santa Rosa/RS, Teutônia/RS, Terenos/MS e Três de Maio/RS; quatro unidades de soja e margarina (Paranaguá/PR, Dois Vizinhos/PR, Toledo/PR e Videira/SC. Segue o organograma da BRF.

Entre as onze unidades industriais no exterior estavam: queijos Levino Zaccardi Carlos Casares, Buenos Aires, Argentina; margarinas e processamento de óleos Danica Llavallol – Lomas de Zamora, Buenos Aires, Argentina; massas e tortas Danica Avellaneda, Buenos Aires, Argentina; molhos e maionese Danica Villa Mercedes, San Luis, Argentina; processamento de produtos industrializados Plusfood Oosterwolde, Frisland, Holanda e Plusfood Wrexham, Wales, UK; QuickFood San Jorge, Santa Fé, Argentina; QuickFood Baradero, Buenos Aires Argentina; Quickfood Martines, Buenos Aires, Argentina; Quickfood Arroyo Seco, Santa Fe, Argentina; Avex Rio Cuarto, Cordoba, Argentina; e, Alimentos Calchaqui também, na Argentina.

A BRF possuía também, em 2013, trinta e três centros de distribuição: Aparecida de Goiânia/GO, Belém/PA, Carambeí/PR, Cuiabá/MT, Duque de Caxias/RJ, Embu/SP, Embu/SP, Esteio/RS, ETP I Paranaguá/PR (exportação), ETP II Paranaguá/PR (exportação) Fortaleza/CE, Guadalupe/PI, Ijuí/RS, Itajai/SC, São Paulo/SP (Jaguaré), Jundiaí/SP, Manaus/AM, Marau/RS, Pavuna/RJ, Pinhais/PR, Pinhais/PR, Ponta Grossa/PR (exportação), Sabará/MG (Ravena), Ribeirão das Neves/MG, Rio Verde/GO, Salvador/BA, Santa Rosa/RS, São José dos Pinhais/PR, Teutônia/RS, Uberlândia/MG, Videira/SC, Vitória/ES e Vitória do Santo Antão/PE.



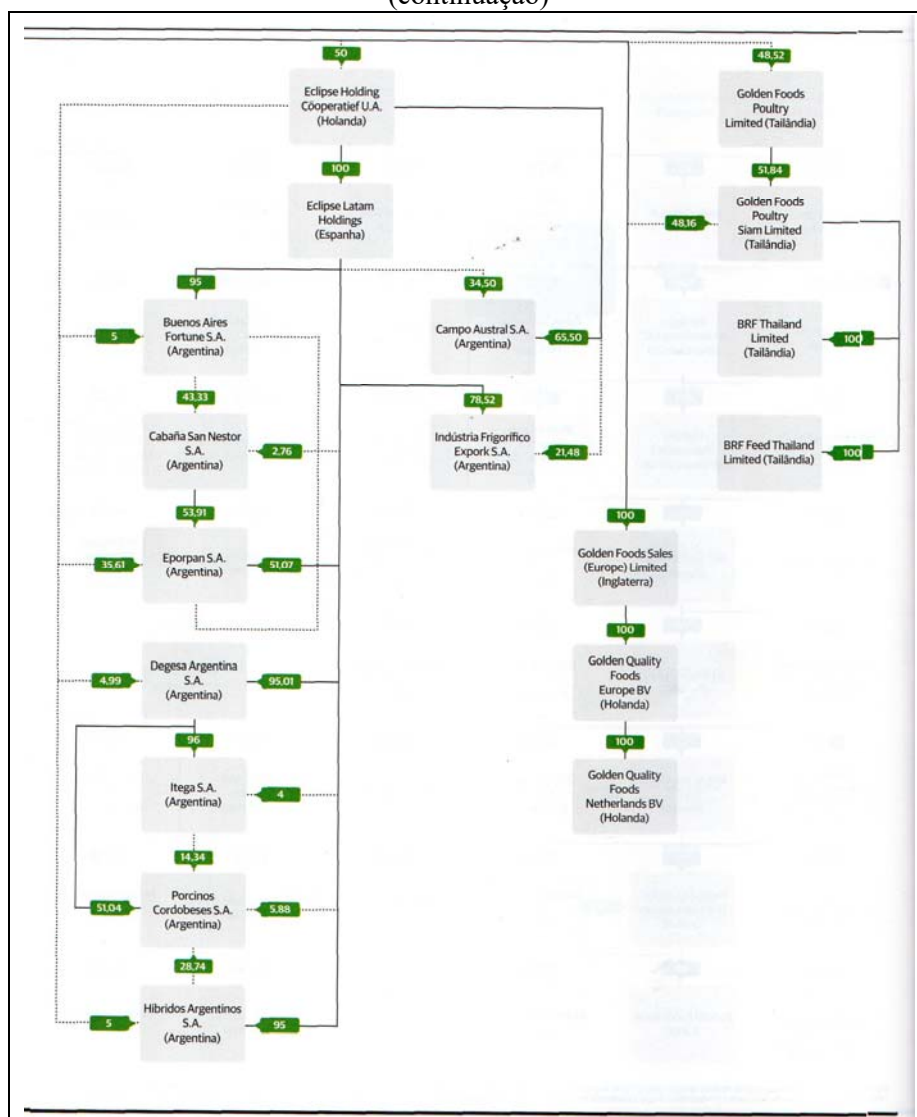
(VALOR, 2016, p. 136)

(continuação)



(VALOR, 2016, p. 137)

(continuação)



(VALOR, 2016, p. 138)

Entre as marcas que a BRF S/A detém estão: Sadia, Perdigão, Chester, Batavo, Elegê, Rezende, Confiança, Wilson, Fiesta, Miss Daisy, Qualy, Doriana e Becel (*joint venture* com a Unilever), Turma da Mônica (sob licença), Perdix, Hilal, Halal, Corcovado, Fazenda, Borella e Confidence.

Entre 2014 e 2015 a BRF mais do que duplicou o montante investido na internacionalização, com companhia ganhando ao menos até

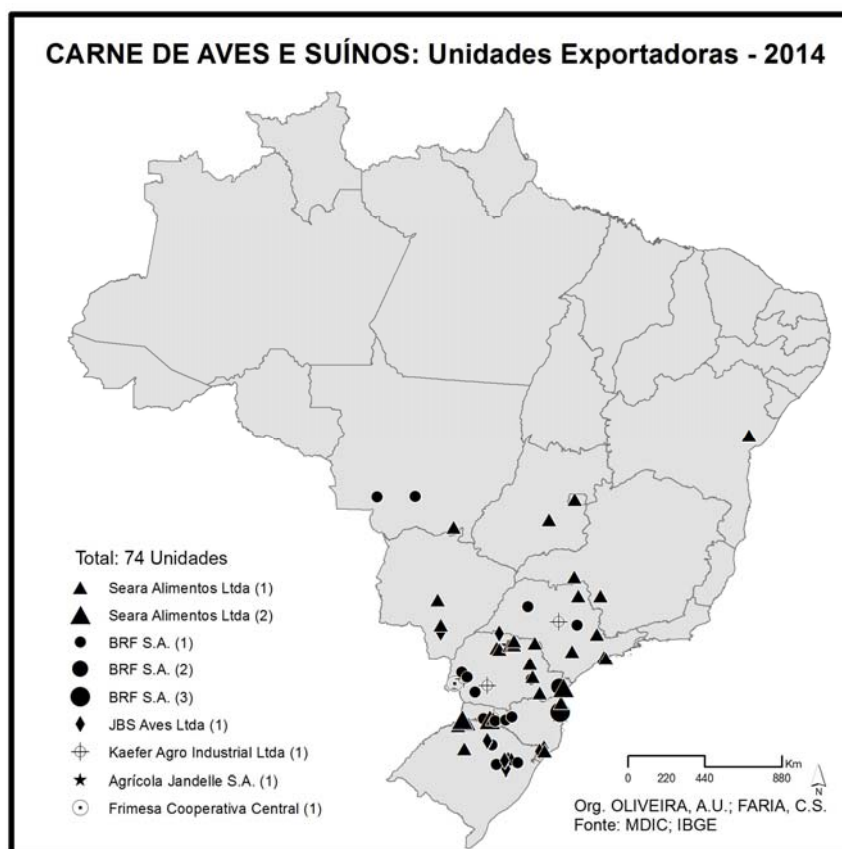
aqui. Em 2014 e 2015 a BRF: 17/02 – anunciou um acordo vinculante de US\$ 27,8 milhões para ampliação de sua participação na Federal Foods, dos Emirados Árabes, e, em 09/04 foi concluída a compra de 100% da empresa; 19/02 – anunciou outro termo vinculante para a aquisição de participação da AKF, do Sultanato de Omã, e, em 03/06 foi concluída a compra de 40% de participação por US\$27,4 milhões; 04/08 – anunciou oferta vinculante para a aquisição de participação na Alyasra Food Company do Kuwait, e, que foi concluída em 21/11 a aquisição de 75% da empresa por US\$120 milhões; em 26/08 – inaugurou fábrica nos Emirados Árabes Unidos; 19/12 – assinou memorando de entendimento para formar uma joint venture com a Indofood para explorar o negócio de aves e alimentos processados na Indonésia, com previsão de investimentos conjuntos de US\$200 milhões conjuntamente em três anos; 16/04 – anunciou contrato de joint venture em Cingapura ficando com 49% da distribuição de alimentos em um total de US\$19 milhões; 22/04 – firmou contrato com a Invicta para criar uma joint venture na área de distribuição de alimentos processados no Reino Unido, Irlanda e Escandinávia, onde ficou com 62% e pagou US\$18 milhões; 01/10 – anunciou a aquisição de sete marcas na Argentina, por US\$43,5 milhões, cuja transação foi concluída em 16/10; 05/10 – anunciou memorando de entendimentos vinculante com o Qatar Import e Export para a aquisição do negócio de distribuição de congelados pelo valor de US\$140 milhões; 02/12 – anunciou proposta vinculante com a argentina Pampa Agribussines, de US\$ 85 milhões, anunciou assinatura de memorando de entendimentos para aquisição da Universal Meats por US\$34 milhões, e, anunciou a aquisição da Golden Foods Siam, inclusive seus ativos na Tailândia e na Europa por US\$360 milhões. Essas aquisições devem elevar em US\$ 600 milhões o faturamento da BRF em 2016. A BRF em 2015 vendeu por R\$ 1,8 bilhão os ativos de lácteos para a francesa Lactalis. Em 2014, a receita líquida da empresa totalizou R\$ 29 bilhões.

O mapa 33 a seguir contém as unidades exportadoras de aves e suínos em 2014.

Pif Paf Alimentos

Atuam no segmento de carnes e aves, além das cooperativas que serão tratadas em unidade específica neste texto, empresas como a Pif Paf Alimentos. Trata-se de uma das dez maiores empresas brasileiras no setor de processamento de aves, suínos, massas e vegetais. Está há 44 anos no mercado, e atua nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e sul da Bahia. Tem sede em Belo Horizonte/MG, cinco unidades industriais e doze unidades produtivas fornecedoras de matéria-prima para a indústria – fábricas de ração, matrizeiros e incubatórios.

Mapa 33



As unidades estão instaladas nos municípios de Visconde do Rio Branco/MG, Viçosa/MG, Leopoldina/MG, Patrocínio/MG, Pará de Minas/MG, Pitangui/MG, São José da Varginha/MG, Paula Cândido/MG, Igaratinga/MG, Palmeiras de Goiás/GO e Paraúna/GO. São cinco os centros de distribuição: Contagem/MG, Araguari/MG, Jandira/SP, Rio de Janeiro/RJ e Vila Velha/ES. (PIFPAF, 2013)

Grupo ASA

Outra empresa do setor é o Grupo ASA, uma das principais empresas produtoras de ovos para incubação e de pintos de um dia do país (16 milhões de ovos férteis por mês). Atua na criação de aves (avós, matrizes e frangos de corte), suínos, ovinos, produção de rações,

armazenamento de grãos, abate, processamento e comercialização de alimentos.

"Em 1964, o empresário Aroldo Silva Amorim inicia uma pequena criação de aves em Brasília. (...) Em 1970, a família Amorim funda a empresa Só Frango, voltada para a criação e abate de aves. De 1982 a 1994, a empresa dá início ao trabalho de integração de aves (...), em 1994 as empresas Só Frango e Asa Alimentos se separaram. A Asa Alimentos trabalhava basicamente com a produção de ovos para incubação e pintinhos de um dia.

Todavia, em 1996, a indústria inicia produção própria de ração em sua fábrica recém-construída no Recanto das Emas (bairro do entorno do Distrito Federal). No ano 2000, a Asa Alimentos inicia a integração de frango de corte, a partir de suas granjas próprias, além da comercialização de frangos vivos. Em 2001, a empresa funda a Asa Norte Alimentos, no estado do Tocantins. Neste mesmo ano, a marca adquiriu 50% da marca Frango Norte, que já operava no abate de aves na cidade de Paraíso de Tocantins, e em 2002, começa a operar também em Nova Veneza, no Estado de Goiás. (...) em 2005 lançou a marca Bonasa, com uma ampla linha de produtos derivados de aves, além de industrializados diversificados, como linguiças, mortadelas, pratos prontos, pizzas e lasanhas." (ASA, 2013)

A empresa Asa Alimentos atua no Distrito Federal, Goiás, Tocantins e parte da região Norte no país.

Nutrisa S/A

A Nutrisa S/A é uma empresa do Grupo Tomazini fundada em 1993 e, em operação desde 1995. Iniciou com o abate de 30 mil aves/dia, em 1998 chegou a 90 mil aves/dia. A partir de 1998 opera com a marca FRIATO. Possui incubatório, fábrica de rações de aves, e granjas de matrizes com produção de 8 milhões de ovos férteis/mês. "Em 2011, a capacidade atual de abate de 200 mil aves/dia e 85 toneladas de produtos industrializados, atendendo os mercados do Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sudeste do país e também ao mercado externo como África, Ásia, Oriente Médio e Rússia." (FRIATO, 2013)

Alibem Comercial de Alimentos Ltda

A empresa Alibem Comercial de Alimentos Ltda também opera no setor de carnes de suínos e produtos industrializados. Pertence ao empresário Carlos Lee, de Taiwan. (ALIBEM, 2013)

Kaefer Agro Industrial Ltda

A Kaefer Agro Industrial Ltda é uma empresa pertencente ao Grupo Globoaves, que atua no Brasil na produção e comercialização de ovos férteis e pintos de corte de 01 dia, e também na produção e abate de frango. Trata-se de uma empresa da família Kaefer que começou com armazém de “secos e molhados”, e, "em 1976, foi formada a Globo Comércio e Representações, uma loja agropecuária que comercializava rações, suínos e pintainhos de um dia. Em 1978, a família adquiriu uma pequena granja para produção e engorda de suínos e em 1983 foi criada a Globoaves Comércio de Aves, voltada exclusivamente à compra e venda de pintainhos. Em 1985 foi fundada a Globoaves, principal empresa do grupo controlado pela holding Kaefer Administração e Participações, com atuação na avicultura, suinocultura, agricultura e pecuária". (GLOBO AVES, 2013) Possui granjas em Chapecó/SC e Brotas/SP, incubatórios nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, Rondônia, Bahia e Pernambuco, e, frigoríficos em Cascavel/PR, Lindóia do Sul/SC, Espigão do Oeste/RO, São Paulo/SP, um no Espírito Santo e, um frigorífico de suínos em Laranjeiras do Sul/PR. (CGN-UOL, 2013) O mapa 31 apresentado anteriormente contém as unidades exportadoras de aves e suínos em 2014.

Agrícola Jandelle S/A (grupo Big Frango)

A Agrícola Jandelle S/A é uma empresa do Grupo Big Frango com atuação global nos setores de alimentos, agronegócios e produtos inovadores com base em proteína animal. Tem sede em Rolândia/PR e suas atividades englobam desde o desenvolvimento de pintainhos, matrizes e frango de corte, fabricação, processamento e comercialização de produtos in natura, cortes temperados, embutidos e processados. (BIG FRANGO, 2013) Em novembro de 2014, o grupo foi vendido para a JBS aves do Grupo JBS. O mapa 31 apresentado anteriormente contém as unidades exportadoras de aves e suínos em 2014.

GT Foods Group (ex-Frangos Canção)

A GT Foods Group ex-Frangos Canção nasceu como uma empresa avícola que iniciou suas atividades em 1992, na região de Maringá/PR. Funcionava no sistema de produção integrada, e cresceu a partir da aquisição instalações do Abatedouro Maringá. Em 2009, comprou Gold Frango em Terra Boa/PR e, em 2011, a Mister Frango de Paranaíba/PR. Diversificou sua linha industrial através da operação com batatas e vegetais congelados, pescados e embutidos.

"O Grupo fechou o ano de 2014 com faturamento bruto de R\$ 1,4 bilhão ante R\$ 1,2 bilhão registrado em 2013. Os investimentos ditam o ritmo de crescimento da empresa, que incluiu a aquisição de dois novos negócios no ramo alimentício: a Fresh Foods, especializada em pratos prontos, e a Lorenz, que atua no comércio de condimentos, conservas, achocolatados, entre outros. A indústria também adquiriu 50% da Chef Foods, fábrica de pão de queijo e produtos congelados. Criado em 2011, o Grupo GTFoods também detém as marcas Canção Alimentos, Frangos Canção, Gold Frango, Mister Frango e Bellaves. A cadeia produtiva é composta por 4 fábricas de ração e 2 de farinha e óleo, 5 unidades de matrizes de recria e 11 de matrizes de produção, além de 1 incubatório e 4 abatedouros. Nesse ramo, muitas etapas do processo (como corte e revisão de produtos) são executadas manualmente. Assim, o Grupo conta com cerca de 9.000 colaboradores. Para atender a essa estrutura, muitas vezes são recrutadas pessoas de outros estados e até de outros países." (GTFOODS, 2015)

Nas regiões de maior concentração das indústrias de carnes do país, a carência de trabalhadores face aos baixos salários, tem levado ao recrutamento de trabalhadores de outros países. Esse processo traz consigo o incentivo da imigração de haitianos e africanos. A repórter Vanessa Jurgenfeld do jornal Valor Econômico produziu a matéria a seguir para a edição de 12/02/2014:

"Estrangeiros se tornam alternativa para falta de mão de obra no Sul. Empresas brasileiras estão recorrendo ao uso de mão de obra pouco comum no país para enfrentar o cenário de mercado de trabalho aquecido e taxa de desemprego em nível recorde de baixa. Argentinos, haitianos, índios e presos em regime semiaberto estão sendo empregados como uma solução para a "escassez" de trabalhadores, principalmente para atividades braçais, em que os salários não passam de R\$ 1,5 mil. No Sul do país, o Valor encontrou algumas dessas mudanças em visitas a municípios distantes das capitais e com atividades predominantemente agrícolas ou agropecuárias, que convivem há mais tempo com outras dificuldades de mão de obra, como a saída de jovens do campo rumo a grandes centros urbanos. (...) Em Chapecó (SC), haitianos que entraram no Brasil pelo Acre agora estão trabalhando em frigoríficos (...) Os haitianos recebem, em média, R\$ 1,2 mil de salário em Chapecó. Os haitianos recebem todos os direitos trabalhistas e o mesmo salário de brasileiros que exercem a mesma função. Parte das atividades que os haitianos executam possui um adicional de insalubridade, como quando trabalham em temperaturas abaixo de zero em algumas áreas dos frigoríficos. No ano passado, a Coopercentral Aurora começou a buscar haitianos no Acre e também intensificou a contratação de índios e presidiários. Hoje, são 320 haitianos. No mês que vem, dois ônibus devem ser enviados ao Acre para buscar mais um grupo. Segundo a empresa, o custo de trazer cada haitiano fica entre R\$ 1,8 mil e R\$ 2 mil. Além dos haitianos, trabalham

na Aurora 800 índios e 34 presos. Além disso, há 220 ônibus para transportar trabalhadores de cidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. "Hoje, se você abre uma vaga, tem que ir atrás do pessoal. Se não fizermos isso, ficamos meses com a vaga em aberto", diz o presidente da Aurora, Mário Lanznaster. Atualmente, a Aurora calcula que teria vagas para mais mil pessoas nas funções de produção. (...) Dados do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, indicam que o Sul é a região que mais abriga haitianos com carteira de trabalho assinada, quando analisados os dados de 1º de janeiro de 2010 até 30 de setembro de 2013, os mais recentes disponíveis. De 12.352 haitianos que tiveram carteiras de trabalho emitidas, 5.670 estão de fato trabalhando, sendo 1.275 no Paraná, 1.020 no Rio Grande do Sul e 971 em Santa Catarina. As estimativas não oficiais indicam a presença de 20 mil haitianos trabalhando no país (com e sem carteira de trabalho)." (VALOR ECONÔMICO, 2014)
(Sem grifo no original)

Em agosto de 2016 a empresa entrou com pedido de recuperação judicial devido ao aumento dos preços dos produtos básicos da ração avícola como o milho e a soja.

4.2.11. As empresas mundiais monopolistas brasileiras *trading* no setor do café e lácteos

Há várias empresas mundiais *trading* no setor do café, disputando com aquelas de capital estrangeiro o controle do setor.

Companhia Cacique de Café Solúvel

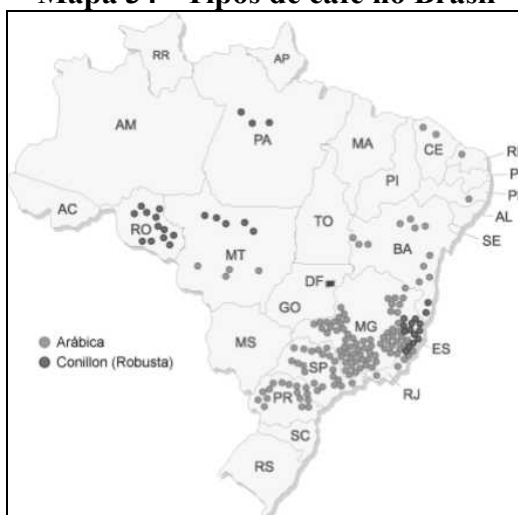
Outra empresa nacional que opera no segmento do café é Companhia Cacique de Café Solúvel. Trata-se de uma empresa criada em 1959, que tem capital aberto em bolsa entre seus principais acionistas estão Horácio Sabino Coimbra Comércio Participações Ltda 85%, Safra Nat Bank Of New York 8,07% e outros 6,93%. A empresa teve como primeiro produto o café solúvel tipo spray e depois granulado. Em 1970, a Cacique assinou contrato com Edson Arantes do Nascimento, assumindo a marca Pelé.

Unicafé Companhia de Comércio Exterior

No setor do café deve ser destacado entre as empresas mundiais brasileiras a Unicafé Companhia de Comércio Exterior. A empresa opera desde o plantio, classificação, preparação dos grãos, e exportação. A empresa possui fazenda Galiléia, no Espírito Santo, onde plantou três milhões de pés de café. "Nas áreas onde o plantio não é recomendado, mais

de 700 mil pés de eucalipto fazem parte de uma grande reserva florestal." Em Minas Gerais, a empresa diversificou ainda mais, pois combinou o café com a criação de gado de corte. (UNICAFÉ, 2013) A empresa possui armazéns em Vitória da Conquista/BA, Manhumirim/MG, Varginha/MG, Vitória/ES e Londrina/PR. O mapa 34 trás os dois diferentes tipos de café cultivados no Brasil.

Mapa 34 - Tipos de café no Brasil



Fonte: Conab

Exportadora de Café Guaxupé Ltda

A Exportadora de Café Guaxupé Ltda foi fundada em 1970, por Olavo Barbosa. Porém, desde 1951, operava através do Armazém de Guaxupé, como comerciante e exportador. Em 1958, comprou a primeira fazenda de café. Exporta, em média, 800.000 sacas de café anuais para 27 países. O Grupo Olavo Barbosa também é o maior produtor de leite tipo A do Brasil, com 60.000 litros produzidos diariamente. Sua marca, o Leite Fazenda Bela Vista, criada em 1987, é referencia nacional de qualidade.

O grupo possui atualmente onze fazendas de café:

"A Fazenda Arinel foi fundada em 1980, em Guaranésia, Minas Gerais. A propriedade dedica aproximadamente 200 hectares de sua área a produção de cafés das variedades Mundo Novo e Catuaí. A fazenda produz 5.500 sacas de café anualmente, com produtividades medias que passam de 30 sacas/ha. A Arinel possui 75 hectares de área de proteção a fauna e flora nativas. A Fazenda Bela Vista produz 3.200 sacas de café em cerca de 100 hectares. São cafés Arábica das variedades Mundo Novo, Catuaí, Tupy, Obatã e Catucaí. A maior parte da colheita ainda é manual, mas a colheita mecânica já vem sendo utilizada em 30% das

plantações. A Fazenda Brejão possui 800 hectares de área, dos quais 300 hectares são cultivados com café. Localizada em Arceburgo, em Minas Gerais, a fazenda produz apenas cafés Arábica, das variedades Catuaí, Mundo Novo, Catucaí, Obatã e Icatu. São 7.000 sacas de café produzidas anualmente, usando-se o método natural (80% da produção) e o sistema cereja descascado (20%). Além de possuir mais de 90 hectares de área de preservação permanente, a Brejão planta ipês de diversas cores. A Fazenda Santa Helena está localizada em São Pedro da União, um pequeno município do sul de Minas Gerais. São cerca de 100 hectares cultivados com café, em altitudes acima de 1.000 metros, o que propicia a produção de cafés de qualidade diferenciada. A fazenda produz 3.000 sacas, das variedades Mundo Novo, Catuaí, Bourbon e Obatã. O terreno pouco ondulado permite que 70% da colheita seja mecanizada. Localizada em Mococa, estado de São Paulo, a Fazenda Santa Maria do Igarai data de 1982. Sua topografia plana permite que 95% da propriedade seja mecanizada. A fazenda possui 500 hectares, sendo 150 dedicados ao café, com produção anual de 3.000 sacas. As plantações, situadas a 800 metros de altitude, são cultivadas com Mundo Novo, Catuaí e Icatu. A maior parte da produção é de café natural, enquanto o cereja descascado compõe 20% do total. A Fazenda São José é uma das maiores e mais importantes do grupo. Com mais de 2.600 hectares. Em seu terreno montanhoso, 330 hectares são cultivados com café Arábica, das variedades Mundo Novo, Catuaí e Bourbon. A produção anual chega a 8.000 sacas, processadas pelos métodos natural (85%) e cereja descascado (15%). A São José emprega 374 pessoas, sendo que há 108 famílias residindo na propriedade, no município de Tapiratiba, São Paulo. A Fazenda São José também se dedica à produção de leite; é hoje a maior produtora de leite tipo A do Brasil, com 60.000 litros da marca Leite Fazenda Bela Vista produzidos ao dia. A Fazenda São Manoel, localizada em Arceburgo, Minas Gerais, tem mais de 800 hectares, sendo 300 hectares com café. A topografia plana e levemente ondulada da área possibilita a mecanização de praticamente todas as lavouras de café. A produção chega a 8.000 sacas anualmente, das variedades Mundo Novo, Catuaí, Tupy e Icatu. A fazenda emprega mais de 50 pessoas e 22 famílias residem no local. A São Manoel possui quase 100 hectares de mata nativa protegida. A fazenda São Pedro está localizada no município de Tapiratiba, na região Mogiana do estado de São Paulo. Situada em um terreno montanhoso, com altitudes entre 700 e 1000 metros de altitude, a fazenda é banhada por dois dos principais rios da região: o rio Pardo e o Guaxupé. Dos 830 hectares da propriedade, mais de 190 são cultivados com café Arábica, das variedades Catuaí, Tupy, Mundo Novo, Obatã, Paraíso e Catucaí. A São Pedro produz em torno de 5.700 sacas de café anualmente, com produtividades médias acima de 30 sacas/ha. A maior parte da produção é de naturais (80%), sendo o restante processado como cereja descascado. A Fazenda São Pedro tem 200 hectares protegidos, com mata bastante preservada. A fazenda emprega 38 funcionários

permanentes, com 15 famílias residindo no local. Além de café, a fazenda também cria gado Girolando para a comercialização de novilhos. A Fazenda São Vicente está localizada em Guaxupé, sul de Minas Gerais. Fundada em 1965, a propriedade está numa área com altitudes superiores a 1.000 metros e clima ameno, o que favorece a produção de cafés de alta qualidade. São 150 hectares cultivados com Arábica das variedades Catuaí, Icatu, Mundo Novo, Tupy e Paraíso. Atualmente 85% da produção de 4.500 sacas é processada pelo sistema natural e 15% pelo método cereja descascado. A Fazenda Serra Nova está localizada em Guaxupé, região sul de Minas Gerais. Suas plantações de café se espalham por 150 hectares de uma área suavemente ondulada, entre 800 e 1.000 metros de altitude. A Serra Nova produz em torno de 4.500 sacas de café, anualmente, das variedades Mundo Novo, Catuaí, Catucaí, além de Icatu, Tupy e Obatã em menores proporções. A maior parte da produção é processada pela via natural, mas o método cereja descascado também é adotado. Hoje 40% da colheita de café da Serra Nova é mecanizada. O grupo possui também, um conjunto de sete pequenas propriedades, localizadas nas montanhas, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, próximos a Guaxupé, Muzambinho e Tapiratiba. Juntos, estes sítios produzem 4.400 sacas de café, ao largo de uma área total de quase 180 hectares. As lavouras de Mundo Novo, Catuaí, Icatu, Catucaí e Paraíso se encontram a 1.000 metros de altitude, em uma área de terras férteis e clima ameno. Dada a inclinação do terreno, grande parte da colheita é manual. Após colhidos, os cafés são processados pelos métodos natural e cereja descascado." (GUAXUPÉ, 2013)

A Exportadora de Café Guaxupé tem uma estrutura completa para recebimento, processamento, armazenamento, transporte e exportação de café. Seu armazém fica na cidade de Guaxupé/MG, com capacidade para armazenar até 1 milhão de sacas, e o transporte, é feito em containers. A Exportadora tem inclusive, uma unidade de despacho aduaneiro em Guaxupé, autorizada pela Receita Federal, permitindo que container com o café saia da cidade com destino ao porto de Santos já lacrada.

Rio Doce Café S/A Importadora e Exportadora (Grupo Ricafé)

A empresa Rio Doce Café S/A Importadora e Exportadora é uma empresa do Grupo Ricafé que opera como empresa exportadora com atuação no mercado interno e externo. Tem sede em Santos/SP e filiais em Varginha/MG e Vitória/ES. Exporta cafés arábicas das regiões do Cerrado, Sul de Minas e Zona da Mata de Minas Gerais, cafés do estado de São Paulo e os arábicas e conilons do estado do Espírito Santo. A empresa nasceu em 1965, formada por um grupo de cafeicultores do norte do Estado do Espírito Santo.

Cocam Cia de Café Solúvel e Derivados Ltda

A Cocam Cia de Café Solúvel e Derivados Ltda possui duas fábricas em Catanduva/SP, e, é a única indústria de descafeinar café verde no país, obtendo a cafeína anidra purificada. (COCAM, 2013) Iniciou suas operações em 1970, e "de acordo com Lima (1982), as parcerias começaram em 1970, quando o Conde Chiquinho fundou em parceria com a empresa alemã Theodor Wille, a COCAM – fabricante de café solúvel, em Catanduva (SP)." (LIMA, 1982) Atualmente, é controlada pela PPBV - Participações em Sociedades e Administração Ltda. e URSA Participações Ltda., de propriedade de Patrícia Cartaxo Silva, Paulo Sergio Portugal Graciano e Vicente Chiavolotti.

Grupo Branco Peres

O grupo Branco Peres que atua nos setores sucroenergético e de citrus, tem também, empreendimento no segmento do café. Atua através da empresa do grupo Cia Mineira de Armazéns Gerais em Varginha/MG, responsável pelo armazenamento e beneficiamento do café. O grupo é também, detentor da marca Café do Centro. (BRANCO PERES, 2013)

Atlântica Exportação e Importação Ltda

A Atlântica Exportação e Importação Ltda é uma das principais exportadoras de café em grão verde, do Brasil. Pertence ao Grupo Montesanto Tavares e opera com cafés arábica e conilon, do Cerrado, Mogiana, Sul de Minas, Chapadas, Matas de Minas e Bahia. (ATLÂNTICA, 2013)

Custódio Forzza Comércio e Exportação Ltda

A empresa Custódio Forzza Comércio e Exportação Ltda também, atua no segmento de comércio e exportação de café, além de comercializar cacau em amêndoas. Sua matriz fica em Colatina/ES. (FORZZA, 2013)

Tangará Importadora e Exportadora S/A

Atua no segmento de lácteos a empresa Tangará Importadora e Exportadora S/A. Conhecida como Tangará Foods tem três atividades: indústria de lácteos e derivados, armazém e uma câmara frigorificada. A empresa está instalada em Vila Velha/ES, Estrela/RS, Belo Horizonte/MG, Varginha/MG, Manhuaçu/MG e São Paulo/SP. (TANGARÁ FOODS, 2013)

CBL Alimentos S/A

A CBL Alimentos possui cinco unidades industriais no Ceará, Pernambuco, Paraíba e Sergipe, oito Centros de Distribuição, 1.800 colaboradores e 3.500 produtores de leite por todo o Nordeste. Produz: leites pasteurizados, leites longa vida, bebidas lácteas, iogurtes, queijos, requeijões, doce de leite, leite em pó, creme de leite e leite condensado. Domina as marcas: Betânia, Lebom, Jaguaribe, Cilpe e Latimilk.

4.2.12. As empresas mundiais monopolistas brasileiras *trading* no setor do tabaco

Existem várias empresas nacionais que atuam com *trading* no setor de exportação de tabaco.

Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos Ltda

O segmento do tabaco no Brasil possui também, empresas nacionais que atuam na comercialização e exportação. A Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos Ltda é uma empresa nacional do segmento do tabaco que começou suas atividades em 1991 em Venâncio Aires/RS integrando cerca de seis mil camponeses da região. A empresa Premium Tabacos do Brasil Ltda foi constituída em Santa Cruz do Sul/RS em 2002. Atua no formato da integração subordinando mais de cinco mil camponeses produtores de tabaco na Região Sul do país.

ATC - Associated Tobacco Company (Brasil) Ltda

ATC - Associated Tobacco Company (Brasil) Ltda é outra empresa no segmento do tabaco que tem sede em Santa Cruz do Sul/RS, e, é apresentada em seu *site* como "uma empresa de tabaco independente com unidades no Brasil, China, Índia, Indonésia e Reino Unido. A Associated Tobacco Company não tem nenhuma filiação ou investimento com nenhuma outra organização ou investidor privado. Subsidiária da Associated Tobacco Company Ltd. foi criada em 1997, iniciou suas operações no município de Venâncio Aires, se transferiu para a margem da BR 471, no Distrito Industrial, onde ergueu uma moderna fábrica de beneficiamento de fumo." (ATCTOB, 2013)

Industrial Boettcher de Tabacos Ltda

A empresa Industrial Boettcher de Tabacos Ltda foi fundada em

1967, pela família de Adolfo Boettcher. Está instalada no município de Sinimbu/RS e destaca-se pela comercialização do tabaco *in-natura* para o mercado interno nacional. (ACI-SCS, 2013)

Intab - Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda

A Intab - Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda está localizada em Vale do Sol/RS e foi formada por Edmundo Albers, Norberto Kist, Rene Seibert, Armindo Losekann e Darci Fischborn, ex-integrantes da Verafumos, com o objetivo de produzir tabaco desfiado. Em 2003, inauguraram a unidade de Turvo/SC, em 2008, chegou a Agronômica/SC, e, em 2010, em Canoinhas/SC. Conta com mais de oito mil camponeses integrados em 150 municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. (INTAB, 2013)

Tabacos Marasca Ltda

A Tabacos Marasca Ltda é outra empresa nacional do segmento do tabaco. É uma empresa familiar constituída em 1996 em Cerro Grande do Sul/RS para atuar no ramo de compra e comercialização da folha verde. Em 2002, a empresa adquiriu um armazém em Venâncio Aires/RS, onde está sua sede. (TABACOS MARASCA, 2013)

Tabacos Novo Horizonte Ltda

A Tabacos Novo Horizonte Ltda nasceu da aquisição dos bens ativos da empresa Interfumos - Indústria e Comércio de Fumos Ltda de Venâncio Aires/RS, pela empresa Valesul Brasil Tabacos de Santa Cruz do Sul/RS. Assim, a empresa passou a se denominar Tabacos Novo Horizonte Ltda (TNH) voltando-se exclusivamente para o mercado externo. A empresa tem parceria de vendas com o grupo J E Barker e Hail & Cotton, dos Estados Unidos, e, atua nos principais mercados mundiais: Estados Unidos, Holanda, Itália, Indonésia, China, Argentina e África. (FOUR COMUNICAÇÃO, 2013)

Unifumo Brasil Ltda

Outra empresa do segmento é a Unifumo Brasil Ltda. Tem sua matriz em Pouso Redondo/SC, e começou a operar em 2001 na compra e venda de tabaco em folha cru, quando abriu também, sua filial de Passo do Sobrado/RS. (UNIFUMO, 2013) Há também atuando no segmento do tabaco, a empresa Sul América Tabacos Ltda em Rio Pardo/RS.

4.2.13. As cooperativas nacionais como empresas mundiais monopolistas

O quadro 46, a seguir, contém o *ranking* das cooperativas classificadas entre as 400 maiores empresas do agronegócio segundo a revista Exame - Melhores & Maiores de 2014. Várias delas ocupam posição de destaque à frente de multinacionais e empresas nacionais.

No Brasil, portanto, há também, cooperativas que atuam de forma monopolista em escala mundial. A seguir, serão apresentadas as quinze principais.

Coamo Agroindustrial Cooperativa de Campo Mourão/PR

Entre elas está a Coamo Agroindustrial Cooperativa de Campo Mourão/PR (1º lugar no país) que ocupou o 9º lugar no *ranking* Exame das 400 maiores do agronegócio no Brasil em 2014. Fundada em 1970, nasceu como Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda, com 79 agricultores associados subscrevendo a ata de fundação. Passou a atuar no crescimento da produção de trigo na região. Em 1974, construiu entrepostos em Engenheiro Beltrão/PR e Mamborê/PR, e um ano depois instalou a sua Fazenda Experimental, a loja de peças e implantou o seu moinho de trigo. A partir dos anos 80 implantou indústrias de óleo de soja e fiação de algodão, e, em 2000, a de margarina. Em 2002, arrendou a indústria de processamento de soja da Braswey, em Maringá/PR. A Coamo tem quatro esmagadoras (duas são próprias), com capacidade para esmagar 4,5 mil toneladas de soja por dia. Atualmente, a cooperativa atua em 67 municípios nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul com 116 unidades para atender 26 mil cooperados. Foi responsável em 2013, por movimentar 3,6% de toda a produção nacional de grãos e fibras e 17% da safra do estado do Paraná.

Recebeu neste ano 6,8 milhões de toneladas de produtos agrícolas, onde a soja é o principal, seguida pelo milho, trigo, café e etc. seu parque fabril possui indústria de esmagamento de soja, fábrica de margarinas e gorduras vegetais, indústria de óleo de soja refinado, fiações de algodão, moinho de trigo e torrefação e moagem de café. Em Paranaguá/PR fica o terminal marítimo da cooperativa, que ocupou em 2013, a 33ª maior exportadora do país e a 2ª do Paraná no *ranking* de exportação. A cooperativa é detentora das marcas: Coamo, Alimentos Coamo, Primê, Café Sollus e Café Dualis. (COAMO, 2013)

O mapa 35 a seguir contém as unidades exportadoras em 2014 da cooperativa.

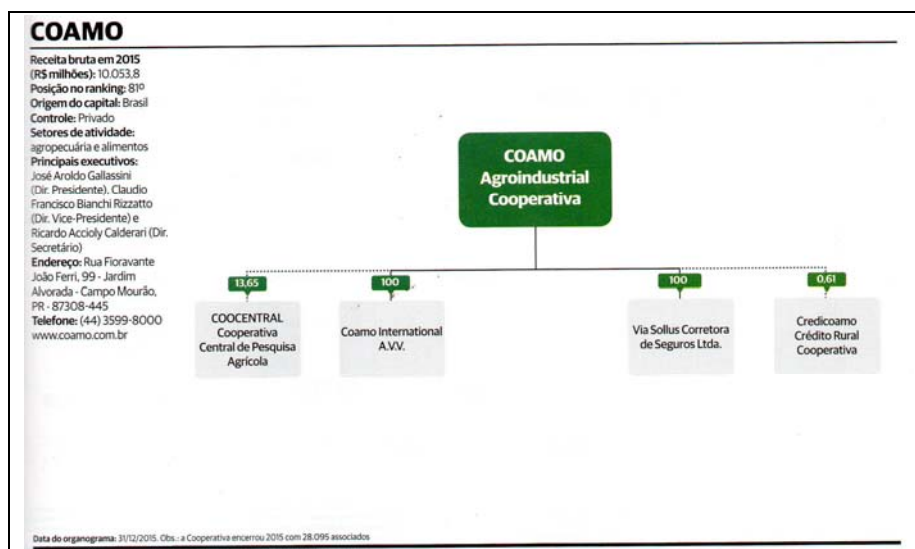
Quadro 46 - Brasil - Ranking das Cooperativas - 2014

RANKING	RANKING	COOPERATIVA	MUNICÍPIO	RANKING	RANKING	COOPERATIVA	MUNICÍPIO
COOPER	EXAME			COOPER	EXAME		
1	9	Coamo	Campo Mourão/PR	26	179	Cocapac	Franca/SP
2	18	Aurora	Chapecó/SC	27	182	Copasul	Naviraí/MS
3	29	C.Vale	Palotina/PR	28	184	Cocatrel	Três Pontas/MG
4	39	Lar	Medianeira/PR	29	187	Copatrigio	São Luiz Gonzaga/RS
5	43	Cocamar	Maringá/PR	30	190	Agropan	Tupanciretã/RS
7	44	Comigo	Rio Verde/GO	31	192	Cotriel	Espumoso/RS
6	46	Coaxupé	Guaxupé/MG	32	207	Coagru	Ubiratã/PR
8	49	Copacol	Cafelândia/PR	33	209	Coopermil	Santa Rosa/RS
9	52	Agrária	Guarapuava/PR	34	221	Camda	Adamantina/SP
10	59	Cooperalfa	Chapecó/SC	35	233	Coagrisol	Soledade/RS
11	62	Castrolanda	Castro/PR	36	207	BomJesus	Lapa/PR
12	63	Integrada	Londrina/PR	37	209	Coopermil	Santa Rosa/RS
13	67	Frimesa	Medianeira/PR	38	259	Cotrisel	São Sepé/RS
14	68	Coopavel	Cascavel/PR	39	247	Campal	Nova Palma/RS
15	72	Batavo	Carambei/PR	40	248	Expocaccer	Patrocínio/MG
16	88	Cocari	Mandaguari/PR	41	252	Holambra	Paranapanema/SP
17	96	Copagril	Marechal Cândido Rondon/PR	42	259	Cooparaíso	São Sebastião do Paraíso/MG
18	109	Coasul	São João/PR	43	260	Cotricampo	Campos Novos/RS
19	114	Cotrijal	Não-me-Toque/RS	44	275	Cotrisul	Caçapava do Sul/SC
20	127	Copercampos	Campos Novos/SC	45	280	Capebe	Boa Esperança/MG
21	128	Cotrisal	Sarandi/RS	46	293	Cravil	Rio do Sul/SC
22	138	Copédia	Concórdia/SC	47	294	Coplana	Guariba/SP
23	148	Capal	Arapoti/PR	48	301	Coprodiá	Campo Novos dos Pareci/MT
24	149	Cotripal	Panambi/RS	49	311	Coopa	Patrocínio/MG
25	156	Coplacana	Piracicaba/SP	50	316	Coopermota	Cândido Mota/SP

Fonte: EXAME MELHORES & MAIORES, 2013.

Cooperativa Central Aurora de Chapecó/SC

A Cooperativa Central Aurora de Chapecó/SC (2º lugar no país) é a 18ª no ranking Exame das 400 empresas do agronegócio do país em 2014. Trata-se de uma cooperativa central, produto da reunião de 12 cooperativas filiadas (Cooperativa Agroindustrial Alfa de Chapecó/SC, Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia de Concórdia/SC,



(VALOR, 2016, p. 141)

Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos de Campos Novos/SC, Cooperativa Agrícola Mista São Cristóvão Ltda de Mariópolis/PR, Cooperativa Agropecuária São Lourenço de São Lourenço do Oeste/SC, Cooperativa A1 de Palmitos/SC, Cooperativa Agropecuária Videirense de Videira/SC, Cooperativa Regional Itaipu de Pinhalzinho/SC, Cooperativa Regional Auriverde de Cunha Porã/SC, Cooperativa dos Suinocultores de Lacerdópolis de Lacerdópolis/SC, Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste de São Gabriel do Oeste/MS, Cooperativa Triticola Erechim Ltda de Erechim/RS) envolvendo mais de 60 mil cooperados em 450 municípios brasileiros. Desenvolve atividades nos segmentos de carnes suínas, de aves, de pizzas e de laticínios, com mais de 650 produtos. Foi fundada em 1969, por 18 cooperados representantes inicialmente de oito cooperativas do Oeste de Santa Catarina. A unidade matriz fica em Chapecó/SC e, tem oito frigoríficos de suínos (Chapecó/SC, Chapecó I/SC, Chapecó II/SC, São Miguel D'Oeste/SC, São Gabriel D'Oeste/SC, Sarandi/RS, Erechim/RS e Joaçaba/SC; seis frigoríficos avícolas (Maravilha/SC, Quilombo/SC, Erechim/RS, Abelardo Luz/SC, Guatambu/SC e Xaxim/SC); sete fábricas de ração (Chapecó/SC, Quilombo/SC - Nutri III, Erechim/RS - Nutricoper VI, Cunha Porã/SC- Nutricoper VII, Erechim/RS, Cunha Porã/SC e Xanxerê/SC); sete granjas (Chapecó/SC - Aurora I, Chapecó/SC - Avicooper I, Chapecó/SC - Avicooper II, Chapecó/SC - Aurora II, Chapecó/SC - Aurora III e Núcleo II, Chapecó/SC - Avicooper II, Erechim/RS - Aurora IV, Aratiba/RS - Avicooper IV e Erechim/RS - Avicooper III); quatro incubatórios (Chapecó/SC, Erechim/RS, Aratiba/RS

e Xaxim/SC); duas unidades de lácteos (Vargeão/SC e Pinhalzinho/SC); um armazém geral de cereais em Chapecó/SC; e, quatorze filiais de vendas (Chapecó/SC, Rio de Janeiro/RJ, Guarulhos/SP, São José do Rio Preto/SP, Contagem/MG, Brasília/DF, Recife/PE, Guarulhos/SP - Exportação, Jandira/SP, Itajaí-SC, São José dos Pinhais/PR, Passo Fundo/RS, Esteio/RS e Cascavel/PR). A cooperativa é detentora das marcas Aurora, Aurolat, Nobre e Peperi. (AURORA ALIMENTOS, 2013) O mapa 35 a seguir contém as unidades exportadoras em 2014 da cooperativa.

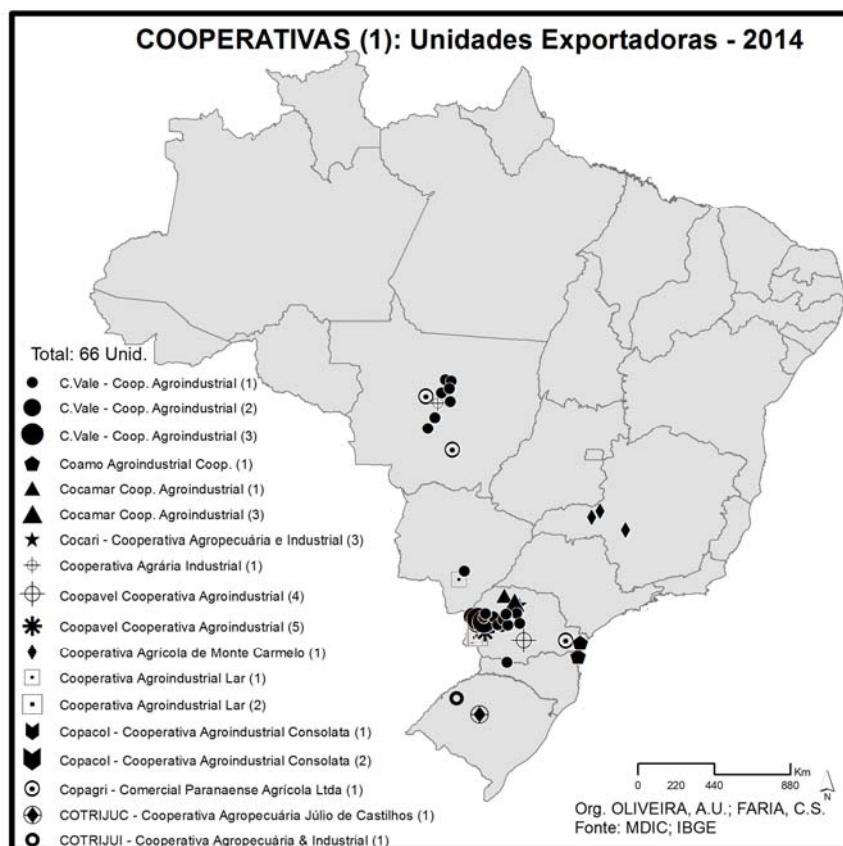
C.Vale Cooperativa Agroindustrial de Palotina/PR

A C.Vale Cooperativa Agroindustrial de Palotina/PR (3º lugar no país) é a 29ª no ranking Exame de 2014. Atua nos estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraguai. Possui 106 unidades englobando mais de 14,6 mil cooperados nos segmentos da produção de soja, milho, trigo, mandioca, leite, frango e suínos. (C.VALE, 2013) O mapa 35 a seguir contém as unidades exportadoras em 2014 da cooperativa.

Cooperativa Agroindustrial Lar de Medianeira/PR

A Cooperativa Agroindustrial Lar de Medianeira/PR (4º lugar no país) é 39ª no ranking Exame Melhores & Maiores de 2012. Nasceu "como parte de uma estratégia de colonização, baseada nos ensinamentos da encíclica Mater et Magistra do Papa João XXIII, que tratava da questão social da terra e da solução através de uma divisão cooperativista, oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, 55 agricultores se reuniram em 19 de março de 1964, na vila de Missal-PR, para a constituição da Cooperativa." No início a cooperativa visava os camponeses da região através da recepção, armazenagem e comercialização de grãos. A partir da década de 1980, parte da produção passou a ser industrializada e, a partir de 1983, passou a desenvolver atividades no segmento de supermercados (13 unidades). Atua nos estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, no país, e também, no Paraguai. Opera com produção e comercialização de grãos (soja, milho e trigo) e produtos como aves, suínos, ovos, rações, vegetais e mandioca de seus oito mil associados. (LAR, 2013) O mapa 35 a seguir contém as unidades exportadoras em 2014 da cooperativa.

Mapa 35

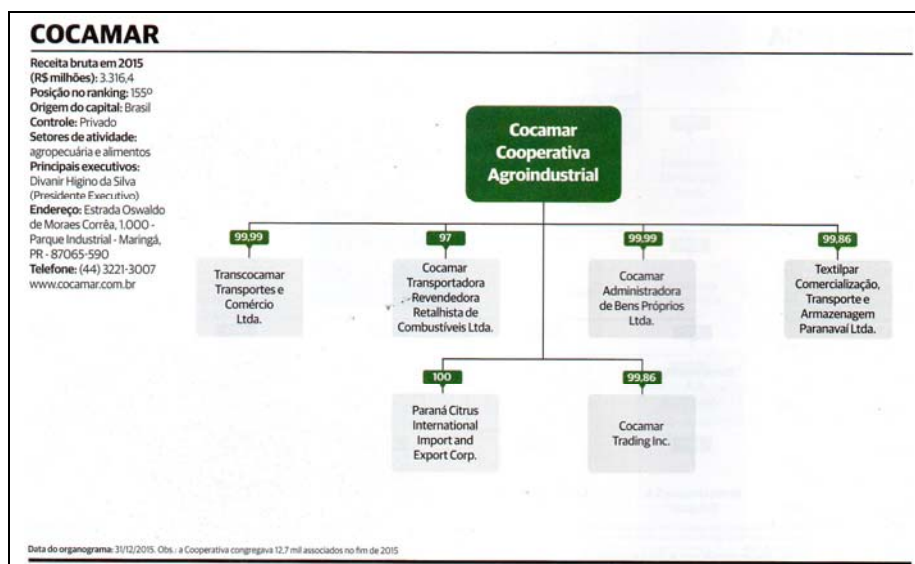


Cocamar Cooperativa Agroindustrial de Maringá/PR

Outra cooperativa monopolista é a Cocamar Cooperativa Agroindustrial de Maringá/PR (5º lugar no país) e a 43ª no ranking Exame de 2014. Foi fundada em 1963 com Cooperativa de Cafeicultores de Maringá Ltda por um grupo de 46 cooperados produtores de café. Seu objetivo inicial era organizar a produção do café, receber e beneficiá-lo. Depois, a cooperativa diversificou suas atividades e atua em 54 municípios do norte e noroeste do Paraná, envolvendo 11,8 mil cooperados que produzem soja, milho, trigo, café e laranja. Sua história conta a partir de 1967, a ampliação de atuação para o segmento do algodão.

Em 1972 construiu seu primeiro armazém graneleiro e, em 1979 implantou a unidade de produção de óleo e farelo de soja. Em 1989, já dispunha de unidades industriais para a produção de óleo e farelo de soja,

óleo de caroço de algodão, refino e envase de óleos vegetais, fiação de algodão, fiação de seda, café torrado e moído. Em 2003 implantou indústrias de néctares de frutas, bebidas a base de soja, maioneses, *catchup* e mostarda. Em 2010, a Cocamar arrendou 24 unidades da Corol Cooperativa Agroindustrial de Rolândia/PR no norte do estado do Paraná, que passando por problemas financeiros e com dívida orçada em aproximadamente R\$ 800 milhões, a Justiça determinou que seus bens fossem leiloados. O mapa 35 apresentado anteriormente contém as unidades exportadoras em 2014 da cooperativa.



(VALOR, 2016, p. 152)

Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano - Comigo em Rio Verde/GO

A Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano - Comigo com sede em Rio Verde/GO (6º lugar no país) é a 44ª no ranking Exame de 2014. Foi constituída em 1975 por trinta e um cooperados como Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda - Comigo com o objetivo de auxiliar os agricultores no segmento do arroz que era a principal cultura. Aquisição de sacaria e secagem do arroz constituíam em problemas a serem resolvidos pela cooperativa. Em 1977 eram 50 os cooperados e um ano depois, 177. Nesse ano foi construída sua primeira unidade armazenadora em Jataí/GO às margens da BR-060. Outras unidades foram sendo construídas: Rio

Verde/GO (1978), Santa Helena de Goiás/GO (1980), Acreúna/GO (1984), Montividiu/GO (1986), Maurilândia (1991), Serranópolis (2003), Caiapônia/GO (2009). Em 1983, entrou em funcionamento a primeira indústria de processamento de soja em Rio Verde/GO. Em 1987, a Comigo incorpora a cooperativa Camja de Jandaia/GO e no ano seguinte a cooperativa Campal de Paraúna/GO. Em 1991, foi implantado em Rio Verde/GO a unidade de descaroçamento de algodão e uma fábrica de ração. Em 1993, implantou-se também, em Rio Verde/GO a indústria de laticínio voltada para a produção de leite pasteurizado, requeijão cremoso, manteiga, creme de leite, iogurte, doce de leite e diversos tipos de queijos. Em 1995, para viabilizar a expansão da suinocultura a Comigo abriu uma *joint venture* com a empresa holandesa Nieuw Dalland. No ano seguinte, instalou sua unidade de beneficiamento de sementes. Atualmente a Comigo tem capacidade de armazenagem de 1,351 milhão de toneladas. (COMIGO, 2013)

Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda - Cooxupé de Guaxupé/MG

A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda - Cooxupé de Guaxupé/MG (7º lugar no país) é a 46ª no ranking Exame de 2014. A Cooxupé foi fundada em 1932 como Cooperativa de Crédito Agrícola, passando em 1957, a ser a Cooperativa de Cafeicultores. Possui doze mil cooperados distribuídos em mais de 200 municípios das regiões do Sul de Minas, Cerrado Mineiro e Vale do Rio Pardo no estado de São Paulo. (COOXUPÉ, 2013) "Pela terceira vez a Cooxupé alcançou o primeiro lugar no ranking dos maiores exportadores de café verde (2008, 2010 e 2011)." (COOXUPÉ, 2013) O mapa 21 apresentado anteriormente contém as unidades exportadoras em 2014 da cooperativa.

Cooperativa Agroindustrial Consolata - Copacol de Cafelândia/PR

A Cooperativa Agroindustrial Consolata - Copacol de Cafelândia/PR (8º lugar no país) é a 49ª no ranking Exame de 2014. Foi formada em 1963 pelo Padre Luís Luise e mais 32 agricultores imigrantes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No início, "a Copacol construiu uma usina para levar energia elétrica às residências de Cafelândia/PR. Após seis anos de atuação na produção e distribuição de energia elétrica (1963 a 1969), a Cooperativa foi desmembrada deste setor para atender especificadamente a agricultura, que na época se destacava na produção de feijão, arroz, milho e café." Entre as principais culturas estão a soja, o milho e o trigo. No início da década de 80, foi implantado o sistema integrado para a produção de aves, atualmente com 839 produtores integrados e 1.146 aviários. "No ano

de 2013, a Copacol em parceria com a Coagru, inaugura a Unitá - Cooperativa Central - que está abatendo atualmente 144 mil aves/dia visando chegar a 180 mil até o final de 2014." A suinocultura da cooperativa entrega à Frimesa cerca de 20 mil cabeças de suínos ao mês, produzidas por 120 cooperados. Conta com duas unidades produtora de leitões uma em Jesuítas/PR e outra em Formosa do Oeste/PR. Na bovinocultura leiteira atuam 145 produtores. A cooperativa possui desde 2008, um complexo integrado de peixes em Nova Aurora/PR, com um frigorífico que abate 42 toneladas de tilápias ao dia. "A Copacol conta com 11 unidades para recebimento e armazenagem de grãos na região Oeste do Paraná. Também tem cinco filiais de vendas para a comercialização de seus produtos a base de frango e peixe em todo o território nacional." A cooperativa conta com mais de cinco mil cooperados. (COPACOL, 2013) O mapa 35 apresentado anteriormente contém as unidades exportadoras em 2014 da cooperativa.

Cooperativa Agrária Agroindustrial de Guarapuava/PR

A Cooperativa Agrária Agroindustrial de Guarapuava/PR, (9º lugar no país) é a 52ª no ranking Exame de 2014. A Agrária como é denominada,

"surgiu, em 1951, como alternativa de vida para um grupo de suábios do Danúbio (povo de cultura alemã) que, após a Segunda Guerra, estava vivendo em abrigos para refugiados na Áustria. A instituição humanitária Ajuda Suíça para a Europa (Schweizer Europa-Hilfe) idealizou um projeto para 500 famílias. Já que muitos suábios eram agricultores, a ideia era basicamente fundar uma cooperativa agrícola em algum outro país. O engenheiro agrônomo Michael Moor liderou a comissão de imigração que executou o projeto. A comissão decidiu-se pelo Brasil. Assim, a Agrária foi fundada no dia 5 de maio de 1951, no Hotel Central, em Guarapuava, no Estado do Paraná. A Cooperativa instalou sua sede e as 5 comunidades de seus associados no distrito de Entre Rios, uma localidade rural da cidade de Guarapuava. Além de apoiar a agricultura de seus associados, a Agrária até hoje preserva a cultura dos suábios do Danúbio." (AGRÁRIA, 2013)

A Agrária conta com 582 agricultores cooperados que produzem soja, milho, trigo e cevada cervejeira. Possui unidades industriais de maltaria agromalte; moinho de trigo; fábrica de rações, indústria de óleo e farelo de soja e, unidades armazenadoras em Guarapuava/PR, Vitória/PR e Pinhão/PR. (AGRÁRIA, 2013) O mapa 35 apresentado anteriormente contém as unidades exportadoras em 2014 da cooperativa.

Cooperalfa - Cooperativa Agroindustrial Alfa de Chapecó/SC

A Cooperalfa - Cooperativa Agroindustrial Alfa de Chapecó/SC (10º lugar no país) é a 59ª no ranking Exame de 2014. Em 1961 foi criada a Cooperativa Triticola Oeste Catarinense Ltda, a primeira organização cooperativista em Chapecó/SC, que funcionou apenas até 1964. Em 1967 foi constituída "a Cooperchapecó - Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó Ltda, que em 1969 reativou as atividades da Incomasa, formando a Cooperativa Central Oeste Catarinense. Em 1974, a Cooperchapecó uniu-se a Cooperxaxiense, formando a Cooperalfa – Cooperativa Agroindustrial Alfa. A cooperativa atua nos segmentos de suinocultura, avicultura, citricultura, bovinocultura de leite, recebimento e industrialização de trigo, soja e milho." (COPERALFA, 2013)

Castrolanda Cooperativa Agroindustrial Ltda de Castro/PR

A Castrolanda Cooperativa Agroindustrial Ltda de Castro/PR (11º lugar no país) é a 62ª no ranking Exame de 2014. Foi fundada em 1951 por holandeses possui unidades em Castro/PR, Ponta Grossa/PR, Piraí do Sul/PR, Curiúva/PR, Ventania/PR e Itaberá/SP. Conta com 782 cooperados que produzem milho, trigo, cevada, aveia, soja, feijão, forrageiras. Possui também, a industrialização do leite, batata, carnes, rações e sementes. (CASTROLANDA, 2013)

Integrada Cooperativa Agroindustrial de Londrina/PR

A Integrada Cooperativa Agroindustrial de Londrina/PR (12º lugar no país) é a 63ª no ranking Exame de 2014. Fundada em 1995, por 28 cooperados, possui 55 unidades de recebimento em diversas regiões do estado do Paraná, que operam com soja, milho e trigo. A Integrada possui também, unidades industriais de fios de algodão, derivados de milho, rações, beneficiamento de sementes e indústria de sucos. (INTEGRADA, 2013) Integrada Cooperativa Agroindustrial de Londrina/PR atua também, no setor de suco cítrico. Com a diversificação de sua participação no mercado, investiu na implantação de uma indústria de sucos de laranja. Tem área de cinco mil hectares de laranja no norte do Paraná. Pretende construir uma unidade em Uraí/PR para produção de suco concentrado de laranja, voltado para exportação. (INTEGRADA, 2013)

Frimesa - Cooperativa Central de Medianeira/PR

A Frimesa - Cooperativa Central de Medianeira/PR (13º lugar no país) é a 67ª no ranking Exame de 2014. Atua como uma cooperativa de segundo grau foi criada em 1977 por cinco cooperativas singulares

(Copagrill, Cooperativa Lar, Copacol, C. Vale e a Cooperlac) todas localizadas na região oeste do estado. A Frimesa opera especificamente na industrialização e comercialização de produtos derivados de suínos e leite. São 700 suinocultores que abastecem as unidades industriais da cooperativa com 2,1 mil suínos (770 mil suínos/ano) utilizados na elaboração de 150 produtos distribuídos no país e no exterior. (FRIMESA, 2013) O mapa 33 apresentado anteriormente contém as unidades exportadoras de aves e suínos em 2014.

Coopavel Cooperativa Agroindustrial de Cascavel/PR

A Coopavel Cooperativa Agroindustrial de Cascavel/PR (14º lugar no país) é a 68ª no ranking Exame de 2014. Fundada em 1970, por um grupo de 45 agricultores a cooperativa tinha como objetivo concentração produção de grãos. Contando com 26 filiais instaladas em 17 municípios da região Oeste e Sudoeste do Paraná. Tem 3,4 cooperados que atuam nos segmentos da avicultura, suinocultura e bovinocultura. A cooperativa tem frigoríficos e indústrias de processamento de carnes. (COOPAVEL, 2013)

Frísia Cooperativa Agroindustrial de Carambeí/PR (ex-Batavo).

A Frísia Cooperativa Agroindustrial de Carambeí/PR (15º lugar no país) é a 72ª no ranking Exame de 2014.

"Em 1911 as primeiras famílias holandesas se estabeleceram na região dos Campos Gerais. Vieram à procura de trabalho e se engajaram no plano de colonização estabelecido pela Brazil Railway Company, que vendia terrenos a colonizadores, com um prazo de dez anos para pagar. O contrato de trabalho incluía uma casa de morada, dois bois, um arado, seis vacas leiteiras, sementes e adubo. Coube a esses pioneiros, em 1925, uma das primeiras iniciativas de criar uma cooperativa de produção no Brasil, com sete sócios e uma produção leiteira de 700 litros/dia, produzindo manteiga e queijo que eram comercializados em Ponta Grossa, Castro, Curitiba e São Paulo. Isso só foi possível graças à união das quatro fabriquetas existentes, originando a Sociedade Cooperativa Hollandesa de Laticínios. Três anos depois, a sociedade deu origem à marca Batavo, que hoje é conhecida nacionalmente no ramo de laticínios e frios. A partir de 1943, com a chegada de novos imigrantes, o quadro social da cooperativa se expandiu e iniciou-se o processo de diversificação da produção pecuária e a introdução da cultura mecanizada. Em 1951, o setor de laticínios transformou-se na Cooperativa Central de Laticínios – CCLPL – hoje controlado pela BRF - Brasil Foods S/A. Após um acordo com a Parmalat, em 1998 o grupo deu origem a Indústria de Alimentos Batávia S/A, detentora da marca Batavo. Em 2000, a Perdígão Agroindustrial S/A adquiriu as ações do Frigorífico Batávia S/A e assumiu a gestão da empresa na divisão de

Carnes. Em 2006, a Perdigão S/A adquiriu o controle acionário da empresa, reforçando a estratégia de expansão da marca Batavo. Desde então, a Cooperativa Batavo focalizou apenas a produção agropecuária, buscando atender ao seu quadro social na comercialização, aquisição de insumos e assistência técnica, a fim de que o produtor pudesse centralizar sua atenção na produção. Desde a sua fundação, descendentes europeus e brasileiros fazem da Batavo um modelo de cooperativismo no país." (BATAVO, 2013)

A cooperativa tem mais de 500 associados dos municípios paranaenses de Tibagi, Carambeí, Ponta Grossa, Ortigueira, Castro, Jaguariaíva, Ventania, Palmeira, Piraí do Sul, Teixeira Soares, Imbituva, Imbaú, Ibaiti, Congonhinhas, Ribeirão do Pinhal, Reserva, Sapopema, Arapoti, Ipiranga, Guapirama, Tomazina, Figueira, São Mateus do Sul, Ivaí, Guamiranga, Rebouças, Telêmaco Borba, Campo Largo e Fernandes Pinheiro, produzindo soja, milho, feijão, cereais de inverno, produção de sementes, pecuária de leite e suínos. (BATAVO, 2013)

Entre as cooperativas há ainda a Coagrosol - Cooperativa Agropecuária Solidária de Itápolis/SP, que é diferenciada, pois, atuam no grupo do comércio justo, operando também, com produção citrícola.

O mapa 36 apresentado a seguir contém as demais unidades exportadoras em 2014 das cooperativas.

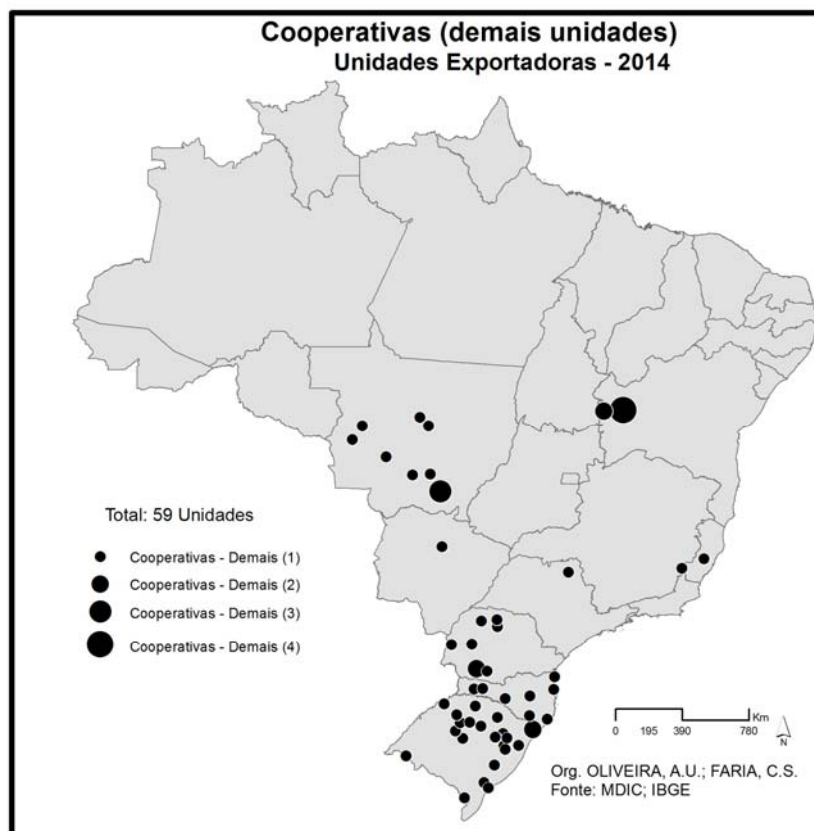
4.2.14. Uma empresa mundial monopolista brasileira no setor do biodiesel

Havia até meados de 2015, apenas uma empresa autorizada a exportar biodiesel no país, a BSBIOS.

BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A

Outro segmento que tem empresa de capital nacional privado e estatal é o de biodiesel. A BSBIOS Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A foi fundada em Passo Fundo/RS (2005) visando produzir biodiesel a partir da produção de soja, canola e mamona, e entrou em operação em 2007.

Mapa 36



Atua em "parceria com a EMBRAPA - Clima Temperado de Pelotas/RS, e com apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG-RS, da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica de Extensão Rural - EMATER, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, colégios agrícolas das Regiões Norte, Missões e Planalto do Rio Grande do Sul, e universidades". Desde 2008, tornou-se a primeira empresa do país autorizada a exportar biodiesel. Em 2009, foi constituída a BSBIOS Marialva/PR com participação acionária paritária com a Petrobras Biocombustíveis (PBio) para produção de biodiesel no município de Marialva/PR. Em 2011, a mesma parceria, com participação paritária, para produção de biodiesel foi implantada na unidade de Passo Fundo/RS. Em 2013, a BSBIOS fez sua primeira exportação comercialmente biodiesel para a Europa. (BSBIOS, 2013)

5. Metamorfoses do monopólio do território em territorialização do monopólio

Entre outros exemplos da aliança de classe de setores da burguesia brasileira com a burguesia mundial, estão as novas empresas nacionais que começaram a nascer a partir de 2007, principalmente no setor de grãos, e, que estão abrindo seus capitais em bolsas de valores, ou seja, fazendo seus IPOs (Initial Public Offering - Oferta Pública Inicial de ações em Bolsas). Essas novas empresas seguem o caminho aberto, particularmente, pela Cosan do setor sucroenergético que foi a primeira empresa de seu setor a abrir capital em bolsa no ano de 2005.

Essas novas empresas de capital aberto, no campo brasileiro estão juntando de forma articulada na aliança de classe com o capital mundial, o rentismo típico do capitalismo no Brasil, e, assim, estão fazendo simultaneamente, a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra. Ou seja, passam a atuar no mercado de terras, no preparo da propriedade para produção, na produção em si e na comercialização. E mais, esses grupos interessados em terras brasileiras têm se associado a investidores e fundos, e alguns já abriram seu capital, outros estão se preparando para tal. Além do fato em si de que a negociação de terras passou a chamar a atenção do setor financeiro, a emissão de ações deu opções para os fundos, permitindo assim, que estrangeiros participem desse mercado, independentemente das ações do governo, quanto a eventuais restrições às aquisições terras por estrangeiros.

Assim, estão se formando novas grandes corporações nacionais mundializadas na área de grãos, enquanto que nos setores de açúcar e álcool e de celulose elas já são realidades. Inclusive, elas revelam em seus sites o papel que o rentismo desempenha em suas atividades e, revelam seus sócios estrangeiros aliados.

A revista EXAME em 11/12/2008, ainda no olho do furacão da crise do neoliberalismo e particularmente, do capital financeiro, publicou uma matéria sobre estas novas empresas mundiais que nasciam no campo brasileiro como os novos sujeitos da grilagem de terras e do rentismo no campo brasileiro. O título da matéria: "Os novos donos da terra".

"Em setembro, enquanto as chuvas da primavera anunciavam o plantio de grãos no Brasil, **em Wall Street o furacão da crise subprime já impunha uma colheita de prejuízos colossais aos investidores. Mas a**

turbulência global não foi capaz de frustrar uma das maiores transações de venda de terra no país nos últimos tempos. Após seis meses de negociação, proprietários do município baiano de Jaborandi venderam, por 40 milhões de dólares, seis fazendas que somam quase 15.000 hectares - o equivalente ao dobro da área da Grande São Paulo. **No lado comprador, despontam dois grupos de investidores com participação majoritária de capital externo. Um deles é a Calyx Agro Brasil, sociedade formada em maio pelo Louis Dreyfus, grupo francês do ramo de commodities agrícolas, e pela seguradora americana AIG - que, ironicamente, seria resgatada da falência pelo governo Bush em outubro. Por 28 milhões de dólares, a Calyx levou cerca de 11.000 hectares no sudoeste baiano. O segundo grupo comprador é a Sollus Capital, empresa que une o fundo de investimento PCP, pertencente a ex-sócios do banco Pactual, o grupo Los Grobo, maior produtor de soja na Argentina, e o fundo de investimento americano Touradji. Por 12 milhões de dólares, a Sollus adquiriu uma gleba de 4.000 hectares.** Situada perto da divisa da Bahia com Goiás, no topo úmido e plano de uma chapada, a terra, que dispensa irrigação artificial, é propícia ao cultivo de grãos. *"Não estamos preocupados com a crise, pois nosso investimento é de longo prazo"*, diz o paulista Harald Brunckhorst, diretor de operações da Calyx. *"Vamos lucrar com o aumento da produtividade aprimorando o solo e as técnicas de plantio."* (EXAME, 2008) (Sem grifos, negrito e itálico no original)

O texto inicial traduz parte do êxtase com que a mídia econômica do país contava em verso e prosa, o novo processo de grilagem das terras públicas no oeste baiano. A prática mais comum era aquela da operação triangular envolvendo um título propriedade obtido de posse regular, um grileiro da terra ou de outros estados brasileiros, principalmente paulista, e, as estas novas empresas operadoras do mercado de terras ou os estrangeiros como a mídia econômica os tratavam. A operação consistia na aquisição de um título de posse regular do próprio município ou vizinho, e depois, contando com a cumplicidade de um oficial de Cartório de Registro de Imóveis corrupto, procedia-se um pedido de retificação da área, que ampliava milhares de vezes a área do título de propriedade de posse regular. Às vezes, para forjar "uma cadeia dominial sólida", efetuava-se várias transferências de proprietários previamente combinados. Sob mando de jagunçado, expulsava-se os posseiros que não dispunham dos títulos de regularização, e, garantia-se a força o controle geopolítico da área grilada. Era a violência e a barbárie que sempre acompanhou na história brasileira a grilagem das terras públicas. Estava concluída a preparação da grilagem e dos denominados títulos seguros das nascentes propriedades capitalistas das terras públicas griladas.

José de Sousa Sobrinho em sua tese de doutorado "O Camponês Geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade

capitalista da terra" defendida no Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob minha orientação, demonstrou com esse processo se dava nesses dois municípios baianos: "Outro caso emblemático é o da área apropriada pela empresa italiana Planta 7 Empreendimentos Rurais. De uma escritura adquirida referente a uma área avaliada em Cr\$ 25,50, cresceu (por meio de retificação) para 217.000 hectares. Lembro que estes feitos visavam a implementação do programa de reflorestamento na região..." (SOUSA SOBRINHO, 2012, p. 55/6)

A apologia preparatória para essa nova fase do rentismo do capitalismo brasileiro, no artigo da revista Exame, vinha também, recheado de preconceito em relação aos antigos moradores e elogios aos novos grileiros das terras públicas do oeste baiano, o problema existente, porém, não levado muito em consideração na reportagem foi a crise internacional do neoliberalismo de 2008.

"Nas mãos dos novos donos, as terras baianas, antes pouco produtivas ou improdutivas, começam a passar por uma transformação - e ingressam num novo ciclo de geração de riqueza e empregos, que dificilmente conseguiriam alcançar com os antigos proprietários. No caso da fazenda Santana, adquirida há pouco mais de um ano pela **Calyx** em Correntina, município vizinho a Jaborandi, a primeira safra de soja colhida já apresentou produtividade 29% superior à que os donos anteriores obtinham (...). A próxima meta é superar a média brasileira. A presença da **Calyx** e da **Sollus** nessa parte da Bahia representa bem mais que a simples chegada de forasteiros a uma região. Embora adotem modelos de negócios distintos - enquanto a Sollus compra terras para arrendá-las a terceiros, a Calyx compra para produzir -, os dois grupos têm o mesmo objetivo no longo prazo: elevar a competitividade do agronegócio e, por extensão, valorizar a terra em novas fronteiras agrícolas, como o sudoeste baiano e a chamada região do Mapito, que engloba parte do Maranhão, do Piauí e de Tocantins. *"Estamos levando a lógica de portfólio para o campo, diversificando nossas terras em termos de localização geográfica e de produtos agrícolas"*, diz Felipe Whitaker, gerente de relações com investidores da **Sollus**. *"Além disso, só alugamos a terra para quem sabe cultivá-la, como é o caso dos nossos sócios do grupo Los Grobo e da Calyx, para quem vamos arrendar a área de Jaborandi."* De certa forma, ao apostar em ferramentas de gestão já consolidadas no ambiente empresarial urbano, tanto a **Calyx** como a **Sollus** visam transformar plantações de soja, milho e algodão numa espécie de linha de montagem rural. Isso significa adotar procedimentos ainda pouco usuais no campo, como a segmentação por equipes para tarefas de plantio, colheita e manutenção de máquinas e a implantação de uma política de remuneração com base na meritocracia. Apesar de ser líder mundial em produção agrícola, o Brasil conta com poucas empresas que trabalham dessa forma. Uma exceção é a gaúcha **SLC Agrícola**, uma das maiores produtoras de

algodão e soja do país, com faturamento anual da ordem de 300 milhões de reais, e também dona de terras no oeste baiano. No caso da SLC, as práticas de gestão têm base em seu histórico - durante 54 anos, até 1999, o grupo do qual faz parte atuou no setor industrial produzindo tratores. "Essa vinda de novas empresas não nos preocupa. É natural que o desenvolvimento do campo brasileiro atraia investidores", diz Arlindo Moura, presidente da SLC Agrícola. "Temos de nos preocupar é com os competidores argentinos, no caso da soja, e com os australianos, líderes em algodão. Quem souber trabalhar vai continuar a crescer." Outra vantagem dos grandes grupos é sua capacidade - **no momento prejudicada pela crise internacional** - de captar financiamentos a juros mais baixos, o que permite planejar no longo prazo e obter ganhos de escala. Tal acesso, que está fora do alcance dos antigos donos da terra em Correntina e Jaborandi, faz a diferença. "Fica difícil competir com as grandes empresas porque, além da flutuação brusca do câmbio e dos juros altos, temos dificuldades burocráticas, como a compra de fertilizantes, que deve ser feita com seis meses de antecedência", diz o americano Dean Alexander, ex-proprietário da fazenda Novo México, uma das glebas de Jaborandi que foram vendidas à Calyx em setembro. Em 2000, ao comprar a terra ainda virgem, Alexander precisou de um time de 100 homens para desbravar o cerrado ao longo de seis meses. (...) Daqui a dois ou três anos, quando - espera-se - o mercado de ações se recuperar, a Calyx e a Sollus planejam abrir o capital na bolsa de valores. Quanto à estratégia de crescimento, diante da incerteza do cenário econômico - o preço das commodities agrícolas já caiu cerca de 40% ao longo do ano -, após as últimas compras as duas empresas decidiram fazer uma pausa. Devem voltar a campo para tentar arrematar boas glebas a preços mais baixos no final da próxima colheita, a partir de abril de 2009. Por enquanto, as vendas de terras estão paradas no país. "Como a próxima safra deve ter baixa rentabilidade, é possível que produtores em dívida com bancos privados sejam forçados a vender terras a grupos maiores com capacidade de captação externa de recursos", diz Jacqueline Bierhals, analista da consultoria Agra FNP. "Certamente não vamos desprezar boas oportunidades, mas, como devemos padrões de governança aos nossos investidores, só compramos terras que tenham situação fundiária e ambiental regularizada", diz Flávio Inoue, presidente da Sollus." (EXAME, 2008) (Sem grifos, negrito e itálico no original)

Obviamente, a reportagem da Exame não deixou de criticar ações governamentais voltadas para possível controle sobre a presença de capital estrangeiro na aquisição de terras no país. E, a presidente da CNA apareceu como ratificadora da reportagem e da nova aliança com a burguesia mundial.

"Além de, possivelmente, trazer oportunidades de novas barganhas, a crise está ajudando as duas empresas, majoritariamente de capital estrangeiro, em outra frente: a ameaça de restrições legais xenófobas.

Recentemente, o governo resolveu engavetar um projeto de lei que, alegando defender a soberania nacional, limitava a venda de terras a estrangeiros. Diante da turbulência na economia, para não afugentar os investidores internacionais, a idéia foi suspensa por tempo indeterminado. "Ainda bem que o governo esqueceu essa história", diz a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura. "***Da nossa parte, os investidores estrangeiros são bem-vindos, porque pagam impostos e ajudam a formalizar o agronegócio.***" (EXAME, 2008) (Sem grifos, negrito e itálico no original)

A seguir estão as principais novas empresas monopolistas exemplos desta metamorfose do monopólio do território em territorialização do monopólio para a apropriação das várias formas de renda da terra promovida pelo rentista capitalismo no país.

SLC Agrícola S/A

Cabe destacar que a SLC Agrícola S/A foi a primeira "fazenda" empresa de capital aberto a colocar ações em bolsas no mundo, e tem como subsidiária SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S/A.

"A SLC Agrícola, fundada em 1977 pelo Grupo SLC, é uma empresa produtora de *commodities* agrícolas, focada na produção de algodão, soja e milho. **Foi a primeira empresa do setor a ter ações negociadas em Bolsa de Valores no mundo, tornando-se uma referência no seu segmento.**" (SLC AGRÍCOLA, 2013) (Sem negritos no original)

A abertura do capital da SLC Agrícola S/A, em 2007, é uma espécie de marco desse novo movimento, pois, foi a primeira empresa constituída por fazendas produtoras de grãos do mundo que tem suas ações negociadas em bolsas. Como parte do Grupo SLC, constitui-se em uma empresa produtora de *commodities* agrícolas (algodão, soja e milho). No final de 2013, possuía 16 fazendas de produção no MS, MT, GO, BA, PI e MA com área de 361,6 mil hectares. (247 mil em terras próprias, 72,5 mil pela SLC LandCo e 41,9 mil hectares em sociedade) que somadas aos 95 mil hectares de terras arrendadas, perfazia o total de 456,7 mil hectares. Na safra 2013/14, foram cultivados 343,9 hectares mais a área plantada de 57 mil hectares na segunda safra. Entre as culturas estão 118,2 mil de soja, 85,0 mil de algodão, 24,8 mil de milho e 2,6 mil café, trigo e milho semente.

A SLC Agrícola S/A tem a seguinte composição acionária: SLC Participações S/A 51,03%, BlackRock Inc. 4,68%, CSHG - Credit Suisse Hedging-Griffo 4,93% (CSHG, 2013), ações em tesouraria 0,36% e outros (*free float*) 38,99%. (BMFBOVESPA, 2013)

Além de suas fazendas próprias, a SLC Agrícola S/A como pode ser verificado no quadro 48 a seguir, a empresa constituiu em 2012, uma subsidiária especializada em aquisição, formação e vendas de fazendas a SLC LandCo, cuja participação acionária de 49,4% foi vendida para fundo britânico de investimento Valiance Asset Management Limited, ficando a SLC Agrícola S/A com 50,6%. O quadro 47 a seguir contém o portfólio de terras da empresa.

Quadro 47 - Portfólio de Terras da SLC Agrícola S/A

Áreas Safra 2013/14 (ha)		Própria ⁽¹⁾	SLC LandCo ⁽²⁾		Sob Controle	Total Plantada ⁽³⁾
Fazenda	Estado		Arrendada	Sociedades		
Pamplova	GO	17.385		1.152	18.537	15.756
Planalto	MS	17.437		1.646	19.083	20.179
Planorte	MT	23.784			23.784	26.103
Paiguás	MT	30.878		2.362	33.240	36.222
Parnaíba	MA	38.418	10.012	21.541	69.971	50.448
Planeste	MA	190	23.135	16.529	39.854	39.260
Panorama	BA		10.374	14.278	24.652	21.801
Piratini	BA		25.355	4.901	30.256	13.327
Palmares	BA	16.948		19.265	36.213	35.764
Parnaguá	PI	24.603			24.603	6.586
Pejuçara	MT	3.379		7.974	11.353	16.847
Paineira	PI	12.317			12.317	5.537
Parceiro	BA/PI	32.983	3.680	5.496	42.159	11.207
Perdizes	MT	28.837			28.837	14.259
Pioneira	MT				20.000	8.759
Paladino	BA			21.898	21.898	21.898
Total		247.159	72.556	95.144	41.898	456.757

⁽¹⁾ A área própria poderá sofrer alterações devido ao processo de georreferenciamento.
⁽²⁾ Atualmente a SLC Agrícola possui 82,3% da SLC LandCo, e o fundo Valiance 17,7%
⁽³⁾ Incluindo segunda safra

Fonte: SLC AGRÍCOLA, 2013, p. 11.

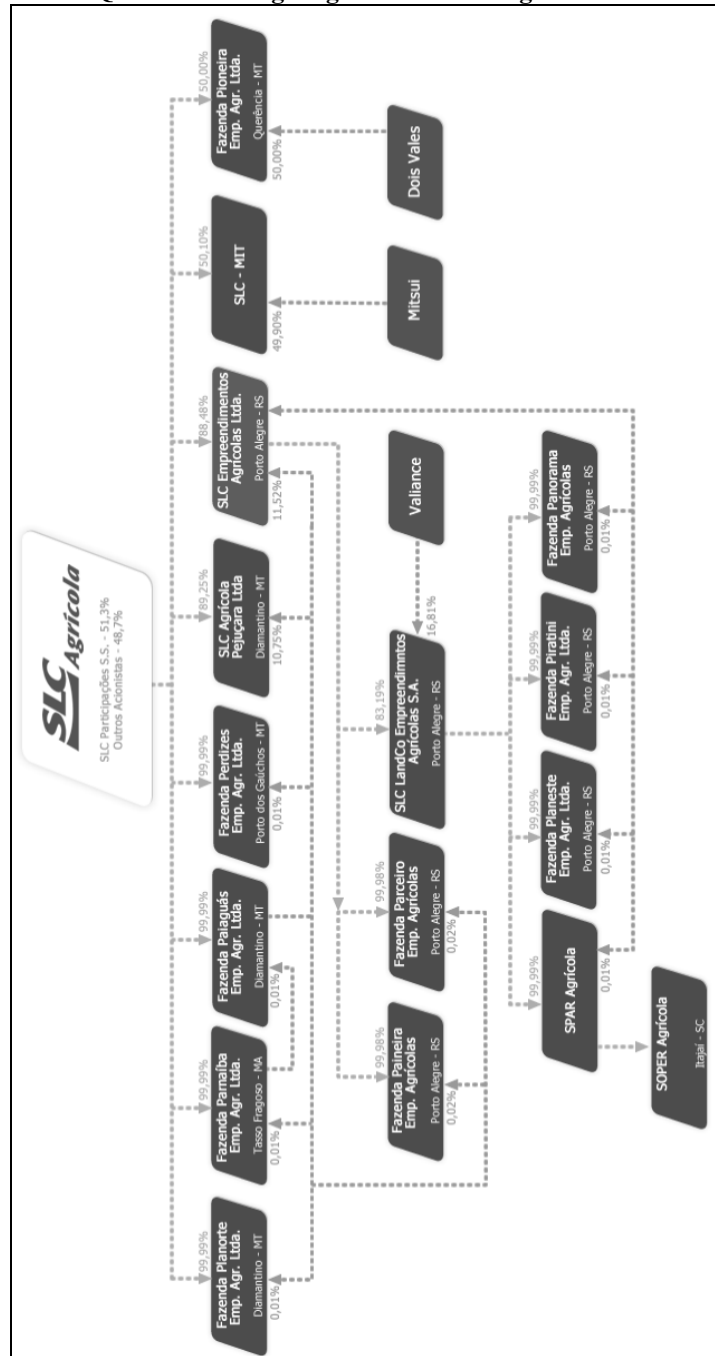
A seguir está o texto do Fato Relevante expedido pela empresa para anunciar a formação da *joint venture* SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas Ltda.

"(30/05/2012) SLC AGRÍCOLA (SLCE-NM) - Fato Relevante

A SLC Agrícola S.A. (BM&FBOVESPA: SLCE3; ADR s: SLCJY; BLOOMBERG: SLCE3:BZ; Reuters: SLCE3.SA) ("SLC Agrícola"), uma das maiores proprietárias de terras do Brasil e uma das maiores produtoras agrícolas brasileiras em termos de área cultivada de algodão, soja e milho, comunica a seus acionistas e ao mercado em geral que nesta data foi firmado Contrato de Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato") com o fundo de investimento **Valiance Asset Management Limited** ("Valiance"), visando a criação de parceria de longo prazo entre as dois grupos para investimento e desenvolvimento de terras agriculturáveis no Brasil ("Sociedade").

O Valiance é um administrador de recursos especializado com escritórios em Londres e Guernsey, autorizado e regulado pela UK Financial Services Authority (órgão regulador do mercado de capitais do Reino Unido) e Guernsey Financial Services Commission (órgão regulador do mercado de capitais de Guernsey). Desde a sua criação, o

Quadro 48 - Organograma da SLC Agrícola S/A



Fonte: SLC ARICOLA, 2013

Valiance construiu um portfólio de investimentos com pilares distintos, gerenciando recursos para uma grande variedade de clientes, incluindo family offices, bancos, fundações, Fundos de Pensão e outros investidores institucionais que buscam encontrar acesso confiável e transparente para uma variedade de oportunidades de investimento, incluindo ativos reais.

Abaixo segue o resumo dos principais pontos da negociação:

1. Sociedade

A SLC Landco foi inicialmente criada pela SLC Agrícola visando monetizar o valor do seu portfólio de terras e adicionar novas terras produtivas através da transformação de áreas brutas em fazendas.

A sociedade é formada através de um investimento da Valiance em uma subsidiária da SLC Agrícola, SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. ("SLC LandCo"), que será o veículo de investimento e desenvolvimento de terras no Brasil.

Quando todas as parcelas estiverem realizadas conforme mencionado no item 2, SLC LandCo será detida 50,6% pela SLC Agrícola, direta e indiretamente, e 49,4% pela Valiance, direta e indiretamente, respeitando assim a sensibilidade em torno da propriedade de terras por estrangeiros no Brasil.

2. Investimento

Nos termos do Contrato, a Valiance realizara quatro aportes no montante total de "US\$238.579.151,19, conforme cronograma a seguir:

" US\$29.510.803,36 no fechamento do Contrato;

" US\$50.007.627,73 em 30 de setembro de 2012;

" US\$79.518.431,09 em 30 de setembro de 2013; e

" US\$79.542.289,01 em 30 de setembro de 2014.

Os recursos captados serão utilizados na aquisição, construção de infraestrutura e desenvolvimento de novas áreas agricultáveis, sendo que os aportes poderão ser antecipados de comum acordo entre as partes caso haja algum projeto de desenvolvimento de terras que seja interessante a empresa.

3. Desenvolvimento das Terras

A SLC Landco inicialmente será proprietária das Fazendas Piratini (BA), Planeste (MA) e Panorama (BA), totalizando 61.124 hectares em áreas próprias. A SLC Landco é a responsável pelo desenvolvimento das novas áreas, que abrange a abertura, limpeza e correção do solo, assim como o investimento em infraestrutura. A SLC Agrícola arrendara as áreas disponíveis para o plantio, em termos normalmente praticados nas áreas onde se localizam ou se localizarão as terras da SLC Landco.

4. Governança Corporativa

A SLC Landco terá um Conselho de Administração composto de 5 a 7 membros, sendo até 3 membros conselheiros independentes. O Conselho de Administração será auxiliado por um Comitê de Investimento, composto por 3 membros. Além de outros temas eventualmente trazidos pelo Conselho de Administração e pela Diretoria

da SLC Landco, o Comitê de Investimentos terá as seguintes atribuições: (i) analisar e opinar sobre a aquisição e alienação de bens imóveis pela SLC Landco e por qualquer de suas subsidiárias; (ii) analisar e opinar sobre os termos e condições dos contratos de arrendamento de imóveis a serem celebrados pela SLC Landco ou por qualquer de suas subsidiárias; (iii) analisar e opinar sobre os investimentos em desenvolvimento e infraestrutura dos bens imóveis da SLC LandCo ou de qualquer de suas subsidiárias; e (iv) preparar o orçamento anual preliminar da SLC LandCo.

A Diretoria da SLC Landco será composta por pelo menos dois Diretores, sendo um Diretor Executivo, e os demais Diretores sem designação específica. Os Diretores serão todos profissionais com qualificações e experiência em suas respectivas áreas de competência e responsabilidade.

O Diretor Executivo da SLC Landco será o Sr. Gustavo Lunardi.

O Sr. Gustavo Lunardi é profissional graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com Pós-Graduação nas áreas de Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing, e Finanças Empresariais pela Fundação Getúlio Vargas. Atua há quinze anos em posições de liderança no agronegócio brasileiro, tendo experiência na cadeia de suprimentos nos setores de fertilizantes e defensivos agrícolas, além de experiência na área de Trading de commodities agrícolas. Atua na SLC Agrícola desde 2009, com atribuições ligadas ao mercado de terras.

5. Fechamento do Contrato

O fechamento do Contrato está sujeito a determinadas condições suspensivas, que são comuns neste tipo de operação. A SLC Agrícola e o Valiance estimam que o fechamento do Contrato ocorrerá em até sessenta dias.

Porto Alegre, 31 de maio de 2012." (SLC AGRÍCOLA, 2013)

Em 2013, como já informado neste texto a SLC Agrícola S/A criou outra empresa *joint venture*, a SLC-MIT S/A com o objetivo de desenvolver atividades de produção e comercialização de *commodities* agrícolas com a Mitsui & Co. Ltd. (49,9%) e a SLC Agrícola S/A 50,1%. No mesmo ano, a empresa também divulgou outro fato relevante, através do qual anunciava formação de outra empresa *joint venture* (50% cada) com a *holding* com investimentos em concessões de infraestrutura, agronegócio e mineração Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A. ("Dois Vales") para desenvolver conjuntamente as atividades de produção e comercialização de *commodities* agrícolas em fazendas no município de Querência no Estado do Mato Grosso.

Fato Relevante

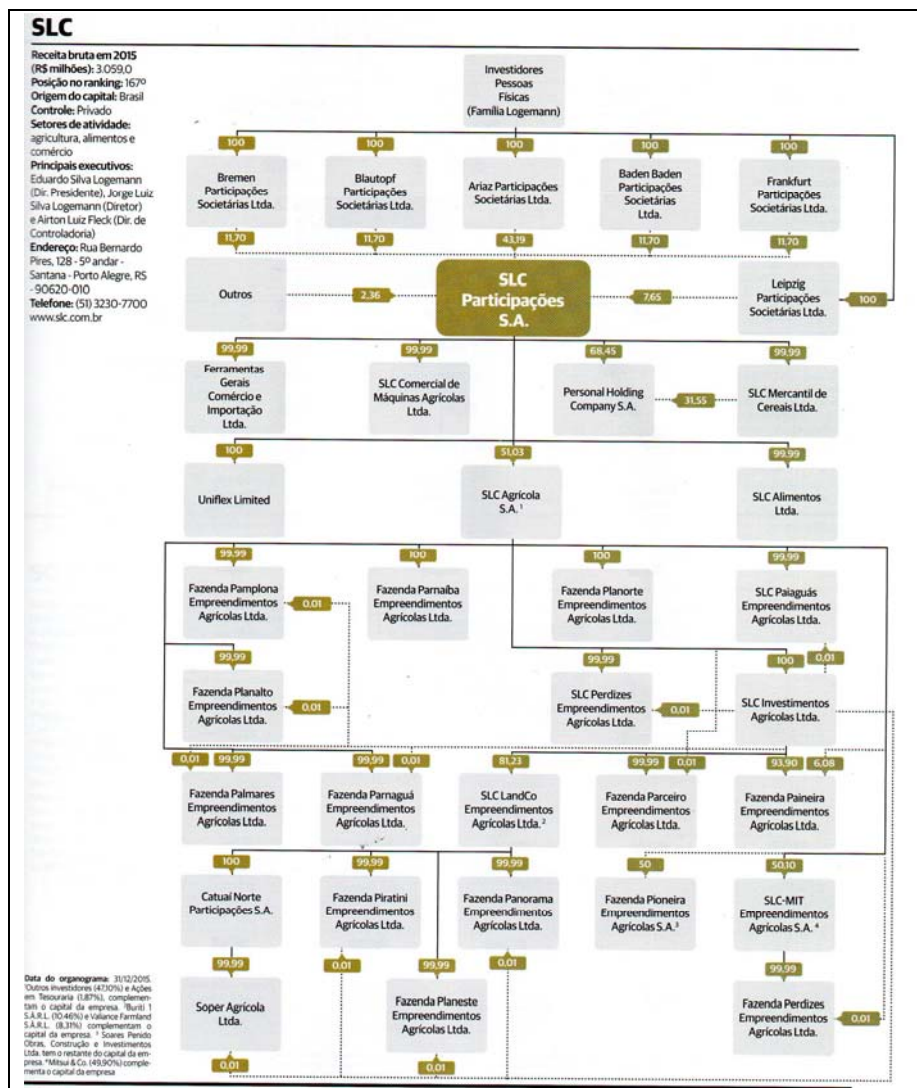
A SLC Agrícola S.A. (Bovespa: SLCE3; ADR's: SLCJY; Bloomberg: SLCE3: BZ; Reuters: SLCE3.SA), uma das maiores proprietárias de terras do Brasil e uma das maiores produtoras agrícolas brasileiras em

termos de área cultivada de algodão, soja e milho comunica a seus acionistas e ao mercado em geral que: Em 06 de março de 2013 celebrou Memorando de Entendimentos não vinculativo com a Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A. (“Dois Vales”), *holding* com investimentos em concessões de infraestrutura, agronegócio e mineração, com a intenção de constituir uma *joint venture* para desenvolver conjuntamente as atividades de produção e comercialização de *commodities* agrícolas no Estado do Mato Grosso. A *joint venture*, na qual a participação da SLC Agrícola será de 50%, irá desenvolver suas atividades em 20.000 hectares agricultáveis – que serão convertidos de pastagens de propriedade do Grupo Dois Vales – localizados no município de Querência/MT, durante o período de 15 anos. A transação será ainda submetida à apreciação do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, por meio do rito sumário. A efetivação da transação está sujeita à realização de estudos técnicos, jurídicos e financeiros, à negociação satisfatória dos documentos definitivos e ao cumprimento das formalidades legais e regulatórias aplicáveis. Informações adicionais serão oportunamente divulgadas ao mercado, de acordo com a evolução das negociações. Porto Alegre, 08 de março de 2013" (BMFBovespa, 2013)

Agrifirma Brazil Limited

A Agrifirma Brazil Limited é uma empresa brasileira de investimento, exploração e desenvolvimento de terras agrícolas fundada em 2008. Em 2010, a empresa atuava na captação de recursos financeiros internacionais para aplicação no mercado de terras rurais e nas atividades do agronegócio.

"O negócio da Agrifirma consiste em comprar terras, especialmente no Cerrado, e transformá-las em áreas produtivas. A empresa já levantou US\$ 179 milhões até agora, incluindo investimentos de dois magnatas de Hong Kong - Raymond Kwok e Adrian Fu - e o grupo de investimentos Lake House. *Há uma escassez de terras cultiváveis na própria China*", disse Fu, que atua no segmento hoteleiro. *'Eventualmente, a China terá de ir ao exterior para originar seus produtos agrícolas'*, disse. A família Kwok controla a Sun Hung Kai Properties, maior grupo de Hong Kong a atuar no segmento de desenvolvimento de propriedades." (VALOR ECONÔMICO, 2010) (Sem itálico no original) A empresa conta com o apoio de Jacob Rothschild, mas "a empresa é controlada por um fundo de private equity administrado pela BRZ Investimentos, que investiu US\$ 82 milhões no dia 31 de agosto de 2011 para ficar com uma participação não revelada na companhia. A Genagro Ltd., que entre os acionistas está Rothschild, tem uma participação minoritária." (BLOOMBERG,



(VALOR, 2016, p. 65)

2011) Este fundo de *private equity* administrado pela BRZ Investimentos pertence a Bndespar, Petrus e Previ, portanto, instituições brasileiras que atuam através do FBA – Fundo Brasil Agronegócio que constituiu uma *joint-venture* em 05/09/2011, com a Agrifirma, empresa agrícola brasileira pela qual o fundo fez um aporte de US\$ 82 milhões na *joint-venture*, denominada Agrifirma Brasil Agropecuária S/A que passou a controlar a Agrifirma Brazil Limited Agrifirma Brazil Limited, que conta também com a participação minoritária da empresa onde Jacob

Rothschild é acionista. Assim, o processo de mundialização levou a consolidação da aliança entre o Estado brasileiro via BNDES, e parte do proletariado de melhores salários das estatais nacionais - Petrus e Previ - a se tornarem aliados com o capital estrangeiro minoritário de Jacob Rothschild.

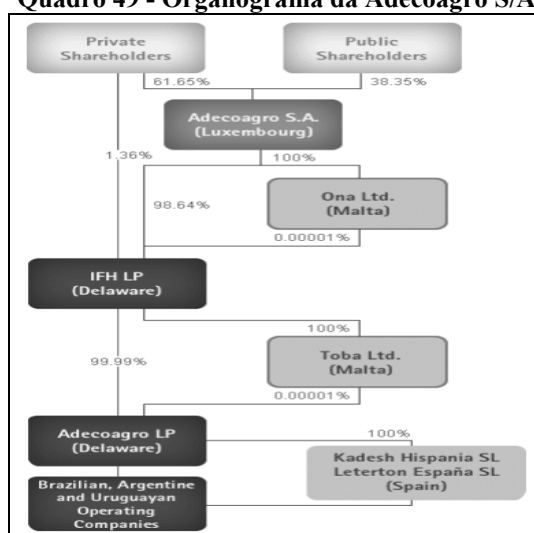
A empresa possuía, em meados de 2015, em seu portfólio próprio, no oeste do estado da Bahia, as fazendas Bananal adquirida em 2009/10 (38.841 hectares), Arrojadinho 2011/12 (20.148 hectares) e Rio do Meio (12.287 hectares) que somadas totaliza 71.356 hectares e a fazenda Campo Aberto que é arrendada da Genagro Ltd. com 5.919 hectares perfazendo o total de 77.215 hectares.

Adecoagro S/A

Outra empresa que abriu seu capital na bolsa de Nova York, no início do ano de 2011, foi a Adecoagro. A empresa tem entre seus sócios o bilionário George Soros através da Soros Fund Management LLC, Absalon, uma *joint venture* entre Soros e o sistema financeiro da Dinamarca, Boyce Land Co. Inc., PGGM Vermogensbeheer BV, Teays Rio Investments LLC e Elm Park Capital Management. O quadro 49 traz o organograma da Adecoagro S/A.

"A Adecoagro S/A é hoje uma das principais empresas produtoras de alimentos e energia renovável da América do Sul. Com presença na Argentina, no Brasil e no Uruguai, as atividades a que nos dedicamos incluem a produção de grãos, arroz, oleaginosas, lácteos, açúcar, etanol, café e algodão. Em setembro do ano de 2002, a Adecoagro entra no mercado agropecuário argentino com a aquisição da firma 'Pecom Agropecuária SA' e seus mais de 74.000 hectares de terra (...) No ano de 2004 começamos nossa expansão regional, adquirindo uma fazenda, a Macarena, em uma das áreas mais produtivas do Uruguai ... Ao mesmo tempo, começamos a análise de possibilidades de investimento no Brasil, desembarcando definitivamente nesse país em 2005 com a compra de três fazendas localizadas nos Cerrados brasileiros (...) Em agosto de 2006 foi incorporado a Alfenas Café (...) Em outubro de 2006 foi dado um passo importante em nosso projeto de café com a compra da Fazenda Lagoa do Oeste (...) Em 2011, a Adecoagro possuía mais de 270.000 hectares na Argentina, no Brasil e no Uruguai." (ADECOAGRO, 2011) Já em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía um total de 257.036 hectares, constituída por 20 fazendas na Argentina, 11 fazendas no Brasil e uma fazenda no Uruguai. Além disso, a Companhia possui e opera várias instalações de produção agroindustriais, incluindo três instalações de processamento de arroz na Argentina, duas instalações de lácteos, com aproximadamente 6.551 vacas leiteiras na Argentina e 10 plantas de grãos e arroz de condicionamento e armazenamento na Argentina." (REUTERS, 2015)

Quadro 49 - Organograma da Adecoagro S/A



Fonte: ADECOAGRO, 2013.

Radar Propriedades Agrícolas S/A

A Radar Propriedades Agrícolas S/A é subsidiária da Cosan S/A e foi criada em 2008. É mais uma empresa para atuar no mercado imobiliário rural através de investimentos em propriedades agrícolas, arrendamento de terras e gestão de portfólio. Seu objetivo é

"investir em imóveis agrícolas no Brasil, identificando propriedades com alto potencial de valorização, processando as aquisições e arrendando-as a grandes operadores agrícolas ..." (COSAN, 2011) A empresa tem como sócios o grupo Cosan e Fundos de Pensão norte-americanos." (VALOR ECONÔMICO, 2009)

O capital social da empresa em 2014 era controlado pela "holding" Radar II Propriedades Agrícolas S/A que detinha 16,26% das ações (a Radar II tem 65,10% das ações controladas pela Cosan S/A), através da Cosan S/A diretamente detinha outros 18,92% e, os outros 81,08% de investidores. Segundo acordo de acionistas, a Cosan S/A mantém o controle ordinário da empresa, através da maioria dos votos do Conselho de Administração. Além disso, tem a opção de subscrever 20% do seu capital nos próximos 10 anos.

A administração das fazendas se faziam através de outras empresas controladas tais como, a Radar II detinha 100% da empresa Águas da Ponte Alta S/A; e a Radar controlava 100% das empresas Nova Agrícola Ponte Alta S/A, Nova Santa Bárbara Agrícola S/A, Terras da Ponte Alta S/A e

Nova Amaralina S/A Propriedades Agrícolas. (VALOR ECONÔMICO GRANDES GRUPOS, 2014) A empresa está "sediada em São Paulo, possui quatro escritórios regionais, localizados em Piracicaba (SP), Jaú (SP), Diamantino (MT) e Balsas (MA). Seu portfólio está avaliado em mais de R\$ 5,012 bilhões." (COSAN, 2015)

No primeiro trimestre do exercício social de 2015, administrava fazendas em oito estados do país, totalizando de 263.265 hectares dedicados ao plantio de cana-de-açúcar, soja, milho e algodão. Deste total 105.030 hectares eram terras próprias avaliadas em R\$ 2,680 bilhões e, 158.235 hectares eram terras de propriedade de terceiros administradas pela empresa, avaliadas em R\$ 2,332. As terras próprias estavam localizadas em cinco estados: São Paulo 66.696 hectares (64%) destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar e avaliadas em R\$ 2,229 bilhões; Goiás 600 hectares (1%) destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar, soja, milho e avaliadas em R\$ 0,010 bilhão; Maranhão 18.276 hectares (17%) destinadas ao cultivo de grãos (soja, milho e algodão) e avaliadas em R\$ 0,158 bilhão; Mato Grosso 12.302 hectares (12%) destinadas ao cultivo de grãos (soja, milho e algodão) e avaliadas em R\$ 0,209 bilhão; e Bahia 7.155 hectares (7%) destinadas ao cultivo de grãos ((soja, milho e algodão)) e avaliadas em R\$ 0,074 bilhão.

Calyx Agro Ltd.

A empresa mundial Calyx Agro Ltd. foi fundada em 2007, com sede em Buenos Aires, Argentina, é uma empresa subsidiária da francesa Louis Dreyfus Commodities BV, e conta também, com a participação da americana AIG Capital Investments (37%). Atua através de suas subsidiárias, na identificação, aquisição, desenvolvimento, conversão, venda e arrendamento de terras agrícolas na Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. Também gerencia e opera propriedades para produzir commodities agrícolas. A empresa possuía em 2012, propriedades na Argentina: La Esmeralda (Pehuajó, 1.082 ha), Dolores (Villa Canas, 3.365 ha) e o Charabon (Ceres, 4638 ha). No Brasil, unidades com área com mais de 27.000 hectares, enquanto que no Uruguai 2.600 hectares e no Paraguai outros 2.900 hectares. (FARMLANDGRAB, 2012)

A crise financeira de 2008 abortou os planos elaborados antes dela pela empresa, pois, dos 100 mil hectares pretendidos pela empresa ainda no ano de 2008, somente 27 mil foram de fato adquiridos.

"De olho na forte valorização que as terras brasileiras podem ter no curto e médio prazo, a americana AIG Capital Investments adquiriu 37% de participação na Calyx Agro. A empresa tem como seus principais acionistas o grupo francês Louis Dreyfus Commodities, que no país é gigante em grãos e está crescendo em cana. O grupo Calyx

Agro também negocia propriedades rurais na Argentina e Uruguai (...) a empresa já tem duas propriedades na região do Mapito - nova fronteira agrícola que compreende os Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins. Vai alcançar 100 mil hectares até o final do ano." (VALOR ECONÔMICO, 2008)

Vision Brazil Investments S/A e a Tiba Agro S/A

A Tiba Agro S/A é outra empresa nesse novo padrão de conceito do agronegócio. Foi criada por um grupo de produtores rurais nacionais e investidores financeiros para atuar na aquisição de propriedades rurais. A empresa pertence a integrantes da Vision Brazil Investments S/A, que é uma empresa brasileira considerada líder na gestão de ativos alternativos.

A Vision Brazil Investments é também, uma empresa que atua para:

"ajudar investidores estrangeiros a alocar seus recursos em setores tais como, agricultura, financiamento e crédito na área agrícola, produção de terras agrícolas, imobiliário". (VISION BRAZIL, 2011) "A Vision, gestora de recursos que administra cerca de R\$ 1 bilhão, busca oportunidades em terras para clientes estrangeiros interessados em agronegócios (...) A empresa foi criada em 2006 por ex-banqueiros do Bank of America no país." (VALOR ECONÔMICO, 2008)

Ambas as empresas, Vision e Tiba nasceram no interior de um mesmo processo: o encerramento das atividades do Bank of América no Brasil. Ou seja, a empresa Vision Brazil Investments S/A e depois a Tiba Agro nasceram de um grupo de cinco executivos do Bank of América no país.

"Em 2003, quando o Bank of America ("BOFA") decidiu por encerrar as suas atividades no Brasil, um grupo de cinco executivos, incluindo Amaury Junior e Fabio Greco – sócios fundadores da Vision – foi nomeado para supervisionar o final das atividades e a liquidação das posições de risco ainda mantidas na carteira do BOFA. (...) Em 2006, vislumbrando as mudanças estruturais incipientes no Brasil – evidenciadas pela melhora dos indicadores macroeconômicos, os sócios fundadores da Vision decidiram por focar, exclusivamente, em produtos direcionados a investidores institucionais não residentes. (...) e os produtos e serviços financeiros direcionados a investidores institucionais estrangeiros serviram de base para formar a Vision Brazil Investments, gestora de recursos independente tendo como foco oportunidades de investimentos em ativos reais no Brasil." (VISION BRAZIL, 2015a)

Assim a empresa Vision passou a operar no mercado imobiliário brasileiro urbano e rural.

"A Vision Brazil Investments tem participado no setor imobiliário desde 2006 quando adquiriu participação societária em projeto de desenvolvimento imobiliário residencial. (...) Em 2010, a equipe de mercado imobiliários separou-se da Vision para criar uma empresa 100% dedicada ao setor imobiliário. A partir de então, a Vision Brazil Investments passou a buscar oportunidades na região nordeste, onde as taxas de crescimento têm sido acima da média nacional. A partir de abril de 2013, a Vision Brazil Investments passou a alocar recursos próprios no desenvolvimento de um projeto imobiliário tendo como foco a conversão de áreas rurais em áreas urbanas." (VISION BRASIL, 2015b)

Para gerenciar mais 335 mil hectares de terras agrícolas a Vision, a partir de 2008, através uma parte dos sócios criou a Tiba Agro S/A, que já vendeu mais de 100 mil hectares no mercado de terras.

"A Vision Brazil Investments gerencia mais de 335,000 hectares de terras agrícolas. Em 2008, a Vision Brazil Investments criou a TIBA Agro, um dos maiores projetos agrícolas na região do Cerrado brasileiro. O foco do investimento é a transformação da terra improdutiva em fazendas com a infraestrutura necessária à operação e alta produtividade agrícola. Até junho de 2013, quatro áreas rurais, totalizando mais de 100,000 hectares, foram vendidas." (VISION BRASIL, 2015c)

A Tiba Agro concentra suas ações no Cerrado brasileiro, colocando-se entre as primeiras em estoque de terras.

"A Tiba Agro pertence a dois ex-executivos do Bank of America: Fabio Greco e Amauri Fonseca Junior, que têm fatia de 25% da Tiba. Para juntar os recursos necessários para à aquisição das áreas, eles levantaram US\$ 300 milhões por meio de fundos de *private equity*, com cotistas americanos e europeus que passaram a ter 45% da companhia. Também se uniram a dois produtores rurais, os irmãos Francioni, da Bahia, e o grupo Golin, da região Centro-Oeste, que já possuíam algumas fazendas que foram trocadas por 30% da Tiba (...) O próximo passo da Tiba Agro será colocar suas 13 fazendas no Piauí, no Mato Grosso e na Bahia para produzir grãos, principalmente soja, algodão e milho." (VALOR ECONÔMICO, 2010)

LG Agronegócios e Participações S/A

Entre essas novas empresas que atuam, simultaneamente, no mercado commodities como trading, como empresa capitalista de produção de grãos e no mercado imobiliário de arrendamento, compra e vendas de terras está também, a LG Agronegócios e Participações S/A. A empresa

mundial monopolista foi fundada em 2008, pelo banqueiro carioca Gilberto Sayão ex-sócio do Banco Pactual, através da Vinci Partners (gestora formada por ex-sócios do Banco Pactual) e pelo empresário argentino do setor de grãos Gustavo Grobocopatel da Los Grobo Agro do Brasil S/A.

Em reportagem no jornal O Estado de São Paulo, Patrícia Cançado com a colaboração de Melina Costa traduziram essa nova onda de empresas capitalistas no campo brasileiro, visando a formação de empresas mundiais monopolistas.

"Neto de cafeicultor, o banqueiro carioca Gilberto Sayão cresceu ouvindo o pai dizer que fazenda era lugar para enterrar dinheiro. Há cinco anos, contrariando a tese do pai, comprou sua primeira grande propriedade, em Mato Grosso. (...) [Em meados de 2011 tinha] cinco fazendas de gado de corte e de grãos no Centro-oeste, para onde voa uma vez por mês. O ex-sócio do Banco Pactual até ganha dinheiro com o negócio, mas seu objetivo ali, dizem os mais próximos, é criar "reserva de valor". Na verdade, esse mergulho no mundo rural serviu como a base de um projeto muito mais ambicioso. Ao lado do argentino Gustavo Grobocopatel, um dos maiores produtores de soja da Argentina, Sayão agora pretende repetir no agronegócio o que fez no mercado imobiliário (...). A LG Agro não é apenas uma fazenda. Ela avança na cadeia do agronegócio, ocupando o espaço dominado pelas tradings. Seu modelo engloba quatro áreas de atuação: imobiliária (compra e venda de terras); produção de soja, milho e trigo, basicamente em fazendas arrendadas; produção de açúcar e álcool (atualmente tem uma usina em operação e duas em execução); e, por fim, serviços (consultoria, comércio, distribuição, armazenagem e financiamento a pequenos agricultores). É uma estratégia defensiva, para não depender de apenas uma dessas áreas, explicam fontes próximas à operação. Todos esses negócios já existiam separadamente, mas foram agrupados, no fim do ano passado [2010], numa só companhia, que já nasce com uma receita de R\$ 1 bilhão. O objetivo é ter o capital aberto em bolsa - o pedido de registro foi encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no dia 31 de maio, mas o projeto foi adiado em função do humor do mercado de capitais. (...) Sayão e Grobocopatel se conheceram por causa da PDG, em julho de 2007, (...) os dois ficaram sócios um ano depois na Los Grobo, empresa fundada por Grobocopatel, e na Sollus, de investimento em terras. O banqueiro gostou do modelo que o argentino criou, porque quebrava a dinâmica da produção tradicional, oferecendo um pacote completo de serviços para os agricultores menores e cobrando uma taxa por isso. No fundo, parecia mais um banco que uma fazenda. E as margens obtidas com os serviços acabavam sendo muito maiores do que as da produção propriamente dita. O modelo deu certo na Argentina e avançou no Maranhão, Piauí e Tocantins. (...) [Em 2011] a LG Agro produz em 254 mil hectares de terra e comercializa 2,7 milhões de toneladas de grãos, segundo dados do prospecto preliminar da companhia. Embora seja

gigante na Argentina, país onde começou, o crescimento virá do Brasil nessa nova fase.

O negócio imobiliário (...) são 30 mil hectares de terras, arrendadas exclusivamente para a Los Grobo. Segundo pessoas ligadas ao grupo, Sayão não acredita no retorno financeiro do negócio imobiliário puro. Para o banqueiro, esse braço só faz sentido dentro da engrenagem completa. (...) A LG Agro faz parte de uma revolução silenciosa iniciada há cerca de quatro anos no agronegócio brasileiro. Trata-se do surgimento de grandes corporações na área de grãos ..." (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2011a) (Sem grifos e negritos no original)

Como já abordado neste livro, também, em 2008, o Grupo argentino Los Grobo passou a atuar no Brasil através da Ceagro do Brasil S/A, empresa nacional constituída em 1987, pelo paranaense Paulo Alberto Fachin. A associação se fez através da Ceagro Agronegócios S/A na qual a Los Grobo Brasil Central S/A passou a deter 40% do capital. A Los Grobo Agro do Brasil na época já era uma *joint venture* entre Gustavo Grobocopatel e o fundo Pactual Capital Partners (PCP). Dentro do acordo havia a Sollus Capital S/A como empresa que tinha a função de arrendar as terras para a Ceagro.

Ainda em 2011, a empresa *holding* LG Agronegócios e Participações S/A, adquiriu e passou a controlar as empresas Sollus Capital (100%), Los Grobo Agroindustrial do Brasil S/A (56,88%) (...). Dessa forma, a empresa mundial argentina Los Grobo ficou com 43,22% da Los Grobo no Brasil e a LG Agro tornou-se sócia majoritária da empresa. Ou seja, a *holding* LG Agronegócios e Participações S/A ficou com o controle da Sollus Capital e da Los Grobo no Brasil. Em decorrência da reorganização societária, o Grupo Los Grobo passou a ser integralmente controlado pela *holding* LG, sendo que a empresa *holding* LG ficou com 56,88% da subsidiária brasileira Los Grobo. O Grupo Los Grobo por sua vez, passou a deter os outros 43,2%. Ou seja, a "LG Agronegócios e Participações SA é uma holding. A empresa, através de suas subsidiárias, se engaja na produção e processamento de grãos. A empresa está sediada em São Paulo, Brasil. LG Agronegócios e Participações S/A opera como uma subsidiária do Grupos Los Grobo S/A." (BLOOMBERG, 2015)

O objetivo de toda reorganização societária era a abertura de capital da empresa na BM&F Bovespa.

"O conglomerado de agronegócios argentino Grupo Los Grobo adiou os planos de realizar uma oferta pública inicial de ações (IPO) no Brasil, afirmou (...) o Los Grobo pretende transferir a maior parte de seus ativos no sul da América do Sul para a holding brasileira LG Agronegócios e Participações S.A. e depois listar ações na bolsa BM&F Bovespa e no exterior. A LG Agronegócios e Participações S.A. têm como sócios a família argentina Grobocopatel e a Vinci Partners, gestora formada por ex-sócios do Banco Pactual. O Los Grobo não definiu um prazo para a

IPO. A companhia possui operações na Argentina, no Brasil, no Paraguai e no Uruguai. (...) Os acionistas vendedores na oferta são da família Grobocopatel, além de outras pessoas físicas e a Sollus Capital Company LLC, que atua com arrendamento de terras." (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2011b)

Entretanto, com o alongamento da crise financeira mundial de 2008, a LG não abriu seu capital na BM&F Bovespa, e em 2013, vendeu sua participação na Ceagro para os japoneses da Mitsubishi Group. Assim, a LG ficou "50% da operação da Los Grobo no Brasil (esvaziada com a venda da Ceagro) e 22% na holding global." (FUSÕES&AQUISIÇÕES, 2013) A LG ficou com o controle da Sollus Capital S/A e a Los Grobo com a Los Grobo Agroindustrial do Brasil S/A um moinho de trigo localizado em Jundiaí/SP.

Sollus Capital S/A

Como já indicado a empresa Sollus Capital S/A é controlada pela empresa LG Agronegócios e Participações S/A LG Agronegócios e Participações S/A. É também, um exemplo de empresa que adquire terras com capital estrangeiro e brasileiro.

"A Sollus é uma empresa de investimentos em terras com potencial agrícola, preferencialmente para grãos, que cobre atualmente Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. A sociedade foi fundada em 2008 por um grupo de características singulares e complementares: Vinci Partners, veículo de investimento de ex-sócios do Banco Pactual; Touradj Capital Management, "hedge fund" de "commodities" sediado em Nova York com aproximadamente US\$ 3,5 bilhões de ativos sob gestão; e Grupo Los Grobo, uma das maiores empresas de agronegócio que atua na América do Sul produzindo grãos, com foco em soja, milho, trigo e girassol." (SOLLUS CAPITAL, 2015)

Em 2011, a *holding* LG Agronegócios e Participações S/A comprou Sollus Capital S/A e a Los Grobo para atuar em na cadeia agrícola no Brasil.

"A *holding* LG Agronegócios e Participações S.A. recebeu nesta semana o aval da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda para comprar as empresas brasileiras Sollus Capital e a Los Grobo (...). Com a incorporação, a LG pretende atuar em toda a cadeia agrícola, desde a aquisição e preparação de terras até a produção de grãos (...), passando pelo fornecimento de serviços para o setor, como comercialização de insumos, semeadura e colheita de commodities agrícolas, além de armazenamento de produtos. (...) Em função da reorganização societária a ser realizada com a entrada da LG, (...). Depois de concretizada a operação, (...) a LG terá ainda (...) 100% da Sollus. O contrato de investimentos e outros ajustes foi firmado entre

as empresas citadas no último dia 14 de junho [2011]." (ESTADO DE SÃO PAULO, 2011)

Até o ano de 2013 a empresa Sollus Capital S/A "vendeu uma única fazenda, de pouco mais de 700 hectares. Quando a empresa foi criada, [em 2008], os sócios fundadores informaram que o ciclo de investimentos da Sollus duraria de três a cinco anos, período necessário para que a região atingisse sua maturidade e a terra alcançasse seu ápice de valorização." (VALOR ECONÔMICO, 2013) Em decorrência da crise financeira de 2008, a empresa neste mesmo ano de 2013 foi colocada à venda sem que se encontrasse comprador para ela. A reportagem também detectou informações controversas sobre a participação do grupo Los Grobo na empresa:

"A empresa de investimentos em terras Sollus Capital, sociedade entre a americana Touradji Capital e a brasileira Vinci Partners, está à venda. O Valor apurou que a companhia foi oferecida a pelo menos três grandes empresas do setor agrícola desde o ano passado, mas que as conversas não avançaram. A Sollus tem uma área de 30 mil hectares – dos quais, aproximadamente 16 mil cultiváveis – no Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia (região conhecida como "Mapitoba"). A maior parte da área é operada pela Ceagro, recém-adquirida pela japonesa Mitsubishi em uma negociação estimada em US\$ 500 milhões. A Sollus foi fundada em julho de 2008 e teve o apoio técnico da Los Grobo do Brasil (*joint venture* entre o grupo do empresário argentino Gustavo Grobocopatel e a Vinci), que havia acabado de adquirir a Ceagro. **Grobocopatel afirmou ao Valor que ele e a Los Grobo nunca tiveram participação acionária na Sollus.**" (VALOR ECONÔMICO, 2013) (sem grifos, itálicos ou negritos no original)

A empresa controlada pela LG possuía em 2015, onze fazendas com o total de 29.153 hectares. As propriedades rurais eram: Lone-BA com 1.500 hectares e Tria-BA com 2.595 hectares em Jaborandi/BA; Tran-PI com 5.488 hectares e Alta-PI com 3.235 hectares na Serra do Quilombo/PI; PFAC-TO com 2.986 hectares e Bela-TO 3.130 hectares em Campos Lindos/TO; Mizzi-MA com 4.743 hectares, Marv-MA com 1.167 hectares, Ludg-MA com 1.299 hectares, Fox-MA com 537 hectares e, Moze-MA com 2.513 hectares no Pé de Galinha/MA.

BrasilAgro S/A

Já a empresa BrasilAgro possui 174 mil hectares adquiridos por um fundo da Tarpon, pela argentina Cresud e por Ellie Horn (fundador da Cyrela). Seu modelo de negócio é parecido com a Tiba Agro, pois, faz a conversão de terras e a produção em 50 mil hectares.

"Atua na aquisição, desenvolvimento, exploração e comercialização de propriedades rurais com aptidão agropecuária (...) Em 2006, adquirimos um total de 10 propriedades rurais, sendo que, em junho de 2008, realizamos a venda de uma fazenda. O nosso plano de negócios contempla a valorização de nossas propriedades rurais como o nosso principal vetor de retorno financeiro." (BRASIL AGRO, 2011)

Em abril de 2013 a empresa comprou ativos relacionados a propriedades rurais detidos pela controladora Cresud no Paraguai, e, passou a controlar 50% da empresa paraguaia Cresca S/A (os outros 50% pertencem a empresa paraguaia Carlos Casado S/A.

"O conselho de administração da BrasilAgro aprovou a compra de ativos relacionados a propriedades rurais no Paraguai detidos pela Cresud. A transação inclui a aquisição de 50% de participação na Cresca, sociedade proprietária de terras rurais localizadas no Paraguai, e os direitos e obrigações da Cresud decorrentes do contrato de serviços de consultoria para o desenvolvimento das propriedades, celebrado em 3 de setembro de 2008 entre a Cresud e a Cresca. O valor da transação totaliza US\$ 18,500 milhões. A transação estabelece ainda um ajuste no preço em caso de venda futura de ativos pela Cresca. No caso de uma eventual venda de até 24.000 hectares de terra não desenvolvida, no período de um ano, a companhia deve pagar à Cresud um valor correspondente a 25% do preço de venda que exceda US\$ 350 por hectare. A Cresca exerceu a opção de adquirir 96.354 hectares adjacentes à fazenda original, a US\$ 350 por hectare. Dessa forma, o investimento total da BrasilAgro é de US\$ 35,861 milhões, sendo US\$ 16,861 milhões referente ao aumento de capital na Cresca para exercer a opção de compra. Após concluir essas transações, a BrasilAgro irá administrar 141.931 hectares no Paraguai, dos quais aproximadamente 70 mil hectares são agricultáveis. O preço médio obtido ao dividir o investimento total por 50% dos hectares totais é de, aproximadamente, US\$ 500 por hectare. Atualmente, aproximadamente 12.000 hectares correspondentes às propriedades da Cresca estão em operação e o restante corresponde a terras ainda não desenvolvidas." (GLOBO, 2013)

Em 2014, a BrasilAgro fez comunicado ao mercado sobre venda de propriedade rural no Paraguai através da empresa Cresca S/A, na qual detém 50% das ações.

"A BrasilAgro informou, por meio de fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que a Cresca - sociedade proprietária de terras rurais localizadas no Paraguai, da qual a BrasilAgro detém 50% da participação societária - vendeu 24.624 hectares por ela adquiridos em dezembro de 2013. O valor da transação foi de US\$ 600 por hectare, o que equivale a US\$ 14,8 milhões. A terra foi adquirida por US\$ 350 por hectare em dezembro. Após essa transação, a Cresca passa a ter 117.331 hectares, dos quais aproximadamente 60 mil hectares são agricultáveis. Segundo o fato

relevante que não identifica a outra parte na transação, o comprador realizou pagamento inicial de US\$ 1,9 milhão e o saldo remanescente será pago em três parcelas anuais, devendo a primeira parcela, no valor de US\$ 4,3 milhões, ser paga até o dia 15 de julho de 2014, mediante a outorga da escritura e a entrega da posse da área vendida. Julio Piza, CEO da BrasilAgro, disse que a companhia não deve realizar mais vendas de terras agrícolas no Paraguai no curto prazo, mas novas vendas já estão engatilhadas no Brasil e devem ser concretizadas "em breve". Sobre a negociação feita pela Cresca, Piza afirma que esse é o "valor de mercado" da terra - a BrasilAgro havia pago menos devido a condições vantajosas que obteve no momento da negociação, no fim de 2013. "*Quem comprou essa área foi um grande produtor paraguaio*", contou. Após a transação, a Cresca passará a ter 117,3 mil hectares, dos quais aproximadamente 60 mil hectares agricultáveis." (GLOBO, 2014) (sem itálico no original)

Em junho de 2015 a empresa informou a Comissão de Valores Mobiliários (CMV) que vendeu uma propriedade de 27.745 hectares por R\$ 270 milhões, por meio de sua subsidiária Imobiliária Cremaq:

"A fazenda, chamada Cremaq e localizada no município piauiense de Baixa Grande do Ribeiro, foi adquirida em 2006 por R\$ 42,3 milhões e, na ocasião, tinha uma área total de 32.702 hectares. Dessa área inicial, 4.957 hectares já haviam sido vendidos em maio de 2013. O pagamento de 25% do valor foi efetivado ontem e o saldo, corrigido por CDI, será pago no registro da escritura, o que a companhia estima que acontecerá nos próximos 90 dias. De acordo com a BrasilAgro, a expectativa é que a venda tenha uma taxa interna de retorno de 20,4%, e o projeto Cremaq como um todo, de 21,4%. "*Do ponto de vista contábil, o valor da fazenda nos livros da companhia é de R\$ 63,4 milhões (aquisição + investimentos líquidos de depreciação)*", disse o CEO Julio Toledo Piza, no comunicado. A venda deve aumentar o patrimônio da BrasilAgro em cerca de 30%, previu o executivo. A BrasilAgro atualizou os números de sua atividade imobiliária no mesmo comunicado. Segundo a empresa, já foram adquiridos 248.197 hectares (165.416 hectares agricultáveis) desde 2006, com o desenvolvimento de mais de 100.000 hectares e a venda de 65.399 hectares (41.049 hectares agricultáveis). Nesse período, foram investidos R\$ 399 milhões nas aquisições e R\$ 188 milhões no desenvolvimento das propriedades. "Já realizamos oito vendas de propriedades, somando um total de R\$ 500 milhões", afirmou Piza. Após a venda da Cremaq, a BrasilAgro tem ainda um total de 182.798 hectares: 73 mil hectares em produção e um banco de terras de 51 mil hectares, o que alcança uma área agricultável de 124.367 hectares. Outros 58.432 hectares são de reservas legais e áreas de preservação permanente, segundo a empresa." (VALOR ECONÔMICO, 2015) (Sem grifos no original)

Em 31/08/2016, a composição acionária da empresa de capital aberto na Bovespa era: Cresud S/A C.I.F Y A 39,76%, Autonomy Capital 12,50%, Ellie Horn 5,62% (parte do Capital Town LLC), Outros 42,12%.

Cantagalo General Grains S/A

A Cantagalo General Grains é também empresa nova nesse segmento. Começou com uma área total de 150 mil hectares e um aporte, também inicial de R\$ 90 milhões dos acionistas.

"Formada pela união entre Coteminas, o produtor rural Wilson Vian, da Agrícola Estreito, e Paulo Roberto Moreira Garcez, fundador da trading Multigrain, que foi vendida para a multinacional japonesa Mitsui (...) O modelo da Cantagalo também vai desde a compra de terras até a comercialização de grãos." (...) (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2011) "Com o nome de Cantagalo, para homenagear o seu pai - o ex-vice-presidente da República José Alencar, que assim registrara a sua primeira fazenda, em Minas Gerais -, Josué estudava desde o fim de 2009 investir no setor agrícola, instigado por Garcez, parceiro e amigo desde quando a Coteminas comprava algodão das *tradings* que o executivo dirigiu, como a Glencore, da Suíça, e a ADM, dos EUA. Ambos viram a oportunidade surgir quando outro sócio da Mitsui, a CHS, dos EUA, passou a operar direto no Brasil e se desinteressou pela sociedade na Multigrain. A CHS queria vender a sua parte aos outros sócios. A Mitsui queria ficar. Garcez começou a planejar o voo solo, com ou sem a Multigrain, e convidou Josué a vir com ele. Um consultor os ajudou a formatar o nexa do negócio. A família de Josué tinha fazendas dispersas. Garcez tinha outras. Um amigo dos dois, o agricultor Wilson Vian, da GFN Agrícola, queria expandir-se. O trio decidiu juntar as terras, plantadas com soja, milho e algodão, surgindo dessa fusão a Cantagalo General Grain. A nova empresa agrícola emerge com 151 mil hectares plantados nos estados de Minas, Mato Grosso, Goiás e Piauí, já localizou o dobro dessa área para aquisições e está com a *trading* montada. No papel, a Cantagalo já é a sexta ou sétima maior empresa agrícola do país, numa lista liderada pelo grupo SLC, de controle familiar e capital aberto, com 312 mil hectares entre terras próprias e arrendadas." (BRASIL AGRO, 2011)

Como já indicado neste texto, a Cantagalo tem associação com a multinacional japonesa Sojitz Corporation que detém 43% do capital social da CGG Trading S/A e 5% da Cantagalo General Grains S/A, ambas controladas pela Wembley S/A e Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda do Grupo Coteminas. A Sojitz Corporation está fazendo investimentos no Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram) para beneficiá-las com o aumento das exportações de alimentos para o mercado asiático.

Vanguarda Agro S/A

Também, entre essas novas empresas está a Vanguarda Agro S/A. Originalmente o nome vem de uma empresa *trading* mato-grossense Vanguarda Brasil S/A. Ela passou por uma ação iniciada pelo empresário espanhol Enrique Bañuelos.

"Com a intenção de formar um gigante, o investidor adquiriu o controle da produtora de algodão Maeda e promoveu uma associação com a BrasilEcodiesel, que diversificou suas atividades para além do biodiesel. Agora, ele conseguiu aprovar uma fusão entre a BrasilEcodiesel e a Vanguarda, produtora de algodão e soja. Metade do capital da Vanguarda pertence ao espanhol, por meio de sua holding de investimentos, a Veremonte. A outra metade é do empresário e político mato-grossense Otaviano Pivetta. Por trás desse esforço, está uma lógica financeira. Bañuelos pretende atrair sócios chineses para o agronegócio." (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2011)

A crise financeira de 2008 estrangulou os planos e o resultado foi os desentendimentos repletos de traições, alianças, golpes, entre os sócios brasileiros e o investidor espanhol. Tudo como é comum no mundo dos negócios quando envolvem sujeitos sociais que querem a todo custo riqueza rápida. Bañuelos decidiu então diminuir sua participação na V-Agro.

"A decisão de reduzir o tamanho da Veremonte foi tomada depois que Bañuelos perdeu uma queda de braço na **Vanguarda Agro, maior produtora brasileira de grãos dentre as companhias do setor listadas na Bovespa**. Bañuelos dizia que pretendia transformar a Vanguarda, resultado da fusão entre a Maeda, a Brasil Ecodiesel e a antiga Vanguarda Brasil, em uma líder mundial do setor. Seus sócios na empreitada eram o investidor Helio Seibel [Leo Madeiras, Duratex, etc.], o empresário Otaviano Pivetta (controlador da antiga Vanguarda) e Silvio Tini (ex-controlador da Brasil Ecodiesel). A empresa foi criada entre maio e outubro do ano passado. Mas, já no fim de 2011, a coisa começou a desandar. No centro da discórdia estava uma proposta de Bañuelos: a criação de um fundo de terras montado com as fazendas da Vanguarda — fundo que garantiria um rendimento mínimo de 20 milhões de reais por ano para sua Veremonte e ajudaria a reduzir as dívidas de 570 milhões de reais da Vanguarda, que enfrentava problemas de caixa. Mas faltou combinar com os sócios, que detestaram a ideia. Para eles, as taxas eram muito altas (2% de administração e 20% de performance), e o desenho do fundo era feito pensando mais na Veremonte do que na saúde financeira da Vanguarda, que cederia metade de suas terras avaliadas em 1 bilhão de reais. Em novembro, no auge do impasse, os representantes de Bañuelos na Vanguarda renunciaram a seu cargo na empresa. Briga foi parar na justiça. A partir daí a briga entre o espanhol e seus sócios foi subindo de

tom. Bañuelos se sentiu traído por Pivetta, então, maior acionista da Vanguarda Agro, com 27% das ações. Ele afirma que Pivetta não teria cumprido um acordo que o obrigava a apoiar a criação do fundo de terras, além de votar com a Veremonte no conselho de administração da Vanguarda. O troco de Bañuelos veio pouco mais tarde. Quando vendeu 40% de suas ações na Vanguarda para o espanhol, Pivetta contraiu uma dívida de 90 milhões de reais com o banco BTG Pactual, que deveria ser paga em 23 de dezembro de passado [2011]. Na mesma data, Pivetta deveria receber uma parcela de 106 milhões de reais de Bañuelos. **O espanhol não pagou a dívida e deixou Pivetta com o pires na mão. Sem dinheiro, Pivetta, que também foi prefeito da cidade mato-grossense de Lucas do Rio Verde, foi obrigado a entregar 10% das ações da Vanguarda que havia dado em garantia ao BTG Pactual.** A partir daí as versões dos dois lados ficam ainda mais divergentes. Marcelo Paracchini diz que Pivetta foi avisado do não pagamento da parcela devida por Bañuelos e que o valor devido foi depositado em juízo. O advogado de Pivetta, Francisco Pinheiro Guimarães, nega. O fato é que a questão foi parar na Justiça — e cada um dos lados diz que foi responsável por levar a briga aos tribunais. Não bastasse o quiproquó com Pivetta, Bañuelos também brigou com outro sócio, o investidor Helio Seibel, que fez fortuna no setor madeireiro. As pessoas próximas, Bañuelos atribui a mudança de atitude de Pivetta à influência de Seibel, que estaria insatisfeito com o poder do espanhol no controle da Vanguarda. Além disso, a Veremonte acusa Seibel de ter manipulado o preço de suas ações no fim do ano. No nascimento da Vanguarda Agro, Bañuelos vendeu o equivalente a 8% da empresa para Seibel ao preço de 70 centavos a ação. Para compensar o risco, comprometeu-se a compensar Seibel financeiramente caso as ações caíssem abaixo desse patamar — em troca, garantiu o direito de preferência, a ser exercido se Seibel decidisse vender suas ações. Deu tudo errado. A equipe de Bañuelos acusa Seibel de ter vendido quatro lotes de ações sem garantir o direito de preferência. Além disso, alega que uma dessas movimentações aconteceu às vésperas de um anúncio de péssimos resultados da Vanguarda, em 14 de novembro. Como se sabe, acionistas controladores são proibidos de movimentar suas ações até 15 dias antes da divulgação de resultados. Como as ações da empresa caíram abaixo dos 70 centavos, Bañuelos diz que a dívida com Seibel soma 300 000 reais. O outro lado cobra 11 milhões de reais do espanhol. Sem ter como impor a criação do fundo de terras a seus sócios e afirmando não acreditar no modelo de gestão da Vanguarda, Bañuelos alega que não deve permanecer como sócio da companhia por muito tempo. Em meados de dezembro, ele fez uma grande venda de ações e reduziu sua participação..." [na empresa] (EXAME, 2012) (Sem grifos e negritos no original)

No mês de maio de 2012, o espanhol Enrique Bañuelos vendeu 11% do capital social da Vanguarda Agro a Octaviano Pivetta (Vanguarda

Participações) por 42 milhões de euros. "Os investimentos realizados anteriormente por Bañuelos na companhia, somados à venda dos 11% da Vanguarda Agro, chegam a 120 milhões de euros. Após esta operação, Bañuelos ficará com uma participação inferior a 3% na companhia." (EXAME, 2012)

Dessa forma, a empresa desenvolve um projeto de integração entre suas diferentes áreas de negócios: produção de grãos, *trading* e produção de biodiesel:

"A Vanguarda Agro, é uma sociedade anônima, constituída no Brasil, possuindo o status de Companhia Aberta deferido pela CVM em 9 de novembro de 2006. Em 10 de novembro de 2006, foi realizada a Oferta Pública Inicial de Ações. A V-Agro é o resultado da incorporação de três empresas: Brasil Ecodiesel, Maeda Agroindustrial (incorporada em dezembro de 2010) e Vanguarda Participações (incorporada em setembro de 2011). As duas últimas empresas, genuinamente agrícolas, consolidaram a estratégia da Companhia de adoção de um novo modelo de negócios com foco na produção de grãos e fibras. Sua transformação operacional e conseqüentemente sua mudança de denominação social para Vanguarda Agro S.A. ocorreram em 10 de outubro de 2011. Como decorrência do foco em grãos, a Companhia promoveu um plano continuado de desinvestimento de ativos ligados ao biodiesel para concentrar todos os seus esforços na alocação de recursos para o desenvolvimento da operação agrícola. Com aproximadamente 224,3 mil hectares, a Vanguarda Agro tornou-se uma das Companhias que detém a maior extensão de terras sob gestão do país, além de ser uma das maiores produtoras de grãos e fibras do país listada no Novo Mercado da BMF&BOVESPA, com *ticker code* VAGR3. Sua estrutura acionária é pulverizada com predominância majoritária de investidores brasileiros: Salo David Seibel atua no setor madeireiro, acionista e Presidente do Conselho de Administração da Duratex e Leroy Merlin; Helio Seibel atua no setor madeireiro, proprietário da Leo Madeiras e acionista e membro do Conselho de Administração da Leroy Merlin; Silvio Tini de Araújo detém a Bonsucex Holding Ltda com investimentos na Alpargatas, Bombril, Paranapanema e Mineração Buritirama; e Otaviano Olavo Pivetta." (VANGUARDA AGRO, 2015)

Sua estrutura societária em 31/07/2015 era a seguinte: Gavea Investimentos 14,98%, Fim Cp Vnt 11,99%, Ewz Investments Llc - Socopa Sociedade Corretora 11,20%, Fim Cp Veritas2 9,08%, Fim Credito Privado Veritas 8,52%, Bonsucex Holding 7,81%, Silvio Tini de Araújo 5,47%, Salo Davi Seibel 5,36%, Pollux Capital Administradora de Recursos Ltda 1,86%, Mineração Buritirama S/A 0,46%, Hélio Seibel 0,21%, Darci de Araujo 0,15%, João José Oliveira de Araujo, 0,01%, Outros 22,90% e Ações Tesouraria 00,0%. (BMFBOVESPA, 2015)

O Grupo Vanguarda Agro plantou na safra 2014/15 área de 151,3 mil hectares (Mato Grosso 125,9 mil hectares, Piauí 14,9 mil hectares e Bahia 10,5 mil hectares), com soja, milho, algodão e girassol.

No início do ano de 2016 a Vanguarda Agro passou a ter um novo sócio; Laplace Finanças. A nova empresa assumiu as posições que eram ocupadas por Hélio e Salo Davi Seibel.

Agrinvest do Brasil S/A

A Agrinvest do Brasil S/A é uma empresa de capital fechado fundada em 2005 com sede em Ribeirão Preto/SP, tem como atividade principal a agricultura, colheita e venda de soja e outros produtos agrícolas. Assim, a Agrinvest do Brasil S/A é outro exemplo de empresas mundiais, pois se trata de uma empresa formada com recursos de mais de US\$ 100 milhões (desde o início de suas operações até 2013) do fundo norte-americano Ridgefield Capital e controlado pelo *trader* Robert Ellis. A empresa dedica-se à produção em 100 mil hectares de soja no Maranhão e em Mato Grosso, dos quais 16 mil são próprias. A empresa fez no ano de 2010 uma operação pioneira no agronegócio para obter capital no exterior.

"A Agrinvest emitiu títulos, do tipo *private placement* na Euroclear, uma espécie de câmara internacional de compensação de títulos, e captou 26 milhões de dólares. A Euroclear tem sede mundial em Bruxelas e é o maior provedor de serviços para liquidação de títulos, ações e transações de fundos de investimentos do mundo. A Agrinvest criou uma subsidiária nas Ilhas Cayman, que emitiu os papéis na Euroclear, garantidos pela empresa brasileira. A subsidiária capta o dinheiro no mercado e remete para o Brasil como capital de giro para a Agrinvest. Parte da garantia aos investidores é dada em exportação da soja e parte por contratos de venda que a Agrinvest tem com a Bunge." (EXAME, 2010)

No ano de 2012, o fundo norte-americano Ridgefield Capital vendeu sua participação na empresa Agrinvest do Brasil S/A para um grupo de investidores brasileiros:

"No ano passado, a Ridgefield vendeu sua participação para um grupo de investidores brasileiros, entre os quais o diretor-presidente da companhia, o ex-trader de commodities Roberto Martins.

Pátria e Agrinvest não comentam o assunto, mas o Valor apurou que a empresa se ressentia da escassez de capital de giro para abrir e operar novas áreas na região conhecida como Mapitoba (enclave entre Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia), considerada a última fronteira de expansão agrícola do país. Diferentemente de empresas como a Brasilagro, que adquire e desenvolve terras agrícolas visando à valorização imobiliária, a Agrinvest adota um modelo baseado quase que exclusivamente na operação de áreas arrendadas de terceiros. A empresa é proprietária de apenas 12,6 mil hectares. Uma fonte próxima à Agrinvest disse ao Valor que, embora a empresa tenha pouco capital imobilizado - uma suposta vantagem em relação a outras produtoras de

grãos -, a escassez de garantias reais faz com que enfrente dificuldades para levantar recursos e fazer os investimentos necessários para acelerar o ritmo de crescimento. (...) Em recente entrevista ao Valor, Roberto Martins afirmou que a companhia tem mais 22 mil hectares (entre terras próprias e arrendadas) para abrir e cultivar nos Estados do Maranhão e Piauí." (VALOR ECONÔMICO, 2013)

Em 2014, a empresa possuía cultivados 84 mil hectares de terras (soja 69,6 mil hectares e 14,7 mil hectares de milho) distribuídos nos estados de Mato Grosso, Maranhão, Piauí e Tocantins.

Grupo El Tejar

Entre essas empresas que estão atuando no Brasil está também, o Grupo El Tejar argentino com sede nas Ilhas Bermudas, um paraíso fiscal de domínio inglês, situado no Oceano Atlântico, hemisfério norte. Atua através da empresa "O Telhar Agropecuária Ltda.", via seu *country manager* Javier Angió, e tem sede em Primavera do Leste/MT. (EL TEJAR, 2011)

"A empresa tem como sócios a empresa espanhola ET Spainco S.L, e cedeu cotas à empresa CV LUXCO S.A. R.L., de Luxemburgo, todas representadas por Javier Angió, proprietário da "O Telhar Agropecuária Ltda." (...) A empresa ocupa 206 mil hectares com plantações de soja, milho e algodão (...) Cerca de 40 mil hectares são áreas próprias. O restante é arrendado de brasileiros. Na América do Sul, especificamente, El Tejar atua em uma área superior a 700 mil hectares." (NOSSO FUTURO ROUBADO, 2011)

O Grupo argentino atuou entre 1987 e 1991 como um grupo familiar operando com pecuária agricultura e arrendamento de terras. Entre 2002 e 2010 realizou sua expansão internacional inicialmente para o Uruguai, Bolívia, Paraguai e Brasil e, recebeu recursos financeiros de investidores internacionais e investiu na aquisição de terras. Nos anos seguintes após a morte de seu fundador, iniciou caminhos tortuosos no sul da América do Sul. Inclusive, em 2013, após fazer do brasileiro Luiz Kaufmann seu CEO, o grupo decidiu transferir sua sede para o Brasil em São Paulo/SP, "considerando que o Brasil representa a maior operação do grupo atualmente – em torno de 60% de suas atividades". (GLOBO G1, 2013)

Em reportagem do jornalista Antonio P. Pacheco publicada no portal Brasil Notícia, fragmentos da história do Grupo El Tejar argentino foram apresentados aos brasileiros, revelando a estratégia do grupo em sua atuação geopolítica no cone sul:

"Fundada em 1987 por um grupo de famílias de agricultores da região de Saladillo, na Argentina, incluindo os Alvarado, Pallette, Pueyrredón

e Kasdorf, a empresa El Tejar (O Telhar no Brasil) em pouco tempo se tornou o primeiro grande pool de produtores com terras arrendadas naquele país. Destaque-se que na Argentina mais de 60% da agricultura de exportação é feita em terras arrendadas.

O El Tejar logo se expandiu para outros países, levando seu modelo de negócios para o Brasil, Uruguai e Bolívia. Em 2012, o grupo plantou cerca de 650.000 hectares, somando todas as suas operações nos quatro países, dos quais entre 65% e 70% da área era alugada.

Mas, em 2010, quando o então presidente e inspirador do grupo, Oscar Alvarado morreu, a empresa já era uma das que mais plantava no mundo, com quase um milhão de hectares em produção.

Capital inicialmente nacional, em 2007 o El Tejar abriu sociedade para fundos estrangeiros. Seus primeiros sócios foram os ingleses Altima Partners e o fundo norte-americano The Capital Groups. Juntos, os dois fundos passaram a deter 75% do capital do El Tejar enquanto os demais sócios somam 25% de participação.

Em 2013, os fundos injetaram 300 milhões dólares para a empresa ampliar sua presença no Brasil e mudar seu modelo de negócios de utilizar terras alugadas para baseá-lo em terras próprias. O motivo: as mudanças nas regras econômicas impostas pela presidente Christina Kishners, da Argentina, e a supervalorização das terras na região de Santa Fé, naquele país.

Os dólares dos fundos de investimento ajudaram o presidente do El Tejar, o brasileiro Luiz Kaufmann - que assumiu o comando do grupo em março de 2013 -, a consolidar as operações brasileiras e efetivar a mudança da sede da empresa para São Paulo.

Coube a Kaufmann encerrar as operações do El Tejar no Uruguai, Bolívia e Paraguai e elaborar e executar a estratégia de “driblar” as leis brasileiras para manter as lucrativas operações do grupo no país. Hoje, o El Tejar opera apenas no Brasil, onde concentra suas atividades principalmente em Mato Grosso, e na Argentina, onde residem os sócios-fundadores minoritários. (BRASIL NOTÍCIA, 2015a) (Sem grifo e negrito no original)

No ano de 2010, o Grupo El Tejar foi acusado pelo Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso de adotar práticas trabalhistas análogas à escravidão conforme previsto no artigo 149 do Código Penal. À época, um TAC - Termo de Ajuste de Conduta foi assinado entre a empresa e o órgão público.

Em 2010, as práticas nada ortodoxas de gestão de Recursos Humanos do grupo El Tejar levou o Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso a abrir uma investigação por uma série de irregularidades nas fazendas controladas pelos argentinos. Na ocasião, a empresa estava sob suspeita de cometer crimes contra a ordem trabalhista e direitos humanos dos trabalhadores, além de praticar "dumping social". O grupo El Tejar foi então acusado de buscar vantagens comerciais adotando práticas ilegais e desumanas de trabalho, "como terceirização ilícita,

condições degradantes e jornada exaustiva, que são atributos do crime de submissão de pessoas às condições análogas a de escravo previsto no artigo 149 do Código Penal". O procurador-chefe do MPT em Mato Grosso na época, José Pedro dos Reis, chegou a declarar que empresa El Tejar, pelos relatórios de fiscalização realizados em várias de suas propriedades, praticava o chamado "dumping social", que consiste em reduzir ao extremo os custos das práticas de gestão de pessoal legais com o objetivo de maximizar seus lucros. Um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) foi firmado entre o El Tejar e o MPT-MT a fim de sanar as práticas ilegais de contratação e gestão de mão de obra. (BRASIL NOTÍCIA, 2015b) (Sem grifo no original)

Em maio de 2015, o portal Brasil Notícia trouxe uma reportagem cujo título era "Grupo El Tejar deve ser investigado por operações ilegais de compra de terras em Mato Grosso":

"O grupo de origem argentina, El Tejar, um dos principais produtores de commodities agrícolas da América do Sul, está sob suspeita de utilizar um esquema ilegal de aquisição de terras em Mato Grosso. Com sede administrativa em São Paulo e escritório operacional em Primavera do Leste, o El Tejar, segundo dados extraoficiais, controlaria hoje mais de 300 mil hectares de lavouras em municípios como Santo Antonio do Leste, Campo Verde, Lucas do Rio Verde e outros. Os negócios do grupo movimentariam anualmente mais de R\$500 milhões. A redação do jornal CO Popular recebeu um pacote com informações e documentos que, em tese, comprovariam que o El Tejar opera um esquema de compra secreta de terras, a fim de burlar a legislação brasileira. Segundo a denúncia, o grupo mantém atualmente cerca de uma dezena de "contratos de gaveta" com alguns dos mais tradicionais agricultores do estado.

Alguns destes contratos de compra e venda das terras não estariam registrados em cartório – como determina a legislação - e seriam cobertos por outros de hipoteca fiduciária – ou seja, de empréstimos – milionários ou ainda disfarçados como contratos de arrendamento.

A manobra de comprar as terras e não efetuar formalmente a transferência de propriedade garantiria ao grupo El Tejar duas vantagens. A primeira, de caráter econômico, já que com os contratos de gaveta de compra e venda, ou de promessa de compra e venda, não há necessidade de gastos com ITBI, por exemplo, imposto cobrado no caso de registro de mudanças na propriedade das áreas rurais. E a segunda é de fonte legal, pois os limites para a compra de terras no Brasil por empresas ou pessoas físicas estrangeiras é limitado a áreas que não chegam a 2.000 hectares nas melhores regiões produtoras agrícolas e de pecuária em Mato Grosso.

Ainda de acordo com a denúncia entregue ao jornal, só nos municípios de Primavera do Leste, Campo Verde, Santo Antônio do Leste, General Carneiro, Barra do Garças e Poxoréo, por exemplo, o grupo argentino El

Tejar já acumula a propriedade de mais de 50 mil hectares, distribuídos em várias fazendas.

Entre os documentos recebidos pelo jornal e pelo portal Brasil Notícia, uma cópia da escritura da “Independência I”, com área total de 8.552,0578 hectares em Santo Antonio do Leste ilustra de forma clara como funcionaria o esquema de compra camuflada de terras pelo grupo El Tejar.

Na escritura, o Grupo Itaquerê, pertencente a família Brunetta, uma das mais tradicionais no setor do agronegócio em Primavera do Leste, se compromete a vender, 30/05/2007, a “Fazenda Independência I”, com 8.552 hectares a empresa “O Telhar Agropecuária Ltda”, uma subsidiária do grupo El Tejar.

Dois anos depois, a empresa “O Telhar Agropecuária Ltda”, averba na escritura, em 17/01/2009, o compromisso de compra e venda da mesma fazenda para cessionária “Fleurac Agropecuária Ltda”. Fato estranho: em nenhuma destas duas operações de compra e venda consignou o devido registro de mudança de propriedade da fazenda, permanecendo a mesma sob o nome de Eloi Brunetta e outros familiares, por meio da empresa Itaquerê Agroindustrial Ltda.

As averbações subsequentes na escritura levantam ainda mais dúvidas, pois levam a crer que, ou os Brunetta nunca venderam de fato a fazenda para o grupo El Tejar ou vigora entre Eloi Brunetta e seus familiares, donos do Grupo Itaquerê, e o grupo estrangeiro El Tejar um “contrato de gaveta” para que as terras permaneçam em seu nome conforme atestam fontes ouvidas pela reportagem em Primavera do Leste.

Entre os registros e averbações na escritura que apontam para o domínio de posse e usufruto integral da fazenda Independência I pelo grupo El Tejar, além da promessa de compra e venda consignada para a Fleurac Agropecuária Ltda, está a ainda a alienação fiduciária da fazenda, por parte da subsidiária O Telhar Agropecuária Ltda, ao Banco ABC Brasil S.A, no valor de R\$11.815.000,00 em 16/08/2010. Neste registro, aparecem como corresponsáveis pelo pagamento do empréstimo, uma segunda empresa subsidiária do El Tejar, a CV Angenita Gestora Rural S/A enquanto a empresa Participações e Empreendimentos Vormsi S/A e Eloi Brunetta são apontados como anuentes do negócio.

Assim como no caso da Fazenda Independência, vários outros documentos que chegaram ao conhecimento da reportagem, apontam que o grupo El Tejar vem operando fortemente por meio de subsidiárias e com o uso de expedientes não ortodoxos no campo legal, para ampliar o controle sobre grandes extensões de terras agrícolas nas principais regiões produtoras de Mato Grosso.

A denúncia recebida pela redação do jornal CO Popular e do portal Brasil Notícia aponta ainda que o mesmo grupo financeira campanhas eleitorais nos municípios de seu interesse, bem como bancaria a eleição de candidatos a deputado federal e ao senado a fim de obter a quebra dos limites legais para a aquisição de terras no Brasil por empresas e

investidores estrangeiros." (BRASIL NOTÍCIA, 2015c) (Sem grifo no original)

O grupo El Tejar enviou nota em que apresentou seus argumentos frente às denúncias contidas na reportagem:

"NOTA DE ESCLARECIMENTO

A sociedade empresarial O Telhar possui por objeto social diversas atividades relacionadas à agricultura e pecuária, as quais abrangem a produção e comercialização, de produtos agrícolas, como soja, milho, algodão, sorgo e trigo.

Graças a uma gestão profissional, que respeita ao máximo os valores sociais e ambientais da exploração de propriedades rurais e mais de dez anos de esforços e vultuosos investimentos, a O Telhar conquistou forte participação e representatividade no Brasil, nos setores de produção e comercialização de commodities, especialmente soja, milho e algodão.

A empresa contribui de forma significativa para a economia de Mato Grosso, contando hoje com mais de 700 (setecentos) colaboradores diretos e gerando aproximadamente 1.000 (um mil) outros empregos indiretos.

Ademais, a empresa não tem nenhum débito trabalhista, débitos tributários federais ou autuações ambientais. A notícia veiculada utiliza-se de expediente sensacionalista ao invocar questões trabalhistas já integralmente resolvidas, desde 2011, perante o Ministério Público do Trabalho do Estado de Mato Grosso.

A O Telhar é empresa brasileira, com atos societários devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso. Seus sócios são grupos de investimento com sólida reputação internacional, com participações diversificadas e conduta transparente. A composição acionária da O Telhar é perfeitamente regular e de conhecimento das autoridades competentes, pois todos os investimentos foram registrados e reportados na forma da lei. Ao contrário do alegado na notícia veiculada, seus sócios não são pessoas físicas, ou jurídicas, da Argentina.

Para o regular desempenho de seu objeto social, a empresa O TELHAR, e outras empresas integrantes do grupo, incluindo a FLEURAC AGROPECUÁRIA LTDA., também citada na notícia, adquiriram imóveis rurais no Estado do Mato Grosso, em operações que foram realizadas com o recolhimento de todos os tributos incidentes que lhe cabiam à época.

Estas aquisições ocorreram entre os anos de 2007 e 2010, quando então não havia nenhuma restrição a aquisição de imóveis rurais por pessoas jurídicas brasileiras com capital estrangeiro. As empresas são titulares de diversas propriedades de imóveis rurais no Estado do Mato Grosso, todas adquiridas antes de agosto de 2010 e que estão regular e devidamente registradas nos cartórios de imóveis.

A partir da publicação do parecer CGU/AGU nº 01/2008-RVJ, ocorrida em 23 de agosto de 2010, o qual revogou o parecer nº GQ-181, de 17 de

dezembro de 1998, concluindo que a restrição de aquisição de imóveis rurais se aplicaria às pessoas jurídicas brasileiras equiparadas às pessoas jurídicas estrangeiras, a O Telhar não mais deu início à novas aquisições de imóveis que estivessem em desacordo com o novo entendimento.

Algumas propriedades adquiridas regularmente, com contratos devidamente registrados em cartórios, e, portanto, de conhecimento público, ainda se encontram em fase de registro nos cartórios de imóveis, de acordo com a Portaria Interministerial nº 4/2014, a qual dispõe os procedimentos administrativos para registro de imóveis rurais, objeto de situações jurídicas aperfeiçoadas até 22 de agosto de 2010.

O próprio imóvel citado na notícia é o mais perfeito exemplo da transparência e legalidade das operações. A compra e venda do imóvel objeto da matrícula n. 6.834 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Primavera do Leste-MT (“Independência I”) – foi celebrado por Escritura Pública em 2007, quando não existia qualquer restrição a esta situação jurídica. Apesar de a aquisição estar juridicamente aperfeiçoada, o registro não pode ser realizado apenas porque o georreferenciamento não havia sido certificado pelo INCRA quando da publicação do parecer CGU/AGU nº 01/2008-RVJ.

Da mesma forma, a cessão do direito de aquisição para a empresa FLEURAC, ocorrida no ano de 2009, também foi celebrada por Escritura Pública, em conformidade com a legislação vigente à época.

Com a publicação da Portaria Interministerial n. 04, de 25/02/2014 – AGU/LA, a FLEURAC protocolou junto ao INCRA, pedido de autorização para transferência de registro no Cartório de Registro de Imóveis de Primavera do Leste-MT. Tudo de forma transparente e legal. Todas as informações sobre a aquisição e sobre a cessão de direito foram obtidas pela reportagem na própria Escritura Pública que as descrevem pormenorizadamente, descaracterizando por completo qualquer contrato de “gaveta”.

Em resumo TODAS as operações da companhia, inclusive a citada na notícia, são perfeitamente legais e PÚBLICAS.

De igual forma, a O TELHAR esclarece que não contribui para campanhas políticas. (BRASIL NOTÍCIA, 2015c)

Em reportagem do jornalista Antonio P. Pacheco publicada no portal Brasil Notícias, já apresentada, revelou também, que o Grupo El Tejar argentino, no final do mês de junho de 2015 estava à beira de um "calote" nos seus parceiros no estado de Mato Grosso:

"A crise financeira está abalando a confiança do mercado do agronegócio no Grupo El Tejar, um dos maiores produtores de commodities no Brasil. Segundo uma fonte ligada ao grupo, os fundos de investimentos que sustentam as operações do El Tejar no país vêm reduzindo ano a ano as injeções de recursos, o que teria gerado um "rombo" bilionário na liquidez da companhia e cujos efeitos começam a ser sentidos.

As dificuldades financeiras do El Tejar se tornaram evidentes com os atrasos constantes nos repasses devidos a grandes agricultores parceiros. Um dos casos emblemáticos da falta de recursos do grupo é o não pagamento do arrendamento de uma grande fazenda no município de Ipiranga do Norte (MT), distante 438 km de Cuiabá.

O “calote” que o El Tejar vem aplicando aos proprietários da propriedade já se tornou público e tem causado mal-estar entre os produtores da região norte de Mato Grosso que possuem contratos de parceria com o grupo que tem como presidente, o brasileiro Luiz Kauffmann.

Operando em um sistema misto de copropriedade, arrendamento e locação de serviços, o El Tejar explora atualmente mais de 300 mil hectares de lavouras em Mato Grosso e movimentou algo como R\$ 1,5 bilhão.

Nos últimos três anos, conforme informações de uma fonte ligada ao grupo, o El Tejar teria acumulado um prejuízo de cerca de R\$ 500 milhões em suas operações. As perdas seriam consequência tanto da redução direta do fluxo de investimentos pelos fundos estrangeiros quanto de erros na arquitetura do seu modelo de negócios.

Ainda conforme a mesma fonte há sinais de que o grupo esteja preparando a liquidação das suas operações no Brasil. Se isso acontecer de fato, muitos fazendeiros que mantêm contratos com o El Tejar poderão falir e até mesmo perderem as terras que estejam sob controle do grupo.

“O modelo de negócios do El Tejar é extremamente arriscado para os parceiros locais. O sistema foi montado prevendo a compra de grandes áreas de terras para em seguida, assim que estas atingissem seu pico de valorização, serem vendidas. No entanto, a lei de restrição da compra de grandes fazendas por estrangeiros ‘quebrou’ no meio essa estratégia. Foi aí que eles optaram por esse esquema de aquisição indireta das fazendas, pelo uso de contratos de gaveta. O esquema deixa exposto aos maiores prejuízos os parceiros locais caso o grupo resolva se retirar de repente das operações ou simplesmente dar um calote nos compromissos assumidos”, explica a fonte que tem acesso às decisões da cúpula do grupo.

Conforme o Jornal CO Popular e o portal Brasil Notícias já denunciou em edições passadas, o grupo El Tejar mantém uma grande carteira de imóveis rurais que teriam sido adquiridos ilegalmente por meio de operações fictícias de arrendamento, contratos de promessa de compra e venda, hipoteca fiduciária ou ainda por puro e simples “contratos de gaveta”. (...)

O sistema arquitetado pelos fundadores e diretores do El Tejar para controlar grandes fazendas em território brasileiro - ao arripio da legislação que rege e limita a propriedade de terras no Brasil por estrangeiros - no entanto, começa a fazer água. Muitos “parceiros” em Mato Grosso já romperam contratos e estão recorrendo à Justiça para se ressarcirem de prejuízos após perceberem que o modelo do grupo, na

verdade, “canibaliza” suas propriedades, esgotando o solo e depauperando suas estruturas físicas como galpões, silos, alojamentos e sedes sem lhes dar o retorno financeiro prometido.

“Esse grupo (El Tejar) é um parasita, ele gruda e vai sugando tudo o que a propriedade tem de melhor, usa e não investe na conservação, na melhoria. Na minha fazenda, pelo menos, em três anos de parceria com o El Tejar, eles não investiram nada, minha sede está acabada, meus galpões caindo aos pedaços e minhas terras estão saturadas. Se o arrependimento de ter feito esse contrato (arrendamento) com eles matasse, eu já estaria morto”, conta um fazendeiro da região norte do estado.

O fazendeiro arrependido – que pediu para que seu nome fosse omitido para “evitar maiores problemas com os gringos” - revela que está estudando com seus advogados o que fazer para evitar que o El Tejar destrua sua propriedade antes do fim do contrato. *“O mais provável é que nós peçamos na Justiça a rescisão antecipada do contrato”*, adiantou. " (BRASIL NOTÍCIA, 2015a) (Sem grifo, negrito e itálico no original)

Em outra matéria produzida também pelo jornalista Antonio P. Pacheco do jornal CO Popular e do portal Brasil Notícia, os atos praticados pelo Grupo El Tejar em Mato Grosso eram desconhecidos pelo Incra que é o órgão responsável pela autorização a estrangeiros para aquisição de terras no Brasil. A pedido da Ouvidoria Agrária do MDA, o Ministério Público Federal abriria um Procedimento Preparatório de Investigação sobre o caso.

"As operações realizadas pelo grupo El Tejar (O Telhar) na compra de terras, arrendamentos, parcerias e alienações fiduciárias de imóveis rurais em Mato Grosso são desconhecidas pelos órgãos oficiais, responsáveis pela fiscalização e controle de investimentos de empresas de capital estrangeiro no Brasil. O grupo, que tem a quase totalidade de seu capital original aportado por fundos de investimentos internacionais, vem utilizado de empresas abertas no Brasil, capitalizadas por recursos estrangeiros, para sustentar suas atividades como um dos maiores operadores do agronegócio em operação no país.

A reportagem do CO Popular e do portal Brasil Notícia apurou que as empresas ligadas ao grupo O Telhar são totalmente desconhecidas de órgãos como o Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (Incra), a quem compete autorizar operações de compra, venda e registro de terras para pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras ou brasileiras com capital estrangeiro, e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que define a política fundiária no Brasil.

A legislação que rege as operações envolvendo grandes áreas de terras no Brasil por pessoas físicas ou empresas estrangeiras ou brasileiras de capital estrangeiro obriga que estas sejam previamente comunicadas e aprovadas por ambas as instituições. No entanto, conforme apurou

nossa reportagem, nem todas as operações de compra e venda, arrendamento e alienação de imóveis rurais feitos diretamente pelo grupo El Tejar ou por empresas subsidiárias como a CV Angenita Gestora Rural S/A ou Fleurac Agropecuária Ltda, cumpriram à risca o que determina a lei.

O Ministério Público Federal (MPF) deve abrir nos próximos dias, um Procedimento Preparatório de Investigação para apurar eventuais ilegalidades nas atuações do Grupo El Tejar e suas subsidiárias no país e, em especial, em Mato Grosso, onde estão concentradas as maiores extensões de terras controladas pela companhia.

O MPF foi informado sobre as suspeitas de irregularidades que recaem sobre o El Tejar pela Ouvidoria do Incra em Brasília.

Deve merecer especial atenção do MPF os contratos de parceria firmados pelo El Tejar e suas empresas subsidiárias com proprietários de grandes fazendas localizadas nas principais regiões produtoras agrícolas de Mato Grosso. Alguns destes contratos, conforme denúncia recebida pela redação do CO Popular e do portal Brasil Notícia encobrem, na verdade, a aquisição de grandes propriedades rurais." (BRASIL NOTICIA, 2015d) Sem grifos no original)

Em mais uma reportagem feita também pelo jornalista Antonio P. Pacheco do jornal CO Popular e do portal Brasil Notícia, mostra que nenhuma das denúncias feitas anteriormente pelo repórter sobre os atos praticados pelo Grupo El Tejar em Mato Grosso, tem documentação registrada no Incra. O que revela serem evidentes as práticas adotadas para encobrir o descumprimento da legislação.

"A Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-MT) em Mato Grosso não recebeu, desde 2010, nenhum pedido de autorização para aquisição de terras e ou alienação de imóveis rurais pelo grupo O Telhar ou por qualquer uma de suas empresas subsidiárias. A informação é do superintendente em substituição do órgão, Salvador Soltério de Almeida.

Conforme levantamento realizado pela superintendência à pedido da reportagem do CO Popular e do portal Brasil Notícias, no Incra em Mato Grosso tramita apenas três processos relacionados ao grupo El Tejar (O Telhar) e sua empresa subsidiária CV Angenita Gestora Rural Ltda.

São dois processos administrativos com pedido de cadastro e um processo de comunicação de aquisição de terras. No primeiro processo, no CNJP do grupo El Tejar, há um processo de cadastro das áreas da fazenda Sicupira Branca I, II, III e IV, localizada em General Carneiro, município do leste do estado. "Este é o único processo em nome de O Telhar em nossos registros. Foi protocolado em 17 de abril de 2013", explicou superintendente do órgão.

Já no CNPJ da subsidiária do grupo, a CV Angenita, há dois processos tramitando no Incra-MT. Um processo é refere-se ao pedido de cadastro

da empresa no órgão e reconhecimento de georeferenciamento de uma área pequena. Este pedido foi protocolado no órgão em 25/01/2010. Já o segundo processo refere-se à comunicação da aquisição de 571 hectares registrada no Cartório de Barra do Garças, município polo da região do Araguaia, na divisa de Mato Grosso e Goiás.

Conforme o superintendente substituto do Incra-MT, nenhum outro negócio envolvendo as empresas ligadas ao grupo El Tejar chegou ao conhecimento do órgão. *“Não há como sabermos se eles compraram, arrendaram, alienaram ou fizeram incorporações de terras às suas propriedades além destas relacionadas a estes processos, pois não fomos comunicados sobre esses fatos”*, admitiu o gestor agrário. " (BRASIL NOTICIA, 2015e) (Sem grifos no original)

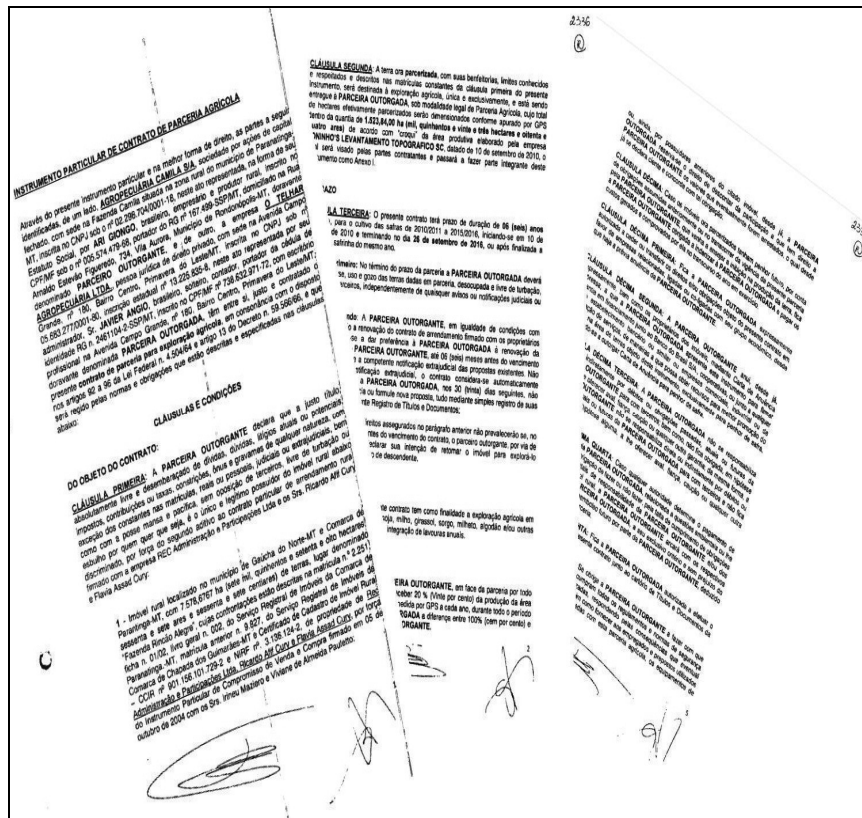
Em 27 de julho de 2015, outra reportagem do jornalista Antonio P. Pacheco especial para o jornal Centro-Oeste Popular e o portal Brasil Notícia, trouxe a público mais uma faceta dos escândalos envolvendo o Grupo mundial El Tejar, a utilização de pretensos contratos de parceria com substituto de contratos de arrendamento e compromisso de compra e venda de terras. E mais, revelou que o Grupo El Tejar, para burlar a legislação de aquisição de terras por estrangeiros, a moda do que já acontecera no Rio Grande do Sul com a Stora Enzo em 2009 (OLIVEIRA, 2010, p. 61/2), passou a se utilizar do esquema de "criação de empresa" para subsumir as propriedades das famílias dos falsos parceiros rurais no patrimônio delas e depois, transferi-las para o Grupo El Tejar ilegalmente segundo a legislação em vigor. Uma espécie de golpe das S/As, aliás, bem a moda dos executivos nacionais que operam pelas fraudes.

"O Grupo El Tejar está sendo processado judicialmente por aplicar um "calote" em uma família de proprietários de terras no sul de Mato Grosso. Por meio do processo nº 728-25.2015.811.0037, que tramita na 3ª Vara Cível e do Trabalho da comarca de Primavera do Leste (240 km de Cuiabá), a família Giongo, proprietária das Fazendas Leonardo e Camila, pedem à Justiça a anulação de um contrato de arrendamento, disfarçado de "contrato de parceria rural", que cobriria a promessa de compra duas de suas maiores e mais valiosas fazendas acertada com o grupo El Tejar em 2009 e nunca efetivada. O grupo El Tejar, que é bancado por investidores estrangeiros, sempre negou que utiliza meios esquemas não previstos em lei para controlar grandes extensões de áreas agrícolas nas melhores regiões produtoras agrícolas de Mato Grosso. O processo movido pelos Giongo - cuja cópia chegou esta semana às nossas redações em Cuiabá e em Brasília -, coloca por terra de uma vez por toda a defesa da *holding* nascida na Argentina, mas cuja sede foi transferida para o Brasil há pouco tempo.

Nos autos, os fazendeiros alegam ter sido lesados pelo grupo El Tejar, que teria utilizado uma série de manobras para não cumprir o acordo firmado para a compra das propriedades e, mesmo assim, ainda se

manter no controle da exploração das duas propriedades envolvidas na negociação.

Conforme consignado no processo, as tratativas entre a família Giongo e o grupo El Tejar para a venda das fazendas começaram em 2009. Porém, antes do negócio ser formalizado, o Governo Federal adotou normas mais severas para autorizar a compra, venda e arrendamento de terras no país por pessoas físicas e empresas estrangeiras ou pessoas jurídicas brasileiras de capital estrangeiro.



Contrato de “Parceria Agrícola” firmado pelo El Tejar na verdade encobriria arrendamento e promessa de compra e venda de terras.

Diante da mudança nas regras legais pelo governo brasileiro, Luiz Kaufmann, CEO do grupo El Tejar, decidiu mudar a nomenclatura para o contrato firmado com a família Giongo. Em vez da compra direta das propriedades, Kaufmann propôs que fosse inicialmente assinado um “contrato de parceria rural” que, na verdade, encobriria o arrendamento das fazendas enquanto se buscava uma forma menos onerosa de efetivar a transferência da propriedade para o grupo consolidando a compra das mesmas. A medida visou, claramente, enganar as autoridades nacionais

e liberar o grupo El Tejar das obrigações legais que um negócio dessa envergadura exige.

Ainda no processo, fica evidente a má fé com que o grupo El Tejar agiu no negócio. Tanto é assim que depois de várias reuniões e intensas negociações, por sugestão de Kaufmann, foi formalizada a proposta para a criação da empresa Fazenda Leonardo Participações S/A, que absorveu todas as matrículas da fazenda Leonardo. Pelo combinado, o El Tejar (O Telhar) iria adquirir o percentual de 49% das ações e iria inserir uma terceira empresa ou pessoa jurídica do grupo, com capital brasileiro, com 2% das ações, ficando com a família Giongo os outros 49% das ações restantes.

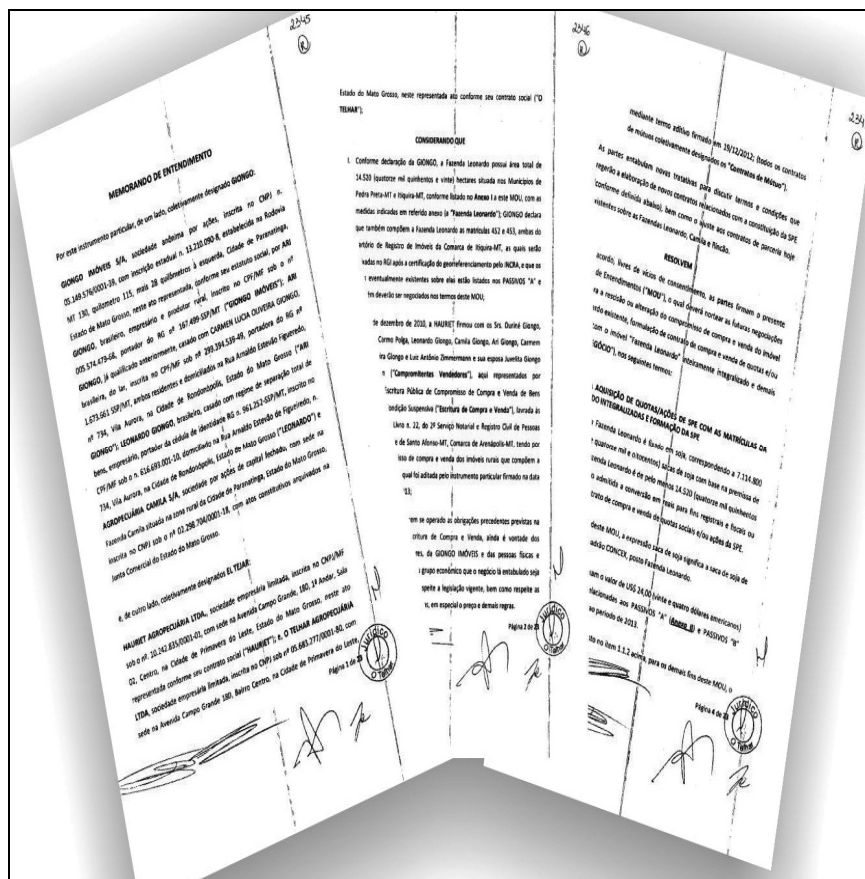
Pelo arranjo, o grupo El Tejar passaria a ser o sócio majoritário da nova empresa. Com base nesse acordo, foi firmado um “*Side Letter*”, uma Carta de Intenções, a qual previa as condições precedentes para que o acordo de acionistas, a subscrição e o estatuto da empresa Fazendas Leonardo pudessem ser assinados.

Além de atender a todas as exigências postas na mesa pelo CEO do Grupo El Tejar, os Giongo foram ainda forçados a recompor, ao longo de 2013 e 2014, todos os passivos que tinham envolvendo as várias áreas que seriam incorporadas pela empresa em sociedade com o grupo presidido por Luiz Kaufmann. Para isso, foi preciso que abrissem mão do direito de contestar cobranças e valores acrescidos às pendências que tinham como garantias partes das suas terras e absorvessem pesadas perdas financeiras no processo a fim de agilizar composições e liberar o patrimônio para o El Tejar.

No entanto, após todo este esforço, o grupo El Tejar simplesmente comunicou aos Giongo que não iria mais comprar as cotas da nova empresa, deixando como resultado, um milionário prejuízo pela não capitalização integral dos 49% da Fazenda Leonardo Participações S/A, além de um pacote de empréstimos mútuos firmados ao longo de quase três anos de exploração das terras pelo El Tejar, que já havia assumido a administração das mesmas, tendo como amparo o contrato de fachada de “parceria rural”.

Com a quebra do acordo pelo El Tejar, a família Giongo percebeu que havia caído em um golpe e decidiu apelar à Justiça para tentar reaver de volta o controle de suas terras e o ressarcimento das perdas financeiras imposta pelas manobras do grupo. Para tanto, na ação que move contra o El Tejar, os Giongo busca demonstrar que, na verdade, o grupo de Luiz Kaufmann usa contratos de parceria para ludibriar a legislação e encobrir os arrendamentos sem comunicar as operações às autoridades." (BRASIL NOTICIA, 2015f) (Sem grifos no original)

Em 03 e 10 de agosto de 2015, outras matérias do jornalista Antônio P. Pacheco especial para o jornal Centro-Oeste Popular e o portal Brasil Notícia, trouxeram a público mais uma faceta dos escândalos envolvendo o Grupo mundial El Tejar, mais uma fraude, a nacionalização de fachada. A operação visou aparecer como empresa nacional, quando se



Memorando confirma que El Tejar comprou terras dos Giongo, disfarçou a operação como “parceria agrícola” e depois voltou atrás causando prejuízos milionários aos produtores rurais

trata de uma empresa mundial monopolista controlada pelo fundo inglês Altima Partners LLP, com 47,30%; por uma empresa austríaca AustriaCo (mas totalmente controlada pelos sócios argentinos fundadores do grupo El Tejar com 42,98% das cotas de Ações Classe B - sem direito a dividendos econômicos, mas é controladora e proprietária de 42,98% do capital da CV LuxCo, com sede em Luxemburgo; e, 10,72% das ações pulverizadas entre os sócios minoritários. No Brasil, o Grupo El Tejar possui as seguintes subsidiárias: a Hauriet Participações Ltda (Hauriet Agropecuária), a Fleurac Participações Ltda (Fleurac Agropecuária), CV Angenita Gestora Rural S/A e O Telhar Agropecuária. Mas, o nome que se constitui no elo entre todas as empresas e os fundos internacionais no Brasil, desde o início de sua operação, é do todo poderoso argentino, Javier Angió. Ou seja, a reportagem revelou, portanto, a burla da lei proposta pelos brasileiros como

estratégia para implantação das empresas estrangeiras no país. (BRASIL NOTICIA, 2015g)

"A nacionalização do grupo El Tejar (O Telhar), anunciada com pompa e circunstância em 2013 pode ter sido só fachada. O grupo mudou sua sede da Argentina para o Brasil, trocou seus diretores, porém, o capital que mantém as atividades das empresas coligadas ao grupo continua sendo estrangeiro e os lucros, advindos da exploração de grandes áreas de agricultura em Mato Grosso, enviados para o exterior.

As várias empresas que compõe o grupo El Tejar são abastecidas por fundos internacionais e tem sócios jurídicos com sede em paraísos fiscais na Europa e no Caribe. (...)

A direção do El Tejar assume no memorando, entre outras coisas, que sua estrutura foi planejada de forma a estar fora do alcance das leis do Brasil e dos Estados Unidos, especialmente (vide *fac-simile*). "Somos uma companhia das Bermudas, e o investidor poderá ter dificuldade para executar sentenças contra nós, nossos conselheiros ou diretores, nos Estados Unidos, Brasil e qualquer outra jurisdição", revela a própria empresa.

No prospecto destinado à investidores, a direção do El Tejar "entrega" de vez quem são os seus verdadeiros donos: o fundo inglês Altima Partners LLP, uma empresa administradora de vários fundos de investimentos com sede em Londres, com 47,30% das cotas do grupo na ocasião; a AustriaCo, uma empresa austríaca, mas totalmente controlada pelos sócios argentinos fundadores do grupo El Tejar com 42,98% das cotas de Ações Classe B (sem direito a dividendos econômicos), mas que, por sua vez, é dona de 42,98% do capital da CV LuxCo, uma empresa sediada no paraíso fiscal Luxemburgo, no continente europeu e que tem a finalidade exclusiva de investir nas demais subsidiárias do próprio grupo El Tejar, sendo que os demais 10,72% das ações estariam pulverizadas entre vários sócios minoritários como empresas subsidiárias ou não do grupo e outros fundos de investimentos.

Desde a distribuição do memorando, o grupo já passou por algumas mudanças na sua estrutura societária, principalmente nas empresas constituídas no Brasil, como a Hauriet Participações Ltda (Hauriet Agropecuária), a Fleurac Participações Ltda (Fleurac Agropecuária), CV Angenita Gestora Rural S/A e a própria O Telhar Agropecuária, a versão "brasileira" de "matriz" argentina do conglomerado El Tejar. No entanto, um nome mantém-se como elo de ligação entre todas elas com os fundos internacionais que injetam capital e recolhem os lucros gerados pelos negócios do El Tejar em solo brasileiro, o do argentino, Javier Angió.

Todas estas empresas, ainda que abertas segundo a legislação brasileira foram constituídas a partir de aporte de capital estrangeiro e são controladas na prática pelos donos do capital nelas investidos, por meio do argentino Javier Angió, que aparece como sócio, e do uruguaio naturalizado brasileiro, Carlos Ismael Turban, diretor executivo do O Telhar, e pelo CEO do grupo, o brasileiro Luiz Kaufmann.

Os sócios brasileiros nestas empresas, afirmam fontes ouvidas pela reportagem, seriam figuras decorativas, cuja função nos contratos sociais é dar às autoridades nacionais a ilusão de que o El Tejar é um grupo empresarial nacional." (BRASIL NOTICIA, 2015g)

"O escritório de advocacia Souza-Cescon, especializado em direito comercial, fusões, aquisições e ofertas de ações empresariais, um dos maiores e mais bem-sucedidos no segmento, “emprestou” para o grupo El Tejar abrir empresas no Brasil o nome da esposa de um de seus sócios e o de uma sócia advogada. A manobra configura o que se qualifica nos meios empresariais como uso de “laranjas” ou “testas-de-ferro”.

Documentos recebidos pela redação do jornal Centro-Oeste Popular e pelo portal Brasil Notícia comprovam que duas empresas subsidiárias do grupo El Tejar, as empresas Fleurac Participações Ltda, atual Fleurac Agropecuária, e a Falck Holdings S.A, atual CV Angenita Gestora Rural S.A, foram abertas em nome de Cristiane Naomi Kaneko Flesch e de Gyedre Palma Carneiro de Oliveira.

Cristiane Naomi é esposa do advogado Marcos Rafael Flesch, um dos sócios do escritório Souza-Cescon, e a segunda, Gyedre Palma, é advogada associada do mesmo e especialista Governança Corporativa, Private Equity, Fusões e Aquisições, Mercado de Capitais, Tecnologia e Propriedade Intelectual.

O curioso é que as duas empresas foram abertas entre fevereiro e maio de 2007 com capital de apenas R\$100,00. No entanto, alguns poucos dias depois, as duas “sócias proprietárias” renunciaram aos cargos de “diretoras sem função definida” da empresa e elegeram o argentino Javier Angió como presidente, passando a ele o total controle da CV Angenita, em 14/05/2007, junto com Elias da Silveira Serqueira, um contador paulista.

Menos de dois meses após aquele ato, o capital social da empresa saltou para estratosféricos R\$ 6.410.889,03 para fechar aquele ano com um capital social milionário de nada menos que R\$ 29.832.769,71. Uma evolução sob todos os aspectos, no mínimo, espantosa.

Tudo legal, conforme assegura o escritório Souza Cescon em nota encaminhada à redação do CO Popular e do Brasil Notícia, por meio de sua assessoria de relações públicas e marketing.

O que a nota do Souza Cescon Advogados Associados não admite e não explica é que, na realidade, as duas empresas sempre pertenceram ao grupo El Tejar, que no Brasil tem como CEO o escorregadio brasileiro, Luiz Kaufmann, e o (até agora) incomunicável argentino, Javier Angió, procurador representante de empresas estrangeiras como a SpainCo e a LuxCo, donas do capital do grupo El Tejar.

A nota do Souza Cescon (...) também não esclarece, passando ao largo da questão, a natureza de suas relações com o grupo El Tejar, uma empresa de capital 100% estrangeiro, que por meio de empresas subnacionais (já que controladas de fato por estrangeiros e mantidas por capital estrangeiro), inicialmente registradas em nome de brasileiros

“laranjas” com a ajuda do próprio escritório, por meio de manobras pelos desvãos da legislação brasileira, realizou uma série de operações de compra de grandes extensões de terras em áreas altamente produtivas em Mato Grosso sem comunicar ou sequer solicitar autorização para as autoridades nacionais.

Fichas cadastrais simplificada e completa

FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

EMPRESA: FLEURAC PARTICOACOES LTDA

NIRE MATRIZ: 3522134639

DATA DA CONSTITUICAO: 10/05/2007

INICIO DE ATIVIDADE: 28/03/2007

CNPJ: 08.837.475/0001-49

CAPITAL: R\$ 100,00 (CEM REAIS)

ENDERECO: LOGRADOURO RUA FUNCHAL, BARRIO VILA OLIMPIA, MUNICIPIO SAO PAULO

OBJETO SOCIAL: HOLDINGS DE INSTITUICOES NAO-FIN

TITULAR / SOCIOS / DIRETOR: CRISTIANE NAOMI KANEKO FLESH, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 165.100.85.418, 10 ANDAR, VILA OLIMPIA, SAO PAULO - SP, CEP 04551-000, NA SITUACAO DE SOCIA... COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 1,00

SYEDRE PALMA CARNEIRO DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 207.11.110.000, 263, 11 ANDAR, VILA OLIMPIA, SAO PAULO - SP, CEP 04551-000, NA SITUACAO DE DIRETOR SEM DESIGNACAO ESPECIFICA, COM VALOR DE PARTICIPACAO NA SOCIEDADE DE \$ 99,00

NUM.DOC: 198.327108-4 SESSAO: 2306/2008

ALTERACAO DE OUTRAS CLAUSULAS CONTRATUAIS/ESTATUT

FICHA CADASTRAL COMPLETA

EMPRESA: FALCK HOLDINGS S.A

SEDE TRANSFERIDA PARA OUTRA UF

NIRE MATRIZ: 35300134695

DATA DA CONSTITUICAO: 12/02/2007

INICIO DE ATIVIDADE: 19/01/2007

CNPJ: [redacted]

TIPO SOC: [redacted]

EMISSA: 31/07/2015

INSCRICAO ES: [redacted]

ENDERECO: LOGRADOURO RUA FUNCHAL, BARRIO VILA OLIMPIA, MUNICIPIO SAO PAULO

OBJETO SOCIAL: HOLDINGS DE INSTITUICOES NAO-FINANCEIRAS

TITULAR / SOCIOS / DIRETORIA: CRISTIANE NAOMI KANEKO FLESH, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 165.100.828-02, RG/RNE: 190058652, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 263, 11 ANDAR, VILA OLIMPIA, SAO PAULO - SP, CEP 04551-000, NA SITUACAO DE DIRETOR SEM DESIGNACAO ESPECIFICA

SYEDRE PALMA CARNEIRO DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 207.11.110-40, RG/RNE: 232812484, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 263, 11 ANDAR, VILA OLIMPIA, SAO PAULO - SP, CEP 04551-000, NA SITUACAO DE DIRETOR SEM DESIGNACAO ESPECIFICA

NUM.DOC: 206.48197-0 SESSAO: 2505/2007

ARQUIVAMENTOS

Fonte: Junta comercial de São Paulo

Ariovaldo Umbelino de Oliveira - A MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Uma cuidadosa pesquisa realizada nas juntas comerciais de São Paulo e de Mato Grosso feita pela reportagem identificou que tanto Gyedre Palma quanto Cristiane Naomi Kaneko Flesch, ligadas ao escritório Souza Cescon, não se desvincularam formalmente da sociedade nas empresas do grupo El Tejar. A duas apenas renunciaram à condição de “diretoras sem função definida”, passando os encargos administrativos e financeiros inteiramente ao argentino Angió e ao contador Elias Serqueira.

Alterações na ficha cadastral Empresas abertas em nome das advogadas foi transferida rapidamente para o comando de Javier Angió, argentino que é representante de empresas sediadas nas Ilhas Bermudas, na Espanha e na Europa.

ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA FALCK HOLDINGS GESTORA RURAL S.A., CONFORME A.G.E., DATADA DE: 14/05/2007.	
ALTERAÇÃO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: CONFORME A.G.E., DATADA DE: 14/05/2007.	
DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE GYEDRE PALMA CARNEIRO DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 260.137.218-40, RGR/NE: 23291246-4, RESIDENTE À RUA FUNCHAL, 263, 11 AND, VILA OLÍMPIA, SÃO PAULO - SP, CEP 04551-060, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA.	
DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE CRISTIANE NAOMI KANEKO FLESH, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 165.100.828-02, RGR/NE: 18605865-2, RESIDENTE À RUA FUNCHAL, 263, 11 AND, VILA OLÍMPIA, SÃO PAULO - SP, CEP 04551-060, COMO DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA.	
ELEITO JAVIER ANGIO, NACIONALIDADE ARGENTINA, CPF: 738.832.971-72, RGR/NE: V397666-W, RESIDENTE À RUA SILVEIRO NADIR DANIELE, 240, SALA 305, PRIMAVERA DO LESTE - MT, CEP 78850-000, COMO DIRETOR PRESIDENTE.	
ELEITO ELIAS DA SILVEIRA CERQUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 545.861.607-30, RGR/NE: 4084798871-44, RESIDENTE À AVENIDA ANGÉLICA, 412, APTO 61, HIGIENÓPOLIS, SÃO PAULO - SP, CEP 01228-000, COMO VICE-PRESIDENTE DIRETOR.	
ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO FINANCEIRAS CONFORME A.G.E., DATADA DE: 14/05/2007.	
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA FUNCHAL, 418, 11 AM SL 01C, VILA OLÍMPIA, SÃO PAULO - SP, CEP 04551-060, CONFORME A.G.E., DATADA DE: 14/05/2007.	
NUM.DOC: 237.067/07-9	SESSÃO: 15/06/2007
ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA CV ARGENTIA GESTORA RURAL S.A., CONFORME A.G.E., DATADA DE: 26/05/2007	
NUM.DOC: 257.730/07-2	SESSÃO: 17/07/2007
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 6.410.889,03 (SEIS MILHÕES, QUATROCENTOS E DEZ MIL, OITOCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E TRÊS CENTAVOS), CONFORME A.G.E., DATADA DE: 15/06/2007.	
NUM.DOC: 268.775/07-2	SESSÃO: 03/08/2007
ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 10/07/2007. DELIBERAÇÕES: APROVARAM A LAVRATURA DA ATA DESTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA NA FORMA DE SUMÁRIO, APROVAR INTEGRALMENTE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE DATA BASE DE 30/06/2007.	
NUM.DOC: 389.154/07-6	SESSÃO: 26/10/2007
ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 30/06/2007. DELIBERAÇÕES: REGISTRO DA COMPANHIA NO REGISTRO PÚBLICO DO COMÉRCIO DA CIDADE DE BUENOS AIRES, REPÚBLICA DA ARGENTINA, COM O ÚNICO PROPÓSITO DE SE TORNAR AÇÕESISTAS DE SOCIEDADES JÁ EXISTENTES OU A SEREM CRIADAS NA ARGENTINA.	
NUM.DOC: 391.000/07-0	SESSÃO: 30/10/2007
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 26.448.099,96 (VINTE SEIS MILHÕES, QUATROCENTOS E QUARENTA E OITO MIL, NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS), CONFORME A.G.E., DATADA DE: 03/09/2007.	
NUM.DOC: 435.336/07-1	SESSÃO: 07/12/2007
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 29.832.769,71 (VINTE NOVE MILHÕES, OITOCENTOS E TRINTA E DOIS MIL, SETECENTOS E SESENTA E NOVE REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS), CONFORME A.G.E., DATADA DE: 06/11/2007.	
NUM.DOC: 435.988/07-4	SESSÃO: 10/12/2007
ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 29/06/2007. DELIBERAÇÕES: INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE PELA AÇÃOISTA CV LUXO S.A.R.L.	
NUM.DOC: 035.831/08-0	SESSÃO: 28/01/2008
ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 10/01/2008. DELIBERAÇÕES: RETIFICAÇÃO DO TEXTO DA CLAUSULA 5.2 DA ATA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA SOCIEDADE, REALIZADA EM 03/09/2007.	
NUM.DOC: 070.642/08-4	SESSÃO: 03/03/2008
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 30.720.269,71 (TRINTA MILHÕES, SETECENTOS E VINTE MIL, DUZENTOS E SESENTA E NOVE REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS), CONFORME A.G.E., DATADA DE: 29/01/2008.	
SEDE TRANSFERIDA PARA CIDADE DE PRIMAVERA DO LESTE, MT, À RUA BLUMENAU, 895 - SL 01, JD RIVA, 78850-000, MT. PROVISÓRIO 51393000178, CONFORME A.G.E., DATADA DE: 20/01/2008.	
Documento Gratuito	Página
NIRE: 35300339495	

Fonte: Junta Comercial de São Paulo

A pesquisa permite ainda concluir que o Grupo El Tejar utilizou-se e segue usando testas-de-ferro para dar aparência de “nacional” às

suas empresas. Tanto que atualmente, a Fleurac e a CV Angenita, por exemplo, têm como controladores, Javier Angió e dois brasileiros que, na prática, são funcionários do grupo El Tejar, sendo um contador paulista e o outro, um advogado em Primavera do Leste.

O argentino Angió, no entanto, não figura diretamente como sócio das empresas, mas sim como procurador dos investidores majoritários nas mesmas, a empresa espanhola ET SpainCo e a luxemburguesa, LuxCo.

A primeira é uma empresa especializada em gestão de fundos de investimentos sediada em Barcelona, região autônoma da Catalunha na Espanha, e a segunda, uma administradora de capitais sediada no cantão autônomo de Luxemburgo – um dos “paraísos fiscais” incrustado na Europa - criada pelos empresários argentinos que fundaram o grupo El Tejar.

Já o El Tejar, por sua vez, tem sua sede nas Ilhas Bermudas, igualmente um paraíso fiscal de domínio inglês, situado no oceano atlântico a meio caminho entre a costa norte americana e os Açores, na África." (BRASIL NOTÍCIA, 2015h) (Sem grifo e itálico no original)

Este longo exemplo das operações feitas pelo Grupo El Tejar tem a finalidade de mostrar claramente que há uma aliança de classe ou de classes entre estrangeiros e brasileiros para se beneficiarem ilegalmente nas operações que realizam no país. E, particularmente, poderem se apropriar da propriedade da terra. Não há "santo" e nem "diabo" em toda essa história, muito menos nacionalismo tacanha, nem estrangeirização. Há sim, uma nova aliança mundial entre as classes sociais que dominam o capitalismo monopolista mundial.

Em março de 2016, o Grupo El Tejar cultivou 76,84 mil hectares no Brasil, dos quais 45,1 mil próprios e 31,74 em parceria. Ao todo são sete unidades produtivas em Primavera do Leste/MT, Santo Antônio do Leste/MT, Itiquira/MT, Diamantino/MT e Ipiranga do Norte/MT.

Algar Agroalimentar S/A Empreendimentos e Participações (Algar Agro)

O Grupo Algar foi constituído por Alexandrino Garcia em 1929, e tem sua sede em Uberlândia/MG. Iniciou suas atividades com serviço de beneficiamento de arroz e tem seus principais investimentos na agroindústria de grão. É o controlador Algar Agro - Algar Agroalimentar S/A Empreendimentos e Participações, uma empresa brasileira de capital fechado atuando no mercado grãos (soja e milho) desde 1978. Conta com 16 armazéns próximos às áreas de origem de grãos e duas unidades industriais de processamento de soja em Uberlândia/MG e Porto franco/MA. Detém as marcas do óleo de soja ABC e do farelo de soja

RaçaFort. Opera no setor de grãos, atua da aquisição direta dos produtores à sua destinação final: processamento industrial, exportação e mercado interno. Suas unidades em Minas Gerais estão em Uberlândia, Capinópolis, Tupaciguara, Sacramento, Patrocínio, Coromandel, Paracatu e Unaí. No Maranhão em Porto Franco, Balsas, São Domingos, Sambaíba (Ilha das Balsas), Tasso Fragoso, São Domingos do Azeitão, Alto Parnaíba, Batavo e Anapurus. E, no Tocantins em Campos Lindos e Guaraí. A empresa possuía em 2014, o total de 10.377 hectares de terras plantados que produziram diretamente 38 mil toneladas de grãos, vendeu 1,5 milhão de toneladas em equivalente soja e exportou US\$ 270 milhões.

Grupo Bom Jesus

O Grupo Bom Jesus começou com família de Luiz Vigolo em Medianeira no estado do Paraná em 1960, e tornou-se uma das maiores empresas do agronegócio do Mato Grosso. Ficou no Paraná até 1976 produzindo milho, feijão, arroz, trigo e suínos. Vendeu as terras e adquiriu 483 hectares na serra da Petrovina no Mato Grosso denominando-a Bom Jesus. O Grupo Bom Jesus a partir de 1978 começou o plantio de soja, e a partir de 1982, passou a comprar mais terras, ampliando a área plantada. Em 1987, constituiu a Bom Jesus Sementes e vinte anos depois, em 2007, a Bom Jesus Agropecuária. A empresa atua através das parcerias agrícolas, contando em 2015 com dez núcleos com área de mais de 200 mil hectares no Mato Grosso e a partir de 2010, com a compra de terras na Bahia, onde possui mais 65 mil hectares. Detém também, ABJ Comércio (On Shore) e a ABJ Trading (Off Shore) que atuam na comercialização de *commodities* e insumos. O Grupo Bom Jesus tem sede em Rondonópolis/MT e cultivou na última safra 2014/15 a área de 250 mil hectares no estado de Mato Grosso e mais 240 mil hectares nos estados da Bahia e Piauí, de soja, milho, algodão em pluma e em semente. O grupo produziu 80 mil toneladas de algodão e destinou 60% à exportação. (SEMENTES BOM JESUS, 2015) O Grupo Bom Jesus entrou com ação de recuperação judicial em 31/05/16. O grupo deve em torno de R\$2,6 bilhões a maior parte em dólar.

Grupo Bom Futuro

O Grupo Bom futuro nasceu da família de Antonio Clarismundo Scheffer e Luzia Maggi Scheffer e seus seis filhos. Oriundos de São Miguel do Iguaçu, no oeste do Paraná onde possuíam um sítio de 65 hectares. Entre os filhos, o mais velho era Eraí Maggi Scheffer que atualmente comanda o Grupo Bom Futuro com seus irmãos, Elusmar e Fernando, e o cunhado José Maria Bortoli. É primo de Blairo Maggi do Grupo Amaggi.

Sua história no estado de Mato Grosso data dos anos 70:

"No final dos anos 70, (...), partiu em direção ao distante Mato Grosso na boleia de um caminhão. Foi parar no norte do estado, em Juara, onde comprou um sítio, na esperança de produzir café. Não tinha nada ali: nem luz, nem estrada, nem comunicação, todo mundo estava chegando e abrindo as terras. Aos poucos, ele trouxe famílias do Paraná para tocar a lavoura: pagava a viagem e a alimentação delas com o trato de que, depois que o café produzisse, repartiriam o resultado. (...) Em 1982, a convite do tio, André Maggi, veio para Rondonópolis, e arrendaram juntos a Fazenda Bom Futuro. André entrava com o custeio, e Eraí e os irmãos com a mão de obra. Logo nos primeiros anos a fazenda começou a dar renda, e Eraí saiu à procura de terras baratas mais ao norte. Depois de três anos procurando nos quatro cantos do estado, descobriu a região onde hoje está Sapezal - propícia para a lavoura, mas totalmente isolada do restante do Estado. Comprou terras para o tio e para ele e os irmãos. Nos próximos dez anos, ficaria num vai-e-vem (...) entre Rondonópolis e a fazenda no Noroeste de Mato Grosso. Em 1995, ele deixou de trabalhar para o tio. Comprou o direito de arrendamento que cabia a André Maggi na Bom Futuro e passou a dedicar-se integralmente à fazenda." (GLOBO RURAL, 2010)

A primeira lavoura que permitiu a acumulação de capital do grupo foi o algodão:

"A chegada do algodão, cultura que, em Mato Grosso, devido à alta rentabilidade, acabou por estabelecer uma casta de produtores hoje conhecidos por 'sangue azul', marcou o início da forte capitalização do grupo. Já no primeiro plantio, os irmãos Scheffer colheram acima da média do estado. Era uma área pequena, de 180 hectares (...) Foi uma sequência de anos bons, e fomos adquirindo ou arrendando terras em Campo Verde, Primavera do Leste, no médio norte, no Vale do Araguaia, no norte (...) O casamento da soja com o algodão e o milho potencializou ainda mais a produtividade das terras." (GLOBO RURAL, 2010)

Em 2010 o Grupo Bom Futuro já possuía 36 fazendas no Estado de Mato Grosso, detinha uma área plantada com soja de 230 mil hectares na safra 2009/2010. Produziu 720 mil toneladas de soja e um faturamento de R\$ 300 milhões. Passou a ser denominado "rei da soja", título que antes pertencera ao primo Blairo. A partir daí, passou a diversificação que tem na pecuária com confinamento sua nova atividade, além de atuar na piscicultura, produção de sementes e geração de energia elétrica (PCHs).

Junto com o crescimento econômico do grupo veio a denúncia pelo Ministério do Trabalho da prática do trabalho escravo:

"A Justiça Federal em Mato levou onze meses para citar Eraí Maggi, considerado o maior produtor de soja do Brasil, pelo crime de trabalho escravo. O "rei da soja" foi denunciado em abril de 2009 pelo Ministério Público Federal (MPF), mas a carta precatória que intimou em

Rondonópolis o primo do ex-governador de Mato Grosso e mais quatro acusados, só retornou para a 5ª Vara da Justiça Federal em Cuiabá no dia 29 de março deste ano.

No andamento processual da carta precatória, a Justiça Federal no estado justifica que a citação tinha sido devolvida em janeiro deste ano sem a citação dos acusados "em virtude da grande quantidade de mandados no final de ano, com retorno após o recesso forense". Eraí e seus irmãos Elusmar e Fernando Maggi, o cunhado José Maria Bortoli, e o dono da fazenda Vale do Rio Verde, Caetano Polato, reduziram 41 trabalhadores à condição análoga de escravo, segundo a denúncia do MPF.

Os trabalhadores foram libertados da fazenda localizada no município de Tapurah (MT), ainda em janeiro de 2008, pelo Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O caso dos irmãos Maggi é apenas um dos que se arrastam na Justiça e tendem à impunidade. Como mostrou o Congresso em Foco, quase a metade dos 645 empregadores incluídos na chamada "lista suja" do trabalho escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre 2003 e 2007, ainda não responde pelo crime na Justiça. (...)

"Um quadro assustador". Assim os fiscais do MTE classificaram o que viram na fazenda arrendada pelos Maggi na época do flagrante. Por isso, o local foi interditado entre os dias 21 a 26 de janeiro de 2008. A produção de soja e algodão foi interrompida depois que os fazendeiros receberam 73 autos de infração e quando foi constatado "risco grave e iminente, capaz de causar danos à saúde e acidentes com lesões graves para os trabalhadores". (...)

O alojamento onde dormiam os trabalhadores resgatados, um galpão de madeira, recebeu o sugestivo apelido de Carandiru. (...) "O local utilizado como dormitório degrada a condição de qualquer ser humano, pois além de superlotado, estava imundo e sem qualquer tipo de proteção. Ademais, não havia iluminação e ventilação adequadas, sem privacidade, sem armários, sem nenhuma higiene, extremamente desconfortável e inadequado para o repouso", diz a denúncia dos procuradores da República, Vanessa Scarmagnani e Gustavo Nogami.

Os fiscais do trabalho também encontraram os trabalhadores submetidos à jornada de trabalho extenuante de até 11h diárias, exposição dos funcionários ao uso de agrotóxicos e sem equipamentos de segurança. "Havia permanência de trabalhadores nas áreas durante a pulverização aérea, sendo que muitos eram atingidos diretamente por tais aplicações", relata a denúncia.

O dono da Fazenda, Caetano Polato, é reincidente na prática do mesmo crime. O fazendeiro já havia sido flagrado usando trabalho escravo na mesma propriedade pelos fiscais e assinou termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público do Trabalho (MPT) no Mato Grosso em 2001 e em 2005.

"Por seu turno, Caetano Polato tinha plena consciência das condições degradantes em que os trabalhadores desenvolviam suas atividades, tendo inclusive prestado informações para o Ministério Público do Trabalho, em sede de Termo de Ajustamento de Conduta, como representante da fazenda", informa a ação do MPF.

Por meio de sua assessoria, Polato informou que vai pedir ao juiz para sair da ação penal, pois só arrendou a fazenda para os irmãos Maggi a partir de agosto de 2006. *"Ele era administrador da fazenda e, por isso, a presença dele era constante no local. Vamos aguardar as provas na Justiça Federal para se posicionar sobre o caso", diz a procuradora da República, Vanessa Scarmagnani, uma das autoras da ação penal.*" (REPORTER BRASIL, 2010) (Sem grifos no original)

Em agosto de 2014, matéria jornalística de Marcos de Moura e Souza, do jornal Valor Econômico, trouxe os dados do Grupo Bom Futuro: área total em terras 470 mil hectares todas em Mato Grosso, em 80 fazendas; 264 mil hectares de soja plantada na safra 2014/2015; e 100 mil cabeças de gado.

Em 2014, o Grupo Bom Futuro voltou à mídia mato-grossense, através do escândalo envolvendo a criação de uma cooperativa para ser utilizada pelo grupo para sonegar impostos. A Assembleia Legislativa do estado constituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Sonegação Fiscal para apurar os fatos envolvendo a Cooperativa Agroindustrial de Mato Grosso (Cooamat), a qual é suspeita de ter lesado o fisco em aproximadamente R\$ 500 milhões, uma vez que "a Coomat, cujo um dos maiores participantes é Eraí Maggi Scheffer (PP), foi acusada de ter sido criada apenas para burlar o fisco. Cooperativas são isentas de imposto de renda, já pessoas jurídicas pagam 15%. Elas são isentas de Financiamento de Seguridade Social (Cofins), enquanto para empresas é de 7,6%. O PIS das cooperativas sobre a folha de pagamento é de 0,65%, enquanto de uma empresa comum é de 1,65%." (CORREIO PRESS, 2015)

O jornalista Haroldo Assunção do jornal Centro Oeste Popular, em 05/05/2015, publicou matéria explicando a operação fraudulenta objeto da CPI através o acesso a seu Relatório:

"O empresário Eraí Maggi Scheffer, dono do Grupo Bom Futuro e tido como liderança do agronegócio no Estado, está sob suspeita de engendrar sofisticado esquema para sonegar tributos estaduais e federais, além de driblar leis trabalhistas e estabelecer concorrência desleal em prejuízo do setor produtivo de Mato Grosso. Para tanto, o "Rei da Soja" teria se utilizado de 'laranjas' – ou 'testas-de-ferro'? – para a constituição de uma certa Cooperativa Agroindustrial de Mato Grosso (Cooamat), a qual seria comandada por ele através de prepostos. Além do hoje conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso Waldir Júlio Teiss, de uma filha e de um filho deste, Eraí Maggi "associou-se" preferencialmente a homens de sua confiança, a maioria empregados seus no famigerado Grupo Bom Futuro. A começar pelo

atual presidente da cooperativa, Donato Cechinel, diretor jurídico do grupo empresarial capitaneado por Eraí Maggi. Além dele, também tomaram parte na constituição da cooperativa os diretores José Vengrus Filho “Zezão” (Compras); José Orides Bauer (Financeiro); Inácio Modesto Filho (Produção) e Roberto Machado Bortoncello (Vendas). Também participaram do ato constitutivo Lírio Mognon, Romário Fernando dos Santos, respectivamente gerentes das fazendas Campo Verde e Colibri – além do gerente de almoxarifado Saul Lourenço de Lima. Mognon também é cunhado de Elizeu Maggi Scheffer, irmão de Eraí. Além deles, também tomaram parte o contador do Grupo Bom Futuro, Marcos da Silva Rodrigues e os sócios Fernando Maggi Scheffer, Elusmar Maggi Scheffer e Eraí Maggi - “O Chefe” -, bem como o cunhado deste José Maria Bortoli e seu filho Rafael Bortoli – o filho de Eraí, Kleverson, é outro cooperado, assim como Aroldo, Marcelo, Gabriele e Fernanda Guizzo. Acontece que muitos dos “cooperados” usam os mesmos números de inscrição estadual e plantam nas mesmas áreas, o que é vedado por lei. Mas o pior é que vários deles não possuem propriedades e nem atividade agrícola que justificasse o ingresso de soja, bem como a compra de insumos, por meio da cooperativa. Para resolver o problema, Eraí Maggi teria arrendado uma tal “Fazenda Jangada” para ali constituir um certo “Condomínio Aliança do Cerrado”. Aforante isso tudo, Eraí Maggi ‘desobedeceu’ imposição legal que proíbe ingresso em cooperativas de “agentes de comércio e empresários que operem no mesmo campo econômico da sociedade”, conforme manda a Lei 5.764/1971, que define a “Política Nacional de Cooperativismo”. O suposto esquema de sonegação foi detalhado pelo Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso para investigar as denúncias – que também foram encaminhadas ao Ministério Público Estadual e Federal, bem como à Receita e à Polícia Federal. “Inobstante a identificação da existência de fraude descrita, qual seja, a utilização de funcionários do Grupo Bom Futuro no quadro de cooperados da Coamat, faz-se imprescindível a apuração da regular correspondência entre o valor auferido de renda pelo cooperado e a sua declaração de Imposto de Renda junto à Receita Federal, apurando-se a evolução patrimonial com a renda auferida, evitando assim a desordeira prática de utilização de ‘laranjas’ nas operações financeiras dos cooperados”, recomenda o relatório.

A coincidência não é uma só. Além de coincidirem os funcionários de confiança, coincide ainda o endereço. A sede da Cooperativa, até dois anos atrás, ou seja, até o ano de 2012, funcionava dentro das dependências do Grupo Bom Futuro, o que afronta um dos requisitos legais para a constituição regular de uma cooperativa, pois, nos termos da lei, no ato de constituição de uma cooperativa deve constar a denominação social, sede e objeto de funcionamento, ou seja, para que seja constituída regularmente uma cooperativa, esta deve ter sua sede devidamente indicada e, de preferência, sede própria”, assinala o

relatório, com base em cópia de “Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de março de 2010”, na qual o endereço indicado é a ‘rua Cafelândia, nº 105, bairro Vila Marinópolis, Rondonópolis – por acaso, onde está sediado naquele município o famigerado Grupo Bom Futuro. A reforçar a informação, lê-se na página do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Mato Grosso o mesmo coincidente endereço Rua Cafelândia, nº 105, Vila Marinópolis, Rondonópolis. Mas as coincidências por aí não param. A maior de todas: objetivos estatutários da Coamat são os mesmos objetos do Grupo Bom Futuro. Exportação, compra de insumos, industrialização, armazenamento, produção e venda de sementes entre outras operações. “Dentre a lista de possíveis irregularidades cometidas pela Coamat, existe a de que a cooperativa pode estar se valendo de benefícios fiscais legítimos referentes à aquisição de insumos agrícolas aos seus cooperados e desviando os produtos para as fazendas do Grupo Bom Futuro; veja-se que figura dentre os atos cooperados da Coamat a compra, em comum, de insumos e bens de produção para associados”, aponta o relatório. E acusa, “noutro giro” a eventual aquisição pela cooperativa de “insumos, gozando deste benefício, e posteriormente realiza a transferência da matéria-prima para as fazendas do grupo empresarial; estaríamos diante de uma simulação de venda, a qual deveria incidir a tributação do ICMS e, em assim não ocorrendo, estaríamos diante de fraude ao fisco estadual”. O relatório aponta ainda outras possíveis fraudes tributárias contra o fisco estadual. “O Grupo Bom Futuro, na pessoa do senhor Eraí Maggi Scheffer, tem realizado supostas vendas de grãos produzidos em propriedades diversas daquelas que integram a Coamat como se desta fosse; ou seja: a produção das fazendas que formam o grupo empresarial sendo comercializada como se de cooperados fossem”. “O diretor do Grupo Bom Futuro promove uma ‘engenharia’ fazendo com que pessoas a ele ligadas na cooperativa assinem contratos de arrendamento de terras de modo a promover uma ‘ilusão fiscal’, mas onde subsiste uma série de atos artificiosos para fraudar o fisco”, assinala outro trecho do documento. A CPI também observou suposto ‘drible’ à legislação trabalhista - por meio da Coamat, Eraí Maggi e seu “Bom Futuro” deixariam de pagar o devido à sociedade. Teria sonegado ao Programa de Integração Social (PIS), assim como às Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).” (CENTRO OESTE POPULAR, 2015) (Sem grifos no original)

Grupo Itaquerê

O Grupo Itaquerê nasceu da família Brunetta em Primavera do Leste/MT no final dos anos 90. Em 2010, já possuía 100 mil hectares e 30 mil cabeças de bovinos em sete municípios diferentes. (VALOR ECONÔMICO, 2010) Em 2013, o grupo chegou área plantada de 170 mil

hectares com soja, milho, safrinha com capim, e criação de bovinos. Suas fazendas estão nos municípios de Primavera do Leste, Santo Antônio do Leste, General Carneiro, Novo São Joaquim, Água Boa, Querência, Porto Alegre do Norte e Cana Brava do Norte. (ABRADA, 2014 e WESZ JUNIOR, 2014)

Grupo Girassol (Girassol Agrícola S/A)

O Grupo Girassol nasceu da família Göellner em 1982 região da Serra da Petrovina Mato Grosso. A Girassol Agrícola S/A tem sua sede em Rondonópolis/MT, possui quatro unidades de produção nos municípios de Pedra Preta/MT (Serra da Petrovina), Santo Antônio do Leverger/MT, Torixoréu/MT e Dom Aquino/MT, e, duas unidades de produção terceirizadas em Goiás e na Bahia. Opera com sementes de soja e algodão (em parceria com a Monsoy, Fundação Mato Grosso e TMG), soja em grão, algodão, reflorestamento, pecuária bovina (cria, cria e engorda), e serviços de armazenagem. (GIRASSOL, 2015)

Grupo Pinesso (Grupo Produzir)

O Grupo Pinesso ou Grupo Produzir também teve origem familiar através de seis irmãos que foram camponeses meeiros nas lavouras de café do Estado do Paraná. Começaram em 1955 com a aquisição da primeira propriedade que era uma chácara no município de Francisco Beltrão/PR, em 1962, iniciaram o cultivo pioneiro da soja. Em 1976, expandiram-se para o Mato Grosso do Sul e em 1983, para o Mato Grosso.

"A empresa, cultiva soja, algodão, milho e sorgo nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em oito propriedades, faz cria e possui duas granjas de suínos nos estados do MS e MT, (...). O Grupo atua como revendedor de máquinas e implementos agrícolas nos municípios de Campo Verde, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Primavera do Leste no estado do Mato Grosso." (PINESSO, 2015)

O Grupo Pinesso desde 2010, está atuando também, através de subsidiária, em África, no Sudão, Moçambique, Etiópia e República Democrática do Congo. (WESZ JUNIOR, 2014, p. 142) Em julho de 2015, o Grupo Pinesso com dívidas estimadas em R\$ 571 milhões, entrou com pedido de recuperação judicial, que foi concedido pela justiça: "O juiz José Henrique Neiva de Carvalho Silva, da Vara de Falências de Campo Grande (MS), aceitou o pedido de recuperação judicial do Grupo Pinesso, (...) produtor de grãos e fibras (...). O grupo, liderado pelo empresário rural Gilson Pinesso, havia pedido proteção da Justiça contra credores no dia 6 de julho." (VALOR ECONÔMICO, 2015)

Grupo SinAgro

A Sinagro Produtos Agropecuários S/A começou suas atividades em 2001 atuando nos segmentos de agrotóxicos, fertilizantes, sementes e *trading*. Operam nos estados de Mato Grosso (Rondonópolis, Alto Taquari, Primavera do Leste, Campo Verde, Nova Xavantina, Água Boa, Canarana, Gaúcha do Norte, Querência, Bom Jesus do Norte e São Félix do Araguaia), Mato Grosso do Sul (Chapadão do Sul), Goiás e Bahia (Luís Eduardo Magalhães e Rosário), onde tem treze unidades de distribuição, sete de armazenagem, uma de produção de sementes e outra de produção de fertilizantes foliares. Em 2015, a UPL - United Phosphorus Limited empresa de agrotóxicos da Índia adquiriu 40% do controle acionário do Grupo SinAgro. (DINHEIRO RURAL, junho 2015) As operações de *trading* do grupo são realizadas pelo sistema "*Barter*". (SINAGRO, 2015)

"SinAgro tem 63 mil hectares com soja, milho e algodão. Maior companhia de agroquímicos da Índia, a United Phosphorus Limited (UPL) fechou a compra de 40% do capital da revenda e trading mato-grossense SinAgro, conforme antecipou ontem o Valor PRO, serviço de notícias em tempo real do Valor. A operação marca uma nova tacada da companhia indiana para diversificar seus negócios no Brasil, além de ser um passo adiante na consolidação do mercado de distribuição de insumos em Mato Grosso, Estado que lidera a produção brasileira de grãos. O valor da transação não foi revelado.

Criada em 2001 no município de Primavera do Leste, a SinAgro tem forte atuação nas regiões sul e leste de Mato Grosso, norte de Mato Grosso do Sul e oeste da Bahia. No total, são 20 lojas dedicadas à distribuição de defensivos, sementes e fertilizantes, além de armazenagem – a capacidade estática da companhia é de 408 mil toneladas. Uma das pioneiras nas operações de *barter* (troca de insumos por entrega futura de grãos) no Cerrado, a SinAgro passou, a partir de 2006, a se dedicar também à comercialização de soja e milho e atualmente origina cerca de 1 milhão de toneladas dos dois produtos – que já respondem por metade da receita da companhia.

A SinAgro encerrou 2014 com um faturamento de R\$ 1,5 bilhão, e a previsão é alcançar R\$ 1,7 bilhão este ano, conforme Marcos Vimercati, fundador e atual presidente da empresa. "*A expectativa é que a UPL possa nos ajudar a ter uma gestão interna melhor*", disse. Além de fortalecer a estrutura de capital, os recursos oriundos da venda de 40% da empresa serão usados também para reduzir a alavancagem e os atuais custos financeiros da SinAgro. A companhia tem uma política de risco ainda incipiente, e o objetivo é que a entrada da indiana melhore essa gestão e a governança da empresa mato-grossense. (...) As conversações entre UPL e SinAgro levaram pouco mais de nove meses. Para a UPL, o negócio permitirá não apenas a aproximação com o agricultor e o aumento da capacidade de distribuição no Cerrado, mas também a entrada em dois segmentos até então inexplorados pela companhia no

país: a de trading e produção agrícola. A SinAgro mantém 63 mil hectares com soja, milho e algodão nas regiões de Primavera do Leste (MT) e no Vale do Araguaia. Compõe ainda a Serra Bonita Sementes, uma joint venture formada com a Fiagril e a goiana Boa Safra Sementes." VALOR ECONÔMICO, 2015) (Sem itálico no original)

Weisul Agrícola S/A

A história da Weisul Agrícola S/A iniciou-se em 1978, quando Arnaldo Ulmann comprou uma fazenda em Minas Gerais. Em 1988, associado a Elvídio Weisheimer, compraram duas fazendas no Maranhão (Catuaí Norte e Catuaí Verde). Em 2001, vendeu a participação societária da SLC, e, comprou as fazendas Catuaí Oeste em Mato Grosso, e a Catuaí Cajuí, no Maranhão, fazendo crescer o grupo Weisul. Depois de se desfazer da fazenda Catuaí Oeste de Mato Grosso, a empresa passou a deter em meados de 2015, as três fazendas no Maranhão onde produz algodão, soja e milho. A sede do grupo Weisul fica em Itajaí/SC. (WEISUL, 2015)

Risa S/A

A Risa S/A tem uma história longa. Em 1982 foi constituída a Companhia Agrícola do Ribeirão, com sede em Baixa Grande do Ribeiro/PI. Em 1991, família gaúcha Gorgen comprou a empresa Prepesa as ações da Cia Ribeirão. Em 1998, investiram em transporte próprio e em 2000, na importação e comercialização de fertilizantes através de uma misturadora de adubos. Em 2006, a empresa fechou seu capital, tornando-se a Ribeirão S/A, depois Risa S/A. O grupo conta treze filiais, produz e comercializa *commodities* agrícolas; sementes de soja; agrotóxicos; máquinas agrícolas; formulação de fertilizantes com matéria-prima; secagem e armazenagem de grãos; e, transporte da produção. Operam área própria de 52.461 hectares e área arrendada de 11.919 hectares. As unidades localizam-se em: Balsas/MA fica a sede do grupo; São Luís/MA estão os armazéns gerais, com capacidade para armazenagem para 35 mil toneladas; Loreto/MA está a Fazenda Rio Verde, com área própria de 7.741 hectares e produz soja e milho em área plantada de 3.200 hectares, e a capacidade para armazenagem de 19 mil toneladas; São Raimundo das Mangabeiras/MA, fica a Fazenda Roseira, com área própria de 4.630 hectare, produzindo soja e milho em uma área plantada de 2.002 hectares; Sambaíba/MA, está a Fazenda Alice, com área própria de 6.527 hectares produzindo soja e milho em 6.490 hectares; Balsas/MA fica a Risa Fertilizantes com capacidade de formulação de 30 toneladas/hora e estoque de 20 mil toneladas; em Balsas/MA ficam também, os armazéns gerais,

com capacidade para armazenagem para 30 mil toneladas, e, a Risa Defensivos, Risa Máquinas e Risa Logística; Uruçuí – PI há também outra unidade da Risa Fertilizantes com capacidade de formulação de 35 toneladas/hora e estoque de 30 mil toneladas, e, neste município fica também a Fazenda Tunísia com área arrendada de 11.919 hectares produzindo soja em área de 9.132 hectares e capacidade para armazenagem de 19.800 toneladas; Baixa Grande do Ribeiro/PI está a Fazenda Ribeirão (matriz) com área própria de 33 mil hectares com 17.288 hectares de soja e milho e capacidade para armazenagem de 56 mil toneladas. (RISA, 2015)

Grupo JPupin

O Grupo JPupin atua na região leste mato-grossense, onde tem sua sede em campo Verde/MT. Possui terras que somam aproximadamente 100 mil hectares que produzem algodão, soja e milho, além de pecuária e reflorestamento. Segundo o jornal Valor Econômico na safra 2014/15, cultivou 80 mil hectares. O Grupo JPupin está em crise financeira que decorreu desde os últimos quatro anos "quando o controlador adotou uma estratégia mais agressiva de compra de propriedades e passou a usar recursos captados no mercado financeiro para realizá-la." (VALOR ECONÔMICO, 2015) (sem grifo no original)

Com a crise o grupo pediu recuperação judicial:

"Pressionado por ações judiciais movidas por credores, o Grupo JPupin, (...) produtor de algodão e grãos (...), entrou (...) com pedido de recuperação judicial na Comarca de Campo Verde (MT). A empresa declarou à Justiça dívidas de R\$ 898 milhões, das quais cerca de 50% em dólar. Conforme o advogado José Luis Finocchio Júnior, do escritório Finocchio&Ustra Sociedade de Advogados, que representa a empresa (...) que há três meses negociava um acordo de pagamento com os credores. (...) Três bancos não aceitaram as condições – Itaú, Indusval e Votorantim – e ajuizaram execuções de garantias dadas pelo grupo, pressionando a empresa a recorrer à proteção judicial. Conforme estimativas do advogado que defende o JPupin, o grupo tem ativos, incluindo terras e benfeitorias, avaliados em R\$ 1,4 bilhão. Do valor total da dívida, 50% são em dólar e, nos cálculos do montante em real foi considerada a cotação da moeda estrangeira na data em que as operações foram contratadas – os empréstimos começaram a ser feitos há aproximadamente dois anos." (VALOR ECONÔMICO, 2015) (Sem grifo no original)

Serra Bonita Sementes S/A

A Serra Bonita Sementes S/A foi constituída em 2013 através de uma joint venture entre as empresas Boa Safra Sementes de Goiás e a

Fiagril e SinAgro de Mato Grosso, para produzir cerca de 600 mil sacas de 40 quilos de sementes de soja.

"De acordo com Ivandro Granetto, diretor-geral da Serra Bonita Sementes, o grande trunfo da nova companhia é sua estrutura comercial. *"Toda a nossa produção já tem destino certo: será comercializada pelas revendas que a Fiagril e o Grupo SinAgro já possuem em Estados como Mato Grosso, Bahia e Tocantins".* As duas empresas, que atuavam prioritariamente na distribuição de insumos e na prestação de serviços agrícolas - a exemplo de operações de *barter* (troca) e comercialização - , associaram-se à Boa Safra Sementes para abocanhar um elo a mais da cadeia de grãos. Juntas, as três empresas que criaram a Serra Bonita Sementes faturam cerca de R\$ 4 bilhões por ano. (...) A sede administrativa da Serra Bonita está localizada em Formosa (GO), enquanto as áreas de produção de sementes estão situadas nos municípios de Unai e Buritis, ambos no Estado de Minas Gerais. Aos cerca de 13 mil hectares que já pertenciam à Boa Safra Sementes, foram incorporados outros 4 mil hectares. A meta é expandir a área para 20 mil hectares, sendo 10 mil irrigados (...). (VALOR ECONÔMICO, 2014) (Sem grifo no original)

Todos os exemplos de constituição de novos grupos econômicos apresentados demonstram que este é o processo gerado pelo neoliberalismo no país. Ou seja, ao lado da presença de grandes grupos mundiais que monopolizam o comércio de grãos, ocorreu também, a formação de grupos econômicos nacionais que podem estar articulados a esses, ou, projetarem autonomamente seu crescimento e participação no mercado mundial. De qualquer forma, eles vão caracterizando esse momento do desenvolvimento capitalista no país.

Assim, o desenvolvimento e expansão do capitalismo monopolista mundializado no Brasil, vai gestando formas novas de atuação reintegrando em uma nova aliança de classes em nível mundial: a propriedade privada capitalista da terra, o capital agrícola e industrial, capital financeiro e o trabalho. Trata-se de um esboço daquilo que ele separou na maioria dos setores na agropecuária e silvicultura: propriedade privada capitalista da terra, capital agrícola e agroindustrial e, o trabalho. Na realidade do campo brasileiro o processo consolidado de territorialização do monopólio presente na silvicultura e no setor sucroenergético, agora, esboça se expandir no setor de grãos e fibras. Ainda é cedo para afirmar que é essa é a tendência, porque a maioria dessas novas empresas não introduziu a fase da industrialização do que produzem em suas atividades, mas, já existem entre elas aquelas que o fizeram.

Neste momento da história, a tendência dominante tem sido o surgimento de empresas que fruto da acumulação de capital derivada da reprodução ampliada do mesmo na atividade capitalista de produção de grãos e fibras, estão também somando a essa acumulação, dinheiro

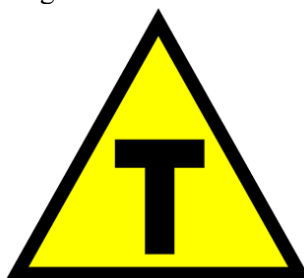
convertido em capitais derivados da metamorfose da renda da terra originada na grilagem de terras públicas, e, superlucros derivados da adoção do trabalho escravo.

Porém, a maioria da produção de grãos e fibras no país ainda se faz através da separação entre os momentos da produção imediata e a circulação, ou seja, através da monopolização do território pelas empresas mundiais monopolistas. E, a propriedade privada capitalista da terra continua hegemonicamente controlada pelos proprietários de terras nacionais, demonstrando que o denominado processo de "estrangeirização" das terras no Brasil, é reduzidíssimo e, serve na maioria das vezes para exemplificar a aliança de classe em nível mundial entre a burguesia mundial, a nacional que é também proprietária de terra, ou os próprios proprietários de terras rentistas.

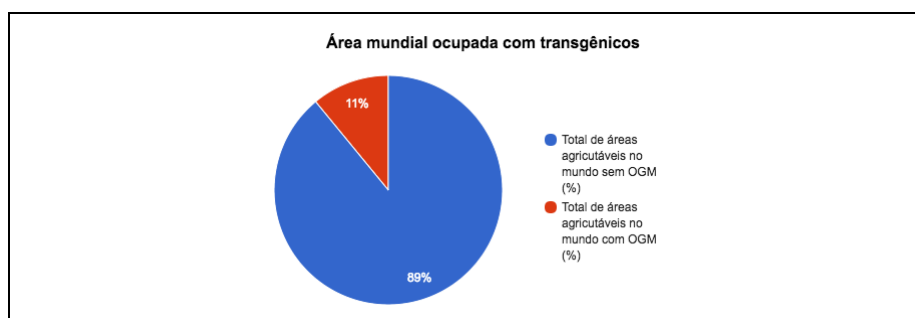
6. A febre dos transgênicos

Os transgênicos (OGM) são produtos que foram transformados pela pesquisa genética. Sua inauguração na agricultura foi com a pesquisa sobre a aprovação para consumo do tomate “Flavr Savr”, desenvolvido pela Calgene (comprada pela Monsanto), em 1994. De lá para cá o tempo correu e uma lista grande de produtos já estão marcados como plantas OGM. São elas: alfafa, maçã, canola argentina, feijão, cravo, chicória, algodão, Creeping Bentgrass, berinjela, eucalipto, linho, milho, melão, mamão, petúnia, ameixa, canola polaca, álamo, batata, arroz, rosa, soja, abóbora, beterraba açucareira, cana-de-açúcar, pimenta doce, tabaco, tomate e trigo. E, atendem a um conjunto de países que tiveram “eventos OGM” aprovados: Argentina, Austrália, Bangladesh, Bolívia, Brasil, Burkina Faso, Canadá, Chile, China, Colômbia, Irã, Japão, Malásia, México, Mianmar, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Panamá, Paraguai, Filipinas, Federação Russa, Singapura, África do Sul, Coréia do Sul, Sudão, Suíça, Taiwan, Tailândia, Peru, Estados Unidos, Uruguai e Vietnã.

O símbolo gráfico dos produtos transgênicos quando voltado para alimentação no Brasil é o seguinte:

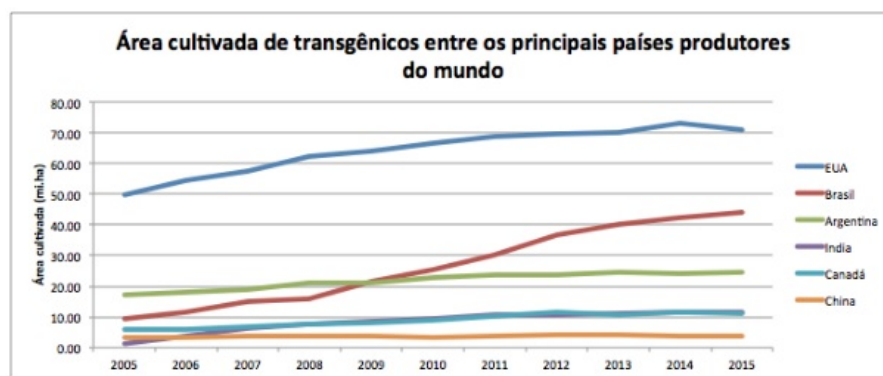


A área ocupada mundialmente com os transgênicos representava em 2015, um total de 11% da área mundial ocupada pela agropecuária, cultivos de florestas, flores e outras coisas mais.



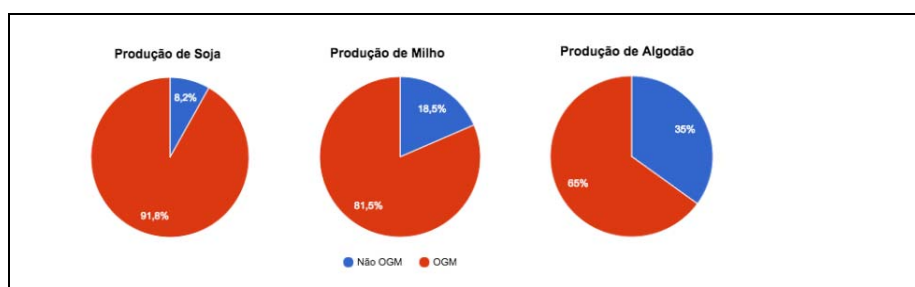
(<http://noticias.consumoresponsavel.org.br/?p=339>)

De 2005 a 2015, a área cultivada de transgênicos entre os principais países produtores do mundo mudou muito. Os Estados Unidos passaram de 50 milhões de hectares para mais de 70 milhões de hectares. Mas, foi no Brasil que o crescimento foi estonteante: saiu de menos de 10 milhões de hectares chegando a 2015 em mais de 40 milhões de hectares. Muito diferente do que ocorreu com Argentina, Índia, Canadá e China que tiveram crescimento normal.



(<http://noticias.consumoresponsavel.org.br/?p=339>)

Desde 2009, o Brasil é o segundo país cultivador de transgênicos que tem na agricultura os principais números em relação à produção de soja, milho e algodão:



(<http://noticias.consumoresponsavel.org.br/?p=339>)

Mas, não só de soja, milho e algodão transgênicos vivem os agricultores nacionais, eles também desenvolvem a produção de feijão, cana-de-açúcar e eucalipto. Mas, se por um lado está havendo a expansão dos transgênicos, por outro lado, também está havendo uma desistência dos agricultores em seguir o efeito manada. Foi por isso que ocorreu uma queda na produção dos transgênicos em 2015. Os textos a seguir são ilustrativos para mostrar esse leque de visões que cerca o mundo dos transgênicos.

6.1. 10 anos de transgênicos no Brasil: um balanço crítico

Texto de subsídio aos participantes do Seminário Internacional “10 anos de Transgênicos no Brasil”, Curitiba/PR, de 21 a 24 de outubro de 2013.

Introdução

A legalização do plantio de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) no Brasil completa 10 anos e, por isso, torna-se importante avaliar seus impactos nos territórios rurais e os riscos que a tecnologia oferece à saúde humana e à biodiversidade. A transformação na paisagem rural liga-se, ainda, ao crescimento da dependência dos agricultores e agricultoras aos sistemas de créditos e incentivos ligados ao modelo de agricultura convencional, altamente tecnificado segundo os moldes da Revolução Verde e que se apresenta, reconhecidamente, e como afirmam pesquisadores do mundo todo, como um modelo de agricultura absolutamente insustentável.

É nesse contexto que se situa a avaliação proposta para esse Seminário. Espera-se que deste encontro seja possível avaliar criteriosamente todos os riscos – e mitos amplamente difundidos pelas empresas detentoras da tecnologia OGM - e impactos da transgenia no país e, ao final, que se possa repensar e definir estratégias e articulações que busquem denunciar os abusos cometidos e propor alternativas para uma transição ecológica da produção agroalimentar nacional. Essa transição envolve não só a preocupação com a conservação dos bens naturais comuns (transformados em recurso pela economia), mas ainda a reavaliação das estratégias de uso e ocupação do solo, de produção e comercialização mais viáveis, não só do ponto de vista econômico, mas também social e cultural. Ao mesmo tempo, busca-se avaliar o cenário global do uso de OGMs de forma a compreender a dinâmica mais ampla na qual o Brasil está inserido, assim como os impactos provocados em outros países e as implicações à agricultura sustentável e à biodiversidade.

1. A historicidade de uma legalização às avessas:

A liberação do cultivo e manipulação dos OGMs no Brasil possui peculiaridades que precisam ser resgatadas. O tema começou a ganhar destaque no país no final da década de 90 quando a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) autorizou o plantio comercial da soja Roundup Ready (RR), tolerante ao herbicida glifosato. Tal liberação deu ensejo à discussão judicial (1) que acabou por vedar o plantio enquanto a CTNBIO não possuísse normas que regulamentassem o controle, a fiscalização e a liberação de transgênicos no país. Essa situação é um dos marcos da questão no país, pois, é sabido que até hoje a CTNBIO editou algumas instruções e resoluções para lidar com a questão, no entanto, nenhuma delas segue os requisitos essenciais estabelecidos nas leis ambientais e também na nossa Constituição.

Um exemplo disso foi a edição da Instrução Normativa Nº. 18, de 15 de dezembro de 1998, que estabeleceu a não obrigatoriedade de avaliação prévia de atividades de cultivo, registro e outros usos de cultivares da soja RR, exigindo apenas o prazo de cinco anos e o monitoramento científico dos plantios comerciais da soja RR. Esse monitoramento seria realizado pela própria empresa sob

supervisão de técnicos da CTNBio. Essa regra abriu espaço para o registro comercial de cinco cultivares RR junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A discussão judicial seguia em paralelo a essa questão interna da CTNBio e, em 2001, ocorreu o ingresso do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no processo que discutia a necessidade de realização de estudos de impactos ambientais para a soja RR. Na esfera do Executivo, nesse mesmo ano, o governo federal publicou o Decreto nº 3.871/01 que estabeleceu a obrigação de rotulagem para todos os alimentos destinados ao consumo humano que contivessem mais de 4% de transgênicos em sua composição. Ainda em 2001, o Governo Federal publicou a medida provisória de nº 2.191-9 que reeditou a Lei nº 8.974/1995, que criou e estabeleceu a CTNBio como o órgão responsável pelas avaliações de biossegurança no país (2).

No ano seguinte (2002) o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) edita a Resolução nº 305/2012 (3) que cria a obrigatoriedade de realizar estudos de impacto ambiental (EIA) para liberação de qualquer produto geneticamente modificado no ambiente, identificando-os como atividades potencialmente poluidoras.

Em meio às movimentações políticas e as discussões judiciais desde o ano de 1998 ocorriam alguns plantios clandestinos de soja transgênica, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul (RS), um dos principais produtores de soja do país, onde alguns agricultores recebiam as sementes contrabandeadas da Argentina. A situação ganhou repercussão na mídia nacional por conta dos plantios ilegais realizados no ano-safra de 2000/2001. No Paraná, segundo maior estado produtor, a primeira lavoura transgênica foi descoberta na região de Toledo, Sudoeste do Estado, na safra 2001/02. Nesse Estado o governo estadual intensificou a fiscalização, criando a obrigatoriedade de certificação para declarar que a soja comercializada não era transgênica. O plantio ilegal no Estado do Rio Grande do Sul teve continuidade na safra de 2002/2003, afetando cerca de 70% do total da produção desse Estado (EMBRAPA, 2013).

Em virtude dessa situação que repercutia no campo o governo brasileiro, no primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, mais especificamente no dia 18 de fevereiro de 2003, criou uma comissão interministerial para discutir o tema dos transgênicos. Logo após, no dia 27 de março de 2003, o Governo Federal publica a Medida Provisória de nº 113 que autorizou a comercialização da safra da soja transgênica ilegal desse ano, a qual só poderia ser comercializada até o final do ano de 2004. Essa liberação foi restrita para o comércio em grãos e se criou a obrigação de destruição do estoque mediante incineração após 31 de dezembro de 2004. A justificativa dessa liberação foi econômica, para evitar prejuízos de cerca de um bilhão de dólares à cadeia produtiva (4).

Essa medida provisória foi convertida na Lei 10.688, de 13 de junho de 2003 e, com isso, teve início todo o processo de legalização dos cultivos transgênicos no país. Essa lei é o marco que legitima os transgênicos no país. É sempre válido lembrar que sua historicidade é marcada pela ilegalidade, ligada a um conjunto de manobras realizadas por parte dos grupos de interesses dominantes

que convergiram para institucionalizar de maneira injusta e arbitrária o cultivo de transgênicos no país.

As tentativas de criar áreas livres de transgênicos, como aconteceu no estado do Paraná, foram contestadas judicialmente e declaradas inconstitucionais tendo em vista a prevalência da legislação federal nesta matéria. O governador do Paraná, Roberto Requião, sancionou, em outubro de 2003, a lei que proibia o cultivo, manipulação, importação, industrialização e a comercialização de transgênicos destinados à produção agrícola, alimentação humana e animal no Estado, exceto para fins de pesquisa científica. "O Paraná não aceita os transgênicos por razões de biossegurança e também razões econômicas. Não podemos aceitar a colonização da nossa agricultura", declarou Requião. A lei também veda a utilização do Porto de Paranaguá para a exportação e importação de transgênicos e proíbe que instituições financeiras operadoras do sistema de crédito rural apliquem recursos no financiamento do cultivo ou manipulação de organismos geneticamente modificados (Portal Terra, 28/10/2003).

2. Quadro atual da cultura transgênica no país

O Brasil em 2010 contava com 28 eventos geneticamente modificados de três espécies de plantas (algodão, milho e soja), 10 vacinas de uso animal, além de levedura que combinava tecnologia sintética e animal aprovada para uso comercial. No início de 2008 apenas dois eventos tinham sido aprovados no país, ambos legalizados pela via do fato consumado, já em 2009 o Brasil se tornou o 2º maior país em área plantada de transgênicos, combinado com o recorde de ser o maior consumidor de agrotóxicos no mundo. (AS-PTA e Terra de Direitos, 2010, p. 3).

O caso do plantio de soja RR expõe isso. Na época a produção representava 10% de toda a safra de soja no país (5), hodiernamente, para a safra de 2012/2013 propaga-se que o plantio de soja transgênica no país, segundo estimativas do próprio setor, chegará a 90% de toda a soja cultivada em território nacional atingindo um total de 24,36 milhões de hectares plantados com essa oleaginosa GM. (6)

Atualmente o Brasil possui 36 variedades geneticamente modificadas liberadas comercialmente de quatro espécies diferentes de plantas (soja, algodão, milho e feijão), 14 vacinas de uso animal, além de duas leveduras que combinam tecnologia transgênica e biologia sintética, esta ainda sem marco legal, todos aprovados para uso comercial, e o mosquito *aedes aegypti* transgênico liberado no meio ambiente para pesquisa no município de Juazeiro-BA.

O discurso dominante acerca da transgenia é o de vincular essa proposta à conservação da natureza, argumentando que seu uso proporciona uma proteção ambiental mais adequada. Entretanto, percebe-se que, ao contrário do pensamento hegemônico, a crescente aprovação de comercialização de variedades transgênicas caminha lado a lado com o aumento do consumo de agrotóxicos e às ameaças ao controle e qualidade da biodiversidade. Isso por que a ausência de estudos de impacto ambiental para os diferentes biomas nacionais não permite auferir patamares mínimos de segurança para a biodiversidade e a saúde humana. E também por que o uso de estudos agrônômicos para liberações comerciais de

variáveis transgênicas jamais podem ser admitidos como instrumentos mínimos de atendimento ao princípio da precaução.

O que se observou, durante esses 10 anos, é que a liberação de transgênicos direcionada por interesses dos grupos dominantes do setor agrícola foi e está sendo realizada em revelia à necessidade de estudos e pesquisas que garantam a preservação das variedades crioulas e que impeçam a contaminação genética de outras plantas. O cenário construído em desacordo com a questão ambiental insere o Brasil como o 2º maior país em área plantada com transgênicos e o campeão mundial de consumo de agrotóxicos, responsável pelo consumo de 733,9 mil de toneladas em 2008, chegando à incrível cifra de 1 milhão de toneladas em 2010, média de 5,2 litros por pessoa por ano. Inclusive pesquisa recente nos EUA comprovou que as vendas de agrotóxicos estão crescendo, posto que as pragas já desenvolveram resistência ao milho transgênico (7).

Essas liberações e todo o processo de inserção de transgênicos no país também devem ser analisados em termos de formação dos grandes monopólios internacionais. É preciso denunciar as articulações em torno da concentração da cadeia produtiva, em que somente seis empresas transnacionais controlam todo o setor de sementes transgênicas e expressiva fatia das sementes convencionais. O monopólio das sementes e ausência de mecanismos que impeçam a contaminação determina, ainda, o controle das empresas perante o conhecimento tradicional dos agricultores, com o pagamento de royalties e de mecanismos que os tornam dependentes das tecnologias modificadas. Frise-se que no Brasil, a Monsanto domina cerca de 70% do mercado de transgênicos, de forma que a proporção da venda de sementes transgênicas chega a 85% frente aos 15% das convencionais no cenário brasileiro. Ou seja, com o mercado de transgênicos concentrado nas mãos das seis empresas gigantes, os agricultores que não têm suas próprias sementes são obrigados a submeter-se ao pacote tecnológico das multinacionais. A contração pode também elevar o valor dos alimentos e de tais variedades conforme os interesses privados dos detentores tecnológicos.

Por fim, é importante frisar que a aprovação das variedades transgênicas no Brasil passa pela CTNBio, exigindo que somente 14 de seus membros (maioria simples) votem favoravelmente às liberações comerciais. A simples combinação dos membros indicados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Ministério da Indústria e Comércio, do Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério das Relações Exteriores e Defesa assegura a aprovação de todas as demandas dos setores empresariais do agronegócio brasileiro, sem qualquer participação popular e presença do contraditório em seus processos. (MELGAREJO; FERRAZ e FERNANDES, 2013, p. 15). Do ponto de vista dos agricultores, falar de direitos humanos envolve a liberdade de produzir e de viver de acordo com as suas escolhas - aqui se encontra a essencialidade de se discutir o livre acesso à agrobiodiversidade. Temos que repensar se esse é o modelo de agricultura que de fato a sociedade brasileira quer, ainda mais sob o aspecto da soberania e da segurança alimentar.

Não podemos nos esquecer que a implantação dos transgênicos no Brasil se deu não só sob o signo da ilegalidade, mas, também, da violência. A realização do Seminário acontece seis anos depois do assassinato de Walmir Mota de Oliveira, o Keno, por uma milícia armada que, em 21/10/2007, atacou os

camponeses da Via Campesina que ocupavam a estação experimental da Syngenta, em Santa Teresa do Oeste, Paraná.

3. Quadro mundial da cultura transgênica

A engenharia genética aplicada às plantas tem sido objeto de controvérsias desde 1971, data do desenvolvimento do primeiro organismo geneticamente modificado e quando se iniciava o processo de mecanização e modernização agrícola denominado de “Revolução Verde”. (ROESSING e LAZAROTTO, 2004, p. 3)

Na década de 1990 as primeiras variedades geneticamente modificadas foram desenvolvidas na França, nos Estados Unidos e na China e a partir de 1997, a área e a produção mundial de produtos geneticamente modificados não pararam de aumentar, chegando a 12,8 milhões de hectares. Já em 2003 seriam 67,7 milhões de hectares plantados com OGMs.

Segundo as grandes empresas que dominam a tecnologia transgênica, em 2006 o cultivo de transgênicos ultrapassou os 102 milhões de hectares. Enquanto na média internacional o ritmo de crescimento da área plantada foi de 13%, no Brasil o avanço dos transgênicos foi de 22% em relação a 2005, passando de 9,4 milhões para 11,5 milhões de hectares.

Atualmente a variedade transgênica mais plantada no mundo continua a ser a soja resistente a herbicidas compondo cerca de 61% do total cultivado, seguida por milho, algodão e canola.

Em 2003, dentre os países que lideram a plantação e a comercialização de transgênicos estavam os Estados Unidos com cerca de 60% da área mundial cultivada; Argentina com cerca de 20%; Canadá com 6%; Brasil e China com mais de 5% da área mundial.

Tal panorama de distribuição de transgenia internacional ensejou o acaloramento das discussões, principalmente em relação aos marcos regulatórios e tratados internacionais, acerca dos riscos de contaminação e afetação ao meio ambiente e à saúde humana.

Um marco importante é a legislação europeia de 2003 que atualiza a moratória internacional constituída em 1998, que obriga produtores e importadores a identificar os carregamentos de grãos modificados para serem rastreados desde as fazendas de origem até a etapa final da cadeia produtiva. Além disso, os países da União Europeia deveriam adotar medidas de isolamento para impedir a presença não intencional de OGMs em outros produtos, fixando distâncias mínimas entre plantações ou banindo as culturas transgênicas de certas áreas. Dentre os opositores, o maior foi os EUA, que sustentam que a obrigação de rotulagem onera demasiadamente a indústria e não passaria de protecionismo ilegítimo.

Com tais políticas internacionais e o incentivo ao consumo livre de transgênicos, a União Europeia parou de importar quase todos os alimentos transgênicos, propagou-se que os Estados Unidos acumulam uma perda de, aproximadamente, US\$ 4 bilhões ao ano (MIALHE, 2004, p. 07).

Outro exemplo recente que deve ser lembrado é a suspensão pelo governo argentino da filial local da Monsanto do registro de operações do mercado

doméstico de grãos, segundo resolução da Receita Federal argentina (AFIP) (8). No panorama europeu cita-se o banimento de plantações de sementes transgênicas e a queima de quase 500 hectares de milho geneticamente modificado em maio deste ano. Tal decisão nacional assemelha-se ao Peru que editou uma lei com a proibição de cultivo e comercialização de OGMs por pelo menos 10 anos. Ainda em 2013, a França banuiu todos os experimentos com transgênicos no seu território.

Entretanto, assim como a conscientização dos consumidores e a promulgação de tratados e protocolos internacionais que prezam pela precaução e prevenção como princípios norteadores na política de OGMs as lutas e embates de movimentos sociais, especialmente os movimentos camponeses organizados e comunidades tradicionais e indígenas, representa um salto no combate à mercantilização da natureza e da agricultura tradicional.

4. Desafios

Diante disso, se torna fundamental avaliar o que se produziu em termos de contraproposta ao discurso hegemônico do mercado. E para isso o seminário buscará tornar visível o que de fato existe e já foi conquistado pela sociedade civil brasileira no tema da biossegurança dos Organismos Geneticamente Modificados e seus impactos à política agrícola e agrária nacional e aos direitos dos agricultores e agricultoras, povos e comunidades tradicionais ao livre uso da biodiversidade.

O objetivo do seminário é o de possibilitar à sociedade civil Brasileira que tradicionalmente se manifestou sobre os riscos dos OGMs um momento e espaço de articulação e reflexão sobre este tema. Uma década após a legitimação às avessas da transgenia via legislação, as transformações dessa questão se ampliam e apresentam desafios que necessitam ser pensados em termos de ações estrategicamente articuladas em rede. São eles:

1. Avançar no debate sobre casos de contaminação genética e a perda da agrobiodiversidade pela ofensiva dos pacotes tecnológicos agrícolas;
2. Discutir acerca da concentração do mercado de sementes transgênicas, que resulta na perda da autonomia do agricultor no processo produtivo;
3. Avaliar quais são os efeitos da biotecnologia no campo e os riscos tanto no aspecto social como ambiental;
4. Abordar os riscos aos consumidores, através do relato de experiências que exemplifiquem como está sendo atualmente discutida a questão da responsabilidade pela contaminação direta e indireta de alimentos;
5. Denunciar os limites insustentáveis da agricultura convencional e retomar o debate dos temas ligados ao uso intensivo de agrotóxicos e a invasão de espécies transgênicas enquanto estratégias de uma agricultura que não se sustenta tanto do ponto de vista social como ambiental e que coloca em risco a segurança e a soberania alimentar.
6. Defender a efetivação dos instrumentos já reconhecidos nos Protocolos e Convenções Internacionais que implementam os direitos dos agricultores ao livre uso da agrobiodiversidade
7. Reavaliar o processo de liberação de transgênicos no país e repensar nesse contexto o papel da CTNBio e órgãos auxiliares na defesa da biossegurança brasileira;

8. Trocar experiências em defesa da biodiversidade executadas pelos atores sociais individuais e coletivos, para definir estratégias de enfrentamento que favoreçam a transição da produção agroalimentar para agriculturas ambientalmente equilibradas e socialmente justas.

9. Analisar a introdução de OGMs na perspectiva do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e da necessidade de efetivação do direito humano à alimentação adequada.

Assim, cabe à sociedade civil brasileira e aos movimentos sociais, a avaliação política do que significou para o país a adesão à tecnologia transgênica, tanto no sentido da concentração da cadeia agroalimentar, como na manipulação do conhecimento e do conceito ultrapassado de ciência que esmaga as experiências locais de produção de conhecimento. Tal avaliação contará com a necessária participação de representantes de instituições públicas e também de representantes de organizações internacionais que monitoram o tema da transgenia em diferentes países e continentes.

Curitiba, outubro de 2013.

Comissão Organizadora do Seminário: Direitos Humanos Terra de Direitos e com o apoio e execução da Fundação Heinrich Böll, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Assessoria e Serviços em Agricultura Alternativa (AS-PTA), Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), Plataforma Dhesca Brasil, através da Relatoria do direito à Terra, Território e Alimentação Adequada, Via Campesina, Red por Una America Latina Libre de Transgénicos (RALLT), Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade (GEA). (9)

9 Referências:

1 A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), se manifestaram contra a liberação da soja RR, e então ingressaram com uma Ação Civil Pública questionando os procedimentos de avaliação de biossegurança propostos pela CTNBio. O principal argumento das instituições é insuficiência de estudos sobre os efeitos deste tipo de produto na saúde humana e no meio ambiente. (PELAEZ; SBICCA, 2002).

2 “Em junho de 2000, a Justiça Federal estendeu a proibição do cultivo e da comercialização da soja RR a todos os organismos geneticamente modificados, atendendo à outra ação judicial impetrada pelas mesmas ONGs. O recurso da União e da Monsanto começou a ser julgado somente em fevereiro de 2002, por um colegiado de três juízes. A conclusão do julgamento ocorreu apenas em julho de 2004, dando ganho de causa à União e à Monsanto por dois votos a um, ao considerar que a CTNBio tem competência para dispensar estudos de impacto ambiental. Contudo a não-unanimidade do parecer judicial permitiu ao IDEC recorrer da decisão (em setembro de 2004), o que implica a manutenção legal da ação cautelar que suspendeu a autorização para a comercialização da soja RR pela CTNBio.” (PELAEZ, ALBERGONI, 2004).

3 Dispõe sobre Licenciamento Ambiental, Estudo de impacto Ambiental e Relatório de impacto no Meio Ambiente de atividades e empreendimentos com Organismos Geneticamente Modificados e seus derivados.

4 A destruição da produção ilegal de soja no Rio Grande do Sul corresponderia a um prejuízo estimado entre US\$ 1,0 bilhão e US\$ 1,3 bilhão em exportações, causando um impasse político, jurídico e econômico no país.

5 Salvador, F. (2003) Grupo de estudos define hoje situação da soja transgênica. O Estado de São Paulo, 06 de março de 2003.

6 Disponível em: <http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/soja-transgenicaatinge-uase-90-do-total-da-safra-20122013-no-pais>.

7 Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/sem-categoria/valor-pragas-resistentes-aumentamvendas-de-pesticidas-nos-eua/>. Acesso em: maio 2013.

8 Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/argentina-suspende-monsanto-doregistro-de-operadores-de-graos-2/>

9 Foram colaboradores desse texto: Katya Isaguirre, Naiara Bittencourt, Darci Frigo, Fernanda Monteiro e Gabriel Fernandes.

CASTRO, Bianca Scarpeline de. Organismos geneticamente modificados: as noções de risco na visão de empresas processadoras, organizações não governamentais e consumidores. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2012.

FERNANDES, Gabriel B.; PACKER, Larissa. Transgênicos no Brasil: o quadro acelerado de liberações de OGMs no Brasil, o controle na cadeia agroalimentar e a sistemática violação ao princípio da precaução. AS-PTA e Terra de Direitos. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2011/04/Transg%C3%AAnicos-no-BRASILINTERNET.pdf> 9

MELGAREJO, Leonardo; FERRAZ, José Maria; FERNANDES, Gabriel B. Transgênicos no Brasil: a manipulação não é só genética. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.10, n.1, março de 2013.

MIALHE, Jorge Luís. Globalização, Direito Internacional e Transgênicos. Revista Série Grandes Eventos – Meio Ambiente, 2004.

PELAEZ, Victor, SBICCA, Adriana. Organismos Geneticamente Modificados: a face não revelada pela ciência. Curitiba: UFPR, 2002. Disponível em: <http://www.geocities.ws/adsbicca/textos/AV111102.pdf>

PELAEZ, Victor; ALBERGONI, Leide. Barreiras técnicas comerciais aos transgênicos no Brasil: a regulação nos estados do sul. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 201-230, nov. 2004.

ROESSING, Antônio Carlos; LAZZAROTTO, Joelsio José. Soja Transgênica no Brasil: situação atual e perspectivas para os próximos anos. Londrina: Embrapa, 2004.

(Disponível em <http://biodinamica.org.br/2/b/88-10-anos-de-transgenicos-no-brasil-um-balanco-critico>, acessado em 16/10/2016, às 19:33hs.)

6.2. Transgênicos, 20 anos de avanços e polêmicas

Por Bettina Barros, de São Paulo (Valor Econômico) 16 de junho de 2014

Vinte anos após a aprovação do primeiro alimento geneticamente modificado do mundo – um tomate com maior durabilidade criado na Califórnia -, o mercado de transgênicos atinge a maturidade com números expressivos, ainda que cercado de polêmicas. A cada 100 hectares plantados com soja hoje no planeta, 80 já são de sementes com os genes alterados. No caso do milho, são 30 para cada 100, o que significa que a chance de encontrar essas matérias-primas na dieta alimentar humana e animal cresceu substancialmente.

Em menos de duas décadas, a área com culturas transgênicas subiu 100 vezes, de 1,7 milhão de hectares para 175,2 milhões. Os EUA continuam na

liderança desse processo, com 70 milhões de hectares e 90% de adoção de tecnologia em lavouras de soja, milho e algodão, espelhando uma tendência em outros grandes países agrícola.

Com movimentação global de US\$ 16 bilhões em 2013 nessas tecnologias, as companhias agrícolas travam uma “batalha de foice no escuro” para arrebatar mercados ainda não conquistados.

Na soma de perdas e ganhos, os produtores rurais dizem ter angariado benefícios, o que justificou a adoção da tecnologia. Desde a aprovação para consumo do tomate “Flavr Savr”, desenvolvido pela Calgene (comprada pela Monsanto), em 1994, as reduções das aplicações de inseticidas recuaram 90% até 2010. O uso de herbicidas também caiu, embora casos pontuais de resistência de plantas daninhas ao glifosato, tenham acendido o sinal amarelo no Sul do Brasil e em regiões do EUA. A Monsanto, detentora da tecnologia, credita esses episódios a erros do produtor, como falta de rotação de culturas e o mau uso de produtos químicos.

Se os números até agora são favoráveis, a descoberta de novos “eventos” – o jargão da indústria para variedades novas – é crucial para manter o fôlego da indústria. Nos EUA, os pedidos para liberações de testes de campo, um medidor importante da intensidade das pesquisas em biotecnologia agrícola, têm se mantido à ordem 800 por ano, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA). A Monsanto é a empresa que mais protocola esses pedidos junto às autoridades americanas, seguida por DuPont Pioneer e Syngenta.

No Brasil, 53 tiveram a liberação planejada no ambiente aprovadas este ano pela Comissão Técnica Nacional para a Biossegurança (CTNBio) e 19 aguardam o O.K. comercial – a maior parte para milho e soja, com novidades também em cana-de-açúcar e eucalipto.

Os esforços nos laboratórios estão centrados em trazer soluções para velhas e novas necessidades do campo. Questões agronômicas, como o aumento de produtividade, continuam norteando as pesquisas. Mas as mudanças no clima trouxeram demandas de outra ordem, como a de sementes resistentes ao calor e ao estresse hídrico.

A complexidade também mudou. Segundo os cientistas, para atender os sistemas de produção atuais, não basta reformular plantas com uma única característica. Kristie Bell, gerente de comunicação da DuPont Pioneer para América Latina, diz que o avanço está em construir variedades agrícolas com benefícios múltiplos – os chamados eventos “piramidados”, tidos como a evolução natural do conhecimento científico. É aí que reside o futuro da biotecnologia.

“À medida em que a população global crescerá de sete para nove bilhões até 2050, os produtores rurais enfrentarão necessidades pontuais tanto para elevar a produtividade quanto entregar alimentos mais nutritivos”, diz Bell, acrescentando que mais da metade das vendas de sementes da companhia já são de variedades transgênicas. Em 2013, a divisão de sementes da DuPont investiu US\$ 2,2 bilhões em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que 60% foi destinado a inovações em agricultura e biotecnologia.

Extremamente complexas do ponto de vista fisiológico, essas sementes “piramidadas” tentarão agrupar o maior número possível de características genéticas novas. *“Essa tem sido a maior demanda do mercado”,* afirma Ricardo

Abdenoor, pesquisador da Embrapa Soja. Nos países que adotaram a biotecnologia, a área com tratamentos combinados totalizou 47,1 milhões, ou 27% do total.

Hoje, o que há de mais avançado aprovado no mercado é a soja Intacta RR2 PRO, da Monsanto. A tecnologia combina resistência ao herbicida glifosato e é tolerância a lagarta e, segundo a empresa, entrega também um ganho de produtividade de 10% em relação à tecnologia anterior. A Intacta fez sua estreia no mercado brasileiro nesta safra, a 2013/14. *“Ela foi aprovada apenas no mercado brasileiro porque não há incidência de lagartas nos Estados Unidos”*, afirma Geraldo U. Berger, diretor de regulamentação da Monsanto no Brasil, segundo maior mercado para a multinacional americana.

Desde 1996 no mercado de sementes transgênicas, com a aprovação nos EUA da soja Roundup Ready (RR), tolerante ao herbicida glifosato, a Monsanto lidera o segmento com US\$ 14,9 bilhões em vendas em 2013, 70% dos quais da divisão de sementes e genômica.

Se o agrupamento de características novas às plantas já é uma realidade nos centros de pesquisa agrícola, a remodelação completa de um cromossomo é o exercício mais difícil da engenharia genética. Elibio Rech, pesquisador da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, diz o que se pretende é trabalhar com as plantas como um circuito, onde todas as peças são conhecidas. Nesse sentido, ao invés de substituir genes ou blocos de genes de uma soja, por exemplo, os cientistas criarão um cromossomo novo. *“Queremos modificar a rota metabólica até reconstruir completamente um cromossomo. É a fronteira da fronteira científica”*. A vantagem? Editar mais facilmente os genes, ganhando tempo, dinheiro e agilidade na obtenção dos resultados.

Até agora, soja, milho e algodão mantiveram-se como as mais presentes no pipeline (produtos em desenvolvimento) das empresas. Segundo Adriana Brondani, diretora-executiva do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), isso se explica porque *“com o custo alto e o tempo de demora entre o desenvolvimento de uma variedade à chegada ao mercado, só as commodities pagam o investimento”*. A tendência, porém, é que as pesquisas gradativamente contemplem outras culturas, de forma a minimizar a chamada “fome oculta” – alimentos populares, mas com baixo valor nutricional.

Na Ásia, pesquisadores filipinos do Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz (IRRI, em inglês) concluíram os testes de campo do recém-desenvolvido “arroz dourado”, variedade com altos níveis de vitamina A graças à modificação genética. Aqui, a Embrapa recebeu a aprovação comercial do feijão resistente ao vírus do mosaico, enquanto outro grupo de cientistas da entidade tenta criar uma alface enriquecida com ácido fólico.

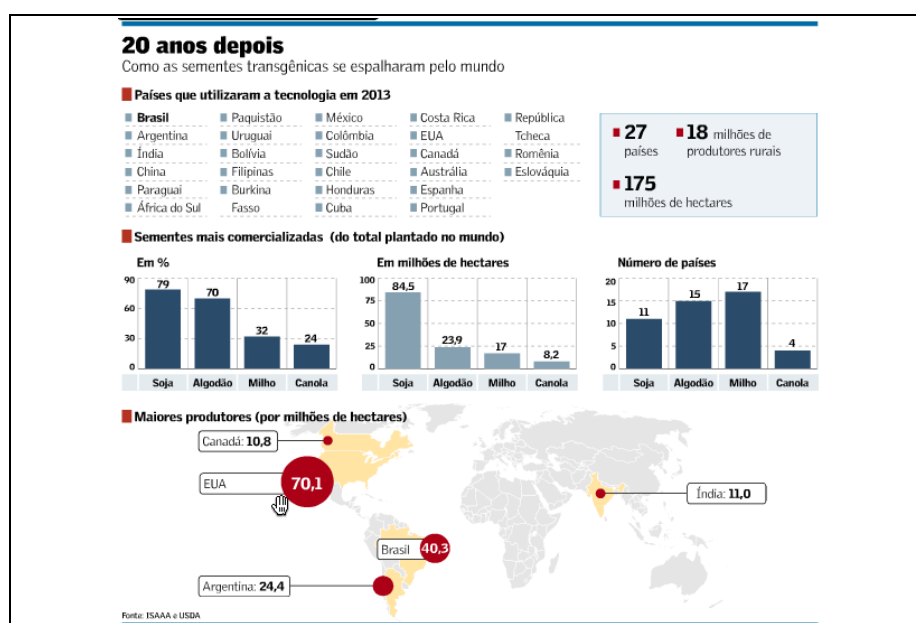
Curiosamente, outro efeito da biotecnologia foi alavancar as pesquisas científicas convencionais, nas quais os cruzamentos são feitos sem a transferência de material genético. *“O domínio da biologia molecular ajudou os cientistas a entender melhor e aperfeiçoar as plantas”*, diz Adriana, do CIB.

Por causa disso, a Monsanto tornou-se também a maior empresa global de sementes de hortifrúteis convencionais, com legumes mais doces, crocantes e nutritivos. *“A Monsanto acumulou tanto know-how científico que criou vegetais com as vantagens da engenharia genética sem lançar mão de qualquer traço*

Frankenstein”, escreveu a revista americana “Wired”, repetindo o termo usado por grupos contrários à tecnologia para se referir aos transgênicos. “*Se não precisassem de agrotóxico, poderiam até ser considerados orgânicos*”.

Indústria reage a uma nova onda de rejeição a produto modificado

"Cuidado. Pode conter organismos geneticamente modificados". A placa na gôndola de cereais não está em um mercadinho de bairro da França, onde a desconfiança em relação aos transgênicos é arraigada. Ela foi colocada em



(VALOR, 2014, p. B12)

Great Barrington, em Massachussets, e tem sido replicada país afora. Nos Estados americanos a discussão sobre a identificação de transgênicos nos rótulos de alimentos também ganha corpo, o que já vem sendo tratado como uma nova onda de rejeição à biotecnologia e obrigou a indústria a sair em defesa própria.

Se as dúvidas voltaram a despontar em um mercado consolidado para as vendas de transgênicos, naqueles ainda a serem conquistados a situação não parece diferente. Estratégica para a expansão da biotecnologia, a China também vê o surgimento de vozes contrárias a ela. Em um movimento intensificado no último ano, ativistas passaram a alardear nas mídias sociais relatos de câncer e outras doenças supostamente provocados por transgênicos, inflamando o debate sobre segurança alimentar no país e o domínio dos EUA no mercado mundial de sementes.

Esse quadro mostra que a transgenia ainda é uma incógnita para muitos. "Em uma visão retrospectiva, erramos em não nos comunicarmos com nossos diferentes públicos", afirmou o chairman e CEO da Monsanto, Hugh Grant, a

analistas, enquanto manifestantes protestavam do lado de fora da sede, em St Louis. O mea-culpa inédito era em resposta ao movimento do contra, revitalizado com a "Marcha Mundial contra a Monsanto" e com a versão adaptada de "Occupy Monsanto".

A desconfiança afeta toda a indústria. "*O problema*", diz uma fonte do setor, "*é a contaminação do debate político*". Isso pode representar atrasos nas aprovações de tecnologias. "*A China é um exemplo disso. Após pressão pública, o plantio de uma variedade de arroz com a tecnologia Bt, resistente a pragas, foi interrompido para a realização de mais testes de segurança*", diz.

Por questões políticas, grandes produtores também continuam fechados ao plantio de transgênicos, como Rússia, Ucrânia e Polônia, além de boa parte dos países europeus. Neles, só a importação de matéria-prima alterada para a fabricação de ração animal é permitida.

"Não sei o porquê desse debate. O transgênico está na vida das pessoas há décadas. A insulina é transgênica. A vacina para Hepatite A e B também. Há hoje mais de 300 medicamentos com moléculas recombinantes, salvando vidas, e ninguém fala disso", diz Elíbio Rech, pesquisador da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. "*Agora vamos elevar a oferta de alimentos melhores do ponto de vista de produtividade ao agricultor e nutricional aos consumidores*".

Para tentar reverter esse quadro, as empresas de biotecnologia agrícola abandonaram parcialmente a discricção em favor de uma estratégia de comunicação pró-ativa. Em alguns casos, criaram canais em seus sites, onde o público pode tirar dúvidas com especialistas. Em outros, formaram grupos de trabalho em universidades e de orientação a mães e donas de casa dos EUA preocupadas com a alimentação da família para tentar reduzir a rejeição.

Desde a aprovação do tomate "Flavr Savr", em 1994, e da primeira soja tolerante ao glifosato, em 1996, os transgênicos entraram na dieta humana e animal sem que boa parte das pessoas se desse conta disso.

"Talvez o problema seja que o nosso elo é com o agricultor, e não com o público urbano", diz Geraldo Berger, diretor de regulamentação da Monsanto no Brasil. Diferentemente de outros países, no Brasil houve um arrefecimento das críticas aos transgênicos à medida em que a tecnologia ganhou o campo e o Greenpeace, seu maior opositor, abandonou a bandeira. (VALOR, 14, 15 e 16 de junho de 2014, p. B12.)

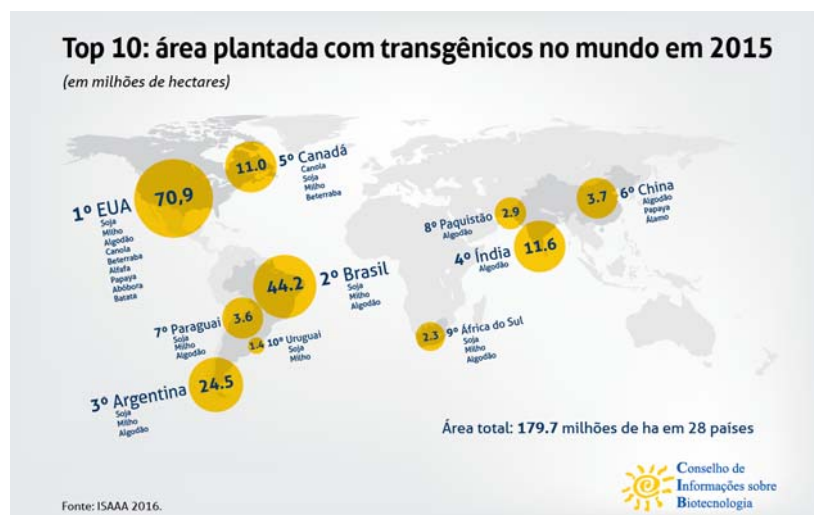
6.3. Brasil apresenta crescimento da adoção de transgênicos

CiB Conselho de informações sobre Biotecnologia -
13/04/2016.

O Brasil cultivou 44,2 milhões de hectares (ha) com culturas transgênicas em 2015, um crescimento de 5% em relação a 2014 ou o equivalente a dois milhões de ha. Nenhum outro país do mundo apresentou um crescimento tão expressivo. Com essa área, a agricultura brasileira está atrás apenas dos Estados

Unidos (70,9 milhões de ha) no ranking mundial de adoção de biotecnologia agrícola. Em seguida, aparecem Argentina (24,5 mi/ha), Índia (11,6 mi/ha), Canadá (11,0 mi/ha) e China (3,7 mi/ha). Em todo o mundo, 28 países plantaram 179,7 milhões de hectares com variedades geneticamente modificadas (GM). As informações são do relatório do Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (ISAAA), divulgado mundialmente nesta quarta-feira (13). De acordo com o fundador e diretor emérito do ISAAA, Clive James, cada vez mais agricultores estão plantando transgênicos porque eles são uma tecnologia rigorosamente testada e cuja eficácia já foi comprovada.

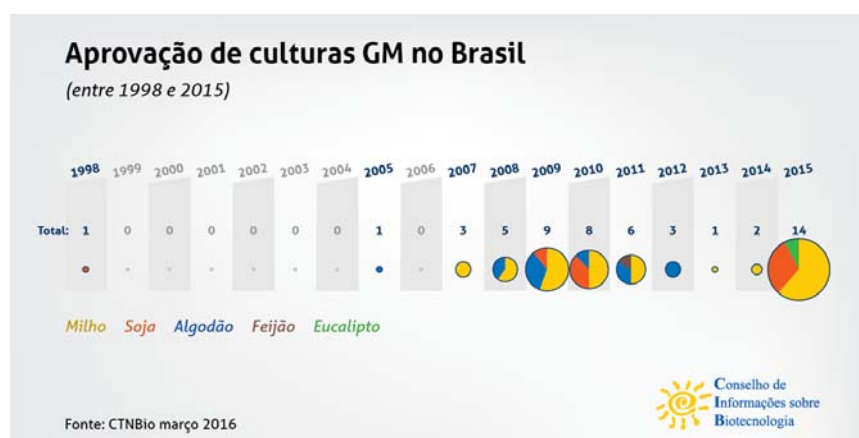
No Brasil, a intensa adoção dessa tecnologia no campo reflete a confiança que os produtores depositam nela. Na outra ponta da cadeia, em



2015, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) também aprovou um número recorde de novos produtos aplicáveis à agricultura. Foram 14 plantas transgênicas que expressam características que irão ajudar os agricultores de soja, milho e algodão a manejar os desafios da lavoura e obter melhor rendimento em função da redução de perdas. A diretora-executiva do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), Adriana Brondani, destaca os fatores que contribuíram para esse desempenho. “A competitividade do agronegócio brasileiro é resultado de uma forte sinergia entre as necessidades do campo, adoção da biotecnologia agrícola e critério científico em avaliações de biossegurança”, afirma. Entre as aprovações, cabe ressaltar o primeiro eucalipto transgênico do mundo, liberado comercialmente em abril do ano passado.

Após 20 anos de cultivos no mundo (os primeiros plantios ocorreram em 1996), os transgênicos se consolidaram como a tecnologia agrícola mais rapidamente adotada na história recente da agricultura. Adriana Brondani comenta que, no Brasil, já são 17 anos de uso dessa tecnologia. “Ao longo desse período de uso de organismos geneticamente modificados (OGM), não há um só estudo científico que tenha concluído que eles causam danos à saúde humana, animal ou

ao meio ambiente”, revela. No País, a taxa média de adoção para as três culturas GM já disponíveis é de 91%. No caso da soja, 94% da área foi plantada com variedades transgênicas, para o milho (safras de inverno e verão) a taxa foi de 84%. O destaque de 2015, porém, foi o algodão, cuja adoção saiu de 66% em 2014 para 73% neste ano.



As altas taxas de adoção (entre 90% e 100%) nos maiores mercados do mundo para a biotecnologia agrícola sugerem que, nos próximos anos, haverá pouco espaço para crescimento. Isso implicará no surgimento de novos players, a exemplo de países asiáticos e africanos. Para Adriana Brondani, porém, esse cenário representa uma oportunidade para o Brasil. “Dentre os países em que a biotecnologia está mais presente, o Brasil é o único que consegue expandir área sem avançar sobre áreas de preservação, por meio da recuperação de áreas degradadas”, explica.

Outros destaques do relatório global do ISAAA sobre variedades GM:

Países desenvolvidos X países em desenvolvimento

Pelo quarto ano consecutivo, países em desenvolvimento adotaram mais transgênicos (54%, ou 97,1 mi/ha) do que países industrializados (46%, ou 82,6 mi/ha). Além disso, das 28 nações que utilizam a biotecnologia, 20 são países em desenvolvimento.

Pequenos x médios e grandes agricultores

Dentre os cerca de 18 milhões de agricultores em todo mundo que já adotam a biotecnologia agrícola, 90% são pequenos produtores. “A contínua adoção em países em desenvolvimento comprova que a transgenia traz benefícios a todos”, afirma Clive James.

Múltiplas características

Transgênicos com mais de uma característica, também chamados de piramidados, foram plantados em 58,5 milhões de ha, 33% de toda área cultivada com OGM no mundo (aumento de 14% entre 2014 e 2015).

Estados Unidos

Líder global na adoção de transgênicos, o país também é o que mais aprova culturas GM com novas características. Em 2015 destacaram-se a batata (com 4 características), a maçã (que não escurece quando cortada) e o salmão (primeiro animal transgênico aprovado para consumo humano no mundo, que cresce mais rápido que o peixe convencional).

Índia

Em 2015, o país se tornou o maior produtor mundial de algodão. Nesse ano, 95% da área cultivada foi composta de sementes transgênicas.

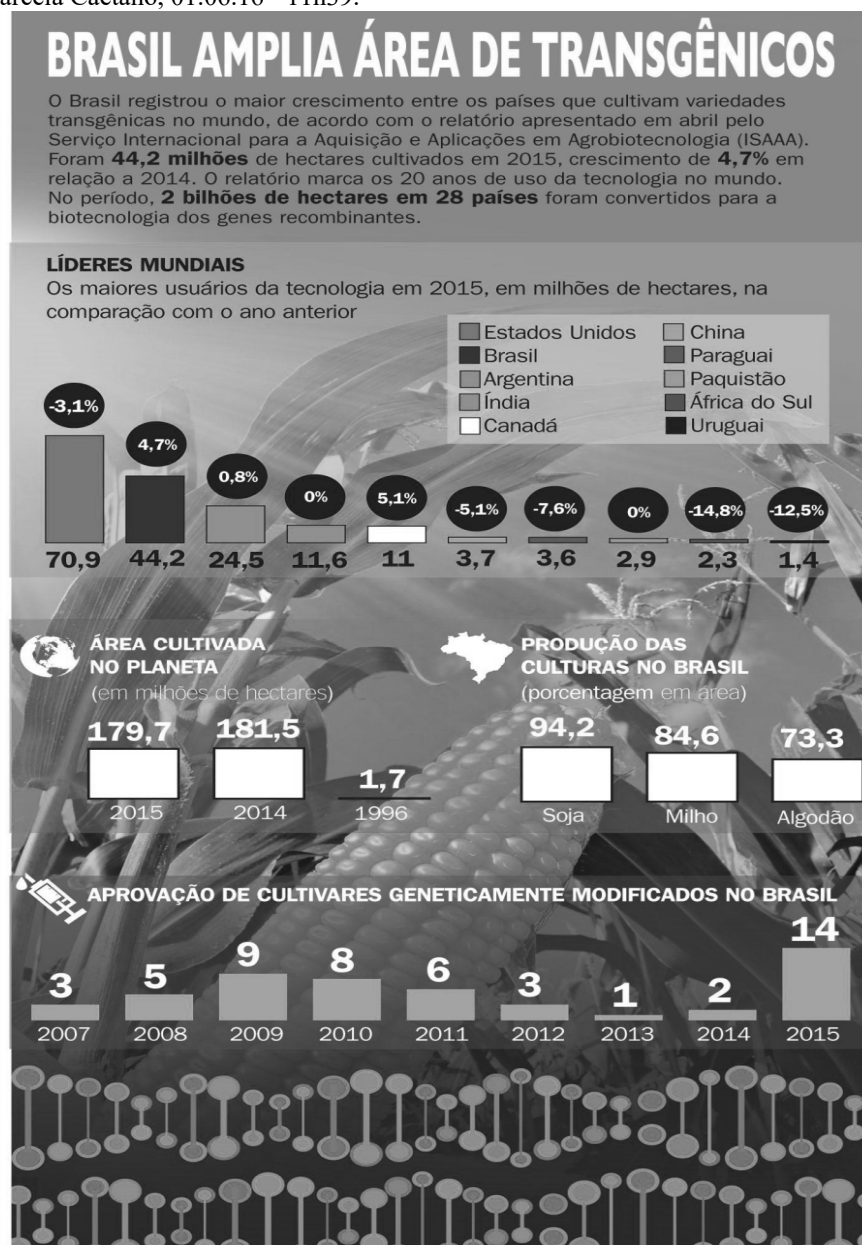
Futuro

Diversos órgãos de avaliação de biossegurança em todo mundo estão analisando OGM com características como composição nutricional melhorada e tolerância à seca, solos salinos e inundações. Nos EUA, a área plantada com milho tolerante à seca, o primeiro do mundo, aumentou 15 vezes entre 2013 e 2015.

(ISAAA, 2016) (<http://cib.org.br/brasil-lidera-crescimento-mundial-da-adocao-de-transgenicos/>)

6.4. Brasil amplia área de transgênicos

Marcela Caetano, 01.06.16 - 11h39.



INFOGRÁFICO: RICARDO ALONSO

Ariovaldo Umbelino de Oliveira - A MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

6.5. Queda na receita de agricultores abala o domínio dos transgênicos

JACOB BUNGE – Sexta-Feira, 16 de setembro de 2016

A onda de fusões bilionárias no agronegócio está mascarando uma transformação na agricultura. O domínio dos produtos agrícolas geneticamente modificados está ameaçado.

Desde sua introdução nas lavouras americanas, 20 anos atrás, as sementes transgênicas ficaram parecidas com celulares: multifuncionais e onipresentes. Cientistas inseriram genes nas sementes para tornar as plantas capazes de repelir insetos, resistir à aplicação de herbicidas potentes, sobreviver com menos água e produzir mais oleaginosas com menos gordura saturada, eliminando, assim, as práticas científicas amadoras dos agricultores. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) estima que, neste ano, as variedades biotecnológicas vão responder por 94% da área plantada com soja no país e 92% da área cultivada com milho.

Hoje, porém, os agricultores estão tendo dificuldade para justificar os preços altos — e, em muitos casos, ainda ascendentes — das sementes geneticamente modificadas, dado o declínio de três anos nos preços das commodities agrícolas, que deve deixar muitos produtores no vermelho em 2016. Os gastos com sementes quase quadruplicaram desde 1996, quando a Monsanto Co. se tornou a primeira empresa a lançar variedades biotecnológicas.

O cultivo de lavouras geneticamente modificadas também tem mostrado limitações, com certas pragas desenvolvendo resistência aos herbicidas e forçando produtores a usar um número maior de químicos. Alguns começam a voltar às sementes convencionais diante dos retornos menores proporcionados pelas transgênicas.

Com “*o preço que estamos pagando pelas sementes biotecnológicas agora, não obtemos retorno*”, diz Joe Logan, produtor do Estado de Ohio. Ele pagou US\$ 85 por cada saco de sementes modificadas de soja no primeiro semestre, quase o quádruplo de 20 anos atrás. Na próxima safra, ele planeja plantar a maioria de seus campos de soja e milho com sementes convencionais para economizar dinheiro.

As grandes empresas do agronegócio, por sua vez, estão tentando cortar custos e ganhar escala em resposta à queda nos preços dos produtos agrícolas e a resultante retração dos produtores, o que disparou a febre de fusões e aquisições no setor. E fabricantes de sementes, insumos, fertilizantes e tratores têm sido forçados a cortar preços e demitir funcionários.

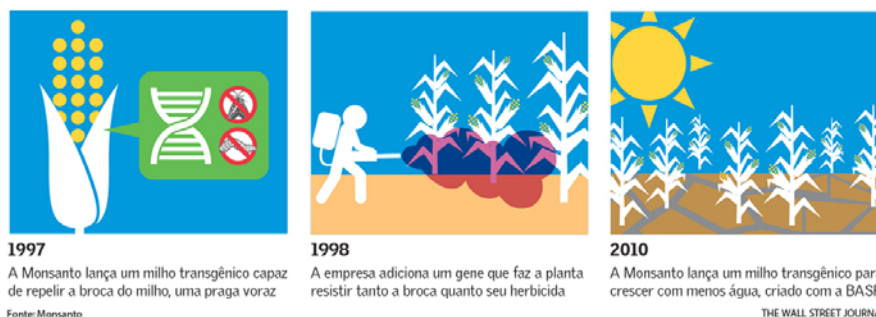
“*O boom da agricultura acabou*”, declararam analistas da firma de pesquisa financeira Sanford C. Bernstein & Co. numa nota em 2015, diante de três anos seguidos de safras recorde de milho nos EUA. Essa sequência de grandes colheitas derrubou os preços do milho e da soja, os dois principais produtos agrícolas do país. Neste ano, os produtores americanos vão faturar, ao todo, US\$ 9,2 bilhões menos que em 2015 e 42% menos que em 2013, segundo o USDA.

O mundo todo também produziu milhões de toneladas a mais de milho, soja e trigo do que consumiu, segundo o órgão. O preço do milho, por exemplo, que atingiu um pico de US\$ 8 por bushel em 2012, caiu para a metade em meados de 2014,

chegando a pouco mais de US\$ 3,00 no fim de agosto. Já o preço da soja despencou 46% desde a máxima de 2012.

Biotecnologia no campo

A Monsanto foi pioneira nas sementes geneticamente modificadas. Alguns marcos do milho transgênico:



E o USDA projeta que os preços do milho, da soja e do trigo vão ficar perto dos níveis atuais pelos próximos dez anos, enquanto a Bernstein prevê que os fornecedores terão dificuldade para elevar os preços das sementes acima da inflação pelos próximos três a cinco anos.

A premissa por trás das sementes transgênicas era simples: plantas modificadas que cresceriam com a aplicação de um único herbicida contra todas as pragas, permitindo aos agricultores gastar menos com químicos. O milho, a soja e o algodão eram mercados naturais, cobrindo milhões de hectares nos EUA.

A Monsanto e outras fornecedoras poderiam cobrar um prêmio pelas sementes biotecnológicas que fossem “Roundup Ready” — concebidas para resistir ao glifosato, o herbicida que a Monsanto vende sob a popular marca Roundup —, dividindo com os produtores as economias obtidas com a redução que supostamente teriam no uso de químicos e mão de obra.

A estratégia foi lucrativa para a Monsanto, que em 2000 começou um processo para se desmembrar de sua controladora, a Pharmacia Corp., e se tornar uma empresa de agronegócio independente. A Monsanto lucrava com a venda de suas próprias sementes e também com o licenciamento de genes para outras fornecedoras, como a americana DuPont e a suíça Syngenta.

Jim Zimmerman, produtor de milho, soja e trigo no Estado do Wisconsin, diz que o boom da biotecnologia mudou a agricultura para melhor, apesar de alguns problemas. Ele diz que o uso de milho e soja resistentes ao Roundup possibilitou que ele economizasse dezenas de milhares de dólares por ano em mão de obra e combustível para tratores que seriam necessários se tivesse que pulverizar mais vezes suas plantações. Isso também ajudou a proteger o solo da erosão, diz ele, acrescentando que pretende usar sementes transgênicas de novo no próximo ano.

Mas Kyle Stackhouse, que cultiva quase 650 hectares de milho e soja em Indiana, questiona o valor dessas caras sementes.

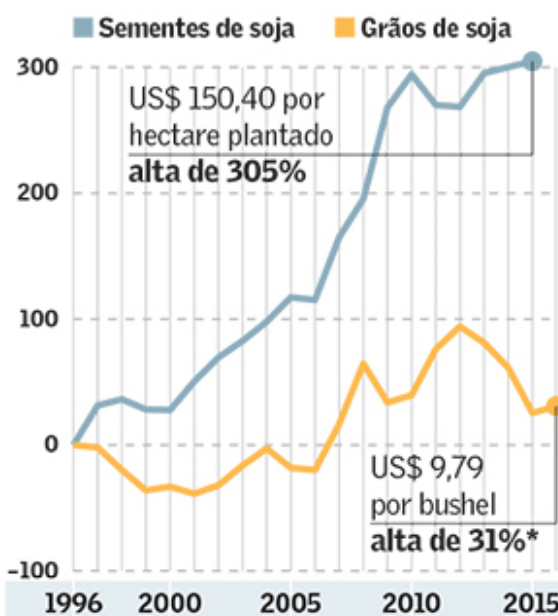
Depois de adotar sementes transgênicas em suas lavouras de soja e perto de 75% das de milho, Stackhouse decidiu, cerca de dez anos atrás, que elas não propiciavam uma colheita grande o bastante para justificar seu preço.

Ele estima gastar cerca de US\$ 131 por hectare em sementes de soja e US\$ 99 em pesticidas, contra US\$ 205 que teria gasto em sementes biotecnológicas e outros US\$ 59 em químicos relacionados. Isso significa uma economia de custo de US\$ 34 por hectare. Stackhouse diz que não planta transgênicos há três anos.

Custo crescente

O preço das sementes de soja tem subido mais que o dos grãos

Varição acumulada desde 1996



*Médias anuais dos contratos futuros mais negociados
Fontes: Depto de Agricultura dos EUA (sementes); FactSet
THE WALL STREET JOURNAL.

Kevin Cavanaugh, diretor de pesquisa da Beck's Hybrids, fornecedora de sementes de capital fechado de Atlanta, diz que, embora as variedades biotecnológicas ainda representem 86% das vendas de semente de milho da Beck, a fatia de sementes não transgênicas que vende subiu cerca de 17% desde 2014. "Os produtores estão dizendo: Não vejo valor suficiente, ou pressão suficiente [das pragas] para justificar essas tecnologias", diz ele.

Robert Fraley, diretor de tecnologia da Monsanto, diz que os agricultores continuarão fiéis aos produtos. "Mesmo nas duras condições econômicas dos

últimos anos [...], os produtores ainda compram as sementes de alta tecnologia porque elas economizam dinheiro em inseticidas e outros produtos”, diz ele.

O Brasil parece confirmar essa crença, já que o uso dos transgênicos continua subindo no país. Para o plantio da safra 2016/17 que começa nos próximos meses, a estimativa é que sementes transgênicas sejam plantadas em 95% da área cultivada com soja e 89% da área de milho, segundo Luiz Fernando Gutierrez, consultor da firma Safras & Mercado.

“No caso da soja, o grão convencional conseguia um prêmio elevado que cobria os gastos extras com fertilizantes, que são menores na soja transgênica, mas esse prêmio caiu nos últimos anos”, disse Gutierrez.

Em 2013/14, por exemplo, essas áreas giravam em torno de 85%. Mesmo no Estado do Mato Grosso, onde um programa da associação de produtores, a Aprosoja, incentiva o plantio de culturas convencionais, a área com transgênicos deve subir. Maior produtor brasileiro, responsável por 27% da soja do país, a expectativa é que o plantio de soja transgênica atinja 92% na safra 2016/17, ante cerca de 85% na safra passada, afirma Luiz Nery Ribas, diretor da entidade.

(Colaboraram Andrew Tangel e Eduardo Magossi.)

(THE WALL STREET JOURNAL AMERICAS, in VALOR, 16/09/2016, p. B9)

7. As empresas mundiais no monopólio dos agroquímicos e as doenças

7.1. Os Fertilizantes

O Brasil é um país fortemente dependente do mercado mundial de fertilizantes, pois, para suprir as necessidades do mercado nacional, em 2010, foi necessário importar 62,3% do volume consumido. As principais culturas que fazem uso dos fertilizantes são a soja 35%, milho 15%, cana-de-açúcar 15%, café 6%, algodão 5%, trigo 3%, arroz 3%, citrus 2%, fumo 2%, batata 2%, silvicultura 2%, feijão 1% e outras 9%. Ou seja, soja, milho, algodão, cana e café consomem o total de 76%, sendo que somente soja, milho e algodão levam 55%. Consequentemente este consumo está concentrado territorialmente nas regiões Centro-Sul que ficou com 86% (Centro-Oeste 30%, Sudeste 29%, Sul 28 %) e o Norte/Nordeste com apenas 14%.

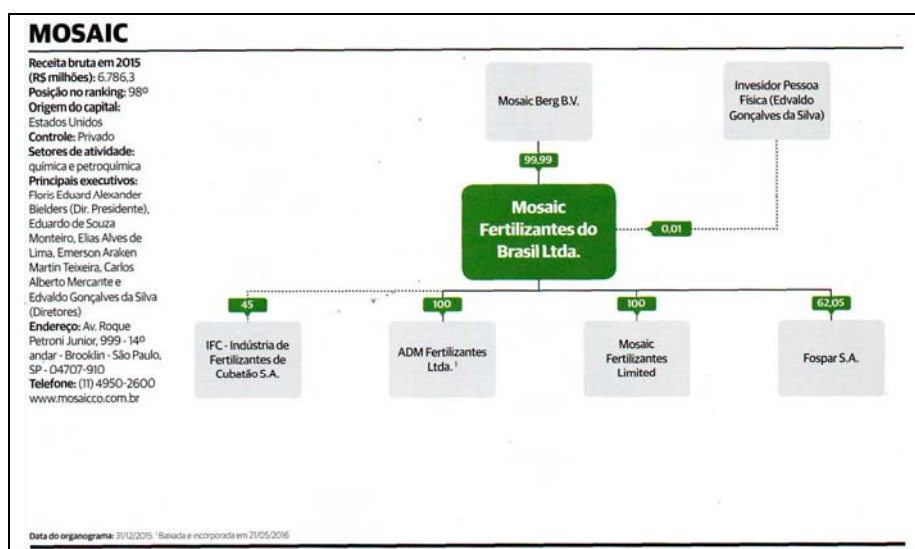
Com as políticas neoliberais da década de 90 e a privatização da Petrofertil, em 1994, setor de fertilizantes ficou controlado pelo oligopólio privado das três *tradings companies* multinacionais: a norueguesa Hydro/Yara, a holandesa Bunge/Fosfertil e norte-americana Cargill/Mosaic. Juntas dominam 90% do fornecimento de adubos e fertilizantes, ficando o grupo capixaba Heringer como a última empresa nacional no setor.

"A configuração atual da indústria brasileira de fertilizantes está fortemente calcada nas mudanças ocorridas a partir do início da década de 90, quando se deu o processo de privatização das empresas de matérias-primas. A partir da privatização, com a venda das empresas estatais atuantes no setor para um consórcio de empresas consumidoras dos produtos daquelas privatizadas, o mercado produtor de fertilizantes no Brasil passou a ter como principal *player* a *holding* Fertifós, detentora do controle acionário das grandes produtoras de matérias-primas fosfatadas, a saber, Fosfertil, Ultrafertil e Goiasfertil. Após isso, na última década, houve a compra das ações da Fertifós e das principais empresas produtoras de fertilizantes finais pelos três grandes grupos do setor produtivo nacional de fertilizantes Bunge, Cargill/Mosaic e Yara, sendo os dois últimos também líderes do setor de fertilizantes internacional. A Bunge hoje detém 52,3% da Fertifós, a Mosaic, 33,1% e a Yara, 12,8%.

Atualmente, somando-se as empresas do grupo Bunge com a Fosfertil, na qual este grupo é majoritário, tem-se, sob seu domínio, cerca de 76% da rocha fosfática, 69% do ácido sulfúrico, 97,5% do ácido fosfórico, 100% do nitrato de amônia, 100% da produção do DAP, 96% do MAP, 94% do superfosfato triplo, 70% da produção do superfosfato simples no Centro Oeste e, juntamente com a Petrobrás,

detém 100% da produção de amônia anidra. A CVRD produz 100% do cloreto de potássio do País, mas tem peso e participação diminuta no mercado, menos de 10%." (MME/BANCO MUNDIAL, 2009, p.6)

O quadro da concentração oligopolística ficou ainda mais concentrado com a venda do setor de fertilizantes da Bunge no Brasil para a norueguesa Hydro/Yara em 2013, que, junto com a Cargill/Mosaic, passou a deter quase o monopólio absoluto do setor.

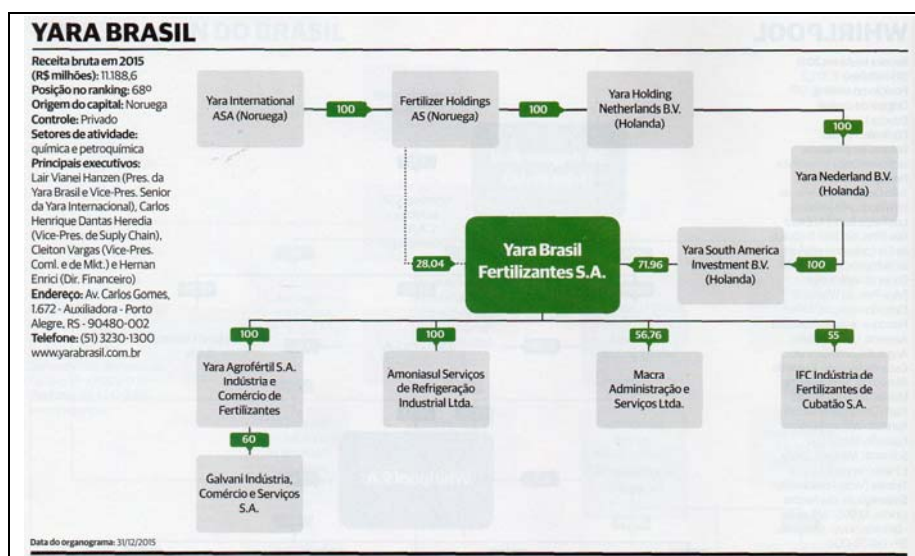


(VALOR, 2016, p. 169)

Em 2014, o processo de concentração continuou com a aquisição do negócio de fertilizantes da ADM no Brasil e no Paraguai pela Mosaic. Essa aquisição somada aquela compra da Bunge pela Hydro/Yara, concentrou nas duas empresas mundiais 44% do mercado de fertilizantes no país.

"A multinacional americana de fertilizantes Mosaic anunciou ontem que entrou em acordo definitivo para adquirir o negócio de fertilizantes da Archer Daniels Midland (ADM) no Brasil e no Paraguai. O negócio foi fechado por US\$ 350 milhões, incluindo US\$ 150 milhões em capital de giro. A operação segue passo semelhante da norueguesa Yara, que concluiu em 2013 a aquisição dos negócios de adubos da Bunge no país. A transação entre Mosaic e ADM inclui quatro unidades misturadoras e armazéns no Brasil – localizados em Paranaguá (PR), Rondonópolis (MT), Uberaba (MG) e Catalão (GO) – e uma fábrica e um terminal fluvial em Villeta, no Paraguai. (...) Sua distribuição de fertilizantes passará de 4 milhões para 6 milhões de toneladas com a aquisição.

Fontes do setor estimam que a participação da Mosaic no mercado nacional esteja em 14% e que a da ADM seja inferior a 5%. (...) Com sede em Plymouth, nos Estados Unidos, a Mosaic é uma das maiores produtoras globais de fosfatados e potássio, com entrega de cerca de 20 milhões de toneladas de fertilizantes para 40 países. Em 2013, a empresa registrou lucro líquido atribuível à companhia de US\$ 1,063 bilhão, redução de 42,6% sobre 2012. As vendas líquidas no ano passado foram 10,1% menores que em 2012 e totalizaram US\$ 9,027 bilhões. (...) Além de atuar nos EUA e no Brasil, a Mosaic já tem operações na Argentina, Canadá, Chile, China, Índia e Austrália. No Brasil, a companhia conta com 13 unidades próprias e contratadas de fertilizantes nos Estados da Bahia, Goiás, Minas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, além de uma unidade de nutrição animal em Paranaguá (PR). A empresa americana também está concluindo, no Brasil, investimentos de cerca de US\$ 100 milhões que incluem a expansão de terminais portuários, de unidades industriais e da capacidade de produção.



(VALOR, 2016, p, 212)

Em fevereiro deste ano, a Mosaic anunciou a criação de uma unidade fabril em Cubatão (SP) chamada Cefertil, viabilizada por uma parceria exclusiva com a Cesari, empresa do ramo logístico. Além da unidade em Cubatão, os principais projetos contemplam a expansão da unidade da Fospar, em Paranaguá, para aumentar a capacidade de descarregamento e armazenagem de produtos. Há ainda investimento na expansão da unidade de Candeias (BA) e na duplicação da unidade de Sorriso (MT). O acordo para a aquisição

da área de fertilizantes da ADM pela Mosaic representa uma tendência observada no mercado nos últimos anos: as *tradings* têm deixado de atuar na exploração e na produção de fertilizantes, transferindo-as a empresas do ramo. A Yara, que tinha 10% de participação no mercado brasileiro, passou a 25% com a aquisição dos negócios de adubos da Bunge." (VALOR ECONÔMICO, 2014, p. B16) (sem grifos, negritos e itálicos no original)

Portanto, esses dois movimentos de concentração entre as principais empresas do setor de fertilizantes e *tradings*, revelam a nova tendência no setor de grãos onde as *tradings* deixam de atuarem neste setor, ficando os mesmos com as empresas do ramo.

No final do mês de agosto de 2016 a Yara comunicou a compra da empresa Adubos Sudoeste em Catalão/GO. A Fertilizantes Tocantins foi adquirida pelo grupo suíço EuroChem em meados de 2016. E, no final do ano de 2016 a Mosaic adquiriu a área de fertilizantes da Vale. Um total de US\$2,5 bilhões foi o montante recebido pela Vale. A aquisição envolveu cinco minas de fosfato da Vale no Brasil, quatro fábricas de produção de químicos e fertilizantes e uma unidade de potássio, incluindo o projeto de Carnalita. A transação envolveu a venda da participação de 40% da Vale na mina de fosfato Miski Mayo, no Peru, elevando a fatia da Mosaic no negócio para 75%; e o projeto de potássio em Kronau, no Canadá. A inclusão, na transação, do projeto de potássio de Rio Colorado, na Argentina, está sujeita à aprovação da Mosaic, após diligências. Restou Vale os ativos de nitrogenados e fosfatados da Vale em Cubatão/SP não foram incluídos no negócio, porque a empresa vai vendê-los em 2017.

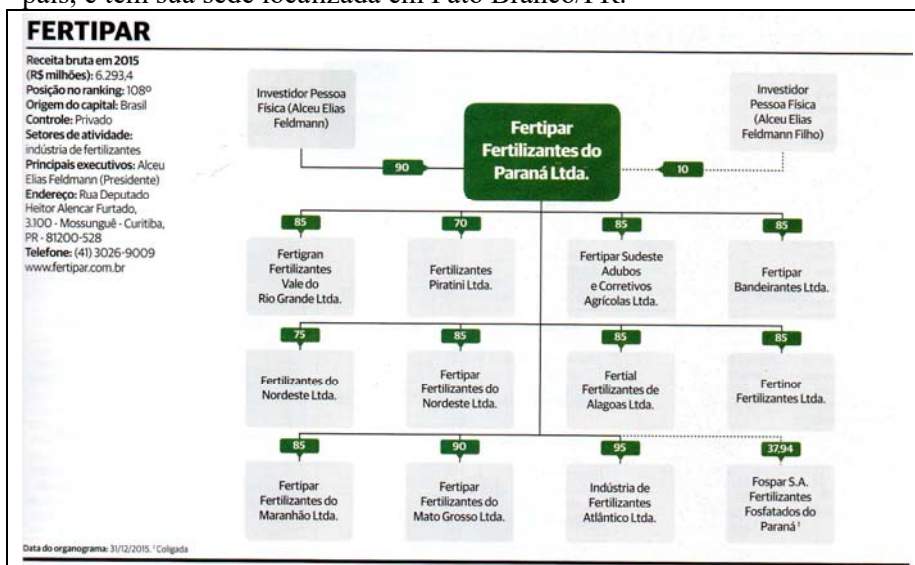
Apenas as pequenas empresas sobraram, e entre elas a Fertilizantes Heringer que opera 21 unidades de produção, comercialização e distribuição de fertilizantes sendo 13 próprias, 4 terceirizadas e 4 arrendadas. Em Paranaguá/PR a empresa detém uma unidade de produção de ácido sulfúrico e produção de superfosfato simples (SSP). Sua capacidade de produção passou de 5,7 milhões de toneladas em 2011 para 6 milhões de toneladas em 2013, e, a unidade de produção de Paulínia-SP é a maior delas.

As unidades de produção estão estrategicamente localizadas no país próximas às regiões de consumo de fertilizantes, bem como aos principais fornecedores de matérias-primas, das rodovias e ferrovias, visando à otimização de sua logística de abastecimento e distribuição, com a consequente redução dos custos associados. O mapa 37 a seguir mostra suas unidades de produção.

Mapa 37 – Unidades de produção da Heringer.



A Fertipar Fertilizantes do Paraná é outra empresa que opera no país, e tem sua sede localizada em Pato Branco/PR.



(VALOR, 2016, p. 157)

7.2. Os Agrotóxicos

No setor de agrotóxicos, no Brasil, há o domínio do mercado pela Bayer e Basf (alemãs), Cofco (chinesa/suíça ex-Syngenta), DuPont e Dow Chemical que acertaram fusão e criando gigante de US\$ 130 bilhões, criando três negócios nas áreas de agricultura, commodities e produtos químicos, e a Monsanto (norte-americanas) e ChemChina (chinesa/israelense), que, juntas, formam oligopólios privados de

multinacionais estrangeiras na economia nacional. O consumo mundial de agrotóxicos é de cerca de 2,5 milhões de toneladas e, o Brasil responde por mais de 300 mil toneladas (primeiro consumidor mundial). Segundo o Sindag (sindicato das indústrias do setor) os herbicidas (38%) dominaram as vendas no Brasil em 2009, seguido pelos inseticidas (30%) e fungicidas (27%), que somaram juntos 95% dos US\$6,266 bilhões de dólares faturados pelo setor.

A grande região Centro-Sul concentra territorialmente 92% do uso dos agrotóxicos (São Paulo 25%, Minas Gerais 12%, Rio Grande do Sul 12%, Mato Grosso 9%, Goiás 8% e Mato Grosso do Sul 5%). O consumo por culturas concentra-se na soja (33%), milho (12%), citros (10%), cana-de-açúcar (8%), café (7%), algodão (4%), etc.. Porém, quando se verifica o uso por hectare a distribuição entre as culturas altera-se radicalmente, pois, as plantações de tomate recebem em média 53 kg de agrotóxicos, batata 29 kg, citros 12,5 kg, algodão 6 kg, café 4 kg, soja 3,5 kg, cana-de-açúcar 2 kg. (BOMBARDI, 2011, BOMBARDI, 2012 e SPADOTTO & GOMES, s/d) As vendas dos venenos utilizados na agricultura brasileira é feito principalmente, por revendedores (49%), diretamente pelas empresas produtoras (27%) e cooperativas (24%). O financiamento deles é feito pelas através das próprias indústrias produtoras (57%), em geral, para pagamento em até 180 dias, recursos próprios (21%), troca por grãos (13%) e, crédito rural 9%.

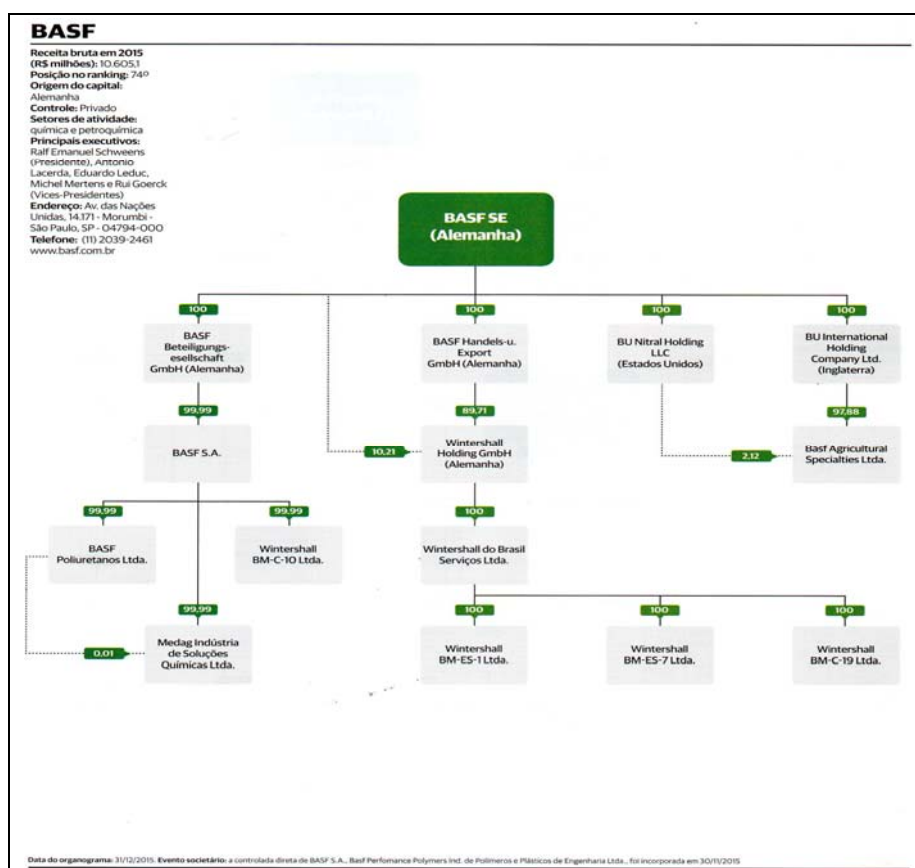
O mapa 38 a seguir, representa a situação da utilização dos agrotóxicos pelos estabelecimentos agropecuários segundo o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, presente no exemplar trabalho de BOMBARDI (2011).

Como está identificado no trabalho citado, os padrões de concentração do uso coincidem com as áreas de concentração das *commodities* de exportação: grãos (soja e milho principalmente) no noroeste do RS, centro e oeste de SC, PR, MS, MT, RO e oeste da BA; algodão no oeste da BA; café no Sul de MG e ES; cana-de-açúcar em SP, Triângulo Mineiro e sul de GO e, citros no norte de SP e Triângulo Mineiro.

Como está identificado no trabalho citado, os padrões de concentração do uso coincidem com as áreas de concentração das *commodities* de exportação: grãos (soja e milho principalmente) no noroeste do RS, centro e oeste de SC, PR, MS, MT, RO e oeste da BA; algodão no oeste da BA; café no Sul de MG e ES; cana-de-açúcar em SP, Triângulo Mineiro e sul de GO e, citros no norte de SP e Triângulo Mineiro.

Porém, há que se destacar também, a maçã no centro sul de SC; frutas (banana e manga) nos perímetros irrigados do Norte de Minas (Janaúba e Jaíba) e sul da Bahia (Palmas do Monte Alto, Carinhanha,

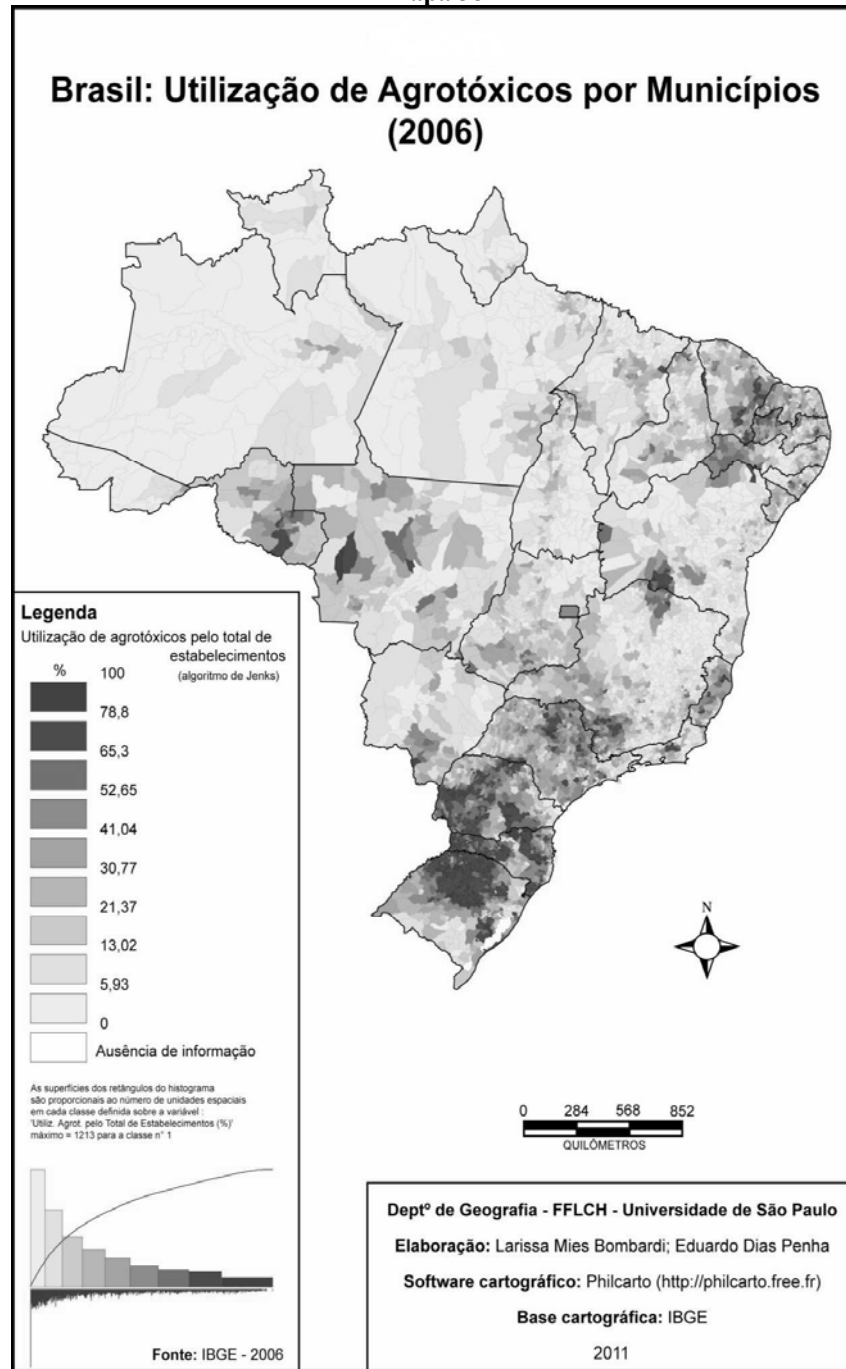
Malhada, Brumado, etc.), frutas (manga, uva, coco verde, etc.) nos perímetros irrigados do São Francisco em Petrolina/PE e Juazeiro/BA; e, as frutas principalmente banana no Ceará no vale do Jaguaribe e na chapada de Ibiapaba onde aparece também a cultura de flores (rosas).



(VALOR, 2016, p. 133)

Outra contribuição que o trabalho de BOMBARDI (2011) contém refere-se aos indicadores de influência sobre a saúde do uso dos agrotóxicos. O mapa 39 a seguir, apresenta os dados relativos aos casos notificados de intoxicação causados pelo uso dos venenos na agricultura e as circunstâncias das ocorrências. Em função da concentração territorial do uso, há também a concentração das ocorrências na grande região Centro-Sul, com destaque para o estado de São Paulo, e particularmente, em relação às circunstâncias os indicadores de suicídio nos estados de ES, PE, CE entre outros.

Mapa 38



Fonte: BOMBARDI (2011, p. 18)

Bombardi ressaltou que "no período (...) foram notificadas 25.350 tentativas de suicídio através do uso de agrotóxicos, isto significa uma média de 2.300 tentativas de suicídio por ano, ou seja, uma média de seis tentativas de suicídio por dia, com a utilização de agrotóxicos". (BOMBARDI, 2012, p. 10)

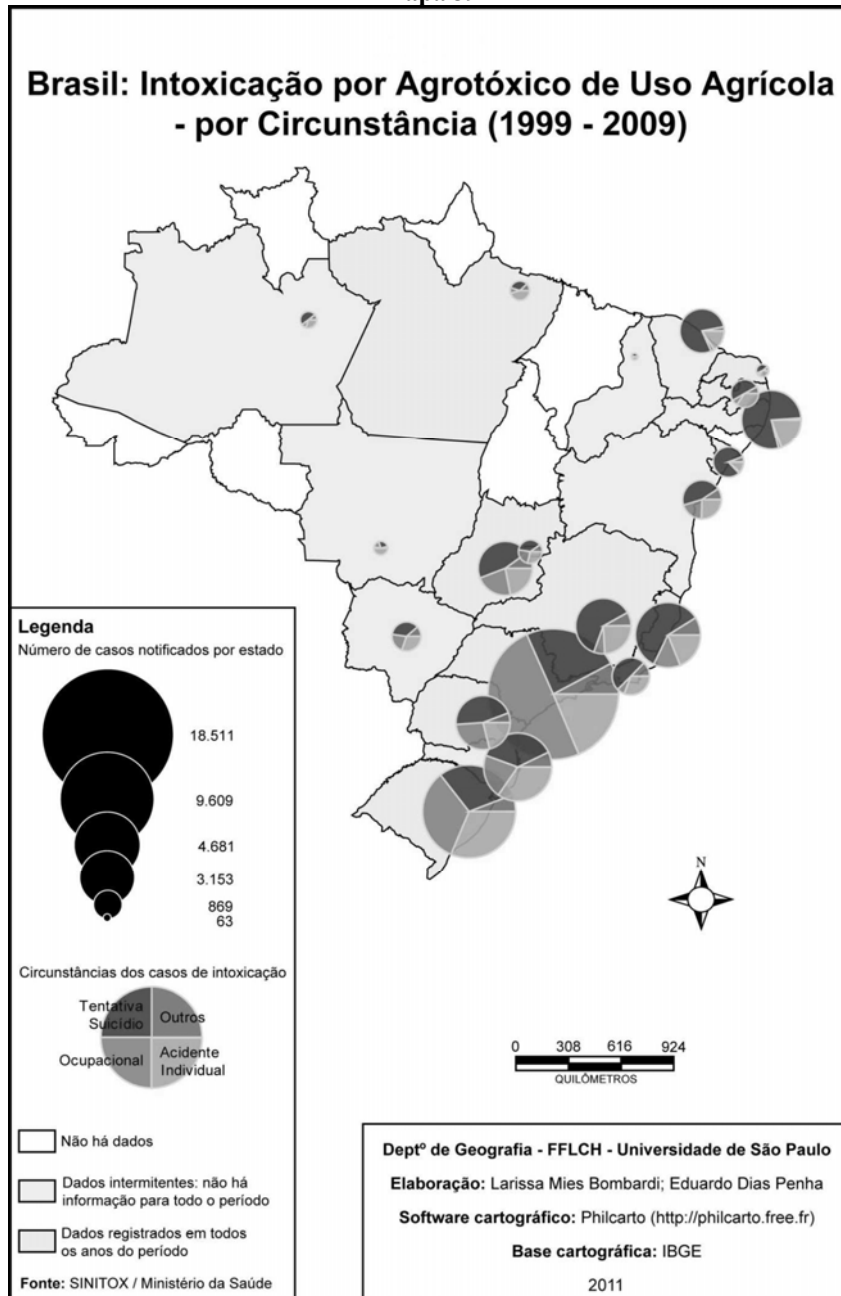
Mas, o quadro trágico do uso de agrotóxicos na produção de alimentos é o caso das mortes nas tentativas de suicídio decorrente do uso dos agrotóxicos. O mapa 40 traz os dados, e, Bombardi esclareceu que

"neste período, no país, ocorreram 1876 casos de morte por intoxicação com agrotóxicos registrados pelo SINITOX. Isto significa que foram cerca de 170 mortes por ano (...) nos três estados da região Sul, a tentativa de suicídio responde por mais de 75% das mortes. Na região Sudeste, com exceção do Rio de Janeiro, o mesmo acontece, chegando a índices superiores a 80% em Minas Gerais e Espírito Santo. Com relação à região Nordeste, em alguns estados como é o caso de Pernambuco e Ceará, a tentativa de suicídio alcança quase 100% dos casos de morte notificados." (BOMBARDI, 2011, p. 13)

Entre muitas razões explicativas deste quadro trágico, está a voracidade pelo lucro disseminada no agronegócio nacional e a ausência fiscalização por conta do Estado, além é óbvio, da corrupção e do contrabando. A matéria jornalística de O Globo a seguir, mostrou esta questão:

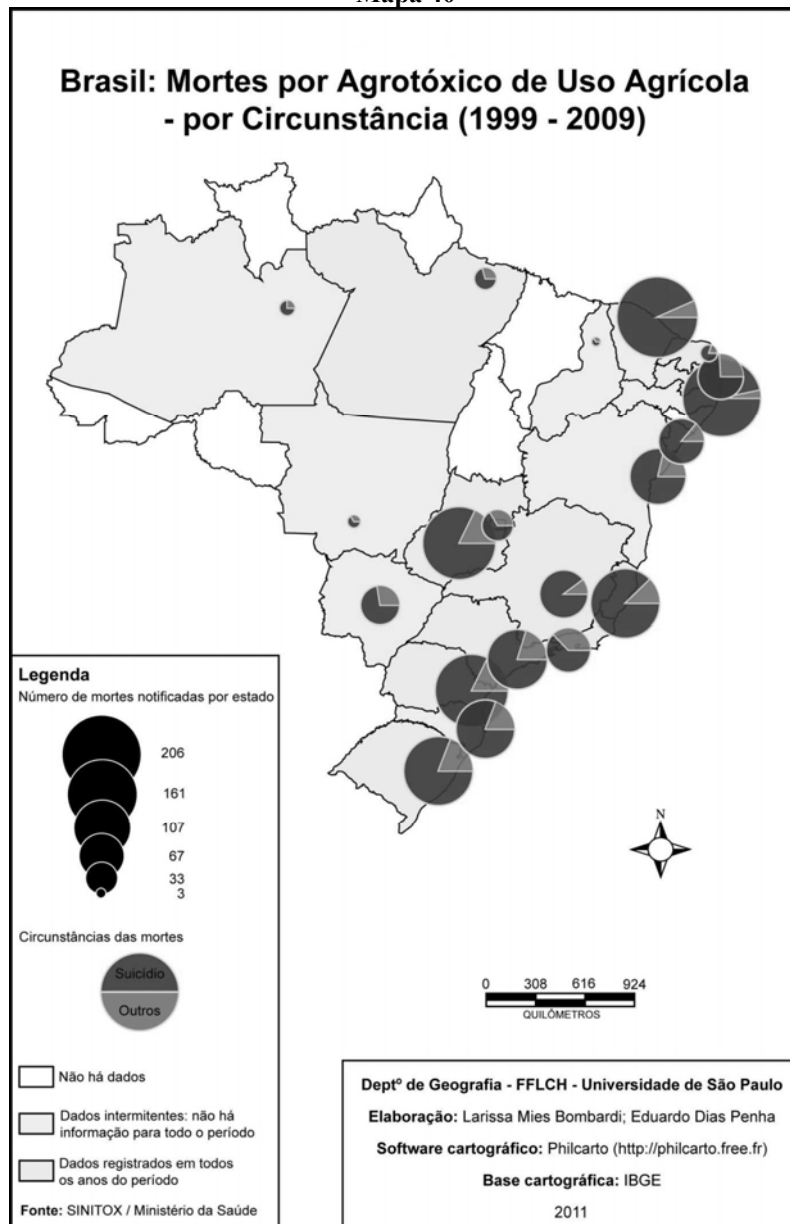
"... o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, mas a fiscalização é falha. De 2002 a 2012, o mercado brasileiro de agrotóxicos cresceu 190%. O setor movimentou US\$ 10,5 bilhões, em 2013, ano de ouro para a agropecuária, que teve supersafra e preços de *commodities* em alta. A análise dos alimentos que vão à mesa do consumidor, porém, é bem restrita. **No último relatório da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), de 2012, foram analisadas 3.293 amostras de apenas 13 alimentos - 5% do que é avaliado por EUA e Europa. Desses, o resultado de apenas sete foram publicados até agora.** Nos EUA, a Food and Drug Administration (FDA), e na Europa, a European Food Safety Authority (EFSA), analisam cerca de 300 tipos de alimentos por ano, inclusive industrializados. No Brasil, produtos como carnes, leite, ovos e industrializados não são sequer pesquisados, apesar de especialistas alertarem que eles podem estar contaminados por agrotóxico. **A Anvisa confirmou que, em 2012, só 13 alimentos foram monitorados, mas informou que a tendência é de expansão do número de culturas.** O enfoque do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, explicou, são os itens mais consumidos pela população e importantes na cesta básica. **Segundo a Anvisa, o milho está sendo monitorado desde 2012 na forma de fubá, e o trigo passou a ser monitorado na forma de farinha desde 2013, mas o resultado ainda não foi divulgado.** (...) Hoje, 434 ingredientes ativos e 2.400 formulações de agrotóxicos estão registrados nos ministérios da Saúde, da Agricultura (Mapa) e do Meio Ambiente e são permitidos.

Mapa 39



Fonte: BOMBARDI, 2011, p. 11)

Mapa 40



Fonte: BOMBARDI, 2011, p. 14)

Dos 50 mais utilizados nas lavouras, 22 são proibidos na União Europeia. Mato Grosso é o maior consumidor, com quase 20%, segundo a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). O contrabando, sobretudo via Paraguai e Uruguai, de produtos de

origem chinesa, sem controle dos aditivos, representa outro problema. E o uso ilegal de agrotóxicos preocupa. O DTT, proibido em todo o mundo, foi achado em 2013 na Amazônia, usado por empresas, segundo o Ibama, para acelerar a devastação de áreas. (...) O custo dos agrotóxicos à saúde é grande. **Segundo o professor Fernando Carneiro, da Universidade Brasília, a cada US\$ 1 gasto em agrotóxico, há um custo de US\$ 1,28 em atendimento ao intoxicado. - A intoxicação aguda afeta o trabalhador rural e o da fábrica. A crônica atinge o consumidor, que fica mais exposto a doenças como câncer e alterações metabólicas.** (...) Quando se fala em agrotóxicos, não há estrutura nem fiscais." (<http://oglobo.globo.com/economia/defesa-do-consumidor/brasil-fiscaliza-agrotoxico-so-em-13-alimentos-enquanto-eua-europa-analisam-300-11446519>, acessado em 11/13/2013) (Sem grifos e negritos no original)

O Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso tentou a todo custo evitar a liberação de agrotóxico contra a *helicoverpa armigera* no país desde 2014, pois, estudos comprovam que o benzonato de emamectina é extremamente tóxica e nociva ao ser humano.

“Segundo MPF, medidas alternativas podem ser adotadas para o controle da *Helicoverpa armigera*. O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso recomendou ao Instituto de Defesa Agropecuária (Indea) que não autorize a importação e a aplicação de agrotóxicos que contenham a substância benzoato de emamectina para o combate à lagarta *Helicoverpa armigera*. A lagarta, considerada uma praga, tem atacado lavouras de soja, milho e algodão, se alastrando por diversas localidades do território brasileiro, como os Estados da Bahia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Paraná, além do Distrito Federal. Neste mês, o governo de Mato Grosso declarou o estado de emergência fitossanitária nas lavouras do Estado. Com essa medida, é iniciada a implementação do plano de combate à lagarta com a adoção de medidas emergenciais que incluem a utilização de agrotóxicos que contém uma substância proibida no Brasil, o benzoato de emamectina, informou o MPF. Na recomendação expedida (...), o MPF cita informações de estudos estrangeiros acerca do benzoato de emamectina que apontam o aparecimento das malformações em fetos humanos, e, por esse motivo, a legislação nacional impede o registro do agrotóxico para a comercialização no Brasil, bem como sua aplicação no caso de emergência fitossanitária. (...) Entre as medidas para o controle da infestação pela lagarta *Helicoverpa armigera* estão: o uso de cultivares que restrinjam ou eliminem as populações da praga; vazio sanitário para deixar a terra sem cultivo com períodos livres de hospedeiros; o uso de armadilhas, iscas ou outros métodos de controle físico; além de práticas culturais, como rotação de culturas. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM MATO

Um dos casos gravíssimos que está em marcha no Brasil refere-se **herbicida 2,4-D**, um dos componentes do **agente laranja**, que foi usado como desfolhante químico pelos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. A multinacional monopolista Dow Chemical Company, busca a autorização das sementes transgênicas tolerantes ao herbicida 2,4-D, usado contra ervas daninhas na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Os pesquisadores e o Ministério Público Federal (MPF) tem atuado no sentido de impedir sua aprovação:

"Pesquisadores e o Ministério Público Federal (MPF) solicitaram em dezembro à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), encarregada de analisar pedidos de vendas de transgênicos, que **suspendesse os trâmites para a autorização das sementes tolerantes ao 2,4-D, um herbicida usado contra ervas daninhas que consideram nocivo à saúde. Eles dizem que a liberação desses transgênicos poderá multiplicar de forma preocupante o uso do 2,4-D no Brasil.** Paralelamente, cobram maior rigor dos órgãos reguladores na liberação tanto de agrotóxicos quanto de transgênicos e alertam para a associação entre esses dois produtos no país. (...) Especialistas ouvidos pela BBC Brasil dizem que a expansão dos transgênicos estimulou o mercado de agrotóxicos no país, já que grande parte das sementes geneticamente alteradas tem como principal diferencial a resistência a venenos agrícolas. Se por um lado essa característica permite maior controle de pragas, por outro, impõe riscos aos consumidores, segundo os pesquisadores. **No centro do debate, o herbicida 2,4-D é hoje vendido livremente no Brasil e utilizado para limpar terrenos antes do cultivo. Pesquisadores dizem que estudos associaram o produto a mutações genéticas, distúrbios hormonais e câncer, entre outros problemas ambientais e de saúde. O 2,4-D é um dos componentes do agente laranja, usado como desfolhante pelos Estados Unidos na Guerra do Vietnã.** O MPF pediu à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que acelere seus estudos de reavaliação da licença comercial do 2,4-D. O órgão quer que o resultado da reavaliação da Anvisa, iniciada em 2006, embase a decisão da CTNBio sobre os transgênicos resistentes ao produto. **Já a Dow AgroSciences, que fabrica o agrotóxico e é uma das empresas que buscam a liberação dos transgênicos associados a ele, diz que os produtos são seguros.** (...) "É uma falácia dizer que os transgênicos reduzem o uso de agrotóxicos", afirma Karen Friedrich, pesquisadora e toxicologista da Fiocruz. Friedrich cita como exemplo a liberação de soja transgênica resistente ao agrotóxico glifosato, que teria sido acompanhada pelo aumento exponencial do uso do produto nas lavouras. Caso também sejam liberadas as sementes resistentes ao 2,4-D, ela estima que haverá

um aumento de 30 vezes no consumo do produto. **Segundo a pesquisadora, o 2,4-D pode provocar dois tipos de efeitos nocivos: agudos, que geralmente acometem trabalhadores ou pessoas expostas diretamente à substância, causando enjoo, dor de cabeça ou até a morte; e crônicos, que podem se manifestar entre consumidores muitos anos após a exposição a doses pequenas do produto, por meio de alterações hormonais ou cânceres.**

(http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/01/140108_transgenicos_pai_jf.shtml, acessado em 12/11/2013.) (Sem grifos e negritos no original)

As pesquisas realizadas em Lucas do Rio Verde/MT e coordenadas pelo médico professor da UFMT Wanderlei Pignati, e aquelas feitas pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), apresentam resultados alarmantes para a saúde, revelando que no Brasil não há uma política de segurança alimentar, na acepção da palavra:

"... o Brasil é maior importador de agrotóxicos do planeta. Consome pelo menos 14 tipos de venenos proibidos no mundo, dos quais quatro, pelos riscos à saúde humana, foram banidos no ano passado, embora pesquisadores suspeitem que ainda estejam em uso na agricultura. **Em 2013 foram consumidos um bilhão de litros de agrotóxicos no País – uma cota per capita de 5 litros por habitante** e movimento de cerca de R\$ 8 bilhões no ascendente mercado dos venenos. **Dos agrotóxicos banidos, pelo menos um, o Endosulfan, prejudicial aos sistemas reprodutivo e endócrino, aparece em 44% das 62 amostras de leite materno** analisadas por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) **no município de Lucas do Rio Verde, cidade que vive o paradoxo de ícone do agronegócio e campeã nacional das contaminações por agrotóxicos. Lá se despeja anualmente, em média, 136 litros de venenos por habitante.** Na pesquisa coordenada pelo médico professor da UFMT Wanderlei Pignati, **os agrotóxicos aparecem em todas as 62 amostras do leite materno de mães que pariram entre 2007 e 2010, onde se destacam, além do Endosulfan, outros dois venenos ainda não banidos, o Deltametrina, com 37%, e o DDE, versão modificada do potente DDT, com 100% dos casos. Em Lucas do Rio Verde, aparecem ainda pelo menos outros três produtos banidos, o Paraquat, que provocou um surto de intoxicação aguda em crianças e idosos na cidade, em 2007, o Metamidofóis, e o Glifosato, este, presente em 70 das 79 amostras de sangue e urina de professores da área rural junto com outro veneno ainda não proibido, o Piretróides.** Na lista dos proibidos em outros países estão ainda em uso no Brasil estão o Tricolfon, Cihexatina, Abamectina, Acefato, Carbofuran, Forato, Fosmete, Lactofen, Parationa Metílica e Thiram. “São lixos tóxicos na União Europeia e nos Estados Unidos. O Brasil lamentavelmente os aceita”, diz a toxicologista Márcia Sarpa de Campos Mello, da Unidade Técnica de Exposição Ocupacional e Ambiental do Instituto Nacional

do Câncer (Inca), vinculado ao Ministério da Saúde. Conforme aponta a pesquisa feita em Lucas do Rio Verde, os agrotóxicos cancerígenos aparecem no corpo humano pela ingestão de água, pelo ar, pelo manuseio dos produtos e até pelos alimentos contaminados. Venenos como o Glifosato são despejados por pulverização aérea ou com o uso de trator, contaminam solo, lençóis freáticos, hortas, áreas urbanas e depois sobem para atmosfera. Com as precipitações pluviométricas, retornam em forma de “chuva de agrotóxico”, fenômeno que ocorre em todas as regiões agrícolas mato-grossenses estudadas. Os efeitos no organismo humano são confirmados por pesquisas também em outros municípios e regiões do país. **O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), segundo a pesquisadora do Inca, mostrou níveis fortes de contaminação em produtos como o arroz, alface, mamão, pepino, uva e pimentão, este, o vilão, em 90% das amostras coletadas.** Mas estão também em praticamente toda a cadeia alimentar, como soja, leite e carne, que ainda não foram incluídas nas análises. **O professor Pignati diz que os resultados preliminares apontam que pelo menos 30% dos 20 alimentos até agora analisados não poderiam sequer estar na mesa do brasileiro. Experiências de laboratórios feitas em animais demonstram que os agrotóxicos proibidos na União Europeia e Estados Unidos são associados ao câncer e a outras doenças de fundo neurológico, hepático, respiratórios, renais e má formação genética.** A pesquisadora do Inca lembra que os agrotóxicos podem não ser o vilão, mas fazem parte do conjunto de fatores que implicam no aumento de câncer no Brasil cuja estimativa, que era de 518 mil novos casos no período 2012/2013, foi elevada para 576 mil casos em 2014 e 2015. Entre os tipos de câncer, os mais suscetíveis aos efeitos de agrotóxicos no sistema hormonal são os de mama e de próstata. No mesmo período, segundo Márcia, o Inca avaliou que o câncer de mama aumentou de 52.680 casos para 57.129. Na mesma pesquisa sobre o leite materno, a equipe de Pignati chegou a um dado alarmante, discrepante de qualquer padrão: **num espaço de dez anos, os casos de câncer por 10 mil habitantes, em Lucas do Rio Verde, saltaram de três para 40. Os problemas de malformação por mil nascidos saltaram de cinco para 20.** Os dados, naturalmente, reforçam as suspeitas sobre o papel dos agrotóxicos. Pignati afirma que os grandes produtores desdenham da proibição dos venenos aqui usados largamente, com uma irresponsável ironia: *“Eles dizem que não exportam seus produtos para a União Europeia ou Estados Unidos, e sim para mercados africanos e asiáticos.”* Apesar dos resultados alarmantes das pesquisas em Lucas do Rio Verde, o governo mato-grossense deu um passo atrás na prevenção, flexibilizando por decreto, no ano passado, a legislação que limitava a pulverização por trator a 300 metros de rios, nascentes, córregos e residências. *“O novo decreto é um retrocesso. O limite agora é de 90 metros”*, lamenta o professor. *“Não há um único brasileiro que não esteja consumindo agrotóxico. **Viramos**”*

mercado de escoamento do veneno recusado pelo resto do mundo”, diz o médico Guilherme Franco Netto, assessor de saúde ambiental da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Na sexta-feira, diante da probabilidade de agravamento do cenário com o afrouxamento legal, a Fiocruz emitiu um documento chamado de “carta aberta”, em que convoca outras instituições de pesquisa e os movimentos sociais do campo ligados à agricultura familiar para uma ofensiva contra o poder (econômico e político) do agronegócio e seu forte lobby em toda a estrutura do governo federal. (<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-02-24/brasil-consome-14-agrotoxicos-proibidos-no-mundo.html>, acessado em 12/11/2013.) (Sem grifos e negritos no original)

Desde 2013 o Ministério Público Federal no DF busca garantir a participação da sociedade civil nas decisões da Comissão Técnico Nacional de Biossegurança (CTNBio) sobre a liberação comercial de sementes transgênicas resistentes a agrotóxicos.

“Em ofício enviado ao órgão, o MPF solicitou a suspensão de qualquer deliberação nesse sentido até que sejam realizadas audiências públicas e estudos conclusivos sobre o impacto da medida para o meio ambiente e a saúde humana. Segundo informações do Grupo de Estudos de Agrobiodiversidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (GEA/MDA), a liberação de organismos geneticamente modificados (OGMs) resistentes a agrotóxicos funciona como fator multiplicador do consumo de agrotóxico no Brasil. Isso se deve à vantagem competitiva que as sementes transgênicas têm sobre as naturais no mercado agrário: com maior tolerância a herbicidas, elas tornam-se mais lucrativas e acabam sendo preferidas pelos grandes produtores. (...) O MPF apura, por meio de inquérito civil, possíveis ilegalidades na liberação comercial, pela CTNBio, de sementes de soja e milho geneticamente modificadas que apresentam tolerância aos agrotóxicos 2,4-D, glifosato, glufosinato de amônio DAS-68416-4, glufosinato de amônio DAS-44406-6 e outros herbicidas. (...) têm como beneficiárias empresas vinculadas a grandes multinacionais do ramo dos agrotóxicos, como a Dow AgroSciences Sementes & Biotecnologia Brasil Ltda., a Du Pont do Brasil S.A. e a Monsanto do Brasil Ltda.” (<http://www.ecodebate.com.br/2013/10/03/mpf-pede-suSPensao-de-deliberacoes-sobre-sementes-transgenicas-resistentes-a-agrotoxicos/> acessado em 20/11/2013, às 20:32hs)

Mas, o caminho para a venda de agrotóxicos continua aberta no país. Uma vez consolidado em seu país de origem a China, o Tide Group avançou para conseguir consolidar sua posição no Brasil. Vender agrotóxicos no país não tem sido tarefa fácil, o motivo são os lentos processos de registros. Com seus negócios regulares na China e nos Estados Unidos, o Tide Group tenta avançar no Brasil.

(...) “Começou a implementar uma estratégia para tentar crescer no mais promissor mercado de defensivos agrícolas do mundo. Há cerca de um mês, a companhia adquiriu o controle da paranaense Prentiss Química, e

com isso encontrou um atalho para fincar raízes no país. A Tide chegou ao Brasil em 2010, mas desde então estava em fase pré-operacional. (...) a empresa encaminhou para a aprovação dos órgãos competentes uma dezena de produtos, entre inseticidas, herbicidas e fungicidas destinados a culturas como soja, milho e café.

Mapa 41



Ariovaldo Umbelino de Oliveira - A MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Mas como o trâmite costuma levar cerca de cinco anos, a Tide viu na compra da Prentiss uma forma de contar com um portfólio de produtos já registrados e, assim, agilizar o acesso ao mercado brasileiro. (...) Boa parte dessas empresas trabalha com defensivos genéricos, também

chamados de "pós-patente", como é o caso da Tide. A companhia também atua com formulações especiais e defensivos granulados, que são dissolvidos em água. *"Nosso foco também é investir em bioinseticidas. Já temos patentes de produtos desse tipo solicitadas nos EUA"*. Apesar das apostas no mercado americano, onde já conta com 55 produtos registrados, é no Brasil que a Tide tende a aprofundar suas atividades. A unidade da Prentiss no município de Campo Largo passou a ser a única fábrica da companhia fora da China. Naquele país, o grupo tem três unidades de produção de defensivos. A fábrica da Prentiss tem capacidade para ofertar 35 milhões de litros de herbicida, 15 milhões de litros de inseticidas e 15 milhões de litros de fungicidas por ano." (VALOR, 2014, p. 1)

Outra empresa que está atuando no país é a Adama Brasil, empresa que sucedeu em 2011, o grupo Makhteshim Agan que foi incorporado pela ChemChina, uma das grandes companhias de produtos químicos da China.

A seguir são apresentadas as manifestações dos diferentes setores em relação aos problemas vivenciados no setor dos agrotóxicos.

7. 3. Dossiê Abrasco (parte)

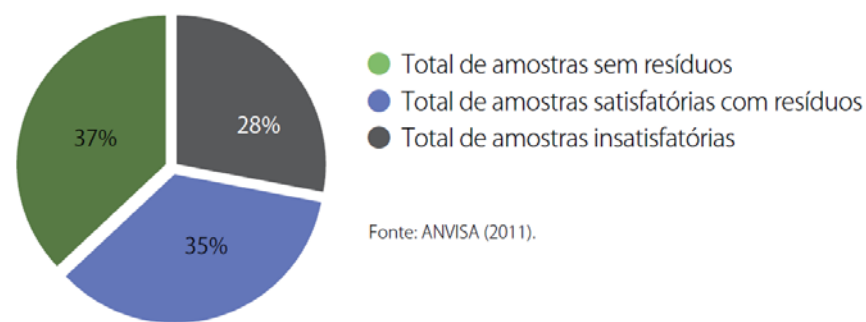
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SAÚDE

Resíduos de agrotóxicos em alimentos no Brasil

Um terço dos alimentos consumidos cotidianamente pelos brasileiros está contaminado pelos agrotóxicos, segundo análise de amostras coletadas em todos os 26 estados do Brasil, realizada pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Anvisa (2011). A figura 1.3 evidencia que 63% das amostras analisadas apresentaram contaminação por agrotóxicos, sendo que 28% apresentaram IAs não autorizados (NAs) para aquele cultivo e/ou ultrapassaram os limites máximos de resíduos (LMRs) considerados aceitáveis. Outros 35% apresentaram contaminação por agrotóxicos, porém dentro desses limites.

Se esses números já delineiam um quadro muito preocupante no concernente à saúde pública, eles podem não estar ainda refletindo adequadamente as dimensões do problema, seja porque há muita incerteza científicas embutidas na definição de tais limites, seja porque os 37% de amostras sem resíduos se referem aos IAs pesquisados (235 em 2010), o que não permite afirmar a ausência dos demais (cerca de quatrocentos), inclusive do glifosato, largamente utilizado (40% das vendas) e não pesquisado no PARA (figura 1.3).

Figura 1.3 - Amostras segundo a presença ou a ausência de resíduos. PARA, 2010



Destaca-se também que o nível médio de contaminação das amostras dos 26 estados brasileiros está distribuído pelas culturas agrícolas da seguinte maneira: pimentão (91,8%), morango (63,4%), pepino (57,4%), alface (54,2%), cenoura (49,6%), abacaxi (32,8%), beterraba (32,6%) e mamão (30,4%), além de outras culturas analisadas e registradas com resíduos de agrotóxicos, conforme apresentado na tabela 1.4 (BRASIL. ANVISA, 2011a).

Do total de 2.488 amostras analisadas e apresentadas no item 3 da tabela acima, 605 amostras apresentaram IAs de agrotóxicos nas amostras analisadas para aquela cultura e 47 ultrapassaram os LMRs estabelecidos pelas normas brasileiras. Somados os itens 2 e 3, obtém-se 694 amostras insatisfatórias, ou 27,9% do total analisado. Além disso, 208 amostras ou 30% do total analisado apresentaram IAs que se encontram em processo de reavaliação toxicológica pela Anvisa (2008) ou em etapa de retirada programada do mercado devido a decisão de banimento do IA. Entretanto, eles representam 70% do volume total de agrotóxicos consumidos em nossas lavouras, no qual estão incluídos o glifosato, o endosulfan, o metamidofós, o 2.4D, o paration metílico e o acefato. Isso é confirmado pelos dados de fabricação nacional, segundo os relatórios de comercialização de agrotóxicos fornecidos pelas empresas a Anvisa (ANVISA; UFPR, 2012), ou de importação registrados no Sistema Integrado de Comercio Exterior (Siscomex), no qual se verifica que os IAs em reavaliação continuam sendo importados em larga escala pelo Brasil.

O uso de um ou mais agrotóxicos em culturas para as quais eles não estão autorizados, sobretudo daqueles em fase de reavaliação ou de descontinuidade programada devido a sua alta toxicidade, apresenta consequências negativas na saúde humana e ambiental. Uma delas é o aumento da insegurança alimentar para os consumidores que ingerem o alimento contaminado com IAs, pois esse uso, por ser absolutamente irregular, não foi considerado no cálculo da ingestão diária aceitável (IDA),

e esta insegurança se agrava na medida em que esse agrotóxico é encontrado em vários alimentos consumidos em nossa dieta cotidiana.

Tabela 1.4 - Amostras analisadas por cultura e resultados insatisfatórios. PARA, 2010

n° de amostras analisadas	NA		> LMR		> LMR E NA		TOTAL DE INSATISFATÓRIAS		
	(1)		(2)		(3)		(1 + 2 + 3)		
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	
Abacaxi	122	20	16,4%	10	8,2%	10	8,2%	40	32,8%
Alface	131	68	51,9%	0	0,0%	3	2,3%	71	54,2%
Arroz	148	11	7,4%	0	0,0%	0	0,0%	11	7,4%
Batata	145	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Beterraba	144	44	30,6%	2	1,4%	1	0,7%	47	32,6%
Cebola	131	4	3,1%	0	0,0%	0	0,0%	4	3,1%
Cenoura	141	69	48,9%	0	0,0%	1	0,7%	70	49,6%
Couve	144	35	24,3%	4	2,8%	7	4,9%	46	31,9%
Feijão	153	8	5,2%	2	1,3%	0	0,0%	10	6,5%
Laranja	148	15	10,1%	3	2,0%	0	0,0%	18	12,2%
Maçã	146	8	5,5%	5	3,4%	0	0,0%	13	8,9%
Mamão	148	32	21,6%	10	6,8%	3	2,0%	45	30,4%
Manga	125	05	4,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	4,0%
Morango	112	58	51,8%	3	2,7%	10	8,9%	71	63,4%
Pepino	136	76	55,9%	2	1,5%	0	0,0%	78	57,4%
Pimentão	146	124	84,9%	0	0,0%	10	6,8%	134	91,8%
Repolho	127	8	6,3%	0	0,0%	0	0,0%	08	6,3%
Tomate	141	20	14,2%	1	0,7%	2	1,4%	23	16,3%
Total	2.488	605	24,3%	42	1,7%	47	1,9%	694	27,9%

(1) amostras que apresentaram somente IA não autorizados (NA);

(2) amostras somente com IA autorizados, mas acima dos limites máximos autorizados (> LMR);

(3) amostras com as duas irregularidades (NA e > LMR);

(1+2+3) soma de todos os tipos de irregularidades.

Fonte: ANVISA (2011).

Segundo a Anvisa, trata-se de

ingredientes ativos com elevado grau de toxicidade aguda comprovada e que causam problemas neurológicos, reprodutivos, de desregulação hormonal e até câncer (...) [e] Apesar de serem proibidos em vários locais do mundo, como União Europeia e Estados Unidos, há pressões do setor agrícola para manter esses três produtos (endossulfan, metamidofós e acefato) no Brasil, mesmo após serem retirados de forma voluntária em outros países (BRASIL. ANVISA, 2011a).

Resíduos de agrotóxicos em alimentos e agravos à saúde

Mesmo que alguns dos IAs possam – com base em seus efeitos agudos – ser classificados como medianamente ou pouco tóxicos, não se pode perder

de vista os efeitos crônicos que podem ocorrer meses, anos ou até décadas após a exposição, manifestando-se em várias doenças como cânceres, má-formações congênitas, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais.

No quadro 1.2 são apresentados os sintomas de intoxicação aguda e crônica dos principais grupos químicos de agrotóxicos.

Os agrotóxicos relacionados a seguir têm sido encontrados nos alimentos analisados pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Anvisa, seja em níveis acima dos limites máximos permitidos ou em culturas para as quais não são autorizados.

Os agrotóxicos do grupo piretroide, usados na agricultura, no ambiente doméstico e em campanhas de saúde pública como inseticida, estão associados a diversos efeitos graves sobre a saúde. A cipermetrina, agrotóxico classificado como altamente tóxico (classe II), e tóxica para os embriões de ratos, incluindo a perda pós-implantação dos fetos e má-formações viscerais (ASSAYED; KHALAF; SALEM, 2010). Efeitos semelhantes – mortes neonatais e má-formações congênitas – foram descritos em seres humanos plantadores de algodão (RUPA; REDDY; REDDI, 1991).

O potencial mutagênico e genotóxico da cipermetrina foi comprovado em diferentes estudos: aberrações cromossômicas, indução de micronúcleos, alterações de espermatozoides, mutações letais dominantes e trocas de cromátides irmãs foram observados em camundongos (BHUNYA; PATI, 1988; SHUKLA; TANEJA, 2002; CHAUHAN; AGARWAL; SUNDARARAMAN, 1997). Em linfócitos humanos tratados com cipermetrina, também foram observadas aberrações cromossômicas e trocas de cromátides irmãs (KOCAMAN; TOPAKTAS, 2009). Além disso, a cipermetrina induziu a promoção de tumores em camundongos (SHUKLA; YADAV; ARORA, 2002) e, quando tratados por via oral, verificaram-se alterações nos níveis de testosterona com a consequente diminuição do número de espermatozoides (WANG *et al.*, 2010), efeitos deletérios sobre os órgãos reprodutivos (DAHAMNA *et al.*, 2010) inclusive após exposição na vida intrauterina (WANG *et al.*, 2011) e também em ratos expostos por via oral (ELBETIEHA *et al.*, 2001).

Distúrbios neurocomportamentais também foram observados em diferentes estudos (MCDANIEL; MOSER, 1993; SMITH; SODERLUND, 1998; WOLANSKY; HARRILL, 2008).

O epoxiconazol, do grupo do triazol e da classe toxicológica medianamente tóxica (classe III), e um agrotóxico usado como fungicida em diversas lavouras e interfere com a produção dos hormônios sexuais feminino e masculino, como mostrado em estudos utilizando sistemas *in vitro* de linhagens celulares humanas (KJAERSTAD *et al.*, 2010) e *in vivo* (TAXVIG *et al.*, 2007; MONOD *et al.*, 2004). Em aves, ele também provocou a diminuição da produção de espermatozoides e alterações na

morfologia de testículos (GROTE *et al.*, 2008). Em outros estudos com ratos, a exposição ao epoxiconazol durante a gravidez levou a alteração do desenvolvimento reprodutivo e a perdas fetais (TAXVIG *et al.*, 2007, 2008).

A fenopropatrina, altamente tóxica (classe II), provoca alterações neuromotoras (WOLANSKY; GENNINGS; CROFTON, 2006; WEINER *et al.*, 2009). A permetrina (classe III), inseticida, está associada a mieloma múltiplo em seres humanos (RUSIECKI *et al.*, 2009) e é classificada como possível carcinógeno pela agência de proteção ambiental norte-americana (US-EPA). Em ratos, esse IA causou déficits neurocomportamentais (ABDEL-RAHMAN *et al.*, 2004). A lambda-cialotrina (classe III), inseticida, está associada ao aparecimento de distúrbios neuromotores (WOLANSKY; GENNINGS; CROFTON, 2006).

A betaciflutrina, altamente tóxica (classe II), agrotóxico inseticida, induziu a formação de micronúcleos em linfócitos humanos expostos *in vitro* e aberrações cromossômicas em ratos (ILA *et al.*, 2008). Também foram observados outros efeitos deletérios, como más-formações fetais em camundongos (SYED *et al.*, 2010), diminuição da função reprodutiva masculina em ratos através do antagonismo do receptor de hormônios andrógenos *in vitro* (ZHANG *et al.*, 2008) e alterações neurocomportamentais (WOLANSKY; HARRIL

Os organofosforados (OPs), grupo de agrotóxicos inseticidas, causam numerosos efeitos danosos a saúde humana. Para citar apenas alguns, o clorpirifós, altamente tóxico (classe II), inseticida, mostrou-se neurotóxico conforme a revisão de Eaton e colaboradores (2008) e desregulou o eixo hormonal da tireoide em camundongos quando a exposição ocorre na vida intrauterina (HAVILAND; BUTZ; PORTER, 2010; DE ANGELIS *et al.*, 2009). Além disso, o clorpirifós também interferiu com o sistema reprodutivo masculino de ratos tratados por via oral, induziu alterações histopatológicas de testículos e levou a diminuição da contagem de espermatozoides e da fertilidade animal (JOSHI; MATHUR; GULATI, 2007).

O diclorvós, altamente tóxico (classe II), agrotóxico inseticida, alterou a contagem de espermatozoides e induziu alterações histopatológicas de ratos, efeitos que exercem impacto sobre a fertilidade animal (PEROBELLI *et al.*, 2010; OKAMURA *et al.*, 2009).

O profenofós, classificado como altamente tóxico (classe II), agrotóxico inseticida, induz dano genético em cultura de linfócitos humanos (PRABHAVATHY; PASHA SHAIK; JAMIL, 2006) e aberrações cromossômicas em camundongos expostos por via oral (FAHMY; ABDALLA, 1998). Alterou também o sistema reprodutivo masculino de ratos tratados por via oral, nos quais se evidenciaram alterações

histopatológicas dos testículos e síntese de hormônio deficiente (MOUSTAFA *et al.*, 2007).

O carbendazim é um benzimidazol, classificado como medianamente tóxico (classe III), agrotóxico fungicida, que causa aberrações cromossômicas (KIRSCH-VOLDERS *et al.*, 2003; MCCARROLL *et al.*,

Quadro 1.2 - Classificação e efeitos e/ou sintomas agudos e crônicos dos agrotóxicos

PRAGA QUE CONTROLA	GRUPO QUÍMICO	SINTOMAS DE INTOXICAÇÃO AGUDA	SINTOMAS DE INTOXICAÇÃO CRÔNICA
Inseticidas	Organofosforados e carbamatos	Fraqueza, cólicas abdominais, vômitos, espasmos musculares e convulsões	Efeitos neurotóxicos retardados, alterações cromossomiais e dermatites de contato
	Organoclorados	Náuseas, vômitos, contrações musculares involuntárias	Lesões hepáticas, arritmias cardíacas, lesões renais e neuropatias periféricas
	Piretroides sintéticos	Irritações das conjuntivas, espirros, excitação, convulsões	Alergias, asma brônquica, irritações nas mucosas, hipersensibilidade
Fungicidas	Ditiocarbamatos	Tonteiras, vômitos, tremores musculares, dor de cabeça	Alergias respiratórias, dermatites, doença de Parkinson, cânceres
	Fentalamidas	-	Teratogêneses
Herbicidas	Dinitroferóis e pentaclorofenol	Dificuldade respiratória, hipertermia, convulsões	Cânceres (PCP-formação de dioxinas), cloroacnes
	Fenoxiacéticos	Perda de apetite, enjoo, vômitos, fasciculação muscular	Indução da produção de enzimas hepáticas, cânceres, teratogêneses
	Dipiridilos	Sangramento nasal, fraqueza, desmaios, conjuntivites	Lesões hepáticas, dermatites de contato, fibrose pulmonar

Fonte: OPAS/OMS (1996).

2002) e desregulação endócrina do sistema reprodutivo masculino de ratos (HESS; NAKAI, 2000; NAKAI *et al.*, 2002; GRAY *et al.*, 1989, 1988). O carbendazim também foi responsável pela contaminação de suco de laranja brasileiro devolvido pelo governo americano, pois este agrotóxico teve o registro cancelado naquele país (FDA, 2012).

O procloraz, uma imidazolilcarboxamida, classificado como extremamente tóxico (classe I), e um desregulador endócrino de diferentes eixos, diminuindo a produção e síntese de hormônios corticosteróides e sexuais

masculinos e femininos e prejudicando diversas funções fisiológicas fundamentais a vida, como a fertilidade masculina, o metabolismo de nutrientes e a regulação do sistema imunológico (NORIEGA *et al.*, 2005; KJAERSTAD *et al.*, 2010; HIGLEY *et al.*, 2010; OHLSSON; ULLERAS; OSKARSSON, 2009; OHLSSON *et al.*, 2010; MULLER *et al.*, 2009; LAIER *et al.*, 2006; VINGGAARD *et al.*, 2005). Outro efeito grave observado foi o aparecimento de más-formações fetais em ratos (NORIEGA *et al.*, 2005).

O clorotanilil, isoftalonitrila (agrotóxico classe III), um carcinógeno não genotóxico (RAKITSKY; KOBLYAKOV; TURUSOV, 2000) também causou a embriotoxicidade em camundongos expostos por via oral (FARAG; KARKOUR; OKAZY, 2006; GREENLEE; ELLIS; BERG, 2004) e efeitos sobre o desenvolvimento de ratos (DE CASTRO; CHIORATO; PINTO, 2000).

O tebuconazole, do grupo químico triazol (classe IV), e um agrotóxico fungicida que provoca alteração na síntese de hormônios, na função reprodutiva de ratos, causando a feminilização dos machos expostos durante a gestação e lactação (TAXVIG *et al.*, 2007) e durante o desenvolvimento neuronal (MOSER *et al.*, 2001).

O α -endossulfan e o β -endossulfan, isômeros do endossulfan, são agrotóxicos inseticidas e provocam efeitos genotóxicos, pois induzem quebras na fita de ácido desoxirribonucleico (DNA), troca entre cromátides irmãs e aumento na frequência de micronúcleos (LU *et al.*, 2000; BAJPAYEE *et al.*, 2006), além da inibição da apoptose (ANTHERIEU *et al.*, 2007). O endossulfan e seus isômeros α e β induziram a proliferação, *in vitro*, de células de câncer de mama humanas – MCF-7 (JE *et al.*, 2005) e podem, dessa maneira, estar envolvidos no desenvolvimento de câncer de mama, provavelmente devido ao seu potencial estrogênico (SOTO; CHUNG; SONNENSCHNEIN, 1994).

O endossulfan pode afetar o sistema endócrino e o metabolismo orgânico, através de sua atividade nas glândulas hipófise, tireoide, suprarrenais, mamas, ovários e testículos, provocando efeitos no metabolismo do organismo e alterando a produção de hormônios, entre outros, do crescimento (GH), prolactina (PRL), adrenocorticotrófico (ACTH), estimulante da tireoide (TSH), folículo estimulante (FSH), luteinizante (LH), triiodotironina (T3), tiroxina (T4), hormônios sexuais (BELDOMENICO *et al.*, 2007) e outros componentes endócrinos (ARNOLD *et al.*, 1996). Esse organoclorado também causa atrofia testicular, hiperplasia da paratireoide, aumento de peso da glândula pituitária e do útero (ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY, 2002), redução da fertilidade feminina por endometriose (FOSTER; AGARWAL, 2002), redução da fertilidade masculina com prejuízo da

produção de espermatozoides, da qualidade do sêmen e da motilidade dos espermatozoides em roedores (DALSENTER *et al.*, 1999).

O endosulfan também é imunossupressor em baixas doses, causando a diminuição na produção de anticorpos humorais, na resposta de imunidade celular: diminuição da função dos macrófagos e decréscimo de níveis séricos de imunoglobulina G (IgG) (ATSDR, 2000; ABADIN; CHOU; LLADOS, 2007; AGGARWAL *et al.*, 2008) e indução da morte de células T *natural killer*, as quais atuam na supressão tumoral (KANNAN *et al.*, 2000). Dessa forma, o endosulfan agiria no desenvolvimento de tumores. O metamidofós, agrotóxico inseticida classificado como extremamente tóxico, apresenta efeito genotóxico, uma vez que induz a troca de cromátides irmãs *in vitro* e em roedores (NATURFORSCH, 1987) e aberrações cromossômicas na formação de micronúcleos em ratos Wistar. Foi positivo no teste de Ames nas cepas *Salmonella typhimurium* TA98 e TA100 (KARABAY; OGUZ, 2005). Ratos expostos ao metamidofós por via oral apresentaram diminuição dos níveis de T3, T4 e TSH (SATAR *et al.*, 2005) e alterações ultraestruturais da tireoide (SATAR *et al.*, 2008), atuando diretamente no tecido tireoidiano ou na regulação do eixo HPT – hipotálamo, pituitária e tireoide (SATAR *et al.*, 2008). Além desse importante eixo de regulação hormonal, o metamidofós também altera os níveis de ACTH, corticosterona e aldosterona (SPASSOVA; WHITE; SINGH, 2000).

O metamidofós, inseticida que também apresenta pronunciado efeito imunossupressor, diminui ainda a proliferação dos linfócitos T do timo e a capacidade de formar anticorpos (TIEFENBACH; WICHNER, 1985; TIEFENBACH; HENNINGHAUSEN; WICHNER, 1990).

O triclorfom, agrotóxico inseticida classificado como extremamente tóxico, tem efeitos sobre a reprodução e provoca a não disjunção cromossômica em diferentes tipos de célula (CUKURCAM *et al.*, 2004; YIN *et al.*, 1998; TIAN; ISHIKAWA; YAMAUCH, 2000; DOHERTY, 2006), induzindo ainda aneuploidias em espermátócitos de ratos (SUN, 2000). Efeitos semelhantes foram observados em estudos epidemiológicos humanos, como: a) anomalias congênitas e síndrome de Down em um vilarejo da Hungria onde as mulheres grávidas da região foram expostas ao triclorfom por meio da alimentação com peixes contaminados (CZEIZEL *et al.* 1993); b) aumento da incidência de quebra de cromossomos (BAO *et al.*, 1974 *apud* IPCS, 2000); c) aumento da incidência de quebra de cromátides de linfócitos (KIRALY *et al.*, 1979 *apud* IPCS, 2000).

O triclorfom é também considerado um desregulador endócrino pela agência federal de meio ambiente da Alemanha (UMWELTBUNDESAMT, 2001; HONG *et al.*, 2007), pois provoca vários efeitos no sistema reprodutivo, como diminuição do número de espermatozoides, do volume de líquido seminal, da motilidade e

viabilidade de espermatozoides (HANNA *et al.*, 1966; LEBRUN; CERF, 1960) e perdas embrionárias, anormalidades fetais, diminuição do número de fetos vivos e de taxas de gravidez, ausência de folículos primários (HALLENBECK; CUNNINGHAM-BURNS, 1985; DOULL *et al.*, 1962) e alterações estruturais na tireoide e adrenais em ratos (NICOLAU, 1983). Diversos estudos mostram que o triclorfom tem elevada capacidade de causar efeitos neurotóxicos como a síndrome colinérgica, a polineuropatia retardada, a esterase neuropática e a síndrome intermediária em seres humanos (VASILESCU; FLORESCU, 1980; JOHNSON, 1981; SHIRAIISHI *et al.*, 1983; VASILESCU; ALEXIANU; DAN, 1984; AKIMOV; KOLESNICHENKO, 1985; CSIK; MOTIKA; MAROSI, 1986; ABOU--DONIA; LAPADULA, 1990; DE FREITAS *et al.*, 1990; SHEETS *et al.*, 1997; LOTTI; MORETTO, 2005) e também sobre animais de laboratório (BERGE; NAFSTAD, 1986; MEHL *et al.*, 1994, 2000, 2007; HJELDE *et al.*, 1998; FONNUM; LOCK, 2000; FLASKOS *et al.*, 1999; HONORATO DE OLIVEIRA; MOREIRA; RIBEIRO GOES, 2002; ABDELSALAM, 1999; XIE *et al.*, 1998; SHEETS *et al.*, 1997; VARSIK *et al.*, 2005).

O triclorfom também provocou imunossupressão em peixes (SIWICKI *et al.*, 1990; DUNIER; SIWICKI; DEMAEL, 1991; CHANG *et al.*, 2006) e em células de camundongos (CASALE *et al.*, 1993) e de coelhos (DESI; VARGA; FARKAS, 1978, 1980).

A parationa metílica é um agrotóxico inseticida, classificado como extremamente tóxico (classe I), que causa mutação nos testes de Ames e aberrações cromossômicas e quebras de DNA em amostras biológicas de seres humanos expostos (HERBOLD, 1983; SUNIL KUMAR; ANKATHIL; DEVI, 1993; RASHID; MUMMA, 1984). Também provoca aberrações cromossômicas e indução de micronúcleos em roedores (MATHEW; VIJAYALAXMI; ABDUL RAHIMAN, 1992; VIJAYARAGHAVAN; NAGARAJAN, 1994; GROVER; MAHLI, 1985; NARAYANA *et al.*, 2005).

A parationa metílica também é um desregulador endócrino, uma vez que induz a hiperglicemia e a hipoinsulinemia em ratos (LUKASZEWICZ-HUSSAIN; MONIUSZKO-JAKONIUK; PAWŁOWSKA, 1985) e aumento da atividade de aromatase, enzima responsável pela conversão dos hormônios andrôgenos em estrógenos (LAVILLE *et al.*, 2006) e efeito estrogênico *in vitro* (PETIT *et al.*, 1997). Em aves, foi observada a diminuição dos níveis dos hormônios LH e testosterona, diminuição do peso dos testículos, do diâmetro dos túbulos seminíferos, do número de espermatozoides normais e alterações nas células germinativas (MAITRA; MITRA, 2008). Em ratos, foram observadas alterações na função reprodutiva de fêmeas com mudanças no ciclo estral (BUDREAU; SINGH, 1973; SORTUR; KALIWAL, 1999; RAO; KALIWAL; 2002; DHONDUP;

KALIWAL, 1997; ASMATHBANU; KALIWAL, 1997), na contagem e na morfologia de espermatozoides (NARAYANA *et al.*, 2006, 2005; MATHEW; VIJAYALAXMI; ABDUL RAHIMAN, 1992; SAXENA *et al.*, 1980), com repercussões no sistema reprodutivo de machos (MAITRA; MITRA, 2008) e fêmeas (RATTNER; SILEO; SCANES, 1982).

A parationa metílica também causou a diminuição da proliferação de linfócitos T (PARK; LEE, 1978; LEE; MOSCATI; PARK, 1979), inibição da quimiotaxia de neutrófilos humanos (LEE; MOSCATI; PARK, 1979), diminuição de IL-2 (LIMA; VEGA, 2005) e diminuição da produção de anticorpos (INSTITORIS *et al.*, 1992; CRITTENDEN; CARR; PRUETT, 1998). Intoxicações agudas em seres humanos foram observadas em diversos estudos (MCCANN *et al.*, 2002; RUBIN *et al.*, 2002a, 2002b; HILL Jr *et al.*, 2002; WASLEY *et al.*, 2002; REHNER *et al.*, 2000). Efeitos neurotóxicos em animais de laboratório corroboram os efeitos encontrados em seres humanos (SUN; MA; HO, 2003).

O forato, agrotóxico inseticida extremamente tóxico (classe I), e imunossupressor em camundongos em doses correspondentes a exposição ocupacional humana (MOROWATI, 1997). O forato provoca aberrações cromossômicas *in vivo* em células da medula óssea de ratos, como troca entre cromátides, quebra e deleção (MALHI; GROVER, 1987), clastogenicidade, aumento de recombinação em células de linfócitos humanas (SOBTI; KRISHAN; PFAFFENBERGER, 1982) e indução de micronúcleos (GROVER; MALHI, 1985). Em seres humanos, casos graves de intoxicação por forato foram registrados (MISSION, 2006; THANAL, 2001), mesmo diante da adoção de boas práticas de higiene e da utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) (KASHYAP *et al.*, 1984).

No quadro 1.3 relacionamos os problemas e/ou agravos a saúde causados pelos Ias de agrotóxicos em reavaliação/ou já banidos com as respectivas restrições ao uso nos vários países do mundo.

Embora brevemente aqui reunidas, as evidências já disponíveis de danos dos agrotóxicos a saúde alertam para a gravidade da problemática, na medida em que dialogam com os grupos de agravos prevalentes no perfil de morbimortalidade do país.

Entretanto, esse conhecimento nos permite visualizar apenas a ponta do *iceberg*, tendo em vista que a maioria dos estudos parte de análises em animais ou *in vitro*, e que tais estudos analisam a exposição a um único IA, situação rara no cotidiano das pessoas, que podem ingerir, em um só alimento, dezenas de IAs. Como se verá no item sobre os desafios ao conhecimento, muito pouco se sabe sobre os efeitos da exposição múltipla e a baixas doses.

Contaminação da água de consumo humano e da chuva por agrotóxicos

A problemática dos agrotóxicos em água para consumo humano no Brasil é tema pouco pesquisado e sobre o qual se dispõe de escasso número de fontes oficiais de informações acessíveis para consulta.

Segundo o Atlas de Saneamento e Saúde do IBGE, lançado em 2011, considerando os municípios que declararam poluição ou contaminação, juntos, o esgoto sanitário, os resíduos de agrotóxicos e a destinação inadequada do lixo foram relatados como responsáveis por 72% das incidências de poluição na captação em mananciais superficiais, 54% em poços profundos e 60% em poços rasos.

Na figura 1.4 se destacam os municípios que relataram poluição por agrotóxicos em água segundo o IBGE (2011).

Dados do MS analisados por Neto (2010) reportam que em 2008, da totalidade de sistemas de abastecimento de água (SAA) cadastrados no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), do Ministério da Saúde, 24% apresentavam informações sobre o controle da qualidade da água para os parâmetros agrotóxicos e apenas 0,5% apresentava informações sobre a vigilância da qualidade da água para tais substâncias (cujas responsabilidades são do setor Saúde). Cabe destacar que os dados apresentados se referem às médias de 16 unidades da federação, visto que 11 estados não realizaram tais análises e/ou não alimentaram o referido sistema de informações com dados de 2008 (NETO, 2010).

Ao analisarmos de forma retrospectiva as portarias que regulam os parâmetros de potabilidade da água brasileira, verificamos um aumento dos parâmetros a serem monitorados.

Na primeira norma de potabilidade da água do Brasil, a Portaria n. 56/1977, era permitida a presença de 12 tipos de agrotóxico, dez produtos químicos inorgânicos (metais pesados), nenhum produto químico orgânico (solventes) e nenhum produto químico secundário da desinfecção domiciliar.

Na segunda norma de potabilidade da água do Brasil, a Portaria MS n. 36/1990, era permitida a presença de 13 tipos de agrotóxico, 11 produtos químicos inorgânicos (metais pesados), sete produtos químicos orgânicos (solventes) e dois produtos químicos secundários da desinfecção domiciliar.

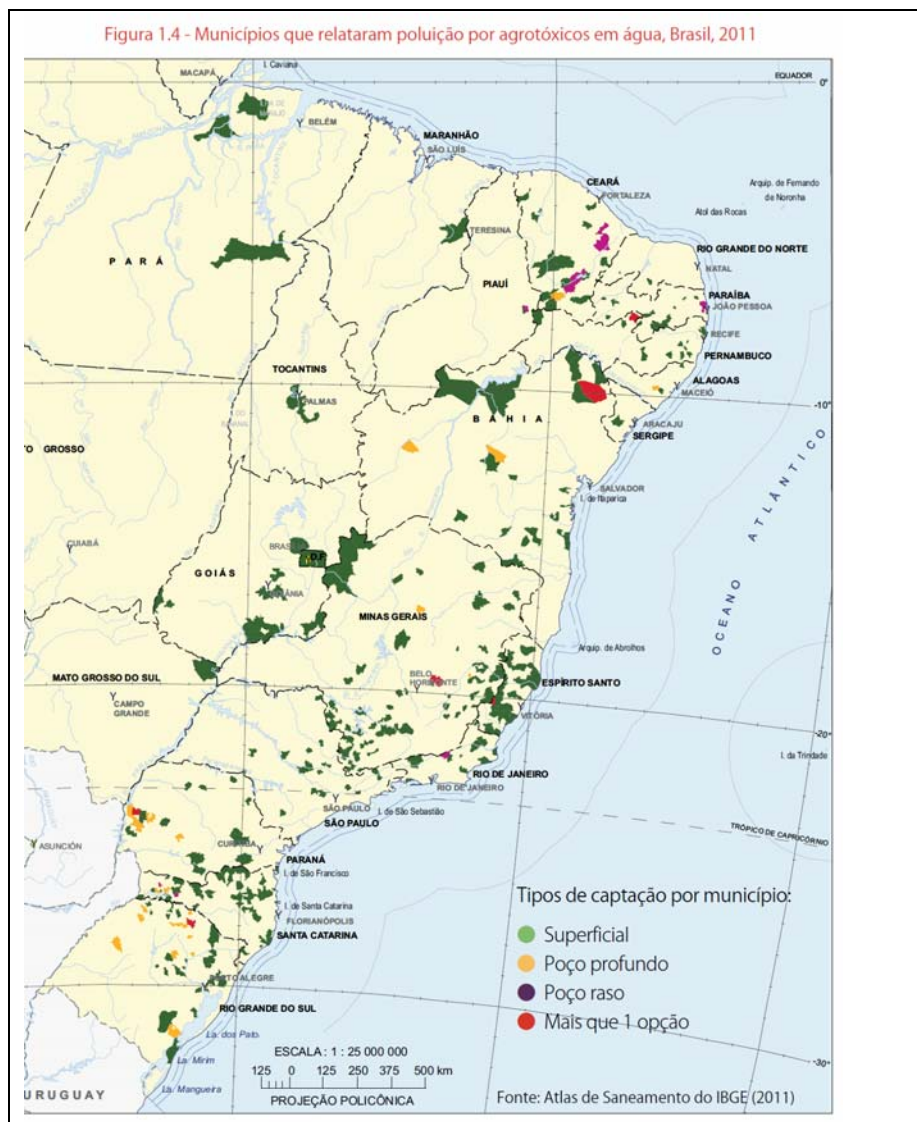
Na terceira norma de potabilidade da água do Brasil, a que esteve em recente revisão, a Portaria MS n. 518/2004, era permitida a presença de 22 tipos de agrotóxico, 13 produtos químicos inorgânicos (metais pesados), 13 produtos químicos orgânicos (solventes) e seis produtos químicos secundários da desinfecção domiciliar. Na quarta e recente portaria de

Quadro 1.3 - Efeitos tóxicos dos ingredientes ativos de agrotóxicos banidos ou em reavaliação com as respectivas restrições ao uso no mundo

AGROTÓXICOS	PROBLEMAS RELACIONADOS	PROIBIDO OU RESTRITO
Abamectina	Toxicidade aguda e suspeita de toxicidade reprodutiva do ingrediente ativo (IA) e de seus metabólitos	Proibido na Comunidade Europeia
Acefato	Neurotoxicidade, suspeita de carcinogenicidade e de toxicidade reprodutiva e necessidade de revisar a ingestão diária aceitável (IDA)	Proibido na Comunidade Europeia
Carbofurano	Alta toxicidade aguda, suspeita de desregulação endócrina	Proibido na Comunidade Europeia e nos Estados Unidos
Cihexatina	Alta toxicidade aguda, suspeita de carcinogenicidade para seres humanos, toxicidade reprodutiva e neurotoxicidade	Proibido na Comunidade Europeia, no Japão, nos Estados Unidos, no Canadá; uso exclusivo para cítrus no Brasil, 2010
Endossulfam	Alta toxicidade aguda, suspeita de desregulação endócrina e toxicidade reprodutiva	Proibido na Comunidade Europeia e na Índia (autorizada só a produção); a ser proibido no Brasil a partir de julho de 2013
Forato	Alta toxicidade aguda e neurotoxicidade	Proibido na Comunidade Europeia e nos Estados Unidos
Fosmete	Neurotoxicidade.	Proibido na Comunidade Europeia
Glifosato	Casos de intoxicação, solicitação de revisão da ingestão diária aceitável (IDA) por parte de empresa registrante, necessidade de controle de impurezas presentes no produto técnico e possíveis efeitos toxicológicos adversos	Revisão da ingestão diária aceitável (IDA)
Lactofem	Carcinogênico para humanos	Proibido na Comunidade Europeia
Metamidofós	Alta toxicidade aguda e neurotoxicidade	Proibido na Comunidade Europeia, na China e na Índia; a ser proibido no Brasil a partir de julho de 2012
Paraquate	Alta toxicidade aguda e toxicidade	Proibido na Comunidade Europeia
Parationa Metilica	Neurotoxicidade, suspeita de desregulação endócrina, mutagenicidade e carcinogenicidade	Proibido na Comunidade Europeia e na China
Tiram	Mutagenicidade, toxicidade reprodutiva e suspeita de desregulação endócrina	Proibido nos Estados Unidos
Triclorfom	Neurotoxicidade, potencial carcinogênico e toxicidade reprodutiva	Proibido na Comunidade Europeia; proibido no Brasil desde 2010

Fonte: ANVISA (2008); ANVISA; UFPR (2012).

potabilidade da água brasileira, a de n. 2.914/2011, e permitida a presença de 27 tipos de agrotóxico, 15 produtos químicos inorgânicos (metais pesados), 15 produtos químicos orgânicos (solventes), sete produtos químicos secundários da desinfecção domiciliar, além do uso de aliciadas nos mananciais e estações de tratamento.



A ampliação do número de substâncias químicas listadas na portaria que define os critérios de qualidade da água para o consumo humano reflete, ao longo do tempo, a crescente poluição do processo produtivo industrial que utiliza metais pesados e solventes, do processo agrícola que usa dezenas de agrotóxicos e fertilizantes químicos, e do processo de desinfecção doméstica, que utiliza muitos produtos poluentes. Essa ampliação pode levar à naturalização, e conseqüente banalização, da contaminação, como se essa grave forma de poluição fosse legalizada. Além disso, por que monitorar menos de 10% dos IAs oficialmente registrados no país? Se seria

inviável incluir na legislação o monitoramento de todos eles – cerca de seiscentos, e razoável aprovar o registro desses biocidas, abrigados no paradigma do “uso seguro”? Mesmo aqueles que já deveriam ser objeto de monitoramento, de acordo com a legislação atual, têm sido precariamente acompanhados, dada a insuficiência da rede pública de laboratórios de análises toxicológicas para atender ao uso massivo e crescente dos agrotóxicos no país, como se verá adiante. Há ainda um quarto problema a considerar, que é o estabelecimento de LMRs aceitáveis para cada um dos IAs, sem estabelecer um número máximo de ingredientes por amostra, a soma de suas concentrações ou seus efeitos combinados.

Em função dessa relativa ausência de informação, neste dossiê nos valeremos de estudos sobre a contaminação da água potável e chuva realizados em alguns estados brasileiros que utilizam os agrotóxicos de forma massiva, como Ceará e Mato Grosso.

Contaminação das águas por agrotóxicos no Ceará

A expansão da fronteira agrícola chega ao Semiárido do nordeste do Brasil com a implantação de empresas transnacionais e nacionais que, beneficiando-se do fácil acesso à terra e água, se voltam especialmente para a fruticultura irrigada e o cultivo de camarões para exportação. O modelo de produção do agro-hidronegócio caracteriza-se pelo monocultivo em extensas áreas, antecedido pelo desmatamento e conseqüente comprometimento da biodiversidade, e pela dependência do consumo intensivo de fertilizantes e agrotóxicos para atender as metas de produtividade.

No estado do Ceará, o “Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta a contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos” (Pesquisa apoiada pelo Ministério da Saúde e CNPq, MCT-CNPq/MS-SCTIE-DECIT/CT-Saúde – n. 24/2006) abordou dimensões da saúde dos trabalhadores e de saúde ambiental impactadas pelo processo de desterritorialização induzido pela modernização agrícola (RIGOTTO, 2011a). No estudo, verificou-se que, a exemplo do que vem ocorrendo no país, o consumo de agrotóxicos no estado tem se intensificado: aumento das vendas em cerca de 100%, passando de 1.649 toneladas de produtos comerciais de todas as classes em 2005, para 3.284 toneladas em 2009. Já em relação aos IAs, o acréscimo no mesmo período é de 963,3%, passando de 674 toneladas em 2005 para 6.493 toneladas em 2009 (MARINHO, 2010).

No que diz respeito a contaminação de alimentos, o estudo investigou a contaminação da água para consumo humano, com base nas preocupações

manifestadas pelas comunidades da Chapada do Apodi, nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré.

Tais comunidades são abastecidas pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), que procede a desinfecção da água que percorre os canais do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi utilizando pastilhas de cloro. Essa água pode ser contaminada pelos agrotóxicos nas diferentes formas de sua pulverização e de descarte de embalagens.

Entre aquelas se ressalta a pulverização aérea, adotada no cultivo da banana, e realizada de seis a oito vezes por ano, em áreas de cerca de 2.950 hectares, utilizando fungicidas de classes toxicológicas 1 e 2 (extremamente tóxico e altamente tóxicos) e classe ambiental 2 (muito perigoso).

Nesses canais, nas caixas d'água do SAAE e em poços profundos foram colhidas 24 amostras de água (em triplicata), as quais foram analisadas pelo Laboratório do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Ambientais Avançados da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a técnica de cromatografia líquida acoplada a espectrometria de massas com ionização electrospray (LC-MS). O equipamento é um cromatógrafo ESI-MS modelo LCQ-FLEET da Thermo Scientific. Os resultados mostraram a presença de agrotóxicos em todas as amostras, sendo importante destacar a presença de pelo menos três e até dez IAs diferentes em cada amostra, o que caracteriza a polixposição (quadro 1.4).

Ressalte-se que vários princípios ativos identificados nas amostras de água foram ou estão sendo reavaliados neste momento pela Anvisa, com vista a proibição ou restrição, como o glifosato, a abamectina, o carbofurano, o endossulfan e o fosmete.

Os dados do Relatório Final do Plano de Gestão Participativa dos Aquíferos da Bacia Potiguar, na porção relativa ao estado do Ceará, publicados pela Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (COGERH), corroboram a contaminação do Aquífero Jandaira: das dez amostras analisadas, seis revelaram a presença de agrotóxicos (quadro 1.5).

Contaminação das águas e da chuva por agrotóxicos no Mato Grosso

Mato Grosso é o maior produtor brasileiro de soja, milho, algodão e gado bovino, e no ano de 2010 cultivou 9,6 milhões de hectares entre soja, milho, algodão e cana e pulverizou nessas lavouras cerca de 110 milhões de litros de agrotóxicos (IBGE, 2011; INDEA-MT, 2011; PIGNATI; MACHADO, 2011). Destaca-se, dentre os cinco maiores produtores, o município de Lucas do Rio Verde, com 37 mil habitantes, que produziu em 2010 cerca de 420 mil hectares entre soja, milho e algodão e consumiu 5,1 milhões de litros de agrotóxicos nessas lavouras (IBGE, 2011; INDEA-MT, 2011).

Pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) analisaram o “acidente rural ampliado” ou a “chuva” de agrotóxicos que atingiu a zona urbana de Lucas do Rio Verde em 2006, quando os

Quadro 1.4 - Resultados das análises laboratoriais para identificação de resíduos de agrotóxicos na Chapada do Apodi, Ceará, 2009

LOCAL DA COLETA	AGROTÓXICOS ENCONTRADOS NAS AMOSTRAS
Torneira na localidade de Santa Fé	Fosetil, procimidona, tepraloxidim, flumioxacina, carbaril
Água na localidade de Santa Maria	Imidacloprido, procimidona, tepraloxidim, carbaril, azoxistrobina, fenitrotiona
Água do canal que vai p/ Sta. Maria	Carbaril, carbofurano, procimidona, fenitrotiona, tebuconazol, cletodim, endosulfan, abamectina
Água (tudo) casa de bomba 2	Carbofurano, procimidona, fenitrotiona, carbaril, procloraz, deltametrina, clorpirifós
Água na casa de bomba 4	Carbofurano, procimidona, fenitrotiona, carbaril
Água na casa de bomba 3	Procimidona, difenoconazol, carbaril, fosetil, carbofurano
Água Reservatório principal	Carbofurano, procimidona, carbaril, fenitrotiona
Água, na casa de bomba 1B	Imidacloprido, procimidona, carbaril, fenitrotiona
Água, na casa de bomba 5B	Carbofurano, procimidona, carbaril
Água, na casa de bomba 5A	Carbofurano, procimidona, tepraloxidim, carbaril, difenoconazol
Água, casa de bomba 6	Carbofurano, procimidona, carbaril, fenitrotiona
Água, na casa de bomba 7A	Carbofurano, procimidona, fenitrotiona, flumioxazina, carbaril, azoxistrobina
Água, na casa de bomba 7B	Carbofurano, procimidona, fenitrotiona, carbaril, cletodim
Água, na casa de bomba 8B	Fenitrotiona, procimidona, tepraloxidim, tebuconazol, carbaril, endosulfan, fosetil, carbofurano
Água na casa de bomba 8A	Carbofurano, procimidona, fenitrotiona, tepraloxidim, tebuconazol, flumioxazina, carbaril, difenoconazol, ciromazina, cletodim
Água de poço, região de Tomé, propriedade de Valdo de Cássia	Ciromazina, glifosato, carbofurano, fenitrotiona, procimidona, fenitrotiona, tepraloxidim, cletodim, difenoconazol, carbaril, abamectina, tebuconazol
Água de poço, região de Lagoa da Casca, propriedade de Pedro	Carbaril, procimidona, cletodim
Água de poço p/ abastecimento humano, Lagoa da Casca	Fosetil, carbaril, procimidona, tebuconazol, cletodim, abamectina
Água de poço para abastecimento humano, loc. Lagoa da Casca	Carbofurano, fenitrotiona, procimidona, tebuconazol, carbaril
Água de poço, região Carnaúba, propriedade de Bracache	Carbaril, carbofurano, procimidona, fenitrotiona, tepraloxidim, epoxiconazol, tebuconazol, cletodim
Água de poço, região Carnaúba, propriedade de Nonato de Jesom	Glifosato, ciromazina, carbaril, carbofurano, fenitrotiona, procimidona
Água de poço, região Carnaúba, propriedade de Dagoberto	Glifosato, carbaril, carbofurano, procimidona, fenitrotiona, tebuconazol
Água no Centro de abastecimento humano SAAE, região Cabeça Preta	Glifosato, carbaril, carbofurano, procimidona, epoxiconazol, endosulfan, abamectina

Fonte: MARINHO (2010).

Quadro 1.5 - Resultados das análises de resíduos de agrotóxicos na água da Bacia Potiguar, 2009

n	Amostra	Jun/2008 Agrotóxico	Jun/2008 Conc. (µg/l)	Out/2008 Agrotóxico	Out/2008 Conc. (µg/l)
1	COG/TAN/0017	-	-	-	-
2	COG/TAN/0001	Ciromazina Diazinona	0,02 0,03	- -	- -
3	COG/ALS/0005	Diazinona	0,01	-	-
4	COG/LIN/0017	-	-	-	-
5	COG/QUE/0030	Diazinona	0,01	-	-
6	COG/QUE/0083	-	-	-	-
7	COG/QUE/0043	Flutriafol	0,01	-	-
8	COG/QUE/0105	-	-	-	-
9	COG/QUE/0137	-	-	-	-
10	COG/QUE/0020	Flutriafol Propiconazol (I e II)	0,02 0,05	Ametrina	0,03

Fonte: MARINHO (2010).

fazendeiros dessecavam soja transgênica para a colheita com paraquat em pulverização aérea no entorno da cidade, ocasionando a “queima” de 180 canteiros de plantas medicinais no centro da cidade e de hortaliças em 65 chácaras do entorno da cidade, e desencadeou um surto de intoxicações agudas em crianças e idosos (PIGNATI; MACHADO; CABRAL, 2007; MACHADO, 2008).

Durante os anos de 2007 a 2010 realizou-se em Lucas Rio Verde uma pesquisa da UFMT e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), coordenada por Moreira e colaboradores (2010) em conjunto com professores e alunos de quatro escolas – uma no centro da cidade, outra na interface urbano-rural e duas escolas rurais –, na qual se avaliaram alguns componentes ambientais, humanos, animais e epidemiológicos relacionados aos riscos dos agrotóxicos. Os dados foram coletados e analisados, e demonstraram:

- a) exposição ambiental/ocupacional/alimentar de 136 litros de agrotóxicos por habitante durante o ano de 2010 (MOREIRA *et al.*, 2010; IBGE, 2011; INDEA-MT, 2011);
- b) as pulverizações de agrotóxicos por avião e trator eram realizadas a menos de dez metros de fontes de água potável, de córregos, de criação de animais, de residências e periferia da cidade, desrespeitando o Decreto MT n. 2.283/2009 (MATO GROSSO, 2009), que limita a trezentos metros a pulverização por trator ou por pulverizador costal daquelas localidades, assim como a Instrução Normativa do MAPA n. 02/2008, que limita a quinhentos metros a pulverização aérea de agrotóxicos daquelas localidades (BRASIL. MAPA, 2008; MOREIRA *et al.*, 2010);
- c) contaminação com resíduos de vários tipos de agrotóxico em 83% dos 12 poços de água potável das escolas, em 56% das amostras de chuva (pátio das escolas) e em 25% das amostras de ar (pátio das escolas) monitoradas por dois anos (MOREIRA *et al.*, 2010);
- d) presença de resíduos de vários tipos de agrotóxico em sedimentos de duas lagoas, semelhantes aos tipos de resíduo encontrados no sangue de

sapos, sendo que a incidência de má-formação congênita nesses animais foi quatro vezes maior do que na lagoa-controle (MOREIRA *et al.*, 2010).

Contaminação de leite materno por agrotóxicos

Parte dos agrotóxicos utilizados tem a capacidade de se dispersar no ambiente, e outra parte pode se acumular no organismo humano, inclusive no leite materno. O consumo do leite contaminado pode provocar agravos a saúde dos recém-nascidos, por sua maior vulnerabilidade a exposição a agentes químicos presentes no ambiente, por suas características fisiológicas e por se alimentarem quase exclusivamente com o leite materno até os 6 meses de idade. Foi realizada pesquisa na UFMT com o objetivo de determinar resíduos de agrotóxicos em leite de mães residentes em Lucas do Rio Verde (PALMA, 2011).

Foram coletadas amostras de leite em 62 nutrizas que se encontravam amamentando da segunda a oitava semana após o parto. Dez substâncias – trifluralina, α -hexaclorociclohexano ou α -HCH, lindano, aldrim, α -endossulfan, p,p'-diclorodifenildicloroetano (DDD), β -endossulfan, p,p'-diclorodifeniltricloroetano (DDT), cipermetrina e deltametrina – foram determinadas com método multirresíduo com extração por ultrassom e dispersão em fase sólida, elite, e identificação e quantificação (padronização interna, heptacloro) por cromatografia gasosa com detector de captura de elétrons (GC-ECD).

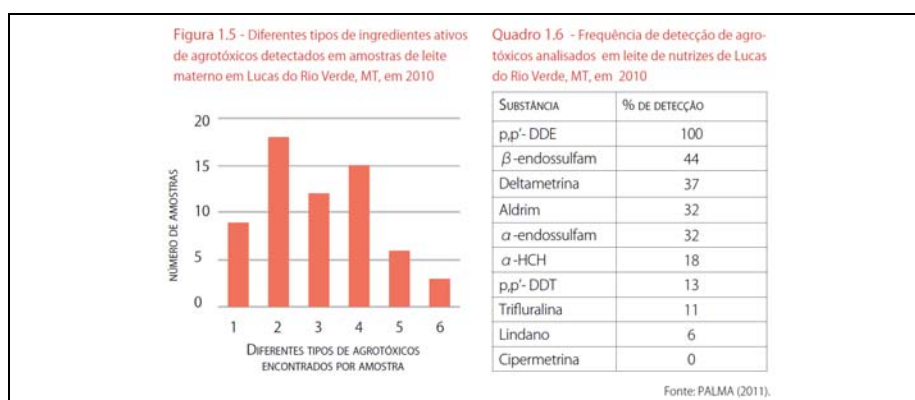
Extrações sucessivas foram feitas com n-hexano: acetona, (1:1, v/v) e n-hexano: diclorometano (4:1, v/v). As análises foram feitas em duplicata.

A maioria das doadoras (95%) tinha, em média, idade de 26 anos, e 30% eram primíparas e residiam na zona urbana do município. Todas as amostras analisadas apresentaram pelo menos um tipo de agrotóxico analisado, conforme observado na figura 1.5.

Observa-se que na maioria das amostras foi detectado mais de um tipo de agrotóxico. A frequência de detecção de cada agrotóxico é apresentada no quadro 1.6. Todas as amostras de leite materno de uma amostra de 62 nutrizas de Lucas do Rio Verde apresentaram contaminação com pelo menos um tipo de agrotóxico analisado. Os resultados podem ser oriundos da exposição ocupacional, ambiental e alimentar do processo produtivo da agricultura que expõe a população a 136 litros de agrotóxico por habitante na safra agrícola de 2010. Nessa exposição estão incluídas as gestantes e nutrizas, que podem ter sido contaminadas nesse ano ou em anos anteriores (PALMA, 2011; PIGNATI; MACHADO, 2011).

Nero e colaboradores (2007) analisaram não leite humano, mas 209 amostras de leite de vaca *in natura*, obtidas em quatro estados brasileiros – São Paulo (Botucatu), Paraná (Londrina), Minas Gerais (Viçosa) e Rio Grande do Sul (Pelotas) –, e encontraram resíduos de OPs e/ou carbamatos

em 93,8% das amostras avaliadas. Os autores alertaram para os riscos a que os consumidores estão sujeitos em decorrência da alta frequência de exposição a essas substâncias, que podem permanecer nos alimentos mesmo após a pasteurização ou esterilização (NERO *et al.*, 2007).



(parte do Dossiê Abrasco, http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf, acessado em 20/12/2015 às 14:34 hs.)

7.4 Os agrotóxicos e a força das multinacionais

04 de setembro de 2008

por Bruno Milanez é pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz). Marcelo Firpo de Souza Porto é pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz). Jeffer Castelo Branco é membro da Associação de Combate aos Poluentes (ACPO). Jean-Pierre Leroy é assessor da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Zuleica Nycs é membro da Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte (Apromac)

Palavras chave: Agrotóxicos, multinacionais, intoxicação, trabalhadores rurais

Enquanto pesquisas acusam a contaminação de vários alimentos e milhares de casos de intoxicação humana, especialmente de trabalhadores rurais, a Justiça brasileira suspende reavaliação pela Anvisa de agrotóxicos que são proibidos na Europa e garante a expansão do segundo maior mercado mundial.

O Brasil é o segundo maior consumidor mundial de agrotóxicos¹. Entre 2002 e 2007, o faturamento líquido do setor passou de US\$ 1,9 bilhão a US\$ 5,4 bilhões² e tudo indica que o crescimento deve continuar, graças ao fortalecimento do modelo exportador de *commodities* agrícolas, que, diferentemente da alternativa agroecológica, trata a biodiversidade como praga a ser combatida. O lucro fica na mão de poucos: apenas dez empresas respondem por 90% do mercado nacional³ – Bayer (Alemanha), Syngenta (Suíça), Basf (Alemanha), Monsanto (EUA), Dow

Chemical (EUA), Milenia/Makteshim Agan (Israel), DuPont (EUA), FMC (EUA), Nortox (Brasil) e Arysta (Japão).

Por comercializarem produtos com grande impacto sobre a saúde e o meio ambiente, essas companhias têm procurado construir uma imagem positiva e vêm se apresentando como social e ambientalmente responsáveis. Assim, algumas delas – Syngenta, Basf, Monsanto, Dow, Milenia e DuPont – integram o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, uma associação “criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa”. Segundo o próprio Instituto Ethos, “responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona”⁴.

Existe também um grupo mais seletivo, formado por Bayer, Syngenta, Basf e DuPont, que participa do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), uma coalizão de empresas que tem como objetivo “integrar os princípios e práticas do desenvolvimento sustentável no contexto de negócio, conciliando as dimensões econômica, social e ambiental”. Para eles, o termo *desenvolvimento sustentável* significa “conciliar as necessidades econômicas, sociais e ambientais sem comprometer o futuro de quaisquer dessas demandas”⁵.

Uma terceira associação na qual essas empresas têm igualmente um envolvimento ativo é o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), a principal entidade representativa dos produtores de agrotóxicos do país. As empresas líderes do mercado possuem uma atuação de destaque dentro do Sindag e ocupam posições importantes na diretoria, incluindo a presidência (Syngenta), a vice-presidência (FMC e DuPont), a diretoria administrativa (Milenia) e a diretoria financeira (BASF), assim como a suplência (Bayer, Dow, Monsanto e Arysta)⁶.

Apesar de tratar-se das mesmas companhias, a atuação do Sindag parece pouco convergente com o discurso adotado pelo Instituto Ethos e pelo CEBDS. Um exemplo é a liminar obtida pelo sindicato no início do mês de julho, que interrompeu o processo de reavaliação de agrotóxicos realizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Ministério da Saúde.

A reavaliação é uma prática possível graças à constante inovação e pesquisa realizadas pelo setor químico e pelas áreas de saúde pública e meio ambiente. A partir de seus resultados, um agrotóxico poderia ser retirado do mercado por vários motivos: quando as pesquisas apontassem para novos riscos à saúde humana ou ambiental; sempre que fosse percebida uma perda de efetividade, ou seja, os insetos ou ervas desenvolvessem resistência ao veneno; ou se produtos menos tóxicos fossem desenvolvidos para substituir os antigos. Além disso, ao contrário do processo de registro, no qual as fabricantes são as principais fornecedoras da informação sobre a toxicidade dos agrotóxicos, o procedimento de reavaliação conta com informações obtidas de instituições independentes. Iniciativas como essas permitiram ao governo proibir o uso de produtos como o DDT, em 1998, e o monocrotofos, em 2006.

A redução contínua da toxicidade nesses produtos é uma estratégia fundamental para a diminuição dos casos de envenenamento químico no Brasil. Segundo o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, em 2006 os agrotóxicos

de uso agrícola e doméstico foram, respectivamente, a segunda e a terceira causa de intoxicações humanas no país. Contabilizaram-se quase 9.600 registros, 17% acima do ano anterior⁷. E esses dados representam apenas a ponta do iceberg, pois as estimativas indicam que, para cada intoxicação por agrotóxico notificada, há outras 50 não comunicadas⁸. A maior parte delas ocorre no campo, entre trabalhadores rurais, incluindo mulheres e crianças. Essa situação decorre da combinação de inúmeros fatores, tais como a elevada toxicidade dos produtos, a forma irresponsável com que são vendidos, a falta de orientação adequada aos usuários e o baixo nível de informação e treinamento dos agricultores. Uma pesquisa realizada no norte do país mostrou que muitos agricultores desconheciam o código de cores utilizado para classificar o nível de toxicidade dos produtos (vermelho para extremamente tóxico, amarelo para muito tóxico etc.). Além disso, mais de 75% dos entrevistados afirmaram não ler a bula e nenhum deles conseguiu explicar corretamente o significado de pelo menos cinco dos 14 pictogramas utilizados para instruir analfabetos sobre o uso de máscara e luvas de proteção, entre outros⁹.

Contaminação da comida

E o risco de intoxicação não se restringe apenas aos trabalhadores rurais e seus familiares: utilizados incorretamente, os agrotóxicos contaminam a comida que vai para mesas de todo o país. Para quantificar esse problema e alertar a população, em 2001 a Anvisa iniciou o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, que busca identificar o excesso de químicos nos alimentos e o uso de agrotóxicos em culturas para as quais eles não são indicados. A avaliação de 2007 indicou que 45% das amostras de tomate, 43% das de morango e 40% das de alface apresentavam situação insatisfatória quanto à presença desses produtos¹⁰.

É fundamental destacar também que processos de reavaliação ocorrem em todo o mundo, não sendo exclusividade do Brasil. Na Europa, a Diretiva 91/414/EEC criou um programa para rever sistematicamente as substâncias ativas usadas em agrotóxicos em circulação no mercado. Segundo essa diretiva, um produto deve ter sua aprovação válida por período não superior a dez anos e o registro pode ser revisto a qualquer momento. Nos Estados Unidos, a Agência de Proteção Ambiental vem desenvolvendo um amplo programa de “re-registro”, uma revisão completa dos efeitos dos agrotóxicos sobre o meio ambiente e a saúde humana. Estão sob análise aproximadamente 1.150 ingredientes ativos, organizados em 613 grupos de agrotóxicos. Nos últimos anos, 229 deles tiveram seu registro cancelado¹¹, uma demonstração de que esses instrumentos de reavaliação de agrotóxicos são fundamentais para evitar que os trabalhadores rurais, a população em geral e os ecossistemas corram riscos desnecessários.

No Brasil, segundo o decreto nº 4.074/2002, “cabe aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Saúde e do Meio Ambiente, no âmbito de suas respectivas áreas de competências (...), promover a reavaliação de registro de agrotóxicos (...) quando surgirem indícios da ocorrência de riscos que desaconselhem o uso de produtos registrados”. A iniciativa é muito importante, pois, ao contrário dos medicamentos, o registro de um agrotóxico não tem prazo de

validade. Portanto, somente após a reavaliação o governo pode retirar do mercado produtos obsoletos ou que já possuem substitutos menos tóxicos.

Danos em longo prazo

A reavaliação de agrotóxicos no país vem sendo realizada pela Anvisa desde 2000 e prioriza os produtos com toxicidade aguda ou com possibilidade de causar danos em longo prazo, como câncer e má-formação fetal. Até este ano, a reavaliação era discutida e acompanhada por representantes da Anvisa, do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), do Ministério da Agricultura, do Sindag e da comunidade científica. A partir de julho de 2008, com a publicação da RDC 48/2008 pela Anvisa, um novo procedimento foi adotado: a comissão de avaliação passou a ser formada apenas por representantes da Anvisa, Ministério da Agricultura e Ibama, e foram incluídas consultas e audiências públicas, permitindo assim que membros da sociedade como um todo possam participar do processo. Durante a reavaliação, um produto não é necessariamente proibido: dependendo das informações obtidas pela Anvisa, o registro do agrotóxico pode ser mantido, alterado ou suspenso. Em casos extremos a solução obviamente é sua proibição.

Para 2008, a Anvisa havia programado a reavaliação de 14 substâncias, escolhidas principalmente com base na literatura científica existente, bem como nas novas restrições estabelecidas no cenário internacional. Desse total, o Sindag conseguiu, com a liminar obtida na Justiça, interromper a reavaliação de nove princípios ativos (triclorfom, parationa metílica, metamidofós, fosmete, carbofurano, forato, endossulfam, paraquate e tiran). O quadro ao lado resume a situação de três desses agrotóxicos.

Ao invés de apoiarem o processo de reavaliação, que busca reduzir a exposição da população a diferentes produtos de alta toxicidade, as empresas ligadas ao Sindag opuseram-se à movimentação da Anvisa. Dessa forma, de acordo com a decisão nº 69/2008 do Juiz Federal Substituto da 13ª Vara do Distrito Federal e “a fim de evitar qualquer dano às empresas”, foi determinado que a Anvisa se absteresse de suspender ou restringir a comercialização de diversos agrotóxicos, até que a regularidade formal da reavaliação fosse analisada. Em outras palavras, por questões formais, a Justiça vem adiando ações que poderiam evitar a intoxicação de muitas pessoas.

Embora representantes do Sindag afirmem que o sindicato “não quer impedir a reavaliação dos agrotóxicos”¹², novamente seu discurso parece incoerente com a prática das empresas. Em abril de 2008, a companhia japonesa Arysta conseguiu um mandado de segurança que obriga a Anvisa a manter o registro dos agrotóxicos produzidos a partir do acefato¹³, um produto proibido na Europa desde 2003. Em julho, a italiana Sipcam Isagro entrou na Justiça com um pedido de anulação do processo de reavaliação da cihexatina, numa tentativa de impedir que a Anvisa publique as restrições a esse agrotóxico¹⁴, cujo uso foi cancelado na Europa em abril deste ano.

De acordo com pesquisa divulgada nos fóruns de saúde ambiental, ações dessa natureza também vêm sendo praticadas em outras localidades da América Latina. Na América Central, desde 1997 empresas do setor vêm participando das

negociações sobre a unificação aduaneira na região. Essas companhias fazem *lobbies* pela criação do Registro Único de Agrotóxicos, um mecanismo que estabelecerá uma “equivalência” de todos os sistemas de registro nacionais, independentemente dos seus graus de exigência. Por meio dele, um produto que fosse registrado em um país poderia circular livremente por toda a região, livre das proibições feitas pelas demais nações¹⁵.

Os interesses obscuros das corporações

Dessa forma, o comportamento dessas empresas desperta muitas questões que dificilmente poderiam ser respondidas de uma perspectiva de responsabilidade corporativa: qual é o real interesse e motivação das companhias associadas ao Sindag quando decidem adiar o processo de reavaliação, cujo objetivo é proteger a saúde da população? Aquelas que já possuem produtos substitutos menos tóxicos não deveriam apoiar a Anvisa no banimento de agrotóxicos obsoletos? É possível avaliar eticamente empresas que vendem no mercado global produtos banidos em seu país de origem?

A consequência dessa atuação nós já sabemos: a Anvisa vem sendo impedida de realizar uma de suas atribuições fundamentais, que é proteger a saúde da população. Nesse contexto, é fundamental que seja amplamente divulgada à sociedade a tentativa das indústrias, inclusive de grandes transnacionais, de dificultar a atuação reguladora dos órgãos de saúde pública. O Poder Judiciário também não pode permitir que uma medida ligada à garantia do direito à saúde dos cidadãos brasileiros seja flexibilizada em nome de interesses privados de empresas cujas atividades têm resultado na intoxicação de trabalhadores, contaminação de ecossistemas e diminuição da qualidade de nossos alimentos.

À Anvisa deve ser garantido o poder de regular os agrotóxicos no Brasil. E à sociedade, o direito de participar e decidir sobre a utilização desses venenos. Além disso, esta discussão traz à tona outra maior: se queremos um modelo agrário baseado em monoculturas para exportação ou se entendemos a necessidade de alternativas de transição agroecológica, que apontem para um modo de produção eficiente, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Notas:

1 Invertia, “Brasil caminha para liderar uso de defensivo agrícola”, disponível em <http://br.invertia.com/>

2 Abiquim, “A indústria química brasileira em 2007”, disponível em www.abiquim.org.br/

3 L. O. M. Velasco e L. X. L. Capanema, “O setor de agroquímicos”, *BNDES Setorial* 24, 2006.

4 Instituto Ethos, “Perguntas frequentes”, disponível em www.ethos.org.br

5 CEBDS, “Missão”, disponível em www.cebds.org.br

6 Sindag, “Institucional”, disponível em www.sindag.com.br/

7 Sinitox, “Casos registrados de intoxicação humana e envenenamento. Brasil, 2006”, disponível em www.fiocruz.br/sintox/2006/brasil2006.htm

8 Frederico Peres, Brani Rozemberg, Sérgio Rabello Alves *et al.*, “Comunicação relacionada ao uso de agrotóxicos em região agrícola do estado do Rio de Janeiro”, *Revista Saúde Pública* n° 35, 2001.

9 A. V. Waichman, E. Eve, N. C. S. Nina, “Do farmers understand the information displayed on pesticide product labels? A key question to reduce pesticides exposure and risk of poisoning in the Brazilian Amazon”, *Crop Protection*, 2007.

10 Anvisa, “Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos, 2007”, disponível em www.anvisa.gov.br/toxicologia/residuos/index.htm

11 EPA, “Pesticide reregistration facts”, disponível em www.epa.gov/pesticides/resgistration_facts.htm

12 Edson Pereira Filho, “Anvisa tenta retomar controle de agrotóxicos”, *Folha de Londrina*, 21/7/08.

13 Tribunal Regional Federal do Distrito Federal. Consulta Processual – Processo nº 2007.34.00.042525-4, disponível em www.trf1.gov.br/
14 Tribunal Regional Federal do Distrito Federal. Consulta Processual – Processo nº 2008.34.00.022395-5, disponível em www.trf1.gov.br/
15 E. Rosenthal, “Who’s afraid of national laws? Pesticide corporations use trade negotiations to avoid bans and undercut public health protections in Central America”, *International Journal of Environmental Health*, 2005.
(<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=397>, acessado em 27/10/2010, às 09:12 hs)

7.5 Brasil: O maior consumidor de agrotóxicos agrícolas.

Entrevista especial com Maria José Guazzelli
8 de junho de 2009

Para Maria José, a expansão da fronteira agrícola brasileira “é uma das causas do aumento do consumo de agrotóxicos juntamente com os cultivos de transgênicos” no país. E acrescenta: “*Não por coincidência, algumas das maiores empresas de sementes do mundo, que controlam grande parte do mercado mundial de sementes proprietárias estão também entre as maiores empresas de agrotóxicos do mundo, como a Monsanto, a Dupont, a Bayer e a Syngenta*”.

A nanotecnologia oferece novas oportunidades para indústrias ligadas à cadeia de produção agrícola, mas pode gerar enormes riscos para saúde e o meio ambiente. “*Como são regidas pelas leis da física quântica, as nanopartículas apresentam comportamentos distintos dos habituais para materiais em escala macroscópica. Testes de laboratório mostraram, por exemplo, que nanopartículas de óxidos de metais podem penetrar nas células e danificar o DNA. Devido ao tamanho diminuto, partículas não são retidas pela barreira do cérebro ou pela da placenta*”, adverte a fundadora do Centro Ecológico do município de Ipê, Rio Grande do Sul.

Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, a pesquisadora assinala que genes de plantas geneticamente modificadas são transferidos para bactérias intestinais humanas. No caso dos cultivos Bt, ressalta, “*nos quais toda a planta é transformada num agrotóxico pela transgenia, se os genes Bt forem transferidos, eles poderiam fazer nossas bactérias intestinais tornarem-se fábricas vivas de agrotóxicos*”. Com isso, destaca, aumenta a probabilidade de os transgênicos serem responsáveis por doenças toxológicas. Para Maria José, a expansão da fronteira agrícola brasileira “é uma das causas do aumento do consumo de agrotóxicos juntamente com os cultivos de transgênicos” no país. E acrescenta: “*Não por coincidência, algumas das maiores empresas de sementes do mundo, que controlam grande parte do mercado mundial de sementes proprietárias estão também entre as maiores empresas de agrotóxicos do mundo, como a Monsanto, a Dupont, a Bayer e a Syngenta*”. Maria José Guazzelli é engenheira agrônoma, formada pela Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do

Sul (UFRGS), e na década de 1980, participou na elaboração da Lei dos Agrotóxicos do Rio Grande do Sul (Lei 7747/82). Ela é coautora do livro *Agropecuária sem veneno*, tradutora dos livros *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos – Teoria da trofobiose*, de Francis Chaboussou; *Agroecologia*, de Stephen Gliessman, *Nanotecnologia – Os riscos da tecnologia do futuro*, do Grupo ETC, e *Roleta genética – Riscos documentados dos alimentos transgênicos sobre a saúde*, de Jeffrey Smith.

IHU On-Line – Quais são os venenos mais usados nas lavouras brasileiras e em que medida isso é feito?

Maria José Guazzelli - *O Brasil, em 2008, tornou-se o maior consumidor mundial de venenos agrícolas (733,9 milhões de toneladas), ultrapassando os Estados Unidos (646 milhões de toneladas). Em 2007, as vendas no Brasil significaram 5,372 bilhões de dólares e em 2008, 7,125 bilhões. A cultura que mais consome agrotóxico é a soja. No total, os herbicidas representam cerca de 45% das vendas, os inseticidas 29%, e os fungicidas 21%. De acordo com dados da Anvisa de 2008 e de 2009, mais 15% dos alimentos no país têm resíduos de agrotóxicos em excesso. Para a Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal), o massivo uso de agrotóxicos é chamado de “emprego intensivo de tecnologia”, e o mercado brasileiro tem potencial para “avanço mais consistente no futuro”. Boa parte dessa consistência deve-se às variedades transgênicas.*

IHU On-Line – A evolução da transgenia é o principal fator para o aumento do uso de agrotóxicos nas lavouras?

Maria José Guazzelli - *A expansão da fronteira agrícola no Brasil também é uma das causas do aumento do consumo de agrotóxicos juntamente com os cultivos transgênicos. Não por coincidência, algumas das maiores empresas de sementes do mundo, que controlam grande parte do mercado mundial de sementes proprietárias, estão também entre as maiores empresas de agrotóxicos do mundo, como a Monsanto, a Dupont, a Bayer e a Syngenta. Em 1994, foram consumidas cerca de 800 toneladas de herbicidas no Brasil e, em 1998, aproximadamente 1400, coincidindo com o período de introdução da soja transgênica no país. A pauta atual da CTNBio mostra bem que os transgênicos fazem sua parte no consumo de agrotóxicos. Dos seis pedidos para liberação comercial de sementes transgênicas, quatro delas são modificadas para tolerar aplicações de herbicidas e uma é Bt e tolerante a herbicida. Dos 45 pedidos de variedades que estão sendo testadas a campo, 41 são para plantas tolerantes a herbicidas, ou seja, 91% do total. Um dado interessante é que o único estudo de alimentação de humanos com cultivos transgênicos mostrou que genes das plantas são transferidos para bactérias intestinais humanas. No caso de cultivos Bt, nos quais toda a planta é transformada num agrotóxico pela transgenia, se os genes Bt forem transferidos eles poderiam fazer nossas bactérias intestinais tornarem-se fábricas vivas de agrotóxicos. Não por acaso, a Academia Americana de Medicina Ambiental divulgou documentos sobre alimentos transgênicos pedindo uma moratória imediata e afirmando que “os produtos transgênicos representam um sério risco à saúde nas áreas da toxicologia, alergias, funções imunológicas, saúde reprodutiva, metabolismo, fisiologia e saúde genética”.*

IHU On-Line – Qual é a composição do Roundup e por que ele é considerado um dos agrotóxicos mais prejudiciais?

Maria José Guazzelli - *O Roundup é um herbicida à base de glifosato muito usado por agricultores, jardineiros e órgãos públicos para o controle de ervas indesejadas. A maioria dos transgênicos cultivados hoje no Brasil são variedades resistentes a esse produto. É bastante difundido, especialmente pela indústria, que o glifosato é menos prejudicial que outros herbicidas. A Anvisa o classifica como Classe IV (faixa verde). A toxicidade aguda do glifosato é relativamente baixa, mas o Roundup é composto de glifosato e mais um surfactante. O surfactante chamado POEA aumenta a eficácia do produto bem como os riscos pelo seu uso. Por ser um produto sistêmico, o Roundup é absorvido por sementes e frutas. O produto também é tóxico para animais aquáticos (experimentos com rãs, nos EUA, mostraram que mais de 80% dos adultos expostos ao Roundup, em proporções normais morreram em 24 horas). Ele pode ser absorvido pela pele e mucosas agindo no sistema nervoso, afetando os músculos. Além disso, provoca hipotensão arterial, dores intestinais, vômito, diarreia, dor de cabeça, tontura, ardência nos olhos, visão borrada e dificuldade de respirar. É um disruptor endócrino (provoca danos no DNA) e pode ativar o desenvolvimento de câncer e de outras anomalias que favorecem abortos espontâneos, nascimentos prematuros e má formações em recém-nascidos. Algumas horas de exposição ao Roundup, em concentração 10 vezes mais baixa do que a usada na agricultura, é tóxica para células da placenta humana. Em diluições de até 10.000 vezes, o Roundup altera a produção hormonal das células placentárias. Níveis extremamente baixos de produção ao Roundup podem resultar em produção 90% mais baixa de hormônios sexuais masculinos. Como um disruptor endócrino sintético, em bebês, oferece risco de danos sexuais, cognitivos, de desenvolvimento físico e do sistema imunológico permanentes. No Rio Grande do Sul, estudo em ratos mostrou aumento no percentual de espermatozoides anormais durante a puberdade e a redução da produção diária e do número de espermatozoides em adultos. Pesquisa recente na Argentina mostrou que este agrotóxico produz alterações intestinais, cardíacas e deformações e alterações neuronais em embriões anfíbios mesmo em doses muito inferiores às usadas na agricultura. Quando a soja RoundupReady da Monsanto foi liberada, o governo, por meio da Anvisa e do Ministério da Saúde, aumentou em 50 vezes o Limite Máximo de Resíduos (LMR) permitido do glifosato na soja para que o grão pudesse ser legalmente comercializado (de 0,2 mg/kg para 10 mg/kg).*

IHU On-Line - Qual é a relação dos agrotóxicos com o desenvolvimento da doença de Parkinson? Que outras doenças podem surgir?

Maria José Guazzelli - *Já em 2000, há referência de estudo em cobaias publicado no Journal of Neuroscience indicando que a exposição simultânea ao herbicida Gramoxone (Paraquat) e ao fungicida Maneb, ambos bastante usados na agricultura, é fator determinante no desencadeamento do mal de Parkinson. Levantamento recente feito com trabalhadores rurais mostrou resultados similares. Da mesma forma, em 2008, estudo realizado na Duke University, Durham, North Carolina, constatou que dos pacientes com Parkinson, mais de 61 % relatavam contato direto com aplicação de agrotóxicos quando comparados com parentes saudáveis. O Mal de Alzheimer, por exemplo. Não tenho lembrança de estudos para discorrer mais sobre este aspecto. Há agrotóxicos com características bem distintas que começam a ser usados na agricultura sem que*

existam estudos dos seus impactos sobre a saúde e o meio ambiente. São difundidos como de liberação controlada e usam partículas de tamanho nano. Ou seja, somam aos problemas dos agrotóxicos os problemas de substâncias nanotecnológicas que irão para a água e solo etc., onde podem apresentar riscos de toxicidade. Os produtos Karate Zeon, da Syngenta são exemplos deste tipo de tecnologia.

IHU On-Line – Nesse sentido, as nanotecnologias podem agravar ainda mais a toxidade dos agrotóxicos? Que relações estabelece entre essa tecnologia e os venenos?

Maria José Guazzelli - As inovadoras propriedades de nanomateriais oferecem novas oportunidades para a indústria ligada à cadeia de produção agrícola, como, por exemplo, agroquímicos e fertilizantes mais potentes. Mas esses materiais podem trazer enormes riscos para a saúde e o meio ambiente. Como são regidas pelas leis da física quântica, as nanopartículas apresentam comportamentos distintos dos habituais para materiais em escala macroscópica. Testes de laboratório mostraram, por exemplo, que nanopartículas de óxidos de metais podem penetrar nas células e danificar o DNA. Devido ao tamanho diminuto, partículas não são retidas pela barreira do cérebro ou pela da placenta. Os métodos atuais para avaliar riscos potenciais dos nanomateriais são inadequados e as versões nano de químicos já existentes deveriam ser avaliadas como novos químicos. Assim, além da toxicidade do próprio agrotóxico, soma-se a toxicidade da nanopartícula decorrente de seu tamanho e estrutura.

IHU On-Line – O uso de agrotóxicos contribui também para a infertilidade futura do solo?

Maria José Guazzelli - O uso de agrotóxicos contribui para alterar a flora microbiana, responsável, em grande parte, pela fertilidade de um solo. Alguns tipos de venenos comumente usados também são capazes de bloquear sinais químicos que permitem o funcionamento de bactérias fixadoras de nitrogênio, fazendo com que o solo na área tratada fique mais pobre deste nutriente, demandando aplicação maior de fertilizantes.

IHU On-Line – Pode nos falar sobre a teoria da trofobiose? Em que sentido isso contribui para a construção de uma agricultura sadia?

Maria José Guazzelli – A palavra Trofobiose foi usada pelo pesquisador francês Francis Chaboussou para dar nome à sua teoria que não é qualquer planta que é atacada por pragas e doenças. A planta precisa servir de alimento adequado e só será atacada por um inseto, ácaro, nematóide ou microorganismos (fungos ou bactérias), quando tiver, na sua seiva, exatamente o alimento que eles precisam. Este alimento é constituído, principalmente, por aminoácidos, que são substâncias simples, rapidamente aproveitadas. Em outras palavras, uma planta saudável, bem alimentada, dificilmente será atacada por pragas e doenças. As ditas pragas morrem de fome numa planta sadia.

IHU On-Line – Que modificações são provocadas nas plantas pelo uso de adubos químicos e o que essas substâncias geram?

Maria José Guazzelli – Devido à sua solubilidade, os adubos químicos são um dos fatores que provocam desequilíbrios no metabolismo das plantas, segundo Chaboussou, fazendo com que a planta tenha na sua seiva uma quantidade maior de substâncias simples. Isto está relacionado com a formação de proteínas -

quanto mais intensa for a síntese de proteínas, menor será a sobra de aminoácidos livres, açúcares e minerais solúveis que os insetos e doenças necessitam para poderem se alimentar, já que têm uma variedade muito pequena de enzimas digestivas, o que reduz sua possibilidade de aproveitar completamente moléculas grandes (complexas), como as proteínas, por exemplo. Além disso, a formação eficiente de proteínas aumenta o nível de respiração e de fotossíntese da planta, melhorando todo o funcionamento da planta. Plantas que recebem nutrição desequilibrada provavelmente irão necessitar aplicação de agrotóxicos - fechando esse ciclo de dependência de adubo químico e veneno agrícola.

HU On-Line - É possível hoje, de acordo com o modelo de produção agrícola existente e com o crescimento da transgenia, não utilizar agrotóxicos?

Maria José Guazzelli – *O atual modelo de agricultura, seja usando sementes convencionais ou transgênicas, é desenhado para assegurar lucros às empresas. Assim, faz parte do modelo ter plantas “adoecidas” e plantas modificadas geneticamente que requerem aplicações de adubos químicos e de agrotóxicos. Mas é possível não precisar mais utilizar agrotóxicos. A opção é mudar para um sistema de produção que vise preservar a saúde e o ambiente, sem abrir mão da viabilidade social e econômica. Estudos apontam que a agroecologia tem capacidade de produzir alimentos e fibras em quantidades suficientes para abastecer a população atual e futura e, além disso, promove os chamados serviços ambientais. Dentre eles, destaca-se a preservação da diversidade biológica e a mitigação dos gases de efeito estufa, contribuindo para reduzir o aquecimento global. São sistemas agrícolas mais resilientes, tanto em termos econômicos quanto ecológicos*

Fonte: **Instituto Humanistas Unisinos.**

(http://www.biodiversidadla.org/Portada_Principal/Documentos/Brasil_O_maior_consumidor_de_agrototoxicos_agricolas_Entrevista_eSPecial_com_Maria_Jose_Guazzelli, acessado em 12/11/2012 às 16:23 hs)

7.6 Agrotóxico é nova faceta da violência no campo

BrasildeFato 27/09/2011

Joana Tavares

O modelo não é novo: grandes extensões de terra, monocultura, mecanização do trabalho. O uso de agrotóxicos para garantir a produção em larga escala também não. Mas seus efeitos sobre a saúde têm estado cada vez mais em discussão. Desde 2009, o Brasil é o maior consumidor desses agroquímicos, o que mostra a cara do agronegócio: intoxicações, concentração de renda, transferência de recursos para empresas transnacionais, empobrecimento dos camponeses, produção de alimentos contaminados. A professora doutora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) Larissa Mies Bombardi realizou uma pesquisa sobre os casos de intoxicações e mortes por agrotóxicos no Brasil, com dados de 1999 a 2009.

Ela levantou que foram notificadas 25.350 tentativas de suicídio através do uso de agrotóxicos no período, e 1876 mortes foram registradas. “Uma grande parte dessas é suicídio, o que é mais assustador ainda. A escolha desse caminho é significativa, o trabalhador usa para causar sua própria morte o instrumento que o subordina, que o deixa doente, que pode levar ao endividamento”, aponta. Larissa considera a situação dos agrotóxicos mais uma faceta da violência no campo, que afeta a todos: os pequenos produtores, os trabalhadores expostos diretamente ao veneno, os consumidores de alimentos. Ela explica que há alternativas, mas que elas passam necessariamente por uma mudança de modelo.

Brasil de Fato - O Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos em 2009. De onde vêm esses produtos?

Larissa Mies Bombardi - São seis grandes empresas estrangeiras – Monsanto, Syngenta/Astra Zeneca/Novartis, Bayer, Dupont, Basf e Dow – controlando mais de 70% do mercado de agrotóxicos no Brasil. Em poucos anos, elas tomaram para si 127 outras empresas, isso é chocante. E essas empresas são de três países, Estados Unidos, Suíça e Alemanha. Segundo o Anuário do Agronegócio de 2010, as empresas que vendem veneno tiveram uma receita líquida de R\$ 15 bilhões.

Brasil de Fato - Com esse processo, aumenta ainda mais a transferência de renda do pequeno produtor para as empresas. Como é essa questão da subordinação da renda da terra?

Larissa Mies Bombardi - Esse é um dos grandes dramas da agricultura camponesa hoje. Quando o produtor depende de um adubo químico, de um inseticida, de um herbicida, enfim, uma parte da renda que ficaria no bolso dele vai para o capital industrial. Muitas vezes o preço desses produtos é pautado pelo dólar. Há momentos em que o dólar aumenta, o pesticida aumenta. Mas o que acontece: todo produto agrícola, com exceção da cana, é determinado pela oferta e demanda. Então você não sabe quanto vai valer seu produto até a hora da venda, e ainda assim você recebe 30, 60 dias depois. Às vezes você pagou um valor muito alto pelo insumo e a produção não compensou. Então eles acabam recorrendo ao mercado financeiro para conseguir saldar dívidas. Acabam entrando num círculo vicioso por conta da dependência desses insumos. Aí a renda deles fica subordinada ao capital industrial, às indústrias de agroquímicos, e ao capital financeiro, muitas vezes juntos. Às vezes os bancos, inclusive o Banco do Brasil, emprestam o dinheiro, faz o sistema de crédito rural direto com as empresas que comercializam esses produtos. Então uma parte da renda, ao invés de ficar no controle do produtor – como fica quando ele investe em outros processos de adubação – é transferida para o capital.

Brasil de Fato - Por que o agricultor não pode agregar esse custo no preço final do produto?

Larissa Mies Bombardi - Ele não tem controle sobre o preço. Diferente de outros setores da economia, o agricultor não tem controle do preço do produto final, que é determinado pela oferta. Quando tem muito produto no mercado, o preço vai lá embaixo. Mas o preço dos agroquímicos não depende disso. Então a renda dos pequenos produtores muitas vezes fica reduzida, e eles trabalham muitos anos no

prejuízo. Eles permanecem na terra porque a lógica é outra. E até porque eles não produzem apenas para o mercado.

Brasil de Fato - Você coloca que 80% dos agrotóxicos da América Latina são consumidos no Brasil. Por que isso ocorre? A produção agrícola justificaria esse uso intensivo?

Larissa Mies Bombardi - *Na verdade, 84% dos agrotóxicos da América Latina são consumidos no Brasil. E a gente não tem controle da quantidade, do tipo de produtos que são usados. O Brasil é muito permissivo, tem produtos que são proibidos na União Europeia e nos Estados Unidos há 20 anos e aqui eles podem ser usados. Tem um caso relatado por Wanderley Pignati, da UFMT, em Lucas do Rio Verde, de uma chuva de agrotóxicos que contaminou a população e os poços artesianos, e a prefeitura comunga com os grandes fazendeiros. O caso foi escondido, escamoteado...*

Brasil de Fato - Por que aumentou tanto o uso de agrotóxicos de 1999 a 2009?

Larissa Mies Bombardi - *Porque aumentou muito a produção de soja e de cana-de-açúcar. Agora o Brasil exporta etanol para mais de 40 países. Além do carro flex – que é dos anos 2000 para cá e aumentou extraordinariamente a produção de cana – tem um consumo externo grande também. O que acontece é que o agronegócio está se expandindo. Pelo mapa em que se mede a utilização de agrotóxicos por município, dá para ver que o agronegócio caminha em direção à Amazônia. Aumentou muito a área plantada com cana e soja. Individualmente, o algodão demanda mais agrotóxicos, mas se pensarmos na quantidade de soja plantada, ela congrega grande parte do que se consome de agrotóxico no Brasil, muito mais que a cana. É importante ressaltar que quase todos os produtos industrializados alimentícios que a gente come contêm soja. Além dos óleos, os biscoitos, vários tipos de farináceos, levam soja, então isso chega até a alimentação.*

Brasil de Fato - Seria possível produzir o mesmo tanto sem utilizar agrotóxicos?

Larissa Mies Bombardi - *Não nos moldes em que está organizada a produção hoje. Quando se tem uma monocultura, uma plantação de uma espécie só, fica muito fácil para os insetos virem e consumirem. Qual a diferença de uma monocultura e de uma agricultura que chamamos agroecológica? A agroecológica “imita” a natureza, há uma infinidade de espécies juntas, então não há um foco direto para o inseto se alimentar. Na monocultura, isso é impossível. Não dá para pensar a monocultura sem o pacote agroquímico, essa é a verdade. Seria possível produzir isso tudo, mas não nesses moldes. Não dá para ter grandes propriedades, não dá para ser mecanizado, enfim, é um pacote que anda junto. Não dá para produzir em larga escala nesses moldes sem agrotóxicos.*

Brasil de Fato - A maior parte dos alimentos consumidos no Brasil, cerca de 70%, vem da pequena agricultura. Eles estão livres dos venenos?

Larissa Mies Bombardi - *Cerca de um terço dos pequenos agricultores utilizam agrotóxicos. Eles são em alguma medida empurrados para isso. O que acontece quando vamos comprar uma verdura, um legume, no mercado? Procuramos o maior e o mais vistoso. Assim os produtores são empurrados para produzir numa vistosidade em quantidade, que os leva ao uso de agrotóxicos. Quando falamos de pequena agricultura, falamos de bairro rural. É uma forma de organização no*

campo, são pequenos sítios em que as pessoas acabam plantando as mesmas coisas, por pura sociabilidade, por troca de informação. Um vizinho fala para o outro o que está rendendo e assim vai. Como as propriedades são pequenas e uma encostada na outra, se o vizinho usa agrotóxicos e você não usa, os insetos que atacariam a plantação dele vão atacar a sua. Por isso a agroecologia precisa ser pensada em conjunto com os vizinhos, não tem como manter um procedimento desse se quem está próximo não mantém, é muito complicado. Mas o grosso dos produtos com que nos alimentamos, os alimentos frescos, vem das pequenas propriedades.

Brasil de Fato - Por que o agronegócio coloca que é ele que garante a produção de comida no mundo? O argumento deles é que é preciso produzir mais para alimentar as pessoas, para acabar com a fome, não é?

Larissa Mies Bombardi - Esse é um argumento mentiroso. O problema de acesso ao alimento não é questão de produção, de quantidade de alimento, é questão de acesso à renda. A gente pode pensar na quantidade de desperdício, na quantidade de pessoas que têm problema de superalimentação. Seria possível produzir para todos, claro. Há propriedades agroecológicas em que a produtividade – medida pela produção por área – é maior que nos moldes tradicionais. Mas o problema é que nas propriedades agroecológicas a demanda de trabalho é muito intensa. E o capitalismo consegue avançar no campo quando o trabalho é mínimo, por isso mecanizam, para ter lucro. Quando o capital não produz diretamente, justamente porque algumas produções demandam muito trabalho, ele subordina a produção. É o exemplo da questão da uva: por que as indústrias vinícolas não produzem uva elas mesmas? Porque é uma quantidade de trabalho extrema. José Vicente Tavares dos Santos mostra que 80, 90% do preço do vinho é a uva. Como é o camponês que a produz, procura salvar a produção da geada de madrugada, ele arca com isso porque faz parte da vida cotidiana dele. Agora imagina uma empresa remunerar um funcionário para fazer isso? Não compensa para eles, é vantajoso para o capital se apropriar da renda ao invés de produzir alguns produtos.

Brasil de Fato - Como é feita a mensuração da intoxicação por agrotóxicos hoje?

Larissa Mies Bombardi - Tem o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, o Sinitox, que é um instituto da Fiocruz, do Rio de Janeiro. A função do Sinitox é orientar as famílias, os agentes de saúde na forma de lidar com intoxicações. Eles são organizados em centros, não tem em todos os estados, que remetem as informações para o Rio de Janeiro. Mas eles não têm função de fazer um banco de dados. Já o Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Sinan, é vinculado diretamente ao Ministério da Saúde, com o intuito de cadastrar os dados de intoxicações. Mas os dados são diferentes, esse é o problema. Não dá para saber se um dado é o mesmo que está no outro, não há como cruzar os dados. Há números discrepantes, às vezes tem o dobro de intoxicações no Sinitox para o mesmo ano medido pelo Sinan. Apenas a partir de 2005 a notificação passou a ser compulsória, em 13 estados. Em janeiro deste ano a notificação de intoxicação por agrotóxicos passou a ser obrigatória, através do Sinan. Mas no período que analisei, de 1999 a 2009, pude perceber que os números não batem, essa compulsoriedade não era obedecida.

Brasil de Fato - O que você observou em relação aos dados de intoxicação?

Larissa Mies Bombardi - *O que chama atenção é que em todos os estados, a não ser que o Sinitox não disponibiliza dados, há casos de intoxicação por agrotóxicos. É uma quantidade assustadora: 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola. Se você pensar que há uma subnotificação – o próprio Ministério da Saúde indica que talvez os casos sejam 50 vezes maiores que os notificados – o número fica maior ainda. E isso levando em conta que são casos de intoxicação aguda, quer dizer, de casos em que a pessoa entrou em contato com agrotóxico e passou mal. Não estamos falando de doenças crônicas, como o câncer.*

Brasil de Fato - Os efeitos agudos podem chegar inclusive à morte?

Larissa Mies Bombardi - *No período analisado, foram notificadas 25.350 tentativas de suicídio através do uso de agrotóxicos, e 1876 mortes foram registradas. É um escândalo. Dá quase 180 mortes por ano. E uma grande parte dessas é suicídio, o que é mais assustador ainda. Cerca de 75% das mortes ocorrem por suicídio, em praticamente todos os estados. Há hipóteses ainda preliminares para entender isso. Toda a literatura que discute intoxicações por agrotóxicos mostra que a exposição ao veneno leva a alterações neurológicas, a neuropatologias. Depressão e ansiedade são as mais leves. Isso são estudos não só no Brasil, tem também pesquisas no Canadá, Estados Unidos e Espanha que indicam isso. É indecente pensar nessa quantidade de pessoas que se matam usando os agrotóxicos. Por que o agrotóxico para se envenenar, por que usar ele como arma? É uma morte agonizante, os relatos mostram isso. A escolha desse caminho para mim é significativa, o trabalhador usar para causar sua própria morte o instrumento que o subordina, que o deixa doente, que pode levar ao endividamento. Parece aquela história da Índia em que os camponeses se matavam usando o veneno da própria Monsanto, no processo de envenenamento com o algodão transgênico.*

Brasil de Fato - São notificações dos trabalhadores ou incluem também suas famílias?

Larissa Mies Bombardi - *São dos trabalhadores que tiveram contato direto com o veneno. Na verdade, são notificados aqueles que foram levados a um serviço de saúde. Se ele sentiu enjoo, náusea, vermelhidão na pele e nos olhos e não foi para um serviço público, não foi sequer notificado. Mas é possível que os familiares sejam também intoxicados. Isso é uma coisa que se leva para dentro de casa.*

Brasil de Fato - Quem são esses trabalhadores atingidos pelos agrotóxicos?

Larissa Mies Bombardi - *Desde o camponês pequeno proprietário até um trabalhador contratado por empresas. Desde um piloto de avião que vai pulverizar agrotóxicos até um pequeno produtor, todos estão expostos aos agrotóxicos. E há uma questão nisso: eles conhecem pouco os procedimentos para se proteger. Além disso, os equipamentos são super desconfortáveis, incomodam muito no calor. Mesmo os equipamentos de proteção indicados para a aplicação de agrotóxicos já não são mais plenamente suficientes. Precisamos tomar cuidado com o discurso de culpabilização do trabalhador pelo acidente. Nos boletins de ocorrência que relatam acidentes de trabalho sempre há referências à distração*

do trabalhador como causa do acidente, como se fosse culpa dele. Como se ele fosse uma máquina de trabalho, que pudesse ficar atento 100% do tempo. Tem muito acidente da construção civil, em que o trabalhador cai, e aparece como descuido. Esse é um discurso que está presente nas indústrias de agrotóxicos. Não está no controle do trabalhador evitar o acidente.

Brasil de Fato - É possível saber como o consumo indireto de agrotóxicos, pela alimentação, pode ter impactos na saúde?

Larissa Mies Bombardi - *O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), ligado à Anvisa e ao Ministério da Saúde, identifica os tipos de agrotóxicos presentes nos alimentos e os efeitos disso. Mas por exemplo, o agrotóxico que na Monsanto eles chamam de “Roundup”, é um herdeiro do agente laranja, que é um desfolhante químico que foi usado na guerra do Vietnã. Ele é absorvido pela pele e se instala na gordura. Ele passa inclusive pela placenta. Tem gente até hoje que nasce, no Vietnã, com má formação por causa disso. Mas precisamos de mais pesquisas para saber como a gente se contamina ingerindo esses alimentos intoxicados.*

Brasil de Fato - A senadora Kátia Abreu disse, em cena registrada no filme “O veneno está na mesa”, de Sílvio Tendler, que os pobres devem comer com agrotóxico e quem tem opção pode comer orgânico. Como contornar essa lógica?

Larissa Mies Bombardi - *Por que o orgânico é mais caro ainda hoje? Não é porque é mais caro produzir orgânico, nem sempre sua produção é mais cara. O que acontece é que ele é mais raro. Tem um conceito que vem de Marx que é a renda de monopólio. Ele utiliza o exemplo do vinho do Porto: por que se paga caro por ele? Porque Porto só existe em Portugal, só lá produz vinho do Porto. Quando o produto é raro, o preço dele é elevado. Quando surgiram as verduras hidropônicas o preço era alto, havia pouco, depois foi sendo mais produzida e o preço baixou. Os orgânicos ainda são produzidos em menor quantidade do que a agricultura convencional, por isso os produtos são mais caros. Não necessariamente porque demanda mais investimentos para produzir. Mas se chegamos num nível ótimo de segurança alimentar, isso não vai existir.*

Brasil de Fato - O que é possível para diminuir o uso de agrotóxicos?

Larissa Mies Bombardi - *A primeira coisa é a regulamentação. Outra coisa é a necessidade de repensar o padrão. Pensar o que a gente quer para o Brasil, inclusive no padrão de energia. Por exemplo, quando há a transformação da cana em energia, eles chamam de biocombustível, que é um nome bonito, “bio” é vida. Mas não se trata disso: é a transformação de terra e alimento em energia. Temos que mudar o padrão energético. Não podemos ficar pensando alimento como commodity. O problema é aquilo que temos por alimento hoje é mercadoria, negociada na bolsa de mercadoria e futuros, é trocada como qualquer outra coisa. Perdeu o sentido de alimento. O agronegócio tanto é negócio que a Cosan está junto com a Shell agora. Não interessa se é um combustível limpo, interessa é o lucro. O etanol não substitui o combustível fóssil, nem potencialmente. Ou seja, não é alternativa real. Para se ter uma ideia, se os Estados Unidos fossem mudar seu modelo para um tipo de energia gerada através de produtos agrícolas,*

precisaria de uma área e meia do país. Então na verdade esse tipo de coisa beneficia a um grupo social, os usineiros, os grandes fazendeiros. É um nó para a humanidade. Teria que ter a transformação de todo o modelo. Essa produção agropecuária em larga escala só é vantajosa para um grupo. A grande produção de soja também beneficia apenas um grupo, para nossa alimentação isso é nefasto, para as crianças mais ainda. É uma escolha de caminho. Ainda que seja difícil controlar a situação do agronegócio, tem coisas que são permissivas demais. Para mim, esse caso dos agrotóxicos é assassinato no campo, uma forma de violência indireta, silenciosa e que nos ataca a todos. E quem pode se livrar disso? Quem tem dinheiro para comprar outra coisa. É uma indecência, um descontrole total. É uma conversa que está começando agora, muito em função dos movimentos sociais organizados que estão puxando isso.

Brasil de Fato - É como se os agrotóxicos fossem uma pontinha pela qual podemos puxar o modelo do agronegócio?

Larissa Mies Bombardi - *Quando analisamos o mapa dos agrotóxicos no Brasil vemos uma fotografia do agronegócio, do modo como o capitalismo se expande na agricultura. Que recoloca o Brasil numa posição de agroexportador e consumidor de produtos que são inventados em outros países, e a gente fica pagando royalties e sustentando essas mega transnacionais. A utilização vem de muito tempo, mas a atenção vem mais de agora, infelizmente é atual. Isso sem falar nos transgênicos, que enredam o agricultor numa forma sem fim, é quase uma força. Na medida em que ele compra o transgênico num ano, tem que comprar no ano seguinte, tem que comprar o veneno que adapta a ele e entra num círculo vicioso. E a produtividade do transgênico é grande no primeiro e segundo ano e depois diminui.*

Brasil de Fato - Esse pacote ainda é herança da “revolução verde”?

Larissa Mies Bombardi - *O discurso da revolução verde é que precisamos de maior produção, com pacote tecnológico e químico para ter mais comida para a humanidade. Faz quantos anos isso? 40, 50, 60? Não diminuiu a fome no mundo por causa disso. O Brasil é um dos países que mais tem terra ociosa. Ainda tem muito latifúndio improdutivo. Não é produção o problema, é distribuição de renda. Se pensarmos nas terras agricultáveis do mundo, temos capacidade para alimentar a humanidade. Atualmente, não é a lógica do atendimento das necessidades internas. O Brasil é maior exportador de carne, tem quase a mesma quantidade de bois e de pessoas no Brasil – não é mais, como tem um mito por aí – mas é quase mesma proporção, e mesmo assim a carne é muito cara aqui. É o modelo, baseado em um mercado internacionalizado, que não prioriza a soberania alimentar. Dá para compararmos com a indústria automobilística: foi dada uma grande força para ela se desenvolver nos anos 50 e 60 para poder sustentar a indústria petroleira e de carros e agora vemos seus reflexos. É o mesmo modelo subordinado, de inserção subordinada no mercado internacional e que atinge diretamente a todos. Essa forma de o capitalismo se reproduzir vai acontecer de forma cruel nos países em que tem possibilidade de isso acontecer. Uma agricultura nesse modelo não acontece na Europa.*

<http://www.brasildefato.com.br/content/agrot%C3%B3xico-%C3%A9-nova-faceta-da-viol%C3%Aancia-no-campo>, acessado em 21/04/2014, às 15:03hs.)

7.7 "A Fiocruz, o INCA e a Abrasco não aceitarão pressões de setores interessados na venda de agrotóxicos"

Publicado em Sexta, 06 setembro 2013 14:01hs.

Nesta sexta-feira (6), Fiocruz, INCA e ABRASCO lançaram uma nota conjunta rebatendo as críticas recebidas dos representantes das indústrias de agrotóxicos. A revista Galileu publicou nesta semana uma longa matéria destacando os prejuízos dos agrotóxicos à saúde dos brasileiros. Ainda assim, Eduardo Daher e Ângelo Trapé acusam as pesquisas de terem "viés ideológico".

A três entidades afirmam que não aceitarão tal tipo de pressão, e fazem uma convocação à sociedade: "A Fiocruz, o Inca e a Abrasco não aceitarão pressões de setores interessados na venda de agrotóxicos e convocam a sociedade brasileira a tomar conhecimento e se mobilizar frente à grave situação em que o país se encontra, de vulnerabilidade relacionada ao uso massivo de agrotóxicos."

De acordo com a nota, o compromisso dos que criticam as pesquisas é apenas com o lucro na venda de venenos: "A Andef é uma associação de empresas que produzem e lucram com a comercialização de agrotóxicos no Brasil. Em 2010, o mercado dessas substâncias movimentou cerca de US\$ 7,3 bilhões no país, o que corresponde a 19% do mercado global de agrotóxicos. As seis empresas que controlam esse segmento no Brasil são transnacionais (BASF, Bayer, Dupont, Monsanto, Syngenta e Dow) e associadas à Andef. As informações sobre o mercado de agrotóxicos no Brasil, assim como a relação de lucro combinado das empresas na venda de sementes transgênicas e venenos agrícolas, estão disponíveis no referido Dossiê Abrasco "Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na Saúde"."

Veja a nota na íntegra:



Uma verdade cientificamente comprovada: os agrotóxicos fazem mal à saúde das pessoas e ao meio ambiente

Historicamente, o papel da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca) e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) é de produção de conhecimento científico pautado pela ética e pelo compromisso com a sociedade e em defesa da saúde, do ambiente e da vida. Essas instituições tiveram e têm contribuição fundamental na construção e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Quando pesquisas desenvolvidas nas referidas instituições contrariam interesses de negócios poderosos, incluindo o mercado de agrotóxicos, que movimenta anualmente bilhões de reais, eventualmente elas sofrem ataques ofensivos que, transcendendo o legítimo debate público e científico, visam confundir a opinião pública utilizando subterfúgios e difamações para a defesa e manutenção do uso de substâncias perigosas à saúde e ao meio ambiente.

A Fiocruz, o Inca e a Abrasco não se eximem de seus papéis perante a sociedade e cumprem a missão de zelar pela prevenção da saúde e proteção da população. Por esta razão têm se posicionado claramente no que diz respeito aos perigos que os agrotóxicos e outras substâncias oferecem à saúde e ao meio ambiente. Desde 2008, o Brasil lidera o ranking de uso de agrotóxicos, o que gera um contexto de alto risco e exige ações prementes de controle e de transição para modelos de produção agrícola mais justos, saudáveis e sustentáveis.

As pesquisas sociais, clínicas, epidemiológicas e experimentais desenvolvidas a partir de pressupostos da saúde coletiva, em entendimento à complexa determinação social do processo saúde-doença, envolvem questões éticas relativas às vulnerabilidades sociais e ambientais que necessariamente pertencem ao mundo real no qual as populações do campo e das cidades estão inseridas.

Neste sentido, a Fiocruz, o Inca e a Abrasco estão seguros do cumprimento de seu papel. Portanto, repudiam a acusação de que são guiados por um “viés ideológico” e sem qualidade científica. As referidas instituições defendem os interesses da saúde pública e dos ecossistemas, em consonância com os direitos humanos universais, e firmados pelos princípios constitucionais que regem o Brasil.

A Fiocruz, o Inca e a Abrasco atuam há décadas em parceria com diversas universidades e institutos de pesquisas, como a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), em que atua o professor e pesquisador Wanderlei Pignati – citado em reportagem da revista “Galileu” mencionada abaixo –, e outros que desenvolvem pesquisas sobre os impactos dos agrotóxicos e de micronutrientes na saúde e no ambiente que são idôneas, independentes, críticas, com metodologias consistentes e livres de pressões de mercado. Tais pesquisas vêm revelando a gravidade, para a saúde de trabalhadores e da população em geral, do uso de agrotóxicos, e reforçam a necessidade de medidas mais efetivas de controle e prevenção, incluindo o banimento de substâncias perigosas já proibidas em outros países e o fim da pulverização aérea.

O “Dossiê Abrasco – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na Saúde” registra e difunde a preocupação de pesquisadores, professores e profissionais com a escalada ascendente de uso de agrotóxicos no Brasil e a contaminação do ambiente e das pessoas dela resultante, com severos impactos na saúde pública e na segurança alimentar e nutricional da população.

Os agrotóxicos podem causar danos à saúde extremamente graves, como alterações hormonais e reprodutivas, danos hepáticos e renais, disfunções imunológicas, distúrbios cognitivos e neuromotores e cânceres, dentre outros. Muitos desses efeitos podem ocorrer em níveis de dose muito baixos, como os que têm sido encontrados em alimentos, água e ambientes contaminados. Além disso, centenas de estudos demonstram que os agrotóxicos também podem desequilibrar os ecossistemas, diminuindo a população de espécies como pássaros, sapos, peixes e abelhas. Muitos desses animais também desempenham papel importante na produção agrícola, pois atuam como polinizadores, fertilizadores e predadores naturais de outros animais que atingem as lavouras. O “Dossiê Abrasco” cita dezenas dos milhares de estudos publicados em periódicos científicos nacionais e internacionais de renome que comprovam esses achados.

É direito da população brasileira ter acesso às informações dos impactos dos agrotóxicos. Faz-se necessário avançar na construção de políticas públicas que

possam proteger e promover a saúde humana e dos ecossistemas impactados negativamente pelos agrotóxicos, assim como fortalecer a regulação do uso dessas substâncias no Brasil, por meio do SUS.

Nesse sentido, a Fiocruz, o Inca e a Abrasco repudiam as declarações do diretor-executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), Eduardo Daher, e de Ângelo Trapé, da Unicamp, veiculadas na revista “Galileu” nº 266, edição de setembro de 2013, e também na entrevista divulgada no site da publicação, que atentam contra a qualidade científica das pesquisas desenvolvidas nessas instituições e, em especial, contra o “Dossiê Abrasco – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na Saúde”.

As palavras do diretor-executivo da Andef, que tentam desqualificar e macular a credibilidade dessas instituições, são inéditas, dado o prestígio nacional e internacional e a relevância secular que temos na área da pesquisa e formulação de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação em saúde, bem como na formação de profissionais altamente qualificados.

A Andef é uma associação de empresas que produzem e lucram com a comercialização de agrotóxicos no Brasil. Em 2010, o mercado dessas substâncias movimentou cerca de US\$ 7,3 bilhões no país, o que corresponde a 19% do mercado global de agrotóxicos. As seis empresas que controlam esse segmento no Brasil são transnacionais (BASF, Bayer, Dupont, Monsanto, Syngenta e Dow) e associadas à Andef. As informações sobre o mercado de agrotóxicos no Brasil, assim como a relação de lucro combinado das empresas na venda de sementes transgênicas e venenos agrícolas, estão disponíveis no referido Dossiê Abrasco “Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na Saúde”.

A Fiocruz, o Inca e a Abrasco não aceitarão pressões de setores interessados na venda de agrotóxicos e convocam a sociedade brasileira a tomar conhecimento e se mobilizar frente à grave situação em que o país se encontra, de vulnerabilidade relacionada ao uso massivo de agrotóxicos.

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2013

(<http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/363-a-fiocruz-o-inca-e-a-abrasco-nao-aceitarao-pressoes-de-setores-interessados-na-venda-de-agrototoxicos>, acessado em 21/05/2014 às 13:36 hs)

8. BIBLIOGRAFIA

- ABIC, 2013. Disponível em <http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=59&infol=2794>, acessado em 20/10/2013.
- ABRADA, 04/2014. Disponível em <http://www.abrada.com.br/revista/07/files/assets/common/downloads/page0018.pdf>, em acessado em 24/08/2015, às 18:34hs.
- ACI-SCS, 2013. Disponível em http://www.aci-scs.org.br/index.php/guia_Empresa/show/id/1683, acessado em 27/11/2013.
- ADECOAGRO, 2011. Disponível em <http://www.adecoagro.com/> acessado em 28/07/2011.
- ADECOAGRO, 2013. Disponível em http://www.adecoagro.com/index.php?seccion_generica_id=128, acessado em 27/11/2013.
- ADECOAGRO, 24/06/2015. Disponível em <http://www.dci.com.br/atos-legais/download/2015/6/8dbth2015623202057.pdf>, acessado em 29/07/2015 às 23:42hs.
- ADM, 2013. Disponível em <http://www.adm.com/en-US/company/history/Pages/default.aSPx>, acessado em 29/11/2013 às 18:12hs.
- AFUBRA, 2013. Disponível em <http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/93>, acessado em 20/10/2013.
- AGRÁRIA, 2013. Disponível em http://www.agraria.com.br/portal/institucional_quem_agraria_numeros.php, acessado em 27/11/2013.
- AGROEXPORT, 2013. Disponível em http://www.agroexport.agr.br/pt_empresa.php, acessado em 27/11/2013.
- AGROTERENAS, 2013. Disponível em <http://www.agroterenas.com.br/pt/negocios/laranja.php>, acessado em 27/11/2013.
- AGUIAR, Cristiane de Jesus e SOUZA, Paulo Marcelo, Impactos do crescimento da produção de cana-de-açúcar na agricultura dos oito maiores estados produtores, Revista Ceres, vol. 61, no 4, Viçosa, jul/ago, 2014, p.
- ALIBEM, 2013. Disponível em <http://www.alibem.com.br/web/default.asp?Engine=produto>, acessado em 27/11/2013.
- ALL BIZ, 2013. Disponível em <http://sao-paulo.all.biz/energy-comercial-importadora-e-exportadora-ltda-e12072>, acessado em 27/11/2013.
- ALONSO, T. Dos Complexos Agroindustriais à ascensão dos Agriclusters disponível em <http://admmouralacerda.blogspot.com.br/2010/05/dos-complexos-agroindustriais-ascensao.html>, 2010.
- AMAGGI, 2015. Disponível em <http://www.grupoandremaggi.com.br/>, acessado em 27/11/2013.
- ANDRADE JÚNIOR, Pedro Paulo de (s/d) A verdade sobre as privatizações no Brasil, disponível em <http://www.assesc.edu.br/download/4-jornada-academica/Privatizacao.pdf>, acessado em 27/11/2013.
- ANEEL, 21/03/2011. Disponível em https://scg.aneel.gov.br/pae/PARACEMP_ConfirmarGrupoEconomico/PARACEMP_VerCadeiaAccionariaUsinaDetalhe.asp?IdeUsi=60&Dat=21/3/2011, acessado em 29/07/2015, às 22:35hs.
- ANEEL, 2013. https://scg.aneel.gov.br/pae/PARACEMP_ConfirmarGrupoEconomico/PARACEMP_VerCadeiaAccionariaUsinaDetalhe.asp?IdeUsi=30450&Dat=, acessado em 25/10/2013.
- ANUÁRIO DA CANA, 2014, Pró Cana Brasil, Ribeirão Preto/SP, 2015, 322p.
- ANUÁRIO DA CANA, 2013, Pró Cana Brasil, Ribeirão Preto/SP, 2014, 347p.
- ARBIX, Glauco e CASEIRO, Luiz (2011) Destination and strategy of brazilian multinationals, *Economics, Management, and Financial Markets* Volume 6(1), 2011, pp. 1 a 35, ISSN 1842-3191.
- ARÊAS, João Braga (2013) As privatizações no Brasil dos anos 90, Revista Episteme Transversalis, v.4, n° 2, 1 a 19.
- ARES, Graziela, (1998) A reestruturação da Indústria Petroquímica brasileira após o Programa Nacional de Desestatização, Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, p. 76.
- ARMAJARO, 2013. Disponível em http://www.armajarotrading.com/locations_americas_brazil.html, acessado em 20/10/2013.

ASA, 2013. Disponível em <http://www.asaalimentos.com.br/#!/empresa/cliwz>,

ASSOCITRUS - Associação Brasileira dos Citricultores *apud* Parecer N°06180/RJ, SEAE, 2005.

ATCTOB, 2013. Disponível em <http://www.atctob.com.br/atc/atc.php?acao=home&language=br&imgpanorama=>, acessado em 27/11/2013.

ATLÂNTICA, 2013. Disponível em <http://atlanticacoffee.com/empresa/historia/>, acessado em 27/11/2013.

AURORA ALIMENTOS, 2013. Disponível em <http://www.auroraalimentos.com.br/br/aurora.php>, acessado em 27/11/2013.

AVICULTURA INDUSTRIAL, 2005. Disponível em http://www.aviculturaindustrial.com.br/noticia/agroceres-completa-60-anos-e-faz-historia-no-agronegocio-brasileiro/20050920083005_15371, acessado em 24/07/2015, às 15:47hs.

BACCARIN, J. G. A constituição da nova regulamentação sucroalcooleira. Brasília: UNB; São Paulo: UNESP, 2005. 237 p.

BACCARIN, J. G., GEBARA, J. J. e FACTORE, C. O. Concentração e integração vertical do setor sucroalcooleiro no Centro-Sul do Brasil. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.39, n.3, mar. 2009, p. 4 e 5.

BALDO, 2013. Disponível em <http://www.baldo.com.br/sobre-a-baldo/historia/pt> e <http://www.goemil.com.br/>, acessado em 27/11/2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/rex/registrosCE/2009/rce062009.pdf>, acessado em 27/11/2013.

BARROS, Carlos Juliano Marcondes e Ferreira Toledo (2011) O sonho se faz a mão e sem permissão - Escravidão Temporária e reforma agrária no sudeste do Pará. Dissertação (Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas USP, p. 250.

BAT, 2013. Disponível em http://www.bat.com/group/sites/UK__9D9KCY.nsf/vwPagesWebLive/DO52ADGE?opendocument&SKN=1, acessado em 20/10/2013.

BATAVO, 2013. Disponível em http://www.batavo.coop.br/site/index.php?option=estatisticas&task=estrutura_fundiaria&Itemid=98, acessado em 27/11/2013.

BATAVO, 2013. Disponível em <http://www.batavo.coop.br/site/index.php?option=historia&Itemid=80>,

BATISTA JR, Paulo Nogueira, "De Vale do Rio Doce a Sweet River", Folha de São Paulo, Mercado, São Paulo, quinta-feira, 8 de maio de 1997, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/5/08/dinheiro/3.html>, acessado em 27/11/2013.

BAYER, 2013. Disponível em Disponível em https://www.bayer.com.br/scripts/pages/pt/noticia_pagina.php?id=216, acessado em 20/10/2013.

BEEFPOINT, 2013. Disponível em <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-do-boi/jbs-friboi-e-bertin-anunciam-associação-57006/>, acessado em 23/10/2013.

BELLENTANI, N. F. A Territorialização do Setor Sucroenergético. 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas USP, Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

BENKO, Georges, Economia, Espaço e Globalização, Hucitec, SP, 1996, p. 86.

BERTRAND, J.P. *Complexes et filières agroalimentaires*: un essai de presentation genealogique et critique de ces notions. Paris, INRA/Université de Paris I - Sorbone, 1982.

BIAGI, L. L. A Família Biagi - Os primeiros cem anos (1888-1988). Ribeirão Preto, Laserprint, 1987.

BIANCHINI, 2013. Disponível em <http://www.bianchinisa.com.br/apresentacao/pt-br>, acessado em 27/11/2013.

BIG FRANGO, 2013. Disponível em <http://www.bigfrango.com.br/empresa>, acessado em 27/11/2013.

BIONDI, Aloysio (1999) O Brasil privatizado - Um balanço do desmonte do Estado, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, (Coleção Brasil Urgente), p. 79.

BIOSEV S/A, 2013. Disponível em <http://www.biosev.com>, acessado em 28/11/2013, às 13:25hs.

BLOOMBERG, 06/09/2011. Disponível em <http://exame.abril.com.br/mercados/noticias/agrifirma-pretende-abrir-capital-no-brasil-a-partir-de-2012>, acessado em 24/07/2015, às 16:41hs.

BLOOMBERG, 2015. Disponível em <http://www.bloomberg.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapId=133635709>, acessado em 24/08/2015, às 18:11hs.

BLOOMBERG, 23/05/2014. Disponível em <http://www.bloomberg.com/news/articles/2014-05-23/temasek-unit-gets-control-of-olam-with-80-at-takeover-bid-close>, acessado em 23/07/2015, às 12:03hs.

BMFBOVESPA, 2013. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=20575&idioma=pt-br>, acessado em 27/11/2013.

BMFBOVESPA, 2013. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=16292&idioma=pt-br> e BRFOODS, 2013, disponível em http://www.brasilfoods.com/ri/siteri/web/arquivos/BRF_RA_PT_130314.pdf, acessados em 27/11/2013.

BMFBOVESPA, 2013. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=20745&idioma=pt-br>, acessado em 27/11/2013.

BMFBOVESPA, 2013. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=3336&idioma=pt-br>, acessado em 20/10/2013.

BMFBOVESPA, 2013. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/empresas/consbov/ArquivoComCabecalho.asp?motivo=&protocolo=368932&funcao=visualizar&site=B>, acessado em 27/11/2013.

BMFBOVESPA, 2015. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=20354&idioma=pt-br>, acessado em 24/08/2015, às 18:29hs.

BOMBARDI, L. M. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro, 2012. Disponível em <file:///C:/Users/HP%20dv7/Downloads/larissa-mies-bombardi-artigo-agrotoxicos-2012.pdf>, acessado em 27/07/2015, às 09:32hs.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, in Boletim DATALUTA – Artigo do mês: setembro de 2011. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Disponível em www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf, acessado em 24/08/2015, às 18:17hs.

BORGES, R.L.A. O Tabaco no Rio Grande do Sul. URGs, Porto Alegre/RS, 2011, p. 31.

BOVESPA, 2013,. Disponível em <http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ArquivosExibe.asp?site=C&protocolo=243620>, acessado em 28/11/2013, às 13:29hs.)

BRANCO PERES, 2013. Disponível em <http://www.brancoperes.com.br/pt/historia.php> e <http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=14091>, acessados em 27/11/2013.

BRASILAGRO, 21/08/2008. Disponível em <http://www.brasilagro.com.br/conteudo/ldc-bioenergia-inaugura-usina-de-acucar-e-etanol-no-mato-grosso-do-sul.html>, acessado em 27/07/2015, às 09:42hs.

BRASILAGRO, 2011. Disponível em <http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/14/35813>, acessado em 01/08/2011.

BRASILAGRO, 2011. Disponível em http://www.brasil-agro.com/brasilagro/web/conteudo_pt.aSP?idioma=0&conta=28&tipo=20101, acessado em 01/08/2011.

BRASIL ECONÔMICO, 2013. Disponível em http://brasileconomico.ig.com.br/ultimas-noticias/glencore-fecha-acordo-para-comprar-50-dos-moinhos-cruzeiro-do-sul_87202.html, acessado em 21/11/2013.

BRASIL FOODS, 2013. Disponível em in http://www.brasilfoods.com/RI/siteri/web/arquivos/BRF_Portugues_20F_2012_FINAL.pdf, acessado em 27/11/2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2013. Disponível em <https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2013/10/13/emergentes-na-linha-de-tiro2019-da-crise-dos-eua>, acessado em 29/11/2013, às 18 44hs.

BRASIL NOTICIA, 03/08/2015g. Disponível em <http://www.brasilnoticia.com.br/geral/nacionalizacao-do-grupo-el-tejar-pode-ter-sido-so-fachada/61494>, acessado em 24/08/2015, às 17:35hs.

BRASIL NOTICIA, 10/08/2015h. Disponível em <http://www.brasilnoticia.com.br/geral/el-tejar-usou-advogadas-do-souza-cescon-como-testas-de-ferro-para-abrir-empresas-no-brasil/61900>, acessado em 24/08/2015, às 17:39hs.

BRASIL NOTICIA, 15/06/2015d. Disponível em <http://www.brasilnoticia.com.br/justica/ministerio-publico-federal-deve-investigar-atuacao-de-empresas-ligadas-ao-grupo-el-tejar/60446>, acessado em 24/08/2015, às 17:21hs.

BRASIL NOTICIA, 20/07/2015e. Disponível em <http://www.brasilnoticia.com.br/geral/el-tejar-e-suas-subsidiarias-nao-tem-autorizacao-do-incra-para-negociar-terras-em-mato-grosso/60683>, acessado em 24/08/2015, às 17:25hs.

BRASIL NOTICIA, 25/05/2015b. Disponível em <http://www.brasilnoticia.com.br/geral/el-tejar-foi-investigado-pelo-mpt-mt-por-abuso-contra-trabalhadores/58033>, acessado em 24/08/2015, às 17:13hs.

BRASIL NOTICIA, 26/05/2015c. Disponível em <http://www.brasilnoticia.com.br/geral/grupo-el-tejar-deve-ser-investigado-por-operacoes-ilegais-de-compra-de-terras-em-mato-grosso/58029>, acessado em 24/08/2015, às 17:17hs.

BRASIL NOTICIA, 27/07/2015f. Disponível em <http://www.brasilnoticia.com.br/geral/el-tejar-disfarca-arrendamento-ilegal-com-contrato-de-parceria-em-mato-grosso/61129>, acessado em 24/08/2015, às 17:32hs.

BRASIL NOTÍCIA, 28/11/2014. Disponível em <http://www.brasilnoticia.com.br/politica/exclusivo-ministro-geller-cre-na-inocencia-de-irmaos-acusados-de-compra-ilegal-de-terras-da-reforma-agraria-em-mt/42280>, em acessado em 24/08/2015, às 18:28hs.

BRASIL NOTICIA, 30/06/2015a. Disponível em <http://www.brasilnoticia.com.br/agronegocio/el-tejar-deixa-parceiros-em-mato-grosso-sob-risco-de-calote/59732>, acessado em 24/08/2015, às 17:11hs.

BRASILAGRO, 2013. Disponível em <http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/14/35813>, acessado em 21/11/2013.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (2009) Crise e recuperação da confiança, Revista de Economia Política, vol. 29, nº 1 (113), pp. 133-149, janeiro-março/2009.

BSBIOS, 2013. Disponível em <http://www.bsbios.com/pages/historia/>, acessado em 27/11/2013.

BUNGE, 2013a. Disponível em http://www.bunge.com.br/Bunge/Nossa_Historia.aSPx., acessado em 29/11/2013.

BUNGE, 2013b. Disponível em <http://www.bunge.com.br/>, acessado em 29/11/2013.

BUNGE, 2013c. Disponível em <http://www.bunge.com.br/Imprensa/bunge-compra-moinho-de-trigo-em-minas-gerais-e-amplia-sua-lideranca>, acessado em 29/11/2013.

BUSINESS WEEK. The Stateless Corporation. McGraw-Hill, New York. May, 14, 1990.

C.VALE, 2013. Disponível em http://www.cvale.com.br/nossa_empresa.html, acessado em 27/11/2013.

CADE, 2013. Disponível em http://www.cade.gov.br/plenario/Sessao_350/Pareceres/ParecerSeae-2005-08012-003070%20-%20Cargil%20-%20Emege.pdf, acessado em 27/11/2013.

CADE, 2013. Disponível em http://www.cade.gov.br/temp/t2442014_11460543.PDF, acessado em 21/11/2013.

CADE, 2013. Disponível em http://www.cade.gov.br/temp/t94201411_300893.pdf, acessado em 20/10/2013.

CAMARGO, Ana Maria Montragio Pires de et alli, Dinâmica e tendência da expansão da cana-de-açúcar e demais atividades agropecuárias, estado de São Paulo, 2001-2006, Informações Econômicas, SP, v.38, n.3, mar. 2008, p. 47 a 66.

CAMERA, 2013. Disponível em http://www.camera.ind.br/novo/a_compania/perfil.php, acessado em 27/11/2013.

CAMIL, 2013. (Disponível em <http://www.camil.com.br/views/media/files/Fato%20Relevante%20Camil%20-%202028.05.12.pdf>, acessado em 28/07/2013, às 22:42hs.)

CARAMURU, 2013. Disponível em <http://www.caramuru.com/institucional/>, acessado em 27/11/2013.

CARGILL, 2013. Disponível em <http://www.cargill.com/company/history/1925-1949/index.jsp>, acessado em 29/11/2013, às 18:21hs.

CARGILL, 2013. Disponível em <http://www.bancocargill.com.br/institucional.htm>, acessado em 29/11/2013, às 18:23hs.

CARGILL, 2013. Disponível em <http://www.cargill.com.br>, acessado em 29/11/2013.

CARTA CAPITAL, 11/06/2014, Ano XX, Nº 803. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/revista/803/a-carne-nao-e-fracas-9831.html>, acessado em 24/08/2015, às 19:48hs.

CARTA CAPITAL. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-cartel-invincivel-da-laranja/>, acessado em 27/11/2011.

CARTER W. Development of Ozone Reactivity Scales for Volatile Organic Compounds. J. Air Waste Manage. Assoc. 44, 881-899,1994.

CASTILHO, R. e FREDERICO, S. *Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo*. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3): 461-494, dez 2010.

CASTROLANDA, 2013. Disponível em <http://www.castrolanda.coop.br/institucional>, acessado em 27/11/2013.

CEAGRO, 2013. Disponível em <http://www.ceagro.com>, acessado em 22/10/2013.

CEBDS, 2012. Disponível em <http://cebds.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Relat%C3%B3rio-Votorantim-2012.pdf>, acessado em 27/11/2013.

CENTRO OESTE POPULAR, 05/05/2015. Disponível em <http://www.brasilnoticia.com.br/politica/erai-maggi-teria-constituído-condomínio-para-justificar-soja-de-laranjas/55974>, acessado em 24/08/2015, às 18:06hs.

CGEE, Projeto: Estudo sobre as possibilidades e impactos da produção de grandes quantidades de etanol visando à substituição parcial de gasolina no mundo – Fase 1. Relatório Final. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009. 335 p.

CGG TRADING, 2015. Disponível em <http://www.cgstrading.com/governanca-corporativa/estrutura-societaria>

CGN-UOL, 2013. Disponível em <http://cgn.uol.com.br/noticia/79064/entrevista-a-globoaves-do-roberto-kaerfer>, acessado em 27/11/2013.

CHAUI, Marilena, "De Alianças, Atrasos e Intelectuais" in Folha de São Paulo, 24/04/1994, Caderno Mais, p. 6/8.

CHAUI, Marilena, "Nova classe trabalhadora: enigmas?". 2013. Disponível na página da Fundação Perseu Abramo na Internet: <http://novo.fpabramo.org.br/content/nova-classe-trabalhadora-enigmas>.

CHESNAIS, François *La Mondialisation du capital*, (première édition) Édition Syros, Paris, 1994, teve a edição ampliada publicada em 1997 (édition augmentée) e a tradução para o português do Brasil da edição ampliada *A Mundialização do Capital*, Xamã VM Ed. Graf. Ltda., São Paulo, foi publicada em 1996.

CHINATEX, 2013. Disponível em <http://www.chinatex.com/tabid/168/Default.aspx>, acessado em 25/11/2013.

CHS, 2013. Disponível em http://www.chsinc.com/~media/chs%20inc/files/pdfs/global%20fact%20brochures/chsfactflyer_portugesebrazil.ashx, acessado em 25/11/2013

CLEALCO, 2015. Disponível em <http://www.clealco.com.br/clealco/Portugues/institucional/index.php?acao=detalhar&cod=1>, acessado em 29/07/2015 às 23:09hs.

CLICRBS, 2013. Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/santacruz/2010/12/18/jti-inicia-processo-de-integracao-entre-unidades-do-grupo-no-brasil/>, acessado em 20/10/2013.

CMPC, 2015. Disponível em <http://www.celuloseriograndense.com.br>, acessado em 03/08/2015 às 19:40hs.

COAMO, 2013. Disponível em <http://www.coamo.com.br/?p=YWxyb3RsaXMvYWxzcmFydWNhZWxpbkB6aHo=>, acessado em 27/11/2013.

COCA-COLA, 2013. Disponível em <http://www.coca-colacompany.com/press-center/press-releases/the-coca-cola-company-commits-2-billion-to-support-planting-of-25-000-acres-of-new-orange-groves-in-florida>, acessado em 27/11/2013.

COCA-COLA, 2013. Disponível em http://www.coca-colafemsa.com/femsa/web/arquivos/KOF_20_F_2009_20100611_ENG.PDF, acessado em 27/11/2013.

COCAM, 2013. Disponível em <http://www.cocam.com.br/cocam1/pt/empresa/empresa.asp>, acessado em 27/11/2013.

COLE, J. P. Geografia Quantitativa. Rio de Janeiro: IBGE, 1972, 120p.

COLOMBO, 2015. Disponível em <http://www.acucarcaravelas.com.br/historia>, acessado em 29/07/2015 às 22:59hs.

COMIGO, 2013. Disponível em <http://www.comigo.com.br/>, acessado em 27/11/2013.

CONEJERO, M. A.; CÔNSOLI, M. A.; NEVES, M. F. O setor agroindustrial do leite no Brasil. In: CÔNSOLI, M. A.; NEVES, M. F. (coord.). Estratégias para o leite no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. p.154-209.

CONJUR, 2013. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2013-jul-12/justica-federal-sp-bloqueia-matricula-fazenda-ocupada-cutrale>, acessado em 27/11/2013.

COOPAVEL, 2013. Disponível em <http://www.coopavel.com.br/institucional>, acessado em 27/11/2013.

COOXUPÉ, 2013. Disponível em <https://www.cooxupe.com.br/index.php/institucional/cooxupe.html>, acessado em 27/11/2013.

COOXUPÉ, 2013. Disponível em <https://www.cooxupe.com.br/index.php/noticias/87-cooxupe/197-cooxupe-a-maior-exportadora-de-cafe-em-2011.html>, acessado em 27/11/2013.

COPACOL, 2013, Disponível em http://www.copacol.com.br/pravoice/copacol_historia.php, acessado em 27/11/2013.

COPERALFA, 2013. Disponível em http://www.cooperalfa.com.br/2010/pagina.php?menu=institucional_historia, acessado em 27/11/2013.

COPERSUCAR, 2013. Disponível em <http://www.copersucar.com.br/>, acessado em 27/11/2013.

COPERSUCAR, 2013. Disponível em http://www.copersucar.com.br/pdf/copersucar_demonstracoes_financeiras_310313.pdf, acessado em 27/11/2013.

CORRÊA, Domingos Sávio (2004) O movimento de fusões e aquisições de empresas e o processo de privatização e desnacionalização na década de 1990 - o caso brasileiro, Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH - USP, São Paulo, p.195.

CORRÊA, D. S. Fusões e aquisições nos segmentos de carne bovina, grãos e sucoalcooleiro. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 2012, p. 17.

CORREIO BRASILEINSE, 21/04/2014. Disponível em http://www.correiobrasileinse.com.br/app/noticia/economia/2014/04/21/internas_economia,423978/suco-de-laranja-perde-espaco-no-mercado-para-energeticos-e-agua-saborizada.shtml, acessado em 27/11/2014.

CORREIO DO POVO, 2013. Disponível em <http://www.correiodopovo.com.br/impresao.aspx?Noticia=382444>, acessado em 27/11/2013.

CORREIO PRESS, 07/06/2015. Disponível em <http://jcorreio.com.br/site/noticia/868/funcionarios-ex-funcionarios-de-erai-scheffer-e-membros-da-cooamat-vaoprestar-depoimento->, acessado em 24/08/2015, às 17:59hs.

COSAN, 14/02/2008. Disponível em <http://ri.cosan.com.br/Show.aspx?IdMateria=V7SbirYLMH8fM70FnX8TgQ==>, acessado em 28/07/2013, às 21:38hs.

COSAN S/A. Relatório Anual e de Sustentabilidade 2012/13 in <http://ri.cosan.com.br/list.aspx?idCanal=PfRkS+mTuf4B+WJVjZxV+w==&pagina=0>, acessado em 12/11/2013, às 09:30hs.

COSAN S/A, Relatório Anual e de Sustentabilidade Cosan 2013, São Paulo, Disponível em [file:///C:/Users/HP%20dv7/Downloads/Relatorio%20Anual%20e%20de%20Sustentabilidade%20Cosa n%202013_port%202012-13%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/HP%20dv7/Downloads/Relatorio%20Anual%20e%20de%20Sustentabilidade%20Cosa n%202013_port%202012-13%20(1).pdf).

COSAN S/A, 2013b. Disponível em <http://ri.cosan.com.br/Show.aspx?IdMateria=R3kP88pFNLYMnXSabh07og==>, acessado em 16/11/2013, às 09:10hs.

COSAN S/A, 2013a. Disponível em <http://ri.cosan.com.br/Show.aspx?IdMateria=gLETjJqbQcUsa/fYYnw4IA==>, acessado em 12/11/2013, às 09:15hs)

COSAN, 2013. Disponível em file:///C:/Users/HP%20dv7/Downloads/Cosan_RelatorioAnual_20090227_port%202008%20(1).pdf, acessado em 27/11/2013.

COSAN, 2013. Disponível em http://www.acionista.com.br/home/cosan/111206_aumento_participacao.pdf, acessado em 27/11/2013.

COSAN, 2013. Disponível em http://www.cosan.com.br/cosan2009/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=35726 - Acessado em 25/07/2011.

COSAN, 2013. Disponível em http://www.mzweb.com.br/cosan2011/web/arquivos/COS_IAN_20050430_port.pdf, acessado em 27/11/2013.

COSAN, 2015a. Disponível em <http://cosan.com.br/pt-br/negocios/radar/performance>, acessado em 24/07/2015, às 16:45hs.

COSAN, 2015b. Disponível em <http://cosan.com.br/pt-br/negocios/radar/performance>, acessado em 24/07/2015, às 16:47hs.

COTIDICANO ECONÔMICO, 2013. Disponível em <http://cotidianoeconomico.blogSPot.com.br/2013/08/jbs-friboi-anuncia-oferta-de-troca-de.html>, acessado em 23/10/2013.

CSHG, 2013. Disponível em <https://www.cshg.com.br/site/publico/sobre/index.seam>, acessado em 27/11/2013.

DANONE, 2013. Disponível em www.danone.com, acessado em 23/10/2013.

DANONE, 2013. Disponível em www.danone.com.br, acessado em 23/10/2013.

DAVIS J.H. *Boston Conference on distribution of Agricultural Products*, oct. 1955.

DAVIS J.H. From agriculture to agribusiness, *Havard Review Press*, Boston, v. 34, n. 1, jan/fev. 1956.

DAVIS J.H.; GOLDBERG, R.A. *A concept of agribusiness*, Boston: Havard University, 1957.

DIEESE (2012), Terceirização e negociação coletiva: velhos e novos desafios para o movimento sindical brasileiro, Nota Técnica Nº 112, Julho de 2012, São Paulo, p. 21.

DIEESE (2013) Os modelos de exploração de petróleo no Brasil e as questões relacionadas ao surgimento do pré-sal: o debate sobre o Campo de Libra, NOTA TÉCNICA Número 129 - outubro de 2013, São Paulo, 18 p.

DCI, 08/06/2015. Disponível em <http://www.dci.com.br/atos-legais/download/2015/6/8dbth2015623202057.pdf>, acessado em 24/07/2015, às 15:32hs.

DIARIOWEB, 2013. Disponível em http://www.diarioweb.com.br/editorial/corpo_noticia.asp?IdCategoria=62&IdNoticia=57571, acessado em 27/11/2013.

DINHEIRO RURAL, 2010. Disponível em DINHEIRO RURAL/066-ABRIL 2010 (p. 87) in <http://www.mst.org.br/node/9786>, acessado em 27/11/2011.

DINHEIRO RURAL, Edição 68, julho de 2010. Disponível em in <http://revistadinheiorural.terra.com.br/secao/agronegocios/mudou-tudo-na-laranja>, acessado em 27/11/2013.

DINHEIRO RURAL, junho 2015. Disponível em <http://revistadinheiorural.terra.com.br/secao/agrofinancas/procura-se-um-socio>, em acessado em 24/08/2015, às 18:49hs.

DOMINGUES, Ivan, O sistema de comunicação da ciência e o taylorismo acadêmico: questionamentos e alternativas in *Estudos Avançados*, 28 (82), USP/IEA, 2014, p. 225/250.

DÓRIA, Palmério, (2013) "*O Príncipe da Privatária*", São Paulo, Geração Editorial, (Coleção História Agora v. 9), p. 399.

DURATEX, 2013. Disponível em <http://www.duratex.com.br>, acessado em 03/08/2013 às 19:51hs.

ECOM TRADING, 2013. Disponível em <http://www.ecomtrading.com/en/our-products/coffee/about-ecom-coffee-115.html>, acessado em 23/10/2013.

EGD NEGÓCIOS, 23/12/2014. Disponível em <http://egdnegocios.com.br/adm-vende-a-olam-operacao-de-cacau-por-us-13-bi/>, acessado em 30/07/2015 às 12:12hs.

EL TEJAR, 2011. Disponível em http://www.eltejar.com/por/secciones/el-tejar_22.php&sub=0 - Acessado em 03/08/2011.

EMBRAPA, 2013. Disponível em <http://www.sapc.embrapa.br/index.php/ultimas-noticias/tecnologias-fazem-da-bahia-o-quarto-produtor-de-cafe-do-brasil>, acessado em 23/10/2013.

ENERGIA S/A, 2014. Disponível em (file:///C:/Users/HP%20dv7/ Downloads/relatorio-sustentabilidade-2013-2014_0.pdf), acessado em 29/07/2015 às 21:30hs.

ÉPOCA NEGÓCIOS, 28/05/2014. Disponível em <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2014/05/nestle-e-fonterra-rompem-parceria-na-america-latina.html>, acessado em 24/07/2015, às 16:07hs.

ÉPOCA, 2011. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR62650-5856,00.html>, acessado em 27/11/2011.

ÉPOCA, 2013. Disponível em <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT76757-16355,00.html>, acessado em 23/10/2013.

EUCATEX, 2013. Disponível em <http://www.eucatex.com.br>, acessado em 21/11/2013, às 07:34hs.

EVERITT, B. Cluster Analysis. Heinemann Educational Books, London, 1974.

EXAME, 25/10/2013, disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/bunge-tenta-vender-negocio-deficitario-para-brasileiras>, acessado em 29/10/2013, às 19:45hs.

EXAME, Edição 1.016, ano 46, nº 9, 16/05/2012.

EXAME, 22/09/2010. Disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/cosan-inaugura-usina-acucar-etanol-caarapo-598591>, acessado 28/07/2013 às 21:53hs.

EXAME MELHORES & MAIORES, 2013. 400 Maiores do Agronegócio, Ed. Abril, São Paulo/SP, julho 2013, p. 620/634.

EXAME, 02/09/2014. Disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/adm-vende-negocios-de-chocolate-para-cargill>, acessado em 24/08/2015, às 20:05hs.

EXAME, 07/05/2012. Disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/banelos-vende-11-da-v-agro-por-42-milhoes-de-euros>

EXAME, 11/12/2008. Disponível em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/933/noticias/novos-donos-terra-408010>, acessado em 24/07/2015, às 16:36hs.

EXAME, 13/02/2012. Disponível em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1009/noticias/obilionario-enrique-banelos-perdeu-a-briga.13/02/2012>,

EXAME, 2010. Disponível em <http://exame.abril.com.br/blogs/aqui-no-brasil/2010/10/06/agrinvest-faz-operacao-pioneira-no-agronegocio-e-obtem-capital-no-exterior/> - Acessado em 02/08/2011.

EXAME, 2013. Disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/bertin-torna-se-controladora-da-vigor-e-entra-para-o-mercado-de-lacteos-m0144475>, acessado em 23/10/2013.

EXAME, 2013. Disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/sucorrico-renasce-com-investimento-de-r-71-milhoes>, e <http://www.sucorrico.com.br/quem-somos>, acessados em 27/11/2013.

EXAME, 23/07/2015. Disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/britvic-anuncia-compra-da-brasileira-ebba-dona-da-maguary>, acessado em 24/07/2015, às 15:54hs.

FAESP/SENAR, 30/01/2015. Disponível em <http://www.faespsenar.com.br/geral/noticias/detalhe/p2-brasil-vende-empresa-de-armazenagem-novaagri-para-toyota-tsusho/64344>, acessado em 24/08/2015, às 17:44hs.

FARMLANDGRAB, 2012. Disponível em <http://farmlandgrab.org/post/view/21456-quien-es-quien-calyx-agro-la-compania-de-louis-dreyfus-para-el-farming-y-real-estate>, acessado em 24/07/2015, às 16:51hs.

FERNANDES, Eduardo, GUIMARÃES, Bruna de Almeida e MATHEUS, Romulo Ramalho, (2009) Principais empresas e grupos brasileiros do setor de fertilizantes, BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 29, p. 203-228, mar. 2009, p. 203/229.

FERNANDES, W. B. Understanding Different governance structures: The case of the Processed orange Industries in Florida and São Paulo, Brazil" Working Paper, University of Florida, 2003, p.54/55.

FIBRIA, 31/07/2015. Disponível em <http://fibria.infoinvest.com.br/static/ptb/estrutura-acionaria.aSP?idioma=ptb>, acessado em 03/08/2015 às 19:30hs.

FOLHA DE SÃO PAULO, 21/09/2009, caderno Mercado, in <http://www1.folha.uol.com.br/fSP/dinheiro/fi2101200902.htm>, acessado em 12/02/2011 às 21:17hs.

FOLHA DE SÃO PAULO, 2013. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fSP/dinheiro/fi2009200620.htm>, acessado em 12/10/2013, às 13:16hs.

FOLHA DE SÃO PAULO, 18/12/2012. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2012/12/1203367-usina-de-jaboticabal-comprada-pela-sao-martinho-sera-desativada.shtml>, acessado em 29/07/2015, às 22:27hs.

FOLHA DE SÃO PAULO, 05/05/11. Disponível em http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/visualizar_impressao/9/35617, acessado em 21/11/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO, 2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fSP/dinheiro/fi1212200019.htm>, acessado em 21/10/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO, março de 2010. Disponível em <http://paginadoenock.com.br/cutrale-coordenou-montagem-do-cartel-do-suco-da-laranja-no-brasil-negocio-de-bilhoes-de-dolares-controlado-pela-cargil-foi-tao-serio-que-matou-a-citricultura-paulista-revela-produtor/>, acessado em 27/11/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/agrofolh/fa0509200010.htm>, acessado em 27/11/2013.

FOLHA ON LINE, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fohla/brasil/ult96u90477.shtml>, acessada em 10/12/2013 às 09:14hs.

FORZZA, 2013. Disponível em <http://www.forzza.com.br/portugues/comercioexportacao/institucional.aspx>, acessado em 27/11/2013.

FOUR COMUNICAÇÃO. Disponível em <http://www.fourcomunicacao.com.br/index.php/conteudo/show/id/2434>, acessado em 27/11/2013.

FREDERICO, S. Lógica das *commodities*, finanças e cafeicultura. Boletim Campineiro de Geografia, v. 3, n. 1, 2013, p. 97/116.

FREIRE, Paulo, Globalização, Ética e Solidariedade, in Dowbor, L. et alli (org.) Desafios da globalização, Petrópolis/RJ, Ed.Vozes, 1997, 302 p.

FREITAS, E. D. ; ANDRADE, M. F. ; SILVA DIAS, P. L. . Análise das concentrações de Ozônio em Superfície e sua Possível relação com Dados de Altura da Camada Limite obtida através de Sodar Doppler. In: XI Congresso Brasileiro de Meteorologia, 2000, Rio de Janeiro. Anais do XI Congresso Brasileiro de Meteorologia, 2000. p. 2913-2920.

FRIATO, 2013. Disponível em <http://www.friato.com.br/>, acessado em 27/11/2013.

FRIMESA, 2013. Disponível em www.frimesa.com.br/, acessado em 27/11/2013.

FRUTHIL, 2013. Disponível em <http://www.fruthil.com.br/index2.php>, acessado em 27/11/2013.

FUSÕES&AQUISIÇÕES, 2013. Disponível em <http://fusoesaquisicoes.blogspot.com.br/2012/02/stora-enso-poe-sede-global-no-brasil.html>, acessado em 11/03/2013 às 08:13hs.

FUSÕES&AQUISIÇÕES, 06/06/2013. Disponível em <http://fusoesaquisicoes.blogspot.com.br/2013/06/los-grobo-deve-voltar-investir-no-brasil.html>, acessado em 24/08/2015, às 18:15hs.

FUSÕES&AQUISIÇÕES, 2013. Disponível em <http://fusoesaquisicoes.blogspot.com.br/2011/11/pepsico-compra-mabel-por-r-800-mi.html>, acessado em 27/11/2013.

FUSÕES&AQUISIÇÕES, 2013. Disponível em <http://fusoesaquisicoes.blogspot.com.br/2013/10/japonesa-sojitz-compra-fatia-em.html>, acessado em 21/11/2013.

FUSÕES&AQUISIÇÕES, 25/08/2014. Disponível em <http://fusoesaquisicoes.blogspot.com.br/2014/08/venda-de-ativos-da-lbr-rende-r-531.html>, acessado em 24/07/2015, às 16:15hs.

GAIA AGRO, Prospecto Preliminar de Distribuição Pública das 1ª(primeira) e 2ª (segunda) séries da 10ª (décima) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Gaia Agro Securitizadora S/A, para a Raízen Energia S/A, São Paulo, 1914, Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/download/GAIA-AGRO-Securitizadora-Prospecto-Preliminar.pdf>

GAZETA DO POVO, 2013. Disponível em <http://agro.gazetadopovo.com.br/noticias/mitsubishi-assume-80-da-ceagro-em-negocio-bilionario/>, acessado em 22/10/2013.

GAZETA DO POVO, 2013. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1188802>, acessado em 03/11/2013, às 07:49hs.

GAZETA DO POVO, 2013. Disponível em <http://agro.gazetadopovo.com.br/noticias/mitsubishi-assume-80-da-ceagro-em-negocio-bilionario/>, acessado em 22/10/2013.

GEEIN UNESP, 2013. Disponível em http://geein.fclar.uneSP.br/jornais_det.php?codigo=2328, acessado em 25/11/2013.

GERARDI, L. H. O.; SILVA, B. C. N., Quantificação em Geografia. Difel, São Paulo, SP, 1981. 161 p.

GERDAU, 2015. disponível em <http://ri.gerdau.com/ptb/s-12-ptb.html?idioma=ptb>, , acessado em 29/11/2013, às 18 34hs.

GIRARDI, E. P. Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/>.

GIRASSOL, 2015. Disponível em http://www.girassolagricula.com.br/?page_id=597, em acessado em 24/08/2015, às 18:38hs.

GLOBO AVES, 2013. Disponível em <http://www2.globoaves.com.br/?id=2>, acessado em 27/11/2013.

GLOBO G1, 30/08/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/08/entidades-querem-marco-regulatorio-contra-criese-do-setor-sucroenergetico.html>, acessado em 28/10/2013, às 10:24hs.

GLOBO G1, 26/04/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/04/gigante-argentina-do-agronegocio-transfere-sede-para-o-brasil.html>, acessado em 24/08/2015, às 17:28hs.

GLOBO RURAL, 2010. Disponível em <http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC1709662-2886,00.html>, acessado em 24/08/2015, às 17:49hs.

GLOBO, 07/04/2014. Disponível em <http://extra.globo.com/noticias/economia/empresa-socia-da-brasilagro-vende-terras-no-paraguai-12116990.html>, acessado em 24/08/2015, às 19:08hs.

GLOBO, 16/12/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/12/brasilagro-compra-ativos-e-propriedades-no-paraguai-da-cresud.html>, em acessado em 24/08/2015, às 19:05hs.

GLOBO RURAL ONLINE, 27/05/2010. Disponível em <http://www.fiepr.org.br/observatorios/metal-mecanico/FreeComponent21805content184013.shtml>, acessado em 27/07/2015, às 10:50hs. acessado em 28/07/2013, às 22:12hs.

GOMES, Gerson e CRUZ, Carlos Antônio Silva da, Vinte Anos de Economia Brasileira 1994/2014, Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, Centro de Gestão e Estudos Estratégico - CGEE, Brasília/DF, 2014, p. 83.

GONÇALVES, Reinaldo. Fluxo internacional de capitais, disponível em http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/sessao_03_fluxos_de_capitais.pdf.

GRANDES GRUPOS, 2016, Valor, dez, Ano 15, nº 15, 322p.

GRANOL, 2013. Disponível em <http://www.granol.com.br/>, acessado em 27/11/2013.

GRIGG, D. Regiões, Modelos e Classes. In: CHORLEY, R.J. e HAGGETT, P.(Org.), Modelos Integrados em geografia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1974, 222p.

GRUPO FARIAS, 2015. Disponível em file:///C:/Users/HP%20dv7/Downloads/apresenta_gf.pdf, acessado em 30/07/2015 às 00:04hs.

GTFOODS, 2015. disponível em http://www.gtfoods.com.br/grupo/pt/missao_visao_valores.html, acessado em 24/08/2015, às 19:56hs.

GUAXUPE, 2013. Disponível em <http://www.guaxupe.com.br/fazenda.php?nome=Arinel&fazenda=1>, acessado em 27/11/2013.

HAGGETT, P. Locational Analysis in Human Geography. Edward Arnold, London, UK, 1965, reimpressão 1970, 339p.

IANNI, Octávio, Teorias da Globalização, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, 228p.

IBGE, PPM 2012, vol. 40. IBGE, Rio de Janeiro, 2012, p. 17 e 18.

IGUAÇU, 2013. Disponível em <http://www.iguacu.com.br/empresa/sobre-nos/>, acessado em 20/10/2013.

IMCOPA, 2013. Disponível em <http://www.imcopa.com.br/>, acessado em 27/11/2013.

IMPACTO ON LINE, 08/05/2013. Disponível em <http://www.jornalimpactoonline.com.br/cidades/usina-vale-do-parana-realiza-a-i-sipat>, acessado em 30/07/2015, às 00:12hs.

INTAB, 2013. Disponível em <http://www.intab.com.br/pages/pag.aspx?id=6335&tit=A+Empresa>, acessado em 27/11/2013.

INTEGRADA, 2013. Disponível em <http://www.integrada.coop.br/Industrias>, acessado em 27/11/2013.

INTEGRADA, 2013. Disponível em <http://www.integrada.coop.br/Institucional>, acessado em 27/11/2013.

IPANEMA, 2013. Disponível em <http://www.ipanemacoffees.com/>, acessado em 20/10/2013.

ISTO É DINHEIRO, 2013. Disponível em https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/112672_VIGOR+COMPRA+METADE+DA+ITAMBE+POR+R410+MILHOES, acessado em 23/10/2013.

ITÁPOLIS, 2013. Disponível em http://www.itapolis.sp.gov.br/portal3/index.php?option=com_content&view=article&id=2955:multinacional-syngenta-e-inaugurada-em-itapolis&catid=144:administracao&Itemid=100064, acessado em 20/10/2013.

JBS, 2015. Disponível em <http://www.jbs.com.br/pt-br/content/higiene-e-limpeza>, acessado em 27/06/2015.

JBS, 2015. Disponível em <http://www.jbs.com.br/pt-br/historia>, acessado em 27/06/2015.

JTI, 2013. Disponível em <http://www.jti.com/our-company/history/our-company/>, acessado em 20/10/2013.

JORNAL DA CANA, 21/08/2014. Disponível em <http://www.jornalcana.com.br/zilor-moeu-1066-milhoes-de-toneladas/>, acessado em 29/07/2015 às 22:49hs.

JORNALCANA, 22/05/2015. Disponível em <http://www.jornalcana.com.br/cinco-empresas-estao-na-disputa-pelas-usinas-do-grupo-ruette/>, acessado em 29/07/2015 às 23:50hs.

JORNAL DA CANA, 25/09/2007. Disponível em <http://www.jornalcana.com.br/infinity-bio-energy-compra-usinas-e-fecha-acordo-com-disa/>, acessado em 30/07/2015 às 00:18hs.

JORNAL DO PARANÁ, 2013. Disponível em <http://www.jornalparana.com.br/informeDiarioIntegra.php?id=137>, acessado em 29/07/2015, às 22:41hs.

KELLER, E.C.S. Tipos de agricultura no Paraná, uma análise fatorial. Revista Brasileira de Geografia, ano 32, nº 4, p.41 a 86, 1970.

KREIN, J. D. Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Economia. Campinas, 2007.

LAR, 2013. Disponível em <http://www.lar.ind.br/v3/cooperativa.php>, acessado em 27/11/2013.

LAZZARINI, Sérgio G. Capitalismo de Laços, Rio de Janeiro, Elsevier, 2011, p. 3/4)

LAZZARINI, Sérgio Giovanetti, Capitalismo de Laços; os donos do Brasil e suas conexões, Rio de Janeiro, Elsevier, 2011, p.184.

LDC COMMODITIES, 2013a. Disponível em <http://www.ldcommodities.com.br>, acessado em 29/11/2013.

LDC COMMODITIES, 2013b. Disponível em http://www.ldcommodities.com.br/Imprensa/Paginas/noticias_release.aSPx?_ID=24, acessado em 29/11/2013.

LDC COMMODITIES, 2013c. Disponível em <http://www.ldcommodities.com.br>, acessado em 29/11/2013.

LIMA, Jorge da Cunha et. al. Matarazzo: 100 anos. São Paulo: CL-A Comunicações, 1982. p. 152. Disponível em http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/pedrochi_ma_me_mar.pdf

LOGUM, 2013. Disponível em <http://www.logum.com.br/php/quem-somos.php>, acessado em 28/07/2013, às 22:30hs.

LWARTCEL, 2015. Disponível em <http://www.lwarcel.com.br>, acessado em 03/08/2015 às 19:45hs.

MABE, M. The growth and number of journals. Serials, v.16, n.2, p.191-7, 2003.

MALINAS, L.L. "A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia", dissertação de mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 2013, p.168, disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/diSPoniveis/8/8136/tde-18022014-152910/es.php>.

MAMIGONIAN, A. Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central Pecuário, *Boletim Paulista de Geografia*, n. 51, jun 1976, p. 7-14.

MAMIGONIAN, Armén, *Marxismo e Globalização: as origens da internacionalização mundial*, in SOUZA, Álvaro José et alli (org.), MILTON Santos Cidadania e globalização, AGB/Ed. Saraiva, Bauru, 2000, 366 p.

MARANHÃO MARAVILHA, 2013. Disponível em <http://maranhaomaravilha.blogSPot.com.br/2013/11/grupo-japones-sojitz-anuncia.html>, acessado em 21/11/2013.

MARASCA, 2013. Disponível em http://www.marasca.com.br/?pg=empresa_historico, acessado em 27/11/2013.

MARFRIG, 2013. Disponível em <http://www.marfrig.com.br/marfrig/cronologia/cronologia.asp>, acessado em 27/11/2013.

MARFRIG, 2013. Disponível em <http://www.marfrig.com.br/marfrig/empresa/empresa.asp>, acessado em 27/06/2015.

MARFRIG, 2013. Disponível em <http://www.marfrig.com.br/marfrig/unidades/unidades.asp>, acessado em 27/11/2013.

MARTINS, José de Souza. (1995) A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 6(1-2): 1-25, 1994 (editado em jun. 1995).

MARUBENI, 2013. Disponível em <https://www.marubeni.com/>, acessado em 21/11/2013.

MAURACY ANDRADE, 2013. Disponível em http://www.mauracyandrade.com.br/solicitao/Plano_de_Recuperacao_Judicial_Moinho_Goias_S.A.pdf, acessado em 27/11/2013.

MASISA, 2013. Disponível em <http://www.masisa.com/chi/>, acessado em 21/11/2013, às 07: 45hs.

MENDONÇA, M.L.R.F. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura: A construção do conceito de Agronegócio*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 2013, disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/diSPoniveis/8/8136/tde-26062013-114407/pt-br.php>

MENDONCA, M. L.; PITTA, F. T.; XAVIER, C. V. *A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial*. 1. ed. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012a. 40 p. Disponível em http://www.social.org.br/relatorio_agrocombustiveis2012.pdf, acessado em 29/11/2013, às 19:50hs.

MENDONCA, M. L.; PITTA, F. T.; XAVIER, C. V. *A crise econômica mundial e a dívida do agronegócio canavieiro*. In: MERLINO, Tatiana; MENDONÇA, Maria Luísa. (Org.). *Direitos Humanos no Brasil 2012b*. 1 ed. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012b, v. 1, p. 9-223. Disponível em http://www.social.org.br/direitoshumanos_2012.pdf, páginas 37 a 41, acessado em 29/11/2013, às 19:59hs.

MILKPOINT, 2011. Disponível em <http://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/nilza-compra-laticinio-montelac-45813n.aSPx>, acessado em 21/10/2011.

MILKPOINT, 2012. Disponível em <http://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/ranking-dos-maiores-laticinios-2012-primeiros-colocados-mantem-posicoes-mas-perdem-volume-83626n.aSPx>, acessado em 23/10/2013.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, (2014) Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG, Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural – DEPG, *Boletim Anual de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - 2014*, Brasília, 17p.

MINISTÉRIO DA FAZENDA SEAE, 2013. Disponível em <http://www1.seae.fazenda.gov.br/littera/pdf/08012006802200861.pdf>, acessado em 20/10/2013.

MME/BANCO MUNDIAL, *Perfil dos Fertilizantes N-P-K. Relatório Técnico 75*, Consultora Yara Kulaif, Brasília, 2009.

MONSANTO, 2013. Disponível em <http://www.monsanto.com.br/institucional/monsanto-no-brasil/onde-estamos/onde-estamos.asp>, acessado em 20/10/2013.

MONSANTO, 2013. Disponível em [http://www.monsanto.com.br/institucional/monsanto-no-mundo/historia/historia.aspehttp://pt.wikipedia.org/wiki/Monsanto_\(empresa\)](http://www.monsanto.com.br/institucional/monsanto-no-mundo/historia/historia.aspehttp://pt.wikipedia.org/wiki/Monsanto_(empresa)), acessados em 20/10/2013.

MONTECITRUS, 2013. Disponível em http://montecitrus.com.br/orga_br.html, acessado em 27/11/2013.

MULTIGRAIN, 2013. Disponível em <http://www.multigrain.com.br/2008/pt/producao.asp>, acessado em 21/11/2013.

NEVES, M. F.; ROSSI, R. M.; CASTRO, L. T.; CONSOLI, M. A.; MARINO, M. K.; LOPES, F. F. *Caracterizando e Quantificando Cadeias Produtivas*. In: Marcos Fava Neves; Evaristo Marzabal Neves; Decio Zylbesztajn. (Org.). Agronegócio do Brasil. Ed. Saraiva, 2005, p. 26-31.

NEVES, M. F. (coord), O retrato da citricultura brasileira. Markestrat - Centro de Pesquisa e Projetos em Marketing e Estratégia, Ribeirão Preto/SP, pag. 89, Disponível em http://www.citrusbr.com.br/download/Retrato_Citricultura_Brasileira_Marcos_Fava.pdf, acessado em 27/11/2013.

NEVES, M. F. e TROMBIN, V. G. Análise de uma Década na Cadeia da Laranja, in file:///C:/Users/HP%20dv7/Downloads/An%C3%A1lise%20de%20uma%20d%C3%A9cada%20na%20cadeia%20da%20laranja%20_%20MF.pdf, acessado em 27/11/2013.

NESTLÉ, 2013. Disponível em <http://www.nestle.com.br>, acessado em 23/10/2013.

NIDERA, 2013. Disponível em <http://www.nidera.com/default.aspx?partId=212>, e CADE, 2013, disponível http://www.cade.gov.br/plenario/Sessao_354/Votos/16-Voto%20Nidera%20-%20AC%2008012.004485.2005.04.pdf, acessados em 20/10/2013.

NKGNET, 2013. Disponível em <http://www.nkg.net/aboutus/>, acessado em 23/10/2013.

NOBLE, 2013. Disponível em http://www.thisisnoble.com/index.php?option=com_content&view=article&id=67&Itemid=91&lang=en, acessado em 20/10/2013.

NOSSO FUTURO ROUBADO, 2011. Disponível em http://www.nossofuturoroubado.com.br/arquivos/julho_10/terras.html - Acessado em 03/08/2011.

NOTÍCIAS AGRÍCOLA, 2011. Disponível em <http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/laranja-citrus/73249-cutrale-e-louis-dreyfus-juntam-seu-laranjal.html#.U1rH7vldWc>, acessado em 27/11/2011.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2013. Disponível em <http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/algodao/34308-maior-usina-de-algodao-da-america-latina-e-inaugurada.html#.UziflWcQ>, acessado em 22/10/2013.

NOVARTIS, 2015. Disponível em http://www.novartis.com.br/_sobre_novartis/historia_index.shtml, acessado em 30/07/2015 às 07:08hs.

OBSERVADOR (2014) 2016 é o ano do crash nas bolsas avisa o Dr. Doom Nouriel Roubin, disponível em <http://observador.pt/2014/12/06/2016-e-o-ano-crash-nas-bolsas-avisa-o-dr-doom-nouriel-roubin/>

O ESTADO DE SÃO PAULO (2010) Monopólio na petroquímica, 07/01/2010, disponível em <http://resan.com.br/monopolio-na-petroquimica/>.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,duratex-e-satipel-criam-gigante-em-paineis-de-madeira,391312,0.htm>, acessado em 20/03/2010, às 10:43hs.

O ESTADO DE SÃO PAULO ONLINE, 09/02/2006. Disponível em <http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2006/not20060209p19170.htm>, acessado em 28/07/2013, às 21:23hs.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 14/03/2009, Caderno ECONOMIA & NEGÓCIOS, p. B13.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 08/01/2010, Caderno ECONOMIA & NEGÓCIOS, p. B10.

O ESTADO DE SÃO PAULO, Bunge prevê moer entre 17 mi e 19 mi t de cana em 2012/1322/08/2012, Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,bunge-preve-moer-entre-17-mi-e-19-mi-t-de-cana-em-201213,124108e>.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 10/12/2007. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,correcao-controladores-fecham-usina-santa-luiza,93475,0.htm>, acessado em 28/11/2013, às 13:37hs.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 10/03/2010. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,bertin-vai-assumir-o-controle-da-infinity-bio-energy,522052>, acessado em 30/07/2015 às 00:26hs.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 14/12/2012. disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,entrevista-chs-se-prepara-para-dobrar-negocios-de-graos-na-america-do-sul,973635,0.htm>, acessado em 25/11/2013 às 10:23hs.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 24/12/2009, Caderno Economia, p.B7.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 11/10/2013, Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,usinas-de-cana-se-instalam-na-regiao,167123,0.htm>, acessado em 19/10/2013, às 16:14hs.

O ESTADO DE S. PAULO, 01/07/2015. DISPONÍVEL EM <HTTP://ECONOMIA.ESTADAO.COM.BR/NOTICIAS/NEGOCIOS,JBS-COMPRA-NEGOCIO-DE-CARNE-SUINA-DA-CARGILL-POR-US-1-45-BILHAO,1717488>, ACESSADO EM 24/07/2015, ÀS 15:37HS.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 01/08/2011, São Paulo, p. N4.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 01/08/2011, São Paulo, p. N4.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 01/08/2011, São Paulo, p. N4.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 01/08/2011A. DISPONÍVEL EM <HTTP://ECONOMIA.ESTADAO.COM.BR/NOTICIAS/GERAL,A-NOVA-SAFRA-DE-EMPRESA RIOS-DO-AGRONEGOCIO-IMP-,752609>, ACESSADO EM 24/08/2013, ÀS 08:36HS.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 08/10/2015, p. B17. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,monsanto-encerra-negocio-de-cana-de-acucar-no-pais--imp-,1776481>, acessado em 08/10/2015, às 10:05hs.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 20/07/2011B. DISPONÍVEL EM <HTTP://RURALCENTRO.UOL.COM.BR/NOTICIAS/GRUPO-DE-AGRONEGOCIO-ARGENTINO-ADIA-OFERTA-PUBLICA-INICIAL-DE-ACOES-NO-BRASIL-44550>, ACESSADO EM 24/08/2013, ÀS 08:41HS.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 2011. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/neg%C3%B3cios,bom-gosto-e-leitbom-anunciam-fusao-e-criam-a-lbr,48635,0.htm>, acessado em 21/10/2011.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 2012. Disponível em <http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2002/not20021223p43268.htm>, acessado em 21/10/2011.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,campeas-nacionais-do-bndes-patinam-imp-,1006808>, acessado em 24/08/2015, às 19:43hs.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,parmalat-compra-marcas-pocos-de-caldas-e-paulista,154214,0.htm>, acessado em 23/10/2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,suco-de-laranja-em-crise-leva-cutrale-a-exportar-graos,920986,0.htm>, acessado em 27/11/2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,perdigao-compra-eleva-por-r-598-milhoes-mais-acoes,73356,0.htm>, acessado em 23/10/2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 22/04/2014. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/estado/2014/04/22/novartis-compra-unidade-da-glaxosmithkline-por-us-145-bilhoes.htm>, acessado em 30/07/2015 às 07:47hs.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 30/07/2011. Disponível em <http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/lig-compra-sollus-capital-los-grobo-e-cmaa-e-pretende-atuar-em-toda-cadeia-agricola-no-brasil-45244#y=637>, acessado em 24/07/2015, às 16:32hs.

OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2013. Disponível em http://www.observatoriosocial.org.br/portal/sites/default/files/biblioteca/rel_perfil_kraft_abr2004.pdf, acessado em 20/10/2013.

ODEBRECHT, 2014. disponível em http://www.odebrechtagroindustrial.com/sites/default/files/relatoriosanuais/ra_agro_2013-2014_completo.pdf, acessado em 31/07/2015 às 23:12hs.

ÓLEOS MENU, 2013. Disponível em <http://www.oleosmenu.com.br>, acessado em 21/11/2013.

OLIVEIRA, A. U., A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro, In CARLOS, Ana Fani A. (org.) Novos caminhos da Geografia ed. São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-110.

OLIVEIRA, A. U. Agrocombustíveis e a Produção de Alimentos. Folha de São Paulo, São Paulo-SP, p. 3 - 3, 17 abr. 2008.

OLIVEIRA, A. U., A Mundialização da Agricultura Brasileira In OLIVEIRA, A. U. et alli, Território em Conflitos, Terra e poder. 1a ed. Goiânia: Kelps, 2014, v.1, p. 15-101.

- OLIVEIRA, A. U., A Mundialização da Agricultura Brasileira In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, Bogotá. Actas do XII Colóquio. Barcelona: Geocrítica, 2012. v.1. p.1 - 15.
- OLIVEIRA, A.U. e *Indústria No Brasil*. Boletim Paulista de Geografia, Nº 58, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros/São Paulo, set. 1981, p. 5-64, e publicado novamente em CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.
- OLIVEIRA, A. U., *A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês*, AGRÁRIA, São Paulo, No. 12, 2010, p. 62/3.
- OLIVEIRA, A. U. Agrocombustíveis e a Produção de Alimentos. Folha de São Paulo. São Paulo-SP, p.3 - 3, 2008.
- OHMAE, K. Triad power: the coming shape of global competition. New York: Free Press, 1985.
- OHMAE, K. The borderless world: power and strategy in the interlinked economy. London: William Collins, 1990.
- OHMAE, K. The Borderless World: power and strategy in the interlinked economy. revised edition, Harper Business, 1999.
- OSTROSKI, D. A. e MEDEIROS N. H. Dos complexos agroindustriais a ascensão dos agriclusters, 2003. FUNDAG - Fundação de Apoio a Pesquisa Agrícola. Informativo nº 04/2004. Acesso em 22/03/2010. IEA - Instituto de Economia Agrícola. Cana de açúcar na região de Ribeirão Preto. Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0706_1184.pdf, acessado em 03/11/2013, às 10:47hs.
- PARDINI, Daniel Jardim, A transformação cultural no processo de aquisição de empresas relacionadas ao setor siderúrgico, Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Econômicas, UFMG, 2004, Belo Horizonte, p. 406.
- PASSEIAKI. Disponível em <http://www.passeiaki.com/noticias/crece-concentracao-compras-suco-laranja-brasileiro>, acessado em 27/11/2013.
- PASSEIAQUI, 2013. Disponível em <http://www.passeiaki.com/noticias/slc-assina-termo-para-criar-joint-venture-mitsui>, acessado em 22/10/2013.
- PEDRAS, Guilherme Binato Villela, História da dívida pública no Brasil: de 1964 até os dias atuais, in Dívida Pública: a experiência brasileira, Anderson Caputo Silva, Lena Oliveira de Carvalho, Otavio Ladeira de Medeiros (organizadores). – Brasília : Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial, 2009, p. 76/77.
- PIFPAF, 2013. Disponível em <http://www.pifpaf.com.br/interna.php?n1=empresa&n2=historia&n3=2002>, acessado em 27/11/2013.
- PMI, 2013. Disponível em http://www.pmi.com/eng/about_us/company_overview/pages/company_overview.aspx, acessado em 20/10/2013.
- PINESSO, 2015. Disponível em <http://www.pinesso.com.br/conheca-nos/historico>, em acessado em 24/08/2015, às 18:42hs.
- PINHEIRO, Armando Castelar (s/d) Privatização no Brasil: Por quê? Até onde? Até quando?, 3 As Reformas Estruturais, disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_05.pdf
- PINHO, Marcelo e SILVEIRA, José Maria F. J. da, (1998) *Os efeitos da privatização sobre a estrutura industrial da siderurgia brasileira*, in Economia e Sociedade, Campinas, (10): 102 81-109, jun. 1998.
- PIONEERS, 2013. Disponível em <http://www.pioneersementes.com.br/Institucional/Pages/DuPont-Pioneer-no-Brasil.aSPx>, acessado em 20/10/2013.
- POMAR, Wladimir, (2012) Estatizar ou privatizar, in CORREIO DA CIDADANIA, quart-feira, 11 de julho de 2012, disponível em http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7356:submanchetel10712&catid=72:imagens-rolantes.
- PORTAL IG, Disponível em <http://economia.ig.com.br/compra-de-usinas-endividadas-substitui-construcao-de-novas-unida/n1597588033829.html>, acessado em 09/12/2013 às 19:32hs.
- PORTAL TERRA, 2009, disponível em http://economia.terra.com.br/mitsubishi-vende-participacao-em-usina-da-sao-martinho,eaf01bd5f405b310VgnCLD_200000bbcecb0aRCRD.html, acessado em 12/11/2013, às 19:27hs.
- PORTER, M.E. The Competitive Advantage of Nations, Free Press, New York, 1990.

PORTER, M. E. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTO DE SANTOS, 2013. Disponível em <http://www.portodesantos.com.br/clipping.php?idClipping=19923>, acessado em 21/11/2013.

PRICE, D. de S. *Science since Babylon*. New Haven: Yale University Press, 1975.

RACHID, Alessandra et alii, *Organização do trabalho na cadeia de suprimentos: os casos de uma planta modular e de uma tradicional na indústria automobilística*, *Produção*, v. 16, n. 2, p. 189-202, Maio/Ago. 2006.

RAMOS, P. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1999. 243 p.

RANGEL, J.J.A. et alii (2008) *Simulação computacional para análise do frete no transporte de cana-de-açúcar – um estudo de caso no estado do Rio de Janeiro*, *SISTEMAS & GESTÃO*, v.3, n. 3, p.250-261, set a dez- 2008.p.252/253.

REDESIST, *Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais*, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 2003, disponível em http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289323549.pdf, acessado em 27/07/2015, às 00:23hs.

RELATÓRIO RESERVADO, 25/09/2013 disponível em <http://www.blogrelatorioreservado.ig.com.br/index.php/2013/09/25/ha-pouco-acucar-e-muito-fel-na-sjc-bioenergia-i-2/>, acessado em 28/09/2013, às 08:30hs.

RELATÓRIO RESERVADO, 11/03/2015. Disponível em <http://www.canaonline.com.br/conteudo/soros-troca-etanol-por-energia-eletrica.html>, acessado em 29/07/2015 às 23:22hs.

RELATÓRIO RESERVADO, 05/08/2014. Disponível em <http://www.blogrelatorioreservado.ig.com.br/index.php/2014/08/05/credores-da-imcoba-abrem-guerra-pela-venda-controle-iii/>, acessado em 24/08/2015, às 19:14hs.

REPORTER BRASIL, 05/04/2010. Disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2010/04/rei-da-soja-e-envolvido-em-trabalho-escravo-diz-site/>, acessado em 24/08/2015, às 17:54hs.

REUTERS, 18/09/2014. Disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/vigor-fecha-acordo-com-arla-para-ficar-com-100-da-dan-vigor>, acessado em 24/07/2015, às 16:19hs.

REUTERS, 2015. Disponível em <http://www.reuters.com/finance/stocks/companyProfile?symbol=AGRO.N>, acessado em 24/07/2015, às 15:23hs.

REUTERS, 28/07/2014. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2014/07/tyson-foods-vende-negocios-de-aves-no-mexico-e-no-brasil-para-jbs.html>, acessado em 27/11/2014 às 21:53hs.

REUTERS BRASIL, 13/05/2014. Disponível em <http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN0NY1UM20150513>, acessado em 30/07/2015 às 00:58hs.

REUTERS BRASIL, 13/05/2014. Disponível em <http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN0NY1UM20150513>, acessado em 30/07/2015 às 00:10 hs.

REVISTA CAFEICULTURA, 2013, <http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=28252>, acessados em 20/10/2013.

RIBEIRO, Cláudia e GRANATO, Marcus, (2011), *A Patrimonialização do legado da Cia nacional de Alcalis*, disponível in <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2979>.

RIBEIRO DA SILVA, A. E. *A Territorialização da Agroindústria Sucroalcooleira: o processo de reestruturação produtiva no campo e os trabalhadores canavieiros da fazenda Amália/SP*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 2007.

RIBEIRO DA SILVA, A. E. *A Territorialização da Agroindústria Sucroalcooleira: o processo de reestruturação produtiva no campo e os trabalhadores canavieiros da fazenda Amália/SP*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 2007, p. 155.

RIBEIRO JR. Amaury, (2011) *A privatária Tucana*, São Paulo, Geração Editorial, (Coleção História Agora; v. 5), p. 343.

RISA, 2015. Disponível em <http://risasa.com/>, acessado em 24/08/2015, às 19:35hs.

ROCHA, Marco Antonio Martins da e SILVEIRA, José Maria Ferreira Jardim da (2009) *Propriedade e controle dos setores privatizados: uma avaliação da reestruturação societária pós-privatização*, Anpec/Unicamp, Campinas, p. 21, disponível in <http://www.anpec.org.br/encontro2009/>

inscricao.on/arquivos/000-7974b8e4196423d11735fd974c864a54.pdf.

ROGERSON, P. A., *Statistical Methods for Geography*. SAGE Publications, London, UK , 2002. 236 p.

RUMO, 2015. Disponível em http://ri.rumoall.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=29248, acessado em 27/07/2015)

SAAB, Ali Aldersi e DE PAULA, Ricardo Almeida (s/d) O mercado de fertilizantes no Brasil: Diagnóstico e propostas de políticas, disponível em http://www.senado.leg.br/comissoes/CRA/AP/AP20090414_Dr_Ali_Aldersi_Saab_%282%29.pdf.

SANTANA, Carlos Henrique Vieira, (2012) Trajetórias de reformas e mudanças institucionais na semiperiferia: abertura financeira e capacidades estatais no Brasil e Índia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro 2012, p. 213.

SANTOS, Milton Globalização, Cidadania e Meio Técnico-Científico Informacional, in SOUZA, Álvaro José et alli (org), MILTON Santos Cidadania e globalização, AGB/Ed. Saraiva, Bauru, 2000, 366 p.

SÃO MARTINHO, 07/11/2014, Disponível em http://www.mzweb.com.br/saomartinho/web/arquivos/SMTO_FR_20110802_port.pdf, acessado em 28/05/2014, às 17:20hs.

SÃO MARTINHO, 05/05/2014. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/empresas/consbov/ArquivoComCabecalho.asp?motivo=&protocolo=423929&funcao=visualizar&site=B>, acessado em 28/05/2014, às 17:25hs.

SARASSA, S. M. e ENGEL, V. Fusão da Perdigão e Sadia, IV Jornada de Pesquisas Econômicas, p. 4/5 disponível em http://www.fahor.com.br/publicacoes/jopec/2013/Fusao_da_Perdigao_.pdf, acessado em 27/11/2013.

SEGAFREDO, 2013. Disponível em <http://www.segafredo.it/pt/empresa/o-grupo-mzb/o-grupo-mzb.html>, acessados em 20/10/2013.

SEMENTES BOM JESUS, 2015. Disponível em http://www.sementes_bonjesus.com.br/sobre-grupo/historia/, acessado em 24/08/2015, às 19:23hs.

SENHORAS, E. M., TAKEUCHI, K. P. e TAKEUCHI, K. P. Estrutura da Indústria de Suco de Laranja Concentrado - Uma Investigação do Complexo Agroindustrial Citrícola Paulista, III SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia p. 11. Disponível em http://www.aedb.br/seget/artigos06/639_SucoLaranja.pdf, acessado em 27/11/2013.

SILVA, J.G., *A nova dinâmica da agricultura brasileira*, Ed. UNICAMP, Campinas/SP, 1996, p. 62.

SILVA, Lauro Emilio Gonzalez da, Crises Financeiras Recentes e Poupança Externa, Tese de Doutorado, Fundação Getúlio Vargas - Escola de Economia de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 142.

SINA, 2013. Disponível em <http://www.sina.ind.br/?page=perfil>, acessado em 27/11/2013.

SINAGRO, 2015. Disponível em <http://www.gruposinagro.com.br/empresa/historia.php>, em acessado em 24/08/2015, às 18:46hs.

SLC AGRÍCOLA, 2013, Relatório de Administração e Comentários de Desempenho 2013/4T13, p. 11, Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/empresas/consbov/ArquivoComCabecalho.asp?motivo=&protocolo=413961&funcao=visualizar&site=B>, acessado em 27/11/2013.

SLC AGRÍCOLA, 2013. Disponível em http://www.mzweb.com.br/slcagricola2009/web/arquivos/SLCE3_FR_20120531_PORT.pdf, acessado em 27/11/2013.

SLC AGRÍCOLA, 2013. Disponível em <http://www.slcagricola.com.br/>, acessado em 27/11/2013.

SLC AGRÍCOLA, 2013. Disponível em www.slcagricola.com.br, acessado em 27/07/2015.

SLC AGRÍCOLA, 2013. Disponível em www.mzweb.com.br/slcagricola.

SLC AGRÍCOLA, 2013. Disponível em http://www.mzweb.com.br/slcagricola2009/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&tipo=29164&conta=28&id=176460, acessado em 24/10/2013.

SLC AGRÍCOLA, 2013. Disponível em http://www.mzweb.com.br/slcagricola2009/web/conteudo_pt.aSP?conta=28&idioma=0&id=176461&tipo=31013, acessado em 24/10/2013.

SOLLUS CAPITAL, 2011. Disponível em <http://www.solluscapital.com.br/Portugues/home.html> - Acessado em 31/07/2011.

- SOUSA SOBRINHO, José de "O Camponês Geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra" Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p.412.
- SOUZA CRUZ, 2013. Disponível em http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9K2W?opendocument&SKN=1, acessado em 26/11/2013.
- SPADOTTO, C. A. e GOMES, M. A. F. Agrotóxicos no Brasil, in http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agricultura_e_meio_ambiente/arvore/CONTAG01_40_21_0200792814.html, acessado em 29/11/2013 às 08:17hs.
- SPF - SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS e IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS - Data-Base - 30/04/2005, p. 39/40. Disponível em http://www.mzweb.com.br/cosan2011/web/arquivos/COS_IAN_20050430_port.pdf, acessado em 12/11/2013, às 21:45hs.
- STRAUS, 2013. Disponível em http://www.strauss-group.com/about-us/history_and_legacy/ e <http://www.3coracoes.com.br/companhia/historia/>, acessados em 20/10/2013.
- SUCAFINA, 2013. Disponível em <http://www.sucafina.ch/Sucafina World.aspx>, acessados em 23/10/2013.
- SUINOCULTURA INDUSTRIAL, 30/08/2012) in http://www.scot_consultoria.com.br/imprimir/noticias/26039,973635,0.htm, acessado em 25/11/2013.
- SWISSINFO, 2011. Disponível em http://www.swissinfo.ch/por/arquivo/Nestle:_Justica_brasileira_aprova_compra_da_Garoto.html?cid=5860038, acessado em 21/10/2011.
- SYNGENTA, 2013. Disponível em <http://www.syngenta.com/global/corporate/en/about-syngenta/Pages/company-history.aspx>, acessado em 20/10/2013.
- SUZANO, 2013. Disponível em <http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/unidade-de-negocio-florestal.htm>, acessado em 25/11/2013 às 07:35hs.
- SZMRECSÁNYI, T. O planejamento da agroindústria canaveira no Brasil (1930-75). São Paulo: HUCITEC, 1979. 540 p.
- SZMRECSÁNYI, T. (Coord.). O mercado de álcool de cana produzido em São Paulo: estudo das políticas de preços e incentivos. São Paulo: Conselho Estadual de Energia/SICCT, 1986. 143 p. (Mimeografado).
- TABACOS MARASCA, 2013. Disponível em <http://www.tabacosmarasca.com.br/history.html>, acessado em 27/11/2013.
- TANGARÁ FOODS, 2013. Disponível em <http://www.tangarafoods.com.br/a-empresa/estrutura.php>, , acessado em 27/11/2013.
- TOBACCOORAG, 2013. Disponível em <http://www.tobaccorag.com/sites/default/files/TRP%20KCR%20Press%20Release.pdf>, acessado em 20/10/2013.
- TOLEDO, Marcio. Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil: uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005, 156f.
- TANURE Betânia, CANÇADO Vera L. e HÉA, Dominique, *Acesita: O caminho para tornar-se um player global*, E&G Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 1-178, 1. sem. 2007
- THE WALL STREET JOURNAL (2015) Crescimento lento tira o sono das autoridades econômicas mundiais, disponível em <http://br.wsj.com/articles/SB11613683466619763327504580591111202583610?tesla=y>.
- THOMAZ JÚNIOR, A. A territorialização do monopólio: as agroindústrias canaveiras em Jaboicabal. 1988. 457 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. THOMAZ JÚNIOR, A. Por trás dos canaviais os nós da cana. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
- TOPFRUIT, 2013. Disponível em <http://www.tropfruit.com.br/empresa.asp>, acessado em 27/11/2013.
- TYSON DO BRASIL, 2013. Disponível em <http://www.tysondobrasil.com.br/tysondobrasil/institucional/a-tyson/>, acessado em 27/11/2013.

UNICAFÉ, 2013. Disponível em <http://www.unicafe.com.br/asp/system/empty.asp?P=28&VID=default&SID=708462026082017&S=1&A=closeall&C=23562>, acessado em 27/11/2013.

UNIFUMO, 2013. Disponível em <http://www.unifumo.com.br/?pg=2>, acessado em 27/11/2013.

UNIVERSAL, 2013. Disponível em <http://www.universalcorp.com/>, acessado em 20/10/2013.

UOL, 22/04/2013. Disponível em <http://tnh1.ne10.uol.com.br/noticia/economia/2013/04/22/241943/grupo-joao-lyra-negocia-parceria-com-robert-lyra>, acessado em 29/07/2015 às 22:56hs.

UOL, 04/02/2004, <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2004/04/02/ult1913u5321.jhtm>, acessado em 21/10/2011.

UOL, 2004. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2004/07/02/ult29u34831.jhtm>, acessado em 27/11/2013.

UOL, 2013. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2004/07/02/ult29u34831.jhtm>, acessado em 27/11/2013.

UOL, 2015. Disponível em <http://economia.uol.com.br/noticias/efe/2015/06/21/marfrig-anuncia-venda-da-moy-park-para-a-jbs-por-us15-bilhao.htm>, acessado em 27/07/2015.

USINA CORURUPE, 2015. Disponível em <http://www.usinacoruripe.com.br/index.php/conteudo/empresa/comendador-tercio-wanderley>, acessado em 29/07/2015 às 22:46hs.

VALOR, 20/12/2014 disponível em <http://www.valor.com.br/arquivo/443533/arcelor-paga-r-4317-milhoes-vale-por-participacao-na-cst>, acessado em 29/11/2013, às 18:28hs.

VALOR, 2014, disponível em <http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2014/04/04/chinesa-tide-acerta-aquisi%C3%A7%C3%A3o-e-acelera-seu-avan%C3%A7o-no-pa%C3%ADs>, acessado em 20/12/2015 às 19:32hs.

VALOR ECONÔMICO (2014) Grandes Grupos, dezembro, ano 13, nº 13, São Paulo, p. 402.

VALOR ECONÔMICO (2013) <http://www.jornalcana.com.br/perdas-com-derivativos-nas-usinas-atingem-ate-r-4-bi/>, acessado em 02/12/2013 às 15:42hs.

VALOR ECONÔMICO, <http://www.jornalcana.com.br/perdas-com-derivativos-nas-usinas-atingem-ate-r-4-bi/>, acessado em 02/12/2013 às 15:42hs.

VALOR ECONÔMICO, 19/12/2006, disponível em <http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2006/12/19/ingleses-criam-empresa-de-olho-no-etanol-brasileiro-valor-economico>, acessado em 09/12/2013 às 19:39hs.

VALOR ECONÔMICO, 24/05/2010, disponível em <http://www.valor.com.br/arquivo/826093/paranaense-santa-terezinha-conclui-compra-da-usaciga>, acessado em 09/12/2013 às 19:47hs.

VALOR ECONÔMICO, 25/04/2012, disponível em <http://www.valor.com.br/agro/2631440/lider-em-etanol-nos-eua-adm-coloca-venda-usina-no-brasil>, acessado em 12/11/2013, às 20:05hs.

VALOR ECONÔMICO, 16/08/2012, disponível em <http://www.jornalcana.com.br/noticia/Jornal-Cana/49493+Clean-Energy-vende-participacao-na-Unialco>, acessado em 13/11/2013, às 20:10hs.

VALOR ECONÔMICO, 28/02/2012, disponível em <http://www.valor.com.br/empresas/2545448/descontentes-espanhois-vendem-usinas-em-sp#ixzz2tX3YZeBl>, acessado em 15/02/2013, às 11:05hs.

VALOR ECONÔMICO, 20/01/2011, disponível em <http://www.valor.com.br/arquivo/868439/cargill-descarta-etanol-como-estrategico> acessado em 16/11/2013 às 20:15hs.

VALOR ECONÔMICO - 21/12/2005 - Disponível em <http://www.valor.com.br/arquivo/487775/grupo-cosan-compra-usina-de-cana-mundial>, acessado em 28/07/2013, às 21:06hs.

VALOR ECONÔMICO, 09/08/2013. Disponível em <http://www2.uol.com.br/canalexecutivo/notasemp06/emp250820061.htm>, acessado em 2013.

VALOR ECONÔMICO, 01/09/2015. Disponível em <http://alfonsin.com.br/grupo-jpupin-pede-recuperao-judicial-em-mt/>, acessado em 24/08/2015, às 20:09hs.

VALOR ECONÔMICO, 03/01/2014. Disponível em <http://www.promoalgo.com.br/eficiente/sites/promoalgo.com.br/pt-br/site.php?secao=noticias&pub=6836>, acessado em 24/08/2015, às 19:39hs.

VALOR ECONÔMICO, 03/06/2014. Disponível em http://www.aviculturaindustrial.com.br/noticia/jf-investimentos-passa-a-ter-100-da-controladora-da-jbs/20140603111930_Q_179, acessado em 24/08/2015, às 19:52hs.

VALOR ECONÔMICO, 03/09/2013. Disponível em http://www2.seagro.go.gov.br/index.php?pg=noticias&id_noticia=18012, acessado em 30/07/2015 às 09:57hs.

VALOR ECONÔMICO, 04/13/2014. Disponível em <http://www.valor.com.br/agro/3804076/gavilon-deve-investir-ate-us-300-milhoes-no-pais#ixzz3KvfXrNXk>, acessado em 24/08/2015, às 19:18hs.

VALOR ECONÔMICO, 05/07/2014, p. B14. Disponível em <http://alfonsin.com.br/trading-libero-muda-foco-e-parte-para-cafe/>, acessado em 24/07/2015, às 16:23hs.

VALOR ECONÔMICO, 05/09/2013, São Paulo, p. B16. Disponível em <http://amaggi.com.br/wp-content/uploads/2013/09/2013-09-05-valor-compra-denofa.pdf>, acessado em 24/08/2015, às 19:26hs.

VALOR ECONÔMICO, 08/10/2015, p. B12. Disponível em <http://www.valor.com.br/agro/4261522/em-meio-corte-de-custos-monsanto-fecha-canavialis>, acessado em 08/10/2015, às 10:00hs.

VALOR ECONÔMICO, 10/06/2014. Disponível em <http://fusoesaquisicoes.blogspot.com.br/2014/06/gestora-de-fundos-compra-25-da.html>, em acessado em 24/08/2015, às 18:24hs.

VALOR ECONÔMICO, 11/06/2015. Disponível em <http://www.valor.com.br/agro/4087544/brasilagro-vende-fazenda-no-piaui-por-r-270-milhoes>, acessado em 24/07/2015, às 15:59hs.

VALOR ECONÔMICO, 13/02/2014. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/528263-estrangeiros-se-tornam-alternativa-para-falta-de-mao-de-obra-no-sul>, acessado em 24/08/2015, às 19:59hs.

VALOR ECONÔMICO, 15/07/2015. Disponível em <http://www.valor.com.br/agro/4136528/justica-aceita-pedido-de-recuperacao-judicial-do-grupo-pineiro>, acessado em 24/08/2015, às 20:09hs.

VALOR ECONÔMICO, 16/04/2014, São Paulo, p. B16. Disponível em <http://www.correpar.com.br/mosaic-compra-ativos-de-fertilizantes-da-adm/>, acessado em 24/08/2015, às 20:05hs.

VALOR ECONÔMICO, 18/09/2013. Disponível em http://www.aviculturaindustrial.com.br/noticia/agrinvest-procura-socio-investidor-para-crescer/20130918091514_N_303, acessado em 24/07/2015, às 17:09hs.

VALOR ECONÔMICO, 19/05/2014, São Paulo, p. B12. Disponível em <http://amaggi.com.br/2014/05/valor-economico-sem-alarde-amaggi-acelera-crescimento/>, acessado em 24/08/2015, às 19:31hs.

VALOR ECONÔMICO, 19/07/2010, São Paulo, p. B12.

VALOR ECONÔMICO, 19/12/2013. Disponível em <http://www.aprovalefrutal.org.br/noticias/436/grupos+do+japao+focam+em+producao+no+brasil>, acessado em 20/12/2013.

VALOR ECONÔMICO, 20/03/2015. Disponível em <http://alfonsin.com.br/indiana-upl-acquire-fatia-de-40-da-sinagro-de-mt/>, em acessado em 24/08/2015, às 18:54hs.

VALOR ECONÔMICO, 20/10/2010. Disponível em <http://prosperarebrasil.com.br/blog/?p=44>, acessado em 29/11/2013 às 09:11hs.

VALOR ECONÔMICO, 2008. Disponível em http://www.aviculturaindustrial.com.br/noticia/los-grobo-agro-conclui-a-compra-de-parte-da-selecta/20081216084208_37329, acessado em 30/07/2015 às 09:47hs.

VALOR ECONÔMICO, 2013. Disponível em Valor Econômico in <http://www.aprovalefrutal.org.br/noticias/436/grupos+do+japao+focam+em+producao+no+brasil>, acessado em 21/11/2013.

VALOR ECONÔMICO, 26/08/2009, São Paulo, p. B12.

VALOR ECONÔMICO, 28/06/2013. Disponível em <http://alfonsin.com.br/criada-h-5-anos-sollus-procura-comprador/>, acessado em 24/07/2015, às 16:28hs.

VALOR ECONÔMICO, 28/08/2008, São Paulo, p. B14.

VALOR ECONÔMICO, 28/08/2008, São Paulo, p. B14.

VALOR ECONÔMICO, 30/04/2008. Disponível em <http://alfonsin.com.br/selecta-pede-recuperacao-judicial-em-goias/>, acessado em 30/07/2015 às 09:42hs.

VALOR ECONÔMICO, Análise setorial - Indústria de Sucos, São Paulo, 2009, p.111.

VALOR ECONÔMICO, Análise setorial - Indústria de Sucos, São Paulo, 2009, p.72.

VALOR ECONÔMICO, Análise setorial - Indústria de Sucos, São Paulo, 2009, p.80 disponível em http://www.fruteza.com.br/empresa_bra.htm, acessado em 27/11/2013.

VALOR ECONÔMICO, Análise setorial - Indústria de Sucos, São Paulo, 2009, p.82.

VALOR ONLINE, Disponível em http://www.jornalcana.com.br/news_print.php?id_news=40444, acessado em 28/07/2013, às 21:11hs.

VALOR ON LINE, 28/04/2006. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2006/04/28/ult1913u49755.jhtm>, acessado em 27/07/2015, às 10:11hs.

VALOR GRANDES GRUPOS, Dezembro de 2012, Ano 11, Número 11. Disponível em [file:///C:/Users/HP%20dv7/Downloads/Valor_Grandes Grupo_20Dez2012%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/HP%20dv7/Downloads/Valor_Grandes Grupo_20Dez2012%20(1).pdf), acessado em 29/07/2015 às 23:57hs.

VALOR ECONÔMICO, 19/12/2013, Caderno de Economia. Disponível em <http://www.valor.com.br/agro/3376218/grupos-do-japao-focam-em-producao-no-brasil>, acessado em 20/12/2013.

VALOR ECONÔMICO, 2013. Disponível em <http://www.ceagro.com>, acessado em 22/10/2013.

VALOR ECONÔMICO, 2013. Disponível em http://www.avicultura_industrial.com.br/noticia/los-grobo-agro-conclui-a-compra-de-parte-da-selecta/20081216084208_37329, acessado em 22/10/2013.

VALOR ECONÔMICO, 15/03/2010, São Paulo, p. B15.

VISION BRASIL, 2015a. Disponível em <http://www.visionbrazil.com/sobre.html>, acessado em 24/07/2015, às 16:56hs.

VISION BRASIL, 2015b. Disponível em <http://www.visionbrazil.com/produtos.html#tab-tab3>, acessado em 24/07/2015, às 16:59hs.

VISION BRASIL, 2015c. Disponível em <http://www.visionbrazil.com/produtos.html#tab-tab2>, acessado em 24/07/2015, às 17:05hs.

VISION BRAZIL, 2011. Disponível em <http://www.visionbrazil.com/pt/company.htm>, Acessado em 21/07/2011.

VMTUBES, 2013. Disponível em <http://www.vmtubes.com.br>, acessado em 11/03/2013 às 08:13hs.

VOLCAFÉ, 2013. Disponível em <http://volcafe.com/edf-man-operations/coffee/history-of-volcafe> e http://www.cade.gov.br/plenario/Sessao_328/Relat/AC-004399-RELAT%C3%93RIO-ED&F%20, acessados em 23/10/2013.

VOTORANTIN, 2013. Disponível em http://www.mzweb.com.br/votorantim/web/arquivos/Votorantim_CitrovitaAnnouncement.pdf, acessado em 27/11/2013.

WEISUL, 2015. Disponível em <http://www.weisul.com.br/>, em acessado em 24/08/2015, às 18:59hs.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil) / Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2014, 220 f.

ZIMAN, J. M. Il lavoro dello scienziato. Roma-Bari: Laterza, 1987.

ZIMAN, J. M. Real science – What it is, and what it means. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ZOOMINFO, 2015. Disponível em <http://www.zoominfo.com/p/Benjamin-Steinbruch/12171778>, acessado em 29/11/2013, às 18:24hs.

ZOONEWS, 2013. Disponível em <http://www.zooneews.com.br/noticias2/noticia.php?idnoticia=52076>, acessado em 27/11/2013.

